



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

OLÍVIO DE OLIVEIRA DUTRA

*MENSAGEM
À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA*

PORTO ALEGRE

2002

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO
Olívio de Oliveira Dutra

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO
SECRETÁRIO-GERAL DE GOVERNO
Miguel Soldatelli Rossetto

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS DA CASA CIVIL
Flávio Koutzii

SECRETÁRIO DE ESTADO DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
Adão Villaverde

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
Paulo Peretti Torelly

CHEFE DA CASA MILITAR
Cel. Lauri Schroeder

CHEFE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA
Guaracy de Souza Cunha

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DO GABINETE DA REFORMA AGRÁRIA
Ântonio Marangon

SECRETÁRIO ESPECIAL DO GABINETE DO INTERIOR
Dirceu Silva Lopes

DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO
Carlos Frederico Barcellos Guazzelli

SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
José Paulo Bisol

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA
Arno Hugo Augustin Filho

SECRETÁRIO DE ESTADO DAS OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO
Edson Menezes da Silva

SECRETÁRIO ESPECIAL DA HABITAÇÃO
Ary José Vanazzi

SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
José Hermeto Hoffmann

SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS
José Luiz Vianna Moraes

SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Lúcia Camini

SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS
Marco Aurélio Spall Maia

SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE
Maria Luiza Jaeger

SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Cláudio Roberto Bertoldo Langone

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Tarcísio João Zimmermann

SECRETÁRIO DE ESTADO DOS TRANSPORTES
Luiz Roberto de Albuquerque

SECRETÁRIA DE ESTADO DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES
Dilma Vana Rousseff

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA
Luiz Marques

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Renato de Oliveira

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO, ESPORTE E LAZER
Milton Sérgio Silveira Zuanazzi

LÍDER DO GOVERNO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Dep. Est. Ivar Pavan

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no inciso IX do artigo 82 da Constituição Estadual, o Poder Executivo expõe à Egrégia Assembléia Legislativa, por ocasião da abertura dos trabalhos da Sessão Legislativa de 2002, através da presente Mensagem, a situação do Estado e as ações desenvolvidas no último triênio, bem como os planos do Governo para o corrente exercício.

Em três anos de gestão foram enfrentadas as dificuldades impostas pelo contexto estadual e nacional. Graças à capacidade de decisão e à firmeza que caracterizam o Governo Democrático e Popular na busca dos objetivos e ao avanço na articulação da participação popular, já podem ser apresentados resultados altamente positivos em diferentes áreas de atuação.

Embora as dificuldades provenientes da estreiteza das condições de financiamento público e da situação crítica da estrutura administrativa estadual, um conjunto de projetos em execução, que se articulam e impulsionam o ciclo de crescimento recente, construindo uma nova relação do Estado com a sociedade e desta com seu futuro. Abre-se, assim, a perspectiva de uma nova etapa para o Rio Grande do Sul. Os compromissos e propostas, assumidos desde a campanha eleitoral, estão sendo cumpridos e formam um conjunto, no qual as ações de Governo estão coerentemente organizadas e põem em marcha um Projeto de desenvolvimento econômico e social para o Estado.

A nova proposta representada pelo Governo Democrático e Popular é sintetizada em três compromissos políticos fundamentais: o compromisso com a democracia ampliada, o compromisso com a solidariedade social e o compromisso com o desenvolvimento sustentado. As três esferas, nas quais articula-se a nova relação entre o Estado e a sociedade, correspondem a cada um dos compromissos: a política, a social e a econômica. A opção por um projeto de desenvolvimento sócio-econômico sustentável e justo tem pautado essas ações.

A inclusão social, a recuperação e o resgate dos valores essenciais de cidadania, o provimento dos indispensáveis instrumentos e mecanismos de apoio ao crescimento da economia, a busca da redução das desigualdades regionais, a complementação das cadeias produtivas e a atração seletiva de investimentos – dentre outras características diferenciadoras e inovadoras – estão se consolidando progressivamente e já se materializam num conjunto de indicadores favoráveis, sejam sociais ou econômicos, colocando o Estado do Rio Grande do Sul em posição de destaque no cenário nacional.

O significativo crescimento da economia do Rio Grande do Sul, pelo terceiro ano consecutivo, comprova o acerto da política de desenvolvimento econômico conduzida pelo Governo Democrático e Popular. A situação do Estado é demonstrada em relatório que contempla a análise da economia gaúcha, abordando os principais indicadores e resultados setoriais e o setor público estadual. Também integra esta Mensagem o conjunto das principais ações realizadas no triênio 1999 a 2001,

resultante da compilação da atuação dos diferentes órgãos estaduais. Na parte final do documento, estão apresentados os planos do Governo, para o ano de 2002, com vistas à continuidade e consolidação do processo de transformação social e econômica, atualmente em curso no Rio Grande do Sul.

I A SITUAÇÃO DO ESTADO

1.1 ECONOMIA GAÚCHA

A retomada do crescimento econômico no Brasil, que vinha se esboçando a partir da recuperação industrial no final de 1998, e que foi reforçada pelo desfecho da crise cambial, com a desvalorização do começo de 1999, foi interrompida em 2001, em razão da crise internacional decorrente da desaceleração da economia dos EUA. Em que pese esse quadro, o aquecimento da economia gaúcha vem se mantendo, com o PIB crescendo 3,5% em 2001, contra 2,3% do Brasil. Mesmo sofrendo os efeitos da mudança dos quadros nacional e internacional, entre 1999 e 2001, o RS cresceu 10,9%, superior aos 7,5% da média nacional acumulada no período.¹

As duas últimas décadas caracterizaram-se como de crescimento reduzido, 1% ao ano na década de 80 e de 2,7% no decênio de 90. A abertura da economia brasileira trouxe dificuldades à economia gaúcha pela forte concorrência de produtos externos, pela valorização do câmbio e pelos excessivos custos financeiros, além da ausência de planos e projetos setoriais compensatórios. A esses fatores podem-se adicionar a predatória guerra fiscal entre os estados e a persistente e histórica crise fiscal do Estado gaúcho.

No entanto, o triênio 1999/2001 caracterizou-se como uma inflexão no ritmo de crescimento da economia estadual. De fato, após o crescimento anual de 3,0% do PIB Estadual em 1999 – mais de três vezes superior ao crescimento nacional – o Rio Grande do Sul alcançou em 2000 uma taxa de crescimento de 4,1 %, sendo que o Estado apresentou um resultado muito positivo na indústria de transformação – crescimento de 8,7 % durante o ano.

Em 2001 o bom desempenho se repetiu, com uma taxa de 3,5%, um pouco menor do que no ano anterior, em razão da indústria de transformação não apresentar o mesmo desempenho excepcional, crescendo 2,7% no ano. Em compensação, a lavoura, em 2001, voltou a ter um desempenho muito bom, recuperando-se do crescimento nulo em 2000 e atingindo 16,3%, taxa maior do que os 13,3% de 1999. Esses resultados encerraram um período muito ruim para a economia gaúcha na segunda metade dos anos 90. Entre 1995 e 1998, o PIB estadual cresceu apenas 0,7%, o que levou a um empobrecimento do Estado, medido numa queda da renda *per capita* de 4,0%. Entre 1999 e 2001, os dois indicadores apresentaram taxas positivas de 10,9% e 6,7% respectivamente.

1.2 AS AÇÕES DO GOVERNO

O triênio 1999-2001 representou, ao mesmo tempo, avanço e consolidação do projeto político escolhido pela maioria do povo gaúcho nas eleições de 1998. Nesses três anos, a sociedade rio-grandense vem acompanhando e participando da implementação das ações do Governo na realização de suas propostas, para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado. A ação do Governo Democrático e Popular sintetiza três compromissos políticos fundamentais: o compromisso com a democracia ampliada, o compromisso com a solidariedade social e o compromisso com o desenvolvimento sustentado. As três esferas - política, a social e a econômica - ,em

¹ As taxas de crescimento mencionadas são as publicadas na Carta de Conjuntura de Janeiro de 2002, pela FEE.

que se articula a nova relação entre o Estado e a sociedade em construção, correspondem a cada um dos compromissos.

A DEMOCRACIA AMPLIADA

Ampliar a democracia significa, além de dar-lhe conteúdo social e econômico, mudar a relação entre o Estado e a cidadania. Significa aproximar a estrutura administrativa ao dia-a-dia da população, abrindo espaço para sua participação na gestão da coisa pública. O Orçamento Participativo sintetiza essa idéia, mas ela vai muito além, incluindo a instituição e o funcionamento de conselhos de gestão das políticas públicas, como nas áreas da saúde, assistência social e educação, assim como as câmaras setoriais, no que tange aos assuntos econômicos. Na medida em que esses mecanismos de participação não são apenas consultivos, mas têm caráter deliberativo, suas decisões passam a ser vinculantes, pois implicam à Administração do Estado as suas conseqüências.

Essa nova forma de gestão representa uma ruptura com o patrimonialismo tradicional do Estado brasileiro. Implica uma necessária mudança na relação entre o poder público, as organizações da sociedade civil e a população, tornando essas relações conhecidas por todos e transparentes. Uma vez instituída essa nova forma de gestão, ficam quase impossíveis as trocas de favores que são a base da apropriação privada do Estado, tão secularmente arraigada entre nós. Ao mesmo tempo, é preciso que se desenvolva uma capacidade de negociação e composição por parte das autoridades responsáveis pela coisa pública também em ruptura com as tradições autoritárias da política nacional.

A reforma do Estado tem uma face decisiva na relação com os servidores. A nomeação de cerca de 37 mil novos funcionários; o respeito e o restabelecimento da vigência de seus planos de carreira; a atualização de promoções; a democratização das relações entre dirigentes e subordinados; a negociação de reajustes salariais compatíveis com a realidade do Tesouro, com vistas a reduzir desigualdades e extinguir privilégios; e iniciativas no tocante à formação, treinamento e qualificação compõem toda uma política de melhorar e estender a prestação dos serviços públicos. No mesmo sentido, vão as iniciativas que qualificam o princípio federalista, como o Compromisso com o Rio Grande, na área tributária, a Municipalização Solidária da Saúde ou o Programa Família Cidadã, nos quais a colaboração entre Estado e municípios se constrói com critérios transparentes e objetivos, sem lugar para os acordos eleitoreiros e o clientelismo tradicionais. Tornar universal a prestação dos serviços é um mecanismo de inclusão social e de resgate da cidadania.

A experiência de participação, que esta sendo levada no Rio Grande do Sul, tem seu símbolo mais forte no Orçamento Participativo, e vem sendo bem sucedida. A cada ano são realizadas assembleias de discussão e definição de prioridades, em todos os 497 municípios do Estado, com a eleição de delegados para a formação dos 22 conselhos regionais e do Conselho Estadual do Orçamento Participativo. A participação da população, que decide sobre a totalidade da proposta orçamentária, enviada pelo governador à Assembléia Legislativa, vem sendo crescente, envolvendo a cidadania e estabelecendo esse método para a alocação do gasto e estimativa da receita públicos. A iniciativa dos deputados de também submeterem sua discussão da proposta orçamentária a nova rodada de debates com a população mostra o enraizamento da participação na cultura política rio-grandense.

A SOLIDARIEDADE SOCIAL

O compromisso com a solidariedade engloba ações que tenham como resultado tanto a redução da exclusão, quanto a melhoria das condições de vida da parcela da população precariamente incluída da sociedade. Mesmo que os indicadores sociais do RS sejam um pouco melhores do que a média nacional, a exclusão e a miséria são o cotidiano de milhões de gaúchos. A renda e a propriedade ainda são muito concentradas. Uma política de solidariedade começa pela melhora da eficiência, pela qualificação dos gastos, e da eficácia, com a ampliação da rede de serviços públicos, na qual se inclui o grande esforço de não deixar nenhuma criança sem vaga na escola pública, que resultou em 120 mil novas matrículas. Na mesma área, o programa de alfabetização de adultos (MOVA) atendeu 138 mil pessoas acima de 15 anos.

Faz parte, também, da proposta de inclusão, a reforma agrária. Foi criada uma secretaria especial, tendo realizado 94 assentamentos, beneficiando 4.635 famílias, numa área total de 59.000ha. Nos vinte anos anteriores à atual Administração, foram assentadas 6.845 famílias, que ainda precisaram receber um investimento de R\$ 21,4 milhões do atual Governo, para se tornarem viáveis.

Nessa mesma direção, segue o programa RS Rural, que visa a melhorar as condições de vida e produção dos pequenos agricultores mais pobres. Com um orçamento de R\$ 66 milhões, está beneficiando 57.000 famílias.

Da mesma forma, a criação de um programa estadual de habitação popular já beneficiou 43.000 famílias e aplicou R\$ 55 milhões, contra pouco mais de R\$ 5 milhões em toda a administração anterior, sendo coordenado por uma secretaria estadual criada especificamente para tal.

Na área de assistência, o Programa Família Cidadã atende, com um complemento médio de renda de R\$ 221,00, 9.576 famílias, que vivem aquém da linha de pobreza e têm pelo menos um membro em situação de vulnerabilidade social (trabalho infantil, deficiência, AIDS, etc.).

Na área da saúde, com a Municipalização Solidária, consolidou-se o SUS no Estado, através da garantia de repasses automáticos e da instituição de conselhos de gestão participativos, próximos aos usuários em todas as localidades.

O compromisso com a solidariedade também se traduz no redirecionamento do gasto público, em consonância com as decisões do Orçamento Participativo. A fim de garantir a universalização do acesso às políticas sociais, foram aplicados R\$ 3 bilhões a mais do que na Administração anterior, de forma a viabilizar a inclusão econômica e social, resgatando a cidadania dos segmentos excluídos da sociedade.

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

O terceiro compromisso define o projeto de desenvolvimento econômico para o Rio Grande. Um desenvolvimento sustentado nas vocações e recursos locais; integrado, no sentido de que seja capaz de impulsionar o conjunto da economia estadual; e integrador, pois, não só deve dar conta da ampliação do emprego e da

diversificação setorial, como da solução de gargalos e lacunas nas cadeias produtivas existentes, espalhando-se por todos os rincões do Estado e, assim, reduzindo os desequilíbrios regionais. As bases deste projeto se assentam sobre o incentivo ao crescimento e à modernização dos sistemas locais de produção; o apoio às micro e pequenas empresas; o desenvolvimento da vocação exportadora, para uma melhor inserção internacional da economia estadual; e a qualificação da infra-estrutura. Dessa forma, pretende-se alcançar, não apenas uma capacidade superior de geração de emprego e renda, como a preservação da capacidade de decisão local sobre os rumos da economia.

O atingimento desses objetivos está sendo buscado através de um conjunto de iniciativas articuladas por diversos instrumentos de intervenção, que se valem, não apenas dos recursos do Estado, mas da capacidade de explorar as oportunidades da conjuntura nacional e mundial. Da mesma forma, a efetividade desse projeto de desenvolvimento implica, necessariamente, na maior cobertura e abrangência possíveis, para que seus impactos possam produzir os melhores resultados.

É em razão disso que se pode compreender o Programa Extensão Empresarial, que presta assessoria administrativa, tecnológica e gerencial e já inscreveu 6.688 empresas. Da mesma forma, o Programa Incubadoras Empresariais já tem 42 prédios concluídos, sendo que 25 prédios tem previsão de conclusão para o primeiro semestre de 2002.

Na área rural, o volume de crédito concedido pelas instituições financeiras estaduais vêm apresentando uma evolução positiva no triênio compreendido entre 1999 e 2001, passando de R\$ 122,4 milhões para R\$ 196,6 milhões, chegando ao montante de R\$ 173,2 milhões, em 2001. Outra iniciativa no campo, foi a criação do Seguro Agrícola, que já beneficiou 25.070 produtores.

A atenção às cadeias produtivas e aos sistemas locais de produção tem se concretizado em iniciativas originais, no sentido de resolver gargalos de oferta e superar limitações tecnológicas, organizacionais e de mercado. Dessas iniciativas, nasceram o projeto da fábrica de MDF, para qualificar o setor moveleiro; o centro de *design* e o programa de crédito, para o setor coureiro-calçadista; e as 20 redes de cooperação, nas quais já se reúnem 557 empresas, que compartilham, entre outros, sistemas de comprasse marcas. Nessa direção, vai a criação do CEITEC, um centro de prototipagem de circuitos microeletrônicos, em parceria com a Motorola, universidades, Prefeitura de Porto Alegre e Governo Federal, que deve produzir um impulso significativo para a consolidação desse segmento na indústria local.

Outra iniciativa do projeto de desenvolvimento do Governo Democrático e Popular, foi a instituição do piso regional de salário, em 2001, cujo valor mínimo é de 230 reais. Num contexto em que, apesar da redução das taxas de desemprego, a remuneração média do pessoal ocupado vinha se reduzindo, em relação ao ano anterior, a elevação da remuneração da camada de renda inferior, entre os trabalhadores gaúchos, tem efeito importante sobre a demanda, incentivando o comércio e a produção.

Cabe destacar, também, o Programa Primeiro Emprego, que, mediante a concessão de incentivo às empresas (seis meses de salários pagos pelo Governo do Estado), visa inserir jovens de 16 a 24 anos no mercado formal de trabalho. O

Programa, em pouco mais de dois anos, propiciou emprego a mais de 15.000 jovens, em mais de 7.000 empresas, distribuídas em 373 municípios. Além disso, através do Programa Qualificar RS, foram contemplados, com cursos de capacitação, cerca de 550.000 trabalhadores, no triênio 1999-2001.

Um pilar decisivo para o projeto de desenvolvimento do Rio Grande é a recuperação e ampliação da infra-estrutura. Na área de transportes, destacam-se: a recuperação e pavimentação de 1.800km de estradas; o aumento do calado, a dragagem e sinalização de canais; bem como a recuperação e a ampliação das instalações dos Portos de Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas. Na área energética, a ampliação da oferta de energia elétrica, através de novas usinas, e os investimentos da CEEE (R\$ 280 milhões) em transmissão e distribuição, evitaram o racionamento e afastaram o fantasma do "apagão" no Estado, diferentemente de outras regiões do país. Além disso, a operação da SULGÁS, com seus 270 km de rede, oferece uma fonte alternativa de energia à indústria e ao setor automotivo, com a inauguração do sistema de gás veicular.

SUMÁRIO

I APRESENTAÇÃO.....	05
II A SITUAÇÃO DO ESTADO.....	15
A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA.....	17
A SITUAÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS.....	23
III – AS PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS EM 2001.....	29
1 – ÁREA ADMINISTRATIVA.....	31
1.1 – Gabinete do Governador.....	31
1.1.1 – Gabinete do Vice-Governador e Secretaria-Geral de Governo.....	37
1.1.2 – Casa Civil.....	38
1.1.3 – Casa Militar.....	38
1.1.4 – Gabinete da Reforma Agrária.....	42
1.1.5 – Secretaria Especial do Interior.....	43
1.1.6 – Defensoria Pública do Estado - DEFPUB	44
1.1.7 – Procuradoria-Geral do Estado – PGE.....	45
1.1.8 – Secretaria da Coordenação e Planejamento – SCP.....	48
1.1.8.1 – Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE.....	59
1.1.8.2 – Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional – METROPLAN.....	60
1.2 – Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos –SARH.....	66
1.2.1 – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPERGS.....	77
1.2.2 – Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos – FDRH.....	81
1.2.3 – Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul –	87
PROCERGS.....	
1.2.4 – Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas – CORAG.....	89
1.3 – Secretaria da Fazenda - SEFA.....	92
1.3.1 – Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A – BANRISUL.....	96
1.3.2 - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE	98
2 – ÁREA ECONÔMICA.....	101
2.1 – Secretaria da Agricultura e Abastecimento - SAA.....	101
2.1.1 – Instituto Rio-Grandense do Arroz – IRGA.....	124
2.1.2 – Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul – CEASA.....	127
2.1.3 – Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA.....	130
2.2 – Secretaria da Ciência e Tecnologia – SCT.....	131
2.2.1 – Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária – FEPAGRO.....	147
2.2.2 – Fundação de Ciência e Tecnologia – CIENTEC.....	152
2.2.3 – Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul – FAPERGS.....	155
2.3 – Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais – SEDAI.....	160
2.3.1 – Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação de Rio Grande	166
– ZOPERG	
2.3.2 – Caixa Estadual S/A – Agência de Fomento.....	167
2.4 – Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer - SETUR.....	167
3 – ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA.....	179
3.1 – Secretaria de Energia, Minas e Comunicações – SEMC.....	179
3.1.1 – Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE.....	189
3.1.2 – Companhia Rio-Grandense de Mineração – CRM.....	191
3.1.3 – Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul – SULGÁS.....	191
3.2 – Secretaria das Obras Públicas e Saneamento – SOPS.....	193
3.2.1 – Companhia Rio-Grandense de Saneamento – CORSAN.....	198
3.3 – Secretaria dos Transportes – ST.....	201
3.3.1 – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – DAER.....	214
3.3.2 – Superintendência de Portos e Hidrovias – SPH.....	225
3.3.3 – Superintendência do Porto de Rio Grande – SUPRG.....	230

4 – ÁREA SOCIAL.....	237
4.1 – Secretaria da Cultura – SEDAC.....	237
4.1.1 – Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore – FIGTF.....	245
4.1.2 – Fundação Cultural Piratini – Rádio e Televisão – FCP-RTV.....	249
4.1.3 – Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre – FOSPA.....	250
4.1.4 – Fundação Theatro São Pedro – FTSP.....	254
4.2 – Secretaria da Educação – SE.....	256
4.2.1 – Fundação de Articulação e de Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiências e de Altas Habilidades no Rio Grande do Sul– FADERS.....	279
4.2.2 – Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha – FETLSVC.....	288
4.3 – Secretaria Especial da Habitação – SEHAB.....	291
4.3.1 – Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul – COHAB.....	300
4.4 – Secretaria da Justiça e da Segurança - SJS.....	302
4.4.1 – Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RS.....	321
4.5 – Secretaria do Meio Ambiente – SEMA.....	322
4.5.1 – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler – FEPAM.....	326
4.5.2 – Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul – FZB.....	327
4.6 – Secretaria da Saúde – SES.....	329
4.6.1 – Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde – FEPPS.....	348
4.7 – Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social – STCAS.....	354
4.7.1 – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – FEBEM.....	374
4.7.2 – Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS.....	375
IV – OS PLANOS PARA 2002.....	377
1 – ÁREA ADMINISTRATIVA.....	379
1.1 – Gabinete do Governador.....	379
1.1.1 – Gabinete do Vice-Governador e Secretaria-Geral de Governo.....	379
1.1.2 – Casa Civil.....	380
1.1.3 – Casa Militar.....	380
1.1.4 – Gabinete da Reforma Agrária.....	381
1.1.5 – Defensoria Pública do Estado - DEF PUB	382
1.1.6 – Procuradoria-Geral do Estado – PGE.....	382
1.1.7 – Secretaria da Coordenação e Planejamento – SCP.....	382
1.2 – Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos – SARH.....	388
1.3 – Secretaria da Fazenda - SEFA.....	391
2 – ÁREA ECONÔMICA.....	393
2.1 – Secretaria da Agricultura e Abastecimento - SAA.....	393
2.2 – Secretaria da Ciência e Tecnologia – SCT.....	397
2.3 – Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais – SEDAI.....	401
2.4 – Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer - SETUR.....	407
3 – ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA.....	408
3.1 – Secretaria de Energia, Minas e Comunicações – SEMC.....	408
3.2 – Secretaria das Obras Públicas e Saneamento – SOPS.....	410
3.3 – Secretaria dos Transportes – ST.....	411
4 – ÁREA SOCIAL.....	416
4.1 – Secretaria da Cultura – SEDAC.....	416
4.2 – Secretaria da Educação – SE.....	417
4.3 – Secretaria Especial da Habitação – SEHAB.....	422
4.4 – Secretaria da Justiça e da Segurança - SJS.....	423
4.5 – Secretaria do Meio Ambiente – SEMA.....	427
4.6 – Secretaria da Saúde – SES.....	432
4.7 – Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social – STCAS.....	436

II – A SITUAÇÃO DO ESTADO

A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

O CENÁRIO NACIONAL

Depois de curto período de crescimento, coincidente com a implementação do Plano Real, os desequilíbrios macroeconômicos e a dependência externa, decorrentes das opções da política econômica de corte neoliberal, puseram a economia nacional novamente em recessão. Na segunda metade do século XX, a economia brasileira cresceu a uma média anual de 7,7%, até a eclosão da crise dos anos 80, quando a média caiu para 2%.

Apresentada como resposta à crise e superação do modelo desenvolvimentista e de sua substituição de importações, a estratégia neoliberal, iniciada com o acordo da dívida externa e a abertura do mercado nacional e consolidada com a estabilidade dos preços no Plano Real, produziu uma média medíocre de 2,5% de crescimento ao ano na década dos 90.

Desafortunadamente, a falta de crescimento não é o único resultado perverso da política adotada desde então. Mais grave é o desequilíbrio da balança de pagamentos e o aprofundamento da dependência financeira externa, resultantes dos custos do acordo da dívida e da desmedida abertura comercial. O saldo médio da balança comercial nos anos 80 foi de aproximadamente US\$ 10 bilhões ao ano, tendo invertido o sinal após o Plano Real para em torno de US\$ 4 bilhões negativos.

Apenas em 2001, o País voltou a ter um desempenho positivo em sua balança de comércio, quase todo produzido pelo Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, a dívida externa crescia de US\$ 115 bilhões em 1989 para US\$ 239 bilhões em 2001, e seus custos se somaram ao déficit comercial, pesando sobre as contas com o exterior. Em 1996, o resultado das transações correntes foi negativo em US\$ 23,1 bilhões, enquanto as amortizações alcançaram o valor de US\$ 14,4 bilhões, totalizando US\$ 37,5 bilhões remetidos ao exterior e que precisaram do ingresso de capitais para serem cobertos.

Em 2001, o déficit nas transações correntes atingiu US\$ 27,3 bilhões, ao mesmo tempo em que as amortizações foram de US\$ 30,5 bilhões, gerando uma necessidade de ingresso de capital da ordem de US\$ 57,8 bilhões. A esse desequilíbrio externo, soma-se o explosivo crescimento da dívida pública, que passou de R\$ 59 bilhões (17% do PIB), em dezembro de 1994, para R\$ 624 bilhões (51% do PIB), ao final de 2001, num resultado decorrente das altas taxas de juros mantidas pela condução ortodoxa da política monetária e pela própria necessidade de atrair capitais, para fechar o balanço de pagamentos. O financiamento dessa dívida só foi possível pela enorme elevação da carga tributária, que passou de 22,5% do PIB em 1989 para estimados 34% em 2001. Tais valores representam uma enorme transferência de renda, realizada pelo Estado, entre a população que paga impostos e os rentistas credores da dívida pública, muitos deles estrangeiros, aumentando as desigualdades e empobrecendo ainda mais o País.

A fragilidade financeira externa, resultante dessa política, reduziu sobremaneira a soberania nacional, na medida em que a economia doméstica passou a mover-se passivamente e de forma apenas reativa ao ambiente internacional. O

neoliberalismo foi adotado, também, por quase toda a América Latina e tem, no caso extremo da Argentina, a mostra do destino final de seu fracasso. Esse tipo de dependência financeira não é uma decorrência inevitável da globalização, mas um resultado das opções políticas adotadas desde o começo dos anos 90, e que produziram essa forma de inserção subalterna das economias brasileira e latino-americanas no regime capitalista mundial.

A combinação do desequilíbrio externo, e sua conseqüente transferência de renda para os países credores, EUA à frente; o baixo crescimento; o desemprego; a precarização do trabalho; e as perdas salariais, além do endividamento público e da política monetária conservadora e seus juros elevados, aprofundam a desigualdade histórica e a exclusão, que são marcas da sociedade brasileira. O País precisa, mais do que nunca, crescer, para dar oportunidade de uma vida digna a dezenas de milhões de excluídos. Para crescer, todavia, o Brasil precisa de investimentos, que, no entanto, estão limitados, na medida em que o modelo econômico adotado tem como resultado a exportação de uma parcela significativa da poupança nacional.

É por essa razão que, ao longo dos anos 90, a economia brasileira apresentou pequenas bolhas de crescimento, logo seguidas de fases de desaceleração, num movimento pendular, em que a duração e a amplitude das fases ascendentes vem se reduzindo. Foram 09 trimestres seguidos de taxas maiores do que 4% entre 1993 e 1996 e apenas 03 em 1997 e novamente 03 trimestres com taxas maiores do que 4% entre o final de 2000 e o começo de 2001.

O DESEMPENHO DO RIO GRANDE DO SUL

Os 03 primeiros anos de gestão deste Governo encontraram uma conjuntura em alguns aspectos favorável, em razão da desvalorização cambial e da fase positiva do desempenho industrial nacional no biênio 1999-2000. Entretanto, desde o final do ano retrasado e ingressando por 2001, os indicadores conjunturais brasileiros mostram, nos seus sinais negativos, a inauguração de uma fase declinante do ciclo econômico. A produção industrial apresenta declínio de suas taxas, inclusive com índices negativos em alguns gêneros, assim como a atividade do comércio caiu e o desemprego cresceu.

A queda no desempenho da economia brasileira afetou principalmente o setor industrial local, cujas ligações com o parque produtivo instalado no centro do País, assim como sua relação com o mercado interno nacional, são importantes. Com isso, as taxa de crescimento anual se reduziram de 7,4% em 2000 para 2,3% em 2001. Entretanto, há que ressaltar o bom desempenho da mecânica, do mobiliário, de minerais não-metálicos e de material de transporte, que alcançaram uma maior autonomia em relação ao mercado nacional e tiveram impacto positivo na taxa global da economia.

Por sua vez, a safra agrícola foi excepcional, tendo a produção da lavoura crescido 16,3%, em relação ao ano de 2000. Um bom desempenho também tiveram as exportações, com crescimento de 9,8%, fazendo com que o RS se tornasse o segundo maior exportador do Brasil. Da mesma forma, o desemprego vem diminuindo na Região Metropolitana de Porto Alegre, de 19,4%, em 1999, para 15,9%, em 2000, e 15,1%, em 2001, sempre com base em novembro.

Agropecuária

A análise setorial aponta a agropecuária como a principal responsável pelo desempenho global, havendo crescido à taxa de 12%, um valor próximo ao seu peso na estrutura produtiva do Estado, que é de 11,7%. Abrindo-se o setor em seus principais produtos, salienta-se a lavoura com uma taxa de 16,3%, em contraste com a produção animal, que cresceu apenas 0,6%. No primeiro caso, foram os grãos de verão, notadamente o milho (54,9%) e a soja (44,9%) com safras excelentes, mas também o arroz, que embora com uma taxa menor (5,3%), se recuperou da frustração anterior. A mudança nas expectativas do mercado, com preços mais elevados, incentivou a retomada do cultivo do trigo no inverno, o qual cresceu 26,5%. Por sua vez, a fruticultura, que vem há alguns anos se afirmando como um segmento dinâmico na agropecuária gaúcha, teve um desempenho ruim em 2001, com exceção da cultura da banana (24,3%), sendo que as culturas da laranja, uva e maçã tiveram taxas negativas.

No que respeita à produção animal, apenas o leite apresentou uma taxa próxima à média do PIB, 3,2%. A bovinocultura amargou mais 01 ano negativo, com a produção caindo 0,2%. No caso dessa cultura, tão tradicional do Rio Grande, a crise gerada, pelo surgimento de focos de aftosa no território estadual, veio se somar a um processo estrutural de perda de dinamismo, em razão de problemas como a baixa produtividade e a crise da indústria de carnes. O retorno dessa epidemia paralisou negócios e acabou por afetar 02 produtos que vinham tendo uma tendência histórica de crescimento: aves e suínos, com taxas reduzidas a 1% e 0,5% respectivamente. No segmento da agropecuária colonial, no qual se inserem essas 02 culturas, e que tem como marca a produção familiar, o leite teve o melhor desempenho, com o volume produzido crescendo 3,2%, muito em razão da redução das importações, pois os preços ao produtor não têm sido estimulantes.

Indústria

Passando à análise da indústria, nota-se que o subsetor da transformação teve o melhor desempenho, com um crescimento de 2,7%, enquanto caíram a extrativa mineral (-14,1%); eletricidade, gás e água (-0,03%); e a construção civil cresceu muito pouco (0,8%). Em todo o setor, merece especial destaque o gênero mecânica, no qual se encontra a atividade de fabricação de máquinas e implementos agrícolas, que cresceu 17,5% e representa, isoladamente, a maior contribuição ao PIB global (1,49 da taxa de 3,5%). O bom desempenho da lavoura, a oferta de crédito e as exportações explicam esse resultado, pelo lado da demanda.

Entre os gêneros que contribuíram para o desempenho positivo, destacam-se o mobiliário (7,0%) e material de transporte (5,9%), ambos com importante participação nas exportações. Seguem-se minerais não-metálicos (4,2%), influenciado pela demanda por fertilizantes da agricultura e a borracha (3,2%), também um gênero exportador. Já os gêneros com maior vocação para o mercado interno brasileiro tiveram desempenho negativo, como alimentação (-3,1%), bebidas (-7,5%) e química (-5,2%), todos com peso importante na estrutura produtiva estadual.

Dois gêneros merecem atenção especial por seu desempenho global negativo: fumo (-5,4%) e vestuário, calçados e artefatos de tecidos (-3,8%). Ambos têm peso importante na indústria gaúcha e presença tanto no mercado interno como nas

exportações. No caso do fumo, o crescimento das exportações não foi suficiente para melhorar sua performance, que vem acusando os efeitos do crescimento do contrabando. Por sua vez, o dado do vestuário não permite isolar o segmento calçadista, o qual, de qualquer forma, teve um crescimento pequeno nas exportações.

Serviços

O setor dos serviços, com 47,8% do PIB gaúcho, cresceu 2,4%, um pouco abaixo da média estadual. Importante foi o dado do comércio, com 3% de crescimento, o que contrasta com o plano nacional, no qual houve uma queda anualizada de 0,7%, até o terceiro trimestre. Taxa mais alta teve o segmento de transporte e armazenagem (5,3%), que, assim como o comércio, foi influenciado positivamente pelos efeitos da grande safra agrícola. As comunicações continuam em um ritmo de expansão elevado (15%), embora suas taxas venham declinando, na medida em que as oportunidades de novos investimentos, em produtos e tecnologia, começam a se esgotar.

Comércio Exterior

O saldo comercial do Rio Grande do Sul cresceu 30,5% em 2001, atingindo US\$ 2,295 bilhões, em torno de 87% de todo o saldo brasileiro, que chegou a US\$ 2,642 bilhões. Isso foi resultado de um crescimento de 9,8% das exportações, perfazendo US\$ 6,345 bilhões, contra uma variação de apenas 0,7% nas importações, totalizando US\$ 4,051 bilhões. O crescimento das exportações foi maior do que a média nacional (5,7%), o que levou o RS a ocupar a segunda posição entre os estados, ultrapassando Minas Gerais.

Um segundo dado positivo do comércio exterior gaúcho foi a diversificação das parcerias, com crescimento das vendas para a China (48,9%), e para clientes menos tradicionais da Europa, como Espanha e Holanda. Em compensação, entre os vizinhos do MERCOSUL os negócios foram piores, com redução das exportações para Argentina e Uruguai, o mesmo ocorrendo com as importações desses países. Mesmo com crescimento (2,6%), os EUA reduziram sua participação no destino das exportações gaúchas, embora ainda sejam os maiores compradores, com 25,5% do total.

No que concerne à pauta das exportações, houve um grande crescimento de produtos agropecuários, em especial soja em grão (82,1%), carnes e miudezas (56,1%) e resíduos alimentares (farelo), com 50,1%. Logo a seguir, vêm os veículos e tratores (20,5%) e caldeiras e máquinas (12,7%). Couros e peles cresceram 8,6%, e calçados alcançaram uma taxa menor, 1,7%. O desempenho negativo ficou com plásticos (-30%) e móveis (-4,5%). Tais movimentos respondem fundamentalmente à variação na demanda, positiva, no caso da soja e das carnes vendidas para Europa e Ásia, e negativa, no caso dos produtos com maior participação no mercado argentino, como plásticos, móveis e calçados.

Situação Social

O Rio Grande do Sul, a exemplo dos outros estados da Região Sul vem, nas últimas décadas, apresentando indicadores que revelam uma situação social melhor do que a média nacional, embora em muitos aspectos, notadamente no que respeita à renda, esses indicadores estejam muito distantes do que seria possível pelo estágio do

desenvolvimento econômico já atingido. Afortunadamente, a evolução recente da situação social apresenta resultados positivos nas áreas do saneamento, acesso à infra-estrutura, saúde e educação.

O acesso da população gaúcha à água e ao esgoto tratados foi ampliado. Entre 1998 e 2000, as economias servidas pela rede de água e esgoto cresceram 3,14% e 4,86%, significando, em números, mais 81.000 unidades com água tratada e mais 25.000 com tratamento de esgoto. Em extensão da rede, os índices são maiores para o caso da água, com uma variação de 5,77%, na medida em que localidades mais distantes e com menor densidade populacional passaram a ser atendidas. No que diz respeito à energia elétrica, houve um crescimento ainda maior, tendo sido ligadas à rede de distribuição, entre 1998 e 2000, cerca de 168.000 residências (6,81% a mais) e 18.000 propriedades rurais (7,5% mais).

Na área da saúde, vem sendo alcançada uma redução do coeficiente de mortalidade infantil, que, de 18,25 por mil nascidos, em 1996, caiu para 17,23 por mil, em 1998, e para 15,08 por mil, em 2000. Já a taxa de mortalidade, em relação às internações hospitalares, manteve-se numa faixa de 3,1 a 3,3 por mil, entre 1996 e 2000.

Quanto à educação, houve uma estabilização no número de matrículas no ensino fundamental, em toda a rede do Estado (pública e privada), em torno de 1.800.000 de alunos, muito em razão da mudança na estrutura etária da população, mas com um avanço pedagógico, que pode ser medido na redução da taxa de evasão, que caiu de 5,69%, em 1996, para 4,21%, em 2000. Já no ensino médio, houve um avanço no número de matrículas, de 370.000, em 1996, para 483.000, em 2000. A Rede Estadual absorveu mais do que a totalidade desse crescimento, ofertando 115.000 novas vagas no período. A taxa de evasão teve uma redução menor do que a do ensino fundamental, de 12,95%, em 1996, para 11,35%, em 2000.

Em relação ao emprego e à renda, os indicadores são contraditórios, tendo o primeiro um desempenho positivo, na medida em que a taxa de desemprego na Grande Porto Alegre caiu de 19,4%, em novembro de 1999, para 15,1%, em 2000. Entretanto, o rendimento do pessoal ocupado caiu 1,95%, entre 2000 e 2001, resultado provocado principalmente pelos trabalhadores autônomos, cuja renda teve redução de 5,44%. Os assalariados tiveram seus ganhos estabilizados, em razão da melhora da remuneração no setor público (6,04%), pois, no setor privado, os salários caíram 2,24%, entre 2000 e 2001. A melhora da taxa de desemprego não vem revertendo para o trabalhador, em razão da precarização das condições de trabalho, postas em vigor pelas reformas econômicas de cunho neoliberal dos últimos anos, que fortaleceram a ocupação informal.

A SITUAÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Em 2001, a arrecadação do ICMS, principal fonte de receita do Estado, teve um crescimento nominal de 18,76%, em relação ao ano anterior, com um valor arrecadado de R\$ 6,706 bilhões. A maior arrecadação permitiu a melhora na situação fiscal e o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, no prazo previsto, ao mesmo tempo em que consolidou o novo modelo de financiamento do Estado, no qual as receitas ordinárias são a base para a reconstrução da capacidade de gerar políticas

públicas e trilhar para a uma solução consistente da crise estrutural das finanças do Estado.

No Rio Grande do Sul, entre os anos de 1995 e 1998, foram vendidos R\$ 5 bilhões de patrimônio público, enquanto o problema estrutural das finanças públicas gaúchas era agravado. O déficit primário foi de R\$ 405 milhões, em 1995, e passou para R\$ 1,032 bilhão, em 1998, mostrando uma elevação nominal de 155%. As receitas ordinárias foram preteridas, em favor da venda de patrimônio do Estado, ao mesmo tempo em que serviços essenciais foram prejudicados, com medidas como o Plano de Demissões Voluntárias (PDV), que promoveu a demissão de aproximadamente 12.000 servidores, principalmente em áreas-fim, desqualificando os serviços prestados à população, sem, contudo, conter os gastos com pessoal, pela grande participação, nesse grupo, dos gastos com pagamentos de inativos.

A crise financeira foi agravada pela renegociação da dívida pública do Estado, realizada em 1998. O comprometimento da Receita Líquida Real (RLR), com pagamento da dívida aumentou de 5,34%, um ano antes do acordo, para 15,7% em 1999, culminando em 2001, ano em que o pagamento da dívida absorveu 16,8% da Receita Líquida Real.

As finanças do Estado também sofreram o impacto da reconcentração das receitas na esfera federal. Após a Constituição de 1988 ter estabelecido uma distribuição das receitas entre os entes federados, vários dispositivos foram modificados ou implantados, afetando diretamente as finanças dos estados e municípios. A receita disponível dos estados, após as distribuições constitucionais, representava 28,0% do total arrecadado, em 1990, participação que caiu para 25,1%, em 2000. Já a participação da União se elevou de 57,1% para 59,9%, de 1990 para 2000. As alterações foram realizadas com ênfase na criação e ampliação de receitas oriundas de contribuições, em detrimento das receitas de impostos, que, por definição constitucional, devem ser partilhados com os estados e municípios. Do produto da arrecadação do Imposto de Renda, 47% são distribuído aos estados e municípios e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), 57% da arrecadação é partilhada.

A arrecadação conjunta das contribuições sociais incidentes sobre as receitas em geral e faturamento (PIS, COFINS, CPMF e Contribuição sobre o Lucro Líquido - CSLL) passou de R\$ 39,4 bilhões, em 1998, para R\$ 71,1 bilhões, em 2000, ou de uma participação de 4,3% do PIB para 6,5%. Ainda que tenha ocorrido a elevação da alíquota de Imposto de Renda de Pessoas Físicas de 25% para 27,5%, a partir de janeiro de 1998, a receita dessas contribuições superou em R\$ 11,4 bilhões a receita de Imposto de Renda, em 2000. Também em 2000, a receita dessas contribuições correspondeu a mais do que o triplo do valor arrecadado do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, que resultou em uma arrecadação de R\$ 18,7 bilhões.

Item de Receita	R\$ bilhões					
	1998	% PIB	1999	% PIB	2000	% PIB
Contribuições Sociais (CONFINS, CPMF, CSLL e PIS)	39.441	4,32	55.082	5,73	71.136	6,52
Imposto de Renda	47.724	5,22	55.215	5,75	59.696	5,48

Fonte: Receita Federal

A Lei Complementar n. 87/96 (Lei Kandir) isentou de ICMS as exportações de produtos semi-elaborados e concedeu crédito fiscal na aquisição de bens destinados ao ativo fixo das empresas. Com vigência desde o final do ano de 1996, a Lei Kandir previa um mecanismo de compensação pela União para reduzir as perdas de arrecadação do ICMS. Esse mecanismo previsto na Lei, além de não ressarcir o montante das perdas decorrentes de sua aplicação, estimulava a guerra fiscal entre os estados, pois parte da renúncia de ICMS era compensada. O Fundo de Estabilização Fiscal, antigo Fundo Social de Emergência, transferiu recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) à União, desvinculando parte dos recursos do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Renda.

A renegociação das dívidas estaduais foi um fator decisivo no agravamento da crise financeira dos estados, os quais, em função das elevadas taxas de juros, tiveram aumentados os seus estoques de dívidas. Com isso, o processo de renegociação trouxe, como consequência, a drástica elevação dos desembolsos para pagamento das dívidas dos estados. A autonomia dos entes federados pressupõe a existência de condições financeira que permitam a execução das políticas locais. As severas restrições financeiras, impostas aos estados pela centralização das receitas no âmbito da União e o comprometimento elevado das receitas estaduais com o pagamento de dívida, afetaram o equilíbrio entre as esferas de governo.

A partir de janeiro de 1999, o Estado do Rio Grande do Sul optou por um modelo de financiamento diferente, baseado na justiça tributária e na preservação do patrimônio público. O Governo Democrático e Popular busca o equilíbrio fiscal, com o objetivo de dotar o Estado de condições de prestar serviços públicos de qualidade à sociedade. O novo modelo observa uma solução consistente para o problema estrutural das finanças do Estado. Nesse sentido, foram revisados os benefícios fiscais; a cobrança dos devedores do Estado foi qualificada e intensificada; não foi concedida anistia fiscal; instalaram-se mecanismos de controle, para evitar a sonegação fiscal e proteger a economia gaúcha, como a cobrança de diferenças de alíquota interestadual na fronteira; foi implantado o Orçamento Participativo Estadual, iniciando-se a democratização da gestão pública no Rio Grande do Sul; e invertendo-se as prioridades da despesa pública, agora voltada aos interesses da coletividade.

Não passivo ao enfraquecimento do equilíbrio federativo, o Estado teve uma postura voltada para o restabelecimento da autonomia dos entes federados, combatendo a guerra fiscal implantada, que promove danos às finanças estaduais, buscando a equalização de débitos da União com o Estado, bem como a redução dos desembolsos com a dívida pública.

Pela ação dos estados e municípios, a Lei Complementar n. 102/00 alterou o mecanismo de compensação da Lei Kandir (LC n. 87/96) e reduziu as perdas decorrentes da sistemática anterior. O Fundo de Estabilização Fiscal foi substituído pela Desoneração de Receita da União (DRU), que não provoca perdas aos entes da federação. No entanto, outras desonerações fiscais praticadas pela União, proporcionam perdas de transferências aos estados e municípios, como, por exemplo, o ressarcimento às empresas exportadoras do valor pago a título de CPMF, o qual pode ser compensado via crédito presumido de IPI. Outro caso foi a criação, em dezembro de 2001, da Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE), pela Emenda Constitucional n.33, incidente sobre combustíveis, a qual representou uma ocupação de espaço tributário dos estados, agravando a situação atual.

A RECEITA PÚBLICA

O período de 1999 a 2001 foi caracterizado pela recuperação das receitas próprias do Estado, sobretudo das receitas tributárias. A arrecadação do ICMS manteve uma evolução crescente a partir de 1999, revertendo a tendência decrescente verificada no período anterior. A tabela a seguir demonstra os valores arrecadados, corrigidos pelos IGP-DI/FGV e IPCA/IBGE. É importante ressaltar que, em 1999, o IGP-DI apresentou uma variação de 19,98%, duas vezes superior aos demais índices, o que resulta na elevação dos valores dos anos anteriores. Porém, a evolução crescente da arrecadação no período 1999-2001 é verificada independentemente do índice utilizado, o mesmo se observando para a queda real da arrecadação desse imposto nos anos anteriores. No ano de 1999, o ICMS teve as alíquotas reduzidas em um ponto percentual, com o fim da majoração vigente no ano anterior. Mesmo com a redução da alíquota, a arrecadação teve um crescimento real de 4,9%, se considerado o IPCA, ou uma pequena queda de 1,2%, utilizando-se o IGP-DI. Nos anos seguintes, essa receita teve um crescimento consistente, com a receita de 2001 apresentando-se como a maior observada na série.

Arrecadação do ICMS - 1995/2001

Anos	Valor Nominal	Valor Corrigido -IGP-DI (FGV)		Valor Corrigido - IPCA (IBGE)	
	R\$ milhões	R\$ milhões	Posição no período	R\$ milhões	Posição no período
1995	3.509	6.391	4º	5.570	3º
1996	4.016	6.578	2º	5.502	5º
1997	4.007	6.093	7º	5.143	7º
1998	4.232	6.193	5º	5.263	6º
1999	4.660	6.121	6º	5.520	4º
2000	5.647	6.518	3º	6.251	2º
2001	6.706	7.019	1º	6.950	1º

Fonte: SEFA

As ações para a obtenção dos objetivos foram pautadas na modernização da Gestão Fazendária; na melhoria no atendimento ao contribuinte; na valorização e qualificação dos servidores; na permanente discussão com a sociedade; na busca de qualificação dos serviços prestados; e de medidas para promoção do desenvolvimento econômico, geração de emprego, renda e inserção social.

A Receita Total da Administração Direta atingiu o montante de R\$ 9,838 bilhões em 2001, um aumento de 11,38% em relação ao ano anterior. Esse

crescimento foi possível pelo excelente resultado da arrecadação do ICMS, cujo montante arrecadado no ano foi de R\$ 6,706 bilhões, correspondendo a um acréscimo nominal de R\$ 1,060 bilhão em relação ao ano 2000, representando um crescimento real de 7,67%, utilizando-se o IGP-DI como deflator, e 11,18%, utilizando-se o IPCA. A arrecadação com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) foi de R\$ 534,5 milhões, representando um acréscimo de 37,97% sobre o ano anterior.

O bom resultado da Receita Corrente, especialmente das receitas tributárias próprias, compensou a queda verificada na Receita de Capital, no ano 2001, obtendo-se o incremento significativo da Receita Total. A Receita de Capital foi de R\$ 499,7 milhões em 2001, apresentando uma redução de 37,89%, comparada ao ano anterior. A queda se deve ao menor ingresso de receitas extraordinárias, tendo em vista que o exercício de 2000 incluía receitas do acordo da dívida, em montantes superiores ao verificado no exercício de 2001.

A cobrança de créditos teve um crescimento nominal de 13,74%, em 2001, sobre o ano anterior, com um valor arrecadado de R\$ 360,6 milhões, destacando-se os pagamentos da Dívida Ativa, que atingiram R\$ 172,4 milhões, um aumento nominal de 33,43% e real de 21,09%, em relação ao ano de 2000. O estoque de créditos inscritos em dívida ativa, não pagos, teve um aumento real de 1,61%. A inadimplência de ICMS, em 1998, era de 6,56%; em 1999, caiu para 5,54%; em 2000, nova redução para 4,33%, e; em 2001, baixou para 3,8%².

A DESPESA PÚBLICA

O Estado implantou, em 1999, o Orçamento Participativo Estadual, promovendo a democratização das políticas públicas, invertendo as prioridades e qualificando a ação estatal. Ao discutir, decidir e controlar o orçamento público, a participação da população proporciona uma racionalização dos recursos públicos, com o direcionamento para as áreas em que são mais necessários.

Os gastos sociais foram priorizados. As despesas com a manutenção do ensino foram aplicadas em conformidade com o dispositivo constitucional de gasto mínimo de 35% da Receita Líquida de Impostos em todos os anos da atual gestão. Os gastos em saúde foram de R\$ 537,1 milhões em 2001, um valor superior em mais de que o dobro do aplicado em 1998.

Gastos com Saúde		
Ano	Valor (R\$ mil)	% RTL
1995	135,9	5,02%
1996	135,9	4,35%
1997	218,1	6,95%
1998	245,9	7,38%
1999	366,0	10,04%
2000	442,9	10,06%
2001	537,1	10,23%

Fonte: SEFA

Em 2001, a Despesa Total da Administração Direta do Estado atingiu o montante de R\$ 10,393 bilhões, representando um acréscimo nominal de 10,63% sobre o exercício anterior. O item mais significativo foi o grupo de pessoal, com

² Referente ao período de janeiro a outubro

R\$ 5,402 bilhões, uma elevação de R\$ 444,7 milhões em relação ao ano 2000, refletindo os reajustes concedidos às categorias com as menores remunerações e as novas contratações.

As transferências constitucionais aos municípios foram de R\$ 2,227 bilhões, registrando-se um acréscimo de R\$ 388,8 milhões em relação ao ano anterior. O aumento dessas transferências, de 21,1%, foi decorrente do bom desempenho das receitas tributárias, que são partilhadas com os municípios. Nos anos de 1999 e 2000, essas transferências foram de R\$ 1,518 bilhão e R\$ 1,838 bilhão, respectivamente.

A despesa com pagamento da dívida pública, em 2001, foi de R\$ 968,6 milhões. Por ser uma despesa atrelada à receita, esse gasto teve uma elevação decorrente do crescimento das receitas do Estado. Com o pagamento da dívida pública, O Rio Grande do Sul gastou R\$ 127,1 milhões a mais que no ano anterior, com um crescimento de 15,1%. Em 2000, esse gasto foi de R\$ 841,4 milhões e, em 1999, de R\$ 753,3 milhões.

A despesa com investimentos, considerados em seu sentido restrito, ou seja, obras e aquisição de equipamentos diretamente pelo Governo do Estado, foi de R\$ 453,4 milhões, em 2001, e representou um crescimento de 13,7%.

RESULTADO FISCAL

Com um crescimento de receita maior que o da despesa, o déficit orçamentário, do ano de 2001, foi de R\$ 555,2 milhões, reduzido em 1,15% em relação ao exercício de 2000.

A melhora na situação fiscal é verificada pela sensível redução do déficit primário. Esse déficit, que era de R\$ 1,032 bilhão, em 1998, teve uma redução de 90,7%, encerrando o ano de 2001 em R\$ 96,4 milhões.

Não obstante as limitações impostas pela crise financeira estrutural do Estado e pela elevação do comprometimento com o pagamento da dívida pública, os programas foram implantados, com ampliação e qualificação dos serviços prestados à população; os gastos constitucionais de educação e saúde foram atendidos; tendo sido concedidos reajustes salariais para os servidores com as menores remunerações.

O equacionamento das contas públicas vem ocorrendo gradativamente, sem a venda de patrimônio público, que se constitui em uma solução paliativa, não resolvendo o problema do déficit estrutural enfrentado.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS, DESPESAS E RESULTADOS - 1999/2001

Valores nominais

R\$ mil

	1999	2000	2001
RECEITA CORRENTE	7.092.158	8.028.210	9.338.286
ICMS	4.659.535	5.646.816	6.706.354
IPVA	338.373	387.407	534.487
TRANSF. UNIÃO	1.322.468	1.469.097	1.568.967
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	771.782	524.891	528.478
RECEITA DE CAPITAL	238.148	804.544	499.688
RECEITA TOTAL	7.330.306	8.832.754	9.837.974
DESPESA OPERACIONAL	5.826.694	6.714.785	7.197.553
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.558.980	4.956.919	5.401.659
INVESTIMENTOS	293.793	398.794	453.402
OUTRAS ⁽¹⁾	973.921	1.359.072	1.342.492
DESPESA NÃO-OPERACIONAL	2.271.164	2.679.637	3.195.625
DÍVIDA PÚBLICA	753.339	841.441	968.570
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	1.517.825	1.838.197	2.227.055
DESPESA TOTAL	8.097.858	9.394.423	10.393.177
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	(767.552)	(561.668)	(555.203)
RESULTADO PRIMÁRIO	(293.011)	(324.197)	(96.452)

(1) Em 2000, inclui R\$ 176,3 milhões da Agência de Fomento

Fonte: SEFA

III – AS PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS EM 2001

1. ÁREA ADMINISTRATIVA

1.1 GABINETE DO GOVERNADOR

A democratização da relação entre o Estado e a sociedade é um compromisso desta gestão, conduzido diretamente pelo Centro do Governo. Neste sentido, coube a este Gabinete a efetivação de medidas com vistas a aprofundar o processo de participação popular na condução dos negócios públicos, ampliar os laços do Rio Grande do Sul com outros povos irmãos, a aproximar a Administração Estadual dos municípios e cidadãos do interior, defender os princípios do federalismo e consolidar uma relação de colaboração e respeito com os demais entes federados. Uma segunda linha de atuação tem por finalidade sustentar um processo permanente de avaliação das ações de governo e dirigir a implementação do projeto de desenvolvimento econômico e social para o Rio Grande do Governo Democrático e Popular.

Para a consecução desses objetivos, cabe ressaltar as iniciativas referidas a seguir.

Durante o primeiro ano de exercício, 1999, a defesa do Pacto Federativo teve especial relevância e foi construída em duas direções. Numa delas, destacam-se a articulação com os outros governadores e as negociações com o Governo Federal em torno das dívidas estaduais, da Lei Kandir, da guerra fiscal e da proposta de reforma tributária. A outra vertente foi em direção aos municípios, através da iniciativa de descentralização das mais importantes políticas estaduais, a exemplo da Municipalização Solidária da Saúde; do Compromisso com o Rio Grande; do transporte escolar e do início de programas conveniados com os municípios, como as incubadoras empresariais, o RS Rural, a eletrificação rural, o Família Cidadã e o Troca-Troca.

No ano 2000, o Governador realizou uma visita aos países vizinhos Argentina e Uruguai, reafirmando os laços de amizade e o compromisso com a integração, já sinalizado com a reestruturação da área responsável pelos assuntos do MERCOSUL, e também efetivando acordos de cooperação nas áreas econômica, científica e tecnológica e cultural. A viagem ao Japão, na qual se renovaram os laços com a Província de Shiga, assim como foram estabelecidos acordos que irão propiciar a participação de recursos financeiros, técnicos e humanos japoneses no desenvolvimento gaúcho, foi outro marco importante do ano.

No que diz respeito à participação popular e à interiorização, houve continuidade no processo do Orçamento Participativo, cuja legalidade foi reconhecida pelo Poder Judiciário, verificando-se uma ampliação do número de cidadãos presentes às reuniões e da abrangência de municípios e localidades. Também teve prosseguimento o Programa Compromisso com o Rio Grande, que garante repasses aos municípios, a partir de critérios de transparência e responsabilidade, da mesma forma que as ações de articulação dos órgãos públicos no interior, com racionalização de meios e melhoria dos serviços mais próximos da população. A iniciativa de criação da Secretaria Especial do Interior faz parte desse esforço.

A agenda federativa permaneceu em pauta em 2000, quando foi firmado o acordo de refinanciamento que culminou um longo e difícil processo de renegociação da dívida do Estado com a União. Além disso, a mudança da Lei Kandir e o esforço dos quadros da Fazenda Estadual, na área da receita, permitiram a redução do déficit no ano.

Ainda em 2000, o Gabinete do Governador, associado aos órgãos e secretarias da Área Econômica, realizou seminário sobre o projeto de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. A prioridade aos pequenos e médios empreendimentos, a agricultura familiar, os sistemas locais de produção e a vocação exportadora, são vistos como caminho para um desenvolvimento sustentado do Estado, para o qual se articulam os diversos programas e ações da Administração Estadual. Nesse quadro, a atração de investimentos, proposta com enorme repercussão na mídia e na opinião pública, só tem sentido como meio para preencher lacunas do tecido produtivo gaúcho ou fonte de transferência e desenvolvimento de novas tecnologias.

Em 2001, além da continuidade das presenças no interior do Estado, seja acompanhando as plenárias do Orçamento Participativo, seja na assinatura de convênios ou inaugurações que fazem parte do compromisso com a descentralização, também a agenda internacional do Governo apresentou iniciativas significativas. Em três viagens a Buenos Aires e mais uma a Montevideú, além da confirmação da amizade com os irmãos do Prata, foi possível lançar a proposta de um Fórum de Governadores do MERCOSUL, formalizado em uma reunião realizada em setembro na cidade de Porto Alegre.

Duas missões internacionais, à Europa em junho e à China em dezembro, foram empreendidas tendo em vista à realização de parcerias e à ampliação de relações nas áreas de desenvolvimento, agropecuária, comércio exterior e tecnologia. A reafirmação da vocação exportadora e internacionalista do Rio Grande do Sul, a conquista de novos mercados, a atração de investimentos estratégicos e a assinatura de acordos de cooperação são resultados que terão impacto importante sobre a economia gaúcha.

Em agosto, foi realizado um seminário, com convidados de outros estados do Brasil, para debater as políticas sociais do Governo, seu projeto de inclusão combinado com o desenvolvimento econômico. Foram discutidas as políticas de educação, saúde, segurança, assistência social, habitação e cultura. No mês de dezembro, tiveram lugar 07 eventos regionais, com abrangência para todo o interior do Estado, que replicaram no debate do projeto de desenvolvimento social.

Departamento de Programação Orçamentária – Gabinete de Orçamento e Finanças (DPO-GOF) – A manutenção e os avanços na construção do processo do Orçamento Participativo têm sido a principal missão deste Gabinete desde o início da administração. Essa nova forma de gerir os recursos públicos, através da participação popular, num processo de democracia direta, voluntária e universal, assegura a discussão sobre toda a receita e despesa, tanto na sua distribuição, quanto na própria execução, tornando a comunidade um agente ativo de definição e controle dos recursos públicos.

Ao longo dos 03 exercícios, algumas alterações metodológicas do processo foram efetuadas, tendo em vista seu aprimoramento no sentido de propiciar melhores

condições à participação e controle populares. Em todos os municípios do Estado, além de discutir as prioridades de obras e serviços, bem como os programas e projetos de desenvolvimento do Estado, foram debatidas as formas de financiamento, materializadas nas propostas de alteração da matriz tributária do Estado e do Plano de Incentivo ao Crescimento.

As Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), tiveram sua coordenação feita pelo Gabinete de Orçamento e Finanças, o qual, em conjunto com os demais órgãos do Governo, elaborou os projetos de lei que balizaram os orçamentos anuais. O Gabinete acompanhou, também, a fase legislativa do processo, na qual foram apresentadas emendas e discutidos os vetos.

Também foi atribuído a esse Gabinete a coordenação, em conjunto com os órgãos da Administração Direta e Indireta e dos outros Poderes, a discussão, definição e elaboração da matriz orçamentária desses órgãos. Esta matriz, que distribui os recursos públicos, vem sendo montada a partir do Programa de Governo, expresso no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nas prioridades definidas no Orçamento Participativo.

Em continuidade a esse processo, foram elaborados os projetos de lei orçamentária, com o respectivo acompanhamento da fase legislativa dos Orçamentos Anuais e a elaboração dos respectivos Planos de Investimentos.

Gabinete de Relações Comunitárias – Provocar, incentivar e ampliar a participação popular nas decisões de Estado, são os objetivos do Gabinete de Relações Comunitárias. As Assembléias Públicas, com vistas à elaboração da proposta orçamentária, é o mais importante instrumento de participação no Governo Democrático e Popular. O Orçamento Participativo (OP/RS) foi criado em 1999 e, através dele, a população participa da elaboração da proposta orçamentária, definindo o destino dos recursos públicos.

A participação popular democratiza a gestão pública. Através de instrumentos de participação direta, estabelecendo canais permanentes de relação entre o Governo e a sociedade, tanto na tomada de decisões quanto na execução de suas ações, construindo um novo padrão de relação da comunidade com os governantes. Com a participação popular se fortalece a transparência político-administrativa e qualificam-se as decisões de governo, promovendo a eficácia e a eficiência dos serviços prestados pelo Poder Público.

O OP/RS é realizado a partir de Assembléias Públicas em todos os municípios e regiões do Estado onde a população propõe, debate e estabelece prioridades para as obras, serviços e programas do Governo, além de eleger os delegados responsáveis pela sistematização regional dos resultados. Os delegados eleitos definem a hierarquia regional das obras e serviços, a partir dos resultados municipais e da análise técnico-legal e financeira oferecida pelo Governo, e elegem os conselheiros que debatem e decidem a proposta de orçamento estadual, encaminhada à Assembléia Legislativa.

No ano de 1999, foram realizadas 644 Assembléias Públicas nas quais participaram 188.528 pessoas; no ano 2000, os totais foram, respectivamente, 670

Assembléias com 281.926 pessoas; e, no ano 2001, foram 735 Assembléias com a participação de 378.340 pessoas, como pode ser visto no quadro a seguir.

Participantes por Região nas Assembléias Públicas do OP/RS

Região	Participantes em 1999	Participantes em 2000	Participantes em 2001
Alto Jacuí	5.613	10.515	20.140
Campanha	3.398	4.875	10.901
Central	15.824	21.633	25.120
Centro Sul	3.690	7.978	11.912
Fronteira Noroeste	10.250	11.144	12.761
Fronteira Oeste	6.738	15.133	23.272
Hortênsias/Planalto das Araucárias	2.466	4.837	5.328
Litoral	4.817	5.839	8.151
Médio Alto Uruguai	14.586	14.492	17.333
Metr. Delta do Jacuí	9.129	14.693	21.978
Missões	11.243	12.821	14.521
Nordeste	5.857	12.090	15.082
Noroeste Colonial	9.791	15.201	17.969
Norte	9.668	12.227	19.883
Paranhana/Encosta da Serra	4.352	3.634	6.343
Produção	15.175	17.698	26.135
Serra	11.035	22.736	24.252
Sul	9.221	10.011	15.802
Vale do Caí	3.582	9.349	16.573
Vale do Rio dos Sinos	10.080	18.622	21.553
Vale do Rio Pardo	7.807	14.564	18.128
Vale do Taquari	14.206	21.834	25.203
Total	188.528	281.926	378.340

Fonte: GRC

Gabinete da Primeira Dama – As principais atividades do Gabinete da Primeira Dama estão apresentadas a seguir.

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Em 1999, o Gabinete da Primeira Dama iniciou sua participação no Conselho, representando a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social. No período compreendido entre 1999 e 2000, a Primeira Dama exerceu a vice-presidência do mesmo.

Desde o início desta gestão, o Gabinete vem auxiliando na divulgação e defesa das diretrizes do Conselho, bem como participando de forma efetiva na organização da II e III Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, com representação nas III e IV Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Encontro de Articulação Nacional, promovido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Além disso, ocorreu à participação em vários encontros regionais promovidos pelos Conselhos Municipais,

Conselhos Tutelares e entidades ligadas à defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Em 2001, o Gabinete também participou da avaliação de projetos que concorreram às verbas do Fundo Estadual da Criança e do Adolescente (FECA).

Fórum Permanente de Primeiras Damas – O principal objetivo do Fórum é mobilizar as Primeiras-Damas para um trabalho consciente, articulado e organizado que favoreça a consolidação das ações voltadas às diversas áreas de desenvolvimento social, no âmbito regional e municipal.

Neste período, foram realizados 03 seminários estaduais e 05 encontros regionais, com temas sobre assistência social, turismo, criança e adolescente. Os encontros abrangeram as regiões das Hortênsias; Produção; Missões; Central; e Alto Jacuí.

Programa Cidadania Alerta – Este Programa foi criado em 1999, aprimorando o Programa SOS, e tem o objetivo de organizar a sociedade gaúcha em torno de ações de solidariedade em situações de emergência e calamidade. Fazem parte do Programa a Campanha do Agasalho e as campanhas emergenciais, que atendem os municípios em situação de emergência ou calamidade pública.

A Campanha do Agasalho é realizada anualmente e atende as necessidades dos municípios mais empobrecidos do Estado, de acordo com dados do Índice Social Municipal Ampliado (ISMA), da Fundação de Economia e Estatística.

As doações são encaminhadas às prefeituras, que realizam a distribuição de acordo com as demandas, acompanhadas pelas Secretarias de Assistência Social dos Municípios. A Campanha é patrocinada por empresas e coordenada pelo Gabinete da Primeira Dama, Assessoria de Imprensa e Secretaria da Cultura – Instituto Estadual de Música.

No período da Campanha, além da arrecadação em postos de coleta, são realizadas atividades de aproximação da comunidade, como shows, festa junina. Também são incentivadas ações organizadas por grupos da comunidade. Em 2000, foi introduzida a proposta de regionalização da Campanha, a fim de ampliar a sua divulgação e de proporcionar as coordenações regionais da mesma, atendendo, com isso, um número maior de comunidades. As regiões que já iniciaram esse processo são: Missões, Serra e Sul.

As campanhas emergenciais são realizadas em parceria com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil e visam atender as demandas decorrentes de situações de emergência e calamidade, decretadas em função de adversidades climáticas. Também são incluídos nesta Campanha, o atendimento de pessoas em situações de dificuldade, das populações indígenas, acampamentos, assentamentos e desempregados, sempre que solicitados pelos órgãos responsáveis.

Os dados que seguem são referentes às distribuições de agasalhos e alimentos, realizadas pelo Programa Cidadania Alerta.

Campanha do Agasalho

Tipo/Número de municípios	Anos		
	1999	2000	2001
Agasalhos – Roupas	105.611	172.600	379.037
Calçados	4.995	11.658	11.012
Alimentos	12.641	22.085	54.925
Municípios Atendidos	80	91	141

Fonte: Gabinete da Primeira Dama

Nota: os dados de 2001 são cumulativos até 30/11.

Para a aquisição de alimentos e agasalhos, são realizadas campanhas junto à comunidade e a empresas. Esses, são repassados à população atingida, através de ação conjunta entre Prefeitura, Gabinete e Defesa Civil.

No que diz respeito aos atendimentos emergenciais em 2001, foram assistidos 58 municípios, repassados 150.333 itens referentes a agasalhos, calçados, cobertores e 55.041kg de alimentos.

Coordenadoria Estadual da Mulher – A criação da Coordenadoria, no dia 08 de março de 1999, tem como objetivo demonstrar o comprometimento do Governo com as mulheres gaúchas, as situações discriminatórias, elaborando políticas para combatê-las, promovendo a cidadania feminina, bem como incidindo e estimulando, em todas as áreas de atuação governamental, a elaboração de políticas públicas de gênero. Nesses 03 anos, diversas ações foram implementadas, a seguir mencionadas.

➤ Projeto de Documentação e Valorização da Mulher Trabalhadora Rural, atendendo reivindicação do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, lançado em 1999 através de decreto. O Projeto objetiva promover o reconhecimento e valorização das mulheres que exercem atividades produtivas fora do meio urbano, incluindo pescadoras, quilombolas e indígenas, através da conscientização dos seus direitos e da viabilização dos seus documentos. Até 2001, mais de 8.500 mulheres foram beneficiadas.

➤ Em meio à programação do aniversário do descobrimento, a 1ª Conferência Estadual da Mulher trabalhou como eixo central Aqui São Outros 500 – As Mulheres Fazendo História, que possibilitou trazer à tona a discussão sobre a formação étnica das mulheres do RS, resgatando nossas origens negra, indígena, judia, européia e, como estas questões interferindo nas relações de gênero, além do que, possibilitou situar as problemáticas atuais das mulheres dentro de um contexto maior de miserabilidade, violência e discriminação, no qual as conseqüências são dramáticas e afetam a maioria da população.

➤ Em 07 de dezembro de 2000, foi lançada a Política de Combate à Violência e Garantia dos Direitos da Mulher, que visa conjugar esforços das Instituições do Estado para combater as formas discriminatórias de tratamento às mulheres na sociedade e no convívio doméstico, a fim de garantir direitos iguais para homens e mulheres.

➤ O Programa Estadual de Assistência à Anemia Falciforme, construído em parceria com a Secretaria da Saúde em 1999, através de decreto, consiste na inclusão do quesito raça e etnia nos documentos de busca epidemiológica, do exame para anemia falciforme no teste do pezinho, liberação de medicamentos e de imunobiológico.

➤ Novas instalações da Delegacia da Mulher de Porto Alegre e Pelotas e instalação do Posto da Mulher, em Viamão. Ações realizadas em 1999, para melhorar a qualidade do atendimento das usuárias de Delegacias e Postos da Mulher na Região Metropolitana

de Porto Alegre. Em Pelotas, foi realizada a ampliação do horário de atendimento e criados espaços específicos para o acolhimento das crianças.

- Uma campanha de divulgação da lei, que prevê punição pela prática do assédio sexual no serviço público estadual, foi realizada com vistas a capacitar os recursos humanos das secretarias e órgãos para o possível atendimento e encaminhamento de denúncias; conscientizar as servidoras e servidores públicos da gravidade do assédio sexual no ambiente de trabalho, e da prática com usuários do serviço público.
- A Coordenadoria Estadual da Mulher assessoreou a SUSEPE no projeto de eliminação da revista íntima nos presídios gaúchos. Em novembro de 2001, a revista íntima foi extinta, tornando Rio Grande do Sul o primeiro estado do País a abolir este sistema.
- A Campanha “Nenhuma Mulher pode Morrer no Parto”, iniciada em outubro de 2001 com a finalidade de chamar a atenção da sociedade para o problema da mortalidade materna, divulgando o caso da feminista Vânia Araújo Machado, vítima da mortalidade materna em outubro de 2000, beneficiando as usuárias de toda a rede hospitalar.

1.1.1 GABINETE DO VICE-GOVERNADOR E SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO – SGG

O Gabinete do Vice-Governador alterou sua estrutura organizacional ainda em 2000, extinguindo a Assistência Militar. Na nova estrutura, permaneceu apenas uma supervisão de segurança como órgão de execução. A medida corrigiu uma distorção mantida há muito, que conferia um conteúdo militar injustificável num Governo civil. Essa redução, pela metade de efetivos militares à disposição desse Gabinete, liberou profissionais para atuarem na área fim, ou seja, na segurança pública.

Em 2001, por iniciativa do Governador do Estado, foi criada uma comissão para estudar os efeitos da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) sobre o Rio Grande do Sul. Essa comissão é coordenada pelo Vice-Governador e já apresentou à opinião pública seus primeiros estudos.

A Secretaria-Geral de Governo, órgão integrante do Gabinete do Governador, seguiu as políticas traçadas pela atual Administração, notadamente, nos itens austeridade e transparência do gasto público. No exercício de suas atribuições, teve por objetivo intensificar e qualificar a coordenação e o assessoramento ao Governador e ao Vice-Governador, em assuntos que envolvessem os diversos setores da Administração Estadual, bem como a sistematização de informações e coordenação do relacionamento dos diversos órgãos do Estado. Foi mantida a política de não execução direta de projetos, possibilitando desenvolver suas atividades com uma estrutura simplificada de pessoal.

Além disso, foram desenvolvidas diversas iniciativas dentre as quais destacam-se:

- Coordenação e participação na elaboração dos Projetos de Cidadania Alimentar; Seguro Agrícola; Universidade Estadual; Estação Rádio-Base do Morro São Pedro; Revitalização de Áreas Portuárias; e Ampliação do Aeroporto Salgado Filho.
- Coordenação e participação nos fóruns destinados a discutir questões de infraestrutura, políticas sociais e de desenvolvimento econômico.

- Conclusão da análise e avaliação do Programa Demissões Voluntárias (PDV) e a reconversão funcional de servidores públicos estaduais.
- Coordenação e organização, em 2000, do Seminário sobre a Estratégia de Desenvolvimento Econômico e, em 2001, do Seminário de Desenvolvimento Social.

Também merecem destaque o desenvolvimento e a implantação de uma metodologia para o acompanhamento de projetos estratégicos e indicadores de gestão, em parceria com a PROCERGS.

1.1.2 CASA CIVIL

A Casa Civil, órgão que tem por finalidade assessorar e apoiar, direta e imediatamente, o Governador do Estado em assuntos de natureza política, jurídica, legislativa e administrativa de apoio aos municípios, além de representá-lo civilmente, pautou suas ações na busca da melhoria do atendimento de suas demandas.

Dentre as ações realizadas, no triênio, destacam-se as seguintes:

- Assessoramento e Assistência Técnica ao Governador do Estado em Assuntos de Matéria Jurídica – Foram elaborados e/ou analisados os decretos, atos, ordens de serviço e projetos de lei sancionados, assim como os pareceres relativos a 55 vetos, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres. Também foram orientadas e coordenadas as atividades de relacionamento do Governo do Estado com os municípios, bem como concedido grande número de audiências a Prefeitos e outras autoridades municipais. A partir da criação da Secretaria Especial do Interior, em dezembro de 2000, a atividade de relacionamento com as municipalidades deixou de ser atribuição da Subchefia do Interior, então extinta.
- Controle – Desde o início da atual gestão foi realizada uma intensa ação de otimização dos recursos públicos, e estabelecido novo sistema de controle de material permanente e de consumo, resultando numa considerável economia.

Na área de pessoal, foram adotadas medidas no sentido de promover a manutenção e o aprimoramento de controles da situação funcional dos servidores lotados no Órgão, cargos em comissão e funções gratificadas, com o objetivo de atingir a meta de contingenciamento estabelecida.

1.1.3 CASA MILITAR

A Casa Militar desenvolve ações voltadas para a defesa civil e apoio à população carente.

Em sua essência, a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC), foi estabelecida visando à integração dos setores públicos e privados no desenvolvimento de medidas propiciadoras a atenuar as conseqüências advindas da incidência de calamidades ou fatores adversos em geral sobre a população e serviços essenciais. As principais atividades desenvolvidas pela CEDEC são a coordenação, o apoio e o atendimento de desastres naturais ou provocados.

A Coordenadoria, ainda, atua com o Gabinete da Primeira Dama através do “Programa Cidadania Alerta”, no apoio à população carente, participando da distribuição de cestas básicas e agasalhos para comunidades em todo o Estado, atingido milhares de famílias de baixa renda.

Situações de Emergência por Tipo de Evento

Eventos	1999	2000	2001
Estiagem	140	136	-
Granizo	014	025	032
Enxurrada	001	016	060
Deslisamento	001	003	002
Vendaval	028	029	030
Enchente	-	027	060
Pragas de Animais	-	005	-
Geadas	-	001	-
Total	184	242	184

Fonte: Casa Militar

Estado de Calamidade Pública, por Tipo de Evento

Eventos	1999	2000	2001
Vendaval	001	-	-
Enxurrada	-	003	001
Total	001	003	001

Fonte: Casa Militar

No início desta gestão, o Rio Grande do Sul estava atravessando um período de estiagem devido às conseqüências do fenômeno “El Niño”, que atingiu todo o seu território durante 07 anos consecutivos e só interrompeu seu ciclo no verão de 2000. Os problemas eram extremamente graves, principalmente na Região das Missões e Norte do Estado, destacando-se a falta de água potável enfrentada pela população rural, fundamentalmente por pequenos agricultores.

Foi formada a Frente Emergencial de Combate aos Efeitos da Estiagem, na qual atuaram a Coordenadoria, a Secretaria de Obras e Saneamento, a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e a CORSAN. Foram perfurados 810 poços artesianos e instalados 116 sistemas hidráulicos simplificados (poços artesianos), em 44 municípios, visando prevenir os efeitos da estiagem.

A CEDEC, em função dos desastres homologados no ano de 1999, vistoriou os 185 municípios em situação de anormalidade e repassou o total de R\$ 804,9 mil em materiais diversos (cestas básicas, telhas de fibrocimento, colchonetes, materiais de construção diversos), assim como através de convênios para instalação de poços artesianos nos municípios que tiveram problemas com abastecimento d’água potável em razão da forte estiagem.

Foram beneficiados 37 municípios com os recursos de pronto pagamento, num total de R\$ 149,7 mil. As ações desenvolvidas beneficiaram 3.480 famílias (13.920 pessoas aproximadamente, considerando-se a média de 04 pessoas por família), sendo efetuado um investimento pelo Governo do Estado de R\$ 655,2 mil.

Também, em 1999, foram realizadas atividades preventivas. O Programa Controle do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, coordenado pela CEDEC, realizou 08 operações em rodovias federais e estaduais, fiscalizou 413 veículos transportadores de produtos químicos. Nesse ano, a reunião dos Grupos de Integração Temática (GIT), do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL), em Porto Alegre, assinou o Protocolo de Intenções entre os Estados do CODESUL e CRECENEA Litoral, visando à cooperação técnica e operacional para o gerenciamento e desenvolvimento de ações de defesa civil e controle rodoviário de produtos perigosos.

Quanto à fiscalização do transporte rodoviário de produtos perigosos, foram realizadas 06 operações em rodovias federais e estaduais, fiscalizando 231 veículos transportadores produtos químicos.

Objetivando implementar as ações do VII Fórum Permanente de Governadores do CODESUL e a União das Províncias de Chaco, Corrientes, Formosa, Entre Rios, Santa Fé y Misiones – CRECENEA Litoral, foi realizado o II Encontro do Conselho de Defesa Civil do CODESUL e editados o Boletim Especial da CEDEC e o Manual sobre a estruturação das Comissões ou Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDEC). Além disso, foram realizadas a revisão e a manutenção das réguas de medição dos níveis dos rios que compõe as Bacias do Rio Uruguai e do Taquari.

Para qualificação do atendimento relacionado a produtos perigosos, em 1999, foi realizado o XIII Curso de Administração para Redução de Desastres e o 1º Encontro de Órgãos Estaduais envolvidos neste tipo de ocorrência, com a participação de integrantes da FEPAM, do Batalhão de Polícia Ambiental (BPA), do Corpo de Bombeiros de Busca e Resgate (GEACCAP), e da Defesa Civil (COMDEC/POA).

No ano de 2000, 242 municípios decretaram Situação de Emergência e 03 decretaram Estado de Calamidade Pública, totalizando 245 em situação de anormalidade. Após vistoriados, houve o repasse de R\$ 314 mil em materiais diversos, tais como cestas básicas, colchonetes e materiais de construção diversos.

Foram beneficiados 42 municípios com os recursos de pronto pagamento, num total de R\$ 281,4 mil. Nesse ano, ainda, foram efetivados 02 convênios para reparação de pontes afetadas, no valor de R\$ 30 mil.

Entre as atividades de apoio a, outros órgãos, em 2000, foi realizada uma operação do tipo “Força-Tarefa”, com o aparecimento de focos de aftosa a partir de agosto no município de Jóia, integrada por mais de 500 pessoas, além da CEDEC, Brigada Militar, Secretaria da Agricultura e Abastecimento e Ministério da Agricultura.

A CEDEC forneceu suporte material (barracas, material de acampamento, material de desinfecção e lavagem de roupas contaminadas) para a montagem de barreiras sanitárias, como postos de controle, tendo sido realizado o sacrifício de mais de 11.000 animais entre bovinos (8.193), suínos (2.107), ovinos (783), e caprinos (04), e decretada situação de emergência em 06 municípios que sofreram prejuízos econômico-sociais, tendo em vista que os mesmos possuem como base arrecadatória a pecuária de leite e de corte, atingindo um grande número de famílias de pequenos agricultores.

As ações assistenciais, neste caso, foram o repassasse de cestas básicas para as famílias atingidas de Jóia, Eugênio de Castro, Augusto Pestana e Tupanciretã que tiveram de suspender a venda de leite, assim como àquelas que tiveram animais sacrificados. Posteriormente, com o surgimento de focos de aftosa em Quaraí, os recursos materiais foram repassados para aquele município, sendo complementados com a aquisição de novas barracas e material de acampamento.

No ano de 2001, foram realizadas 184 vistorias em municípios afetados por situação anormal (Situação de Emergência) e 03 que decretaram Estado de Calamidade Pública, totalizando 187. Não foram homologados 12 decretos de situação de emergência, face ao não preenchimento dos critérios da Resolução n. 03/CONDEC, de 02 de julho de 1999.

Os recursos investidos, no ano de 2001, em função dos desastres homologados até novembro, nos 199 municípios vistoriados em situação de anormalidade, totalizaram um montante de R\$ 1,1 milhão em materiais diversos, tais como cestas básicas, colchonetes e materiais de construção, além da recuperação e reconstrução de casas populares.

Foram beneficiados 75 municípios com os recursos de pronto pagamento, num total de R\$ 434,5 mil.

As áreas onde se concentram situações de risco a cada grande chuva localizam-se, principalmente, nas Bacias dos Rios Taquari, Jacuí, Quaraí, Vacacaí, Ibirapuitã e Uruguai. Está sendo priorizado, pelo Governo do Estado, através desta Coordenadoria, da Secretaria Especial do Interior e os municípios atingidos, a celebração de convênios com a finalidade de construir e reconstruir moradias populares em locais seguros. Inclui-se nestes o reflorestamento das margens dos rios, de onde são transferidas as famílias ou a utilização destes espaços para projetos de lazer. Nessas ações, já foram destinados pela CEDEC o montante de R\$ 910 mil para a reconstrução de 205 moradias populares, beneficiando 14 municípios. Desse total, a CEDEC já liberou, através de convênios, R\$ 705,5 mil, beneficiando 09 municípios e 166 casas populares. O restante dos municípios está encaminhando a documentação obrigatória para a celebração dos convênios.

Foram efetivados convênios entre a União e os municípios afetados por desastres naturais em outubro de 2000 e janeiro de 2001, com recursos oriundos do Ministério da Integração Nacional, num valor total de R\$ 1 milhão, beneficiando 44 municípios afetados. Já em julho e outubro de 2001, os convênios totalizaram de R\$ 10 milhões, beneficiando 113 municípios. O Estado do RS, através da Coordenadoria, será o interveniente nos convênios.

Muitas foram às dificuldades enfrentadas pelas prefeituras municipais durante esses 03 primeiros anos de governo, em decorrência de danos provocados por desastres. Sem dúvida, os maiores prejuízos econômicos sob responsabilidade do poder público, ocorreram na área dos transportes. Após as grandes enchentes e enxurradas ocorridas, principalmente, nos meses de outubro de 2000, julho e outubro de 2001, foram direcionados recursos materiais, através da CEDEC, DAER e Secretaria Especial do Interior para a recuperação de pontes, pontilhões e bueiros, dando aos produtores a possibilidade do escoamento da safra, tanto de grãos, quanto da produção de leite, transporte escolar e coletivo em geral.

Em 2001, o serviço de fiscalização do transporte rodoviário de produtos perigosos, realizou, até novembro, 08 operações em rodovias federais e estaduais, fiscalizando 660 veículos transportadores de produtos químicos.

Objetivando qualificar as ações voltadas para a prevenção de acidentes, foram realizados ainda 08 Seminários Regionais de Defesa Civil abrangendo todos os 497 municípios, com uma média de 170 participantes por evento, num total de 1.400 pessoas. Como público-alvo contamos com a participação de Prefeitos e Vice-Prefeitos Municipais, Secretários Municipais, Coordenadores Municipais de Defesa Civil, Oficiais e Praças da Brigada Militar e Forças Armadas de cada região, e editados 2.000 unidades do novo manual da CEDEC, contendo a legislação em vigor (critérios para a decretação contida na Resolução n. 03/99 – CONDEC), criação e revitalização das COMDEC e, modelos de convênios entre o RS e município.

1.1.4 GABINETE DA REFORMA AGRÁRIA

O Gabinete da Reforma Agrária, instituído pelo Decreto n. 40.565, de 02 de janeiro de 2001, tem por objetivo desenvolver as atividades específicas do Programa de Reforma Agrária do Estado.

Programa Estadual de Reforma Agrária – Criado em 1999 e, instituído pelo Decreto n. 40.060, de 25 de abril de 2000, tem por objetivo a promoção da justiça social, a colaboração na execução do Programa Nacional de Reforma Agrária, bem como a promoção da distribuição da propriedade rural no Estado do Rio Grande do Sul, tendo seu início marcado por duas ações. Primeiro, foi estabelecido etapas para cumprir as metas e, segundo, criada uma estrutura adequada para pôr em prática as etapas estabelecidas.

No ano de 2001, foram beneficiadas, pelo Programa, 4.635 famílias, sendo que destas, 3.517 famílias de agricultores sem-terra assentados; 262 famílias de agricultores atingidos pela Barragem de Dona Francisca reassentados; 593 famílias de agricultores residentes em áreas indígenas, sendo 400 reassentadas e 193 indenizadas; e 408 famílias de agricultores posseiros de terras devolutas com titulação recebida.

Além disso, ficarão empenhados recursos para mais 530 famílias, perfazendo um total de 5.310 famílias beneficiadas em 03 anos. De todas essas ações, apenas parte das áreas adquiridas para assentamento de agricultores sem-terra, através de convênio, tem participação de recursos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Em relação ao montante de investimentos, o Estado aplicou os seguintes valores:

- Aquisição de terras, o montante de R\$ 60,7 milhões, para a compra de 59.000ha, além de destinados, para o exercício de 2002, mais R\$ 11,4 milhões, totalizando R\$ 72,4 milhões.
- Implantação de assentamentos e reassentamentos novos, foram investidos R\$ 16,4 milhões em crédito e obras públicas para infra-estrutura social e econômica, tais como: casas, água, luz elétrica, estrada, educação, saúde, manejo dos recursos naturais e na

produção de alimentos para o autoconsumo e mercado. Para o exercício de 2002, serão aplicados mais R\$ 11,9 milhões.

- Também foram investidos R\$ 16,3 milhões na consolidação de projetos de assentamentos dos governos anteriores para 6.845 famílias assentadas, beneficiando diretamente 20.000 pessoas. Esses recursos destinaram-se para casas, luz elétrica, saúde, educação e estradas (resgatando uma dívida com assentamentos antigos) e melhoria de infra-estrutura produtiva dos assentamentos e cooperativas de assentados. Mais R\$ 5,1 milhões ficaram empenhados para liquidação no exercício de 2002.
- Somando-se os valores investidos em infra-estrutura e crédito para os assentamentos novos e antigos, incluindo os valores que ficaram destinados para 2002, atingiu-se o montante de R\$ 49,6 milhões nesses 03 anos.

Em relação ao Governo anterior, foram assentadas 123 famílias, através do antigo Programa Minha Terra e Crédito Fundiário e, quanto aos recursos do BNDES/BANRISUL, esses foram liberados pela atual gestão.

Nesse mesmo período, foram assentadas 3.500 famílias, pelo Governo Federal. Entretanto, nos últimos 20 anos (1979 - 1998), foram assentadas, no Rio Grande do Sul, 6.845 famílias, sendo que destas somente 1.865 famílias pelos Governos Estaduais anteriores.

Com relação aos investimentos em infra-estrutura foram aplicados, pelos Governos Estaduais anteriores, somente R\$ 1 milhão.

1.1.5 SECRETARIA ESPECIAL DO INTERIOR

A Secretaria Especial do Interior foi formalmente instituída, através do Decreto n. 40.566, de 02/01/2001, com o objetivo de fortalecer a presença do Governo do Estado no interior e o relacionamento com os municípios. Nesse sentido, uma de suas atividades mais importantes foi justamente desenvolver uma relação qualificada com um grande número de representantes dos Poderes Executivos e Legislativos, e demais entidades do interior, possibilitando o encaminhamento e a resolução de assuntos e questões, da esfera de competência do Governo do Estado, relativos às administrações municipais e de interesse das comunidades das diferentes regiões.

Foram realizadas, durante o ano de 2001, mais de 100 audiências e reuniões com autoridades e representações dos executivos e legislativos, além de inúmeros encontros e debates ocorridos nos próprios municípios, nas 22 regiões do Estado, bem como com a FAMURS, AGM, UVERGS, entidades de classe e representações dos movimentos sociais para tratar de assuntos de interesse comum e encaminhar os pleitos que foram apresentados.

A Secretaria esteve presente, juntamente com a Defesa Civil e outras secretarias de estado, nos momentos em que ocorreram fenômenos climatológicos graves (tempestades, vendavais, granizos) causadores de estragos, destruição e mortes em mais de uma centena de municípios. Foram intervenções de visitas e levantamentos logo após as calamidades; encaminhamentos de ações emergenciais, por parte dos diferentes órgãos do Governo Estadual, e auxílio na busca de soluções para recuperação dos municípios.

Além disso, foram estabelecidos contatos com o Governo Federal, buscando viabilizar seu apoio para os municípios em estado de emergência ou calamidade. Como resultado dessa ação articulada, que contou também com a participação de entidades como FAMURS e AGM, além de vários prefeitos e parlamentares gaúchos, foi conseguida a liberação de R\$ 10 milhões para a recuperação dos municípios.

1.1.6 DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – DEFPUB

A Defensoria Pública do Estado é órgão constitucionalmente voltado à assistência jurídica e judiciária aos necessitados no Estado, em todos os graus. Deve, assim, estar presente onde quer que se encontre cidadão buscando o acesso à justiça. A maior dificuldade vivida pelo Órgão, para consecução da sua missão, refere-se ao reduzido efetivo de agentes em atividade (Defensores Públicos), eis que em menos de 03 anos mais de 80 se retiraram para a inatividade, requerendo aposentadoria integral ou proporcional, temerosos de perderem tal direito devido às reformas administrativa e previdenciária encetadas pelo Governo Federal.

Além disso, o Órgão enfrentava sérios problemas estruturais, como ausência de quadro próprio de assistentes administrativos; carências de ordem material, caracterizada por deficiências de móveis; e equipamentos e inexistência de sedes próprias.

Quanto ao primeiro problema apontado, a atual Administração equacionou-o e começou a resolvê-lo, mediante à realização, ainda em 1999, de concurso público para preenchimento de 95 vagas de Defensor Público existentes no Estado. Até o ano de 2001, 47 novos Defensores Públicos foram nomeados e empossados, estando em atuação em 40 municípios. O reflexo imediato foi a retomada da assistência judiciária gratuita em 31 comarcas que estavam com essa atividade suspensa, bem como o reforço em cidades que contavam com um número insuficiente de profissionais para atender à população carente. Com essas nomeações, 60% das comarcas gaúchas estão atendidas.

Assistência Jurídica e Judiciária aos Necessitados - A assistência jurídica e judiciária desenvolvida pela Defensoria Pública do Estado à população carente apresentou as seguintes demandas:

Assistência Jurídica e Judiciária – 1º Grau

Em R\$ 1,00

Ações	1999	2000	2001	Total
Atendimento em Casas Prisionais	285.373	241.155	252.771	779.299
Ajuizamentos	48.383	36.608	54.723	139.714
Audiências	70.449	67.436	73.758	211.643
Contestações	7.290	8.140	6.840	22.270
Júris	561	448	456	1.465
Processos em andamento	146.278	197.285	98.176	441.739
Processos iniciados	13.557	10.710	11.408	35.675
Petições	10.467	11.980	10.601	33.048
Flagrantes assistidos	1.736	1.973	1.401	5.110
Estabelecimentos atendidos	81	48	50	179
Comarcas atendidas pela equipe itinerante	11	13	4	28
Pedidos apresentados	11.597	13.323	8.627	33.547

Fonte: DEFPUB

Quanto aos demais problemas apontados, apesar dos constrangimentos financeiros impostos, têm sido possível minorá-los, através de paulatino reequipamento dos escritórios. Assim, importante processo de informatização está em curso, desde o início desta Administração, com a aquisição de computadores, impressoras e *scanners*, bem como a interligação dos diversos setores por rede de computadores, com acesso à Internet.

Assistência Jurídica e Judiciária – 2º Grau

Ações	Quantidades
Recursos julgados	5.213
Recursos providos	1.741
Recursos improvidos	1.306
Recursos parcialmente providos	1.203
Recursos anulados	40
Recursos prescritos	74

Fonte: DEF PUB

Assistência Jurídica e Judiciária – 3º Grau

Ações	Quantidade
Matéria Criminal – Contra Razões em Recursos Extraordinários, Especiais e Agravo de Instrumento	331
Matéria Cível – Razões e/ou Contra Razões em Recursos Extraordinários Especiais e Agravos de Instrumentos Providos	408

Fonte: DEF PUB

1.1.7 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO – PGE

De acordo com a Constituição Estadual de 1989, compete à Procuradoria-Geral do Estado a representação judicial do Estado do Rio Grande do Sul e a consultoria jurídica à Administração Direta e Indireta.

Sua atuação se dá de maneira transversal, perpassando todas as áreas governamentais: saúde, educação, segurança, agricultura, energia, desenvolvimento, habitação, reforma agrária, entre outros. Para demonstrar essa transversalidade, as ações realizadas pela PGE serão apresentadas por área de atuação do Estado.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Desde 1999, quando o Deputado Federal Alceu Collares ingressou com uma Ação Popular contra o Orçamento Participativo, a PGE realizou a defesa em juízo desse importante instrumento de democracia participativa. Nesse sentido, em março de 2001, a PGE conseguiu suspender, definitivamente, a liminar que proibia o uso de recursos públicos na organização das assembleias do orçamento participativo.

ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Concurso para Procurador do Estado – Entre 1999 e 2000, a PGE nomeou 39 Procuradores do Estado, esgotando, assim, a lista de aprovados no 9º Concurso Público. Em outubro de 2000, foi lançado o 10º Concurso Público para

ingresso na carreira. O concurso, homologado em agosto de 2001, teve 96 candidatos aprovados. Destes, 18 já foram empossados, perfazendo um total, nestes 03 anos, de 57 nomeações.

Ampliação do Quadro de Procuradores – Com a aprovação do Projeto de Lei n. 68/2001, foram criados 89 novos cargos de Procurador do Estado, redimensionando o quadro frente às atribuições da PGE. De 1996 até 2001, enquanto o Quadro de Procuradores do Estado aumentou 14,94%, o número de processos judiciais acompanhados pela PGE cresceu 197,53%.

Reestruturação do Quadro de Servidores da PGE – Com a aprovação do Projeto de Lei n. 198/2001, a PGE começou a reestruturação do seu quadro de pessoal, com o lançamento de concurso público para provimento de diversos cargos, visando reverter o quadro encontrado em 1999, quando apenas 58 servidores eram concursados, 59 ocupavam cargos em comissão e 95 eram servidores cedidos de outros órgãos.

Pré-Seleção Pública para Estágio Remunerado na PGE – Em agosto de 2000, a PGE implementou a pré-seleção pública para estágio remunerado. O estágio é voltado para estudantes dos cursos de Direito e também do nível médio, com carga horária mínima de 20h semanais.

CORSAN – Na área da Companhia Rio-Grandense de Saneamento, a PGE garantiu judicialmente a correção inflacionária das tarifas, além de ter suspenso, por efeito de liminar em Ação Direta de Inconstitucionalidade, os efeitos da Lei n. 11.462/00, que isentava os desempregados do pagamento das tarifas de água e energia elétrica. Com essas ações, foram evitados prejuízos que inviabilizariam financeiramente a Companhia.

AGRICULTURA

Aftosa – Foram realizadas importantes ações que permitiram a efetiva atuação do Estado no controle da febre aftosa, tais como a garantia judicial do abate de animais contaminados e a suspensão de atos políticos em áreas contaminadas pelo vírus da doença, de modo a evitar o seu alastramento, devido à circulação de pessoas.

Transgênicos – Mediante Ação Direta de Inconstitucionalidade, foi garantida a competência do Estado para a realização de fiscalização do cultivo, pesquisa, experiências e testes com organismos geneticamente modificados – os transgênicos.

SAÚDE

Farmácias de Manipulação – A PGE garantiu, em juízo, o fechamento de farmácias de manipulação que não atendiam exigências da vigilância sanitária.

DESENVOLVIMENTO

Caso Ford – A PGE fez a defesa do Estado em Ação Popular, que exigia o cumprimento do contrato com a Ford. A ação foi julgada improcedente pela 1ª Vara da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado, em maio de 2001. Além disso, o

Estado vem buscando a devolução de valores liberados à Ford, em função do contrato firmado no Governo anterior, além de ressarcimento de perdas e danos.

General Motors - A PGE acompanhou todo o processo de renegociação do contrato entre o Estado e a General Motors, garantindo o amparo jurídico necessário para viabilizar a permanência da montadora no Rio Grande do Sul frente à insuficiência de recursos financeiros para cumprir o contrato assinado pelo Governo anterior.

EDUCAÇÃO

Regime de 40h do Magistério – Por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade, foi garantida a nulidade da Lei Estadual n. 11.368/99, de iniciativa parlamentar, que possibilitava a opção pelo regime de 40h a todos os professores que estivessem exercendo 02 cargos acumulados ou 01 cargo e 01 função de contrato de magistério na data da publicação da Lei, garantindo um acréscimo de 100% sobre o vencimento recebido no cargo ao qual o professor optasse por ficar vinculado.

REFORMA AGRÁRIA

Desapropriações – Através das ações desenvolvidas pela PGE, na defesa do Estado, ficou garantida a competência estadual para a realização de desapropriações para fins de reforma agrária.

Desocupações – Em virtude da atuação da PGE, dilatando os prazos de desocupação de áreas ocupadas, foi possível ao Estado promover as desocupações de forma pacífica, evitando conflitos agrários.

DIREITOS HUMANOS

Comissão de Direitos Humanos da PGE – Criada pelo Decreto Estadual n. 39.344, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Procuradoria-Geral do Estado teve, como principal realização a promoção do 2º Encontro Brasileiro de Direitos Humanos, promovido em conjunto com a Faculdade de Direito da UFRGS. O 2º Encontro reuniu em, Porto Alegre, 363 participantes, representando 17 estados e 40 municípios brasileiros. Durante o evento foi apresentado o CD de Direitos Humanos, elaborado conjuntamente pela PGE/SP e PGE/RS. Esse instrumento reúne toda a legislação, jurisprudência e bibliografia relacionada aos Direitos Humanos.

Site de Direitos Humanos – Desde março de 2001, a PGE/RS mantém em funcionamento um *site* de Direitos Humanos, elaborado conjuntamente com a PGE/SP. O *site*, no endereço www.dh.rs.gov.br, reúne textos de legislação, jurisprudência, bibliografia e doutrina em Direitos Humanos, além dos textos aprovados no 1º e 2º encontros brasileiros de Direitos Humanos. O *site* possui, ainda, o SOS Cidadão, com informações sobre a atuação de ONGs e instituições governamentais nas mais diversas frentes relacionadas aos Direitos Humanos.

TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Comunidades Indígenas – Através de diversas ações promovidas pela PGE, o Estado garantiu a sua competência com vistas à realização de desapropriações

para assentamentos de comunidades indígenas, permitindo a implementação de políticas públicas na área.

PREVIDÊNCIA PÚBLICA ESTADUAL

Filhas Solteiras – Nas ações propostas por filhas solteiras de servidores falecidos do Estado contra o IPERGS, buscando o restabelecimento de pensão, as decisões do TJE têm sido favoráveis, em sua grande maioria, à tese do Instituto: só tem direito à pensão àquelas filhas cujos servidores ingressaram no serviço público antes de 1974 e, na época da entrada em vigor da Lei Estadual n. 7.672/82, já possuíam 21 anos.

ENERGIA ELÉTRICA

Isenção de Tarifas da CEEE – A PGE garantiu judicialmente a correção inflacionária das tarifas, além de ter suspenso, por efeito de liminar em Ação Direta de Inconstitucionalidade, os efeitos da Lei n. 11.462/00, que isentava os desempregados do pagamento das tarifas de água e energia elétrica. Com essas ações, foram evitados prejuízos que inviabilizariam financeiramente a Companhia.

FINANÇAS PÚBLICAS

Nessa área, destaca-se a proposta de alteração da Lei Federal n. 6.830/80, que dispõe sobre a cobrança judicial da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de iniciativa pioneira da PGE/RS, aprovada, de modo unânime, pelo Colégio Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal, visando à uniformização e à agilização da cobrança judicial da dívida ativa, e do contencioso dela decorrente, facultando-se ao Estado, inclusive, a administração financeira de todos os depósitos judiciais havidos em processos em que é parte hoje, aproximadamente, R\$ 150 milhões.

Merece destaque, também, a demonstração de que o atraso no pagamento de precatórios não caracteriza hipótese de intervenção federal no Estado, posto que ausentes os pressupostos constitucionalmente previstos para sua admissibilidade, especialmente por não configurar desobediência à ordem judicial.

1.1.8 SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO - SCP

Programa de Regionalização Administrativa do Estado (PRAE) – Instituído pelo Decreto n. 40.349, no ano de 2000, o Programa tem por objetivos principais a racionalização dos serviços e a otimização dos recursos, além de estabelecer uma divisão territorial única às estruturas administrativas regionais dos órgãos do executivo.

Foi dada continuidade ao processo com avanços significativos na adequação dos órgãos estaduais à Regionalização de Referência, múltiplos e submúltiplos das regiões do Orçamento Participativo, no qual a maior parte dos órgãos da Administração Direta e Indireta, promoveram as mudanças, adaptando suas estruturas para cumprir a orientação do Governo.

Em 2001, conforme o Plano de Ação, aproximadamente 80% das metas que constam no PRAE foram concluídas, inclusive com a mudança de região dos municípios apontados durante o processo de análise e levantamento.

Acompanhamento da Administração Indireta (AGE) – Iniciado no ano 2000, o Projeto prevê a assinatura de um Termo de Acompanhamento da Gestão (TAG) que define os indicadores, as metas, os projetos e as atividades que serão acompanhadas; a realização de uma pesquisa de opinião pública para captar a percepção da cidadania quanto à prestação do serviço público; o desenvolvimento de sua metodologia; e de um sistema informatizado de captação, processamento e disponibilização de informações e análises de desempenho. Em 2001, foi desenvolvido o sistema informatizado com a PROCERGS, bem como iniciada a negociação do mesmo com a CORSAN e a CEEE. Ainda foi desenvolvida a adequação da CORAG, para que sejam possíveis a assinatura do Termo e a realização do Acompanhamento. Por fim, o Sistema AGE foi disponibilizado para que as empresas estatais passassem a prestar informações econômico-financeiras destinadas ao acompanhamento de seu desempenho. Nesse sentido, foi realizado o acompanhamento e a avaliação econômica da PROCERGS e CORAG.

Código Estadual da Qualidade dos Serviços Públicos (Lei n. 11.075/98) – Foi dada continuidade ao acompanhamento dos indicadores de qualidade previstos na referida Lei para as áreas da saúde, educação, segurança e meio ambiente e emitidos os devidos relatórios. Quanto ao processo de revisão da Lei com vistas ao seu aperfeiçoamento, foi realizado o Seminário Qualidade na Gestão Pública, que contou com a participação das Secretarias da Saúde, Educação, Segurança e Meio Ambiente, bem como de representantes da UFRGS, UNISINOS e PUC. O evento contou com a presença de aproximadamente 350 pessoas. Foram, ainda, formados grupos temáticos nas 04 áreas citadas para avançar na discussão e formulação de indicadores e metas que possibilitassem o real alcance da Lei, ou seja, avaliar a qualidade dos serviços públicos, uma vez que os indicadores e metas, estabelecidos em 1998, careciam de cientificidade e não possibilitavam a avaliação dos serviços.

Acompanhamento Financeiro das Estatais – Foi dada continuidade ao acompanhamento da execução do orçamento financeiro das empresas estatais e emitidos os devidos relatórios, atendendo à Constituição Estadual e à legislação complementar.

Monitoramento das Ações do Governo (MAG) – Em 2000, a SCP participou da implantação do sistema e do processo de acompanhamento dos 56 projetos prioritários do Governo do Estado, através de apoio técnico aos 16 órgãos, sendo a coordenação executada pela Secretaria-Geral de Governo.

Plano Plurianual 2000/2003 (PPA/RS) – No ano de 1999, cumprindo a legislação, a SCP coordenou o processo de elaboração do PPA 2000/2003, tendo, para tanto, envolvido, além dos órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta do Estado, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES). Em 2000, foram elaborados os documentos “Diretrizes Estratégicas e Planejamento Integrador” e “Perfis Regionais das 22 Regiões do Estado”, segundo aspectos econômicos, para subsidiar as Plenárias Regionais de Diretrizes do Orçamento Participativo 2001/2002, bem como estudos e discussões sobre uma nova metodologia a ser implantada na elaboração do próximo PPA estadual.

No ano de 2001, foi emitido o primeiro relatório de acompanhamento e avaliação do PPA 2000/2003 e realizada oficina interna sobre Avaliação de Planos Plurianuais. Além disso, foi realizado um seminário com os técnicos do Governo, visando definir os problemas do Estado que serão objeto de análise no documento intitulado Marco Referencial do Plano Plurianual 2004-2007, a ser elaborado no primeiro semestre de 2002.

Estudos, Debates e Encontros – Foram realizados 09 debates sobre os documentos do Projeto RS-2010, juntamente com seus autores, para avaliar sua atualidade ou sua identificação exclusiva com o Governo anterior. Também foram realizadas 05 sessões de discussão sobre temas variados com técnicos do Governo do Estado, além de 03 Seminários sobre os temas: Metodologia para Elaboração de PPAs; Desenvolvimento Regional e PPAs Regionais e Paradigma da Terceira Itália, contando com a participação de diversos órgãos da Administração Direta e Indireta.

Apoio para Elaboração dos PPAs Municipais – Em 2001, foi promovido o Seminário "O Plano Plurianual como Instrumento de Planejamento e Gestão" dirigido às prefeituras municipais, no sentido de subsidiar a elaboração de seus PPAs para o período 2002/2005. Nesse evento, que contou com a participação de 60 prefeituras, foram abordadas as questões que envolvem a elaboração do Plano, com destaque para seu caráter de efetivo instrumento de planejamento e gestão. Como subsídio, foi ofertado um sistema computacional para elaboração e acompanhamento do PPA.

PPA da União – No ano de 1999, foram elaborados estudos para o período 2000/2003, bem como apoio ao processo de elaboração de emendas.

Orçamento Geral da União (OGU) – Foi coordenado o processo de inserção estadual no Orçamento Geral da União, importante fonte de recursos para execução de políticas públicas, incluindo o acompanhamento da execução orçamentária; o encaminhamento de pleitos aos ministérios, visando à inclusão na proposta orçamentária da União; a formulação das propostas de emendas de bancada, bem como orientação técnica aos parlamentares na discussão das emendas.

No ano de 2001, foi dado início à implementação de uma nova sistemática de trabalho, contemplando todas as fases da elaboração e execução do OGU. Como primeiros resultados, cita-se a realização de trabalho mais articulado no âmbito do Governo do Estado e maior integração com a Bancada Federal do RS, permitindo que 08 das 12 emendas propostas pelo Governador obtivessem aprovação no Congresso Nacional.

Promoção do Desenvolvimento Local Sustentável no Estado do Rio Grande do Sul (PRORENDA) – O Programa, coordenado pela SCP, é resultante de acordo de cooperação técnica com o Governo da Alemanha e se constitui na continuidade de um processo de trabalho conjunto entre diversas entidades públicas e a comunidade regional. Os destinatários são os grupos populacionais pobres dos espaços urbanos e rurais que se engajam na sua auto-organização e na melhoria das suas condições de vida, através do fortalecimento de atividades econômicas, geração de renda, incremento de modalidades formais ou informais de organização. Além disso, tem por objetivo articular e implementar ações para que as organizações da população de baixa renda sejam fortalecidas e possam participar de forma ativa em processos de desenvolvimento local, contando com o apoio de políticas públicas integradas.

Central de Serviços ao Cidadão (TudoFácil) – A Central de Serviços ao Cidadão, implantada em 1998, foi instituída formalmente através do Decreto n. 39.592, em 18 de junho de 1999, com a finalidade de concentrar, em único espaço físico, os serviços públicos mais demandados pelo cidadão. Nela estão distribuídos 80 serviços prestados por diversos órgãos públicos estaduais: CEEE, CORSAN, FGTAS/SINE, SJS/Departamento de Identificação, Secretaria da Educação, DETRAN, Defensoria Pública, IPERGS, PROCERGS e BANRISUL.

Em relação aos atendimentos, foram efetivados, em 1999, 1.138.328; em 2000, 1.043.431; e, em 2001, 865.811, beneficiando a população de Porto Alegre e da Região Metropolitana.

No ano de 2000, foi instituído o Comitê Consultivo, composto por representantes dos órgãos e entidades participantes da Central, visando construir uma administração partilhada, democrática e participativa.

Em 2001, foram ampliados os seguintes serviços: Protocolo Único de Recepção de Recursos de Multa do Estado e do Município de Porto Alegre, Terminal de Auto-Atendimento (DETRAN/RS), Portal do Servidor, Via RS Emprego (PROCERGS) e Acessibilidade às Pessoas Portadoras de Deficiência (PPDs). Foi assinado Termo de Cooperação entre a Secretaria e a FADERS, através do qual foram realizados cursos de acessibilidade para os funcionários e estagiários da Central.

Nesse ano, também foram realizados 03 Seminários: Seminário de Regionalização da Prestação de Serviços Públicos, no qual foi discutida com a comunidade a ampliação da rede e a desconcentração do atendimento aos municípios; e o Seminário de Integração, sendo este em 2000 e 2001, e aquele em 1999. O Tudo Fácil participou, ainda, de eventos como Verão com Vida, EXPOINTER, Semana Farroupilha e Dia do Funcionário Público.

Verão com Vida – Programação multidisciplinar do Governo do Estado para atender ao cidadão na temporada, envolveu 15 órgãos públicos estaduais. A SCP, através de seus representantes no Grupo de Trabalho e na Coordenação Executiva, participou com os integrantes do TudoFácil de todas as etapas desenvolvidas na Casa do Rio Grande do Sul, em Capão da Canoa, sendo ampliado o atendimento, em 2001, para a Praia do Cassino.

Programa Pró-Guaíba – Desde a sua implementação, o Programa vem sendo executado, num primeiro momento pelo Módulo I, compondo-se de ações voltadas a obras de esgotamento sanitário da bacia hidrográfica, controle de resíduos sólidos de Porto Alegre, manejo de microbacias, controle da poluição industrial, educação ambiental e unidades de conservação. Com relação aos investimentos, até 2001, do total de US\$ 220,5 milhões, foram desembolsados US\$ 204,5, dos quais US\$ 127 milhões do BID e US\$ 77,5 milhões contrapartida do Estado. A conclusão do Módulo I está prevista para 2002.

Com relação ao Módulo II, em 1999, foi encaminhada, à Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Carta-Consulta no valor de US\$ 495 milhões. A proposta foi apresentada ao BID em Brasília e em Washington. As ações do Módulo II consistem em equacionar os problemas ambientais da bacia hidrográfica com ênfase em áreas urbanas dos

municípios de maior concentração populacional e industrial, bem como resolver os problemas de contaminação por agrotóxico, desmatamentos e ausência de saneamento básico nas áreas rurais. Além disso, serão implantados programas de coleta e tratamento de esgotos; coleta, destinação final e reciclagem de resíduos sólidos.

Ao longo de 2001, foi dada continuidade ao encaminhamento do Módulo II, através de Carta-Consulta que se encontra na Comissão de Financiamento Externo (COFIEX) da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Programa Corredores de Exportação – O Programa tem por objetivo contribuir para a redução de custos dos transportes através da construção de novos trechos rodoviários, de maneira a proporcionar maiores facilidades de integração no modal rodoviário no âmbito do MERCOSUL, contribuindo à melhoria da competitividade da economia gaúcha.

Em 2000, foi assinado contrato de empréstimo de US\$ 75 milhões junto ao Japan Bank for International Cooperation (JBIC), cujos recursos se destinam a financiar 25% do Programa, com valor global de US\$ 300 milhões. Foram negociadas novas condições de empréstimo junto ao JBIC, passando para uma taxa de juros menor – de 6% a.a. para 1,8% a. a.- significando uma economia de US\$ 14 milhões ao Estado.

Com relação aos investimentos, foram desembolsados, até o ano de 2001, um total de US\$ 154,6 milhões, dos quais US\$ 106 milhões do BID/JBIC e US\$ 48,6 milhões contrapartida estadual. Além disso, também foi obtida a efetividade do contrato de empréstimo junto ao JBIC, o qual efetuou desembolsos da ordem de US\$ 24,7 milhões.

Programa Mar de Dentro – Foi encaminhada, em 2001, Carta-Consulta à SEAIN, no valor de US\$ 247 milhões, a ser negociado com o BID e/ou JBIC. Foi elaborado projeto junto à ABC para a solicitação de Cooperação Técnica da JICA, relativa a estudos das águas da Lagoa dos Patos e entorno.

As ações resultantes de convênios de cooperação estão registradas na Secretaria do Meio Ambiente.

Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil – (PRODETUR-Sul/RS) – O Programa tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável do Estado, ampliando as oportunidades de trabalho, geração de renda e divisas, ou seja, incrementar a renda turística regional através da consolidação, ampliação e melhoria da qualidade dos produtos e serviços turísticos no Estado.

Em 2001, foi aprovada a Carta-Consulta, junto à Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX). O esboço do Programa foi concluído em Washington, juntamente com as equipes do BID, Ministério do Esporte e Turismo, Banco do Brasil e representantes dos Estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em relação ao Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Área da Serra (PEDITS/Serra), foi elaborado seu esboço, contando com a participação dos representantes da comunidade, em especial, da região da uva e do vinho, entorno de Gramado e Canela e Planalto das Araucárias.

Programa Ampliado de Desenvolvimento e Inclusão Social no Rio Grande do Sul (RS – Inclusão Social) – Esse Programa visa garantir o desenvolvimento da cidadania e a inclusão social das famílias gaúchas em situação de vulnerabilidade social, através de ações integradas de transferência de renda mínima, do acesso à rede básica de assistência social, saúde, educação, habitação e infraestrutura urbana e da promoção de ações de geração de emprego e renda, sendo as etapas iniciais operacionalizadas através do Programa Família Cidadã.

Concomitantemente, foram desenvolvidas ações, ao longo de 2001, voltadas à obtenção de fontes externas de financiamento e de cooperação técnica para ampliar o escopo e o âmbito de atuação do Programa, numa estratégia complementar ao previsto em orçamento. Para tanto, foi concluída a Carta-Consulta direcionada à obtenção de parcerias externas de financiamento. Na busca de obtenção de parcerias técnicas, foram desenvolvidas tratativas junto à Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores e órgãos competentes da União Européia. Nesse sentido, em maio de 2001, o Programa foi apresentado, pelo Governo do Estado, na Europaid, organismo de fomento da União Européia, no qual foi sinalizada uma ajuda, na forma de cooperação técnica, em torno de € 20 milhões. No mesmo ano, em novembro, os procedimentos avançaram, através da formalização e identificação das áreas de cooperação pelos Secretários da Coordenação e Planejamento e Trabalho, Cidadania e Assistência Social, junto ao Parlamento Europeu.

Linha Rápida – O Projeto de Renovação do Transporte Coletivo por Ônibus nos Corredores Norte e Nordeste da Região Metropolitana de Porto Alegre - Projeto Linha Rápida, teve o seu encaminhamento iniciado em 1995 através de Carta-Consulta ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e enquadrada em 1996, ano em que foi executado o estudo de viabilidade. Seu desenvolvimento foi iniciado em 1997 e, no ano seguinte, foi feita assinatura do contrato com o BNDES, criado o Grupo Executivo de Gerenciamento do Projeto, concluído os estudos básicos de tráfego e transporte, elaborado os termos de referência para contratação do projeto de transporte e os projetos finais de engenharia para as avenidas que compõem os corredores de ônibus, pela METROPLAN.

Em 1999, o Projeto foi reavaliado com ampliação das intervenções previstas inicialmente (viadutos, pontes, malha viária de apoio, redes de serviços, extensão de corredores), além da conclusão dos projetos finais de engenharia para as avenidas que compõem os corredores de ônibus em Alvorada, Cachoeirinha e Gravataí. Nesse ano, também foi realizado o 1º Seminário de Transporte Metropolitano.

No ano de 2000, foram iniciadas as obras do Terminal Mauá, a ampliação da ponte sobre o Rio Gravataí, assim como concluídos os projetos finais de engenharia dos corredores em Porto Alegre. Também ocorreu a licitação da execução dos projetos finais de engenharia dos viadutos em Porto Alegre (nos cruzamentos das avenidas Assis Brasil e Sertório e Baltazar de Oliveira Garcia e Manoel Elias) e malha viária de apoio aos corredores, sendo negociadas tanto as redes de serviços de infra-estrutura

com os órgãos gerenciadores, como as desapropriações com os proprietários dos imóveis em Porto Alegre.

Em 2001, o Terminal Mauá foi concluído, assim como executados os projetos finais de engenharia dos viadutos em Porto Alegre e malha viária de apoio aos corredores, além de licitados os projetos de acesso às pontes sobre o Rio Gravataí e Arroio Feijó, bem como a malha viária de apoio, no Município de Alvorada.

Fundo de Investimentos do Programa Integrado de Melhoria Social (FUNDOPIMES) – Programa voltado ao financiamento dos municípios gaúchos para ações de infra-estrutura, saúde, saneamento, habitação, dentre outros, foi impedido de operar, desde maio de 2000, quando entrou em vigor a Lei Complementar n. 101/2000, que, em seu artigo 35, veda as operações de crédito entre entes da Federação.

Durante o ano de 2001, diversos contratos, firmados até maio de 2000, tiveram sua execução continuada. Entretanto, existiam cerca de 133 contratos, dos quais 126 foram firmados com prefeituras e 07 com autarquias e companhias de água e esgoto.

Relação dos Contratos por Ano

Em R\$ 1,00

Ano	Nº Contratos	Contratado	Liberado	Saldo
1997	50	57.115.623	55.594.904	1.520.719
1998	38	27.737.200	24.368.973	3.368.228
1999	112	62.025.786	44.984.232	17.041.554
2000	90	106.194.219	42.558.636	63.605.583

Fonte: SCP/DPE

Metade Sul – A política implementada para a Metade Sul, pelo Governo do Estado, partiu do reconhecimento de que a descentralização do desenvolvimento exigiu uma forte ação estatal, articulada com o conjunto dos atores sociais envolvidos. Sua execução, presente nos programas gerais de governo, e seus efeitos são potencializados por ações específicas no macrorregional, através do Crédito do Reconvertul, FUNDOPEM, reforma agrária, recursos hídricos, rochas ornamentais e, no microrregional ou local, através do pólo cerâmico, pesca, turismo histórico, areas da Fronteira Oeste e cultivo da cebola, com vistas à mudança do paradigma de desenvolvimento da Metade Sul.

Além disso, outras atividades foram desenvolvidas, pela SCP, destacando-se às seguintes:

➤ Programa sobre Rochas Ornamentais da Metade Sul – Foi identificado, no setor de rochas ornamentais, o potencial existente para o desenvolvimento de mais um ramo de atividade na Metade Sul do Estado, abrangendo as regiões da Campanha, Centro-Sul, Sul, Vale do Rio Pardo e Central. Nesse sentido, em contribuição a sua mudança estrutural, lançou-se as bases do programa para o aproveitamento desses recursos, através do Decreto n. 40.748, de 07 de maio de 2001, com vistas à implementação de planejamento de curto, médio e longo prazos dos segmentos públicos e privados. Todavia, no ano de 2000, o Programa foi tornado público e debatido em seminário realizado em Porto Alegre.

Em 2001, o Governo do Estado, através dos órgãos que compõem o Grupo de Trabalho, efetuou um Termo de Cooperação com DNPM, CPRM, UFRGS e UFPel, além da assinatura de convênio com a UFRGS.

O Programa também manteve diversas interfaces com outros programas governamentais, tais como: Pólo de Inovação Tecnológica da Região Centro-Sul, Rede de Cooperação, Extensão Empresarial e o Programa de Incentivo ao Crescimento, proposto pelo Governo do Estado.

➤ Pólo Cerâmico – A constituição de um Pólo de Desenvolvimento do Setor Cerâmico, na Região da Campanha, se assenta sobre a ocorrência natural de argilas apropriadas para os diversos tipos de cerâmica, visando sua industrialização, de acordo com os estudos realizados pela Companhia Rio-Grandense de Mineração (CRM), em conjunto com a Universidade da Região da Campanha (URCAMP) e o Instituto de Pesquisa Cerâmica de Shigaraki, do Japão, no período de 1999 a 2000.

No ano de 2001, foi realizado o Seminário Internacional do Pólo Cerâmico da Região da Campanha, visando atrair empresas para o setor, além da apresentação de uma série de incentivos, quais sejam: concessão de crédito presumido de ICMS para empresas que utilizem argila da região de Candiota e da CRM, diferenciação de preços e prazos de pagamento, em função da opção locacional dos agentes compradores, diferimento de ICMS na aquisição de insumos (argila, carvão gás e energia elétrica), oferecimento de infra-estrutura logística completa (ferrovia, aeroportos, estradas).

➤ Crédito/Reconversul II Etapa – O RECONVERSUL, como instrumento de crédito, foi implantado de acordo com as normas operacionais do BNDES quanto ao enquadramento das atividades econômicas e dos investimentos financiáveis, apresentando vantagens nas condições de prazo, limites de financiamento e custos financeiros, comparativamente com as demais regiões do País.

Com relação à Etapa I, em 1999, foram realizados levantamentos de informações sobre o Programa, assim como negociações com o Governo Federal, além da realização de pesquisa de opinião sobre a Etapa I junto aos tomadores de empréstimos. Nesse ano, foram realizados os Seminários Regionais em 16 cidades pólos, estrategicamente escolhidas.

Em 2000, a Etapa II do Programa ficou pautada pela aprovação de recursos da ordem de R\$ 400 milhões, pelo BNDES e suas operações realizadas através do BRDE, BANRISUL e Banco do Brasil. O BRDE e o BANRISUL criaram formas de operação facilitada aos segmentos com maiores dificuldades de acesso ao crédito, ou seja, MICRO RS, Programa de Crédito Assistido e o Programa de Microcrédito. As regiões abrangidas pelo Programa são: Fronteira-Oeste, Campanha, Centro-Sul, Sul, Litoral, Vale do Rio Pardo e Central.

➤ Áreas da Fronteira-Oeste – Foram realizadas diversas reuniões na região, nas quais participaram órgãos de pesquisa (UFSM, UFRGS, FEPAGRO, EMBRAPA), sindicatos, ONGs, e prefeituras. Foi publicado, também, o Atlas da Arenização Sudoeste do Rio Grande do Sul que servirá de suporte a uma ampla campanha de educação ambiental a ser desencadeada na região. Foi constituído o Programa Interdisciplinar e Interinstitucional para a realização articulada de pesquisas com vistas à contenção da

expansão do fenômeno da arenização, à recuperação das áreas, bem como à identificação de processos produtivos não agressivos, no Sudoeste do Estado.

- Participação Popular – Realizado trabalho, em conjunto com o GRC, de forma interdisciplinar, na mobilização, articulação e divulgação do processo de participação popular para a elaboração do Orçamento Participativo.
- Elaboração de banco de dados para a Metade Sul – Foi realizado o levantamento de informações e dados sobre os 98 municípios que integram a Metade Sul, a partir dos registros em publicações oficiais (IBGE e FEE), contribuição dos executivos municipais e entidades locais. Encontra-se disponibilizado, em fase experimental, por meio eletrônico, no *site* da SCP.

Cabe destacar, também, o apoio às diversas iniciativas de políticas públicas do Governo do Estado nas áreas de educação (Constituinte Escolar), meio ambiente (Pró-Mar de Dentro e irrigação), planejamento (desenvolvimento regional), cultura (patrimônio histórico), agricultura (reforma agrária, reflorestamento, frigoríficos, fruticultura, bacias leiteiras e pesca), desenvolvimento econômico (agroindústrias e conservas), trabalho (Centros Regionais de Trabalho e Renda) e infra-estrutura estratégica.

Política de Desenvolvimento Regional – Foram desenvolvidas, no período de 1999 a 2001, as seguintes ações:

- Elaboração de documentos com os perfis sócio-econômicos das 22 regiões do Estado, com análises sobre as características de cada uma delas para subsidiar as discussões das Plenárias de Diretrizes de Desenvolvimento Regional do Orçamento Participativo.
- Coordenação do Grupo de Trabalho Intersecretarial para a Descentralização do Desenvolvimento, criado no final de 2000 e formalizado, pelo Decreto n. 40.831, de 15 de junho de 2001. Esse GT conta com a participação da SEDAI, SAA, GOF, GRC, SCT e SEI, tendo como objetivo coordenar as ações de governo nas 07 regiões menos desenvolvidas do Rio Grande do Sul.
- Realização de Seminários de Desenvolvimento Regional nas regiões Nordeste, Médio Alto Uruguai e Fronteira Oeste, que definiram os Planos de Ações para o Desenvolvimento dessas regiões e constituição dos Comitês de Acompanhamento, compostos de representantes da comunidade local, prefeituras, delegados do OP e representantes dos COREDEs para acompanhar e gerenciar a implementação das medidas decididas nos seminários.
- Constituição de parceria entre o Governo do Estado, através da SCP, SEDAI e SETUR com o SEBRAE-RS para a implementação de políticas de desenvolvimento regional.
- Elaboração do Projeto Rede de Cidades para o Desenvolvimento e Inclusão Social na Região das Missões, em parceria com a Associação dos Municípios das Missões e com o COREDE da Região. Esse Projeto se enquadra nos marcos do Protocolo de Cooperação Técnica com o Programa de Gestão Urbana (PGU- Habitat) da ONU e foi enviado ao consórcio “Cities Alliance”, do Banco Mundial, para fins de financiamento.
- Assinatura de Protocolo de Cooperação Técnica com o Ministério da Agricultura de Portugal para intercâmbio de experiências entre os agricultores e prefeituras e o Programa Ligação Entre Ações para o Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER), da Comunidade Européia.

- Elaboração de projeto de planejamento participativo para o desenvolvimento etno-sustentável de 03 áreas de reservas indígenas, com recursos aprovados pelo Ministério do Meio Ambiente.
- Coordenação estadual do Programa Comunidade Ativa, em parceria com a Secretaria Executiva do Programa Comunidade Solidária, da Presidência da República e do SEBRAE.

Política de Desenvolvimento Urbano – Já no campo das políticas de desenvolvimento urbano, destacam-se as seguintes ações:

- Realização do Seminário Internacional Novas Práticas de Gestão Urbana, em parceria com o Programa de Gestão Urbana (PGU-Habitat) da Organização das Nações Unidas, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Prefeitura de Porto Alegre e a Editora Vozes.
- Assinatura de Protocolo de Cooperação Técnica do Governo do Estado, através da Secretaria da Coordenação e Planejamento, e o Programa de Gestão Urbana (PGU-Habitat), da ONU para o intercâmbio de experiências nas áreas de gestão urbana, planejamento e desenvolvimento regional.
- Estruturação do Programa de Capacitação de Gestores Urbanos, em parceria com SEHAB, METROPLAN, GTZ, FEE e SEMA com o objetivo de qualificar os quadros técnicos de prefeituras, ONGs e movimentos sociais em planejamento e gestão urbana. Foi realizado, também o 1º Seminário de Capacitação de Gestores Urbanos na Região da Campanha, em parceria com a URCAMP e Prefeitura de Bagé.

Acompanhamento aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) – Foram realizadas diversas ações no sentido de prestar apoio aos COREDEs, dentre as quais destacam-se as seguintes:

- Viabilização de uma infra-estrutura administrativa para o funcionamento do Fórum dos COREDEs.
- Participação e acompanhamento às reuniões do Fórum dos COREDEs, além de apoio à implantação de projetos como a RedeNep e assessoria técnica para a elaboração do Pró-RS II.
- Assessoramento à Macrorregião Norte e participação de equipe técnica no encaminhamento do Programa Grande Fronteira do Mercosul, do Programa das Mesorregiões do Ministério da Integração Nacional.

Relações Internacionais – Com relação às atividades voltadas às relações internacionais, foram realizadas, ao longo do ano de 2001, as seguintes:

- Missão a Washington – Realizadas 02 missões a Washington, sendo que a primeira, no início do ano de 2001, envolveu a assinatura do acordo de co-financiadores entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o JBIC, relativo ao desembolso de US\$ 75 milhões do JBIC para os Corredores de Exportação do RS. Também foram agendadas reuniões no BID e no Banco Mundial, visando projetos prioritários, em particular o Programa de Inclusão Social. Na segunda, em novembro do mesmo ano, foram relatados, aos técnicos do BID, os resultados parciais do Módulo I do Programa Pró-Guaíba e apresentado, preliminarmente, o Módulo II, no montante de US\$ 495,2 milhões, a ser financiado também pelo BID. Foi apresentado o andamento do Programa RS Inclusão Social.

- Visita à Argentina – Realizado acompanhamento do Governador à Argentina com a finalidade de formalizar a intenção do RS em participar da Rede de Estados e Províncias do MERCOSUL; discutir a conveniência do bloco em entrar na ALCA; e divulgar o interesse do Estado em sediar o Fórum de Governadores do MERCOSUL.
- Protocolo de Cooperação entre o Programa Gestão Urbana da ONU e o Estado do Rio Grande do Sul – Assinatura do convênio, em Porto Alegre, visando à qualificação da gestão urbana nas cidades gaúchas, dentro do Programa de Desenvolvimento Regional.
- Fórum Consultivo Econômico e Social do MERCOSUL – Participação do Governo do Estado do RS, através da SCP, junto à fronteira Brasil-Uruguai, com autoridades locais, setor privado, representantes sindicais e corpo diplomático dos 02 países, visando à implementação de um Plano Diretor para o desenvolvimento das zonas de fronteira, tendo como resultado a negociação para implementação e disponibilização de recursos para o Plano Diretor Rivera-Santana do Livramento.
- Nova Delhi (Índia) – Participação do Governo do Estado, através da SCP, na Campanha Global da Boa Governabilidade Urbana, promovida pela ONU e preparação para acordo de intercâmbio entre o Ministério de Tecnologia de Informação Hindu e o Estado do Rio Grande do Sul. Como resultado, foi realizado Protocolo de Cooperação entre o MTI e o RS na área de *design house*, tendo por finalidade o desenvolvimento do Projeto CEITEC.
- Missão Governamental Gaúcha à Europa – Foram realizadas duas missões à Europa. A primeira, em junho de 2001, dentre as várias tratativas, buscou aumentar o intercâmbio de conhecimento entre o Estado e algumas regiões da Europa. Na França, na Região de Ile de France, apoio aos procedimentos para traçar Planos de Ação Regional. Na Itália, Região do Vêneto, elaborado projeto conjunto entre o RS e essa Região para os Sistemas Locais de Produção (SLPs), a ser apresentado à União Européia, além de investimento para a vitivinicultura da Metade Sul. Realizado intercâmbio sobre metodologia para criação de agências regionais de desenvolvimento, formação de alianças estratégicas entre pequenas e médias empresas italianas e brasileiras e também em tecnologia nos segmentos vitivinícola, laticínios, eletrônica, robótica e turismo, bem como buscar recursos para o Programa de Inclusão Social. Em Lisboa/Portugal, encaminhado intercâmbio entre a Fundação Mário Soares e a UERGS, visando cooperação com a União Européia, através do Programa LEADER, para intercâmbio de experiências na área de desenvolvimento regional entre o Ministério da Agricultura de Portugal e COREDEs, delegados do Orçamento Participativo e associações locais. Na Espanha, em Madri, tratativas junto à Agência Espanhola de Cooperação (AECI) para captação de recursos para o Programa de Inclusão Social.

Na segunda, nos meses de novembro e dezembro, foi realizado, na Região do Vêneto, Itália, o Encontro com Secretários Regionais e Assessores das Relações Internacionais e Cultura, assim como reunião com a Associação dos Industriais da Província de Vicenza, Associação das Pequenas e Médias Empresas de Treviso, Federexport Vêneto, tendo como pautas os investimentos na Metade Sul e o desenvolvimento econômico e regional. Na Província de Treviso, reunião com o Departamento de Gestão do Território/Província de Treviso, Setor Agricultura, Caça e Pesca, tendo como pauta o desenvolvimento econômico e regional, além da visita ao Centro Enológico de Conegliano e à Estação Experimental para Vitivinicultura e Enologia, tendo como pauta os investimentos na Metade Sul. Na Cidade de Verona, foram realizadas reuniões com os dirigentes do Ente Feira de Verona, tendo como

pauta a realização de uma Feira de Inovação Tecnológica conjunta no RS; com a Câmara de Comércio, Indústria e Agricultura, da COFININDUSTRIA, da Associação de Jovens Industriais e da Universidade de Verona; dos Departamentos Regional e de Relações Internacionais do Vêneto; encontros com a Associação das Pequenas e Médias Indústrias (API) da Província de Verona; com Instituto Italiano de Comércio Exterior (ICE); com a Organização Comércio, Indústria e Agricultura; e com representantes das Associações de Categoria. Participação na Feira Job Scuola, Orientamento e Formazione, bem como visitação ao Parque Tecnológico Científico Star de Verona, tendo como pauta a criação de Parque Tecnológico no RS.

➤ Bélgica – Em Bruxelas, foi apresentado e entregue a proposta final do Programa RS Inclusão Social na EUROPAID/Diretoria para América Latina e para a Direção de Relações Externas da Comissão Européia, bem como à Comissão de Desenvolvimento e Cooperação do Parlamento Europeu. Realizadas reuniões com Embaixador da Missão do Brasil junto às Comunidades Européias e com o Comitê de Regiões da União Européia, tendo como pauta o Fórum de Governadores do MERCOSUL e o Programa RS - Inclusão Social.

➤ França – Em Paris, foi entregue o Programa Cities Alliance para a Região de Ile de France. Na Cidade de Lille, foi apresentado os trabalhos na Assembléia Mundial de Cidadãos para um Mundo Plural Solidário e Responsável, além de participação junto com representantes dos 05 continentes no desenvolvimento da Carta de Responsabilidades Humanas.

1.1.8.1 Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser - FEE

A Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser tem, por disposição estatutária, a atribuição de realizar estudos, pesquisas e análises sobre a economia do Estado, bem como de elaborar estatísticas, funcionando como órgão de apoio operacional ao planejamento estadual.

As principais atividades desenvolvidas, de 1999 a 2001, envolveram as ações abaixo explicitadas.

Estudos, Pesquisas e Divulgação – No período apresentado, foram publicados 9.390 periódicos, quais sejam: Informe PED, Carta de Conjuntura, Termômetro de Vendas, Siveipeças - Desempenho do Mercado, Indicadores Econômicos FEE, Ensaio FEE, Informe PED Anual - Edição Especial, Informe PED Mulher - Edição Especial, Mulher e Trabalho (sucedeu ao Informe PED Mulher a partir de 2001) e Anuário Estatístico do RS.

Com relação a livros e documentos foram publicadas 14 edições da Série Documentos FEE; 02 livros - Impactos Sociais e Territoriais da Reestruturação Econômica no RS e Economia Gaúcha e Reestruturação nos Anos 90; e 02 CD-ROMs - Anais das Primeiras Jornadas de História Regional Comparada.

Congressos e Seminários – Foram apresentados um total de 136 trabalhos, pelos servidores da FEE, sendo 104 em seminários, congressos regionais e nacionais e 32 em congressos internacionais.

Participação da FEE na Mídia – Em jornais e revistas, 1.690; rádio, 601; televisão, 385; e artigos assinados, 61.

Atividades Prestadas – Visando atender as solicitações de órgãos do Governo do Estado e do Município de Porto Alegre, a FEE desenvolveu atividades que compreenderam: palestras, proferidas pelo Presidente da Instituição e pelo corpo técnico; auxílio na organização de eventos (seminários) e consultoria técnica em diversas áreas.

Eventos Organizados – A FEE organizou diversos eventos, abordando temáticas bastante variadas. Nesse sentido, foram realizados 07 painéis, 17 palestras, 02 seminários, 03 eventos (estadual e internacional), 01 *workshop* regional e 05 lançamentos de trabalhos técnicos.

1.1.8.2 Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional - METROPLAN

Sistema Estadual de Transporte Metropolitano (SETM) – Implantado em 1999, o Sistema, através da transição de jurisdição do DAER para METROPLAN, determinou a implantação da política tarifária e das linhas de integração, o planejamento, controle e fiscalização da operação do serviço de transporte metropolitano coletivo de passageiros, suas variantes, rotas e linhas de integração e, por fim, a implantação da regulamentação e fiscalização dos serviços de fretamento privado executados pelas empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do SETM, beneficiando os usuários do transporte coletivo metropolitano da Região Metropolitana de Porto Alegre e aglomerações urbanas do nordeste e de Pelotas.

Em 2000, como resultado das ações de reengenharia no Sistema Metropolitano de Transporte Coletivo, o número de passageiros transportados aumentou de 470.000 para 530.000 com conforto, regularidade e segurança. Além disso, foram implantadas 03 Transversais Metropolitanas denominadas TM 2, TM 3 e TM 4, transportando, em média, 20.000 passageiros por dia e o Serviço de Atendimento e Apoio à Comunidade (SAAC), objetivando a melhoria nos serviços prestados. Com relação ao Projeto Linha Rápida, vinculado à METROPLAN, juntamente com a Secretaria da Coordenação e Planejamento, teve suas principais atividades direcionadas à conclusão dos projetos finais de engenharia dos corredores das Av. Sertório, Assis Brasil, Baltazar de O. Garcia, Flores da Cunha, Getúlio Vargas e Anápio Gomes, além da contratação das primeiras obras do Projeto Terminal Mauá (em Porto Alegre) e Ponte sobre o Rio Gravataí (Divisa de Porto Alegre e Cachoeirinha).

Em 2001, foi desenvolvido o planejamento estratégico, contemplando assim as seguintes áreas: infra-estrutura, através do Programa de Qualificação de Terminais e Abrigos (construção do Terminal Metropolitano Mauá, melhorias nas condições de operação dos Terminais Conceição e Rui Barbosa, implantação de 30 módulos de abrigos nos Municípios de Alvorada e Cachoeirinha, ampliação da Ponte sobre o Rio Gravataí e recuperação da Ponte do Nazário); operação, via controle e fiscalização do sistema (vistorias de 2.237 veículos, notificação de 1.201 e autuados 837 veículos clandestinos) e planejamento, através de programas e projetos (Linha Transversal Metropolitana V, Projeto Operacional do Linha Rápida), organização do sistema (realização de pesquisa de opinião), modelo tarifário (redução de seções tarifárias), banco de dados (reformulação da base de dados) e legislação (elaboração de edital). Nesse ano, o número de usuários do transporte coletivo metropolitano aumentou de 470.000 para 570.000, sendo que esse crescimento deve-se à ampliação e à renovação da frota, ou seja, 591 novos ônibus, mais confortáveis e menos poluentes.

PRORENDA Urbano/RS – O Projeto, numa parceria entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Governo da Alemanha, através da Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), desenvolveu, num primeiro momento, a fase de expansão nos Municípios de Alvorada, Viamão, Caxias do Sul, Pelotas e Rio Pardo.

No ano de 1999, foram formalizados os convênios com os municípios supracitados, visando à elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), constituído do Plano Urbanístico e do Plano de Desenvolvimento Social, bem como assessoramento e capacitação, tendo como beneficiários as seguintes comunidades:

PRORENDA Urbano/RS

Município	Beneficiário	Habitantes
Rio Pardo	Vila do Asseio	3.500
	Vilas Praça da Ponte, dos Anjos e Esperança	1.500
Pelotas	Loteamento Dunas	12.000
Caxias do Sul	Vila Canyon	2.700
	Região Jardelino Ramos	13.500
	Vila Coesp	2.700
Viamão	Vilas Paraíso e Meneghini	12.000

Fonte: METROPLAN

Em 2000, foi dada continuidade à execução de obras de infra-estrutura e de pavimentação nos Municípios de Alvorada, Caxias do Sul, Pelotas, Rio Pardo e Viamão, beneficiando 9.200;18.450;12.600;2.400;20.650 habitantes, respectivamente.

No ano de 2001, dando continuidade às obras iniciadas em 2000, foram alocados recursos da GTZ e da METROPLAN a serem transferidos para os municípios, conforme quadro abaixo:

Aplicação de Recursos

Em R\$ 1,00

Município	Previstos	Aplicados
Alvorada (*)	220.000	220.000
Caxias do Sul (*)	220.000	220.000
Pelotas (*)	220.000	149.583
Rio Pardo (**)	100.000	98.955
Viamão (*)	220.000	176.892
Total	980.000	865.430

Fonte: METROPLAN

Nota: (*) Recursos da GTZ e METROPLAN (R\$ 220.000).

Contrapartida da Prefeitura não incluída (R\$ 110.000).

(**) Recursos da GTZ e METROPLAN (R\$ 100.000).

Contrapartida da Prefeitura não incluída (R\$ 50.000).

Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – Em 1999, o Programa foi concebido e estruturado com o objetivo de recuperar urbana e ambientalmente áreas degradadas, além de promover o desenvolvimento social e econômico de comunidades, especialmente as carentes. Sua estrutura compõe-se dos seguintes subprogramas: Urbanização e Habitação, Drenagem, Educação Ambiental, Resíduos Sólidos, Transporte e Sistema Viário e, Geração de Trabalho e Renda.

A implementação do Programa foi iniciada no ano de 2000, em 03 áreas:

- Sub-Bacia do Arroio Sapucaia – Envolvendo os Municípios de Canoas, Gravataí, Esteio, Sapucaia do Sul, Novo Hamburgo e Cachoeirinha, com uma área de 146,30km e população de 142.462 habitantes, foi elaborada a caracterização da Sub-bacia, assim como instalado o Fórum Regional, de caráter deliberativo, espaço de debate, integração e articulação de cooperação da sociedade civil, instâncias da Administração Pública, iniciativa privada, Organizações Não-Governamentais e instituições de ensino superior, visando ao estabelecimento de parcerias para a recuperação urbana e ambiental da área da Sub-Bacia, bem como a promoção do desenvolvimento social e econômico das comunidades, através da mobilização de recursos humanos, materiais e financeiros.
- Sub-Bacia do Arroio Feijó – Envolvendo os Municípios de Porto Alegre, Alvorada, Viamão, com uma área de 57km e população de 169.453 habitantes, foi realizada a sistematização e análise das informações censitárias e organizados os dados sócio-econômicos dos municípios da sub-bacia. Visitadas as entidades representativas da comunidade, pelos Agentes Comunitários de Desenvolvimento para a implementação da Organização Comunitária do Programa Integrado (total de entidades 80) e assinatura do convênio entre as prefeituras, METROPLAN e Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) para a implementação do mesmo. Elaborado os termos de referência para contratação e acompanhamento do projeto de engenharia para dragagem do Arroio Feijó.
- Sub-Bacia do Arroio Pampa – Envolvendo os Municípios de Novo Hamburgo, Dois Irmãos e Campo Bom, com área de 24,15km e população de 90.000 habitantes, foram formados 03 Núcleos Comunitários de Desenvolvimento e sistematizados os dados censitários correspondentes à área dos municípios.

Já no ano de 2001, foram desenvolvidas diversas ações, envolvendo as seguintes sub-bacias:

- Sub-bacia do Arroio Sapucaia – Criados 05 Núcleos Comunitários de Desenvolvimento, objetivando a organização comunitária. Criadas as Comissões Temáticas no Fórum Regional, agrupando representantes das entidades parceiras e visando proporcionar formas de gestão integrada que atendam às demandas ambientais e sociais. Discutido, com a comunidade, o gerenciamento da Incubadora Regional e aplicado o Curso de Economia Solidária, Autogestão e Cooperativismo para as lideranças locais ligadas ao cooperativismo e associativismo, assim como a geração de trabalho e renda, além de ações de educação ambiental às entidades da região.

Com recursos do OP - 2001, foram realizadas, a partir de dezembro de 2001, as seguintes obras decididas pela comunidade e seguindo os trâmites licitatórios no Município de Esteio: Incubadora Regional de Empreendimentos Associativos e Populares; pavimentação, drenagem, reforma elétrica e hidráulica na Usina de Reciclagem; e construção do pavilhão de apoio à Cooperativa de Recicladores com investimentos na ordem de R\$ 308,9 mil.

- Sub-bacia do Arroio Feijó – Formados 07 Núcleos Comunitários de Desenvolvimento, dos quais fazem parte representantes das entidades civis organizadas nas regiões, envolvendo 119 entidades. Também foi desenvolvido, em parceria com o SESC, a capacitação no Programa Envolve-se, propiciando a criação da Cooperativa de Mulheres Costureiras. Foi dada continuidade às obras de dragagem

do Arroio Feijó, no montante de R\$ 229 mil, até junho de 2001, entretanto a obra foi paralisada devido a irregularidades na empresa contratada.

Também foi estabelecido o convênio entre o Governo do Estado, através da METROPLAN, com as Prefeituras de Alvorada, Porto Alegre, Viamão e a GTZ, no montante de R\$ 990 mil, divididos igualmente, para a realização de obras físicas e sociais, tendo iniciado o processo licitatório em 2001 e sua execução prevista para o ano de 2002.

➤ Sub-bacia do Arroio Pampa – Instalados 03 Núcleos Comunitários de Desenvolvimento, envolvendo 42 entidades civis organizadas da região. Foram realizadas atividades de Educação Ambiental e debates coletivos sobre a realidade local para decidir as obras a serem realizadas com recursos do OP 2001. Com recursos do OP 2001, da ordem de R\$ 400 mil, foi assinado convênio com a Prefeitura de Novo Hamburgo para a canalização e construção de gabiões no Arroio Pampa, em licitação. Para remoção da população, em área de risco, foram utilizados recursos da SEHAB, no montante de R\$ 250 mil visando ao início das obras de terraplenagem. Realizada, em dezembro de 2001, a Complementação do Diagnóstico Sócio-Ambiental e elaborado o Programa de Ações Prioritárias da Sub-bacia Hidrográfica do Arroio Pampa.

No ano de 2001, foram realizados cursos de capacitação para fortalecer as lideranças e organizações comunitárias, nos municípios de Esteio, Novo Hamburgo, Sapucaia do Sul e Canoas, abrangendo 570 participantes.

Programa de Apoio ao Gerenciamento de Resíduos Sólidos – O Programa é um conjunto de ações voltadas para a melhoria das condições atuais de gerenciamento dos resíduos sólidos nos municípios constituintes da RMPA e Aglomerações Urbanas. Sua origem se deu através do desenvolvimento do Plano Diretor de Resíduos Sólidos, com recursos do Pró-Guaíba, entre 1997 e 1998. A melhoria resultará em benefícios para toda a população da RMPA, em especial àquela concentrada nos municípios do eixo Porto Alegre – Novo Hamburgo, considerado o mais denso. A expectativa é que sejam diminuídos os focos de lixo; as coletas regular e seletiva operadas de forma mais eficiente; e os lixões exterminados.

No que diz respeito ano de 2000, foi realizado o convênio para Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos entre os Municípios de Cachoeirinha, Esteio, Gravataí e Porto Alegre; o acompanhamento técnico das obras de operação do Aterro Sanitário Metropolitano de Santa Tecla (em convênio com SOPS e DMLU); viabilizado o Aterro Metropolitano Leste, com os Municípios de Alvorada, Viamão e Porto Alegre; elaborado o Programa Lixo e Cidadania; viabilizada a construção de galpões de reciclagem de lixo e o convênio com o Programa Pró-Guaíba para implantação do Plano Diretor de Resíduos Sólidos da RMPA e, por fim, elaborado o Plano Diretor de Resíduos Sólidos da Aglomeração Urbana da Região Nordeste (AUNE).

Com relação a 2001, a busca de tais resultados incorporou diferentes ações, envolvendo as seguintes:

➤ Foram encaminhados os processos licitatórios para a construção de uma usina de beneficiamento de plásticos em Caxias do Sul e de galpões de reciclagem em Novo Hamburgo e Canoas, devendo gerar até 80 empregos nos 02 galpões e outros 10 na usina de reciclagem.

- Apoio à consolidação das associações de recicladores dos galpões implantados, através de convênio assinado entre a METROPLAN e a Federação das Associações de Recicladores do Estado do Rio Grande do Sul, para que essa ofereça suporte de qualificação aos recicladores beneficiados com os galpões construídos, em 2000, no COREDE Metropolitano Delta do Jacuí, bem como apoio à organização das associações que deverão operar os galpões de Novo Hamburgo e Canoas.
- Incorporação das atividades de catação informal de resíduos ao Plano Diretor de Resíduos Sólidos, visando oferecer alternativas aos trabalhadores do setor sistemas de gerenciamento municipais de resíduos, beneficiando parcela significativa dos mesmos, estimada em mais de 3.000 papeleiros apenas no Município de Porto Alegre.
- Incorporação das atividades de criação de suínos com resíduos ao Plano Diretor de Resíduos Sólidos que, da mesma forma que os catadores informais, não foram contemplados pelo PDRS. A proposta consiste em realizar pesquisa exploratória que forneça informações básicas para o levantamento da discussão do problema e identificação de alternativas de solução.
- Implantação do Sistema Metropolitano de Disposição Final de Resíduos, tendo como resultado o aumento da vida útil do Aterro Santa Tecla e a viabilização de alternativas tecnicamente adequadas para disposição de resíduos dos Municípios de Alvorada e Viamão. Os termos de referência para contratação de Estudo de Impacto Ambiental do Aterro Leste foram encaminhados para a CELIC, aguardando-se o processo licitatório.
- Apoio à capacitação técnica e gerencial, através da realização de 04 cursos de capacitação, pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Seção Rio Grande do Sul, viabilizando oportunidades para os técnicos dos municípios da RMPA.
- Apoio à educação ambiental, visando desenvolver atividades educativas para diminuir o impacto ambiental gerado pelos resíduos sólidos na RMPA.

Plano Diretor de Resíduos Sólidos da Aglomeração Urbana do Nordeste – A METROPLAN iniciou processo de discussão com os municípios e Conselho Deliberativo da Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE) sobre os aspectos regionais da gestão de resíduos sólidos. A região apresenta forte concentração de atividades industriais combinada com fragilidades físicas do território, resultando em pouca disponibilidade de áreas para disposição final de resíduos. Nesse sentido, o Plano Diretor visa orientar os investimentos no setor, favorecendo a preservação do ambiente natural. A distribuição das ações, por região, em 2001, foi a seguinte:

Distribuição dos Investimentos por Região

Em R\$ 1,00

Ações	Municípios	Região	Recursos
Usina de Beneficiamento de Plásticos	Caxias do Sul	Serra	399.998
Galpões de reciclagem	Novo Hamburgo Canoas	Vale dos Sinos	147.000
		Vale dos Sinos	147.000
Apoio às associações de recicladores	Viamão, Alvorada, Gravataí, Triunfo, Cachoeirinha	Metropolitano Delta do Jacuí	33.000
Incorporação catadores in-formais (pesquisa exploratória)	RMPA	RMPA	27.000
Incorporação criadores de suínos (pesquisa exploratória)	RMPA	RMPA	36.000

Fonte: METROPLAN

Sustentação de Diretrizes de Qualificação para o Uso e Ocupação do Solo – Em 1999, foram fornecidos 184 Termos de Anuência Prévia ao Parcelamento do Solo na RMPA, tendo sido abertos 249 processos, beneficiando as populações locais. No ano de 2000, foram analisados 319 processos de parcelamento do solo na RMPA, além de prestado assessoramento à elaboração do Plano Diretor de Vacaria, constituído de Projeto de Lei do Zoneamento de Uso e do Sistema Viário Principal e Projeto de Lei do Parcelamento do Solo, beneficiando 58.534 habitantes.

Já em 2001, foram analisados 324 processos de parcelamento de solo, bem como iniciado o assessoramento à elaboração dos Planos Diretores dos Municípios de Osório e Taquara e realizado convênio com a SEMA/FEPAM, visando ao desenvolvimento do Programa de Capacitação em 19 municípios que compõem o Litoral Norte, beneficiando em torno de 50 técnicos municipais.

Implantação do Sistema Metropolitano de Drenagem – Através do Programa de Drenagem, em 1999, foram concluídos 3.116m de dragagem e canalização nos seguintes Municípios: Alvorada (1.437m), Guaíba (1.000m) e Gravataí (679m). Também foram concluídas as obras nos Municípios de Alvorada (02 pontilhões em alvenaria sobre o Arroio Formosa) e Viamão (1.250m de dragagem e 250m de alvenaria em gabiões no Arroio Feijó), tendo beneficiado cerca de 400.000 pessoas.

Apoio Técnico aos Comitês de Bacias Hidrográficas – Nos anos de 2000 e 2001, foi prestado apoio à implementação do Sistema Estadual de Recursos Hídricos através da participação, como membro nos Comitês de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica Caí, Lago Guaíba, Gravataí, Sinos, Taquari-Antas, Pardo e Tramandaí.

Pró-Guaíba – No ano de 2000, a METROPLAN participou, como coordenadora técnica do Plano Diretor, da formulação das demandas institucionais incluídas no Módulo II do Programa. Já em 2001, participou da implantação da proposta metodológica para a sistematização das demandas originárias de processos de Consulta Pública, desenvolvida em função do Plano Diretor de Controle e Administração Ambiental da Região Hidrográfica do Guaíba.

Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Entorno do Parque Zoológico – Nos anos de 2000 e 2001, a METROPLAN participou no grupo de trabalho, coordenado pela SEDAI e composto pela FZB e SEHAB, para elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Entorno do Parque Zoológico, localizado nos Municípios de Sapucaia do Sul e São Leopoldo, denominado integração da ocupação do entorno com o Parque Zoológico.

Convênio METROPLAN/DAER – Em 2001, foi implantado o Convênio para a elaboração de diretrizes de uso e ocupação do solo ao longo dos contornos viários municipais das rodovias estaduais, corredores de exportação com financiamento do BID, em 13 municípios com recursos da ordem de R\$ 150,9 mil, beneficiando 571.758 habitantes. Foram executadas as 03 primeiras etapas do plano de trabalho, compreendendo: arranjo institucional – integração dos agentes envolvidos; conhecimento das áreas urbanas contempladas com os contornos viários; e elaboração do Termo de Referência para a contratação de estudos referentes ao Impacto da Implantação de Contornos Viários na Organização e Desenvolvimento dos Núcleos Urbanos.

1.2 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS – SARH

A SARH vem desenvolvendo neste Governo, segundo a política definida para o setor, um conjunto de ações, agrupadas e articuladas a partir de 04 eixos norteadores: Reforma/Reestruturação do Estado, Política de Recursos Humanos, Qualificação da Gestão e Formação Profissional.

POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

Política Salarial - A SARH tem como atribuição negociar com as diversas categorias do funcionalismo público estadual, seja Administração Direta, seja Indireta do Poder Executivo.

A política salarial do Governo tem como meta diminuir a distância entre a menor e a maior remuneração. Quando do início da gestão, a diferença era de 146 vezes. Com as primeiras medidas essa diferença foi reduzida para 128 vezes e, no final de 2001, com os reajustes concedidos, caiu para 80 vezes.

No período compreendido entre 2000 e 2002, do total de 262.000 matrículas da Administração Direta, 231.000 tiveram e/ou terão reajustes que variam entre 18,22% (Segurança) e 65,16% (Magistério).

Política Salarial – 2000

Quadro	Reajuste	Outros Benefícios
Magistério	➤ 14,9%	➤ 20% de reajuste no vale-refeição. ➤ Promoções de 1993 (1999). ➤ Promoções de 1994.
Quadro Geral Funcionários de Escola Quadro da Saúde (níveis elementar e médio) Fundações de Direito Público Autarquias	➤ 14,9%	➤ 20% de reajuste no vale-refeição.
Segurança Pública		➤ 20% de reajuste no vale-refeição. ➤ 10 pontos nominais no risco de vida.

Fonte: SARH

Política Salarial - 2001 e 2002

Quadro	Reajuste	Outros Benefícios
Segurança Pública	➤ Sobre o total da remuneração: 18,22% a 21,91%. ➤ Sobre o básico: 44,07% a 61,56%.	➤ Integralização dos 222% do Risco de Vida. ➤ Fator de Valoração do Nível de Vencimento. ➤ Gratificação de Incentivo Parcial e Tecnológico.

Quadro	Reajuste	Outros Benefícios
Magistério	➤ 25% em 04 parcelas	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fim da sobreposição de níveis: 1% junho/01; 2% agosto/02; 3% dezembro/02; 4% março/03; e 5% junho/03. ➤ Incorporação de 20% do abono: 10% em agosto/02 e 10% em dezembro/02. ➤ Promoções de 1995 e 1996 – pagas em 2001 e 1997 – serão pagas em agosto/02. ➤ Seguro contra a inflação: se a inflação for maior que o índice proposto para 2002, a diferença será paga.
Funcionários de Escola	➤ 27,94% em 05 parcelas	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Criação de Plano de Carreira. ➤ Seguro contra a inflação: se a inflação for maior que o índice proposto para 2002, a diferença será paga. ➤ Realização das promoções atrasadas de 1989 a 2000.
Quadro Geral e os Quadros de pessoal paradigmados remuneratoriamente	➤ 27,94% em 05 parcelas	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Seguro contra a inflação: se a inflação for maior que o índice proposto para 2002, a diferença será paga. ➤ Realização de promoções do Quadro Geral.

Fonte: SARH

Além dessas medidas, o Governo encaminhou, tendo sido aprovado pela Assembléia Legislativa, Projeto de Lei (PL) referente à incorporação das chamadas gratificações inerentes aos cargos, reivindicação histórica das categorias. O Governo também encaminhou PL à Assembléia Legislativa, estabelecendo isonomia na fórmula de cálculo dos adicionais de tempo de serviço dos servidores de nível elementar e médio em relação aos servidores de nível superior da SPH e SUPRG. Essa era uma reivindicação de mais de 20 anos da categoria, aprovada em novembro de 2000.

Os servidores da Administração Indireta Estadual, que somam cerca de 40.000 matrículas, têm sido contemplados com reajustes, através de negociações com inúmeras de suas entidades representativas, nas respectivas datas-base. O Governo vem efetuando o pagamento da inflação do período, segundo o INPC/IBGE, além de promovido a implementação de outras concessões, tais como: participação nos lucros e resultados, planos de saúde, auxílio-creche, vale-refeição, promoção, revisão e reestruturação de quadros e de planos de cargos e salários. Foram beneficiados os servidores da Companhia Rio-Grandense de Saneamento (CORSAN), Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Companhia Rio-Grandense de Mineração (CRM), Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), BANRISUL Armazéns Gerais (BAGERS), Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS), Fundações de Direito Privado, Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH) e Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG), atendendo cerca de 35.000 servidores, ou seja, 89,60% desta Categoria.

Em outubro de 2001, foi instituída a Remuneração Mínima para os servidores ativos, inativos e pensionistas da Administração Direta e Indireta Estadual. A Remuneração consiste em uma complementação para os servidores com carga horária

de 40h semanais e que percebiam remuneração inferior a R\$ 300, sob a forma de parcela, na qual não incidirá quaisquer vantagens. Com essa medida foram beneficiados 20.432 servidores (ativos e inativos) e pensionistas, o que representa 7,92% do total de servidores do Executivo. A repercussão financeira mensal é de R\$ 1,4 milhão.

Atualização das Promoções – O Governo Democrático e Popular vem recuperando e atualizando as promoções de diversas categorias de servidores. Já foram realizadas as promoções de 1993, 1994, 1995 e 1996 do Magistério; Funcionários de Escola de 1989 a 2000; estão em andamento as promoções de 1993 a 1995 dos Técnicos-Científicos e atualização das promoções de 1992 e 1993 do Quadro Geral. Por sua vez, a atualização das promoções do Quadro Especial (servidores da extinta Caixa Estadual) iniciou pelo ano de 1999. Com essa ação foram regularizadas até novembro de 2001, 76.300 promoções. Estão em andamento as promoções do Quadro da Saúde do ano de 1995 e do Quadro dos Técnicos Fazendários referente a 1998.

Ingresso de Servidores – Ao contrário da gestão anterior que demitiu através do Programa de Demissões Voluntárias (PDV) 12.104 servidores, sendo o maior número nos quadros da Educação, Saúde e Segurança, o atual Governo está contratando para suprir áreas com deficiências de servidores.

No período entre 1999 e 2001, foram nomeados na Administração Direta (Poder Executivo) 37.580 novos servidores, especialmente nas áreas da Saúde, Educação, Segurança e Agricultura.

Nomeações Realizadas

Denominação de Quadros	Anos			Total Geral
	1999	2000	2001	
Quadro Geral	-	170	562	732
Quadro dos Técnicos-Científicos	-	132	105	237
Quadro da Polícia Civil	122	8	441	571
Quadro dos Servidores da Saúde	649	1.439	2.094	4.182
Quadro de Carreira do Magistério	-	8.894	3.906	12.800
Quadro dos Servidores Penitenciários	8	55	768	831
Quadro da Secretaria da Fazenda	3	-	1	4
Quadro dos Técnicos em Planejamento			3	3
Contratos Temporários e Emergenciais (Magistério)	2.297	3.935	2.969	9.201
Contratos Emergenciais Servidores de Escola	-	4.379	1.648	6.027
Contratos Emergenciais Sec. Agricultura			1.100	1.100
Contratos Servidores do IGP			150	150
Brigada Militar	617	564	561	1.742
Total	3.696	19.576	14.308	37.580

Fonte: SARH

Visando suprir as deficiências de recursos humanos, nos órgãos da Administração Direta e Indireta, foram realizados e estão em andamento concursos públicos para os seguintes órgãos:

Concursos Públicos

Realizados	Em andamento
AGERGS	CRM
CEEE	DETRAN
CIENTEC	FAPERGS
CORSAN	FEBEM
Defensoria Pública	FEE
Escola de Saúde Pública	FEPAGRO
FTVE	FEPAM
FZB	SE (Magistério)
PGE	SEFA
PROCERGS	SEMA (TC e QG)
SAÚDE (um cargo)	SES
SE (Magistério)	BANRISUL
SUSEPE	Segurança Pública

Fonte: SARH

Planos de Carreira e/ou Planos de Cargos e Salários – A maioria dos Planos de Carreira e/ou Planos de Cargos e Salários estavam defasados, provocando uma série de problemas para os Órgãos do Estado, tais como: desatualização de atribuições, distorções, passivos trabalhistas, terceirizações nas atividades fim, impossibilidade de realização de concurso público, entre outros. Decorrentes desses problemas havia apontamentos da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE), Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público e Delegacia Regional do Trabalho, inclusive gerando multas para muitos Órgãos do Estado. De outro lado, para os servidores, as distorções nos Planos de Carreira e/ou Planos de Cargos e Salários vinham acarretando prejuízos como: impossibilidade de serem promovidos por falta de regulamentação, desvios de função, assim como falta de perspectiva de ascensão na carreira.

Diante desse quadro, diversos órgãos tiveram seus quadros de pessoal criados ou reestruturados:

Quadros de Pessoal

Reestruturados/Criados	Em andamento
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGÁS) ➤ Instituto Geral de Perícias (IGP) ➤ Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO) ➤ Magistério ➤ Companhia Rio-Grandense de Mineração (CRM) ➤ Procuradoria-Geral do Estado (PGE) ➤ Funcionários de Escola ➤ Fundação de Economia e Estatística (FEE) 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Departamento Aeroviário do Estado (DAE) ➤ Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS) ➤ Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (FEBEM) ➤ Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG) ➤ Companhia de Indústrias Eletro-Químicas (CIEL) ➤ Superintendência dos Portos e Hidrovias (SPH) ➤ Polícia Civil ➤ Centrais de Abastecimento do RS (CEASA) ➤ Fundação Zoobotânica (FZB) ➤ Gabinete da Reforma Agrária

Fonte: SARH

Gestão de Recursos Humanos – Projeto RHE – Sistema de Gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamento do Estado – Na perspectiva de modernização, melhoria e transparência dos serviços públicos na área de recursos humanos, no ano de 2000, foi iniciado um trabalho de análise dos principais processos envolvendo a vida funcional do servidor, contemplando desde a admissão até o encerramento da mesma. Foram analisados e redesenhados em torno de 10 processos na área do funcionalismo, que representam um montante de 80% do trabalho desenvolvido pela SARH, SEFA e Secretarias de origem. Esse estudo, concluído em dezembro de 2000, além de propor novas formas de trabalho e fluxos mais ágeis para os processos, apontou etapas que deveriam ser vencidas como condição essencial para que a modernização possa ser plenamente atingida:

- a) correção de divergências nas informações dos servidores;
- b) melhoria no Portal do Servidor;
- c) seleção e aquisição de um novo banco de dados;
- d) seleção e aquisição de um sistema de *workflow* (fluxo de processos);
- e) seleção e aquisição de um sistema integrado de gestão de recursos humanos e folha de pagamento;
- f) implantação dos novos sistemas com o novo banco de dados;
- g) implantação dos novos processos;
- h) melhoria nas informações gerenciais (*data warehouse*);
- i) implementação da Central de Atendimento da Despesa.

Dessas atividades, já foram implantadas as melhorias no Portal do Servidor e estão em fase de implantação as correções de divergências cadastrais, denominadas de inconsistências. Visando atender as etapas “c”, “d”, “e” e “f”, foi criado um grupo de trabalho para definir os requisitos funcionais e tecnológicos que selecionarão os softwares necessários. Durante 06 meses procedeu-se à análise dos produtos do mercado e realizou-se pesquisa junto a estados e municípios. Como resultado dessa ação, houve a elaboração de trabalho objetivando selecionar, no mercado, o que de mais moderno existe em banco de dados, sistema de *workflow* e sistema de gestão de recursos humanos e folha de pagamento, respeitando a arquitetura tecnológica definida pelo Estado. Com essa aquisição, o Estado terá plenas condições de ser mais ágil, produzir informações com maior confiabilidade, reduzir custos e fornecer um melhor atendimento ao servidor público.

Previdência Social - Compensação Previdenciária (COMPREV) – Tem por objetivo a operacionalização do COMPREV entre o Regime Geral da Previdência Social e os Regimes Próprios de Previdência Social dos Servidores Públicos da União, dos Estados e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria e pensões.

O ano de 2000 foi marcado pela elaboração de projeto da sistemática de compensação previdenciária e pelo desenvolvimento de um instrumento para auxiliar o Estado a se integrar ao mesmo, conforme a legislação vigente, bem como realizado o levantamento das aposentadorias (36.616) e pensões (849) sujeitas à compensação do Estado.

No ano de 2001, foram enviados para o INSS 13.640 requerimentos e imagens de 3.900 processos. Desses, até dezembro de 2001, foram aprovados, pelo INSS, 284 processos, com retorno financeiro para o Estado de R\$ 310 mil.

Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Estaduais de Previdência (PARSEP) – O Programa tem por objetivo desenvolver a capacidade dos regimes de aposentadoria e pensão dos Estados, além de contribuir para o equilíbrio financeiro e atuarial desses sistemas.

O Estado do Rio Grande do Sul já finalizou e foi aprovado o Termo de Referência para a contratação de consultoria que realizará o recadastramento e a implantação do Sistema Integrado de Informações Previdenciárias (SIPREV).

Portal do Servidor – O Portal do Servidor, implantado e lançado em outubro de 2000, consiste em uma ação desenvolvida, de forma integrada, pelas Secretarias da Fazenda e da Administração e dos Recursos Humanos, juntamente com a PROCERGS.

A finalidade do Portal do Servidor Público é oferecer um conjunto de serviços e informações essenciais à vida funcional do servidor em um único local de fácil acesso, através da Internet. O Portal representa um novo conceito na relação do Estado com seus servidores, criando um canal de comunicação direto e pessoal, possibilitando que o servidor esclareça dúvidas e envie sugestões de novos serviços a serem implementados.

A implantação do Portal possibilitou a disponibilização de um conjunto de formulários eletrônicos e a redução da necessidade de deslocamento do servidor aos diversos órgãos estaduais. Os serviços mais procurados são: exclusão de descontos autorizados em folha, alteração de dependentes, certidão de tempo de serviço, consultas ao contracheque, informações sobre datas de pagamento e comprovantes de rendimentos. O acesso a essas consultas representou uma redução de 66,48% nas solicitações de segundas vias de documentos.

O Portal conta, também, com um serviço inédito de certificação eletrônica, através do qual o comércio e a Receita Federal têm garantia da autenticidade de documentos como contracheque e comprovante de rendimentos.

As estatísticas de utilização do *site* demonstram uma grande procura pelos serviços do Portal. O volume de páginas acessadas em média/mês, é de 43.415, com grande destaque para o uso de formulários eletrônicos, cujo preenchimento é muito simples e facilitado pelas “Orientações sobre Serviços” que especificam quem pode usufruir, qual a forma de obtê-lo e os documentos necessários para efetivá-lo.

Um indicador significativo da participação dos servidores é o volume de sugestões e questionamentos efetuados através do “Fale Conosco”. A estrutura de Ouvidoria, serviço disponibilizado no Portal, sob responsabilidade da SARH, registrou um total de 2.629 solicitações até o mês de outubro de 2001, envolvendo sugestões, dúvidas em relação a pagamentos e questões relativas à vida funcional do servidor público estadual.

Programa de Atenção à Saúde do Trabalhador no Serviço Público (PAST) – O Programa, criado em 2000, a partir de um novo conceito de saúde do trabalhador, implementou um conjunto de ações que qualificaram a relação servidor/trabalho, a saber:

- Formação e desenvolvimento do grupo coordenador e do grupo executor do PAST.
- Projeto-piloto do PAST - em desenvolvimento na Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS), com criação da Comissão de Saúde no Laboratório Farmacêutico do Estado do Rio Grande do Sul (LAFERGS). Na Comissão encontram-se representados todos os setores para mapeamento dos riscos ambientais para posterior encaminhamento para a Direção.
- Criação do Centro de Integração e Desenvolvimento da Saúde do Trabalhador (CID), que oferece atendimentos psicoterápicos a servidores que não possuem condições de buscar esse serviço em outros locais, atendendo uma média mensal de 180 servidores.
- Análise qualitativa e quantitativa dos dados epidemiológicos, a fim de subsidiar o planejamento de novas ações.

Qualificação da Perícia Médica – Desde o início do atual Governo, inúmeras medidas vêm sendo tomadas, objetivando à qualificação da prestação dos serviços de perícia médica aos servidores, dentre elas:

- Transferência das dependências do Departamento de Perícia Médica para local mais adequado e acessível aos servidores.
- Organização de um novo sistema de arquivamento dos prontuários, permitindo uma maior agilidade no arquivamento e desarquivamento dos mesmos e possibilitando um controle mais efetivo do histórico médico dos servidores.
- Atualização do Manual de Perícias Médicas, normatizando os procedimentos em termos de documentação e exames para concessão e prorrogação de licenças e ingressos de servidores.
- Informatização do sistema de telemarcação de perícias médicas, possibilitando uma agilização do sistema de consultas e ingressos, bem como uma produção de relatórios referentes a ingressos realizados e a licenças concedidas por cada Pasta.

QUALIFICAÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DA GESTÃO

Programa de Formulários (PROFORM) – O Programa tem por objeto a análise e a racionalização dos formulários utilizados na SARH. Busca, através da redução do volume e da revisão do sistema de reprodução destes, promover a agilização dos procedimentos administrativos e a redução dos custos. Com uma metodologia que privilegia a participação e a qualificação dos servidores, a descentralização das atividades e a centralização dos dados, o PROFORM instituiu os Núcleos de Controle de Formulários, com representantes dos diferentes setores da SARH. Posteriormente, o Programa será ampliado para todo o Poder Executivo.

No ano de 2001, em caráter experimental, foram implantados os Núcleos na SARH. Como resultado dessa implantação, constatou-se que, na análise inicial de 45 formulários, somente com a alteração do sistema de reprodução utilizado, houve redução de 76% do custo.

Programa de Planejamento Organizacional - Módulo Redesenho de Processos – O Programa destina-se à realização de uma análise criteriosa dos fluxos de trabalho, visando à sua racionalização e agilização. A implantação ocorreu no âmbito interno da Secretaria. Em 2001, foi redesenhado o Processo de Habilitação de Posse dos Servidores, objetivando qualificar os procedimentos e processos de trabalho, quando do ingresso de servidores no serviço público, e, posteriormente,

unificar esses procedimentos e fluxos junto às demais secretarias. Desde a sua implantação foram aprimoradas 16 rotinas.

Implantação do Sistema Gestor de Cotamento de Combustível – Instituído em 1999, o Sistema Gestor de Cotamento de Combustível tem como objetivo equilibrar a relação cotamento x consumo.

Anteriormente, o Estado mantinha contrato com uma empresa, no qual pagava, antecipadamente, 8% de taxa sobre o consumo. As cotas de abastecimento eram cumulativas, ou seja, o saldo do combustível não utilizado no trimestre acumulava para o seguinte.

Ao vencer o contrato, em maio de 2001, foi realizada nova licitação, com a taxa de administração fixada em 2,97%. Desse modo, a medida adotada resultou numa economia de 63% e na efetivação do pagamento após o consumo. No final de 2001, a cota passou a ser consumida dentro do próprio trimestre, com uma economia de 53%.

Em 1998, o Estado gastou (Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário) um montante de R\$ 19,9 milhões e, em 1999, mesmo com o reajuste de 60% no valor do combustível, o total gasto foi de R\$ 14,9 milhões, representando uma redução de 25,27%.

Implantação da Central de Veículos – Em 1999, foi instituída a Central de Veículos visando assegurar o atendimento das solicitações de transporte com agilidade e a racionalização do serviço.

Considerando apenas a SARH registrou-se um aumento significativo no atendimento às demandas. Em 1999, houve uma média de 295 agendamentos de veículos/mês e, em 2001, essa média cresceu para 396. Devido ao êxito, estão sendo feitos estudos de viabilidade para ampliar o atendimento da Central a todos os órgãos localizados no Centro Administrativo Fernando Ferrari .

Programa de Fiscalização da Frota Oficial – O Programa objetiva o alinhamento da política de fiscalização de transporte do Estado no cumprimento da legislação (identificação, documentação, equipamentos obrigatórios e estado de conservação dos veículos), através de uma ação preventiva e educativa.

Foram vistoriados, no triênio, 18% da frota oficial (Administração Direta e Indireta do Estado, exceto Brigada Militar e Polícia Civil) e instituídas as Operações “Verão” - fiscalização no litoral e interior. No total foram 1.803 veículos vistoriados.

Sistema Gerenciador da Frota de Veículos – O Sistema, desenvolvido pela SARH e PROCERGS, possibilitou informações *online* dos veículos pertencentes ao Poder Executivo, permitindo um efetivo gerenciamento da frota. O Sistema, instalado na SARH e interligado à base de dados do DETRAN, será estendido a todos os órgãos da Administração Direta e Indireta.

O Sistema possui 09 módulos: 1. Cadastro e Fiscalização; 2. Abastecimento; 3. Manutenção e Depreciação; 4. Dimensionamento e Aquisição; 5. Seguros e IPVA; 6. Condutores e Infrações; 7. Acidentes e Processos; 8. Veículos Particulares; e 9. Cadastro de Imagens. O módulo 1 está em funcionamento em 25 órgãos, totalizando

2.549 veículos com controle cadastral totalmente automatizado, do total de 6.949 da frota oficial.

No Governo anterior, os dados não eram confiáveis; as informações provinham dos diversos órgãos e o sistema de cadastro de veículos era limitado e sem agilidade na atualização.

Reordenamento da Avaliação dos Bens Imóveis do Estado – O Programa consiste na dispensa de serviços terceirizados que efetuavam a avaliação dos imóveis pertencentes ou de interesse do Estado, destinados a desapropriações, permutas, alienações e outras transações. Esse trabalho passou a ser desenvolvido por equipe técnica do Departamento de Patrimônio, assegurando agilidade e qualidade superior ao serviço, bem como redução de custos, conforme demonstrativo abaixo:

Em R\$ 1,00

Ano	Nº de Laudos	Redução de Custos
1997	32	
1998	50	
1999	103	1.318.618
2000	165	2.852.541
2001	536	4.309.666
Total		8.480.825

Fonte: SARH

Política de Receitas Patrimoniais – Esta Política tem por finalidade a arrecadação de recursos financeiros oriundos de imóveis pertencentes ao Patrimônio do Estado por Força de Lei (imóveis foreiros) ou próprios do Estado em Uso de Terceiros. Em 2000, foi constituído um banco de dados para esse fim, permitindo o cadastramento e o acompanhamento das guias de arrecadação e o pagamento.

A arrecadação de recursos com as “autorizações de uso onerosas” iniciaram em 2001. Cabe destacar que alguns foreiros estavam em atraso por mais de 20 anos. Por tratar-se de receita não operacional, exigível a qualquer tempo, o Governo do Estado vem cobrando o período de inadimplência da totalidade em atraso.

Demonstrativo da Arrecadação

Em R\$ 1,00

Ano	Terrenos Foreiros	Autorizações de Uso Onerosas	Laudêmio	Total
1999	134.577		284.664	419.241
2000	158.578		297.574	456.151
2001	487.841	96.877	1.001.626	1.586.345
Total	780.996	96.877	1.583.864	2.461.737

Fonte: SARH

Demonstrativo da Adimplência e Inadimplência

Ano	Adimplência	Inadimplência
1998	38%	62%
1999	78%	22%
2000	84,65%	15,35%

Fonte: SARH

Nota: o demonstrativo refere-se a 254 terrenos.

Política de Uso dos Imóveis do Estado – A Política de Uso dos Imóveis compreende a análise da observância dos critérios para as cedências e autorizações de uso gratuito. Prioriza o uso compartilhado dos imóveis, principalmente, a execução de programas e projetos sociais em um mesmo espaço físico, possibilitando a redução do custeio da estrutura física e a qualificação do atendimento ao cidadão. Foram priorizados os projetos sociais de interesse público para áreas de educação, saúde, assistência social, geração de trabalho e renda, e agricultura familiar.

Os serviços ou áreas que obtiveram maior número de imóveis foram: Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social/Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, para instalação da Casa do Trabalhador e Centro Regional de Desenvolvimento Trabalho e Renda; Secretaria da Agricultura e Abastecimento; Secretaria da Fazenda; Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais; Instituto de Previdência do Estado e Ministério Público.

Em 1999, início da atual Administração, havia 24 imóveis desocupados, oriundos da extinta Caixa Econômica Estadual, bem como inexistência de registros, com situação regularizada, no Sistema de Uso Compartilhado. No final de 2001, todos os imóveis estavam sendo utilizados, sendo que 29 deles são de uso compartilhado:

Imóveis com Uso Compartilhado

Região do OP	Número de Municípios
Central	03
Serra	02
Campanha	02
Centro Sul	02
Norte	03
Alto Jacuí	01
Médio Alto Uruguai	01
Produção	01
Sul	02
Delta Jacuí	04
Missões	03
Fronteira Oeste	02
Rio Pardo	01
Litoral	01
Nordeste	01
Total	29

Fonte: SARH

Além disso, foram promovidas melhorias no Sistema Patrimonial do Estado (SPE), mediante o desenvolvimento de 03 sistemas: Sistema de Imóveis Foreiros; Sistema de Locações de Imóveis de Terceiros pelo Estado; e Sistema de Autorização de Uso. Resultaram, dessa ação, a melhoria nas condições de gerenciamento dos bens imóveis do Estado, bem como o real conhecimento da situação dos imóveis, tendo sido cadastrados: Administração Direta (8.239) e Indireta (4.098), num total de 12.337.

Licitações - Qualificação e Racionalização da Tomada de Preços - A pesquisa de preços é uma atividade permanente da Central de Licitações (CELIC), utilizada por todos os órgãos da Administração Direta, servindo como referência para

compras e licitações. No Governo anterior, a pesquisa era realizada por uma empresa contratada (terceirizada), com um custo mensal de R\$ 80 mil e anual de R\$ 960 mil, com pouca qualidade. O contrato foi rompido em julho de 2000, passando o trabalho a ser executado por uma equipe de 12 pessoas (09 estagiários), com custo estimado em torno de R\$ 8 mil mensais e R\$ 96 mil anuais. Esse procedimento resultou em uma redução de custos anuais em torno de R\$ 864 mil.

Descentralização na Aquisição de Alimentação para os Presídios - A compra de alimentos para os 53 presídios do interior do Estado era centralizada em 03 ou 04 empresas fornecedoras. Com o projeto de descentralização, os próprios presídios passaram a efetuar o processo de compras (no valor de até R\$ 8 mil, na primeira fase, e até o limite de R\$ 80 mil, na segunda). Como resultados positivos, tem-se: maior agilização das compras; redução de custos, em torno de 23%; e a dinamização das economias regionais, com a criação de mais de 1.000 empregos decorrentes do processo de descentralização. Essa ação é realizada em parceria com a SUSEPE.

Interiorização da CELIC - O Programa destina-se a atender, de forma ágil e eficaz, as demandas de construção e reforma das escolas estaduais, através da licitação nas próprias regionais de obras até o limite estipulado para Carta Convite. As obras efetuadas fazem parte do Plano de Investimentos do Orçamento Participativo. Até novembro de 2001, foram enviados 286 editais de licitação das 640 obras previstas.

Redução dos Custos de Manutenção do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF) - Desde 1999, através de vários projetos, foram desenvolvidas diversas ações no sentido de reduzir os custos mensais na manutenção da estrutura física do CAFF, com elevação da qualidade dos serviços prestados. A seguir estão descritas as principais ações e seus respectivos resultados.

Redução dos Custos de Manutenção do CAFF

				Em R\$ 1,00
Ação	1999	2000	2001	Total
Descontos de faltas e atrasos de trabalhadores terceirizados	137.697	179.979	226.333	1.267.242
Implantação de nova modalidade de licitação, na qual os serviços de manutenção e limpeza foram unificados			723.233	

Fonte: SARH

Nota: a redução de custos envolve fiscalização e adequação da execução dos contratos de manutenção, limpeza e vigilância.

Qualificação da Gestão e Racionalização de Custos

Em R\$ 1,00

Ação	Medidas de racionalização adotadas 1999 - 2001	Resultado
Gerenciamento do consumo de energia elétrica.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Instalação de interruptores. ➤ Troca de luminárias. ➤ Redimensionamento e balanceamento de carga. ➤ Não bombeamento de água nos horários de ponta. ➤ Desligamento de elevadores. ➤ Campanha de sensibilização. 	➤ Racionalização do uso de energia, representando uma economia anual de R\$ 20.504.

Ação	Medidas de racionalização adotadas 1999 - 2001	Resultado
Gerenciamento do consumo de água.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Controle diário do hidrômetro. ➤ Reforma na entrada de água. ➤ Aproveitamento de precipitação pluviométrica para irrigação do jardim. ➤ Perfuração de poço artesiano para irrigação. ➤ Substituição e reparos de materiais hidráulicos. ➤ Campanha de combate ao desperdício e divulgação dos resultados. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Economia de 232.000.000 de litros de água, estimada em R\$ 2 milhões/ano.
Programa de Preservação e Melhoria das Áreas Externas do CAFF.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Adequação do projeto paisagístico. ➤ Reorganização das áreas de estacionamento para atender as necessidades do CAFF. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Plantio de 8.000 mudas de árvores e plantas ornamentais, sem custo. ➤ Criação de ambientes para os funcionários nos jardins. ➤ Ampliação de 387 vagas no estacionamento.
Implantação da campanha de seleção do lixo.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Contrato com o DMLU para recolhimento do lixo orgânico e dispensa de pagamento da retirada do lixo seco. ➤ Campanha de seleção de lixo. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Economia de R\$ 33 mil/ano com o recolhimento do lixo orgânico. ➤ Incentivo às famílias que trabalham com reciclagem de lixo. ➤ Compromisso com o meio ambiente.

Fonte: SARH

Restauração e Reforma do Conjunto Arquitetônico do Arquivo Público do Estado - O Arquivo Público do Estado (APERS) é a instituição responsável pela memória administrativa, preservando e disponibilizando documentos oficiais para pesquisas. O prédio do APERS é o único da América Latina construído especificamente para esse fim, contudo encontrava-se em péssimas condições de conservação, uma vez que não houve investimento na gestão anterior.

O projeto arquitetônico da reforma foi elaborado pelo Governo anterior e, após algumas adequações, teve sua execução iniciada a partir de abril de 2000, com um custo total de R\$ 629,5 mil.

Integração APERS e Escolas Estaduais - O Projeto visa conscientizar os estudantes (crianças de 5ª série do ensino fundamental) da importância das instituições de memória na formação da cidadania, através de 03 eixos: arquivo, memória e cidadania. Implantado no 2º semestre de 2001, atendeu cerca de 200 alunos e 06 escolas.

1.2.1 Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPERGS

O Instituto de Previdência do Estado é uma autarquia vinculada à Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos (SARH), criada para oferecer atendimento previdenciário e assistência médica aos servidores do Estado. Seguem as principais ações realizadas no triênio.

ÁREA MÉDICA

Alteração na Co-Participação Financeira dos Beneficiários nos Exames Complementares de Ambulatório - Antiga imposição técnica e social, tendo em vista

que, desde 1979, todos os beneficiários, independentemente de sua faixa salarial, participavam dos exames complementares de ambulatório com um percentual de 40%.

A Resolução n. 311 estratificou a co-participação por faixas salariais, estabelecendo os percentuais de 5%, 10%, 20%, 30% e 40%. Essa alteração, além de corrigir uma injustiça com os baixos salários, acarreta uma diminuição de internações desnecessárias, até então de ocorrência freqüente, e possibilita ao beneficiário realizar exames sem o pagamento da co-participação.

Alteração na Co-Participação de Exames em Atendimento no Serviço de Emergência - Nos atendimentos clínicos de urgência os beneficiários participavam com 50% das despesas com exames complementares. A Resolução n. 311 estratificou, também, essa participação por faixas salariais, nos percentuais de 5%, 10%, 20%, 30% e 40%, atingindo a todos os beneficiários do Instituto.

Comissão de Quimioterapia - Tendo em vista que esta cobertura representa para o Instituto, bem como para todos os outros planos de saúde, o item que tem os custos mais elevados, foi criada a Comissão de Quimioterapia. Presidida por um especialista da área, a Comissão foi instituída para normatizar, acompanhar e controlar este serviço prestado pelo Plano Médico do IPERGS. Essa medida foi copiada por outros planos de saúde.

Carta Informativa ao Usuário que Sofreu Internação - Uma questão que, de modo crescente, tem se somado ao cotidiano do cidadão das sociedades ocidentais mais modernas, é a da participação ativa nos processos dos quais ele é sujeito. Em razão disso, e como forma de dar conhecimento mais detalhado da assistência médica hospitalar prestada a seus beneficiários, o IPERGS implantou o Sistema Conheça sua Conta.

O conhecimento do extrato da conta hospitalar pelo usuário do IPERGS representa, não só uma forma de controle efetivo por esse do bom uso dos recursos do plano, mas, também, um meio de o Instituto dar-lhe satisfação e retorno.

Instalação de Unidade de Tratamento (UTI/IPE) na Residência do Beneficiário – A instalação desta unidade proporcionou que 02 crianças que estavam na UTI do Hospital de Clínicas e Hospital da PUC, há mais de 02 anos, com custos superiores a R\$ 20 mil mensais cada, fossem transferidas para suas residências. A medida foi possível após a criação da Resolução n. 310 e a contratação de empresa especializada. A ação resultou num melhor relacionamento dos pais com os filhos; humanização do tratamento, proporcionando melhor qualidade de vida para o paciente e redução de infecções hospitalares; e diminuição do custo em, aproximadamente, R\$ 7 mil mensais, para cada criança.

Implantação da Central de Autorizações - A Central, unidade com interatividade *online* entre médicos e hospitais credenciados, teve suas atividades iniciadas com 04 entidades nosocomiais e configura-se como projeto-piloto da Central de Atendimento 24 horas.

Implantação da Central de Oncologia - Esta unidade, ligada à Comissão de Quimioterapia, realiza auditoria pró-atividade de todos os tratamentos quimioterápicos solicitados. Configurando-se, assim, como eficiente mecanismo de

controle do tipo de cobertura que, no Plano de Saúde do IPERGS, como em outros planos, tem apresentado os maiores índices de elevação de custos.

Serviços Prestados pelo IPERGS - O Instituto dispendeu, no triênio, cerca de R\$ 884,8 milhões com pagamentos à rede credenciada, referente a serviços prestados. O IPERGS tem, em média, 880.000 usuários.

IPERGS - Serviços Prestados - 1999/2000/2001

Em R\$ 1,00

Tipo de Cobertura	Quantitativos	Valores
Consultas Médicas	7.295.040	102.661.254
Diagnose e terapia	11.784.692	126.189.444
Atend. Ambulatoriais	264.060	92.821.366
Internações hospitalares	412.251	510.111.509
Atend.de Emergência	987.229	19.563.973
Órteses e Próteses	-	14.792.915
Reembolsos	63.952	11.031.480
Empréstimos Complementares	24	67.778
Processos	2.191	7.624.206
Total	20.809.439	884.863.924

Fonte: IPERGS

Implantação do Bem-Vindo IPERGS – Atividade desenvolvida, periodicamente, na qual devem comparecer todos os novos credenciados, assim como os já conveniados e os que estão aditando algum elemento na sua relação com o IPERGS. Essa atividade visa transmitir-lhes as normas, regulamentações, peculiaridades e uma visão geral do Plano Médico-Assistencial do Instituto.

ÁREA DE PREVIDÊNCIA

No ano de 1999, foi dado ênfase à discussão sobre a Previdência Pública Estadual e a Municipal, com a realização de 02 fóruns, cuja temática envolveu o futuro do IPERGS.

A Questão das Filhas Solteiras Pensionistas – Por sua vez, no ano de 2000, a direção do IPERGS, após ter constatado irregularidades em relação à situação das filhas solteiras pensionistas, solicitou parecer à Procuradoria-Geral do Estado. Com base na orientação recebida (Parecer n. 12.650/99), o Instituto procedeu à notificação de 7.971 filhas pensionistas, no período de maio de 2000 a novembro de 2001. Desse trabalho, resultou um total de 3.939 pensões canceladas e uma redução de custos de R\$ 1,27 milhão/mês.

Além disso, houve a exclusão de filhas nascidas após 31/12/52 como dependentes de segurados, em face da revogação do art. 73 da Lei Estadual n. 7.672/82 pela Lei n. 11.443/2000. Assim sendo, foram notificadas 64.536 pensionistas, canceladas 44.776 e ingressaram, no Plano de Assistência Complementar (PAC), 6.407.

Projeto “X” – O Projeto, instituído em 2000, possibilita o bloqueio do pagamento da pensão do segurado com a Carteira de Identificação Social vencida há

mais de 02 meses. Foram 1.671 pensões bloqueadas e 1.149 pensões suspensas, proporcionando uma economia mensal aos cofres públicos de mais de R\$ 1,5 milhão.

Dando continuidade ao Projeto, em 2001, foram bloqueadas 1.332 pensões e suspensas 1.693, com uma economia mensal de R\$ 505 mil e R\$ 639,3 mil, respectivamente.

Informações Gerenciais – Promovido o aperfeiçoamento das informações gerenciais disponíveis no Sistema de Administração de Previdência do IPERGS (API). Estas são as informações do ano de 2001:

Informações Gerenciais do IPERGS

R\$ 1,00	
Informação	Valor
Segurados	318.255
Dependentes	490.067
Segurado PAMES	202.341
Dependentes PAMES	164.666
Dependentes PAC	88.382
Pecúlio Facultativo	39.882
Nº pensões	36.518
Pensionistas	51.858
Sem Integralidade	28.671
Com Integralidade	23.187
Integralidade (G.7- pagamento)	12.134
Valor Folha Integral	11.890.537
Valor Folha Normal	28.842.680

Fonte: IPERGS

Reformulação da Previdência Pública do Estado - O Projeto de Reformulação da Previdência Pública do Estado foi resultado do trabalho de quase 10 meses da Comissão de Alto Nível, composta pelos representantes dos 03 Poderes, instituída com o objetivo de buscar a adequação do regime próprio de previdência gaúcho às exigências da nova ordem constitucional e legal vigentes. Esse Projeto, que encontra-se em fase de discussão com os servidores, deverá ser remetido à apreciação do Legislativo no início deste exercício.

Uma vez aprovado, demandará ao Instituto a tarefa de ser o órgão gestor do novo sistema, englobando o conjunto de benefícios pago pelo atual regime de previdência, aposentadorias e pensões.

ÁREA FINANCEIRA

Na Área Financeira foram desenvolvidas diversas ações com a finalidade de reorganizar as finanças do IPERGS, dentre elas:

Cronograma para Pagamento – O Instituto adotou diversas medidas com o intuito de estabelecer um cronograma para pagamento da Área Médica, facilitando, desse modo, as rotinas internas e melhorando as relações com os seus prestadores. Face a isso, foram estabelecidos pagamentos regulares nos dias 15 e 30 de cada mês.

Convênios – Outra ação importante consiste na criação do manual de convênios, o qual foi distribuído às prefeituras e câmaras de vereadores interessadas. Houve, ainda, a celebração de novos convênios.

Cabe ressaltar que, os dados em relação aos convênios celebrados de assistência médico-hospitalar e laborial com prefeituras e câmaras municipais, no período de 1974 a 1998, foram os seguintes: prefeituras conveniadas – 168; câmaras conveniadas – 37; total 205 convênios, ou seja, em média de 08 convênios por ano.

Já, no atual Governo, em 1999, foram conveniadas: 27 prefeituras; 18 câmaras municipais, em média de 15 convênios por ano. Salienta-se que, no final do exercício que passou, o Instituto contava com, aproximadamente, 195 prefeituras e 55 câmaras de vereadores conveniadas.

Carteira Imobiliária do IPERGS – Realizadas negociações junto à Caixa Econômica Federal, com vistas à transferência da Carteira Habitacional. A Medida Provisória n.1981/51 implementou a opção pela liquidação antecipada dos saldos devedores de contratos de financiamento habitacional. Tal medida atende a expectativa de 5.271 contratos do IPERGS, que se enquadram nas condições nela estipulada. Essa ação proporcionará a habilitação simultânea dos créditos correspondentes junto ao Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS).

Estão sendo administrados 426 imóveis retomados. Desses, 263 já estão totalmente regularizados e aptos a serem levados à licitação.

Da mesma forma, vêm sendo adotadas medidas no sentido de agilizar o processo de cobrança de mutuários em atraso, evitando-se, assim, as ações de execução promovidas pela Procuradoria-Geral do Estado.

ÁREA ADMINISTRATIVA

O IPERGS, na Área Administrativa, realizou o reordenamento físico do Edifício-sede, mediante a negociação com outros órgãos governamentais, visando a melhor utilização do espaço físico de diversas áreas, rateio de custos e manutenção do prédio. Além disso, foram efetuadas diversas ações objetivando a redução dos custos administrativos do Instituto, sem perda da qualidade do serviço prestado.

Realizado, ainda, parceria com a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre tendo por objeto o aproveitamento e a efetiva ocupação de imóveis de propriedade do Instituto, localizados no centro da cidade, buscando sua venda a servidores públicos estaduais de baixa renda.

Outra medida de cunho administrativo adotada no sentido de facilitar a vida do usuário do IPERGS, consiste no envio do contracheque, via correio, para a residência dos pensionistas, sem custo para o Instituto.

1.2.2 Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos – FDRH

A Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), órgão vinculado à Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos, tem suas atividades voltadas para o estímulo e promoção do aperfeiçoamento dos servidores e,

conseqüentemente, do serviço público. A FDRH desenvolve programas de formação e atualização para servidores, coordena e executa concursos públicos, gerencia o Programa de Estágios da Administração Estadual, bem como promove assessoramentos, consultorias e pesquisas em Gestão Pública e Recursos Humanos no âmbito do Governo do Estado.

Programa de Renovação Institucional – O Programa destina-se à organização e sistematização da geração de novas metodologias, atualização metodológica, qualificação do corpo técnico interno, assim como incentivo à produção técnica. Essas ações, visam qualificar a prática do trabalho da FDRH, tornando-a referência em estudos de Administração Pública e renovar a Instituição, através da incorporação, apropriação e utilização de novas tecnologias e metodologias.

Foram gerados, no ano de 1999, diferentes programas de desenvolvimento, nos quais foram alocados um reduzido número de técnicos para cada evento e potencializados os recursos humanos disponíveis.

Fórum de Desenvolvimento do Serviço Público - O desenvolvimento de recursos humanos para o setor público envolve, nesta gestão administrativa, a efetividade de discussões sobre o assunto. Prioritariamente, tais discussões realizam-se através do Fórum de Desenvolvimento do Serviço Público.

O Fórum consiste no espaço/instância de discussão técnico-política que agrega uma parcela do segmento estratégico dos gestores da Administração Direta e Indireta, focando os temas relevantes ao aperfeiçoamento de modelos, sistemas e métodos de gestão no setor público, bem como os processos de intercessão e interação das múltiplas atividades governamentais.

No atual Governo, foram realizados 12 encontros (01/mês) em 1999; 10 encontros em 2000; e 04 no ano que passou. Os encontros tiveram como público-alvo: gestores, gerentes de recursos humanos, assessores técnicos dos órgãos da Administração Pública Estadual e coordenadores. Os temas versaram sobre o desenvolvimento do serviço público.

Programa de Capacitação de Gestores Sociais – O Programa objetiva desenvolver agentes públicos, quanto às funções necessárias à gestão de projetos sociais, dotando-os de capacitação na área, com vistas ao acompanhamento e compartilhamento com as comunidades beneficiadas pelos projetos.

Promovida, em 1999, a capacitação de uma turma de 30 pessoas, entre técnicos da Administração Pública Estadual e Federal.

Programa Especial de Capacitação do Servidor Público em Parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – Esse Programa envolve um conjunto de cursos e capacitações voltados ao desenvolvimento das áreas técnica e administrativa da Administração Pública.

Atualizar o servidor com técnicas e metodologias que renovem a capacidade dos recursos humanos e permitam o aprimoramento profissional com vistas à racionalização e a busca do maior custo/benefício das ações, consiste no fundamento

desse Programa. Os resultados obtidos, até o final de 1999, foram: 17 cursos; 52 turmas; 36 docentes; e 1.174 treinados.

No ano de 2000, foram capacitados 653 servidores públicos de órgãos federais e estaduais, através da realização de 12 cursos, num total de 24 turmas e 647h/aula. Os cursos envolveram a busca da excelência no atendimento ao cidadão; a estruturação de textos administrativos; a licitação e os contratos; a melhoria da gerência pública; a elaboração de indicadores de desenvolvimento institucional; a eficiência no secretariado; a mobilização de equipes; a análise da melhoria de processos; o gerenciamento de compras e serviços; as estratégias de capacitação; o Estado e a Administração Pública; e a Didática para Instrutores.

Curso Função e Comportamento de Lideranças – O Curso, ministrado pela Fundação, destina-se à qualificação de líderes comunitários e servidores públicos estaduais e municipais, para a coordenação de processos de desenvolvimento coletivo nas comunidades envolvidas no Projeto PRORENDA, de iniciativa da METROPLAN/GTZ.

O Curso, além disso, promove discussões sobre atividades e instrumentos voltados para o trabalho como líder multiplicador nas comunidades, por meio de mecanismos de participação. Os resultados obtidos, até o final de 1999, foram: 04 edições desenvolvidas, com 15 participantes por edição.

Programa de Capacitação do Servidor Público – O Programa envolve o conjunto de cursos de formação, atualização e capacitação dos servidores públicos, focalizados nas áreas prioritárias do Programa de Governo, bem como demandas predominantes da Administração Pública. Esse conjunto é distribuído em temáticas de gestão e operação. Do mesmo modo, o Programa objetiva capacitar o servidor público para a execução de atividades, atualizando-o em técnicas e processos que visem à racionalização e potencialização das ações. Resultaram, até o final de 1999, 152 servidores atualizados, com um total de 890h/aula.

Foram capacitados, em 2000, 658 servidores públicos de órgãos estaduais, através da realização de 19 cursos, num total de 42 turmas e 1.221h/aula, envolvendo os seguintes assuntos: informática, administração de materiais, atendimento ao público, coordenação de equipes, desenvolvimento de recursos humanos, elaboração de projetos, formação de instrutores, fundamentos do serviço público, gestão da informação, planejamento estratégico participativo, língua portuguesa, princípios reguladores da Administração Pública, e procedimentos licitatórios.

Estágios – Promovida a reestruturação administrativa da área de estágios, tendo sido implementadas alterações de rotinas; fluxos e sistemas de cadastramento; monitoramento; e pagamento de estagiários.

No ano de 1999, foi reorganizado o sistema de controle e pagamento de estagiários, que se encontrava em situação crítica, tanto no que concerne a controles e fluxos, como na segurança dos sistemas operados, qualificando, dessa forma, o relacionamento com os órgãos concedentes de bolsa-auxílio. Nesse ano, foram 1.167 escolas de Ensino Médio e 117 universidades cadastradas; 72 órgãos conveniados; e 5.593 bolsas-auxílio. Em 2000, persistiram as 1.167 escolas, além de 131

universidades, 83 órgãos que mantiveram convênio com a FDRH e 6.267 bolsas-auxílio.

Ainda, no ano de 2000, houve a uniformização e a interiorização da Política de Estágio. Ação destinada a otimizar os procedimentos e fluxos de trabalho, através de normas e procedimentos, resultantes de reuniões com os representantes das áreas de recursos humanos dos órgãos. Nesse ano, ocorreu a formalização das normas e procedimentos, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado, e a celebração de acordo de cooperação técnica entre a FDRH e FGTAS/SINE, abrangendo 51 municípios.

Dando continuidade ao Programa de Estágios na Administração Pública, a área de estágios da FDRH teve ampliada a sua atuação, passando a atender, além da Administração Estadual, mais 07 Prefeituras (Candiota, Bagé, Júlio de Castilhos, Santa Maria, Sapucaia do Sul, São Gabriel e Viamão).

Os resultados obtidos, em 2001, consagraram 1.167 escolas de Ensino Médio cadastradas; 131 universidades cadastradas; 83 órgãos conveniados; a colocação de 8.229 estagiários; e um total de 22.623 estudantes cadastrados.

Concursos Públicos – A atividade de realização de concursos públicos, desenvolvida pela FDRH, visa, além da execução, o preparo e a organização dos mesmos. A Fundação realiza e executa concursos públicos solicitados por prefeituras municipais, órgãos públicos da Administração Direta e Indireta do Estado e demais instituições que utilizam essa forma de ingresso no serviço público.

Concursos Públicos Realizados no Triênio

Concurso	Ano	Nº de Cargos	Nº de Inscritos
Prefeitura de Caxias do Sul	1999	13	88
Hospital São Camilo	1999	36	4.045
Prefeitura de Rio Pardo	1999	45	2.829
Prefeitura de Alvorada	1999	27	3.948
Defensoria Pública do Estado	1999	01	5.465
Defensoria Pública do Estado	2000	01	5.460
Prefeitura de Esteio	2000	63	12.002
CORSAN	2000	14	10.799
Prefeitura de Rio Pardo (Magistério)	2000	10	364
PROCERGS	2000	48	5.853
CORAG	2000	10	661
TVE/RS	2000	50	2.211
CIENTEC	2000	15	820
Escola de Saúde Pública (Processo seletivo para Residência Integrada em Saúde- RIS 2001)	2000	16	545
TVE/RS	2001	50	2.210
Secretaria Estadual da Saúde	2001	01	261
BRDE		12	27.723.
BANRISUL	2001	01	160
CRM	2001	25	6.553
Secretaria Estadual da Educação	2001	05	72.081
Secretaria Estadual da Fazenda	2001	01	66.665
FEPAGRO	2001	55	4.516

Fonte: FDRH

Programa de Capacitação do Pró-Guaíba – O Programa é constituído de um conjunto de cursos voltados à formação, atualização e capacitação de servidores públicos, focalizado nas áreas prioritárias do Programa Pró-Guaíba.

Os resultados obtidos, em 2000, foram capacitação de 148 servidores ligados aos órgãos co-executores do Programa, através da realização de 08 cursos, num total de 322h/aula. Os cursos ministrados envolveram treinamento e educação ambiental; atendimento aos usuários da Secretaria da Saúde (SES); gerenciamento de bacias hidrográficas; estratégias para conservação da natureza; patrulhamento ambiental; qualidade e contaminação das águas subterrâneas; cromatografia iônica; e revisão de técnicas microbiológicas.

Ações Prioritárias de Governo – A FDRH promoveu a realização de seminário para gerentes das ações prioritárias de governo, com o objetivo de capacitá-los nas técnicas, metodologias e instrumentos utilizados para o monitoramento das ações prioritárias do Governo.

No ano de 2000, foram capacitados 60 gerentes de projetos prioritários e 15 monitores da Secretaria-Geral de Governo, num total de 16h/aula.

Treinamento de Ingresso – Ação pioneira, desenvolvida por esta gestão administrativa, consiste na realização de curso preparatório para ingressantes no Serviço Público Estadual (Poder Executivo), abordando temas como fundamentos do serviço público, estatuto do servidor público, estrutura administrativa do Estado e projetos em desenvolvimento nos vários órgãos da Administração Pública Estadual.

A referida ação, iniciada em 2000, preparou, para o exercício da função pública, 26 servidores aprovados em concurso público da SARH para cargos do Quadro Geral (Agente Administrativo) e Quadro Técnico-Científico.

Demandas de Capacitação – A Fundação, além das capacitações permanentemente realizadas, vem qualificando servidores de acordo com as necessidades específicas, detectadas por órgãos demandantes da Administração Pública, nas esferas estadual e municipal.

Em 2000, foram capacitados 506 servidores públicos de órgãos estaduais, mediante a realização de 16 cursos, num total de 38 turmas e 944h/aula.

Demandas de Capacitação

Cursos	Alunos	Órgãos
Princípios Reguladores da Administração Pública	22	CIENTEC
Atendimento ao Público	108	DETRAN/SMOV Pref. Viamão
Treinamento de Servidores	23	SEHAB
Coordenação de Equipes	14	Pref. Viamão
Elaboração de Projetos	13	Pref. Viamão
Informática	262	SAA/SES
Oficina de Redação	15	SES
Formação Grupo Coord. Programa Atenção à Saúde.	29	SARH
Capacitação de Agentes de Treinamento	20	CEEE
Total	506	

Fonte: FDRH

No ano que passou, por sua vez, a quantidade de servidores capacitados atingiu um público total de 3.715 servidores.

Capacitação de Servidores - 2001

Cursos	Alunos	Órgãos
Gestão de Desempenho	27	Tribunal de Contas da União
Planejamento Estratégico Participativo	33	Diversos
Capacitação de Conselheiros de Políticas e Direitos Sociais	2.665	Diversos
Programa de Capacitação Pró-Guaíba	257	CORSAN, FZB, BM e FEBEM, nas áreas atinentes ao Programa Pró-Guaíba.
Manutenção do Convênio ENAP/FDRH	264	Servidores Públicos Federais (181) e Estaduais (83)
Atendimento ao Público	128	CEASA, DETRAN e CORSAN
Capacitação de Orientação para Estágio	94	SCP e FDRH
Capacitação para Assessoria Comunitária	20	CEEE
Princípios Reguladores do Serviço Público	30	CIENTEC
Licitações e Contratos	40	SEHAB
Liderança de Equipes	30	PROCERGS
Capacitação para a Comissão de Saúde Ocupacional	25	SJS
Informática	52	Coordenadores de Informática dos Órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado
Oficina de Redação	50	Servidores Estaduais e Municipais na comunicação oficial escrita
Total	3.715	

Fonte: FDRH

Assessoria a Projetos Institucionais – Ação dirigida à sistematização de atividades relacionadas a planos de capacitação e planos de cargos e salários, envolvendo recursos humanos de órgãos públicos estaduais.

Essa ação, desenvolvida a partir de 2000, alcançou os seguintes resultados:

- Assessoria à elaboração do Programa à Saúde do Trabalhador no Serviço Público Estadual, que beneficia servidores públicos estaduais da Administração Direta, tendo obtido como resultado a sistematização das ações/finalidades do Departamento de Perícia Médica e Saúde do Trabalhador da SARH.
- Assessoria à preparação e à instalação do Centro de Desenvolvimento e Promoção da Saúde do Trabalhador no Serviço Público Estadual (CID), na qual resultou a capacitação de 15 técnicos envolvidos com o projeto. O Centro beneficiará servidores públicos estaduais da Administração Direta com tratamento psicoterapêutico e/ou readaptação funcional.
- Consultoria ao Programa de Produção de Insumos para Construção de Habitações de Interesse Social da Secretaria da Habitação e Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), tendo como resultado a elaboração do Programa do Reassentamento de Nova Estrela/Gravataí; e como beneficiários 20 apenados em regime semi-aberto e 600 famílias do reassentamento.

- Consultoria à Comissão de Saúde Ocupacional da Secretaria de Justiça e da Segurança, tendo como resultado a elaboração do Projeto de Capacitação da Comissão e dos Grupos de Saúde Ocupacional; e como beneficiários servidores públicos da Polícia Civil, Brigada Militar, Instituto-Geral de Perícias e SUSEPE.
- Assessoria à elaboração do Plano de Cargos e Salários para a Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS), tendo resultado a preparação do Plano e de uma matriz de capacitação.
- Consultoria à Assessoria Sindical do Gabinete do Secretário da SARH na elaboração do Plano de Cargos para Funcionários de Escola.

No exercício que passou, a FDRH prestou assessoramento à SARH, com vistas à capacitação de servidores. A ação atingiu um público de 134 servidores e obteve, como resultado, a elaboração do Plano de Capacitação 2002. Ainda, assessorou a Secretaria da Coordenação e Planejamento, no tocante à verificação das necessidades de capacitação para que a área de recursos humanos programe suas intervenções. A ação atingiu 119 servidores.

1.2.3 Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS

A PROCERGS, neste Governo, vem desenvolvendo diversos projetos de informática, nas áreas de comunicação, inclusão digital, atendimento aos cidadãos, desenvolvimento sócio-econômico e gestão pública, com ênfase no ano de 2001.

O Rio Grande do Sul, em razão disso, tornou-se referência no uso de software livre, política que gerou grande economia para o Estado e o colocou em sintonia com um movimento mundial que busca compartilhar o conhecimento tecnológico.

A revista norte-americana *Business Week*, em reportagem publicada na sua versão digital, de 25 de outubro de 2001, destacou o uso de softwares livres pelo Rio Grande do Sul, citando ações da PROCERGS. O *ranking* da revista especializada Info Exame, publicado na edição de agosto de 2001, indica que a Companhia ocupa o 1º lugar em excelência empresarial entre as empresas estatais estaduais de informática.

Seguem, alguns dos principais projetos já implantados ou em desenvolvimento.

Rede RS – A infra-estrutura de telecomunicações do Estado começou a ser modernizada com a implantação da Rede RS. Investimento de cerca de R\$ 15 milhões, o Projeto torna a transmissão de dados, entre os órgãos do Governo, mais rápida e segura. Graças ao compartilhamento de canais de comunicação pelas repartições, haverá uma redução de custos estimada em R\$ 500 mil mensais.

O início da implantação do Projeto deu-se em 2000. A sala de controle da Rede RS foi inaugurada em novembro de 2001, quando 22 dos 35 pontos de presença já haviam sido implantados no interior. Os 13 pontos restantes estão em fase de implantação. Os pontos da Rede RS também servirão para prover acesso à Internet, beneficiando a comunidade gaúcha.

Rede Escolar Livre RS – O Projeto Rede Escolar Livre RS, em andamento, prevê a informatização de 2.200 escolas com mais de 100 alunos, permitindo acesso à Internet e a outros serviços de informática a 1.400.000 alunos, 90.000 professores e funcionários da área da educação. O uso de software livre resultará em uma economia de cerca de R\$ 40 milhões.

Lançado em 2000, o Projeto vem promovendo o treinamento de professores nos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTEs) e deve ganhar grande impulso em 2002.

Link Cidadão – Lançado em maio de 2001, o Link Cidadão, é o *site* www.linkcidadeo.rs.gov.br do Via RS que concentra *links* para os mais variados tipos de serviços de utilidade pública disponíveis na Internet, desde a solicitação de segunda via de conta de água até operações bancárias, passando por informações sobre concursos públicos.

Via Pública – O Via Pública consiste no Programa que combate a exclusão digital, cria pontos de acesso público à Internet, contribuindo para a disseminação e compartilhamento do conhecimento e da informação. No final do exercício de 2001, existiam 02 pontos em Porto Alegre, além de locais de acesso em Pelotas e Caxias do Sul. Inaugurado, em dezembro desse ano, o Telecentro no Vida Centro Humanístico, na capital.

Via Prefeitura – As Prefeituras do Rio Grande do Sul ganharam o seu portal na Internet, em setembro de 2001, quando a PROCERGS lançou o Via Prefeitura. O serviço facilita o acesso às informações oficiais dos municípios, melhorando o relacionamento e a troca de informações entre os órgãos do Estado e as prefeituras.

O Via Prefeitura propõe-se a padronizar o intercâmbio entre esses agentes, por intermédio de formulários eletrônicos. Em razão disso, as administrações municipais poderão construir seus *sites*, assim como criar ferramentas de relacionamento com suas comunidades e parceiros.

Via Empresa – Além de incluir as empresas no mundo da Internet, o portal coloca à disposição de seus clientes aplicações informatizadas atuais, sem a necessidade de estrutura de centro de processamento de dados (CPD) próprio, pois o processamento é realizado pela PROCERGS. Voltado para micro, pequenas e médias empresas, o serviço oferece aplicações que atendem todas as áreas funcionais das empresas, como sistemas de contabilidade, folha de pagamento e controle patrimonial.

Direto – Produto desenvolvido pela PROCERGS, no ano de 2000, o Direto funciona como correio eletrônico, agenda e catálogo. Foi criado para ser a ferramenta de comunicação entre os órgãos do Estado (em torno de 150.000 caixas postais). Em 2001, também, começou a ser usado pela Procuradoria-Geral do Estado, que será seguida na adoção da ferramenta pela Governadoria, no Palácio Piratini, e pelo DETRAN. Baseado em software livre, o que gerou uma economia de R\$ 9 milhões para o Estado, o Direto vem sendo adotado por empresas e instituições públicas, fazendo sucesso fora do âmbito do Governo.

Monitoramento de Ações do Governo (MAG) – O Projeto possibilita uma melhor coordenação e acompanhamento dos projetos e ações em andamento nos diversos órgãos governamentais. Encontra-se em fase de desenvolvimento.

Área Administrativo-Financeira – O faturamento da PROCERGS, em 1999, foi em torno de R\$ 111 milhões; em 2000, R\$ 103 milhões; e, em 2001, em torno de R\$ 80 milhões.

Além disso, empregados terceirizados foram substituídos por concursados; cerca de 250 novos funcionários ingressaram por meio do concurso público realizado em 2000. Em razão disso, a Companhia vem reduzindo, ano a ano, os custos com terceirizados: R\$ 17,8 milhões em 1999; R\$ 6,5 milhões em 2000; e cerca de R\$ 4,8 milhões em 2001.

1.2.4 Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas – CORAG

Indústria Gráfica – A Companhia, na atual gestão administrativa, vem promovendo a recuperação do maquinário do parque gráfico. Iniciativa essa que trouxe como resultado concreto o fato de todas as 15 máquinas impressoras planas estarem em funcionamento, assim como a potencialização da rotativa (impressora do Diário Oficial do Estado e do Jornal Estado do Rio Grande do Sul).

No programa de modernização do parque gráfico foram investidos R\$ 1,1 milhão, com a aquisição de uma máquina impressora *off-set* plana bicolor, *retrofitting* na rotativa (atualização tecnológica), uma máquina costuradeira, uma empilhadeira para o Almoxarifado, uma balança eletrônica para contagem de jornais e impressos e uma máquina de arqueação para amarrar pacotes com fita plástica, dentre outros.

Além disso, houve a realização de concurso público, no exercício de 2000, para 16 vagas na área industrial, devidamente contratadas, o que possibilitou criar um segundo turno no maquinário mais produtivo do parque gráfico e na rotativa.

Editora – No plano editorial, a CORAG desenvolve, desde 1999, juntamente com a Secretaria da Cultura do Estado e o Instituto Estadual do Livro (IEL), Secretaria Especial de Comunicação Social e outros órgãos do Estado, uma proposta que objetiva: selecionar os temas editoriais estratégicos para o Governo do Estado; selecionar as demandas editoriais dos diversos órgãos e hierarquizá-las no contexto estratégico; e, utilizar o potencial editorial da Empresa para solucionar tais demandas, por conta própria, em parceria com editoras universitárias ou outras instituições não governamentais. Essa proposta vem sendo implementada, gradativamente, tendo já resultado na publicação de 08 livros e a revista mensal de cultura Vox XXI, com 13 edições.

Inclusive, como resultado do desenvolvimento da área editorial, foram firmados contratos com o Município de Porto Alegre para a edição e a impressão do Diário Oficial de Porto Alegre (desde 1999), em torno de R\$ 30 mil/mês, e do Jornal Porto Alegre Agora (desde novembro/2001), R\$ 17,7 mil/mês.

Informatização – Na área de informática, cabe destacar, que o *site* da CORAG passou a oferecer serviços que se encontram em constante expansão: publicação e acompanhamento dos editais das licitações; venda de assinaturas pela

Internet; catálogo de publicações com a possibilidade de *e-commerce*; e publicações eletrônicas (Revista Vox).

Do mesmo modo, evidencia-se nesta gestão a instalação de um *link* de acesso à rede Governo/Internet; a implantação de infra-estrutura de comunicação com os principais órgãos do Governo, para recebimento eletrônico de matérias destinadas à publicação; o lançamento do caderno eletrônico da Justiça Federal; e o aumento do número de microcomputadores, com a aquisição de equipamentos de última geração, no valor total de R\$ 50 mil.

Área Administrativo-Financeira – Realizada a assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho, para o resgate da jornada de trabalho de 40h semanais no parque gráfico, em detrimento das 30h, vigentes desde 1993 na CORAG. A Convenção foi protocolada na Delegacia Regional do Trabalho (DRT), em 21 de maio de 1999, e ajustada com o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Gráficas de Porto Alegre e o Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado do Rio Grande do Sul, com as seguintes vantagens e benefícios aos trabalhadores: eleição do 1º delegado sindical, fornecimento de vale-alimentação, seguro de vida em grupo, vacinação antigripe e constituição de comissão paritária para discussão na Empresa. A referida Convenção vigorou por 01 ano, até maio de 2000.

No tocante à área de recursos humanos, a CORAG promoveu a substituição, a partir de abril de 1999, de empregados terceirizados no Governo anterior. Foram 17 a cada trimestre, num total de 68 por ano, atendendo determinações da CAGE, Tribunal de Contas do Estado e dispositivo constitucional que prevê concurso público para contratação de pessoal.

Promovida, ainda, a distribuição de participação nos lucros e resultados da Empresa, conforme dissídio da categoria, valores individuais entre R\$ 125,00 e R\$ 187,50.

Por outro lado, no que concerne às finanças da Companhia, em 2001, foram aplicados os instrumentos legais para recuperação dos juros remuneratórios pagos indevidamente, representando uma economia de, aproximadamente, R\$ 1,2 milhão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro para os cofres do RS. Essa recuperação foi possível em razão do advento da Lei n. 9.249/95, de 26 de dezembro de 1995, que introduziu diversas alterações na legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, permitindo, para fins fiscais e societários, o reconhecimento na contabilidade financeira dos juros remuneratórios sobre o capital próprio das empresas, como forma de recompensar os investidores por terem colocado os seus recursos à disposição, da mesma forma como ocorre com os capitais de terceiros.

A aplicação dos juros remuneratórios sobre o capital constitui-se em ótimo instrumento para planejamento tributário, apresentando vantagens tanto no aspecto fiscal quanto no societário. No caso específico da CORAG, além da vantagem da dedutibilidade dos juros, não há incidência da alíquota de 15% do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre os juros pagos ou creditados, em razão da imunidade tributária do principal beneficiário desses juros, o Estado do RS. Assim, a dedutibilidade dos juros para efeito de apuração do lucro real e da determinação da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido e a não incidência do IRRF sobre os

mesmos, representam, no caso da Companhia, substancial economia de impostos/contribuições, propiciando melhor remuneração aos acionistas e maior capitalização da Empresa, fatos que por si só justificam a sua implementação.

Outro aspecto relevante, na CORAG, são os investimentos financeiros relativos ao imobilizado e treinamento de pessoal, das áreas industrial e de informática, que somaram, de 1999 a 2001, o valor de aproximadamente R\$ 1,4 milhão. No Governo anterior, de 1995 a 1998, o mesmo investimento atingiu a R\$ 919,3 mil.

Função Social da Empresa – Assinatura de convênio com a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – Escritório Regional do Rio Grande do Sul, com vistas à implementação de programa de emprego e trabalho para PPDs (pessoas portadoras de deficiências) nas áreas administrativa e operacional da CORAG. O convênio tem como objetivo promover o desenvolvimento da capacidade laborativa dos deficientes, por meio de ações que contribuam para sua formação profissional e integração no mercado de trabalho, assegurando-lhes oportunidades de desempenhar atividades auxiliares compatíveis com sua condição física e psicológica. Através desse convênio, a CORAG contratou 02 pessoas com salário de R\$ 267,10, 06h de trabalho/dia, acrescido de vale-refeição e vale-transporte.

A Companhia, cumprindo com sua missão de empresa pública e atendendo sua função social, assinou convênio com a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, FEBEM e SENAI, objetivando à execução de programa de qualificação profissional dirigido a jovens em situação de risco pessoal e social, preferencialmente, os vinculados à FEBEM, com vistas a sua inserção no mercado de trabalho. Iniciado em outubro de 1999, o programa completou 26 meses em dezembro de 2001, com os seguintes resultados:

- 1ª edição - início em outubro de 1999, conclusão dos cursos em fevereiro de 2000 e 35 formandos em março de 2000;
- 2ª edição - início em abril de 2000, conclusão dos cursos em julho de 2000 e 68 formandos em agosto de 2000;
- 3ª edição - início em setembro de 2000, conclusão dos cursos em dezembro de 2000 e 65 formandos em dezembro de 2000;
- 4ª edição - início em maio de 2001, conclusão dos mesmos em setembro de 2001 e 46 formandos em setembro de 2001;
- 5ª edição (em andamento) - 64 alunos inscritos.

Esse Programa faz parte da Política de Inclusão Social de Jovens e Adolescentes do Estado do Rio Grande do Sul, através da profissionalização, formação cidadã e encaminhamento ao mercado do trabalho, junto ao Programa Primeiro Emprego, contratação direta, estágios ou ainda na organização de cooperativas de trabalho. Os cursos envolvem as áreas de editoração eletrônica, *off-set*, serigrafia e marcenaria.

Resulta, desse Programa, o levantamento das experiências de trabalho vivenciadas pelos cursandos (adolescentes): 27 trabalhando no mercado formal; 28 organizados em cooperativa, aguardando retorno de registro na Junta Comercial e local de incubação; 14 que trabalharam durante contrato de experiência; e 32 encaminhados ao trabalho, mas que não foram selecionados.

1.3 SECRETARIA DA FAZENDA - SEFA

O Governo do Estado, desde sua posse, em janeiro de 1999, vem realizando ações na busca do equilíbrio das contas públicas estaduais, trabalhando para aumentar a arrecadação, sem venda do patrimônio público e com democratização da despesa pública. Nesse sentido, foram realizados esforços locais e nacionais. Na esfera nacional, o Rio Grande do Sul tem trabalhado na defesa e construção de um pacto federativo justo, combatendo a guerra fiscal, e buscando a renegociação dos contratos das dívidas com a União, que oneraram demasiadamente os estados, através do comprometimento de parcela significativa de sua receita. O principal objetivo dessa ação é a defesa da autonomia dos Estados e Municípios, afetada com a reconcentração das receitas na esfera federal, com as alterações promovidas posteriormente à Constituição Federal de 1988.

Internamente, as ações para a obtenção dos objetivos de aumento da receita e qualificação do gasto foram pautadas na modernização da gestão fazendária. Além disso, foram prioridade a melhoria no atendimento ao contribuinte e a valorização e qualificação dos servidores. Junto à sociedade, a Secretaria da Fazenda manteve permanente discussão na busca de otimização dos serviços prestados e de medidas para promoção do desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda e inserção social.

Destacam-se, assim, algumas dessas ações, que já estão sendo implementadas desde 1999 e que foram ampliadas no decorrer de 2001:

Serviços Via Internet - A página da Secretaria da Fazenda na Internet, lançada em 1999, disponibiliza ao cidadão o Auto-Atendimento Eletrônico, o Finanças Públicas *online*, as Informações Municipais e o Desempenho da Arrecadação do ICMS.

Auto-Atendimento Eletrônico - Disponibiliza mais de 40 serviços, dirigidos aos contribuintes, aos contabilistas e ao público em geral. O Auto-Atendimento Eletrônico oferecido Rio Grande do Sul possui uma das estruturas de atendimento via Internet mais completas do País, contando, inclusive, com a possibilidade de autenticação de Livros Fiscais, serviço único entre os estados. A utilização desse serviço vem aumentando continuamente. Em 1999, a média mensal de transações no auto-atendimento foi de 14.019, indo para 74.127 em 2000, e subindo para 134.855, até outubro de 2001. Além disso, 60.600 Guias de Informação e Apuração do ICMS (GIA) são entregues mensalmente através do *site*.

Finanças on-line - Com a implantação deste serviço, em 1999, as informações sobre as finanças do Estado passaram a ficar disponíveis na internet em tempo real através do Sistema de Administração Financeira do Estado (AFE). Consultando o AFE, o cidadão pode, por exemplo, verificar que a Receita Tributária voltou a ser a principal receita a partir deste Governo, com a descontinuidade do processo de privatização do Estado. Em 1998, representavam apenas 36,31% de toda a arrecadação do Estado. Em 2000, 67,47% da arrecadação total teve origem nas Receitas Tributárias.

Desempenho da Arrecadação do ICMS - Esta valorização das receitas próprias do Estado demonstra a importância das ações realizadas para a melhoria do

desempenho do ICMS, principal fonte de receita nesta gestão, que, de janeiro a outubro de 2001, em valores corrigidos pelo IGP-DI FGV, teve um crescimento em relação ao mesmo período do ano passado de 7,66%, sendo que em valores nominais o crescimento foi de 18,65%. Estas informações o cidadão pode acompanhar mensalmente pela Internet na página Desempenho da Arrecadação do ICMS.

Cobrança da Dívida Ativa – Nas ações para incrementar a receita, a Secretaria da Fazenda vem trabalhando tanto no estímulo aos contribuintes para efetivarem seus pagamentos nos prazos legais, quanto na cobrança dos devedores. Além de melhorias nos procedimentos normais de cobrança da dívida, o Em Dia, Programa de Recuperação Fiscal do RS, realizado durante o ano de 2000, negociou R\$ 542 milhões, sem conceder anistia.

Os créditos oriundos dos Autos de Lançamento são objeto de contínuas ações de cobrança antes mesmo da inscrição em Dívida Ativa. No período de 1999 a 2001, foram cobrados, nesta fase, R\$ 523,8 milhões, corrigidos pelo IGP-DI.

Reaver os créditos tributários na fase de cobrança administrativa tem sido prioridade para a Secretaria da Fazenda. Atualmente, apenas 7,1% do total da dívida está em cobrança administrativa. Em média, 70% da cobrança da dívida ativa é realizada na fase administrativa.

Atualizados pelo IGP-DI, os valores cobrados em dívida ativa, administrativa e judicial, no período 1999 a 2001, foram de R\$ 467,7 milhões, representando uma média anual de R\$ 155,9 milhões, com um aumento real de 19% em relação à média anual do período 1995 a 1998, que foi de R\$ 131,5 milhões.

Depois de esgotadas as tentativas e os prazos de regularização na fase administrativa, os débitos são encaminhados para execução judicial. De janeiro de 1999 a outubro de 2001, foram encaminhados para cobrança judicial créditos tributários no valor de R\$ 2,79 bilhões, com média anual de R\$ 932,4 milhões, corrigidos pelo IGP-DI, representando um aumento real de 58% em relação à média anual do período 1995 a 1998.

A Secretaria da Fazenda tem trabalhado também com mecanismos que aumentam a percepção do risco de entrar ou permanecer em inadimplência. Em 1997 a inadimplência de ICMS declarado em GIA e não pago era de 9,93%. Em 2001, esta inadimplência baixou para 3,80%. A redução de inadimplência, disponibiliza um volume menor de créditos de alta possibilidade de negociação para a carteira de cobrança administrativa, mas traz ganhos na maior celeridade no Ingresso de Receitas.

ICMS Declarado, e percentual Não Pago /Pago

Em R\$ 1,00

Ano	ICMS Declarado	ICMS Não Pago	Percentual
1997	3.111.827.103	308.958.126	9,93%
1998	3.611.341.785	236.914.053	6,56%
1999	3.911.266.510	216.841.688	5,54%
2000	4.692.107.602	203.149.815	4,33%
2001	4.021.459.975	152.703.828	3,80%

Fonte: SEFA

Nota: valores nominais; o ano de 2001 refere-se ao período de jan./out.

Projeto Barreiras – O Projeto visa proteger a economia e os produtores gaúchos, eliminando algumas distorções provocadas pelas diferenças entre as alíquotas internas e interestaduais do ICMS. Pela cobrança das diferenças de alíquota do ICMS na entrada do Estado, vem sendo combatida a evasão fiscal, ao mesmo tempo que evitando a concorrência desleal aos produtores e comerciantes do nosso Estado.

Resultados do Projeto Barreiras

Período	Quantidade (mil)	Valor Nominal (R\$ milhões)	Valor Real (IGP-DI – nov/01) (R\$ milhões)
1999	74	1,7	2,1
2000	913	24,6	27,8
2001 (até julho)	762	25,0	26,7

Fonte: SEFA

Treinamento e Desenvolvimento – A Secretaria da Fazenda tem buscado um modelo de educação corporativa baseada na formação continuada de seus servidores, que permita a valorização e a realização do potencial humano, o alinhamento com os objetivos estratégicos do órgão, a atualização tecnológica constante e a ampliação da visão crítica e social. No período de 1999/2001, foram oferecidos eventos educacionais nas áreas técnicas de interesse fazendário, informática, gerenciais, de comportamento humano, além de encontros com abordagens críticas e vivenciais, a partir de temas sociais como relações de gênero, trabalho, saúde e outros.

O número médio de horas de treinamento ao ano oferecido aos servidores é crescente desde 1999, e atinge em 2001, 38h. No período 1999/2001, foram oferecidos 830 eventos educacionais, tendo 10.178 participações.

Informatização da Secretaria – Em 1998, a Secretaria da Fazenda possuía apenas 20 redes locais e 817 microcomputadores, todos ultrapassados, sendo a maioria locados, e os sistemas baseados exclusivamente em computadores de grande porte. Com os recursos do Programa de Modernização Fazendária (PROMOFAZ), foi adquirido um moderno parque de equipamentos, implantadas redes e modernizado seu sistema de comunicações. Novos sistemas, em baixa plataforma estão sendo desenvolvidos para substituir os atuais aplicativos, também com recurso do PROMOFAZ.

Já está em funcionamento a primeira versão do Programa de Recenseamento de Documentos Fiscais (PRN), que detecta indícios de sonegação a partir do cruzamento das informações fiscais existentes.

Encontram-se em fase de implantação piloto os primeiros módulos do novo sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE), devendo estar concluído até dezembro de 2002. O FPE deverá ser implantado em toda a Administração (Direta e Indireta), permitindo um controle mais eficaz, em tempo real das despesas do Estado. Permitirá um rastreamento total das despesas: da solicitação do recurso até o seu pagamento.

Projetos Realizados em 2001 – Além de dar continuidade às ações iniciadas desde 1999, em 2001 novos projetos foram realizados, como o Audite, o Programa Em Família, o Programa de Incentivo ao Crescimento (PIC) e o Programa de Apoio ao Emprego e a Micro e Pequena Empresa.

AUDITE – O AUDITE é um dos sistemas do Ambiente Integrado de Auditoria Fiscal Informatizado, que possui também o Programa de Avaliação dos Contribuintes (PAC); o Programa de Recenseamento de Notas Fiscais (PRN); e o Programa de Apoio à Lavraturas de Autos de Lançamento (LANCE). Sua aplicação, com procedimentos de auditoria feitos eletronicamente, facilita e agiliza a detecção de fraudes e amplia a capacidade de combate à sonegação fiscal, pois possibilita o trabalho com um universo maior de informações. A primeira versão do AUDITE foi distribuída em março de 2001 e o treinamento no Programa já alcançou 150 fiscais de todas as Delegacias da Fazenda no Estado.

Programa em Família – Em julho de 2001, o Governo do Estado, como medida de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar, lançou o Programa Em Família que beneficia os trabalhadores e trabalhadoras do campo, cadastrando no mesmo bloco todos os familiares que desenvolvam atividade agrícola na mesma propriedade. O Programa ajuda a construir a cidadania das mulheres e jovens trabalhadores do campo, possibilitando o reconhecimento da unidade produtiva familiar e a condição de todos como segurados da Previdência Social. Atualmente, existem 700.000 estabelecimentos rurais cadastrados na Secretaria da Fazenda. O cadastramento conta com a participação de prefeituras e da EMATER.

Programa de Apoio ao Emprego e a Micro e Pequena Empresa – O Programa é resultado de um amplo debate entre Governo, entidades representativas dos micro e pequenos empresários e deputados estaduais de diversos partidos. Vai beneficiar 250.000 de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), nas quais estão empregados mais de 320.000 trabalhadores.

Os principais pontos do Projeto de Lei encaminhado a Assembléia Legislativa estão relacionados com a ampliação do limite de enquadramento das EPPs do comércio e da indústria e a criação de instrumentos de estímulo para a geração de empregos neste segmento da economia.

Para estimular a abertura de novas vagas, o Programa cria 02 mecanismos de incentivo ao emprego nas MEs e EPPs, que representam 83% dos contribuintes do ICMS. O primeiro instrumento prevê a redução de 5% no ICMS a pagar para um emprego adicional gerado (em relação à média anterior) para as 144.000 pequenas empresas gaúchas com faturamento anual de até R\$ 364 mil. O percentual de redução no imposto devido poderá chegar a 7% se a empresa ampliar seu quadro em 02 ou mais funcionários em comparação com o período anterior, mantendo estes novos empregos por, no mínimo, 03 meses. O segundo sistema de apoio à geração de emprego a ser criado pelo PL estabelece um desconto de 0,5% (até 10%) no ICMS a pagar para cada empregado que exceder ao parâmetro indicado na última coluna da tabela das faixas da EPP. Este benefício atinge todas as faixas de EPPs.

Programa de Incentivo ao Crescimento – O Projeto de Lei encaminhado ao Poder Legislativo foi resultado de um intenso diálogo do Governo com as entidades representativas dos trabalhadores e empresários e com a própria Assembléia

Legislativa. Para a construção do Projeto, a Secretaria da Fazenda reuniu e negociou com os 40 setores contemplados. Já na Assembléia Legislativa, o Governo continuou aberto ao aprimoramento do Projeto, incorporando sugestões e emendas apresentadas pelos deputados, em conjunto com os representantes dos setores envolvidos. Mesmo após todos os ajustes, o Projeto foi rejeitado pela maioria dos deputados gaúchos.

O Programa tem como conceito básico o desenvolvimento e a geração de emprego e renda, a partir das vocações econômicas do nosso Estado. São os setores tradicionais que envolvem um grande número de empregos e o trabalho de milhares de famílias no campo e na cidade. O Programa aposta em setores que tornam nossa economia menos vulnerável e têm capacidade de dar respostas a curto prazo.

A base do Programa é a redistribuição da carga tributária no Estado, com geração de emprego e renda. Apresenta redução na tributação de cerca de 40 setores importantes da economia tradicional gaúcha, com grande concentração de empregos e cria diversos fundos visando à integração e o desenvolvimento das cadeias produtivas do Estado. Em contrapartida, altera em 1% as alíquotas de 04 itens de grande capacidade contributiva, sem afetar a produção.

A proposta beneficia a industrialização do arroz no Estado, a cadeia produtiva da suinocultura, o setor avícola, os produtos de consumo popular (sabão em barra, embalagens para produtos da cesta básica, extrato de tomate, salame, papel higiênico, etc.), as agroindústrias, a cadeia produtiva da carne, a produção moveleira, a distribuição gaúcha de medicamentos, os setores de máquinas e implementos agrícolas, as transportadoras, as prefeituras (isenção de pagamento do ICMS nas aquisições de máquinas, equipamentos e caminhões utilizados na execução de obras públicas pelo município) e outros produtos específicos de grande importância na geração de empregos.

Os Fundos de Apoio AGREGAR/RS e DESENVOLVER/RS reúnem mais de 15 cadeias produtivas, beneficiando setores como conserveiro, moveleiro, máquinas agrícolas, plástico, autopeças, economia popular solidária, pedras preciosas, vestuário, fundo geral, bovinos, suínos, ovinos, leite, grãos (trigo, milho, soja), pescado e erva mate. Geridos a partir de conselhos tripartites, entre membros do Poder Executivo, de entidades empresariais e dos trabalhadores, os fundos propiciarão a implementação de projetos voltados à promoção, desenvolvimento tecnológico, qualificação do trabalhador urbano e rural e à implementação de projetos específicos de cada uma das cadeias produtivas e setores beneficiados, proporcionando a geração de emprego e renda no Rio Grande do Sul.

1.3.1 Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – BANRISUL

Os projetos e ações implementadas pelo BANRISUL vêm ao encontro do projeto econômico e social do atual Governo e consolida sua atuação como parceiro financeiro em programas de desenvolvimento. Para tanto, são prioridades da Instituição assegurar a democratização do crédito, apoiar aos micro, pequenos e médios empreendimentos urbanos e rurais do RS e manter o foco na pessoa física. Um dos principais diferenciais do Banco é possibilitar um atendimento universalizado, sem discriminar correntistas e não-correntistas, estando sempre de portas abertas para o atendimento das demandas da comunidade rio-grandense.

Programa de Expansão – Para garantir as naturezas comercial e pública, a Instituição implantou a expansão da rede de agências. O Programa corresponde à avaliação das localidades, para levar os serviços financeiros a municípios desassistidos pelo BANRISUL. Com as ações desenvolvidas, o Banco está presente em 360 municípios, com uma rede composta por 354 agências, 303 postos, 145 pontos externos *BANRISUL Eletrônico* e um escritório de representação.

Plataforma de Negócios – Também houve a implantação de área especializada em serviços com operadores e gerentes de negócios, para pessoa física e jurídica, objetivando a fidelização de clientes com atendimento personalizado. Na linha da qualificação do atendimento, o BANRISUL aprofundou a utilização de recursos tecnológicos, através de serviços como *Banrifone, Agência Virtual e Banricompras*.

No que diz respeito ao crédito, destacam-se as seguintes ações e programas desenvolvidos pelo BANRISUL:

- Projeto Educador 2000 - financiamento especial aos trabalhadores em Educação da Rede Pública Estadual, para aquisição de computadores e periféricos de informática.
- Credifácil Funcionário Público - linha de crédito liberado de forma ágil e rápida aos funcionários do Estado e Municípios para pagamento em até 36 prestações.
- CDC Racionalização de Energia Elétrica, CDC Kit Gás Natural, CPB/CDC Credifácil Informática e produtos para o financiamento ao consumidor, além dos produtos tradicionais no mercado.
- Crédito 1 Minuto - crédito pré-aprovado para pessoas físicas, acessado pelos meios eletrônicos, como caixas automáticas, Internet e BANRISUL, beneficiando 102.000 pessoas, com recursos da ordem de R\$ 35 milhões.
- O Credifácil BANRISUL tem-se caracterizado como propulsor da economia nos municípios. Em 2000, 76.960 pessoas se beneficiaram com R\$ 139 milhões. Em 2001, 107.000 pessoas utilizaram o Sistema, implicando a liberação de R\$ 171 milhões.
- Na área rural, o Banco realizou cerca de 36.716 operações de crédito com recursos próprios, num montante liberado de R\$ 374,32 milhões no período de 1999 a 2001. Os valores aplicados em 2001 (R\$ 161,5 milhões) são 78% superiores aos aplicados em 1998. Esses números fizeram o BANRISUL subir da 13ª para a 8ª posição, entre os bancos filiados à Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), na aplicação em crédito rural.
- O Banco voltou a financiar a cultura do trigo, aplicando R\$ 52 milhões no período 1999/2001, sendo R\$ 31,8 milhões no último ano, o que demonstra o crescimento dessas operações.
- Em 1999, foi criada a linha de crédito Custeio da Agricultura Familiar (CAFAB), que aplicou, no triênio, R\$ 30,8 milhões, beneficiando 16.400 famílias. No apoio aos pequenos e microprodutores, é de destacar também a linha de crédito Custeio Grupal - Fiança Solidária, através da qual, em 2001, 349 produtores tiveram acesso ao crédito, formando 55 grupos.
- As cooperativas rurais, através de linhas próprias, foram beneficiadas com créditos para custeio de lavouras no valor de R\$ 48,3 milhões no triênio.
- Intensificou-se a participação do BANRISUL nas feiras agropecuárias, nas quais tem se destacado como o principal financiador dos negócios realizados.
- No que tange a crédito de longo prazo, foram realizadas 39.300 operações, no valor de R\$ 493 milhões, em programas como: Propasto, Provarzeasul, Prodevinho,

Prodamel, Fruticultura, Procamol, Prosolo, eletrificação rural. No final de 2000, foi lançado o Programa de Crédito Assistido, em parceria com a Secretaria do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, disponibilizando recursos e assistência técnica a micro e pequenas empresas, às cooperativas de trabalhadores, às iniciativas econômicas informais, aos profissionais autônomos e aos artesãos.

Merecem destaque ainda a disponibilização de uma série de produtos diferenciados, como:

- Conta Melhor Idade - contempla atendimento diferenciado, taxas especiais e descontos em estabelecimentos comerciais, como também o financiamento de produtos para melhorar a qualidade de vida das pessoas da terceira idade.
- Disque Crédito BANRISUL - serviço para encaminhar proposta de Crédito Pessoal BANRISUL (CPB/Disque Crédito) através da Central de Atendimento.
- Poupança Casa Própria - modalidade de poupança destinada à captação de depósitos para posterior obtenção de carta de crédito, pelo titular da conta, para aquisição ou construção de imóvel habitacional.
- Conta Cidadania - lançada em 28/08/2001, se destina a pessoas que não possuem renda comprovada para abertura de conta corrente.
- Patrocínio Dupla Gre-Nal – estratégia de marketing para fixar a marca BANRISUL nos âmbitos estadual, nacional e internacional. A partir desta parceria, o Banco lançou novos produtos como o Gre-Nal Premiado BANRISUL (investimentos em CDB, fundo e poupança, com os quais os clientes concorrem a 350 prêmios por mês), cartões de crédito e conta-corrente e talão de cheques da Dupla Gre-Nal.
- Cartão Crédito Servidor Público RS BANRISUL - Este cartão, lançado em dezembro de 2001, tem os mesmos benefícios dos cartões existentes atualmente no Banco, tendo como diferencial a possibilidade do portador realizar saques parcelados. O pagamento mínimo da fatura mensal será consignado diretamente em folha de pagamento.

Destaque-se ainda o significativo crescimento da rentabilidade do Banco, que era de 12% sobre o patrimônio líquido, em 1999, chegando a 16,2% no período janeiro a outubro de 2001. No acumulado de 1999 a 2001, o Banco apresentou resultado líquido de R\$ 227,4 milhões.

1.3.2 Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE

O início da atual gestão do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), em 1999, foi marcado pelas conseqüências da política de desvalorização da instituição praticada pelos governos anteriores, nos estados da Região Sul, quando chegou a ser proposta a dissolução do Banco.

No período anterior, o Banco chegou a contabilizar prejuízo da ordem de R\$ 52 milhões ou 11,4% do Patrimônio Líquido. Registraram-se níveis de inadimplência que tiveram pico de 28%, no primeiro bimestre de 1999.

Houve queda na atividade do BRDE, nos anos de 1998 e 1999, quando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cortou o limite

operacional do BRDE, fechando o acesso à principal fonte de recursos para suas atividades. Como conseqüência, a imagem da Instituição ficou seriamente abalada.

Em uma perspectiva de mais longo prazo, o BRDE passou por 02 momentos críticos: no final dos anos 1980 e início dos 1990, esteve sob intervenção do Banco Central. Em 1997 e 1998, o Governo de um dos Estados controladores propôs sua dissolução. Esta instabilidade institucional afetou profundamente a capacidade do Banco desempenhar sua missão.

Com os novos mandatos decorrentes da eleição, em março de 1999, os Governadores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, manifestaram-se pela manutenção e fortalecimento do BRDE, agora novamente entendido como “imprescindível instrumento de governo para o desenvolvimento econômico e social da Região Sul do Brasil”.

Assim, com o apoio dos seus controladores, o BRDE iniciou um amplo trabalho de fortalecimento e reestruturação. Os principais resultados obtidos, até o final de 2001, foram:

- recuperação da capacidade do Banco gerar resultados financeiros positivos, sem qualquer tipo de ônus para os Tesouros dos seus controladores;
- em 1999, o resultado contábil negativo foi de R\$ 37 milhões; em 2000, obteve-se um lucro de R\$ 800 mil; e, até outubro, o resultado de 2001 atingiu a casa dos R\$ 52 milhões (lucro contábil);
- a inadimplência já está em 10%, com tendência de queda;
- a área de recuperação de créditos foi reestruturada;
- a oferta de crédito na Região Sul voltou a crescer;
- realização de concursos públicos, após vinte anos, e modernização da infraestrutura.

Os destaques do desempenho do BRDE, no Rio Grande do Sul, no período janeiro de 1999 a outubro de 2001, foram:

- o BRDE contratou 1.392 novas operações, em um montante de R\$ 196 milhões, viabilizando R\$ 271 milhões em investimentos; R\$ 63 milhões em ICMS; e 13.600 postos de trabalho;
- até o final de 2001, o montante contratado chegou a, aproximadamente, R\$ 200 milhões;
- foi criado o Programa Micro/RS, depois transformado em BRDE/Microempresa, que, entre setembro de 2000 e outubro de 2001, financiou 81 projetos, em um montante de R\$ 7,3 milhões;
- a agricultura e a agroindústria, especialmente nos segmentos da agricultura de economia familiar e das cooperativas de produção agropecuária, receberam R\$ 37 milhões ou 20% do montante contratado no período;
- projetos nas áreas de educação e saúde receberam R\$ 8,7 milhões;

- foram financiados projetos de 04 pequenas centrais hidroelétricas (R\$ 12 milhões), que gerarão 11.300Kw. As cooperativas de eletrificação beneficiadas abrangem 117 municípios do Estado;
- o financiamento às exportações atingiu a cifra de R\$ 38 milhões;
- o BRDE financiou projetos de investimento em 251 municípios, que respondem por cerca de 73% da população; 77% do PIB; e 46% da área do Estado;
- assim, 03 entre cada 04 gaúchos vivem em municípios com empreendimentos foram apoiados pelo BRDE.

2- ÁREA ECONÔMICA

2.1- SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – SAA

No âmbito da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA), desde 1999 se faz presente a inversão de prioridades, através da adequação ou desenvolvimento de instrumentos de política agrícola e agrária para públicos historicamente excluídos ou marginalizados do processo de desenvolvimento capitalista e, por conseguinte, das ações do Estado. Nesse sentido, foram definidos cinco eixos estratégicos, quais sejam: I - O fortalecimento da agricultura familiar e de públicos especiais como os povos indígenas, os pescadores profissionais artesanais e as comunidades remanescentes dos quilombos; II - A reforma agrária; III - a soberania e segurança alimentar; IV - A mudança do paradigma tecnológico através da agroecologia e; V- O desenvolvimento e fortalecimento dos sistemas agroindustriais existentes no RS.

Ao todo, já foram aplicados mais de R\$ 976 milhões na agricultura gaúcha, nas estruturas de agroindustrialização e nas ações e atividades - meio desenvolvidas pela SAA e suas vinculadas. Deste total, R\$ 619 milhões são recursos do orçamento do Estado e do sistema financeiro público estadual (BANRISUL e BRDE) repassado diretamente às mãos dos agricultores, cooperativas e empresas agroindustriais. Outros R\$ 11,5 milhões são recursos destinados ao desenvolvimento da pesquisa agropecuária através da FEPAGRO, IRGA e RS RURAL. O restante, em torno de R\$ 345,5 milhões, são recursos aplicados através do orçamento do Estado para despesas de pessoal (inclusive EMATER com R\$ 171,6 milhões ou cerca da metade), manutenção e custeio da máquina administrativa e investimentos.

O balanço do setor agrícola aponta 03 vitórias gaúchas: a maior safra da história, a efetivação do Seguro Agrícola e a superação da febre aftosa.

Recursos Aplicados no RS, por Programas Seleccionados

Programa	Em R\$ 1,00			
	1999	2000	2002	Total
Crédito Rural (BANRISUL e BRDE)	122.479.206	196.667.632	173.218.287	492.365.126
RS Rural	9.838.612	53.279.213	3.017.527	66.135.352
Troca-Troca de Sementes	9.489.493	12.421.498	12.936.533	34.847.524
Pesquisa*	1.621.208	6.038.543	3.819.866	11.479.618
Infra-estrutura social no Campo	3.324.019	1.690.343	6.423.429	11.437.791
Agroindústria Familiar e Cooperar RS		1.038.211	5.079.262	6.117.473
Rio Grande Ecológico		3.554.130	697.981	4.252.110
Seguro Agrícola e Apoio a calamidades			2.933.853	2.933.853
Soberania alimentar**		521.361	875.122	1.396.483
Total Global	146.752.539	275.210.931	209.001.860	630.965.330

Fonte: Secretaria da agricultura e Abastecimento

*Exclusive recursos da PANPA, contabilizados na soberania Alimentar

** Apenas as ações desenvolvidas com recursos do PANPA

De fato, dos R\$ 630,9 milhões repassados diretamente às mãos dos agricultores, cooperativas e empresas agroindustriais e aplicados em pesquisa agropecuária, 39% foram diretamente aos agricultores familiares e públicos especiais. Outros 16% foram para as cooperativas que são constituídas na sua maioria por

pequenos agricultores. Outros 2% foram aplicados em pesquisa agropecuária que, conforme apontado anteriormente, foi prioritariamente direcionada à agricultura familiar e à agroecologia. Por fim, os 44% restantes foram aplicados no conjunto dos sistemas agroindustriais, sendo que boa parte destes sistemas são marcados pela predominância da pequena propriedade rural como é o caso da produção de leite, da vitivinicultura, da suinocultura, da produção de aves e de milho.

**Recursos Aplicados no RS em Programas Selecionados
Período 1999 a 2001**

R\$ 1,00

Público	Valor	Participação
Recursos exclusivos para as agriculturas familiares, assentados de reforma agrária, pescadores artesanais, comunidades indígenas e quilombolas	244.930.537	39%
Recursos exclusivos ao fortalecimento do cooperativismo através de cooperativas gaúchas são agricultores e agricultoras familiares ou de assentamentos de reforma agrária.	99.158.122	16%
Recursos para o fortalecimento das cadeias produtivas em geral. Boa parte desses recursos destinam-se a viabilização de setores como suinocultura, milho, trigo, vitivinicultura e leite onde há predominância da agricultura familiar	275.397.054	44%
Recursos para a pesquisa agropecuária com prioridade para a agricultura familiar e a agroecologia mas que abrange todos os públicos	11.479.618	2%
Total	630.965.330	100%

Fonte: Secretaria da Agricultura e Abastecimento

**Recursos aplicados no RS
Período 1999 a 2001**

R\$ 1,00

Cadeia Produtiva	Valor	%
Milho	76.080.753	12
Arroz	54.170.265	9
Soja	51.959.829	8
Trigo*	43.030.921	7
Vitivinicultura	32.474.064	5
Leite	28.149.488	4
Suinocultura	17.535.527	3
Avicultura	11.688.312	2
Hortigranjeiro	7.231.228	1
Fruticultura	4.403.517	1
Pesquisa agropecuária	11.479.618	2
Outros**	292.766.809	46
Total	630.965.330	100

Fonte: Secretaria da Agricultura e Abastecimento

*Além desses valores, estima-se que dos recursos aplicados na modalidade Fornecimento a Cooperados, entre R\$ 15 e R\$ 20 milhões (29% a 39%) tenham sido direcionados para o cultivo do trigo através das cooperativas.

** Recursos aplicados na multiatividade da agricultura familiar ou, pulverizados em diversas atividades. Também há recursos cujo setor de atividade é desconhecido.

Produção de Culturas Seleccionadas no RS

Em toneladas

Cultura Seleccionada	Anos				Percentual	
	1998	1999	2000	2001	2001/1998	2001/2000
Arroz	3.594.856	5.630.077	4.986.675	5.252.287	46%	5%
Feijão	119.929	158.425	146.375	140.381	17%	-4%
Milho	4.450.856	3.211.333	3.932.244	6.090.551	37%	55%
Soja	6.605.743	4.443.999	4.786.029	6.935.552	5%	45%
Trigo	516.636	713.511	889.015	1.191.925	131%	34%

Fonte: IBGE- Levantamento Sistemático da Produção agrícola/ LSPA

Nota: o período referente ao ano de 2001 compreende até o mês de agosto.

Recursos Aplicados no RS por Região do OP/RS – 1999/2001

Em R\$ 1,00

Região	Valor
Alto Jacuí	24.258.137
Campanha	17.272.251
Central	61.894.847
Centro Sul	7.254.568
Fronteira Noroeste	57.843.671
Fronteira Oeste	23.464.737
Hortências	3.576.986
Litoral	14.120.291
Médio Alto Uruguai	22.400.659
Metropolitano Delta do Jacuí	4.635.378
Missões	30.824.032
Nordeste	55.677.095
Noroeste Colonial	46.152.529
Norte	36.529.816
Paranhana-Encosta da Serra	1.027.369
Produção	53.373.461
Serra	57.961.184
Sul	38.250.903
Vale do Caí	3.549.925
Vale do Rio dos Sinos	1.040.210
Vale do Rio Pardo	26.596.052
Vale do Taquari	30.356.904
Dados não regionalizados**	12.904.323
Total	630.965.330

Fonte: Secretaria da Agricultura e Abastecimento

Do ponto de vista orçamentário, a atual gestão executou, em valores correntes, 58% a mais do que o governo anterior (comparação entre a média anual), o que representa cerca de R\$ 61 milhões por ano. É importante salientar que no período 1995 a 1998 a execução orçamentária da SAA representou em média 1,13% na execução total do Governo do Estado. No período 1999 a outubro de 2001, essa participação foi de 1,72%, chegando a mais de 2% no ano de 2000.

Outro dado importante que reflete a preocupação com a destinação dos recursos para os beneficiários finais em relação às ações - meio da Secretaria é que as despesas totais do orçamento da SAA de janeiro de 1999 a outubro de 2001 com

investimentos e repasses diretos aos beneficiários (outras despesas de capital) são 105% maiores do que em todo o governo anterior, Ou seja, em três anos de governo aplicamos o dobro do que foi aplicado em quatro anos do governo anterior nesses grupos de despesa.

EIXO: FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E PÚBLICOS ESPECIAIS

Programa da Agroindústria Familiar – Sabor Gaúcho - O Programa tem como objetivo geral agregar valor aos produtos dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e pescadores artesanais, melhorando a renda e gerando novos postos de trabalho no campo. Seu apoio se expressa através do financiamento de equipamentos e infra-estrutura, na organização dos grupos, na assessoria à formação, gerenciamento, no processamento e na comercialização. O apoio à comercialização será realizado através da CEASA/RS.

O Programa especificamente financia investimentos na implantação e readequação de agroindústrias familiares, aquisição de embalagens, formação e capacitação de técnicos e agricultores, apoio ao cooperativismo e à comercialização bem como à legalização sanitária e ambiental. Já foram aplicados quase R\$ 3,4 milhões, beneficiando cerca de 1.907 famílias, até novembro de 2001 com 93 projetos, com destaque para as regiões da Serra e do Vale do Caí. Além desses números, existem no processo de construção do programa, ações não quantificáveis que vêm qualificando a viabilização da agricultura familiar através da maior agregação de valor, cita-se:

- Redução das garantias exigidas aos agricultores para o financiamento.
- Flexibilização da legislação sanitária estadual relativa às exigências relacionadas ao tamanho das estruturas das s, com estas flexibilizações as necessidades estruturais e os custos dos equipamentos diminuíram, mas não se comprometeu a qualidade dos produtos processados.
- Licenciamento ambiental pelo Programa da Familiar- PAF, ou seja, todas as s com menos de 250m², exceto abatedouros, são licenciados pelo PAF junto à FEPAM, o beneficiado não paga nenhuma taxa e a liberação é rápida.
- Os beneficiados pelo programa podem comercializar seus produtos agroindustrializados com a Nota do Produtor, o que isenta de várias taxas e do recolhimento do ICMS sobre a venda dos produtos.
- Constante interrelacionamento com secretarias e órgãos de Estado diretamente envolvidos com o PAF.
- Aumento do atendimento de demandas de serviços que não necessitam de aporte de recursos financeiros, tais como, canais de comercialização, estratégias de propaganda e marketing, desenvolvimento de marcas e rótulos, financiamento de embalagens, formação e capacitação nas diversas áreas da cadeia produtiva, nota do produtor, e selo sabor gaúcho.
- Reconhecimento nacional do programa, com pedidos de intercâmbio de outros estados: Ceará, Espírito Santo, São Paulo, Rondônia e Goiás.
- Implementação de cursos de formação e capacitação demandados em diversas áreas da familiar .

- Elaboração de novos formatos estruturais de adequadas às características da agricultura familiar.
- Visando qualificar e discutir as práticas e vivências das dentro das escolas, procedeu-se a um conjunto de atividades formativas com os professores das escolas agrícolas do Estado.

Relatório Físico-Financeiro de Financiamento de Agroindústrias e da Central de Embalagens de 1999 a 2001

Em R\$ 1,00

Região do OP	Financiamento de Agroindústrias			Central de Embalagens		Total
	Valor	No. Agroind	Famílias	Valor	Operações	
Alto Jacuí	44.706	3	5	7.119	1	51.825
Campanha	83.082	1	27	-	-	83.082
Central	184.431	9	19	-	-	184.431
Centro Sul	10.168	1	1	-	-	10.168
Fronteira Noroeste	90.327	3	14	-	-	90.327
Litoral	54.365	2	4	2.577	1	56.942
Médio Alto Uruguai	244.694	6	37	-	-	244.694
Missões	166.790	4	22	-	-	166.790
Nordeste	247.681	7	41	11.099	2	258.780
Noroeste Colonial	263.436	5	462	1.944	1	265.379
Norte	264.562	8	62	8.819	3	273.382
Paranhana-Encosta da Serra	13.409	1	1	-	-	13.409
Produção	214.900	7	39	5.179	2	220.078
Serra	673.738	16	63	94.547	3	768.825
Sul	167.395	3	1.017	8.929	6	176.324
Vale do Caí	317.608	6	61	7.096	1	324.704
Vale do rio Pardo	81.856	4	13	-	-	81.856
Vale do Taquari	122.899	7	19	-	-	122.899
Total	3.246.046	93	1.907	147.308	20	3.393.354

Fonte: SAA

Programa de Fortalecimento das Cooperativas e Associações da Agricultura Familiar e Assentamentos (COOPERAR/RS) - É um programa de apoio à organização dos agricultores que financia investimentos nas áreas de produção, agroindustrialização, formação e saneamento das associações e cooperativas agropecuárias e de crédito rural. Tem como objetivos sanear débitos através de aporte de recursos para a capitalização das cooperativas, investir em pesquisa, tecnologia, equipamentos, capital de giro associado e mudança da matriz produtiva, qualificar a produção, formar e capacitar associados, dirigentes e funcionários, além de incentivar a formação de novas cooperativas de economia solidária.

**Relatório Físico-Financeiro do Programa COOPERAR/RS
1999 a 2001**

Em R\$ 1,00

Região do OP	Valor	Operações
Central	174.665	1
Noroeste Colonial	107.839	3
Norte	243.212	3
Paranhana-Encosta da Serra	210.402	2
Produção	1.988.000	4
Total	2.724.119	13

Fonte: SAA

Foram aplicados mais de R\$ 2,7 milhões com destaque para o resgate e o fortalecimento do sistema COORLAC, importante instrumento de comercialização do leite que está sob controle dos trabalhadores rurais.

O COOPERAR/RS está possibilitando uma reflexão sobre os conceitos, práticas, objetivos e planejamento em longo prazo para as cooperativas e a elaboração de um plano de execução descritivo, detalhado, obrigando a determinação de funções e responsabilidades solidárias entre os participantes.

Programa RS RURAL - Visa melhorar a qualidade de vida e a capacidade produtiva dos agricultores familiares, agricultores assentados, indígenas, pescadores artesanais. O apoio se dá através da subvenção de projetos técnicos envolvendo atividades de geração de renda, manejo dos recursos naturais e infra-estrutura familiar e comunitária, possibilitando a realização de ações integradas para o desenvolvimento social e ambiental das comunidades. O Programa financia também atividades de suporte como assistência técnica, pesquisa (contratada e por demanda dos beneficiários), rede de referência e Estudos Especiais, bem como a capacitação dos beneficiários e executores e o fortalecimento institucional das entidades executoras, através de aquisições de veículos e computadores. O RS Rural também investe na elaboração de Sistemas de Informação Agrícolas e Geográficas - SIG e SISAGRI, visando à melhora da capacidade de planejamento do Estado.

O RS Rural já disponibilizou através de projetos integrados (exclusive as ações de suporte e de comercialização) mais de R\$ 66 milhões, beneficiando mais de 20.000 famílias, além disso, na estiagem na safra 1999/2000, atingiu mais de 37.000 famílias.

É importante salientar que o Programa vem se qualificando desde o início da atual gestão. O Diagnóstico inicial, demonstrou que:

- os objetivos do Programa não estavam sendo plenamente alcançados, pois priorizava projetos de infra-estrutura desvinculados de projetos de manejo dos recursos naturais de geração de renda, não assegurando sustentabilidade sócio-econômica e ambiental das propriedades;
- os recursos eram aplicados de forma pulverizada, reduzindo o impacto dos investimentos;
- o sistema de gestão não assegurava a participação direta das comunidades nas definições dos investimentos;
- o sistema de gestão não permitia a participação da sociedade civil nas instâncias de definições estratégicas e operacionais;
- a falta de transparência na forma de distribuição dos recursos, propiciava relações clientelistas;
- os beneficiários não estavam sendo capacitados;
- o fluxo de pagamentos dos projetos para beneficiários não era sistemático e não observava a ordem de entrada. Foram autorizadas as contratações de projetos sem empenho prévio;

- a execução *pari passu* entre as atividades meio e fim requerida pelo acordo de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) não estava sendo respeitada;
- a unidade de planejamento, a microbacia hidrográfica, não estava sendo observada.

A partir das constatações apuradas, o Programa RS Rural, durante a gestão deste Governo, adotou as seguintes medidas:

- qualificação dos projetos técnicos através da integração das ações de infraestrutura, manejo e conservação dos recursos naturais e de geração de renda;
- para garantir maior impacto dos investimentos, definiu-se áreas prioritárias de atuação, cujos recursos são definidos nas plenárias do OP;
- assegurou-se a participação direta da comunidade na definição das demandas, através de diagnósticos participativos e ampla divulgação do Programa;
- ampla maioria da sociedade civil na composição do Conselho Superior;
- criação de um espaço público para discussão e priorização dos investimentos com possibilidade das comunidades interessadas apresentarem seus pleitos, bem como de controle social da aplicação dos recursos. Além disso, os delegados do OP foram incluídos no Conselho Municipal do RS Rural;
- construção de um programa de capacitação adaptado às necessidades e realidades dos beneficiários;
- regularização dos pagamentos pendentes e cumprimento das metas físicas e financeiras dos anos subsequentes em grande parte;
- equilíbrio entre as atividades meio e fim, através de um forte estímulo a outras atividades previstas no acordo de empréstimo, como pesquisas por demanda, apoio a novos produtos agropecuários e canais de comercialização (PANPA), efetivação de processos licitatórios para o fortalecimento institucional dos executores do Programa;
- para garantir o enfoque ambiental e conservacionista, os projetos integrados foram elaborados considerando a microbacia hidrográfica enquanto unidade de planejamento;
- inclusão de novos públicos tradicionalmente excluídos de políticas públicas, como pescadores artesanais, povos indígenas, agricultores assentados e, a partir de 2001, os remanescentes de quilombos, incentivo a elaboração de projetos de mulheres e jovens rurais;
- cumprimento das seguintes diretrizes: 1) ampliação da participação popular; 2) qualificação das ações; 3) inversão de prioridades – apoiando o fortalecimento da agricultura familiar, reforma agrária, agroecologia, soberania e segurança alimentar e; 4) promoção das ações especializadas por tipo de público.

A principal inovação do Programa RS Rural é trabalhar com manejo dos recursos naturais com as populações historicamente excluídas como parte de uma estratégia para combater a pobreza, considerando que essas populações ocupam as áreas de encosta de morro, com solos rasos, áreas desflorestadas e manejadas intensivamente. Integrado com políticas regulares de fortalecimento de agricultura familiar e institucional, o programa objetiva 05 elementos em um primeiro plano:

- fortalecimento e valorização da organização dos públicos-alvo;
- melhoria da infra-estrutura produtiva, social e ambiental, através dos investimentos subvencionados aos beneficiários;

- organização das instâncias de gestão sobre políticas públicas, com o reconhecimento pelo governo e sociedade em geral da importância da temática sócio-ambiental do meio rural;
- conhecimento sobre a pobreza e degradação ambiental, bem como alternativas para a melhoria da situação e,
- maior capacitação profissional dos beneficiários.

Relatório Físico-Financeiro do RS Rural - 1999 a 2001

Em R\$ 1,00

Região do OP	Agricultores familiares		Agricultores assentados		Comunidades Indígenas		Pescadores Artesanais		RS Especial Seca		Total	
	R\$	famílias	R\$	famílias	R\$	famílias	R\$	Famílias	R\$	Famílias	R\$	famílias
Alto Jacuí	653.993	199	192.570	52	6.694	10	-	-	1.732.411	2.544	2.585.670	2.805
Campanha	234.950	140	1.086.640	408	4.633	9	-	-	638.859	558	1.965.083	1.115
Central	1.939.700	1.136	858.181	277	-	-	-	-	4.581.450	5.626	7.379.331	7.039
Centro Sul	446.590	64	-	-	-	-	85.215	112	-	-	531.805	176
Fronteira Noroeste	1.999.194	1.326	-	-	-	-	-	-	4.697.488	7.514	6.696.682	8.840
Fronteira Oeste	168.864	-	788.345	329	-	-	206.803	54	969.651	1.097	2.133.663	1.480
Hortências	475.655	-	-	-	-	-	-	-	-	-	475.655	-
Litoral	167.801	22	113.973	60	12.509	26	161.415	52	164.909	151	620.608	311
Médio Alto Uruguai	3.963.083	2.288	-	-	386.075	626	-	-	-	-	4.349.158	2.914
Metrop. Delta Jacuí	31.500	-	-	-	9.630	28	243.663	59	-	-	284.793	87
Missões	1.525.885	907	640.200	237	-	-	-	-	3.699.493	6.260	5.865.578	7.404
Norteste	2.527.651	1.304	190.768	81	95.818	112	-	-	-	-	2.814.236	1.497
Noroeste Colonial	2.655.700	970	458.727	138	405.345	884	-	-	5.469.355	918.333	8.989.126	10.416
Norte	4.745.507	2.586	-	-	384.430	627	-	-	-	-	5.129.937	3.213
Paranhana-Encosta da Serra	125.581	-	-	-	2.100	-	-	-	-	-	127.681	-
Produção	2.752.199	1.210	30.049	61	62.922	180	-	-	-	-	2.845.170	1.451
Serra	1.395.245	496	80.970	27	-	-	-	-	-	-	1.476.216	523
Sul	981.031	533	1.088.076	399	-	-	953.188	595	4.458.600	4.932	7.480.895	6.459
Vale do Caí	302.164	-	92.779	31	-	-	-	-	-	-	394.944	31
Vale Rio Sinos	69.624	-	-	-	-	-	-	-	-	-	69.624	-
Vale do Rio Pardo	1.808.900	1.056	135.574	53	-	-	28.893	66	-	-	1.973.367	1.175
Vale do Taquari	1.910.171	731	35.961	12	-	-	-	-	-	-	1.946.132	743
TOTAL	30.880.988	14.968	5.792.814	2.165	1.370.157	2.502	1.679.177	938	26.243.017	37.015	66.135.352	57.679

Fonte: SAA

Em um plano imediatamente posterior, um desenvolvimento agrícola sustentável, com aumento e preservação da cobertura por vegetação nativa (proteção de margens, banhados, florestas nativas, corredores ecológicos, etc), diminuição da poluição e degradação do solo (manejo adequado do solo e agricultura ecológica reduzindo a utilização de defensivos e insumos químicos, assim como da erosão, aumentando inclusive a produtividade no longo prazo), segurança alimentar (principalmente através da produção para consumo próprio), diminuição dos dejetos colocados na natureza (principalmente rios e esgotos), melhoria da qualidade de vida no campo e diminuição do êxodo rural.

Programa Crédito Rural - Destina-se ao financiamento dos agricultores familiares para investimentos produtivos e de comercialização, bem como para o custeio de suas lavouras e demais atividades. Também se destina ao financiamento dos projetos em empresas e cooperativas agroindustriais. É operado pelo Sistema Financeiro Público Estadual composto por BANRISUL e BRDE em consonância com as políticas agrícola e agrária desenvolvidas pela SAA e pelo Gabinete da Reforma Agrária - GRA. Tem por objetivos qualificar e aumentar a produção estadual de alimentos e matérias-primas; possibilitar ao pequeno agricultor a aquisição de insumos adequadas ao seu sistema de produção; financiar, de forma subsidiada, os seus investimentos produtivos; e viabilizar o custeio, a comercialização; e o investimento das cadeias produtivas.

As linhas de crédito disponíveis pelo Programa:

➤ Agricultura Familiar: Custeio Agrícola Familiar BANRISUL – CAFAB (recursos próprios do BANRISUL); Custeio Agrícola Familiar BANRISUL Agroecologia – CAFAB (recursos próprios do BANRISUL); PRONAFInho ou PRONAF Investimento Grupo C; PRONAF Investimento Grupo D e outras linhas de crédito do PRONAF.

➤ Sistemas Agroindustriais: Financiamentos de curto prazo com recursos do BANRISUL (Custeio, Empréstimos de Comercialização – ECB e Fornecimento a Cooperados); Financiamentos de Longo Prazo (linhas de crédito do BNDES); RECOOP através do Sistema Financeiro Público Estadual (BANRISUL e BRDE).

Através dessas linhas de financiamento já foram repassados mais de R\$ 492,4 milhões. A tabela abaixo demonstra a aplicação desses recursos por tipo de público enquanto que a tabela ao final desta seção apresenta de forma detalhada a aplicação de recursos no RS.

Relatório Físico-Financeiro por Tipo de Público - 1999 a 2001

Em R\$ 1,00		
Público	Valor	Operações
Recursos exclusivos para a agricultura familiar através do CAFAB e do PRONAF	117.809.950	43.589
Recursos exclusivos ao fortalecimento do cooperativismo através de fornecimento a cooperados e RECOOP. Boa parte dos associados às cooperativas gaúchas são agricultores e agricultoras familiares.	99.158.122	164
Recursos para o fortalecimento das cadeias produtivas em geral. Boa parte desses recursos destinam-se a setores como suinocultura, milho, trigo, vitivinicultura e leite onde há predominância da agricultura familiar.	275.397.054	18.916
Total	492.365.126	62.669

Fonte: SAA

Do total de recursos aplicados pelo Sistema Financeiro Público Estadual, no valor de R\$ 492 milhões, 87% são operados pelo BANRISUL e 13% são operados pelo BRDE. O BANRISUL também concentra 92% dos recursos aplicados através do PRONAF.

Através do RECOOP foi viabilizada a contratação, até novembro de 2001, de recursos da ordem de R\$ 24,5 milhões, beneficiando 08 cooperativas gaúchas. Estas cooperativas possuem mais de 40.000 famílias de agricultores associadas, empregam cerca de sete mil trabalhadores e operam em mias de 200 municípios.

O PRONAF, juntamente com os Movimentos Sociais e as Organizações que o compõem, promoveram vários encontros e lutas importantes no Estado e na Região Sul (SC, PR e RS), vem buscando avanços, com destaque para os setores do fumo, para o sobre-teto, para o leite e, também, às mudanças em curso nos critérios e condições do PRONAFInho.

Programa Estadual de Seguro Agrícola - Instituído em 1999, com base na Lei n. 11.352, que criou o Sistema Estadual de Seguro Agrícola, é subsidiado e operacionalizado através de agentes públicos privados – seguradoras, prefeituras e entidades de agricultores, sob coordenação da SAA, a partir das diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração do Seguro, com objetivo de proteger a renda dos agricultores familiares dos fenômenos climáticos adversos.

Em 2001, o Programa atingiu a meta de mais de 25.000 famílias no milho e na uva, com subsídio de 50% na contratação, conforme as tabelas abaixo. No ano de 2000, foram 65 famílias que se beneficiaram do programa. De forma qualitativa, destaca-se:

- A Implementação do Seguro Agrícola por meio de lei de iniciativa do Governo já no primeiro ano de mandato.
- Estabelecimento de um arcabouço jurídico/administrativo inédito no Brasil para a articulação com o setor privado para operacionalização do Seguro Agrícola.
- Implementação da modalidade Seguro Agrícola Básico com facilidade de contratação para o agricultor, custo subsidiado em 90% pelo Governo do Estado e disponibilizado para todas as regiões do Estado simultaneamente.
- Disponibilização do Seguro Agrícola Solidário, operado por sindicatos, cooperativas e associações de agricultores, com subsídio de 50% do custo pelo Governo do Estado.

Programa Estadual de Seguro Agrícola, jan. a nov./2001

Em R\$ 1,00

Região	Número de Contratos	Importância Assegurada	Desembolso do Estado
Alto Jacuí	263	196.100	29.878
Campanha	55	38.200	6.131
Central	1.232	875.700	103.741
Centro Sul	66	41.000	4.274
Fronteira Noroeste	5.150	3.540.740	315.570
Fronteira Oeste	1	800	76
Hortências	128	79.800	8.922
Litoral	3	885	58
Médio Alto Uruguai	1.915	1.465.200	158.570
Missões	4.081	2.918.360	301.243
Norteste	1.588	1.117.200	129.333
Noroeste Colonial	3.546	2.503.800	321.168
Norte	3.659	2.749.300	317.816
Paranhana-Encosta da Serra	6	4.200	236
Produção	974	709.000	79.868
Serra	112	59.200	5.064
Sul	560	395.100	50.431
Vale do Caí	29	17.700	1.762
Vale do Rio Pardo	1.186	795.500	67.293
Vale do Taquari	516	329.000	26.878
Total	25.070	17.836.785	1.928.312

Fonte: SAA

Ao total de recursos utilizado pelo Programa, de R\$ 1,9 milhão, soma-se o gasto realizado a apoio a calamidades, chegaremos a um dispêndio total de R\$ 2,9 milhões.

Programa Troca-Troca de Sementes - O Programa Troca-Troca criado no ano de 1988, consiste em possibilitar o acesso à agricultura familiar, assentamentos de reforma agrária e povos indígenas a aquisição de sementes fiscalizadas de forma subsidiada e, repassar recursos para o custeio de outras culturas (como o arroz de sequeiro, a cebola, forrageiras, etc), com prazo de pagamento após a colheita e subsídios.

Até novembro de 2001 o programa tinha distribuído mais de 20.000t de sementes de milho no valor de R\$ 34,6 milhões, em mais de 400 municípios, beneficiando mais de 173.000 famílias. Em dezembro desse ano, o Programa distribuiu em torno de 500t de sementes de milho no valor de R\$ 911 mil que beneficiarão 13.905 famílias, para o plantio da safrinha.

Além das sementes de milho, o programa disponibilizou R\$ 225 mil para a aquisição de sementes de outras culturas. Foram R\$ 139 mil para aquisição de 3.526kg de sementes de cebola, beneficiando 1.175 famílias e R\$ 86 mil para aquisição de 181.105kg de sementes de plantas de cobertura do solo, beneficiando 360 famílias. Em dezembro de 2001, foi iniciada a atividade com arroz de sequeiro.

É importante salientar que a partir da Safra 2000/2001 o Programa Troca-Troca de Sementes foi adaptado a um novo método, visando à participação popular e o aumento de subsídio. No ano de 2000, o programa incluiu outras culturas de forma piloto, como o de Troca-Troca de Cebola, que acabou consolidando-se em 2001. Além disso, foi integrado ao Troca-Troca de Sementes de Milho, o Programa Estadual do Seguro Agrícola e, implementou-se o Programa Troca-Troca de Sementes de Milho – Safrinha.

Programa Troca-Troca de Sementes - 1999 a 2001

Em R\$ 1,00

Região OP	Cebola		Forrageiras		Milho			Valor
	Valor	kg	Valor	kg	Valor	kg	Beneficiários (média anual)	
Alto Jacuí	-	-	-	-	1.185.169	698.660	5.822	1.185.169
Campanha	-	-	-	-	119.537	74.500	621	119.537
Central	-	-	-	-	1.855.010	1.118.930	9.324	1.855.010
Centro Sul	-	-	-	-	552.653	332.440	2.770	552.653
Fronteira Noroeste	-	-	-	-	3.465.708	2.117.520	17.646	3.465.708
Fronteira Oeste	-	-	-	-	95.879	58.040	484	95.879
Hortências	-	-	16.500	6.920	184.869	108.820	907	201.369
Litoral	16.140	400	-	-	105.454	62.240	519	121.594
Médio Alto Uruguai	-	-	-	-	4.026.097	2.453.620	20.447	4.026.097
Metrop. D.elta Jacuí	-	-	-	-	34.541	21.540	180	34.541
Missões	-	-	-	-	2.673.521	1.653.420	13.779	2.673.521
Nordeste	-	-	-	-	1.528.980	899.580	7.497	1.528.890
Noroeste Col.	-	-	-	-	3.701.540	2.282.180	19.018	3.701.540
Norte	-	-	-	-	3.082.539	1.777.109	14.809	3.082.539
Paranhana- Enc. da Serra	-	-	-	-	152.983	85.400	712	152.983
Produção Serra	-	-	67.840	169.770	3.209.852	1.925.180	16.043	3.277.692
Sul	122.961	3.126	1.988	4.415	1.990.113	1.210.460	10.087	2.115.061
Vale do Caí	-	-	-	-	158.895	91.660	764	158.895
Vale R. Sinos	-	-	-	-	67.920	38.800	323	67.920
Vale R. Pardo	-	-	-	-	2.504.438	1.532.580	12.772	2.504.438
Vale Taquari	-	-	-	-	2.757.249	1.618.860	13.491	2.757.249
Total	139.101	3.526	86.327	181.105	34.622.095	20.810.339	173.419	34.847.524

Fonte: SAA

Em 2001, o Rio Grande do Sul colheu a maior safra de grãos de verão da sua história, alcançando 18.400.000t, adicionando-se a safra de inverno de 1.400.000t chegaremos a 20.000.000t, um recorde histórico.

O Programa Troca-Troca de Sementes tem papel importante nos resultados obtidos, especialmente no milho, principal prática do programa, e que é uma das culturas mais importante do Rio Grande do Sul. Este cereal, teve na safra 2000/2001, 1.600.000ha cultivados que produziram mais de 6.000.000t de milho, para tanto foram distribuídas 7.032.140kg de sementes de milho em 2001, necessárias para o cultivo de 22% da área plantada em todo Estado.

Para promover um controle social dos recursos aplicados pelo programa contribuíram a informatização, a participação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e o Fórum dos Delegados do Orçamento Participativo na avaliação e aprovação das demandas municipais.

Programa Estadual do Leite - O Programa Estadual do Leite tem como objetivo fortalecer a produção leiteira do Estado, com prioridade aos pequenos produtores de leite, através do apoio à produção e do incentivo às iniciativas associativas de produção e de comercialização, garantindo um processo não excludente de melhoria da atividade, gerando emprego e renda no campo e assegurando espaços para as pequenas e médias indústrias de processamento de leite.

Recursos Aplicados no Setor Leiteiro, de 1999 a 2001

Em R\$ 1,00

Programa	Ação	1999	2000	2001	2000-2001	Total
Agroindústria Familiar Sabor Gaúcho	Cooperar RS	-	-	746.914	-	746.914
	Financiamento de Agroindústria	-	75.000	251.201	-	326.201
	Total	-	75.000	998.115	-	1.073.115
Crédito Rural	Custeio	436.498	880.903	534.404	-	1.851.805
	Custeio Agrícola Familiar Banrisul - CAFAB	2.621	132.021	152.023	-	286.665
	Investimentos Agrícolas e Pecuários	-	-	463.110	-	463.110
	FEDR/Pro-Leite	-	105.657	150.000	-	255.657
	Finame Agrícola/Pro-Leite	181.042	611.852	263.930	-	1.056.824
	Laticínios	115.037	286.896	4.094.615	-	4.496.548
	Pronaf - Integrados	-	-	91.162	-	91.162
	Pronaf C - Pronafinho	21.377	5.843.625	5.991.875	-	11.856.877
	Recoop	-	-	-	3.576.000	3.576.000
	Total	756.575	7.860.953	11.741.119	3.576.000	23.934.647
RS Rural	Bovinocultura leiteira	-	2.776.998	-	-	2.776.998
	Pastagens perenes	-	331.893	-	-	331.893
	Posto de resfriamento de leite	-	32.835	-	-	32.835
	Total	-	3.141.726	-	-	3.141.726
Total Global	756.575	11.077.679	12.739.234	3.576.000	28.149.488	

Fonte: SAA

Foi criada uma legislação própria na área animal, que contempla a questão do leite. Através do Programa Estadual do Leite, articulado com os movimentos sociais, abriu-se um espaço de discussão e negociação junto ao Governo Federal a respeito da Portaria n. 56, que trata da adoção de novos padrões para a produção de leite no Brasil. Essa discussão tem por objetivo garantir a permanência do agricultor de base familiar na atividade leiteira, a partir de padrões adequados e acessíveis. Além disso, a SAA vem acompanhando e assessorando a CPI do leite, na Assembléia Legislativa, que tem por objetivo investigar a formação de cartel entre as indústrias e redes varejistas que atuam na cadeia do leite.

Programa Infra-Estrutura Social no Campo – Através desse Programa, são realizadas obras de infra-estrutura básica voltadas aos agricultores familiares nas diversas regiões do Estado, bem como ao público da reforma agrária, sendo estas:

construção de açudes e canais de drenagem; construção e melhoramento de vias de acesso rurais; e construção de poços tubulares profundos.

O Programa executa suas ações através de convênios firmados entre Estado, Municípios e Cooperativas Agrícolas, gerenciados por Conselhos Gestores Regionais formados por representantes dos municípios, do Governo e dos beneficiários.

Desde 1999 já foram adquiridos e distribuídos 37 retroescavadeiras, 05 tratores esteira, 75 tratores agrícolas e 121 implementos agrícolas para a Consulta Popular e o Programa Infra-estrutura Social no Campo, representando um investimento de R\$ 8,1 milhões. Além desses equipamentos, estão em fase de aquisição as demandas ainda não atendidas do Plano de Investimento de 2000 e da Consulta Popular de 1998. São mais de R\$ 11,8 milhões, para 34 retroescavadeiras, 02 tratores esteira, 19 tratores agrícolas, 05 caminhões basculantes, 414 implementos agrícolas, 01 motoniveladora, 06 escavadeiras hidráulicas e 03 microtratores.

Perfuração de Poços Tubulares Profundos - Os poços perfurados no triênio foram executados em parceria com prefeituras e associações, tendo um custo médio de R\$ 4 mil para o Estado, o que representou um investimento de mais de R\$ 1,6 milhão.

Número de Poços Perfurados de 1999 a 2001

Região	Número de poços perfurados			
	1999	2000	2001	Total
Alto Jacuí	6	1	12	19
Campanha	4	0	11	15
Central	6	24	28	58
Centro-Sul	0	3	0	3
Fronteira Noroeste	42	16	8	66
Fronteira Oeste	0	11	38	49
Hortênsias	0	0	2	2
Litoral	7	1	0	8
Médio Alto Uruguai	9	10	0	19
Metropolitano	1	5	1	7
Missões	34	3	0	37
Nordeste	1	0	0	1
Noroeste Colonial	17	14	13	44
Produção	5	0	6	11
Serra	0	12	0	12
Sul	0	12	0	12
Vale do Caí	0	0	9	9
Vale do Rio dos Sinos	1	0	0	1
Vale do Rio Pardo	5	5	0	10
Vale do Taquari	17	13	1	31
Total	155	130	129	414

Fonte: SAA

Ações Implementadas para o Programa Reforma Agrária - 1999 a 2001

Região	Número de poços Perfurados				Construção de Vias de acesso - km		
	199	200	2001	Total	2000	2001	Total
Alto Jacuí	2	-	-	2	-	-	-
Campanha	9	9	-	18	-	12	12
Central	4	2	-	6	-	-	-
Centro-Sul	5	2	-	7	-	-	-
Fronteira Oeste	10	7	-	17	72,6	25	97,6
Metropolitano	1	-	-	1	-	-	-
Missões	-	-	-	-	-	22	22
Noroeste Colonial	1	4	-	5	-	-	-
Produção	-	2	-	2	-	-	-
Serra	1	1	-	2	79,8	48	127,8
Sul	10	20	-	30	-	-	-
Total	43	47	-	90	152,4	107	259,4

Fonte: SAA

Além disso, foram executadas obras de irrigação nos municípios de Guaíba, Tapes, Viamão e Capela de Santana, totalizando 1.600h/máquina de operação (2000/2001).

Ações Realizadas para Eletrificação Rural – PROLUZ II - O Programa PROLUZ II, encerrado por força contratual com o BNDES, tinha como objetivo financiar investimentos em Eletrificação Rural. Os recursos eram captados pelo BANRISUL, junto ao BNDES, e equalizados pelo FEAPER. Foram financiadas em 1999 e 2000 2.092 ligações, no valor de R\$ 3,3 milhões. Em 2001, o Programa foi substituído pelo Programa Luz no Campo, coordenado pela Secretaria de Energia, Minas e Comunicações.

Recursos Aplicados por Região do OP através do PRÓ-LUZ II, de 1999 a 07/ 2000

Em R\$ 1,00

Região OP	Valor	Ligações
Alto Jacuí	22.000	11
Campanha	332.052	183
Central	210.138	122
Centro Sul	581.688	362
Fronteira Noroeste	31.974	22
Fronteira Oeste	107.764	58
Hortênsias	13.630	7
Médio Alto Uruguai	103.810	76
Missões	113.424	67
Nordeste	106.755	54
Noroeste Colonial	24.960	18
Norte	54.032	31
Produção	124.926	73
Serra	264.592	232
Sul	815.674	492
Vale do Rio Pardo	169.485	109
Vale do Taquari	247.116	175
Total Global	3.324.019	2.092

Fonte: SAA

Assistência Técnica e Extensão Rural – A atividade, executada pela Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS, foi reestruturada e qualificada, com ações voltadas para o desenvolvimento rural sustentável, a cidadania, preservação e educação ambiental, ações de infra-estrutura, educação, segurança alimentar, cultura e lazer. Foram abertos 01 escritório regional e 12 escritórios municipais, totalizando, respectivamente, 10 escritórios regionais e 463 municipais.

Entre os projetos e planos desenvolvidos nesta área destacam-se:

- PRONAF crédito, através do qual foram elaborados 53.500 projetos em 2000, beneficiando 85.000 famílias havendo previsão de atingir 86.000 projetos em 2001, beneficiando 110.000 famílias, frente aos 34.000 elaborados em 1998, que beneficiaram 41.000 famílias. Nessa modalidade foram repassados pelo BANRISUL, no período 1999/2001, recursos da ordem de R\$ 55,7 milhões;
- no Pró-Guaíba desenvolveram-se ações de assistência técnica em 131 municípios em 2000 e 150 para 2001. No que diz respeito a microbacias, essas foram respectivamente, 186 e 198, para o período considerado;
- foram atendidos mais de 8.000ha de milho e sorgo na várzea no ano de 2000.
- no Programa de Agricultura Familiar, foram 58 projetos em 2000, beneficiando 573 famílias. Em 2001, já foram realizados 128 projetos e 350 estão em elaboração;
- na área da Reforma Agrária, foram 171 assentamentos assistidos no período de 1999 a setembro de 2001, de um total de 257 assentamentos no RS. O número de famílias assistidas chega a mais de 6.000;
- na atividade de formação de agricultores, ocorreram 632 eventos de janeiro de 1999 a setembro de 2001, com mais de 29.000 participantes.

AÇÕES EM PESQUISA

Ações de Pesquisa Agropecuária - Se desenvolvem através da Fundação de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO), pelo Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA) e também através do Componente de Projetos de Suporte do Programa RS Rural.

Em relação à FEPAGRO, no final de 2001, existiam 81 projetos de pesquisa em execução, distribuídos em 09 programas, com um orçamento de R\$ 3 milhões. A entidade coordena importantes projetos na área de desenvolvimento sustentável e ampliou a celebração de convênios com o INRA, França, e entidades representativas dos movimentos sociais gaúchos.

Em relação ao IRGA, destacam-se os esforços para melhorar a infraestrutura dos seus campos experimentais, equipar os laboratórios e formar um corpo funcional capacitado, para atender as demandas de pesquisa oriundas da lavoura orizícola gaúcha. Entre as ações realizadas, sobressaem-se: a ampliação do número de campos experimentais no interior do Estado; o lançamento da cultivar IRGA 421; o fortalecimento do IRGA, através da cooperação técnica e científica no âmbito internacional; a promoção de dias de campo, com mais de 1.500 participantes; e o diagnóstico dos principais problemas técnicos limitantes do desenvolvimento sustentável da orizicultura estadual.

O RS Rural financia um conjunto de pesquisas e estudos, voltados ao sistema produtivo da agricultura familiar e aos demais públicos-alvo do Programa. As pesquisas desenvolvidas respeitam 03 diretrizes: i) pesquisa “extra-muros”, garantindo em seu método a participação dos beneficiários na sua execução; ii) eixo temático priorizando a produção de tecnologias limpas, tais como as agroecológicas e iii) articulação das instituições de pesquisa de caráter público, cooperativo e de organizações não-governamentais. Existem 03 modalidades de pesquisa: os Estudos Especiais, que buscam o conhecimento a respeito da realidade do público alvo; a Pesquisa Contratada, que tem como principal objetivo gerar, validar e transferir tecnologias com vistas à sustentabilidade; e a Pesquisa por Demanda, que recebe as demandas, que partem dos beneficiários e das suas organizações e, depois de aprová-las, realiza os projetos de pesquisa. O Programa também fez um investimento importante na instituição de pesquisa agropecuária do Estado (FEPAGRO), a qual vem executando projetos de pesquisa e monitoramento de microbacias, com aplicações da ordem de R\$ 2 milhões.

O Programa de Apoio a Novos Produtos Agropecuários (PANPA), também compõe o RS Rural e desenvolve ações de diagnóstico, pesquisa, desenvolvimento e promoção de mercado. As ações do PANPA estão elencadas na diretriz de Soberania e Segurança Alimentar.

Foram mais de R\$ 11 milhões já aplicados em pesquisa, prevendo-se, até o final deste Governo, a aplicação de mais de R\$ 16 milhões.

Recursos Aplicados na Pesquisa - 1999 a 2001

Em R\$ 1,00

Instituição/ Programa	1999	2000	2001	Total
FEPAGRO*	1.621.208	2.277.729	1.421.093	5.320.030
RS RURAL	-	4.052.631	2.449.151	6.501.782
-Pesquisa por demanda	-	142.830	725.585	868.415
-Pesquisa Contratada	-	2.240.714	520.000	2.760.714
-Estudos Especiais	-	465.528	1.153.188	1.618.716
-Monitoramento de 4 microbacias	-	911.743	-	911.743
Total	1.621.208	6.038.543	3.819.866	11.479.618

Fonte: SAA

* Recursos aplicados em pesquisas e estudos, bem como na manutenção da Fundação. Inclui R\$ 892.600 do RS Rural, que não foram contabilizados no ano de 2001, para não haver dupla contagem. Não estão contabilizados R\$ 520 mil de pesquisa contratada pelo RS Rural da Campanha/Fronteira Oeste, pois ainda não houve repasse para a FEPAGRO. Projeto a ser assinado.

Os componentes dos Projetos de Suporte do Programa RS Rural, são as pesquisas por demanda, pesquisas contratadas e estudos especiais.

➤ Pesquisa por Demanda: Existem 18 projetos em execução, que beneficiarão mais de 46 entidades de agricultores familiares, em 14 regiões do Orçamento Participativo, comprometendo, até o final de 2001, R\$ 868,4 mil.

➤ Pesquisa Contratada : Existem 04 projetos de pesquisa em execução, envolvendo a participação de 58 instituições, comprometendo, até dezembro de 2001, R\$ 2,8 milhões.

➤ Estudos Especiais: Existem 08 projetos em execução, comprometendo, até dezembro de 2001, R\$ 1,6 milhão. Os investimentos já realizados pelo RS RURAL totalizam o montante de R\$ 5,2 milhões.

EIXO: AÇÕES DE AGROECOLOGIA NO CONJUNTO DO GOVERNO

As ações voltadas à agroecologia são desenvolvidas pela quase totalidade dos programas e ações da SAA e suas vinculadas, refletindo a prioridade do Governo do Estado na busca do desenvolvimento rural sustentável e na viabilização da agricultura de base familiar.

Quanto à questão dos Transgênicos, dentro da premissa governamental de promover um modelo agrícola socialmente justo, economicamente viável e apto a preservar os recursos naturais para as próximas gerações, o Governo do Estado não vê os transgênicos como um assunto meramente técnico, mas, antes, um assunto político, cuja real situação e interesses, que estão em jogo por trás da liberação do plantio e consumo desse tipo de produto, desrespeita a cultura histórica do agricultor familiar, que definitivamente não é, e nem pode ser, a de depender da semente comprada anualmente, perdendo sua autonomia e independência.

Sendo assim, o Governo posicionou-se contra os transgênicos e a favor de uma zona livre de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) em seu território e tem promovido a inspeção sistemática das fronteiras geográficas (nacional e internacional), no sentido de verificar o traslado de transgênicos na produção vegetal, bem como a presença de sementes transgênicas. Busca-se qualificar a produção como “livre de transgênicos”, beneficiando a comercialização dos produtos e a saúde e direitos dos consumidores.

Em 1999, o Governo do Rio Grande do Sul adquiriu *kits* que acusam a presença de organismos geneticamente modificados. Equipes treinadas procederam a várias análises de soja, resultando em 3,5% das amostras acusando OGMs. Medidas legais foram então tomadas.

Em agosto de 2001, foi aprovada uma agenda, consensuada entre os secretários das pastas envolvidas, que prevê ações junto ao setor produtivo, para a próxima safra (2001/2002), envolvendo: certificação de produtos; campanha de orientação e esclarecimento; controle sobre experimentos em ambiente aberto; orgânicidade na relação com sociedade civil; rotulagem e ação fiscal sobre alimentos comercializados; revisão do Decreto Estadual n. 39.314, de 03 de março de 1999, que regulamentou a Lei Estadual n. 9.453, de 10.12.91, que dispõe sobre pesquisas, testes, experiências ou atividades nas áreas da Biotecnologia e da Engenharia Genética, além de prever ações legais contra liberação de transgênicos.

O objetivo do Governo é propiciar o debate para a elaboração de um plano de desenvolvimento norteado pela sustentabilidade, garantindo um mínimo impacto ambiental e uma máxima integração do homem com o ambiente.

Em relação aos programas de fomento, que visam fortalecer a agricultura familiar, destacam-se as ações do RS Rural, que têm um forte caráter agroecológico, através das ações de manejo e conservação de recursos naturais (solo e água), bem como das ações de combate à pobreza e realização de pesquisa. Também merecem

destaque: as ações desenvolvidas pela CEASA, que buscam a soberania e segurança alimentar, sendo a qualidade dos alimentos um tema central; e as ações relacionadas à ecologia, do Programa Pró Guaíba, que já aplicou recursos de mais de R\$ 10 milhões, através do subprograma Sistemas de Manejo e Controle da Contaminação por Agrotóxico- SIMCCA. As principais práticas são o manejo e conservação do solo (construção de terraços), a cobertura verde, correção da acidez do solo, construção de estrumeiras, reflorestamento, ações específicas em agroecologia (insumos para caldas, adubo orgânico, equipamentos), e saneamento ambiental (proteção de fontes, execução de fossas, caixa de gordura e sumidouro). Há que se considerar ainda, a realização de 148 cursos e eventos de formação, para 16.330 participantes.

A Secretaria também tem dado atenção para os recursos hídricos, base da atividade agrícola. A partir da reestruturação do Conselho de Recursos Hídricos, do qual a SAA faz parte, diagnosticou-se a situação das representações da Secretaria junto aos Comitês de Bacias Hidrográficas já instaladas e também das comissões provisórias, e estamos, através das Coordenadorias Regionais da SAA, redefinindo as representações, que atuarão na defesa das políticas de uso das águas estabelecidas pelo Governo no âmbito regional.

Programa Rio Grande Ecológico – O objetivo geral é incorporar aos sistemas produtivos no Estado, padrões tecnológicos sustentáveis, de base ecológica, apoiando iniciativas já existentes no âmbito da agricultura familiar e qualificando o sistema de abastecimento. Para tanto, foram investidos mais de R\$ 4.2 milhões, incluindo os valores aplicados através do Programa de Manejo Ecológico do Solo.

O Programa está estruturado em quatro subprogramas: formação, apoio à produção, agroindustrialização e comercialização, dando suporte às ações que tenham base agroecológica. O apoio à comercialização vem sendo realizado através da CEASA/RS com recursos do Programa RS Rural/PANPA.

Recursos Físicos e Financeiros do Programa Rio Grande Ecológico, 1999 a 2001

Em R\$ 1,00

RegiãoOP	Custeio Agrícola - CAFAB Agroecologia		Financiamento em Agroecologia		Manejo Ecológico de Solo		TOTAL	
	R\$	operações	R\$	operações	R\$	operações	R\$	operações
Alto Jacuí	-	-	5.583	1	35.753	25	41.336	26
Central	-	-	-	-	194.958	174	194.958	174
Centro Sul	-	-	3.487	1	-	-	3.487	1
Fronteira Noroeste	1.700	1	9.510	3	-	-	11.210	4
Fronteira Oeste	-	-	38.267	3	-	-	38.267	3
Litoral	-	-	8.767	2	-	-	8.767	2
Médio Alto Uruguai	-	-	29.893	8	151.265	130	181.157	138
Metropolitano Delta do Jacuí	-	-	-	-	61.652	47	61.652	47
Missões	-	-	-	-	160.657	135	160.657	135
Nordeste	2.419	1	74.184	11	382.380	347	458.984	359
Noroeste Colonial	-	-	-	-	544.371	490	544.371	490
Norte	-	-	185.605	21	857.151	697	1.042.756	718
Produção	17.306	7	76.871	9	707.611	559	801.787	575
Serra	18.175	8	100.983	9	7.182	7	126.340	24
Sul	1.526	5	-	-	300.817	286	302.343	291
Vale do Caí	6.770	2	26.098	8	10.787	8	43.655	18
Vale do Rio dos Sinos	-	-	-	-	35.647	40	35.647	40
Vale do Rio Pardo	5.455	7	100.668	16	845	1	106.968	24
Vale do Taquari	-	-	60.296	7	27.473	38	87.769	45
Total Global	53.351	31	720.211	99	3.478.549	2.984	4.252.110	3.114

Fonte: SAA

O Rio Grande do Sul é referência mundial na busca de um desenvolvimento rural sustentável. A atividade agroecológica envolve 3.770 famílias, ocupando 13.000ha, em 162 municípios. Em 1999, eram pouco mais de 2.500ha destinados a essa atividade.

EIXO: SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR

Está presente em todos os programas e ações da SAA, mas concentra-se sobremaneira nas ações das Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul – CEASA/RS, do Programa de Apoio a Novos Produtos Agropecuários - PANPA/RS Rural e da Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA). A seguir apresentam-se os relatórios e balanços dessas duas empresas vinculadas à SAA.

O Plano Estadual de Segurança Alimentar (PESS) - O Plano, uma prioridade de governo e um requisito essencial para a regulação do mercado de alimentos, articula o apoio às economias de base familiar, através de incentivos à comercialização, às questões urbanas, como democratizar o acesso a alimentos para o conjunto da população. O Governo do Estado, embora não dispondo da autonomia desejável para a reformulação de políticas econômicas e de abastecimento como um todo, assume que a Segurança Alimentar é assunto de interesse público e, dessa forma, direciona todos os instrumentos governamentais e seu poder político, a fim de erradicar a fome, bem como estabelecer a regulação do mercado de alimentos.

Sob a coordenação da CEASA/RS, dentro de seus limites e atribuições, o Governo vem executando esse Plano, através de um conjunto de iniciativas que tem atendido, prioritariamente, a população rural e urbana de baixa renda, através de instrumentos que permitem implantar e qualificar equipamentos de abastecimento popular, maior controle sanitário, qualidade nutricional e biológica dos alimentos, favorecendo a redução dos níveis de intermediação especulativa no comércio de alimentos, bem como maior geração de renda aos agricultores.

O Plano Estadual de Segurança Alimentar tem como prioridades de ação o mercado atacadista de alimentos, o abastecimento alimentar, a assistência alimentar, a qualidade dos alimentos, a armazenagem, a educação alimentar e o apoio institucional às políticas públicas.

EIXO: PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS DO RS - AGREGAR RS

Este Programa atua através de instrumentos de crédito e apoio financeiro, defesa sanitária, inspeção e fiscalização de produtos, apoio na conquista de novos mercados, apoio a eventos voltados ao desenvolvimento da agropecuária gaúcha. Destina-se a agricultores em geral, cooperativas, empresas ligadas ao setor. Os principais instrumentos são:

- Apoio a eventos, feiras e exposições agropecuárias realizadas no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil ou no interior do Estado.
- Apoio a missões de negócios de interesse das cadeias produtivas do RS.
- Crédito de custeio e investimento dirigido às cadeias produtivas do RS, via BANRISUL e BRDE.
- Defesa sanitária animal e vegetal.

- Fiscalização e inspeção de produtos de origem animal e vegetal.
- Pesquisa agropecuária e desenvolvimento tecnológico voltado às cadeias produtivas do RS.
- Programa Milho na Várzea.

As ações desenvolvidas no AGREGAR RS são de articulação dos agentes das cadeias produtivas em torno de objetivos de desenvolvimento e fortalecimento institucional, através dos instrumentos de política pública existentes. Também têm destaque às ações de sanidade animal e fiscalização, que permeiam o conjunto da agricultura e são fundamentais para a competitividade internacional dos produtos gaúchos e para a segurança alimentar da população.

Desenvolvimento de Sistemas Agroindustriais - São desenvolvidas ações de coordenação das cadeias produtivas, envolvendo todas as ações e programas dos demais eixos da SAA, que possam ser direcionados às necessidades e potencialidades dos sistemas agroindustriais gaúchos, tais como:

- Projeto de certificação e rastreabilidade: Constituição de Grupo de Trabalho de Certificação e rastreabilidade, para a elaboração de proposta de Sistema Estadual de Certificação e discussão com o setor cooperativo sobre certificação de Não Transgênicos e Orgânicos.
- Projeto mercado a termo (Agrobolsa), desenvolvido em parceria com o IRGA, CESA, EMATER, BANRISUL e Bolsa de Mercadorias do Rio Grande do Sul, teve seu lançamento na EXPOINTER 2001, com um leilão de arroz. Estão sendo realizados estudos para utilização deste instrumento de comercialização para trigo, cebola e feijão.
- Pesquisa e desenvolvimento para a qualidade: Contratação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), para realizar estudo sobre margens de Comercialização na Cadeia Produtiva do Leite, e o desenvolvimento de um programa de inteligência competitiva para as cadeias de grãos, suínos e leite.

PRODUÇÃO ANIMAL

A atuação da Secretaria envolve o apoio aos sistemas agroindustriais dos produtos de origem animal, através da fiscalização da qualidade sanitária dos alimentos; do estímulo à melhoria do desempenho produtivo dos animais; e do auxílio na conscientização da população sobre saúde animal e os riscos para a saúde pública e para a economia do Estado.

Sanidade Animal e Combate à Febre Aftosa - Em decorrência dos novos focos de Febre Aftosa no continente sul-americano, a SAA procurou e conseguiu buscar alternativas na execução do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa. Essas alternativas permitiram o aproveitamento da proteína animal para o consumo humano, evitando o sacrifício de todos os animais no raio de 3km em torno das propriedades atingidas pela enfermidade.

A partir do dia 1º de dezembro de 2001, o Estado pôde novamente exportar carne bovina e suína para a União Européia (UE), atestando a situação sanitária do rebanho gaúcho e as ações do Estado para controlar a febre aftosa. O mercado russo também deve retomar as importações de carne suína em breve. A sorologia realizada

nos municípios, que possuem frigoríficos exportadores do produto, confirmou que o RS está livre de febre aftosa.

A vacinação é uma conquista concreta dos gaúchos, na luta contra a contaminação do rebanho pela febre. A questão da vacinação preventiva dos rebanhos gaúcho e catarinense vem sendo levantada pelo Estado, desde o surgimento de notícias da ocorrência de focos da doença na Argentina, em dezembro de 2000. Também a partir dessa data, o Estado instalou barreiras sanitárias nas fronteiras com os países vizinhos.

Por ocasião das etapas de vacinação contra Febre Aftosa, no ano de 2001, foram constituídos, na maioria dos municípios gaúchos, Conselhos Municipais de Vacinação. Foram realizadas várias ações de capacitação dos recursos humanos e adquiridos vários equipamentos, para controle dos focos de Febre Aftosa e montagem de postos fixos de fiscalização.

Cabe destacar a realização do Seminário Internacional de Vigilância em Sanidade Animal e Zoonoses, promovido pelo Governo do Estado, realizado nos dias 20, 21 e 22 de novembro de 2001, em Porto Alegre, contando com a participação de importantes autoridades sanitárias do Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile, Venezuela, Colômbia, Equador e Peru. O Seminário internacional discutiu sanidade animal. Um dos principais assuntos debatidos foi a continuidade da imunização dos rebanhos, frente à retomada da comercialização para a União Européia. No encerramento, foi apresentado documento contendo as propostas e encaminhamentos, que pautarão as próximas discussões sobre o tema.

Em 2001, foi lançado o Programa RS Rural Sanidade Animal, que objetiva beneficiar pequenos produtores rurais enquadrados no PRONAF C- Programa Estadual do Leite e no RS Rural.

Conforme os quadros abaixo, verifica-se que os gastos com prevenção e combate à febre aftosa já ultrapassam os R\$ 23 milhões entre 1999 e 2001.

Consolidado do Combate e Prevenção à Febre Aftosa – 1999 a 2001

Em RS 1,00

Despesa	Ano			Total
	1999	2000	2001	
Diárias	202.272	1.531.095	4.016.134	5.749.501
Custeio e Investimentos	1.901.820	1.573.205	2.960.201	6.435.225
Indenizações	-	4.293.232	2.218.703	6.511.935
Contratações Emergenciais	-	-	4.424.661	4.424.661
Total	2.104.092	7.397.532	13.619.698	23.121.322

Fonte: SAA

Central Rio-Grandense de Inseminação Artificial (CRIA) - Dentro dos programas e ações desenvolvidos, destaca-se o início da realização de testes de progênie e a renovação do plantel de touros existente na Central. Está sendo elaborado um programa, que visa reativar as atividades na área zootécnica, abandonada há vários anos.

Ações Desenvolvidas na Área de Produção Animal - 1999 a 2001

Ações	Unidade	Executado			Total
		1999	2000	2001	
Controle e erradicação de doenças animais	doenças	12	12	*15	15
Vacinação sistemática de bovinos e bubalinos	animais	10.607.901	12.301.118	13.375.190	36.284.209
Testes diagnósticos de doenças animais	animais	179.603	150.785	77.819	408.207
Fiscalização do trânsito de animais e produtos de origem animal	barreiras	1.200	1.050	12.655	14.905
Educação sanitária	famílias	112.397	150.574	379.890	642.861
Análise de projetos de estabelecimentos de produtos de origem animal	projetos	345	511	388	1.244
Inspeção e vistorias a estabelec. registrados	vistorias	372	385	674	1.431
Supervisão de estabelec. registrados	supervisões	1.722	1.952	1.954	5.628
Inspeção do abate de animais	bovinos	568.942	584.103	455.152	1.608.197
	ovinos	127.855	101.929	73.849	303.633
	suínos	197.968	210.788	198.841	607.597
	aves	12.762.467	12.190.695	12.827.169	37.780.331
Inspeção em indústria de laticínios	litros de leite	54.776.885	52.869.327	54.565.570	162.211.782
Informação, epidemiologia e estatística	informativos	202	108	234	544
Transferência de tecnologia zootécnica	agricultores	80	85	4.866	5.031
Melhoria genética – sêmem bovino produzido	doses	11.768	38.322	51.044	101.134
Controle e erradicação da tuberculose e brucelose	doenças	-	-	2	2

Fonte: SAA

OBS1: as 12 já trabalhadas mais o tétano, a BSE e o Carbúnculo Hemático.

OBS 2: observar o somatório das vacinações anti-aftosa;

OBS 3: O ano de 2001 já está com a previsão para novembro e dezembro

PRODUÇÃO VEGETAL

Foi desenvolvido todo um trabalho de suporte ao desenvolvimento dos principais sistemas agroindustriais da produção vegetal no RS, de forma a promover o aumento sustentável da produtividade agrícola.

Nesse setor são desenvolvidas funções como realização de atividades de apoio, inspeção, fiscalização, certificação e fomento aos sistemas agroindustriais da produção vegetal, envolvendo principalmente a produção de sementes e mudas, o controle de agrotóxicos, os produtos enológicos, a fitossanidade em geral e o fomento florestal.

Programa de Fortalecimento da Vitivinicultura - Através do Programa, pretende-se melhorar a qualidade da uva e do vinho, efetuar a reconversão de parreiras doentes ou inadequados às necessidades do mercado, reduzir a ocorrência de fraudes na vinificação e coordenar os setores que compõem a vitivinicultura. Já foram investidos mais de R\$ 32,4 milhões no Programa.

O laboratório de referência em análises de química analítica, situado em Caxias do Sul, iniciou suas operações ainda em 2001, contribuindo para a genuinidade dos vinhos gaúchos. Além disso, com a atualização dos cadastros vitícolas e vinícolas, será possível desenvolver tanto ações de fiscalização (através do cruzamento de informações), quanto ações de planejamento setorial.

Para o planejamento agrícola, também são da maior importância os resultados do Estudo do Mercado Brasileiro do Vinho e do Zoneamentos Vitícola do RS, desenvolvidos em parceria com a UFRGS e a EMBRAPA.

Através do fomento vitivinícola, são dadas condições de qualificação dos agentes, sobretudo dos agricultores familiares. Destacam-se os recursos do PRONAF, repassados através do BANRISUL, para reconversão e expansão de parreirais, bem como o ineditismo do seguro da uva, subsidiado com recursos do FUNDOVITIS.

Por fim, é importante ressaltar que foram viabilizadas as condições para que o Instituto Brasileiro do Vinho (IBRAVIN) se constituísse, de fato, num importante fórum de discussão entre agricultores, cooperativas e governo.

GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA

A Secretaria da Agricultura e Abastecimento é o órgão oficial estadual de informações geográficas e cartográficas, prestando ainda os serviços de informações meteorológicas; subsídios aos órgãos governamentais, com informações sistemáticas de geografia física, humana, econômica e política. Além de executar e manter atualizada a Carta Geral do Estado; planeja o mapeamento cartográfico e temático do RS; dirime dúvidas de limites intermunicipais e auxilia no levantamento do território e na implantação de rede geodésica do RS.

A Carta Geral do Estado foi atualizada, de modo a incorporar assentamentos agrários, estações e Centros de Pesquisa da FEPAGRO e da EMBRAPA, silos e armazéns da CESA, postos de polícia rodoviária federal e estadual, praças de pedágio, postos de fiscalização da receita estadual e federal, alfândegas. Este mapa será disseminado em mídia digital – CD-ROM e impresso.

Rede de Pontos GPS do RS - Para agilidade dos trabalhos que necessitam elementos de medições topográficas, cadastrais, e grandes projetos de engenharia, está em elaboração a Rede de Pontos GPS, visando à implantação de 45 pontos (marcos) de alta precisão no Estado do RS, situados em 45 municípios gaúchos. Desses, já foram implantados 23 marcos, até 2001. O trabalho faz parte do sistema geodésico brasileiro e é referência internacional, constituindo-se articulação institucional, capitaneada pela SAA (DGC), com IBGE/RJ-SC; INCRA/RS-DF, EXÉRCITO, UFSM, UFRGS; Programa Pró-Guaíba e Prefeituras Municipais, através da FAMURS e da AGM.

Cadastro Técnico Rural - Foi consolidado através de Termo de Cooperação Técnica entre SAA, UFSM, FAMURS e AGM. Visa à implantação de cadastros rurais nos municípios gaúchos, através da capacitação de técnicos das secretarias municipais de agricultura, possibilitando um banco de dados completo e georreferenciado das propriedades rurais e suas características ambientais, econômicas e sociais. Até 2001, foram capacitadas 25 prefeituras, perfazendo um total de 31 técnicos.

Atendimento a Prefeituras Municipais e Comunidades Emancipacionistas – Atendendo pressuposto legal, a Secretaria realizou a análise de 10 processos de comunidades, que buscam emancipação político-administrativa. Foram trabalhados 25 casos de dúvidas de divisas territoriais no RS, formalizados

através de respostas técnicas oficiais. No momento, há dependência jurídica quanto às alterações territoriais, para viabilizar administrativamente modificações em mapas municipais e, conseqüentemente, no mapa estadual.

Fórum Permanente de Monitoramento de Tempo e Clima para a Agricultura no RS – Desde agosto de 1999, entidades, instituições e órgãos ligados à agricultura realizam acompanhamento das culturas e, em função de prognósticos climáticos, recomendam técnicas para minimizar prejuízos ou mesmo otimizar a produção agrícola. Em abril de 2001, foi realizado o Fórum de Perspectivas Climáticas para o Sudeste da América do Sul, em Passo Fundo, no qual compareceram os serviços meteorológicos e de pesquisa climáticas do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, além de pesquisadores norte-americanos da Organização Meteorológica Mundial (OMM/ONU), e de diversos estados brasileiros, bem como os principais centros de pesquisa ligados à agricultura e à agrometeorologia do Brasil.

Sistema de Informações Geográficas da SAA (SIGSAA) - Viabilizado através do Programa RS Rural, é ferramenta indispensável ao monitoramento e gerência das ações do Programa. Até 2001, houve a capacitação inicial de recursos humanos e materiais, a contratação de consultoria, através da FAURGS, para diagnosticar a situação das informações geradas pela SAA, passíveis de serem trabalhadas em sistemas de informações geográficas, visando à construção de um sistema único de informações da SAA e, projeto-piloto de informações geográficas, com a temática do Programa RS Rural.

Ao longo de 2000 e 2001, trabalhou-se na apresentação de demanda de financiamento de uma nova base cartográfica para todo o Rio Grande do Sul (defasada em mais de 30 anos), observando-se áreas prioritárias de projetos de governo, destacadamente o RS Rural. No momento deverão ser retomadas tratativas com o BIRD, para execução desse projeto, em parceria com a Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, que já possui cobertura aérea de 2/3 do território.

2.1.1- Instituto Rio-Grandense do Arroz – IRGA

As ações do Instituto ocorrem no âmbito do IV eixo da atuação da SAA, que é do Programa para o Desenvolvimento dos Sistemas Agroindustriais do RS, a seguir detalhadas.

Programas de Apoio e Sustentabilidade da Lavoura Arrozeira - O IRGA tem exercido o papel de coordenação das ações de Governo no desenvolvimento e fomento dos sistemas agroindustriais, voltados à cadeia produtiva do arroz e, também, às cadeias produtivas do milho, aves e suínos, no caso do Programa Milho na Várzea.

- Fiança Solidária: Através do Programa Crédito Rural, viabiliza o acesso ao crédito de custeio coletivo, para pequenos agricultores da lavoura de arroz na Metade Sul do Estado, organizados em cooperativas ou associações.
- Terra e Arroz: crédito fundiário para meeiros e filhos de pequenos agricultores das lavouras de arroz da Metade Sul do Estado, organizados em cooperativas ou associações.
- Semente de Qualidade: programa SAA-IRGA de fornecimento de sementes certificadas para a orizicultura familiar de todo o Estado, organizados de forma coletiva, conforme priorizado pelo processo do Orçamento Participativo.

- Agrobolsa RS Arroz, para apoiar a comercialização de cereais. Seu principal objetivo é auxiliar o produtor na hora da venda do produto, para que ele receba o melhor preço.
- Empréstimo Comercialização BANRISUL - ECB, através do Programa Crédito Rural, para estocagem e comercialização de arroz para pequenos e médios plantadores de arroz.
- Irrigação Arroz CEEE: através de resolução da diretoria da CEEE, para arroseiros que utilizam energia elétrica distribuída pela CEEE nos levantes de suas lavouras, durante o período de irrigação de novembro a abril. Poderão ser beneficiados com o pagamento de suas contas após colheita, de forma integral ou parcelados.
- Agroecologia em áreas de várzea, através da utilização de tecnologias limpas, objetivando o uso racional e manejo adequado do solo, de recursos hídricos e cobertura vegetal, a fim de proporcionar a sustentabilidade da produção agrícola.
- Programa Milho na Várzea, para incentivo a produção de milho, em área de arroz irrigado, localizadas na Metade Sul do Estado, em sistema de rotação de cultura Arroz – Milho. Tem como objetivos diversificar o sistema produtivo em áreas de várzeas; apoiar o desenvolvimento do setor orizícola; gerar mais tecnologia na lavoura arroseira, através do incentivo à pesquisa; promover a sustentabilidade da agricultura familiar; e incentivar o cultivo ecológico do arroz.

No que diz respeito à assessoria técnica, foram realizados 14 dias de campo, com a participação de aproximadamente 7.000 produtores, tendo sido dispendidos recursos da ordem de R\$ 2,9 milhões em pesquisa.

Estação Experimental do Arroz (EEA) – O IRGA vem envidando esforços para melhorar a infra-estrutura dos seus campos experimentais, equipar os laboratórios e formar um corpo funcional capacitado, para atender as demandas de pesquisa oriundas da lavoura orizícola gaúcha. No ano de 2001, das ações projetadas foram implementadas, havendo a ampliação do número de campos experimentais no interior do Estado. Destacam-se o lançamento da cultivar IRGA 421 e o diagnóstico dos principais problemas técnicos limitantes do desenvolvimento sustentável da orizicultura estadual.

Metas físicas das ações desenvolvidas pelo IRGA - Setor de Pesquisa 1995 a 2000

Atividade	Unidade	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Experimentos desenvolvido	Experimento	77	117	134	132	150	141
Amostras de solos p/análise	Amostra	2.667	3.900	4.600	3.200	4.000	4.780
Amostras de semente p/análise	Amostra	1.039	1.957	2.073	1.765	1.805	1.327
Análises realizadas: Lab. de Qualidade	Amostra		7.534	4.413	6.965	11.411	11.043
Cruzamentos realizados	Amostra	96	60	170	76	265	181
Produção de sementes PRÉ-BÁSICA	Saco	122	139	399	1.180	1.830	1.354
Produção de sementes BÁSICA	Saco	2.378	3.921	30.800	32.488	34.940	31.191
Contrato de franquia – Produção Semente Certificada	Saco					1	1
Lançamento de	Unidade	1				3	1
Participantes DIA DE CAMPO/EEA	Unidade	200	250	550	600	800	900
Contratos de Cooperação Técnica	Unidade		9	10	14	11	8
Identificação de problemas em lavoura de	Unidade						60
Diagnósticos de doenças p/produtores	Unidade						49

Fonte: SAA

Produção de Sementes - Cultivares/Linhagens no ano de 2000

sacos 50kg

Materiais	Pré-Básica	Básica
BR IRGA 409	247	6.349
BR IRGA 410	298	3.100
IRGA 416	140	2.500
IRGA 417	116	8.141
IRGA 418	296	3.937
IRGA 419	117	3.300
IRGA 420	--	3.864
IRGA 421	228	--
Total	1.442	31.191

Fonte: IRGA

Multiplicação de Sementes Protegidas pelo IRGA - SAFRA 2000/2001 -

Foram efetuados 67 contratos com produtores para licenciar a multiplicação de sementes protegidas. que representará o ingresso estimado em R\$ 278,9 mil em *royalites*, conforme especificado no quadro abaixo:

Produção de Sementes Protegidas pelo IRGA e *Royalites* Gerados Safrá 2000/2001

toneladas

Cultivares	Metas Produção	Royalites (R\$ 10,00/t)
IRGA 418	10.134,5	101.345
IRGA 419	6.889,7	68.897
IRGA 420	10.539,2	105.392
IRGA 421	324,1	3.241
Total	27.887,5	278.875

Fonte: IRGA

Produção de Sementes Básicas SAFRA 2000/2001 -

A tabela abaixo demonstra as áreas implantadas nesta safra com as sementes Cultivares e Nates. Para a safra 2000/2001 prevemos multiplicar os seguinte materiais:

Cultivo de Sementes Básicas Safrá 2000/2001

Cultivar	Município	Área	Previsão (sacos)
BR-IRGA 409	Uruguaiana	40,00	3.000
BR-IRGA 410	Alegrete	30,00	1.500
IRGA 416	Nova Santa Rita	20,00	1.500
IRGA 417	Uruguaiana	45,00	4.000
	Mostardas	55,00	7.000
IRGA 418	Minas do Leão	25,00	2.000
	Alegrete	25,00	2.000
IRGA 419	Minas do Leão	25,00	2.000
	Alegrete	25,00	2.000
IRGA 420	Uruguaiana	30,00	4.000
IRGA 421	São Vicente do Sul	5,00	1.000
		5,00	500
Total		330,00	30.500

Fonte: IRGA

Novos Projetos e Ações de Pesquisa – Salienta-se, nesta área, 03 ações importantes que foram implementadas, que são a determinação dos níveis de resíduos

dos principais herbicidas usados no solo, água e grãos de arroz, bem como dos níveis e quantificação de fertilizantes e materiais sólidos existentes na água de irrigação e drenagem. Outra ação iniciada foi a seleção de plantas para o sistema de cultivo de arroz pré-germinado. O terceiro projeto, implementado na sua plenitude, é a avaliação e caracterização de materiais genéticos quanto à tolerância ao frio, na fase de emergência e de reprodução, em condições de laboratório.

2.1.2- Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul – CEASA

Empresa vinculada a SAA que coordena as ações do Eixo Soberania e Segurança Alimentar, desenvolve diretamente os programas abaixo listados:

Programa de Educação Alimentar – Programa estadual, lançado em outubro de 2001, visa levar, à população em geral, conhecimentos e informações sobre Alimentação e Saúde, resgatando aspectos culturais e formando hábitos alimentares saudáveis, além de difundir a produção gaúcha de alimentos.

O Programa prevê atingir toda a comunidade gaúcha, levando informações sobre o processo de distribuição de alimentos, buscando aumentar o consumo de produtos hortigranjeiros pela população, promovendo assim, a consolidação de hábitos alimentares mais adequados e saudáveis. Desde 2001, vem sendo desenvolvidas ações em Porto Alegre e Região Metropolitana, Caxias do Sul, Santa Maria, Pelotas, Bagé, Erechim, São Lourenço do Sul, Passo Fundo e outras cidades do interior do Estado. O Programa beneficiou 13.800 pessoas diretamente e, indiretamente, 41.400 pessoas e deve beneficiar mais 790 merendeiras em Santana do Livramento, Pelotas, Rio Grande, Santo Ângelo e São Leopoldo.

Monitoramento da Qualidade de Hortigranjeiros - Realiza análises microbiológicas, parasitológicas e de resíduo de agrotóxicos em amostras dos produtos que circulam no Estado, comercializados na CEASA. Os órgãos responsáveis pelo programa são a SAA, através da CEASA e da EMATER, a Secretaria Estadual da Saúde, através da Divisão da Vigilância Sanitária e LACEN/FEPPS/RS, e a Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre, através da Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde.

O valor do recurso previsto pelo convênio é de R\$ 417,8 mil, para compra de equipamentos de laboratório para o monitoramento da qualidade dos hortigranjeiros, tendo sido executado R\$ 31,8 mil. Foram efetuadas 71 análises, sendo 44 Microbiológicas e 27 de Organofosforados, com 71 beneficiários diretos e um número incalculável de beneficiários indiretos

Banco de Alimentos - Criado em julho de 1999, através de convênio realizado entre a CEASA, Comitê Gaúcho e Comitê Porto Alegre contra a Fome, a Miséria e pela Vida, tem como objetivo combater o desperdício de alimentos e minimizar os efeitos da fome. Os alimentos não comercializados pelos produtores e atacadistas no complexo CEASA/RS são doados para entidades cadastradas da Região Metropolitana, que realizam trabalhos sociais juntos a suas comunidades, tais como: sopões, distribuição direta para famílias das associações e atendimento de creches. Em 2001, foram distribuídas 1.100t de alimentos para 6.400 famílias, de 60 entidades.

Fóruns Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável -

São propostas tiradas na II Conferência Estadual de Segurança Alimentar, realizada em novembro de 1999, organizada em conjunto com a sociedade civil e que instalou, no Estado, o Fórum Estadual de SANS. Foram 12 conferências regionais com a participação de 1.200 pessoas, em 180 municípios, que escolheram 325 delegados para a Conferência. A proposta de regionalização das discussões de Segurança Alimentar aconteceu a partir de 2000, ano em que foram organizados 02 Fóruns Regionais, Metropolitano e Serra/Hortências.

No ano de 2001, foram organizados, até o mês de novembro, mais 07 Fóruns Regionais, em Seminários de Segurança Alimentar, em 09 regiões, com a participação de 151 municípios, com 1.620 pessoas.

CEASA na Escola - Trata-se de uma parceria entre a CEASA/RS e a Secretaria de Educação, com o objetivo de integrar ações de Segurança Alimentar, a fim de viabilizar o fornecimento de hortigranjeiros para alimentação escolar, nas Escolas Estaduais de Porto Alegre.

Distribuição de Alimentos na Rede Pública Escolar – 2000/2001

Ações	2000	2001
Distribuição mensal de hortigranjeiros (kg)	65.000	40.500
Número de Alunos da rede pública estadual de Porto Alegre	57.000	34.000

Fonte: CEASA

* Previsão centralizando a compra de 238 escolas estaduais de Porto Alegre através do Ceasa na Escola

Ações de Gestão através dos Escritórios Regionais - Os Escritórios Regionais, localizados na Região Norte, Fronteira Noroeste, Missões, Central e Sul, foram criados com o objetivo de ampliar a interlocução com as regiões e promover uma política descentralizada de abastecimento e, ao mesmo tempo, a interiorização das ações de governo. Tem destaque a articulação com os Programas de Agricultores Familiares e o Rio Grande Ecológico, sobretudo através do PANPA.

Programa de Apoio a Novos Produtos Agropecuários (PANPA) - É o principal instrumento de apoio e incentivo às ações de comercialização, articuladas em torno da Soberania Alimentar, bem como com os programas e ações da SAA, em especial o Programa de Agricultura Familiar e o Rio Grande Ecológico. É parte do Componente de Suporte do RS Rural.

Programa de Apoio a Novos Produtos Agropecuários - PANPA

Em R\$ 1,00

Ações	Sub-ações	2000		2001		Total	
		R\$	famílias	R\$	família s	R\$	famílias
Apoio a equipamentos locais de abastecimento	Banca de feiras	116.727	813	518.667	1.204	635.394	2.017
	Bancas de pescado	-	-	-	-	-	-
	Unid. volantes de abastec.	-	-	43.780	111	43.780	111
	Total parcial	116.727	813	562.447	1.315	679.174	2.128
Espaço de comercialização na CEASA/RS	Bancas para agric. Familiar	49.294	387	17.271	63	66.565	45
	Bancas do pescado	6.743	34	5.049	34	11.791	68
	Total parcial	56.037	421	22.320	97	78.356	518

Análise e planejamento de mercado	291.817	Ni	50.378	Ni	342.195	Ni
Infra-estrutura para produtores de cebola	34.110	105	6.325	15	40.435	120
Na propriedade						
Coletivas	-	-	-	-	-	-
Total parcial	34.110	105	6325	15	40.435	120
Outras Ações	23.251	-	233.653	-	265.904	-
Total das ações desenvolvidas pelo PANPA	521.361	1.339	875.122	1.427	1.396.483	2.766

Fonte: SAA

Apoio a Equipamentos Locais de Abastecimento - bancas de pescador, kits de bancas de feira e unidades volantes - Esta ação faz parte das Obras e Serviços do Orçamento Participativo e visa o financiamento de *kits* de bancas de feiras e quiosques, bem como outras estruturas de comercialização, buscando viabilizar o acesso ao mercado e à promoção de produtos.

O público-alvo é composto por pequenos agricultores familiares e pescadores profissionais artesanais do RS Rural, que se enquadram nas regras do PRONAF/FEAPER e que estejam, preferencialmente, organizados em cooperativas, associações ou grupos informais. A implantação de bancas de pescador nas feiras livres ocorre preferencialmente nos municípios de Tramandaí, Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre, São José do Norte, junto às principais colônias e sindicatos de pescadores do Estado. Já foram beneficiadas 2.017 famílias, com uma alicação R\$ 635 mil.

Além disso, essa ação também financia a reforma de equipamentos para unidades volantes de abastecimento popular, permitindo aos beneficiários, através do recurso empregado, adequarem-se às condições sanitárias e logísticas de distribuição, licenciando-se junto aos órgãos públicos. Possibilitará, também, relações de compra direta da agricultura familiar, através do Programa da Família e dos grupos, cooperativas e associações que atuam na CEASA/RS. Desta forma, possibilita uma concorrência mais perfeita no mercado, a partir do aumento do número de agentes, qualificando os pequenos empreendedores. Já foram beneficiadas 111 famílias, com a aplicação de R\$ 43 mil.

Espaço de Comercialização na CEASA - Balcão do Pescado e Outros – Visa ampliar tanto os espaços de comercialização dos pescadores, tendo em vista à importância do mercado da CEASA/RS no abastecimento alimentar, como à participação do pescador na alimentação da população gaúcha.

O público-alvo é composto por Pescadores profissionais artesanais, com destaque para a Cooperativa dos Pescadores da Colônia Z-5, de Porto Alegre, com 34 famílias, pescadores profissionais artesanais das colônias e sindicatos próximos a Porto Alegre, além de associações, grupos de agricultores e cooperativas, para a comercialização de produtos da agricultura familiar e reforma agrária.

Foram beneficiadas diretamente 387 famílias, com destaque para a Cooperativa de Agricultura Diversificada Xingu – COADIL, com 63 famílias. Ao todo, foram 450 famílias beneficiadas.

Análise e Planejamento de Mercado - Contratação de Consultorias e Assessorias na área Tecnológica, Mercado e Marketing, para agricultores familiares do Estado do Rio Grande do Sul. Busca diversificar as atividades do público alvo através

da agregação de valor aos produtos agropecuários e da disponibilização de informações técnicas e de mercado, para a tomada de decisões adequadas, voltadas a novos negócios. Já foram contratados mais de R\$ 342 mil, e estão sendo contratados mais R\$ 524 mil, referentes à Pesquisa de Consumo Alimentar (UNICAMP), à Pesquisa de Preços da Cesta Básica (DIEESE) e ao Desenvolvimento de Sistema de Informações – CEASA.

Promoção Comercial, Divulgação em Feiras e Eventos e Kits para Pontos de Venda – Gôndolas do Sabor Gaúcho - Essas ações visam viabilizar o acesso ao mercado, através do financiamento subsidiado, de materiais de comunicação, divulgação e promoção comercial. Ao todo foram mais de R\$ 256 mil para 642 famílias.

Dentre as feiras financiadas, destaca-se a Mostra da Agricultura Familiar, realizada durante a EXPOINTER 2001. A mostra viabilizou a presença de 113 grupos de agricultores familiares, que comercializaram, nos 09 dias de feira, 1.700kg de queijo, 2.950kg de salame e 02t de erva-mate.

Por fim, os *kits* para pontos de venda - Gôndola do Sabor Gaúcho -, através da elaboração e confecção de produtos para promoção e vendas dos produtos da marca no Estado, utilizado junto ao setor varejista e em feiras e eventos.

Infra-Estrutura para Comercialização da Cebola no RS - Nas principais regiões produtoras de cebola no Estado do RS, que compreende os municípios de Rio Grande, São José do Norte, Tavares e Mostardas, a descapitalização do setor produtivo dificulta a adoção de tecnologia e infra-estrutura necessárias para a melhoria da produção e comercialização do produto. Nessas regiões, concentra-se aproximadamente 70% da produção de cebola do Estado, sendo que essa cultura encontra-se entre os 10 principais hortigranjeiros comercializados no RS. Neste sentido, o uso de recursos do PANPA se destina ao financiamento para: a construção e recuperação de unidades individuais (galpões) de cura e armazenamento da cebola; e a construção de unidades coletivas de classificação e armazenamento da cebola.

Essas ações propiciaram a oferta de um produto padronizado, de melhor qualidade e de maior durabilidade, proporcionando um melhor preço na hora da comercialização.

Central de Embalagens e Embalagens de Qualidade para Folhosas - A Secretaria vem trabalhando no sentido de viabilizar a Central de Embalagens e Insumos, com o objetivo de efetuar, inicialmente, a aquisição de embalagens para estoque e posterior comercialização, no varejo e a preços de custo, para 400 pequenas e médias agroindústrias do Estado. O espaço já foi definido e disponibilizado pela CEASA-RS, tendo em torno de 100m² de área útil.

2.1.3- Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA

A Companhia exerce suas ações no Eixo Soberania e Segurança Alimentar. As ações construídas no período concentram-se no foco do resgate da credibilidade das atividades da Empresa, junto ao mercado da armazenagem no RS, orientado às comunidades locais e regionais: produtor, cooperativo, (soja, trigo, arroz, milho, sorgo

etc.) e frigoríficos (aves, suínos, frutas, sucos etc), concomitante à necessidade de enfrentamento compulsório do endividamento herdado dos últimos 15 anos.

A variação das quantidades estocadas entre 1998 e 2000 foi de cerca de 60%, passando de 162.000t/mês para 259.000 em 2000, e 292.000 em 2001, voltando aos níveis de 1995.

Em 1998, a CESA apresentava 22 unidades deficitárias. Em 2000, permaneciam 08 deficitárias e, em 2001 permaneciam apenas 05 deficitárias, com um resultado operacional de R\$ 2,3 milhões. Não obstante essas dificuldades, foi possível investir em melhorias e manutenções, que configuram investimento na ordem de R\$ 1,4 milhão distribuídos na rede de unidades.

Atualmente, em função do maior uso da capacidade instalada e de controle das despesas operacionais, o resultado contábil demonstra reduções significativas no prejuízo, de aproximadamente R\$ 16,8 milhões, em 1998, para R\$ 8,4 milhões em 2000.

O atual Governo repassou em torno de R\$ 12 milhões, a título de aumento de participação no capital da Empresa, enquanto que no período de 1995 a 1998 tais repasses foram da ordem de R\$ 6,4 milhões.

2.2- SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SCT

A atuação da Secretaria se pauta pela promoção da Política de Ciência e Tecnologia como instrumento para o desenvolvimento econômico e social do Estado, tendo a inovação como elemento estruturante e priorizando ações que visem ao desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo, ecologicamente sustentável e regionalmente equilibrado, pressupostos básicos da atuação do setor público.

Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada – CEITEC - O Projeto está inserido em um contexto de esforços e de investimentos do Estado do Rio Grande do Sul, na constituição de uma infra-estrutura tecnológica capaz de mudar o quadro de dependência da indústria nacional de eletroeletrônica, neste caso, em microeletrônica.

Com a implantação do CEITEC, o Rio Grande do Sul, por ser pioneiro na América Latina, potencializa sua capacidade de domínio completo do processo de pesquisa, desenvolvimento, projeto e prototipagem de circuitos integrados. Isso cria um ambiente virtuoso para o fortalecimento competitivo das empresas existentes, a incubação de novos empreendimentos e a atração de novos projetos industriais, garantindo a inserção do Estado em um novo patamar de desenvolvimento sócio-econômico.

A implantação do CEITEC está sendo coordenada pela SCT e sua concepção institucional tem por base a parceria entre Governo – Ensino/Pesquisa – Empresas. Seu Protocolo de Intenções foi assinado em Porto Alegre, no dia 26/06/2000, sendo signatários, o Estado do Rio Grande do Sul (SCT, SEDAI, PROCERGS), Município de Porto Alegre (SMIC, PROCEMPA), Universidade Federal

do Rio Grande do Sul, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Associação Brasileira da Indústria de Eletroeletrônica, Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, Federação das Associações Empresariais do Rio Grande do Sul, Consórcio Ibero-Americano para a Educação em Ciência e Tecnologia, e a Motorola Inc.

Destaca-se nessa parceria a Motorola, que está doando o conjunto principal dos equipamentos de prototipagem, bem como fornecendo a tecnologia e o suporte técnico necessários para a operacionalização do CEITEC.

A linha de equipamentos, a ser instalada na sala limpa, implementará inicialmente um processo CMOS – Complementary Metal Oxide Silicon, para prototipagem de circuitos integrados com geometria 0,8 μ m. Está prevista a evolução desta tecnologia no sentido de permitir prototipagem de circuitos integrados com geometria final de 0,35 μ m.

A implantação do CEITEC objetiva disponibilizar infra-estrutura tecnológica (recursos laboratoriais, equipamentos de processamento físico-químico e recursos humanos) às empresas, aos centros de P&D e às instituições de ensino superior, de modo a alavancar a inserção do Rio Grande do Sul e do Brasil no mercado internacional de alta tecnologia de base eletrônica, estimulando a participação local no processo de inovação e de geração de empregos qualificados e renda.

Com o funcionamento do CEITEC pretende-se:

- Instalação do Centro com capacidade de suporte para formação de 30 especialistas/ano.
- Formação de 25 técnicos treinados para operar o Centro.
- Desenvolver 20 projetos de P&D, anualmente.

O projeto de implantação do CEITEC atingiu importantes marcos de realização:

No dia 27/07/2001, em São Paulo, foi lançado o Programa Nacional de Microeletrônica, pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), através da Secretaria de Políticas de Informática, o qual estabelece o Estado do Rio Grande do Sul, em razão do Projeto CEITEC, como Estado Âncora daquele Programa. No mesmo ato foi assinado um Protocolo de Intenções entre o MCT, os Estados do Rio Grande do Sul e o de São Paulo e a Motorola Inc., como a primeira ação daquele Programa.

Como ato subsequente, no dia 22/08/2001, em Porto Alegre, foi assinado um convênio entre o MCT, CNPq, FINEP, Estado do Rio Grande do Sul, o Município de Porto Alegre, FAPERGS, CIENTEC e Motorola, objetivando a execução do Projeto CEITEC. Como ações imediatas desse convênio, o Município de Porto Alegre definiu o terreno para a construção do CEITEC e a Motorola apresentou a lista dos equipamentos a serem doados.

Em 30/07/2001 iniciou o processo de transferência de tecnologia e treinamento pela Motorola. Uma equipe de 04 técnicos, com doutorado na área de microeletrônica, passaram 04 semanas nas instalações da Motorola, em Austin – Texas, sendo treinados nos equipamentos que serão doados e absorvendo a tecnologia básica de processo da Motorola. Esse treinamento constituiu a primeira fase

de transferência de tecnologia. A mesma equipe realizou a segunda fase deste treinamento no período de 02/12 a 14/12/2001, nas instalações da Motorola. Uma terceira fase deverá ocorrer no mês de fevereiro de 2002, com outros técnicos que estão em fase de seleção.

No exercício de 2001 foi, também, selecionada a empresa de engenharia que irá desenvolver o Projeto Conceitual de Arquitetura e Engenharia do CEITEC e auxiliar na elaboração da licitação internacional, para a elaboração do Projeto Básico e Executivo.

A Secretaria da Ciência e Tecnologia, como coordenadora do Projeto CEITEC, teve enquadrada Carta Consulta, junto à FINEP, para a contratação de uma empresa de consultoria, com vistas a auxiliar na elaboração de um Plano de Negócios para o Centro. A solicitação de financiamento foi encaminhada em dezembro de 2001 e prevê o apoio financeiro no valor de R\$ 400 mil, a fundo perdido.

Programa de Apoio aos Pólos de Inovação Tecnológica - Em 1989, teve início o Programa de Apoio aos Pólos de Modernização Tecnológica, com o objetivo de descentralizar as ações das instituições de ensino superior do interior do Estado nas áreas de ciências naturais e engenharias, apoiando financeiramente projetos de infraestrutura laboratorial definidos como prioritários pelas regiões. O Programa buscava estreitar os laços de cooperação entre as universidades e o setor produtivo, apoiando projetos com impactos no desenvolvimento econômico regional.

Porém, considerando as tendências delineadas, a partir do avanço cumulativo do conhecimento técnico-científico das regiões; do apoio à sistematização e à socialização de tecnologias adequadas à agregação de valor nas atividades econômicas existentes; e do estímulo à integração de competências complementares entre os diversos atores econômicos locais, o Programa foi reorientado no sentido de dar um salto qualitativo nas relações com o setor produtivo, visando formar um arranjo virtuoso de capacidade inovativa no Rio Grande do Sul.

Atualmente, o Programa de Apoio aos Pólos caracteriza-se pelo aporte de recursos técnicos e financeiros a projetos e pesquisas com a finalidade de integrar o desenvolvimento científico e tecnológico à Política de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado – que tem a inovação como um elemento estruturante de suas ações – e que busquem o desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo, ecologicamente sustentável e regionalmente equilibrado.

Além disso, os projetos apoiados devem:

- potencializar as vocações regionais;
- introduzir a inovação nos arranjos locais de produção;
- viabilizar e potencializar a agricultura familiar;
- favorecer a diversificação da matriz produtiva regional;
- propiciar o desenvolvimento sustentável com qualidade de vida.

O Programa atua junto a 16 Pólos instalados no interior do RS, os quais atendem um total de 347 municípios, abrangidos por 14 regiões, e objetiva apoiar projetos de pesquisa, que possibilitem o domínio, adequação, aquisição ou desenvolvimento de tecnologias de produto e/ou processo, desde que desenvolvidos

em escalas de bancada ou piloto e que contemplem o repasse para o setor produtivo, bem como a recuperação, preservação ou harmonização do meio ambiente.

Como objetivos específicos, os Pólos de Inovação Tecnológica pretendem:

- conectar o sistema científico-tecnológico do Estado aos diferentes arranjos produtivos regionais, sobretudo àqueles em situação de maior vulnerabilidade;
- apoiar o desenvolvimento econômico e social descentralizado, pautado na observância às vocações regionais e suas peculiaridades;
- atender às demandas das regiões do Estado, expressas nos mecanismos de consulta à população, através do Orçamento Participativo, fortalecendo os vínculos entre as instâncias representativas da sociedade local e o Governo Estadual.

O fortalecimento do Programa foi uma das principais prioridades da Secretaria, sendo reorientado para o atendimento às demandas dos setores econômicos e sociais, tendo como foco demandas que se traduzam em desenvolvimento das potencialidades e vocações regionais.

A partir dessa reorientação, quando passou a incorporar a questão da inovação tecnológica, o Programa passou a ter nova denominação. De um lado, a aprovação dos projetos passou a pautar-se pelas prioridades colhidas pelo OP, em cada região e foram introduzidos, ainda, os editais anuais, em substituição ao anterior sistema de balcão. De outro, a inovação tecnológica passou a ser reconhecida como variável estruturante para a integração competitiva das economias locais nos circuitos produtivos mais amplos e para a consolidação de um arranjo pró-ativo ao desenvolvimento.

Nesse sentido, foram estabelecidos os seguintes subprogramas: Apoio às Vocações Regionais e à Inovação Tecnológica nos Sistemas Locais de Produção; Apoio Tecnológico à Diversificação das Matrizes Produtivas Regionais; Apoio Tecnológico à Agricultura Familiar; Apoio Tecnológico ao Desenvolvimento Sustentável; e Meio Ambiente com Qualidade de Vida.

É importante também salientar o incremento no número de projetos apoiados pelo Programa: em 1999 foram 11 projetos, sendo aplicados R\$ 909 mil, passando para 41 em 2000, com R\$ 3,9 milhões. No ano de 2001, foram apoiados 60 projetos, com dispêndio de R\$ 4 milhões.

Rede Gaúcha de Fornecedores de Base Tecnológica para o Setor de Petróleo e Gás Natural – Rede PETRO-RS - A Rede, que teve início em outubro de 1999, é um projeto que visa promover o desenvolvimento da indústria de base tecnológica do Estado, com foco no setor de petróleo, gás natural, energia e minerais. Sua lógica de ação se baseia na ação sincronizada entre Governo do Estado, empresas e universidades/centros de pesquisa, para o desenvolvimento de ações conjuntas relacionadas ao desenvolvimento de tecnologia local, promoção de seminários técnicos, desenvolvimento de programas para qualificação de recursos humanos, cooperação internacional e ações de promoção comercial.

A Rede PETRO-RS objetiva desenvolver uma Rede Gaúcha de Fornecedores de Base Tecnológica para a Cadeia de Produção de Petróleo, Gás Natural, Energia e Minerais, através do estímulo à aproximação universidade/empresa.

Como objetivos específicos a Rede PETROS-RS pretende:

- ampliar as possibilidades de mercado para as empresas gaúchas, obtendo-se com isso o fortalecimento dessas empresas e a diversificação dos seus negócios;
- desenvolver no Estado tecnologia adequada às necessidades das empresas produtoras de petróleo, com vistas, inicialmente, às empresas nacionais e, posteriormente, ao mercado internacional;
- aproximar as empresas gaúchas dos centros de pesquisa locais e das agências de fomento, visando ao desenvolvimento ou consolidação de tecnologias de ponta, com alto valor agregado;
- estimular a formação de grupos de trabalho entre empresas e centros de pesquisa, com o objetivo de otimizar custos operacionais, incrementar trocas de conhecimento e obter redução de custos nas empresas locais;
- qualificar e equipar os centros de pesquisa gaúchos, principalmente, através do desenvolvimento de pesquisas aplicadas;
- gerar empregos no RS, através da substituição da importação de materiais e serviços, de forma compatível com os objetivos da Agência Nacional do Petróleo explicitados no documento Mecanismos de Estímulo ao Suprimento Nacional no Setor de Petróleo.

No final do ano 2001, já estavam cadastrados na Rede PETRO-RS 72 empresas e 87 laboratórios e centros de pesquisas do Rio Grande do Sul.

O Projeto tem como parceiros institucionais: SEDAI, SEMC, BANRISUL, PETROBRÁS, FINEP, SEBRAE-RS, FEDERASUL, FIERGS, BRDE, Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul (SIMECS).

As realizações da Rede PETRO-RS, no triênio, consistiram:

a) Seminários organizados:

- Oportunidades para o Desenvolvimento de Tecnologia e Negócios no Setor de Petróleo e Gás Natural, realizado no dia 02/07/2001, no Auditório 100 da FIERGS, contando com a participação de representantes da PETROBRÁS, FINEP, Governo do Estado e com um público de, aproximadamente, 130 pessoas composto por empresários e pesquisadores gaúchos.

- Potencialidade para Fornecedores Gaúchos no Setor de Gás Natural, realizado no dia 05/07/2000 no SIMECS em Caxias do Sul – 120 pessoas.

- O Setor de Petróleo e Gás Natural: Apresentação da ONIP e Encontros de Trabalho Universidade/Empresa, realizado no dia 15/03/2000 no Salão MERCOSUL da FIERGS – 130 pessoas.

- Desenvolvimento de Rede Gaúcha de Fornecedores para a Indústria de Petróleo e Gás Natural, realizado no dia 15/12/1999 na FEDERASUL – 100 pessoas.

b) Promoção comercial - A Rede PETRO-RS esteve presente e oportunizou que empresas gaúchas participassem das seguintes feiras relacionadas ao setor:

- ARGENTINA OIL & GAS EXPO 2001, que ocorreu de 21 a 25 de outubro de 2001, em Buenos Aires, Argentina – O objetivo principal, ao participar da AOG 2001, foi a apresentação das empresas do Estado, contando com a presença no estande, entre outros, dos Presidentes da PETROBRÁS do Brasil, da Argentina e da Bolívia. A avaliação das empresas com relação à participação na feira foi extremamente positiva,

sendo que 100% delas manifestaram o interesse de participar novamente em 2003. Alguns dados finais da participação na feira informados pelas empresas participantes:

- Número de contatos realizados pelas empresas: 239.
 - com representantes e distribuidores: 98;
 - para desenvolvimento de novos produtos: 21;
 - outros: 140.
- Número de negócios iniciados: 08
 - Países: Argentina, Venezuela, Alemanha, EUA, Índia e Brasil.

➤ MERCOPAR 2001, ocorrida de 16 a 19 de outubro de 2001, em Caxias do Sul, Brasil. A Rede PETRO-RS cadastrou empresas com potencial para serem fornecedoras para indústrias petroquímicas durante a realização da 10.^a MERCOPAR, em Caxias do Sul. A Rede contou com um estande na feira, onde os interessados podiam conhecer o potencial de negócios do setor petroquímico.

➤ RIO OIL & GAS EXPO AND CONFERENCE 2000, ocorrida de 16 a 19 de outubro de 2000 no Rio de Janeiro, Brasil. Participaram 18 empresas gaúchas da Rio Oil & Gas Expo and Conference 2000, sendo que 13 destas estavam presentes no estande organizado pela Rede, em conjunto com o SEBRAE-RS, FEDERASUL, SEDAI, SCT e SEMC. Estabeleceram-se 349 contatos comerciais, 100 negócios foram iniciados e 05 negócios foram fechados, além de uma grande repercussão na imprensa local. Esses negócios projetavam a criação de 748 empregos diretos e 350 indiretos.

c) Programa de visitas - Com o objetivo de proporcionar, cada vez mais, a integração entre as empresas e os centros de pesquisa, a Rede PETRO-RS lançou o Projeto Visitas, pelo qual encontros são agendados em diferentes empresas e laboratórios que têm a oportunidade de mostrar sua produção, estabelecer parcerias com o setor acadêmico e empresarial para o desenvolvimento de tecnologia, fechar negócios e interagir com os demais membros da Rede. A meta é a realização de, pelo menos, uma visita por mês.

Visitas realizadas:

- STEMAC, em 27/04/2001;
- COESTER e ALTUS, em 16/08/2001;
- Instituto de Física da UFRGS, em 04/09/2001.

d) Cadastramento - A Rede possibilitou que 28 empresas gaúchas tivessem a oportunidade de se cadastrar junto à Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP), no período de 12 a 14 de setembro de 2001. Essa atividade fez parte do Programa Cadastro ONIP no Seu Estado, iniciado em agosto de 2001, com o objetivo de evidenciar o potencial das empresas fornecedoras de bens de serviço para desenvolver projetos de investimento no setor de petróleo e gás no Brasil.

A Rede também trabalhou na instalação do Escritório Provisório na REFAP para cadastramento das empresas gaúchas interessadas em fornecer para a PETROBRÁS. Normalmente esse processo só é realizado no Rio de Janeiro. A Gerência de Materiais da PETROBRÁS e a REFAP viabilizaram esse serviço aqui no Estado, por entenderem relevantes as demandas apresentadas pela Rede. Esta é uma forma de buscar a inserção de empresas locais neste setor de investimentos

promissores, o que provoca a valorização das empresas locais e a geração de emprego e renda.

e) Reuniões de trabalho/rodadas de negócios - A Rede PETRO-RS também organizou e promoveu os seguintes *workshops* no intuito de promover parcerias entre empresas e centros de pesquisa, desenvolver os recursos humanos e realizar a promoção comercial das empresas gaúchas:

➤ Programa de Especialização em Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia na área de Petróleo e Gás Natural (Curso de Pós-Graduação), realizado em 22/08/2001.

A Rede, em parceria com a UFRGS, UNISINOS e Universidade Corporativa da PETROBRÁS, vem desenvolvendo o Programa de Especialização em Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia para a Área Petróleo e Gás Natural. O Programa constitui-se de um curso que visa qualificar técnicos e executivos que trabalham nas mais diferentes áreas do setor petroquímico. O programa de especialização tem como objetivo principal formar recursos humanos para as empresas participantes da Rede, possibilitando que essas pessoas sejam capazes de identificar e efetivar negócios de fornecimento de equipamentos, produtos e serviços para a indústria do petróleo e gás natural. O curso iniciará em março de 2002 e terá duração de 16 meses. Serão enfocados temas como logística, negócios, tecnologia, internacionalização, informação e relações, sendo dividido em 04 módulos.

➤ Empresas de Automação e PETROBRÁS - No dia 22 de fevereiro de 2001, 07 empresas gaúchas tiveram a oportunidade de fazer uma apresentação individual, com enfoque em seu *background* e potencial de desenvolvimento tecnológico para a PETROBRÁS, após participarem da apresentação dos representantes da Empresa, quanto às tendências no segmento de Automação da Transpetro e dos órgãos de Abastecimento & Refino e Exploração & Produção. As empresas debateram com os representantes da PETROBRÁS, em sua sede no Rio de Janeiro, possibilidades de desenvolvimento em conjunto de tecnologia e produtos.

➤ Visita Técnica – Ampliação da REFAP - A visita, realizada em 15/06/2000, com o objetivo de buscar, em conjunto com um grupo de 30 representantes de empresas locais, maiores informações sobre o processo de ampliação da REFAP, foi conduzida por técnicos da PETROBRÁS e dividida em uma apresentação dos dados sobre as aquisições envolvidas no processo e uma visita às áreas de processo, para visualização dos equipamentos já instalados na refinaria e à área destinada à ampliação.

f) Cooperação internacional - Tornar o setor petroquímico da Venezuela, um dos maiores produtores mundiais de petróleo, um mercado consumidor para produtos e serviços de empresas gaúchas é um dos objetivos da Rede PETRO-RS que, reunindo empresários e pesquisadores, visitará o País em março de 2002. Para preparar a missão, uma equipe da SCT visitou empresas e universidades em Caracas, capital do país, entre 05 e 08 de novembro de 2001.

g) CTPetro/FINEP - A Rede se propõe a articular, junto ao CTPetro/FINEP, o financiamento de projetos de desenvolvimento de inovação tecnológica para o setor de petróleo e gás natural realizados por universidades, centros de pesquisas e empresas

do Rio Grande do Sul. Em 2000, o Estado desenvolveu 11 projetos de inovação tecnológica em parcerias com empresas e universidades gaúchas, financiados pelo CTPetro, sendo que, desses, 03 foram articulações diretas da Rede. No total, o RS foi contemplado com, aproximadamente, R\$ 8,2 milhões. Desse montante, a Rede PETRO-RS teve participação fundamental nos projetos: Policab da Cordoaria São Leopoldo, PETROBRÁS e FURG (R\$ 706,5 mil); Gancho KS da Fundação Dambroz, PETROBRÁS e UFRGS (R\$ 606,2 mil); e CLC-AD da Altus e UFRGS (R\$ 914,5 mil). Em 2001, o RS desenvolveu 14 projetos de inovação tecnológica, sendo o segundo Estado em número de projetos contemplados pelo edital do CTPetro com, aproximadamente, R\$ 12 milhões destinados aos mesmos.

h) Ampliação da Refinaria Alberto Pasqualini/PETROBRÁS - A Rede PETRO-RS está atuando junto à PETROBRÁS para a participação de empresas gaúchas fornecedoras de materiais e serviços na ampliação da REFAP. Foram promovidas reuniões com a Toyo Engeneering Cooperation, empresa responsável pela aquisição de equipamentos utilizados na ampliação e empresas gaúchas. Dessas empresas, 25 enviaram cotações, principalmente, nos setores de metal-mecânica e elétrico.

Também foi promovido um *workshop* entre a MPE/EBE – empresa vencedora da licitação para a construção na Termelétrica da REFAP – e 42 empresas da Rede, para receber informações sobre a estrutura e o cronograma do Projeto, orçado em US\$ 300 milhões pela PETROBRÁS. Foram repassadas às empresas gaúchas diversas solicitações de cotação da MPE/EBE.

O termo de cooperação assinado em Natal (RN), entre a PETROBRÁS e a empresa Fockink, de Panambi, representa a terceira parceria firmada entre a estatal e empresas gaúchas através da Rede PETRO-RS (os outros 02 foram com a Cordoaria São Leopoldo e a Fundação Dambroz). No caso da Fockink, serão investidos R\$ 309 mil – 15% pela Empresa e o restante pela estatal – no desenvolvimento de um sistema de geração de energia a gás metano veicular, uma oportunidade para a empresa entrar em um novo nicho do mercado, o gás.

Através dos seminários e *workshops* organizados pela Rede PETRO-RS, 300 pessoas, aproximadamente, entre empresários e pesquisadores, já receberam informações importantes relacionadas às oportunidades de negócios e desenvolvimento de tecnologia no setor de petróleo e gás natural.

Rede Gaúcha de Inovação Tecnológica para a Produção de Fitoterápicos – Rede FITO/RS - A Rede, lançada em 11 de setembro de 2001, é uma rede de articulação entre o Governo, empresas e centros de pesquisas do Estado, que visa ao desenvolvimento da inovação tecnológica no setor, para garantir o seu poder competitivo. A formação da Rede decorre da visualização de que, o segmento farmacêutico local se reveste de importância para o Estado em relação a vários aspectos.

Primeiramente, é preciso considerar suas características econômicas diretas. O segmento se constitui de 32 indústrias de pequeno e médio portes, gerando em torno de 800 postos de trabalho. Geralmente formadas a partir de farmácias de propriedade familiar, as indústrias apresentam linhas de produção de fitoterápicos

predominantemente, não havendo investimento em pesquisa e desenvolvimento, área que se caracteriza dependente.

Nos últimos 10 anos, houve redução significativa do número de empresas no Estado, que não conseguiram adequar-se aos padrões de qualidade hoje exigidos. Há a hipótese de que haja ainda maior redução do número de empresas, também por possíveis fusões entre as mesmas.

Por outro lado, considera-se também a importância da implementação da indústria local, para o sistema de saúde quando contribui para a eficiência da assistência, podendo determinar uma economia indireta, ou seja, a indústria pode vir a ser um fornecedor prioritário para os programas de Fitoterapia, hoje estimulados pela Política Estadual Intersetorial de Plantas Medicinais aos sistemas de saúde municipais, para o que necessita ser competitiva em qualidade e preço.

No momento, as empresas empenham-se em adequar suas plantas de produção à legislação vigente de medicamentos, que tem exigido padrões técnicos e comerciais internacionais para produtos e processos, seja em medicamentos de base sintética ou fitoterápicos.

Nesse foco, a indústria tem se reportado em apoio tecnológico, especialmente em análises de insumos e testes para registro de produtos, a laboratórios e centros de pesquisa de fora do Estado e do País, no esforço de garantir sua sustentação, ameaçada também pelas dificuldades em atender aos critérios para certificação e registro.

Assim, é identificado um segmento cuja atenção do Estado se justifica, com referência ao apoio tecnológico, à ampla cadeia produtiva, que começa na utilização de espécies vegetais medicinais como fonte de insumos e alcança a produção de fitoterápicos, hoje um mercado crescente.

A Rede FITO/RS tem com objetivos:

- Implementar a base de tecnologia necessária às indústrias farmacêuticas e farmácias de manipulação localizadas no Rio Grande do Sul.
- Intensificar a relação do poder público com as universidades e empresas como base para uma política de apoio à P&D.
- Proporcionar a cooperação com o Sistema Único de Saúde como demandante prioritário da produção local de medicamentos.
- Aproximar as empresas farmacêuticas gaúchas dos centros de pesquisa locais e das agências de fomento, visando sua adequação à legislação e modernização tecnológica.
- Dotar os centros de pesquisa gaúchos de condições de cooperação técnica com a indústria local, através do desenvolvimento de pesquisa aplicada.

E suas metas são:

- Disponibilizar cursos para capacitar os recursos humanos que estão empregados na indústria farmacêutica produtora de medicamentos fitoterápicos – em torno de 800 profissionais.

- Equipar, no mínimo, um Centro de Pesquisa, no Estado do RS, com condições de realizar as pesquisas, para comprovar a eficácia terapêutica dos medicamentos fitoterápicos produzidos pelas empresas do RS.
- Elaborar projetos de pesquisa de produção agrônômica para realizar o plantio, no RS, do equivalente a 70% das plantas medicinais a serem fornecidas para o processamento industrial. Atualmente, apenas cerca de 40% das plantas medicinais processadas pela indústria, são plantadas no RS.

A Rede FITO-RS tem como instituições parceiras a Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais, Secretaria da Agricultura e Abastecimento, Prefeituras Municipais de Viamão e Santa Maria. As instituições parceiras participam do comitê executivo, atualmente dedicado à elaboração de projetos.

Rede Sul de Análise de Genomas e Biologia Estrutural - Devido ao grande avanço que vem sendo verificado na área de genoma e atenta à importância do desenvolvimento nesta área do conhecimento, a SCT, em conjunto com a FAPERGS, solicitou a um grupo de pesquisadores a apresentação de proposta para a organização da Rede Sul de Análise de Genomas e Biologia Estrutural, a ser implantada na Região Sul do Brasil, com a participação de grupos de pesquisa do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Essa proposta, que teve início em junho de 2001, visa formar uma rede com o objetivo de implantar a infra-estrutura e capacitar recursos humanos na área de genômica nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A Rede Sul estará organizada em 10 Laboratórios de Seqüenciamento – 06 dos quais já se encontram implantados e em funcionamento – e 20 Laboratórios Associados que serão envolvidos no preparo de DNA e de reações de seqüenciamento, e tomarão parte na anotação e análise das seqüências. Será estabelecido, também, um laboratório de Bioinformática, responsável pela implantação da rede virtual, formação de recursos humanos e desenvolverá pesquisas na área. Inicialmente, para permitir o avanço imediato do primeiro projeto, o Laboratório Nacional de Computação Científica – LNCC/MCT – será responsável pelo recebimento e análises das seqüências obtidas.

A área inicialmente escolhida para estudo é a de Saúde Animal, mais especificamente, agentes infecciosos de suínos. Esta é uma atividade econômica importante na Região Sul do País e propicia a aplicação rápida dos avanços obtidos com a caracterização de genomas de microrganismos patogênicos importantes na suinocultura. Na primeira fase, os genomas serão completamente seqüenciados e anotados. Em uma segunda fase, proteínas selecionadas serão expressas com vistas à sua utilização para o desenvolvimento de testes de diagnóstico e para a proposição de vacinas. Para desenvolver esta fase, 05 laboratórios serão dotados de infra-estrutura para a expressão de proteínas. Na terceira fase, seqüências e proteínas selecionadas serão utilizadas para o desenvolvimento de métodos de diagnóstico e vacinas, sendo prevista a implantação de 03 laboratórios para este fim. Os métodos, diagnósticos e as vacinas desenvolvidas serão validados com a participação de associações, cooperativas e empresas. Como primeiro genoma, propõe-se o seqüenciamento completo do genoma de *Mycoplasma hyopneumoniae*, que é um dos principais agentes infecciosos prevalentes em suínos confinados. Este microrganismo possui um genoma menor do que 1Mb o que permitirá que, mesmo na fase de implantação da Rede Sul, os resultados sejam rapidamente obtidos. O pequeno tamanho do genoma permite,

ainda, a análise e seleção de seqüências e proteínas para o diagnóstico e a proposição de vacinas possam ocorrer em menor período de tempo. Além de receberem apoio financeiro para a infra-estrutura, os laboratórios receberão, também, o apoio por Bolsas que permitirão o treinamento de pessoal. Os recursos para a implantação da Rede Sul serão advindos do Ministério de Ciência e Tecnologia, das Secretarias de Ciência e Tecnologia, de Agências de Fomento Nacionais e Estaduais, de empresas, de associações e de cooperativas.

Como objetivos específicos, a Rede Sul de Análise de Genomas e Biologia Estrutural pretende:

- Implantar Laboratório de Bioinformática e dotar de infra-estrutura para seqüenciamento de genomas 4 laboratórios em instituições com capacidade comprovada em pesquisa e de efeito multiplicador regional.
- Dotar de infra-estrutura básica 20 laboratórios associados para participar das etapas de anotação e análise dos genomas seqüenciados e suprir reações para os laboratórios de seqüenciamento.
- Dotar de infra-estrutura básica, 05 laboratórios para a expressão e purificação de proteínas de interesse e 03 laboratórios para desenvolvimento de métodos de diagnóstico e vacinas.
- Seqüenciar genomas de organismos de interesse regional e que possibilitem a aplicação das informações obtidas na geração de produtos (testes diagnósticos, vacinas) com impacto social e econômico.
- Formar recursos humanos na área de Genômica nos níveis de ensino médio, graduação e pós-graduação, especialmente capacitados para gerar, analisar e aplicar as informações geradas e disponibilizadas em bancos de dados de domínio público.

O Projeto foi elaborado e apresentado ao MCT, recebendo parecer favorável dos consultores. Empresas, produtores, associações e empresas de medicamentos foram contatadas e apresentaram interesse em participar no Projeto. Participam como instituições parceiras a UFRGS, UFPeI, UCS, UFSM, EMBRAPA, UFPR, UFSC, PUC/PR, LNCC, USP.

Para implantação do Projeto foram solicitados recursos ao Ministério de Ciência e Tecnologia. Também estão sendo negociadas as contrapartidas do setor privado e dos Estados do PR e SC para o desenvolvimento do projeto.

Apoio à Criação do Centro de Terapia Gênica - Em outubro de 1999, foi iniciada a discussão do pré-projeto com a criação de um grupo de trabalho com a participação da SCT, UFRGS, HCPA, SES/RS, FEPPS, FUC/IC, PUC/RS e SMS/POA para a criação do Centro de Terapia Gênica do Estado do Rio Grande do Sul. O grupo foi criado, tendo em vista que diversas previsões indicam que tratamentos baseados na terapia gênica, incluindo as vacinas de DNA, serão fundamentais para a prática médica dos próximos anos, especialmente no caso de doenças como tuberculose, doenças cardiovasculares e diversos tipos de câncer, cujos tratamentos exigirão o desenvolvimento de produtos gênicos e vetores apropriados e a realização de testes pré-clínicos e clínicos. Por exemplo, no final de 2001, existiam 14 pacientes com Doença de Gaucher sendo tratados por Terapia de Reposição Enzimática no Rio Grande do Sul, com os quais a Secretaria da Saúde desembolsa R\$ 4,2 milhões por ano. Estima-se que esse número triplique nos próximos 02 anos. O desenvolvimento local de protocolos de tratamento por terapia gênica, com um custo muito menor,

reduziria significativamente essas despesas e ainda traria uma comodidade maior para o paciente.

O estabelecimento de laboratórios apropriados e o treinamento de pessoal especializado para o desenvolvimento de capacitação própria para aplicação desta técnica e para produção de métodos alternativos é uma maneira de fugir à dependência tecnológica nacional nessa área. Sendo a terapia gênica um campo de fronteira, o Centro estará vinculado a grupos de pesquisa e de formação de recursos humanos. Dessa forma, propiciar-se-á as condições para o desenvolvimento de projetos científicos e tecnológicos inovadores que resultarão em benefícios diretos para as suas atividades ou em benefícios indiretos para o desenvolvimento da pesquisa científica e do treinamento da competência nacional nessa área. Sua implantação será gradual, aproveitando infra-estruturas já existentes e agregando novas áreas destinadas especificamente para esse fim.

A SCT, para a implantação do Centro de Terapia Gênica, tem como parceiros o HCPA, UFRGS, PUC/RS, Secretaria da Saúde do RS e o Instituto de Cardiologia.

Em abril de 2000, foram realizadas visitas técnicas a instituições congêneres na França e na Inglaterra e convidaram palestrantes para o I Simpósio Internacional sobre Terapia Gênica Humana, realizado em maio de 2000, com aproximadamente, 50 participantes e palestrantes da França e dos Estados Unidos.

Ao longo do ano de 2001, o grupo de trabalho continuou a formatação final do projeto técnico, apontando a necessidade de desenvolvimento de uma rede de pesquisa entre as instituições e pela implantação gradual do Centro, a partir de uma estrutura preliminar com os equipamentos e requisitos ainda não disponíveis nas instituições, como forma de viabilizar a instalação do Centro de Terapia Gênica em menor espaço de tempo.

Em agosto de 2001, foi concluído o projeto técnico para ser encaminhado às agências de fomento e captação de recursos junto ao setor privado. No exercício de 2001, foi repassado ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre R\$ 200 mil para a instalação do módulo preliminar do Centro de Terapia Gênica.

Rede Estadual de Informação em C&T - A Rede Estadual foi criada em 1993, a partir de um convênio entre MCT/ CNPq e SCT, FAPERGS, UFRGS, UFSM e FURG para promover o desenvolvimento de uma rede acadêmica de informações no Rio Grande do Sul, servindo como um instrumento de suporte ao trabalho de pesquisa e ensino superior no Estado.

Na atual gestão foram desenvolvidas várias atividades no âmbito da Rede Estadual. A partir da consolidação do Fórum de Desenvolvimento da Informática Gaúcha, em 2000, esta discussão passou a acontecer no âmbito dos Grupos de Trabalho que compõem o Fórum – fundamentalmente o GT1 (Infra-estrutura e Democratização da Informação) e o GT3 (Pesquisa e Desenvolvimento/Formação e Ensino). A Rede Estadual possui, ainda, um Comitê Gestor, composto pelas Instituições de Ensino Superior (IES) e coordenado pela SCT e, nas questões técnicas, pela UFRGS.

Entre outras atividades, atualmente está sendo proposto o projeto-piloto “Software Ambiente Virtual para Gestão do Conhecimento em Tecnologia da Informação via Intranet nas Organizações”. Esse Projeto propõe o desenvolvimento de um software que possibilite um ambiente virtual para a gestão, pelas próprias organizações, do conhecimento em tecnologia da informação. Através deste ambiente virtual, as empresas participantes contarão com um espaço para expor produtos e interagir, realizando transações comerciais, via Internet.

A Rede Estadual de Informações em C&T atinge as seguintes regiões do Estado: Campanha, Sul, Central, Metropolitana, Vale do Rio dos Sinos, Encosta da Serra, Serra, Vale do Taquari, Alto Jacuí, Noroeste Colonial, Produção e Médio Alto Uruguai, e objetiva:

- Constituir uma rede que integre através das Universidades gaúchas, todas as Regiões do Estado, aberta para a socialização do conhecimento, capacitada para impulsionar o desenvolvimento regional e operada a partir das instituições.
- Estabelecer uma organização gerencial conjunta do sistema, de forma a garantir o cumprimento do papel atribuído a cada integrante.
- Estruturar um sistema de informações dirigido para o atendimento do primeiro objetivo.
- Implantar tecnologia apropriada para sintonizar a função da rede com o avanço das redes acadêmicas mundiais.
- Através do projeto-piloto, capacitar tecnologicamente as empresas, propiciando fluência tecnológica nas comunidades, tornando-as capazes de criar, compartilhar e gerir o conhecimento em informática, utilizando esta aplicação na solução de problemas.

Participam da Rede Estadual de Informação em C&T, como instituições parceiras, a URCAMP, URI, UPF, UCPEL, UFPEL, UNISC, UNIJUÍ, UFRGS, UCS, FACCAT, UFSM, UNIVATES, FEEVALE, UNICRUZ, FACCAT e FURG.

Em 2000, foi ampliado o canal internacional de acesso à Internet e, durante o ano de 2001, o servidor da Rede foi atualizado e melhorado o acesso à RNP, viabilizando o aumento da qualidade e da produtividade no setor da pesquisa e desenvolvimento da Informática, beneficiando a todas as instituições participantes, bem como as comunidades onde estas estão inseridas.

Ainda, durante o ano de 2000, foi iniciado um estudo visando ao compartilhamento da infra-estrutura (*backbone*) da Rede RS pela Rede Estadual. Atualmente, cada IES é responsável pelos custos de transporte de dados até o Ponto de Presença da Rede Nacional de Pesquisa (RNP) no Estado (UFRGS) e, através do compartilhamento da infra-estrutura da Rede RS, haveria um rebaixamento destes custos. O projeto elaborado pela SCT e PROCERGS foi apresentado em Reunião do Comitê Técnico da Rede Estadual, em agosto de 2001, sendo decidido aguardar a implantação total da Rede RS e então avaliar a proposta.

Outra atividade desenvolvida, no período 2000/2001, foi o Projeto Colaboratorium, com a criação de salas de videoconferência em 15 Instituições de Ensino Superior do Estado. Como contrapartida, as IES fomentarão a produção de conteúdo local para a Internet e proporcionarão a utilização do espaço acadêmico pelas comunidades. Pelo Projeto de Espelhamento de Informações da WWW foram

disponibilizados aos integrantes da Rede Estadual o espelhamento (na forma de *mirrors*) e melhor desempenho (na forma de *cache proxy*) para o acesso a repositórios de informações da World Wide Web.

No exercício de 2001, foram aplicados R\$ 305,5 mil para o desenvolvimento dos projetos.

Telecentros - A criação de Telecentros começou a ser discutida no RS a partir da instalação do Grupo de Trabalho Telecentros, em setembro de 2000. Para a constituição deste grupo, foram convidadas diversas instituições e personalidades, cuja atuação apresentava interface com o tema inclusão digital. Além da articulação estadual, buscou-se a articulação nacional através do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e organizações não-governamentais brasileiras.

Internamente no Governo do Estado do RS, mobilizaram-se inicialmente a Secretaria da Cultura; PROCERGS; FADERGS; GRC; Secretaria da Educação; Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, além da Secretaria da Ciência e Tecnologia.

De acordo com a discussão desenvolvida pelos parceiros, os Telecentros a serem implantados no Estado deverão formar uma rede integrada as demais ações governamentais na área da inclusão social e, em especial, à proposta do Fórum da Informática, que preconiza a democratização das informações de interesse do cidadão de forma ampliada, simples e gratuita.

Por conceito, o Telecentro tem finalidade social, constituindo um local de livre acesso à população, com equipamentos conectados à Internet, através dos quais poderá ser disponibilizada uma série de serviços, contando, também, com uma programação permanente de atividades para atrair o interesse nas possibilidades da telemática e, desta forma, incorporar uma mudança cultural nos hábitos da comunidade, fazendo com que a mesma reverta em melhoria da qualidade de vida.

Tendo em vista a enorme gama de aplicações, que se abre para este Projeto, foi identificada a necessidade de articulação entre os vários órgãos governamentais e não-governamentais – Secretarias de Estado, agências de fomento, empresas governamentais, universidades, iniciativa privada e terceiro setor. O Grupo de Trabalho Telecentros-RS, sob a coordenação da Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado, tem por objetivo impulsionar os vários projetos de Telecentros no Rio Grande do Sul através da consolidação destas parcerias. Desta forma, estará cumprindo sua missão de difusão tecnológica, através de uma iniciativa em que a população passará a dispor de mais um recurso para acesso direto à tecnologia num processo em que a educação comunitária e a cidadania serão impulsionadas.

Como objetivos específicos, os Telecentros pretendem:

- Incentivar o desenvolvimento de uma rede de pontos de acesso público à Internet.
- Promover a universalização do acesso às novas tecnologias da informação.
- Colocar à disposição das comunidades um instrumento tecnológico multifuncional.
- Implantar unidades de Telecentros em pontos estratégicos do Estado do RS.
- Buscar parcerias com comunidades rurais e urbanas, a fim de constituir Telecentros de diferentes perfis.

➤ Incentivar a elaboração e divulgação, na *web*, de conteúdos locais.

No exercício de 2000, houve a implantação de 04 pontos de acesso gratuito à Internet – Biblioteca Pública Romano Reif (SEDAC), Biblioteca do Centro Vida Humanístico (SCTAS), Biblioteca Municipal de Caxias do Sul (PMCS) e na Regional PROCERGS/Pelotas (Projeto Via Pública – PROCERGS) e a realização de *workshop* Telecentros; e, no exercício de 2001, foi inaugurado o ponto de acesso público à Internet (Projeto Via Pública – PROCERGS), na Biblioteca Pública de Pelotas, bem como houve a inauguração do Telecentro Vida (Vida Centro Humanístico – STCAS), e o lançamento da página dos Telecentros RS.

As instituições parceiras dos Telecentros são as Secretarias de Estado, Ministérios, Associação Amigos da Vida Centro Humanístico, ONG Moradia e Cidadania, Instituto Florestan Fernandes, entre outras; IES e empresas participantes do Fórum de Desenvolvimento da Informática Gaúcha e SEBRAE/RS.

Programa de Informação e Comunicação para a Pesquisa – PROSSIGA

- Como resultado do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Secretaria da Ciência e Tecnologia (SCT), visando ao intercâmbio de informações cadastrais e à elaboração dos indicadores nacionais de ciência e tecnologia, em julho de 2001, foi lançado o Portal PROSSIGA Rio Grande do Sul, com informações em Ciência e Tecnologia no Estado. Na ocasião foram lançados os portais de 21 estados brasileiros.

O plano de trabalho, que está sendo implementado, prevê o desenvolvimento do Sistema de Indicadores e Estatísticas em C&T, cabendo ao MCT criar, implantar e manter atualizado, em cooperação com a Secretaria, o Sistema Nacional de Indicadores e Estatísticas em C&T e promover o aprimoramento das bases de dados primários relevantes para a construção dos indicadores e estatísticas de C&T.

Cabe à SCT colaborar com o MCT na criação do Sistema Nacional de Indicadores e Estatísticas em C&T, para o que deverá assegurar, de acordo com metodologia comum, o levantamento e a análise das informações relativas aos dispêndios de C&T do Estado a cada ano; desenvolver esforços no sentido de promover a criação de bases de dados primários no Estado, relevantes para a construção dos indicadores e estatísticas de C&T, assim como para o aprimoramento das bases já existentes.

O Sistema de Indicadores e Estatísticas em C&T é composto dos seguintes serviços:

➤ Sistema de Informação sobre Fomento em C&T - O Sistema integra informação cadastral e dados estatísticos sobre apoio à pesquisa por parte de agências federais e estaduais de fomento à C&T. Este serviço tem como objetivo divulgar o potencial científico e tecnológico do País e o resultado dos investimentos nacionais em C&T; evitar duplicidade de pesquisas; propiciar a interação entre pesquisadores e entre órgãos de fomento à pesquisa e fornecer subsídios às decisões dos gestores de C&T. Este sistema foi desenvolvido inicialmente pela FAPERGS e atualmente está centralizado na sede do PROSSIGA, em Brasília.

- Páginas Brasileiras - As páginas são tratadas segundo metodologia do PROSSIGA e com a adoção de padrões internacionais. O resultado deste trabalho é um portal que tem mecanismos de busca sofisticados e esquema de navegação, via diretórios, bastante interativos. Atualmente, o Portal Páginas Brasileiras já tem registradas informações sobre os cursos de doutorado, mestrado, especialização e graduação; atividades de pesquisa; pesquisadores; docentes; bibliotecas e serviços de interação universidade-empresa das seguintes universidades e institutos de pesquisa do Rio Grande do Sul: CIENTEC, FFFCMPA, FURG, PUCRS, UFPEL, UFSM e Instituto de Cardiologia/RS, totalizando, aproximadamente, 1.386 registros.
- Mercado de Trabalho - O serviço disponibiliza informações sobre profissionais de C&T sem vínculo empregatício e sobre oportunidades de trabalho. Disponibiliza na rede 02 formulários *online*: o primeiro para cadastramento de profissionais em busca de oportunidades de trabalho e o segundo para cadastramento das próprias oportunidades de trabalho (geralmente concursos).

O PROSSIGA tem como objetivo reunir um amplo conjunto de informações relevantes e confiáveis sobre as atividades relativas à Ciência e Tecnologia, com o fim de subsidiar o processo de decisão de gestores e outros agentes atuantes na área. Essas informações referem-se aos dispêndios públicos e privados; aos recursos humanos envolvidos em atividades de C&T; às bolsas no País e no exterior; às linhas de fomento em C&T; à produção científica nacional e à produção tecnológica.

O Sistema foi implantado e está em elaboração o cadastro geral das instituições em C&T, cujo banco de dados já possui 173 instituições, com um total de 1.618 unidades registradas:

- Instituições de Ensino Superior: 45 cadastradas; 1.343 unidades.
- Institutos de Pesquisa: 21 cadastrados; 149 unidades.
- Institutos Tecnológicos: 08 cadastrados; 11 unidades
- Associações Científicas: 34 cadastradas; 70 unidades.
- Instituições de Fomento: 06 cadastradas; 7 unidades.
- Instituições de Ensino Técnico: 09 cadastradas; 03 unidades.
- Empresas Privadas: 08 cadastradas; 15 unidades.
- Museus: 07 cadastrados.

Pesquisa Perfil do Setor de Tecnologia da Informação-RS – O Governo do Estado identificou a informática como um setor estratégico para o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul, em razão de algumas características do setor, como o de ser produtor e difusor de inovações tecnológicas que influenciam os demais segmentos da economia, a capacidade de agregar valor ao produto e de remunerar seus trabalhadores com salários acima da média das demais áreas.

A articulação e o debate em torno do tema informática levaram à criação, em 1999, do Fórum de Desenvolvimento da Informática Gaúcha. Para melhor desenvolvimento das atividades do Fórum, foram constituídos 04 grupos de trabalho: Infra-Estrutura e Democratização da Informação; Recursos Financeiros; Pesquisa e Desenvolvimento/Formação e Ensino; e Acesso a Mercados. O GT3 – Pesquisa e Desenvolvimento/Formação e Ensino – é coordenado pela SCT, através da Divisão de Rede e Sistema de Informação em C&T. Com base nos relatórios apresentados por esses grupos de trabalho, o Governo do Estado apresentou, em julho de 2000, o

Programa Gaúcho de Informática, que visa apoiar o desenvolvimento do setor e facilitar o acesso da população à informação.

O presente Projeto prevê a realização de um mapeamento da produção e do uso de tecnologia da informação no Estado, que permitirá levantar informações que fundamentem e orientem o planejamento das tecnologias de informação nos diversos setores da economia e da sociedade rio-grandense. A partir deste mapeamento, as deficiências do setor poderão ser detectadas e dimensionadas e originar projetos que envolvam o Governo, entidades de classe e ONGs, criando a sinergia positiva e consensual entre os agentes de transformação social. Contudo, é importante ressaltar que a qualidade e a eficácia destas iniciativas e projetos depende fortemente da qualidade da informação usada em seu planejamento.

A proposta de realização desse estudo foi discutida ao longo dos trabalhos do Fórum de Desenvolvimento da Informática Gaúcha, sendo aprovada e encampada pelos GT's de Infra-Estrutura e Democratização da Informação (GT4) e de Pesquisa e Desenvolvimento/Formação e Ensino (GT3). A Associação das Empresas Brasileiras de Softwares e Serviços de Informática/RS (ASSESPRO) credenciou-se para a elaboração do projeto de pesquisa, bem como para sua realização. A fim de viabilizar os recursos financeiros necessários, a ASSESPRO elaborou um projeto de captação de recursos junto às empresas do setor. Além disso, o Governo, através da SARH/PROCERGS, SEDAI e SCT, deve aportar recursos nesse projeto.

O Projeto tem como objetivo elaborar o perfil do Setor de Tecnologia da Informação do RS, através de 02 dimensões básicas: os produtores e os consumidores de TI, observando:

- Diferenciar os usuários quanto ao porte, faturamento, localização e setor de atuação.
- Identificar os principais padrões e critérios de compra existentes no mercado.
- Apontar os softwares, hardwares e serviços de informática super e subutilizados.
- Identificar a participação de mercado dos principais fornecedores de software, hardware e serviços de informática.
- Apontar as oportunidades e/ou ameaças de mercado através da indicação dos principais problemas encontrados pelos usuários no uso dos softwares, hardware e serviços de informática, bem como das soluções mais freqüentemente utilizadas.
- Verificar a capacidade ociosa de hardware e software dos usuários organizacionais.

Participam deste Projeto a Associação das Empresas Brasileiras de Software e Serviços de Informática – Regional RS (ASSESPRO/RS), a PROCERGS e a Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI).

2.2.1- Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária – FEPAGRO

No início da atual gestão, em 1999, a Fundação encontrava-s em processo de extinção. O quadro de pessoal estava desfalcado e há 28 anos não se realizava concurso público. Além disso, o Programa de Incentivo a Demissões Voluntárias (PDV), na gestão anterior, culminou com a demissão de 115 servidores e a aposentadoria de outros 200, nos últimos 02 anos. O número de unidades de pesquisa foi reduzido através de concessões de uso a outras instituições do Estado ou privadas.

Tal processo, comprometeu profundamente o andamento de trabalhos de essencial importância. Para mudar esse quadro foi elaborado o Plano de Revitalização da FEPAGRO. A proposta incorporou um conjunto de debates realizados, em que foram ouvidas várias instâncias de Governo, movimentos sociais, entidades representativas dos agricultores, sindicatos, conselhos profissionais, universidades, centros de pesquisa e comissões. Após a aprovação do novo regimento interno, houve a revisão temática e operacional da matriz de pesquisa, procurando gerar uma sistemática de entendimentos e de recursos capazes de sustentar boa parte das atividades.

Como resultado, foi definido que o público-alvo das ações de pesquisa constituir-se-á do segmento de agricultura de base familiar, priorizando processos de viabilização da sustentabilidade, utilizando como ferramenta preferencial a agroecologia.

A partir da análise da distribuição das unidades da FEPAGRO foi definida uma nova regionalização para a Fundação. Esta contemplou a localização da sede em Porto Alegre, vinculando-se a ela uma unidade em Viamão, além de mais 16 Centros de Pesquisa, localizados nas mais variadas Regiões do Estado.

Relações Institucionais – Por meio de contratos e convênios estão relacionadas diversos segmentos da sociedade, como instituições de pesquisa e ensino, órgãos públicos federais, estaduais e municipais, organizações não governamentais, representação de produtores e movimentos sociais.

Contratos Celebrados

Ano de Contratação	Contratos Vencidos	Contratos Vigentes	Total	Média Anual por Gestão
1995/1998	8	7	15	3,75
1999	2	3	5	26
2000	3	7	10	
2001	0	63	63	

Fonte: FEPAGRO

Contratos Celebrados

Ano de Contratação	Convênios Vencidos	Convênios Vigentes	Total	Média Anual por Gestão
1995/1998	14	9	23	5,75
1999	4	0	4	10,33
2000	2	9	11	
2001	0	16	16	

Fonte: FEPAGRO

Convênios que Incluem Repasse de Órgãos Financiadores para a FEPAGRO

Em R\$ 1,00

Ano de Contratação	Órgão Financiador	Valor do Repasse	Média Anual por Gestão
1995/1998	EMBRAPA; Min. da Agricultura; SCT	1.613.240	403.310
1999	SCT/RS	198.630	818.831
2000	SAA/RS; Min. da Agricultura	851.990	
2001	BIRD/SAA; DAER; Min. da Agricultura; SEMA; FINEP	1.405.873	

Fonte: FEPAGRO

Projetos de Pesquisa da Fundação – A Fundação coordena 09 programas, com 98 projetos de pesquisa, que seguem as diretrizes das políticas do Governo Democrático e Popular. A metodologia se deu de forma integrada e contínua entre os responsáveis pela pesquisa, parceiros institucionais e beneficiários, objetivando concretizar a concepção de pesquisa aplicada e participativa. Nas tabelas abaixo estão enumerados os programas e projetos da FEPAGRO, em andamento.

Projetos de Pesquisa e Recursos Financeiros por Programa

Em R\$ 1,00

Programas de Pesquisa	Total de Projetos	Total de Recursos
Recursos Naturais e Qualidade Ambiental	10	1.081.170
Recursos Genéticos e Produção de Grãos	13	109.570
Sistemas e Produção de Frutas	18	178.592
Sistemas e Produção de Hortaliças	06	252.650
Plantas Medicinais, Aromáticas e Ornamentais	05	224.100
Aquacultura e Pesca	04	110.279
Sistemas de Produção Animal	10	251.160
Saúde Animal	10	479.147
Projetos Especiais	05	332.735
Total	81	3.019.403

Fonte: FEPAGRO

Projetos de Pesquisa Aprovados pela FAPERGS – Agroecologia/2000

Em R\$ 1,00

Título do Projeto	Outras Fontes	FAPERGS
Bancos Ativos de Germoplasma para o Aumento da Produtividade da Erva-Mate no Rio Grande Sul.	17.100	29.050
Avaliação de plantas recicladoras de nutrientes e de proteção do solo, visando à sustentabilidade de sistemas de produção agroecológicos.	4.140	41.400
Desenvolvimento Tecnológico para certificação de Estirpes de Rizóbio SEMIA do Centro de Pesquisa de Fixação Biológica do Nitrogênio.	-	30.000
Controle alternativo da queda anormal de frutos jovens de citros.	-	
Desenvolvimento e avaliação de alternativas agroecológicas para sustentabilidade da agricultura familiar na região sul do RS.	-	50.000
Total	21.240	150.450

Fonte: FEPAGRO

Projetos Financiados pelo Programa Mar de Dentro/2001

Em R\$ 1,00

Título do Projeto	Valor
Manutenção de espécies de orquídeas nativas e seus hospedeiros nas zonas úmidas de Rio Grande.	82.900
Produção de mudas arbóreas nativas da mata atlântica no Rio Grande do Sul.	25.000
Produção de alevinos de espécies nativas do Rio Grande do Sul.	20.000
Conservação de germoplasma e tecnologia de cultivo de plantas medicinais e ornamentais.	20.000
Total	147.900

Fonte: FEPAGRO

Projetos de Pesquisa e/ou Extensão Financiados pelo PRONAF – 2000/2001

Em R\$ 1,00

Título do Projeto	Valor
A Fruticultura como alternativa para a agricultura familiar.	20.000
Adequação de tecnologia de cultivo de peixes nativos para o litoral norte do Rio Grande do Sul.	20.000
Avaliação de Plantas recicladoras de nutrientes e de proteção do solo, para utilização em sistemas de produção agrícolas sustentáveis.	20.000
Formação gerencial e reconversão agrícola da pequena propriedade rural.	25.000
Geração e difusão de tecnologia de sistemas de produção de cultivos em ambientes protegidos.	20.000
Identificação de cultivares de plantas de lavoura para utilização na agricultura familiar no Rio Grande do Sul.	30.000
Pesquisa de tecnologia de cultivo e industrialização de plantas medicinais e aromáticas para a pequena propriedade.	20.000
Estudo de viabilidade técnica e econômica de produção e processamento de peixes cultivados para propriedades familiares.	20.000
Avaliação de sistemas de produção de leite a pasto na pequena propriedade no Estado do Rio Grande do Sul.	30.000
Viabilização da cultura da mandioca na propriedade familiar através do aproveitamento integral da planta.	20.000
Total	225.000

Fonte: FEPAGRO

Nota: o valor total dispendido foi captado no desenvolvimento de 10 projetos.

Foram financiados, ainda, 02 projetos, respectivamente, pelo CNPq e FINEP, o Projeto de Avaliação de Sistemas Orgânicos para a Produção de Soja no Contexto da Agricultura Familiar da Região Norte do Estado, com recursos da ordem de R\$ 49,3 mil, e o Projeto de Reestruturação da Infra-Estrutura, com recursos de R\$ 467 mil.

A FEPAGRO coordena 02 outras atividades decorrentes da pesquisa, a produção e a prestação de serviço, as quais são estratégicas à soberania do Estado.

A produção permite que o produtor rural se aproprie de materiais oriundos da pesquisa, que a iniciativa privada não tem interesse em produzir, contudo, indispensáveis para a sustentabilidade da atividade agrícola familiar, como por exemplo, as sementes de milho varietal FEPAGRO 21.

Na prestação de serviço ocorre o contato da Fundação com o produtor e seus reais problemas, servindo como fonte ininterrupta de demandas e de validações tecnológicas, quer em problemas emergentes, quer na monitorização de situações sanitárias consolidadas, ou ainda, na proposição de novos métodos de diagnóstico e no aperfeiçoamento e adaptação de técnicas já desenvolvidas. Tem como base os diversos laboratórios nas áreas de sanidade vegetal, sanidade animal, fisiologia vegetal e fertilidade dos solos, cujo objetivo é atender as necessidades dos produtores rurais em obter dados, que os auxiliem no gerenciamento da unidade produtora, e dar apoio a ações governamentais em defesa sanitária, fomento à produção e saúde pública.

O número de exames solicitados aos laboratórios da Fundação diminuiu, significativamente, devido à redução no quadro de pessoal decorrente das aposentadorias.

Os laboratórios requerem atualização contínua de equipamentos, principalmente, aqueles que garantem a segurança biológica. Recentemente, o Estado, com os episódios da Febre Aftosa, enviou materiais para exames laboratoriais a outros Estados da União para serem processados, devido ao fato de os laboratórios da FEPAGRO SAÚDE ANIMAL - Centro de Pesquisa Veterinária Desidério Finamor, em Eldorado do Sul, não estarem devidamente equipados.

Com vistas à solução desse problema, durante o Seminário Internacional de Vigilância em Sanidade Animal e Zoonoses, foram iniciadas as tratativas entre o Governo Estadual e produtores objetivando a construção e a manutenção de uma unidade de segurança biológica de nível 4.

Produção da FEPAGRO – 1999/2001

Produto	Quantidade/Ano			Total
	1999	2000	2001	
Vinho/l	20.500	24.400	8.000	52.900
Trigo/t	253,9	130,9	55,0	439,8
Soja/t	148,2	230,3	285,6	664,10
Milho/kg	3.480	6.230	21.671	31.381
Feijão/kg	42.690	6.700	5.995	55.385
FORAGEIRAS/kg	17.140	15.389	29.260	61.789
Mudas Florestais/un	900.270	514.002	402.721	1.816.993
Madeira/ Mist.		5.052,45	5.701,65	10.754,10
Batata/kg.	49.000	43.800	96.500	189.300

Fonte: FEPAGRO

Exames Executados nos Laboratórios da FEPAGRO

Laboratórios	Quantidade/Ano		
	1999	2000	2001
Laboratório de Fixação Biológica do Nitrogênio	250	255	280
Laboratório de Tecnologia de Sementes	9.352	6.148	4.625
Laboratório de Química e Física Agrícola	67.536	52.434	50.141
Laboratórios da FEPAGRO SAÚDE ANIMAL	72.705	63.405	42.084
Total	149.843	122.242	97.130

Fonte: FEPAGRO

Durante a reestruturação, foi constatado que havia um grande estoque de conhecimentos gerados pela Fundação, ainda não repassados ao agricultor familiar. No sentido de corrigir esse problema, a FEPAGRO vem envidando esforços para melhorar a comunicação dos conhecimentos científicos e das tecnologias geradas, bem como para prestar contas e divulgar a missão institucional, junto à sociedade.

Dentre esses esforços estão os dias de campo, seminários, cursos e publicações, participação em feiras e exposições, artigos em jornais e participação de programas de rádio e televisão.

Verificou-se, na atual gestão, um crescimento nas receitas, proveniente de repasses do Tesouro do Estado, recursos próprios oriundos da produção e da prestação de serviços, bem como de receitas de convênios, notadamente, financiamentos a projetos de pesquisa. É oportuno salientar uma redução nos repasses de recursos oriundos do Tesouro do Estado, no ano de 1999, uma vez que esse orçamento foi aprovado no ano anterior, ainda na gestão passada.

2.2.2- Fundação de Ciência e Tecnologia – CIENTEC

Objetivando o desenvolvimento tecnológico do Estado, a prestação de serviços e o apoio à comunidade na solução de problemas técnicos, foram executadas pela CIENTEC, diversas ações tais como:

Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento – No período de 1999 a 2001, foram desenvolvidas mais de 20 projetos de pesquisa, tais como o da mamona, secador de grãos, sacarose, rochas ornamentais, semeadeira de arroz irrigado pré-germinado, hidrólises de butenos, argamassa aglotec, termochar, cal pozolânica, entre outros, que envolveram um investimento de mais R\$ 1,7 milhão.

Prestação de Serviços Tecnológicos - Os serviços tecnológicos referentes a ensaios, calibrações e inspeções são prestados através de 35 laboratórios nas áreas de Metal-Mecânica; Geotecnia; Construção Civil; Química; Alimentos; Eletroeletrônica e Engenharia de Processos.

Os clientes da CIENTEC são constituídos por pessoas físicas, micro, pequena, média e grande empresas do setor privado, além de empresas públicas municipais, estaduais e federais.

Atendimento aos Clientes - O atendimento de solicitações de serviços tecnológicos referentes a ensaios, calibrações e inspeções registrou 10.134 solicitações, sendo 1.800 novos clientes e foram emitidos 30.367 laudos técnicos

O faturamento referente a prestação de serviços tecnológicos, no período de 1999 a 2001, é de R\$ 4,6 milhões, refletindo um aumento de produção em torno de 30%, superior ao período de 1995 a 1998.

A Biblioteca - Departamento de Informação Tecnológica atendeu no período 15.806 consultas de pesquisadores, tanto internas como externas. Foram realizados 2.006 empréstimos de material bibliográfico.

Parcerias - Foram celebradas diversas parcerias:

➤ **Parceria no CTCA com a UFRGS** - O Centro de Testes em Componentes Automotivos (CTCA) que reúne laboratórios de duas instituições - CIENTEC e UFRGS em parceria, está se consolidando com a interação com o Laboratório de Metalurgia Física (LAMEF) da Escola de Engenharia da UFRGS. As atividades conjuntas, inclusive, com a participação em feiras e exposições, a ampliação do Laboratório de Ensaios de Fadiga e a implantação do Laboratório de Emissões Veiculares, fortaleceram o CTCA.

A ampliação das instalações físicas do Laboratório de Ensaios de Fadiga, duplicando sua área útil (obras em andamento) e a aquisição de três novos módulos atuadores lineares (fase de importação), que conta atualmente com apenas um módulo, possibilitará um incremento significativo da sua capacidade operacional, constituindo-se em laboratório de referência no País.

A qualificação da oferta de serviços tecnológicos, principalmente para a área automotiva, dará competitividade para este importante setor da indústria gaúcha, com a atuação do CTCA.

➤ **Parceria do CQPE com a PUC-RS** - O Centro de Qualificação de Ensaio em Produtos Eletroeletrônicos reúne os laboratórios de Eletroeletrônica da CIENTEC e do LABELO da PUC-RS, constitui uma iniciativa pioneira no País nesta área, integrando 10 laboratórios destas 02 instituições. O CQPE será um centro de referência no Mercosul dando apoio tecnológico para aumentar a competitividade dos produtos da indústria eletroeletrônica.

Sua atuação possibilitará a oferta de serviços de ensaios imprescindíveis para a indústria certificar seus produtos no mercado interno e externo. Além de encontrar no CQPE o apoio para o desenvolvimento de seus produtos.

Implantação do Laboratório de Emissões Veiculares - Desde o 2º semestre de 2000, a CIENTEC vêm implantando o Laboratório de Emissões Veiculares integrante do Centro de Testes de Componentes Automotivos, projeto este sob a responsabilidade da CIENTEC e UFRGS, com recursos próprios na execução de serviços de engenharia e arquitetura para elaboração de projeto executivo e execução da reforma do Prédio 08, e com serviços de instalações dos equipamentos doados pela empresa ECHLIN DO BRASIL IND. COM. LTDA de São Paulo, através da DANA AMERICA DO SUL. Os equipamentos doados que integram o complexo denominado "LABORATÓRIO DE EMISSÕES VEICULARES", exigiram investimento em infraestrutura de R\$ 494,5 mil.

O Laboratório possibilitará: avaliação de emissões veiculares, fornecer subsídio para desenvolvimento de motores, homologação de veículo (quanto a emissão de gases/poluição atmosférica), desenvolvimento de combustíveis, maior capacidade do Centro de Testes Automotivos, apoio ao DETRAN no controle de poluição ambiental, realização de auditoria de Centro de Inspeção Veicular, pela CIENTEC.

Convênios - Dentre os convênios firmados, destacamos o celebrado com o Ministério Público Estadual, Delegacia de Defesa do Consumidor, INMETRO e CIENTEC, nos quais são estabelecidas as bases para uma ação conjunta destas entidades para prevenir e coibir fraudes e adulterações nos combustíveis comercializados no Estado. Esta iniciativa pioneira no país, tem sido a principal defesa dos consumidores contra organizações criminosas que vinham adulterando os combustíveis, causando graves danos aos veículos. Diversos postos de revenda e de distribuição foram autuados, com o indiciamento de dezenas de envolvidos.

A CIENTEC investiu cerca de R\$ 400 mil na instalação infra-estrutura laboratorial para dar suporte técnico a essas ações.

Além deste, foram firmados convênios com várias instituições para desenvolvimento de pesquisas em diversas áreas.

Ações de Apoio ao Empreendedorismo e à Inovação Tecnológica - As ações de apoio ao empreendedorismo e à inovação tecnológica consistiram na instalação da Incubadora Tecnológica CIENTEC - ITC e na Incubadora Tecnológica de Design de Produto, que tem como missão promover um ambiente facilitador para o

surgimento de novas empresas no âmbito tecnológico, visando ao desenvolvimento econômico e social do Estado, através da criação e/ou consolidação de postos de trabalho e geração de renda.

➤ Incubadora Tecnológica CIENTEC - ITC: localizada na Sede da CIENTEC, dispõe de 11 módulos distribuídos em uma área total de 465m², operando desde setembro de 1999, ocupados por empresas incubadas, diversificando as áreas de atuação da CIENTEC, além de seguir uma tendência internacional de centros tecnológicos de investimentos, para a criação de novas tecnologias.

As empresas incubadas geraram 72 postos de trabalho de setembro de 1999 a dezembro de 2001.

➤ Incubadora Tecnológica de Design - ITCD: localizada no Campus da CIENTEC, no município de Cachoeirinha, com uma área construída de 1.100m², dispõe de 17 módulos. A implantação de uma Incubadora de base tecnológica voltada para o design de produto, busca ampliar as ações de empreendedorismo no cenário de produtos, especialmente no foco de design. O design tem sido uma estratégia crescentemente utilizada, devido a sua importância como fator de diferenciação e agregação de valor aos produtos e serviços, além de qualidade e preço, dando aos produtos maior competitividade no mercado. A Incubadora Tecnológica CIENTEC de Design - ITCD se propõe a ser um agente facilitador de novos empreendedores, desenvolvendo profissionais de design, gerando novos produtos e melhoria nos existentes.

Investimentos em Infra-Estrutura - Os investimentos na melhoria da infraestrutura laboratorial, com a reforma e ampliação de diversos laboratórios, a implantação de novos laboratórios e o reequipamento com novos e modernos instrumentos, visaram o atendimento às exigências técnicas para o credenciamento junto ao INMETRO; a filiação junto à Rede Metrológica-RS, e a maior capacitação técnica, possibilitando a instituição tornar-se um dos centros tecnológicos, com melhor infraestrutura laboratorial do país.

Foram investidos no período 1999/2000/2001 cerca de R\$ 7,8 milhões, contra R\$ 3,7 milhões no período 1996/1997/1998.

Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - Com o reequipamento dos laboratórios, desde 1999 até a presente data, foi afastada a possibilidade de sucateamento que ameaçava a CIENTEC, atualizando e ampliando os mesmos, de maneira a colocar a instituição no caminho para o reconhecimento como um dos centros tecnológicos de excelência no país, bem como, atender as demandas com maior eficiência e eficácia.

Os investimentos em equipamentos e material permanente, neste período foram de R\$ 5,4 milhões.

Participação em Projetos de Pesquisa Estratégicos - A CIENTEC, em 2001, atuou em conjunto com a Secretaria da Ciência e Tecnologia em ações estratégicas do Estado na área tecnológica, tais como: a) a qualificação dos recursos humanos do convênio internacional do Rio Grande do Sul com a multinacional Motorola e com o Ministério de Ciência Tecnologia e suas agências para a implantação do Centro de Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC); b) o intercâmbio internacional

com o Instituto Fraunhofer da Alemanha, para as ações do Projeto Centro Tecnológico Avançado do Rio Grande do Sul (CETA-RS).

2.2.3- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul é a agência de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado, vinculada à Secretaria da Ciência e Tecnologia. A FAPERGS busca fortalecer a pesquisa científica e tecnológica realizada por todas as instituições sediadas no Estado e apoiar a qualificação dos institutos de pesquisa e dos pesquisadores que, pela qualidade e relevância do seu trabalho, forem essenciais ao futuro da sociedade gaúcha. Desenvolver a pesquisa em todas as áreas do conhecimento; promover a inovação tecnológica do setor produtivo, o intercâmbio e a divulgação científica, tecnológica e cultural; estimular a formação de recursos humanos, o fortalecimento e a expansão da infra-estrutura de pesquisa são as principais atribuições da Fundação.

É preciso destacar que, no triênio, os recursos investidos pela FAPERGS dobraram em termos reais. Ao contrário do período anterior, no qual a Fundação obteve recursos federais, da Fundação CAPES do MEC e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), os recursos empregados no desenvolvimento das ações da Fundação, em ciência e tecnologia, são oriundos, principalmente, do Tesouro do Estado, uma vez que os recursos de convênios com a CAPES foram substancialmente reduzidos e, os da FINEP, foram zerados a partir de 1999. Os recursos do Estado do Rio Grande do Sul, efetivamente investidos pela FAPERGS, em 2001, ultrapassaram R\$ 18 milhões, representando um crescimento de 50% em relação ao investimento realizado no ano 2000. O crescimento nos investimentos e sua diversificação para inclusão de novos programas consistem na marca da gestão da Fundação, neste Governo.

Os convênios assinados, através da FAPERGS, pelo Governo do Estado, em 2001, com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), repassarão a 95 projetos envolvendo diversas instituições; R\$ 4,07 milhões em bolsas de estudo do CNPq, para o período de 2001-2003; e R\$ 1,8 milhões de recursos federais diretamente para as pesquisas no Programa PADCT, como contrapartida do CNPq aos investimentos já realizados pela Fundação, nesses projetos.

A promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, para o fortalecimento das atividades econômicas do Estado, tem sido o objetivo principal dos programas implementados pela FAPERGS. Tiveram continuidade, em 2001, os programas voltados para setores estratégicos de pesquisa, como os da tecnologia de informação; biotecnologia; bioinformática; agropecuária; e os de inovação na administração e formulação de políticas públicas, estimulando a parceria com co-financiadores empresariais, agências públicas e instituições de pesquisa, sediadas no Rio Grande do Sul. Em 2001, foram apoiados projetos novos em pesquisa ambiental, pesquisa aplicada ao segmento coureiro-calçadista, qualificação da pesquisa em parceria com os sistemas cooperativos de produção e em parceria com os museus sediados no Estado. A Secretaria da Ciência e Tecnologia e a FAPERGS apoiaram, decisivamente, a criação da Rede de Pesquisa em Análise de Genoma e Biologia Estrutural da Região Sul, envolvendo 05 centros de biotecnologia sediados no

Estado e parceiros da região, para os quais solicitaram financiamento do programa federal para recursos genéticos.

Em 2001, a FAPERGS executou o programa aprovado pelo seu Conselho Superior, o qual foi compatibilizado com as políticas governamentais da área e com a disponibilidade efetiva de recursos. Nesse ano, foram iniciados 958 novos projetos, com auxílio financeiro dessa Instituição, e apoiados 1.521 projetos, com bolsas de estudo e pesquisa, sendo importante destacar o número de bolsas destinadas a estudantes de graduação (bolsas de iniciação científica), que auxiliam os pesquisadores, líderes dos projetos. Nessa modalidade de bolsa, em 2001, foram apoiados 1.437 projetos, o maior número de bolsas já concedidas pela Fundação, representando um aumento de 45% sobre o ano de 2000. Esse tipo de bolsa é muito importante, por ser o primeiro contato do jovem acadêmico com a pesquisa.

No conjunto, os projetos iniciados e apoiados no triênio, incluindo a sua divulgação no Brasil e no exterior, somam mais de 3.500 em andamento nas universidades e institutos de pesquisa. Centenas desses contam com parcerias firmadas com entidades públicas e privadas, como empresas e associações. Considerando que, mais de 5.000 pesquisadores estão ativos no Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia, envolvendo cerca de 11.000 alunos de pós-graduação (mestrado/doutorado), a FAPERGS tem cumprido um papel essencial para qualificar esse sistema.

A FAPERGS, no ano de 2001, atuou junto à Secretaria da Ciência e Tecnologia, em ações estratégicas do Estado na área tecnológica, tais como: a qualificação dos recursos humanos do convênio internacional do Rio Grande do Sul, com a multinacional Motorola e com o Ministério de Ciência e Tecnologia e suas agências para a implantação do Centro de Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC); o intercâmbio internacional com o Instituto Fraunhofer da Alemanha, para as ações do Projeto Centro Tecnológico Avançado do Rio Grande do Sul (CETA-RS); e os intercâmbios internacionais previstos no acordo de cooperação do Estado do Rio Grande do Sul com o Estado de Baden-Wuttenberg, os intercâmbios com a agência de intercâmbio alemão DAAD e com a agência DLR do Ministério Alemão de Ciência e Tecnologia. A essas ações somam-se o intercâmbio com a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Equador e com os grupos de pesquisa ingleses, através do Conselho Britânico.

A Política de Ciência e Tecnologia do Governo não é desenhada isoladamente das demais políticas públicas. O compromisso é com o desenvolvimento das tecnologias que, na indústria, na agricultura e nos serviços, representam as novas fronteiras econômicas, cujo domínio é condição *sine qua non* para a manutenção da capacidade local de decisão estratégica nos planos econômico e político. Portanto, os programas de apoio científico e de disseminação tecnológica em todas as regiões gaúchas – articulados com demais órgãos do Estado – devem prosseguir, tendo a FAPERGS co-participação na articulação das ações de pesquisa que potencializam a qualificação dos programas do Estado.

Programa Básico de Amparo à Pesquisa – Este Programa, desenvolvido pela FAPERGS, tem por objetivo apoiar o desenvolvimento de pesquisas em todas as áreas do conhecimento e possui diversas formas de atuação específica que, em conjunto, contribuem para a manutenção, quantitativa e qualitativa, dos grupos de

pesquisa científica e tecnológica existentes no Estado do Rio Grande do Sul. No ano de 2001, foram apoiados 831 projetos, totalizando um aporte efetivo de R\$ 5 milhões. Em números gerais, esse Programa beneficiou, no triênio, 1.589 projetos, somando R\$ 11,9 milhões. No primeiro triênio do Governo anterior, foram apoiados 1.467 projetos, com um total de R\$ 5,9 milhões investidos.

As linhas de atuação, inseridas nesse Programa, são de fluxo contínuo, isto é, as solicitações à FAPERGS e o início dos projetos podem ser realizados em qualquer período do ano.

O Programa Básico pode ser dividido em 05 linhas de atuação principais, quais sejam:

- Edital Geral de Chamadas de Projetos - Visa o financiamento de projetos de pesquisa em todas as áreas do conhecimento. Nos últimos anos, a distribuição regionalizada dos recursos foi considerada em maior detalhe, como forma de evitar a concentração excessiva de investimentos em uma única região do Estado. No ano de 2001, além do Edital de Apoio ao Desenvolvimento Científico-Tecnológico (PROADE), foi lançado um edital direcionado ao apoio da pesquisa nas áreas humanas e sociais aplicadas. No total, foram investidos R\$ 2,4 milhões, em 282 projetos. No triênio, este valor chegou a R\$ 5,4 milhões, em um total de 665 projetos apoiados.
- Auxílios Recém-Doutor - Tem por objetivo a fixação, no Estado, de pesquisadores doutores com titulação recente. Através deste auxílio são concedidos recursos para que os pesquisadores possam iniciar seus projetos de pesquisa junto a uma instituição de ensino e/ou pesquisa. Até 2001, foram concedidos apoio a 106 projetos desta natureza, no total de R\$ 719,6 mil. No triênio, foram 344 auxílios, totalizando R\$ 2,5 milhões.
- Auxílio Pesquisador-Visitante - Financia a estada, em instituições gaúchas, de pesquisadores de outros estados ou países, com o objetivo de integrar grupos de pesquisa e pesquisadores, bem como qualifica os grupos de pesquisa do Estado. No ano de 2001, 35 pesquisadores foram trazidos para o Rio Grande do Sul através desta modalidade, em um total de R\$ 170,6 mil investidos. No triênio, foram investidos R\$ 338,6 mil para um total de 112 pesquisadores.
- Auxílio Organização de Eventos - Visa estimular a realização de eventos científicos no Estado. Nesse sentido, foram apoiados 139 eventos em 2001, totalizando R\$ 975,9 mil. No triênio, foram investidos R\$ 2 milhões em 352 eventos.
- Auxílio Participação em Eventos Científicos - Visa apoiar a divulgação da pesquisa desenvolvida no Rio Grande do Sul, através da participação de pesquisadores do Estado em eventos científicos nacionais ou internacionais, nos quais os pesquisadores possam apresentar seus trabalhos, resultados de pesquisa, bem como trocar experiências com pesquisadores de outros grupos de pesquisa, do Brasil e/ou do exterior. No ano de 2001, foi financiada, de forma completa ou parcial, a participação em eventos de 269 pesquisadores e/ou de seus colaboradores diretos, com um total de R\$ 740,9 mil investidos. No triênio, foram investidos R\$ 1,7 milhão, com 781 projetos de pesquisa divulgados no Brasil e no exterior, através da apresentação de trabalhos envolvendo milhares de pesquisadores do Estado.

Programa de Bolsas de Formação e Pesquisa – O Programa tem por objetivo fomentar a formação de pesquisadores e disponibilizar recursos humanos qualificados para os grupos de pesquisa do Estado. Este é um Programa que abrange

um amplo espectro de atuação, partindo das atividades de iniciação científica e chegando até a fixação, em instituições do Estado, de doutores recém-titulados. Em 2001, a FAPERGS investiu no Programa a quantia de R\$ 4,8 milhões, beneficiando 1.576 bolsistas, nas mais diversas instituições de ensino e/ou pesquisa sediadas no Rio Grande do Sul. No triênio, o número de bolsas chegou a 3.700, em um total de R\$ 10,3 milhões aplicados. No primeiro triênio do Governo anterior, foram concedidas 4.540 bolsas por esse Programa, em um total de R\$ 9,9 milhões.

É importante destacar que o valor anual de cada bolsa de iniciação científica, que é o principal programa de bolsas da FAPERGS, foi duplicado na gestão 1999-2001.

O Programa de Bolsas de Formação e Pesquisa está dividido em 02 blocos principais:

- Bolsas de Iniciação Científica – Programa de bolsas mais importante da FAPERGS, tem por objetivo iniciar estudantes de graduação, em atividades de pesquisa, sob a supervisão direta de pesquisador sênior. No ano de 2001, este Programa contou com 75% dos recursos destinados para o Programa de Bolsas. Nesse mesmo ano, foram R\$ 3,7 milhões aplicados, beneficiando 1.437 bolsistas. Trata-se do maior número de bolsas de iniciação científica já concedido pela FAPERGS, em um único ano, em toda a sua existência. No triênio, foram investidos R\$ 8,2 milhões em 3.311 bolsas.
- Outras Bolsas – Existem outras modalidades de bolsas oferecidas na FAPERGS, nas quais foi investido R\$ 1 milhão, no ano de 2001, beneficiando 139 bolsistas. No triênio, foram 389 bolsas, totalizando R\$ 2,7 milhões investidos. Dentre elas, cabe ressaltar as seguintes modalidades de bolsa incluídas neste grupo:
 - Bolsa Recém-Doutor – tem por objetivo fixar, nas instituições do Estado, doutores recém-titulados e que não mantêm vínculo empregatício com a instituição de pesquisa.
 - Bolsa Pesquisador-Visitante – possibilita a permanência no Estado de pesquisadores vinculados a instituições de ensino e/ou pesquisa de outros estados brasileiros e, mesmo, de outros países.
 - Bolsa de Mestrado e Doutorado Emergenciais – destinada para cursos de pós-graduação recém-criados e que não possuem cotas de bolsas de mestrado e doutorado de órgãos federais, tais como CNPq e a CAPES.
 - Bolsa de Iniciação Tecnológica e de Estágio Técnico – direcionada a estudantes e a diplomados do ensino técnico, respectivamente, com o intuito de iniciá-los na atividade de pesquisa, sob a supervisão direta de pesquisador sênior.

Programa de Apoio à Pesquisa através de Convênios – O Plano, conveniado em abril de 2001 com o CNPq, prevê a realização de 83 projetos de pesquisa e desenvolvimento. Para estes, a FAPERGS aportou o total de R\$ 1,5 milhão em 2001. O CNPq aportará R\$ 4,1 milhões em bolsas, no período 2001 a 2003.

O Programa do PADCT, conveniado pela FAPERGS com o CNPq, em junho de 2001, prevê um aporte total, pela Fundação, de R\$ 879 mil no biênio 2001/2002, para um total de 12 projetos. A FAPERGS investiu, em 2001, R\$ 265 mil nestes projetos, envolvendo as áreas de materiais, saúde, engenharia, tecnologia biológica, entre outros.

A FAPERGS, em 2001, atuou, conjuntamente com a Secretaria da Ciência e Tecnologia, em ações estratégicas do Estado na área tecnológica, tais como: qualificação dos recursos humanos do convênio internacional do Rio Grande do Sul com a multinacional Motorola e com o Ministério de Ciência Tecnologia e suas agências para a implantação do CEITEC; intercâmbio internacional com o Instituto Fraunhofer da Alemanha, para as ações do Projeto CETA-RS; intercâmbios internacionais previstos no acordo de cooperação do Estado do Rio Grande do Sul, com o Estado de Baden-Wuttenberg; intercâmbios com agências internacionais como o DAAD (Alemanha), DLR do Ministério Alemão de Ciência Tecnologia, Senacyt (Equador), Conacyts (Uruguai e Argentina), e o Conselho Britânico (BC, do Reino Unido). Para essas, ações a FAPERGS alocou investimentos de R\$ 561,6 mil em 41 projetos. No triênio, foram investidos R\$ 2,7 milhões em um total de 66 projetos.

Programa de Apoio à Pesquisa em Áreas Estratégicas – O Programa tem por objetivo apoiar o desenvolvimento de projetos de pesquisa em áreas estratégicas para o Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com as definições do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia. As áreas que se enquadram neste Programa são: Agropecuária e Ambiente; Biotecnologia; Informática; e Química e Materiais.

Para viabilizar os investimentos nessas áreas foram lançados editais de chamada de projetos, com o intuito de financiar os projetos mais relevantes para o Estado, através da avaliação do conteúdo e da equipe envolvida em seu desenvolvimento. No ano de 2001, foram investidos R\$ 5 milhões nesse Programa, dos quais R\$ 2,4 milhões foram destinados a 74 novos projetos e R\$ 2,6 milhões para projetos contratados em anos anteriores.

A seguir é apresentado um resumo dos investimentos realizados nessas áreas.

- Agropecuária – Em 2001, foram apoiados 26 projetos através de edital específico, em um total de R\$ 1 milhão investidos. Nesse ano também foram pagas parcelas de projetos referentes a editais de anos anteriores, totalizando R\$ 600 mil. O total investido na área, nesse ano, foi de R\$ 1,6 milhão. No triênio, foram apoiados 84 projetos em um total de R\$ 2,2 milhões investidos.
- Biotecnologia – Em 2001, foi lançado edital específico para esta área do conhecimento, tendo sido investido R\$ 903,5 mil em 22 novos projetos. No triênio, foram beneficiados 39 novos projetos, em um total de R\$ 1,4 milhão investidos.
- Informática – Através de edital lançado no ano de 2001, foram apoiados 26 novos projetos na área de tecnologia da informação, em um investimento de R\$ 869,3 mil. Nesse mesmo ano, mais R\$ 352,8 mil foram investidos em projetos contratados em anos anteriores, em um total de R\$ 1,2 milhão investidos. No triênio, foram apoiados 53 novos projetos nessa área, com um investimento de R\$ 1,4 milhão.
- Química – No ano de 2001 não houve lançamento de edital específico para a área, mas no triênio foram investidos R\$ 344,6 mil.

Programa de Apoio a Pesquisas Temáticas e Setoriais – O Programa objetiva viabilizar o financiamento de projetos, de acordo com as demandas dos grupos de pesquisa sediados no Estado, em consonância com a visão estratégica da FAPERGS, em sintonia com a Política de Ciência e Tecnologia definida pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, pela Secretaria da Ciência e Tecnologia e pelo Estado. As áreas temáticas e setoriais eleitas para esse Programa recebem

investimentos através de editais de chamada de projetos. No ano de 2001, foram investidos R\$ 1,7 milhão nesse Programa. As áreas temáticas e setoriais eleitas mais recentemente para o lançamento de editais foram:

- Centros de Pesquisa – Com o objetivo de modernizar os centros de pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, este edital foi lançado em 2000 e pago em 2001, no qual foram investidos R\$ 319,5 mil em 21 projetos. No triênio, foram investidos R\$ 2,2 milhões em editais relacionados a este tema.
- Tecnologias Mais Limpas – Edital lançado em 2000, com o objetivo de fomentar pesquisas na área de tecnologias limpas. No ano de 2001, foram investidos R\$ 208,8 mil e, no triênio, foram financiados 16 projetos, com um total de R\$ 479,6 mil.
- Políticas Públicas – Os investimentos nesta área têm por objetivo o financiamento de projetos que visem à resolução de problemas sociais e/ou o estímulo a novas formas de atuação dos poderes públicos. Nesse sentido, foram lançados 02 editais no último triênio, um em 1999 e outro em 2000. Em 2001, foram investidos R\$ 903,7 mil no apoio financeiro de projetos vinculados a esses editais e, no triênio, foram apoiados 61 projetos, totalizando R\$ 1,4 milhão investidos.
- Interação Universidade Empresa – Edital lançado em 1999, com o intuito de estimular a integração entre o setor empresarial e o ambiente acadêmico. Em 2001, foram investidos R\$ 201,7 mil em projetos ligados a este edital. No triênio, foram investidos R\$ 1,7 milhão nesse edital, referente às chamadas de 1997 a 1999.
- Saúde – No triênio, foram investidos R\$ 1,3 milhão em projetos da área, em atendimento aos editais e programas lançados no período de 1998 a 2000.
- Outros Editais – Ainda, no ano de 2001, foram investidos R\$ 15,3 mil em outros editais lançados em anos anteriores. No triênio, foram R\$ 510,3 mil investidos em outros editais, tais como: Rede Estadual de Pesquisa (Rede Tchê), Mecatrônica, etc.

2.3 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS – SEDA

O conjunto das ações desenvolvidas pela SEDA, a seguir descrito, demonstra a preocupação com o desempenho das empresas da matriz produtiva existente, com a geração de ambientes favoráveis e inovadores, básicos para a competitividade e o dinamismo econômico das diversas regiões, e com a formação de redes de economia popular solidária, voltadas para o pequeno capital e trabalhadores.

Incubadoras Empresariais – Este Programa foi desenvolvido a partir da transformação das ações estruturadas sobre a forma de condomínios em incubadoras industriais - estruturas de apoio à criação e consolidação de micro e pequenas empresas - constituindo-se em instrumentos de concretização das reais potencialidades dos municípios, levando em conta o potencial local de desenvolvimento industrial, além do comprometimento da comunidade com o empreendimento, critério de escolha que busca maximizar os benefícios dos recursos públicos e a melhor distribuição do desenvolvimento no território gaúcho.

O objetivo de despertar o potencial industrial nas localidades de fraco ou nenhum desempenho industrial está sendo alcançado através de 109 convênios firmados com municípios, que priorizaram o fortalecimento de micro e pequenos empreendimentos, totalizando o valor de R\$ 6,4 milhões para a construção de 670 módulos, nas regiões dos COREDES.

Em outubro de 2000, foi iniciada, de forma mais incisiva, a segunda fase do Programa, que trata das ações de sensibilização e motivação de agentes locais para a constituição de empresas, que virão a ocupar os módulos de incubação. Nesse sentido, foi realizada a 1ª Jornada Gaúcha de Gerentes de Incubadoras, que capacitou 84 gerentes disponibilizados pelos municípios conveniados, assim como efetivadas diversas reuniões e visitas técnicas de motivação e esclarecimento a empreendedores locais, tanto através do Programa Capacitação Empresarial, como através de contrato de consultoria com a agência de cooperação técnica alemã Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit – GTZ.

Em 2001, foi dado prosseguimento ao processo de sensibilização dos agentes locais, o que oportunizou a especificação das demandas realizadas através do OP, resultando no estabelecimento de 19 novos termos de cooperação técnica, financiamento e fiscalização. Essa atuação permitiu superar a meta prevista pelo Programa de 100 incubadoras. O investimento realizado, pelo Governo do Estado, nesses novos convênios, importa em R\$ 1,7 milhão, correspondente a 135 módulos.

Programa de Economia Popular e Solidária (ECOPOP) – O Programa objetiva criar uma rede de apoio, de modo a beneficiar as cooperativas de trabalhadores e grupos de empreendedores autogestivos, bem como assessorar e fomentar iniciativas organizadas de trabalhadores através destes empreendimentos. Em 2000, a meta atingida foi de 98 projetos, cujos resultados se resumem na criação e manutenção de 8.154 postos de trabalho.

Foram também realizados 21 cursos de capacitação para associados e cooperativados, em 12 municípios, com a participação de 747 trabalhadores. Foi realizado em Porto Alegre o Seminário Internacional “Trabalho e Economia Solidária: Políticas Públicas para o Desenvolvimento”, o qual permitiu a interação de experiência de diversos países e segmentos sociais e governamentais do RS e Brasil. O Programa, já interiorizado, realizou 04 cursos de preparação de agentes encarregados de sua expansão, 03 feiras e 01 mostra, estas em conjuntos com outras entidades.

No ano de 2001, foram acompanhados 301 projetos de empreendimentos econômicos, beneficiando 10.656 trabalhadores; desses, 143 estão em atividade, 87 em constituição e 71 não lograram sucesso. Foi firmado convênio com 06 universidades que tem como objeto a capacitação do processo técnico-produtivo das empresas, o que inclui a elaboração de diagnósticos, projetos de viabilidade econômica e projetos de financiamento. Foram lançadas, através do BANRISUL, linhas de crédito específicas, com taxas de juros reduzidas e exigência de garantias diferenciadas para os empreendimentos com faturamento anual de até R\$ 729 mil.

Além disso, foi promovida a ampliação do Terminal de Comercialização Direta de Santa Maria, apoiado pelo Programa com R\$ 81 mil, assim como viabilizada a disponibilização de equipamentos e adequações físicas de prédio para a instalação da incubadora popular tecnológica do setor coureiro-calçadista no Município de Estância Velha, em parceria com a Caritas de Novo Hamburgo e a Prefeitura, a ser inaugurado no início de 2002. Realizados 25 eventos de divulgação e sensibilização para economia popular solidária; 90 cursos de capacitação em gestão e gerenciamento para associados; a 3ª Feira Estadual de Economia Popular Solidária e apoiada a realização de 5 feiras regionais – Santa Maria (Central), Novo Hamburgo (Vale Rio dos

Sinos), Passo Fundo (Produção), Santa Rosa (Fronteira Noroeste), e Caxias do Sul (Serra).

Extensão Empresarial - Com a implantação do Programa, em 1999, foi realizado levantamento, junto a entidades de ensino e pesquisa, quanto à existência de serviços a serem ofertados, especialmente no que se refere ao setor coureiro-calçadista, o qual foi precursor na implantação de Núcleo de Extensão Empresarial de Novo Hamburgo. O resultado desse esforço foi à parceria com 16 Universidades, voltada à identificação de problemas técnicos, gerenciais e/ou tecnológicos, e a indicação de alternativas para solucioná-los, a partir da introdução de inovações em produtos e/ou processos produtivos, baseando-se nas metas e objetivos de apoio governamental às micro e pequenas empresas industriais gaúchas. Até 2001, foram organizados 25 Núcleos de Extensão Empresarial. Participam dos Núcleos aproximadamente 234 profissionais especializados. O dispêndio efetuado foi de R\$ 4,8 milhões, beneficiando 6.688 empresas e envolvendo 77.326 trabalhadores.

Promoção Comercial e Cooperação Técnica Internacional - O conjunto das ações desenvolvidas, visa melhorar o desempenho comercial no Brasil e no exterior do segmento industrial. Nesse sentido, o Governo do Estado já apoiou, através da SEDAI, a participação de 530 empresas gaúchas em 32 feiras, sendo 06 no RS, 15 no Brasil e 10 no Exterior, proporcionando 35.215 contatos comerciais, para 198 micros, 222 pequenas, 71 médias, e 39 grandes empresas.

A estratégia do Governo tem sido a de diversificar esse apoio, dando destaque aos setores Calçados, Moveleiro, Agroindustrial, Informática, com ênfase no melhor desempenho e relacionamento comercial de micro, pequenas e médias empresas. Em 2000, foram assinados protocolos para instalar 08 Escritórios de "Trade Point", dos quais foram instalados escritórios no Vale do Rio dos Sinos e Serra. Em 2000, foram realizados 10 cursos de capacitação em negócios internacionais, beneficiando 200 empresas. Em 2001, foram conveniadas 8 instituições para a realização de 33 cursos, em 11 regiões, beneficiando 560 empresas.

A realização do 4ª Encontro de Embaixadores, com a presença de 11 países membros da Associação Latino Americana de Integração (ALADI), atendeu 175 empresas. O envio de missão governamental e empresarial à China se constituiu na primeira ação concreta de um estado brasileiro após a entrada da China na OMC, em busca de fortalecimento do intercâmbio comercial com aquele País.

Dois novos Acordos de Fraternidade foram financiados pelo RS com a Província de Hubei, na China, e com a Região de Vêneto na Itália. Esse último foi uma realização do Governo do Estado durante a Missão Europa, que divulgou o II Fórum Social Mundial, buscando cooperação financeira para projetos de inclusão social, cooperação técnica na área agrícola, e enfatizando as pequenas propriedades rurais. O atendimento ao público teve intensa movimentação, especialmente pelas Redes de Negócios, atividade através da qual foram realizadas palestras como forma de divulgação e apresentação dos serviços oferecidos. Até 2001, 15.000 empresas se cadastraram na Bolsa de Negócios, tendo propiciado 29.390 oportunidades de negócios em 2000 e 30.000 em 2001, entre consultas efetuadas à Rede de Negócios e acesso via Internet.

Apoio ao Desenvolvimento Empresarial – Com o objetivo de motivar o empreendedorismo, destacando o trabalho de conscientização e mobilização das comunidades para o desenvolvimento local, foram desenvolvidas diversas ações de suporte técnico visando ao fortalecimento das micro e pequenas empresas. Na área de capacitação empresarial, foram firmados 16 convênios com Universidades do Estado e qualificados 35 professores universitários para a execução da atividade de formação de empresários. Foram qualificados 2.202 empresários, em 21 regiões do Estado, através da realização de 144 cursos. O programa de capacitação é responsável, ainda, pela realização de cursos de formação de gerente para incubadoras. Na área de crédito, foi formatado o Programa de Crédito Assistido, através do qual foram estabelecidos convênios com 40 instituições capacitadas para o desempenho de assessoria técnica aos tomadores de crédito em qualquer região do Estado. Lançado em outubro/2000, o Programa conta com 1.776 projetos aprovados nas 22 regiões do Estado, totalizando R\$ 19,1 milhões em financiamentos concedidos.

Por outro lado, foi concebido em 2000, o Programa Microcrédito, em parceria com a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (STCAS), para atendimento de empreendedores formais e informais, cujas necessidades financeiras de pequeno valor não eram enquadradas pela rede bancária. Em 2001, foi iniciado o trabalho de sensibilização e divulgação do Programa nas regiões, bem como o estímulo à formação de Instituições Comunitárias de Crédito (ICCs). Ainda nesse ano, foram instituídas 05 ICCs: Passo Fundo, Bagé, Santa Maria, Caxias do Sul e Pelotas. As fontes de recursos em negociação são o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), Agência de Fomento, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Outra atividade de apoio ao pequeno capital é o Programa de Redes de Cooperação Empresarial. Em 2000, foi firmado convênio com a Federação dos Estabelecimentos de Ensino Superior de Novo Hamburgo (FEEVALE) e capacitados 07 consultores, os quais iniciaram a formação de 04 redes, sendo 03 na Região Metropolitana de Porto Alegre (Casas de Carnes, Material de Construção e Padarias e Confeitarias) e 01 na Região da Serra (Indústria de Estofados e Complementos). Em 2001, o Governo realizou investimento de R\$ 1,8 milhão para atender a 20 regiões, através do qual foram constituídas redes de diversos setores, abrangendo 557 empresas. Por fim, foram intensificados os trabalhos das Câmaras Setoriais, com vistas ao debate com entidades empresariais, de trabalhadores e congêneres dos diversos setores e à uniformização das informações a respeito das políticas públicas. Foram realizadas 122 reuniões setoriais das diversas Câmaras Setoriais.

Sistema Estadual de Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas (SEADAP) – Dentro dos projetos relativos a este Sistema, foi montada uma equipe de trabalho no sentido de revisar as concessões de incentivos efetivados e processos pendentes de homologação. Atividade através da qual foi efetuada a reestruturação do Sistema, operação de fiscalização do FUNDOPEM/RS, que resultou em alterações, tais como a definição de novo modelo de carta-consulta para a solicitação de incentivos, agregando mais informações sobre o projeto, a empresa e os indicadores sócio-econômicos; revisão da legislação pertinente ao Fundo; e edição de nova regulamentação para a Lei n. 11.028/97, através do qual o FUNDOPEM/RS deixa de ser um instrumento de renúncia fiscal, para transformar-se em um financiamento com base fiscal. Fortalecendo, assim, o Sistema Estadual de Investimentos, potencializando a geração de empregos diretos, desconcentração da produção

industrial, através da extensão do benefício às pequenas e médias empresas, diversificando e solidificando a matriz produtiva. Foram concedidos incentivos financeiros para 11 projetos industriais, a serem instalados em distritos industriais do Estado, e incentivo material para as obras de implantação da DELL Computadores do Brasil, em Alvorada – parte dos compromissos anteriormente formados pelo Estado com a Empresa, todos ao amparo do PROEDI.

Foram concedidos incentivos financeiros ao amparo do FUNDOPEM para apoio à expansão e/ou implantação de 53 plantas individuais para investimentos da ordem de R\$ 212 milhões, com expectativa de geração de 2.996 novos empregos distribuídos em 29 municípios. Foram postos em análise e arquivados, por não terem as empresas propiciado condições de implementação e/ou por não demonstrarem a suficiência de recursos, 390 projetos protocolados, dos quais 356 ao amparo do Art. 14 da Lei n. 11.028/97, FUNDOPEM - Fundo Perdido e 34 operações de FUNDOPEM - Financiamento.

No campo da revisão dos processos de concessão, 47 empresas incentivadas tiveram revogados os seus decretos de concessão, por apresentarem problemas fiscais com os agentes financeiros ou por infringências ao regulamento do Programa. Em função de problemas detectados no acompanhamento do Projeto, 20 empresas sofreram penalização, sendo que 09 tiveram seus benefícios cessados, em razão de irregularidades verificadas, e 11 tiveram o incentivo suspenso.

Por outro lado, no campo da atração e fomento aos investimentos estratégicos, foram envidados esforços na conquista de uma planta de *medium density fiberboard* – MDF, importante matéria-prima para o setor moveleiro, tendo sido coroados pela assinatura de um protocolo com o Grupo ISDRA, para investimentos da ordem de R\$ 142,5 milhões e geração de 530 novos empregos.

Apoio ao Fomento Industrial – Em 1999, foram desenvolvidas ações para apoiar os setores industriais existentes, especialmente aqueles que, por motivos conjunturais, enfrentavam dificuldades. Nesse sentido, foram elaborados projetos e diagnósticos para os setores coureiro-calçadista, pesca, plástico, moveleiro e autopeças.

Após a estruturação da base teórica dos Sistemas Locais de Produção (SLP), cujo ápice foi atingido no Seminário Internacional, realizado em março de 2000, em Porto Alegre. A metodologia começou a ser aplicada em 05 setores priorizados: o Coureiro-Calçadista, na Região do Vale do Rio dos Sinos; o Conserveiro, na Região Sul; o Moveleiro e o de Autopeças, na Serra; e o de Implementos Agrícolas, na Região Noroeste. O desenvolvimento dos trabalhos envolveu visitas de sensibilização, seminários, oficinas e reuniões dos fóruns criados para cada SLP, durante o 2º semestre. As ações vem sendo articuladas com os parceiros locais, estaduais e federais, inclusive convênios com diversas universidades e contratos com instituições de pesquisas, visando à execução de serviços específicos, consolidação de linhas de crédito, promoção comercial, ampliação da extensão empresarial e apoio a iniciativas autogestionárias, disponibilizando através deste Programa articulação com os demais serviços ofertados pela Secretaria.

Dentro do Programa de Apoio aos SLPs está o Programa para o Setor Coureiro-Atacadista, importante segmento econômico do RS e gerador de muitos

empregos. Através dele foi disponibilizada uma linha específica de crédito, que liberou, até outubro de 2001, em torno de R\$ 13 milhões para financiamentos de médio e longo prazos, além disso através de uma parceria entre o Governo do Estado, entidades do setor e a FEEVALE foi criado o Centro Integrado de Inovação em *Design* – o primeiro do País – que realizará serviços de pesquisa, modelagem e ensaios laboratoriais às empresas do setor. O Programa inclui, ainda, várias outras ações, como o incentivo às empresas participarem em feiras de negócios nacionais e internacionais (170 empresas do setor participaram com o apoio do Governo até dezembro de 2001), e através do Programa de Extensão Empresarial estão sendo beneficiadas, aproximadamente, 370 empresas.

A SEDAI, em parceria com órgãos Federais, Estaduais e instituições privadas, também venceu etapas importantes nos Programas de Fomento dos segmentos de Pedras Preciosas, Rochas Ornamentais, Cerâmica, Supergelados e Hortaliças, Pró-Guaíba, Porto de Porto Alegre e diversos programas agroindustriais.

Distritos e Áreas Industriais – Em 1999, foi desenvolvido um conjunto significativo de ações de apoio à implementação e desenvolvimento de espaços industriais, com vistas ao incremento da geração de trabalho e renda, destacando-se as intervenções no Distrito Industrial de Alvorada-Viamão (DIAV); estudos para alternativa de ocupação da área do Complexo Automotivo em Guaíba; tratativas com órgãos e empresas públicas na busca de soluções para fornecimento de infra-estrutura básica nos distritos industriais; e investimentos na reforma do Distrito Industrial de Rio Grande.

Durante o ano de 2000, a SEDAI desenvolveu um conjunto de ações relativo aos espaços industriais de propriedade do Governo e dos municípios, destacando-se: execução e fiscalização de obras no Distrito Industrial de Alvorada e Viamão (DIAV); atendimento a empresários na venda de lotes dos Distritos Industriais, laudos técnicos de avaliação e ensaios; assessoramento a 07 municípios na elaboração de Planos Diretores de áreas industriais; repasse de recursos financeiros para o Município de Campo Bom; e habilitação ao repasse para os Municípios de Caseiros, Harmonia, Panambi, Salto do Jacuí, Santo Augusto, Tapejara e Tucunduva.

Em 2001, foram atendidas as Regiões Nordeste, Noroeste Colonial, Produção e Vale do Rio Pardo, com auxílio financeiro para implantação de infra-estrutura na área industrial, atendendo às demandas do Orçamento Participativo. Essa ação foi complementada pelo assessoramento técnico prestado aos municípios para a implantação de áreas industriais, que ocorreu também nas Regiões Norte, Central, Serra, Alto do Jacuí e Fronteira Oeste.

Programa Gaúcho de Informática – Com base nos debates e trabalhos que redundaram na organização do “Fórum de Desenvolvimento da Informática Gaúcha”, o Governo do Estado lançou o Programa Gaúcho de Informática no ano de 2000. O apoio governamental ao setor se desenvolveu em 04 grandes eixos:

- A criação do CEITEC possibilitará a fabricação e prototipagem de *chips*, transformando o RS em referência mundial na área. O investimento de US\$ 25 milhões é dividido entre os signatários brasileiros e a Motorola, em aproximadamente, 50% para cada parte.
- Financiamento de empresas do setor com 23 pedidos encaminhados ao BRDE e 13 ao BANRISUL.

- A área de pesquisa e desenvolvimento é apoiada pelo Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Informática, a cargo da Secretaria da Ciência e Tecnologia, objetivando o aumento da qualidade e da produtividade no setor, contemplando inovação, capacitação dos agentes de produção e testes de produtos.
- A SEDAI patrocinou a presença de 11 empresas de Informática na Feira Comdex 2000, em São Paulo, com despesas de R\$ 227 mil, facilitando o acesso aos mercados para pequenas empresas.

Centros Regionais de Desenvolvimento, Trabalho e Renda (CRDTR) – Buscando descentralizar os instrumentos de apoio ao fortalecimento da atividade produtiva gaúcha, a SEDAI, a STCAS e a FGTAS, estão em processo de implantação 26 CRDTR nas 22 regiões do OP. Os CRDTRs possuem um conjunto de programas e projetos das 02 Secretarias e da FGTAS, funcionando de forma articulada, em apoio ao desenvolvimento local e à geração de trabalho e renda.

Em 2000, foram implantados 10 CRDTRs. Nos Centros, a SEDAI desenvolve 02 programas estruturadores da ação da Secretaria nas regiões: a Economia Popular e Solidária e a Extensão Empresarial, além de viabilizar o acesso ao conjunto dos demais programas e projetos que podem ser demandados pelas regiões. Em 2001, foram implantados 08 novos CRDTRs. A ampliação do número de Centros foi acompanhada pelo acesso a outros programas da Secretaria: Redes de Cooperação e Instalação de Escritórios *Trade Point* no Vale dos Sinos e na Serra.

Junta Comercial – Nessa área, destaca-se a descentralização da Junta Comercial, através da implantação de escritórios regionais, os quais visam fundamentalmente facilitar o acesso aos serviços da Junta. Foram inaugurados Escritórios Regionais em São Francisco de Assis, Esteio, Garibaldi, Charqueadas e Gramado.

2.3.1- Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportações do Rio Grande – ZOPERG/RS

Tendo em vista o impasse vivido pelo Programa Nacional de Zonas de Processamento de Exportações, foram executadas as seguintes ações:

- Em 2000, instalação de uma empresa do setor de transportes na área destinada a serviços; laudos técnicos e manutenção dos edifícios; acompanhamento institucional de projeto em andamento no Congresso Federal e no Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio.
- Em 2001, articulado com o DIRG, o reordenamento de custos para disponibilização de área aos empreendedores nacionais e internacionais nos segmentos industrial e serviços; racionalização do custeio da Companhia (redução de 30%); acompanhamento do Projeto 146/96 – Legislação das Zonas de processamento de Exportações Brasileiras – no Congresso Nacional; construção de alternativas para a utilização produtiva do patrimônio da ZOPERG-RS, bem como sua promoção e divulgação através da participação em feiras, eventos e recepção de empreendedores estrangeiros e nacionais.

2.3.2- Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento - AD

Em 2000, as ações desenvolvidas pela Agência visaram, principalmente, à definição e ao aperfeiçoamento da sua estrutura técnica e administrativa, com o objetivo de prepará-la para o início de suas atividades operacionais, voltadas ao financiamento de projetos de desenvolvimento.

A ação mais significativa desenvolvida no ano 2000, refere-se à liberação dos recursos oriundos do PROES, por parte do Governo Federal, o que permitiu a subscrição, pelo Estado do Rio Grande do Sul, do capital inicial da Agência, no valor de R\$ 176,3 milhões, ocorrida no dia 28/12/2000. Essa capitalização permitirá o efetivo início das atividades da Caixa S.A. como Agência de Fomento.

O ano de 2001 caracterizou-se pelo processo de transitoriedade, no que diz respeito ao seu planejamento estratégico e a outras questões institucionais. Com este objetivo, foi dado ênfase à capacitação de recursos humanos no biênio 2000/2001, proporcionando, aos servidores, eventos de formação e capacitação profissional de maneira a que possam qualificar-se para o desempenho adequado na promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado, através do financiamento de investimentos, com destaque para os Programas Apoio ao Desenvolvimento Municipal e Microcrédito Popular.

2.4 - SECRETARIA DO TURISMO, ESPORTE E LAZER – SETUR

Fim da Operação Verão/Começo do Verão com Vida – Uma das primeiras atividades da Secretaria, no Governo Olívio Dutra, foi a de coordenar a implantação de um novo sistema de atendimento no Litoral Norte e áreas de veraneio.

A partir de 15 de dezembro de 1999, não só para suprir a demanda de serviços públicos nas temporadas de verão, mas, sobretudo, para divulgar o Rio Grande do Sul como produto turístico, surge o Programa Verão com Vida – O Rio Grande do Sul te Convida, implantado em 2000, com a participação de 15 órgãos estaduais, instituindo um organograma de ações para todo o ano e não apenas para os meses de verão. A principal missão da SETUR consistiu na democratização da política setorial, além da integração da Comissão Executiva do novo Programa. No verão de 1999/2000 foi realizado um gasto da ordem de R\$ R\$ 36,5 milhões.

Na temporada de 15 de dezembro de 2000 a 03 de março de 2001, o Programa mobilizou 20 órgãos estaduais, dos quais 16 atuaram de forma direta. No total, foram realizadas 113 atividades. Além de integrar a Comissão Executiva do Programa, a SETUR participou das seguintes atividades: seleção, contratação e treinamento de estagiários; supervisão dos CENINTURS; fiscalização dos serviços privados; jornadas de Ecoturismo em São José do Norte, Palmares do Sul, Tavares, Maquiné e Três Forquilhas, além da presença nos eventos de verão e da confecção de material publicitário e informativo. Os investimentos do Estado no Programa totalizaram no período R\$ 35 milhões.

Com a finalidade de oferecer à população um centro integrado de serviços e informações foi instalada, em 1999, em Capão da Canoa, a primeira Casa do Rio

Grande do Sul. Uma segunda foi implantada no Balneário Cassino, em Rio Grande, ambas em parceria com as Prefeituras Municipais.

Em 2001, a Coordenação Executiva do Programa Verão com Vida reuniu-se semanalmente para definir e planejar as ações a serem realizadas de 15 de dezembro de 2001 a 09 de março de 2002. O investimento previsto em função da temporada é de R\$ 1 milhão, incluindo a campanha de conscientização do consumidor turístico, denominada Viajar com Qualidade é Trilegal Tchê (R\$ 98,6 mil), publicidade e propaganda (R\$ 600 mil), construções e reformas nas 02 Casas do Rio Grande do Sul, em Capão da Canoa e Praia do Cassino, em Rio Grande (R\$ 26 mil).

Publicidade e Divulgação – No ano de 1999, as ações de *marketing* da Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer apontaram para um conjunto de materiais de orientação e suporte às informações turísticas, objetivando dar ampla divulgação do Rio Grande do Sul como um Estado acolhedor e preparado para receber os turistas. A verba do período também foi aplicada em anúncios nos jornais *La Nación* e *Clarín*, da Argentina, e no *El País*, do Uruguai, divulgando o Litoral Norte do RS. Boa parte dos recursos, cujo montante foi de R\$ 1,4 milhão, destinaram-se ao Programa Verão com Vida, tendo sido utilizado R\$ 406 mil. Entre as peças promocionais criadas, destacaram-se:

Publicidade do Turismo

Tipo	Exemplares
Revista institucional	300.000
CD ROM - Guia Turístico do RS	30.000
Mapa Rodoviário Turístico	300.000
Vídeo institucional do RS	15.000
Sacolas	15.000

Fonte: SETUR

Em 2000, as ações desenvolvidas pela SETUR, nesta área, contaram com a divulgação proporcionada pela *home page* – www.turismo.rs.gov.br – que ganhou nova apresentação e conteúdos atualizados com apoio da PROCERGS. As ações desenvolvidas, nesse ano, totalizaram recursos no montante de R\$ 1,6 milhões.

Principais Ações Desenvolvidas em 2000

Ações	Unidades
Duplicação de <i>slides</i> , cromos e fotografias.	2.500un
<i>Folders</i> : do Turista, Rural, São José dos Ausentes, Festa da Cenoura, Festa do Peixe, Fórum Estadual do Turismo, Seminário Turismo Ecológico, Turismo e Pesca, Roteiros Ecológicos, Melhor Idade, Observação de Aves	45.200un
Dicas Turísticas do RS, abrangendo 134 municípios turísticos. Na forma de guia de bolso, as dicas têm a finalidade de auxiliar a movimentação do turista no Estado.	300.000un
Mapa turístico-rodoviário de acordo com a orientação do Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens (DAER), para sanar uma deficiência no atendimento aos turistas do MERCOSUL.	200.000un

Ações	Unidades
Inserções de anúncios nas seguintes revistas: AVIESTUR (SP), Reportagem (MG), Biosfera, Mares do Sul (SC), Viva no Sul (RS), Camaquã (RS), Programa (RS) e Jornal O Estado de São Paulo.	Anúncios do Plano Viajando pelo RS
Campanha publicitária de rádio e TV, em dezembro, intitulada "Conheça nossa terra, receba nossa gente"; "Viajar pelo Rio Grande do Sul é trilegal, tchê!", de incentivo ao turismo receptivo; 07 filmes comerciais de 60s, abordando, cada um, as seguintes regiões turísticas: Serra, Pampa, Litoral Norte, Vales/Central, Metropolitana, Sul e Hidrominerais/Missões Criação: Agência Idade Mídia.	No total, foram 143 inserções em TV e 1.603 em rádio
	Em TV: RBS, SBT, TV Pampa, TVE, BAND TV, Record, TV COM, TV Guaíba, Rede Vida
	Em rádio: 107.1 FM, Guaíba AM POA, Pró OZ, Central de Rádio Interior, Guaíba FM POA, Bandeirantes AM POA, Atlântida FM, Liberdade FM, Ipanema POA, Eldorado, FM Cultura, Expansão, Rádio Universidade FM, Antena 1 FM, Jovem Pan FM POA, 104 FM POA, Continental FM, Pampa AM e Metropolitana FM
Campanha de conscientização do usuário, integrando ações de verão, denominada "Viajar com Qualidade é trilegal, tchê!".	200.000 cartazes

Fonte: SETUR

Em 2001, 02 ações foram estratégicas na área de *marketing*. Primeiro, a criação do Salão Gaúcho do Turismo, evento que trabalhou de forma integrada com o público em geral (feira), empresários (rodada de negócios) e profissionais do setor (seminários e palestras). Segundo, uma nova edição do Tarifário Turístico do RS e a publicação de um encarte com os principais produtos turísticos gaúchos nos jornais de maior circulação do Estado. Os recursos utilizados para desenvolver as ações de 2001 foram de R\$ 1,6 milhão.

Principais Ações Desenvolvidas em 2001

Ações	Unidade/Tipo
Revista institucional	50.000un
Vídeo institucional do RS - cópias	10.000un
Programa Palavra de Gaúcho	58 inserções
Duplicação de cromos e fotos	3.500un
Camiseta SETUR	1.500un
Folder Prestação de Contas	200.000un
Kit Chimarrão	8.000 kits
Sacolas	25.000un
Mapa Turístico Rodoviário	120.000un
Calendário de Eventos 1º semestre	10.000un
Calendário de Eventos 2º semestre	10.000un
Cartaz Salão Gaúcho do Turismo	10.000un
Volante Salão Gaúcho do Turismo	200.000un
Folder e cartaz Aves Migratórias	10.000un
Cartaz Gaúcho a Cavalos	10.000un
Outdoor Salão Gaúcho do Turismo	70un
Sacolas Salão Gaúcho do Turismo	30.000un
VT Salão Gaúcho do Turismo	16 a 23 de junho
Encarte Salão Gaúcho do Turismo	600.000un
Mídia encarte Salão Gaúcho do Turismo	34 jornais

Ações	Unidade/Tipo
Filmagem Salão Gaúcho do Turismo	21 a 24 de junho
Folder Turismo Rural	10.000un
Folder e cartaz Turismo Ecológico	3.000un
Passaporte turístico ABAV	8.000un
Convite II Salão Gaúcho do Turismo	15.000un
Adesivos II Salão Gaúcho do Turismo	15.000un

Fonte: SETUR

Apresentação Institucional – A SETUR inovou na forma de apresentação institucional, em 1999, ao lançar uma proposta de mercado que destaca a figura e o modo de ser do gaúcho como ícone principal do turismo no RS – o Gauchito, simbolizando a hospitalidade gaúcha. A adoção de um novo estilo de estande, com a concepção arquitetônica de um Galpão Crioulo, logo obteve repercussão nos eventos estaduais e nacionais.

O 1º Galpão Gaúcho do Turismo, lançado na EXPOINTER/99, acabou ficando na Praça das Bandeiras do Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, como um marco das mudanças na política de eventos turísticos do Estado. O Gauchito, um boneco em forma de cuia de chimarrão, complementa a programação visual criada pelo corpo técnico da SETUR, associando o chimarrão à hospitalidade da população do Rio Grande do Sul.

Promoção de Eventos – No ano de 1999, as primeiras ações de promoção, divulgação e comercialização dos produtos turísticos gaúchos foram marcadas positivamente, a partir da participação do RS no Congresso da Associação Brasileira de Agentes de Viagens (ABAV), em Curitiba-PR, com a presença de 150 cooperados. Pela primeira vez, o Estado apresentou, em um evento nacional, produtos de 09 zonas turísticas constituídas: Porto Alegre/Metropolitana, Litoral Norte, Serra, Missões, Pampa, Central, Vales, Hidrominerais e Sul. Desenvolveram-se 16 eventos estaduais, 13 nacionais e 06 no MERCOSUL.

Em 2000, a SETUR coordenou a participação do RS em 63 eventos (feiras, *workshops*, cafés da manhã e *famtours*), com o apoio e a adesão dos parceiros turísticos (agentes receptivos de viagens, hoteleiros outras, prefeituras, secretarias de Turismo e entidades afins). A nova proposta de ação do Plano Viajando pelo RS deu unidade à promoção dos produtos turísticos existentes, atingindo um público de mais de 5.000.000 de pessoas durante o ano, tendo desenvolvido a participação em 25 eventos estaduais, 25 nacionais e 13 internacionais. Em 2001, a Secretaria participou em 09 eventos estaduais, 18 eventos nacionais e 03 eventos no MERCOSUL, com um público de 1.300.000 pessoas.

No ano 2000, a SETUR organizou 05 seminários estaduais, voltados para interesses específicos, tendo totalizado um público de 669 pessoas, envolvendo turismo rural e agroecologia.

Em 2001, a SETUR organizou, também, 05 seminários estaduais, dos quais participaram 890 pessoas, envolvendo paleontologia, missões jesuíticas e agroecologia.

Controle da Qualidade – Em dezembro de 1999, a SETUR promoveu a primeira campanha do Programa de Controle da Qualidade do Produto Turístico, executada através de convênio com a EMBRATUR. A campanha no RS, denominada “Viajar com Qualidade é Trilegal, tchê”, objetiva orientar o consumidor sobre as exigências de cadastramento, classificação, controle e fiscalização dos serviços turísticos. A Campanha é uma ação realizada em conjunto com outros órgãos públicos, como DAER, DNER, DETRAN, PROCON, Brigada Militar, entidades de classe e instituições de ensino. Cartazes, faixas e camisetas com a frase “Viajar com Qualidade é Trilegal, tchê” reforçaram a campanha de qualidade dos serviços turísticos.

Devido a esse trabalho, o RS foi reconhecido pela EMBRATUR como o Estado campeão de qualidade na área de fiscalização do produto turístico. A SETUR recebeu a menção devido a 03 projetos executados em 1999: Unidade Móvel de Fiscalização do Produto Turístico, Jornadas Técnicas de Conscientização e Treinamento de Agências Receptivas para a Comercialização de Produtos Turísticos.

Vistorias Realizadas

Locais	1999	2000	2001
Agências de viagens	596	223	347
Transportadoras	36	18	56
Hotéis	24	329	229
Cidades visitadas	79	64	70
Blitz- veículos	416	246	84

Fonte: SETUR

Em 2000, foram Instituídas as Jornadas de Qualidade do Produto Turístico, com o objetivo de orientar empresários, profissionais e consumidores sobre a importância da qualidade na formatação e contratação de produtos e serviços. Essas Jornadas contaram com 1.872 empresas registradas e 863 guias turísticos cadastrados. Nesse ano, a SETUR recebeu, novamente, destaque da EMBRATUR pela atuação no controle dos serviços turísticos. Participaram das Jornadas 60 Diretores de Escola; 110 prestadores de serviços do Litoral Norte; e 95 prestadores de serviços da Zona Sul.

Ainda em 2000, objetivando qualificar o setor, foram realizadas palestras nas Universidades Federais da Santa Maria e Cruz Alta; Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), de Torres; e SENAC de Bento Gonçalves e Canela, além de Oficinas de Integração da Melhor Idade e Cursos Técnicos de Turismo em Passo Fundo, Ijuí, Lajeado, Pelotas, Uruguiana e Torres.

Em 2001, dando continuidade a orientação de profissionais do setor turístico, foram realizadas Jornadas de Qualidade do Produto Turístico em Caxias do Sul, Bagé, Rio Grande, Lajeado e Porto Alegre. Nesse ano, foram desenvolvidas, ainda, as seguintes atividades:

Principais Atividades de Qualificação dos serviços Turísticos em 2001

Atividades	Especificação
Cursos de Comercialização do Produto Turístico Gaúcho	Para o Salão Gaúcho do Turismo e o Festival de Turismo de Gramado
Cadastramento	912 agências de turismo 481 meios de hospedagem 181 transportadoras turísticas 54 organizadoras de eventos 1.050 guias de turismo
Classificação	25 empresas 71 equipamentos
Controle e fiscalização	621 notificações 5 autos de infração 32 denúncias protocoladas
Participação e promoção de eventos	Salão Gaúcho do Turismo V Encontro Regional Sul da Melhor Idade Rainha da Melhor Idade do Litoral Norte VI Congresso Brasileiro dos Clubes da Melhor Idade EXPOMINAS (MG) <i>Workshop Travel Show Soletur</i> Oficina Nacional de Turismo Rural Congresso Nacional da ABIH, BNT MERCOSUL Congresso Nacional de Guias de Turismo ABAV Oficina de Turismo Aventura EXCON

Fonte: SETUR

Informações Turísticas – No verão de 1999, o número de Centros de Informações Turísticas do RS (CENINTURS) aumentou de 24 para 39, incluindo os postos de pedágios, que firmaram convênios com a SETUR para recepcionar, temporariamente, os visitantes. Foram contratados e treinados 121 estagiários dos Cursos de Turismo, Relações Públicas, História e Letras, com domínio do idioma espanhol. Essa é uma atividade que contribui anualmente para a oferta temporária de vagas de trabalho. O número de atendimentos dos CENINTURS foi de 409.363.

Em 2000, funcionaram no Estado 28 CENINTURS fixos, reforçados por outros 14 temporários para o atendimento dos turistas estrangeiros, nos meses de verão, tendo realizado 356.105 atendimentos. O serviço também esteve presente em 10 eventos estaduais ocorridos durante o período.

Pela primeira vez, foi implantado na Embaixada do Brasil, em Buenos Aires, um Posto Avançado de Informações Turísticas do RS, no período de 15 de dezembro a 15 de fevereiro. A medida fez parte das ações da SETUR para o Programa Verão com Vida 2001, qualificando o atendimento de turistas procedentes da Bacia do Prata, em convênio com a Universidade de Caxias do Sul.

A SETUR oferece atendimento qualificado ao visitante que procura os 26 Centros de Informações Turísticas do RS, de dezembro de 2001 a março de 2002, trabalhando em convênio com 21 praças de pedágio. Para essa temporada, a SETUR promoveu o treinamento de 124 estagiários que falam espanhol para reforçar o

atendimento da demanda de verão. O treinamento ocorreu em 02 etapas: a primeira, no próprio município de origem dos selecionados, incluindo, posteriormente, a realização de 01 seminário em Porto Alegre. Foram oferecidas 117 vagas para estudantes dos Ensinos Médio e Superior. Na segunda, os recepcionistas de Santana do Livramento, Uruguaiana, São Borja, Porto Vera Cruz, Porto Xavier, Porto Mauá, Aceguá, Jaguarão e Chuí visitaram o Litoral Norte nos primeiros dias de dezembro, para conhecer os atrativos que divulgarão nos CENINTURS das áreas de Fronteira.

No ano de 2001, os CENINTURS atenderam, aproximadamente, 1.000.000 de turistas. Cabe salientar que a entrada de turistas estrangeiros no Estado, no triênio, foi em torno de 3.500.000 pessoas, segundo o Anuário Estatístico da EMBRATUR.

Plano Viajando pelo Rio Grande do Sul – Estruturado em 1999, iniciou sua implantação em 2000, tendo como seu principal objetivo a comercialização do produto turístico gaúcho. De 11 de janeiro a 19 de maio, foram organizados 22 Fóruns Regionais de Turismo, reunindo 2.062 pessoas, que elegeram 04 delegados por região. No dia 05 de junho, instalou-se o Fórum Estadual de Turismo. Com reuniões mensais, o Fórum Estadual reuniu-se 06 vezes até o final desse ano, atingindo um público de 825 agentes turísticos de todas as regiões do RS e representantes das parcerias estratégicas: universidades gaúchas, sistema “S” - SEBRAE, SENAC, SESC, SENAI, SESI e SENAR, sindicatos, associações, ONGs, empresas privadas e órgãos públicos.

Nos meses de janeiro a março de 2001, a SETUR promoveu a terceira jornada de reuniões com os 22 Fóruns Regionais de Turismo, para orientar os Prefeitos eleitos em 2000 e os novos Secretários de Turismo sobre o andamento do Plano Viajando pelo RS. Ao mesmo tempo, a Secretaria começou a organizar as regiões do Estado para participarem da primeira edição do Salão Gaúcho do Turismo, realizada em junho de 2001.

Forúns Regionais do Turismo

Ano					
2000			2001		
Região	Participantes	Município	Região	Participantes	Município
Noroeste Colonial	130	Ijuí	Litoral Norte	57	Capão da Canoa
Médio Alto Uruguai	100	F. Westphalen	Centro-Sul	93	Camaquã
Missões	135	Santo Ângelo	Sul	75	Piratini
Fronteira Noroeste	70	Santa Rosa	Paranhana	67	Três Coroas
Alto Jacuí	99	Cruz Alta	Hortênsias	55	Canela
Central	122	Santa Maria	Serra	80	Veranópolis
Norte	70	Erechim	Nordeste	170	São José do Ouro
Produção	44	Passo Fundo	Vale do Caí	40	Feliz
Nordeste	56	Lagoa Vermelha	Vale do Taquari	150	Ilópolis
Serra	63	Bento Gonçalves	Vale do Rio Pardo	200	Candelária
Litoral Norte	95	Osório	Central	77	Mata
Hortênsias	122	S. Franc. de Paula	Produção	60	Palmeira das Missões
Paranhana	70	Taquara	Médio Alto Uruguai	154	Iraí
Vale do Rio Pardo	138	Santa Cruz do Sul	Norte	56	Marcelino Ramos
Vale do Taquari	48	Lajeado	Noroeste Colonial	139	Três Passos
Sul	95	Pelotas	Fronteira Noroeste	42	Horizontina
Centro-Sul	219	Tapes	Missões	36	S. Miguel das Missões
Vale Rio dos Sinos	58	São Leopoldo	Campanha	42	Caçapava do Sul
Vale do Caí	46	Montenegro	Fronteira Oeste	45	São Gabriel
Metropolitana	117	Porto Alegre	Metropolitana	31	Viamão
Fronteira Oeste	92	Rosário do Sul	Vale dos Sinos	60	Dois Irmãos
Campanha	73	Bagé	Alto Jacuí	102	Quinze de Novembro
Total	2062			1.831	

Fonte: SETUR

Fórum Estadual de Turismo

2000			2001		
Período	Participantes	Local	Período	Participantes	Local
Junho	300	Theatro São Pedro	Fevereiro	161	FAMURS
Julho	150	FAMURS	Maio	116	FAMURS
Agosto	150	FAMURS	Junho	129	DC Navegantes
Setembro	70	FAMURS	Julho	82	FAMURS
Outubro	78	FAMURS	Agosto	109	Auditório CAFF
Dezembro	77	FAMURS	Setembro	36	FAMURS
			Outubro	46	FAMURS
			Novembro	55	FAMURS
			Dezembro	48	FAMURS
Total	825			782	

Fonte: SETUR

Formatação de Produtos Turísticos – Em 2000, a SETUR, em parceria com diversas instituições, desenvolveu os seguintes produtos:

- **Tarifário Turístico** – Com o SEBRAE/RS, catalogou 95 produtos turísticos em 2000, conforme consta no Tarifário Turístico de novembro/dezembro desse ano, editado com a colaboração de 29 agências de viagens treinadas para trabalhar com pacotes e roteiros receptivos do RS. Essa é uma ação que representa o esforço de contribuir para a profissionalização da atividade, através da oferta de produtos das 09 zonas turísticas: Metropolitana, Litoral Norte, Serra, Missões, Pampa, Central, Vales, Hidrominerais e Sul.
- **Turismo Solidário** – Com a SAA e as Cooperativas da Central dos Assentamentos em Áreas de Reforma Agrária começaram a ser formatados os primeiros produtos do turismo solidário – MSTur, nas localidades de Anoni (Pontão), Capela (Santa Rita), Lagoa do Junco (Tapes) e em Charqueadas.
- **Novos Produtos** – O ano terminou com produtos em fase de prospecção, segmentação e qualificação, destacando-se a Rota dos Dinossauros e Paleobotânica da Região Central; Rota dos Campos de Cima da Serra, da Região da Serra; e Rotas Farroupilha e do Pampa, da Região do Pampa, além da Rota do Yucumã nas Missões.

Bolsa de Negócios – O setor promoveu, em 2000, palestras e seminários para divulgar as linhas de crédito disponíveis para o Turismo, ampliando o acesso a estes recursos, tendo atendido as localidades de: Concórdia/SC e municípios lindeiros da Barragem de Itá; Farroupilha, Santa Vitória do Palmar, Tapes, Caxias do Sul, Lavras do Sul, São Gabriel, Jaguarí, Veranópolis, Gramado e Porto Alegre. Foram analisados e financiados, através do Programa de Apoio e Financiamento a Atividades Turísticas, os seguintes projetos:

Operações Realizadas por Município – 2000

Em R\$ 1,00

Município	Valor do Projeto	Valor Financiado
Antônio Prado	67.867	54.293
Cambará do Sul	43.206	36.000
Canela	285.827	224.231
Gramado	1.128.355	465.811
Guaporé	186.765	100.000
Marcelino Ramos	178.075	142.460
Porto Alegre	776.000	470.126
São Francisco de Paula	337.535	228.160
São Vendelino	168.672	70.000
Veranópolis	38.750	27.500
Total	3.211.052,00	1.818.581,00

Fonte: SETUR

Implantação da Bolsa de Negócios - 2000

Atividades Desenvolvidas	Público Participante
Seminário sobre Financiamento ao Turismo	250 pessoas
Palestras para Empreendedores	21 (médio de 50 pessoas)
Informações sobre Financiamento e Projetos	08 empreendedores/dia
Análise e Encaminhamento de Projetos	230

Fonte: SETUR

Em 2001, a Bolsa de Negócios desenvolveu uma conjugação de ações institucionais de incentivo e apoio à implantação, expansão e modernização de empreendimentos turísticos, em especial os de pequeno e médio porte. A operacionalização de linhas de crédito para o financiamento de projetos prosseguiu em 2001, com os seguintes resultados:

Operações Realizadas em 2001

Em R\$ 1,00

Projetos Aprovados	Valor do Projeto	Valor Financiados
80 municípios abrangidos pelo programa	8.265.851	5.306.709
Em análise 130 projetos	29.513.982	18.955.847

Fonte: SETUR

Atividades Especiais – De 17 de fevereiro de 2000 a 20 de maio de 2001, a SETUR presidiu o Comitê das Comemorações dos 125 anos de Imigração Italiana no RS, do qual participaram com 16 entidades públicas e privadas do Estado. Entre as atividades promovidas, em 2000, destaca-se o II Encontro Internacional Anual da Rede 2 - Programa URB-AL da União Européia, no Auditório da Assembléia Legislativa, de 19 a 21 de julho. O evento contou com a presença da Presidente da Província de Vicenza, além do Vice-Ministro da Indústria e Comércio Exterior da Itália, e do Embaixador da Itália no Brasil.

Entre os projetos que estavam disputando co-financiamentos da União Européia, 06 eram da América Latina e apenas 01 do Brasil: "Roteiros Turísticos e Patrimônio da Imigração Italiana", coordenado pela Prefeitura Municipal de Caxias do Sul. O Programa URB-AL foi lançado pela União Européia em maio de 1998, para debater problemas de importância global e promover projetos comuns entre países da Europa e da América Latina. O Programa foi organizado em 08 redes.

A escolha de Porto Alegre para a realização desse Encontro deve-se ao fato de o RS ser o segundo Estado do País em número de descendentes de italianos, em torno de 30% da população, ou seja, 3.000.000 de habitantes. Uma das finalidades do Programa URB-AL é construir um elo cultural entre os 02 hemisférios, através de seus representantes, como é o caso de Caxias do Sul, Município contemplado pelo Programa.

Durante Missão Governamental à Europa, em junho de 2001, houve a assinatura do "Gemellaggio" entre a Região do Vêneto e o RS. O Governo do Estado decretou a data de 20 de maio como o Dia da Etnia Italiana no RS.

Principais eventos referente aos 125 anos da Imigração Italiana no RS:

- Transmissão de programas em dialeto vêneto a cerca de 123 emissoras de rádio do RS, SC e PR.
- Divulgação da Festa da Uva, em Caxias do Sul, para comitivas de autoridades, empresários, jornalistas, e artistas italianos.
- Participação na Bolsa Internacional de Turismo (BIT), em Milão.
- Encontro sobre a Língua Italiana, no Instituto de Artes da UFRGS.
- Documentário da RAI e TV Suíça nos Municípios de Caçapava do Sul, Uruguaiana e São Sepé, intitulado "Relação: Cavalo, Homem e Trabalho.
- Edição de 20 cadernos especiais sobre a imigração italiana, no Correio Rio-Grandense, de Caxias do Sul.
- Inauguração do monumento oficial dos 125 anos da imigração italiana no RS, denominado *Far la Mérica*, na entrada do Município de Veranópolis, representando uma família típica, em ferro e bronze.
- Participação na 102ª *Fieracavalli*, em Verona, com apresentações do CTG Galpão da Saudade, de Serafina Correa/RS e parcerias de descendentes da etnia.
- Restauração da placa alusiva aos 50 anos da imigração italiana e sua instalação na Praça Itália, em Porto Alegre.

Viagem à Europa – De 08 a 21 de junho de 2001, o Secretário de Turismo do Estado, integrou à Missão Governamental à Europa, em busca de financiamentos para projetos de inclusão social e apresentação da experiência do Orçamento Participativo.

Principais Atividades Desenvolvidas no Exterior

Atividades	País
Busca de apoio à implantação do Caminho Místico das Missões Jesuíticas	Espanha
XXIV Feira Internacional da Galícia	Espanha
Divulgação do I Seminário Internacional das Missões Jesuíticas, em São Miguel das Missões, no RS, realizado em dezembro	Espanha, França, Bélgica, Itália
Divulgação do projeto de Turismo Solidário (MSTtur)	França
Assinatura do Protocolo de Fraternidade, declarando estados irmãos o RS e a Região do Vêneto	Itália
Audiência com o representante regional da OMT para as Américas, Carlos Gutierrez	Espanha
Visita ao Centro de Patrimônio Mundial da UNESCO	Bélgica
Visita ao Vaticano e à Revista <i>Civiltà</i> Católica	Itália

Fonte: SETUR

Salão Gaúcho do Turismo – Um público de aproximadamente 30.000 pessoas visitou o Salão Gaúcho do Turismo, de 21 a 24 de junho de 2001, no DC Navegantes, em Porto Alegre. O evento foi realizado pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer, com a co-promoção da Câmara de Turismo do RS, SEBRAE/RS, *Convention & Visitors Bureau* de Porto Alegre, Prefeitura Municipal de Porto Alegre e Porto Alegre Turismo. O BANRISUL, a EMBRATUR e a SADIA patrocinaram a primeira edição.

Foram 06 meses de preparação das seguintes atividades: feira de produtos turísticos, rodadas de negócios, painéis temáticos, curso de qualificação para agências

receptivas, shows e encontro estadual de órgãos oficiais de turismo. A feira, realizada num espaço de 7.000m², destacou roteiros das novas zonas turísticas do Estado. Foram apresentados em torno de 240 produtos turísticos gaúchos, destacando-se o lançamento de novos destinos, como a Rota das Missões, das Pedras Preciosas, Mundo dos Faróis, Pesca Esportiva, Balneário das Águas Termais de Marcelino Ramos, Observadores de Aves e Turismo Rural no Pampa.

A Rodada de Negócios, realizada em parceria com o SEBRAE/RS, reuniu 140 empresas, sendo 118 agências gaúchas, 17 nacionais e 05 internacionais. A Rodada resultou em 545 contatos, com uma estimativa de negócios de R\$ 1,8 milhão em 01 ano.

3. ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA

3.1 SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES – SEMC

A retomada da função de planejamento estratégico, o estabelecimento das principais diretrizes das empresas vinculadas, bem como o enfrentamento à crise de abastecimento de energia elétrica, orientaram as ações da Secretaria de Energia, Minas e Comunicações nos anos de 1999, 2000 e 2001.

Avançou-se na conformação da nova matriz energética do Estado, com a inserção do gás natural para múltiplos usos. A estratégia de distribuir territorialmente a geração de energia elétrica e diversificar suas fontes teve incrementos significativos, através do desenvolvimento dos programas das térmicas a gás e a carvão e das micro e pequenas centrais hidrelétricas. Iniciou-se o programa de geração a partir da biomassa e implantou-se a medição do regime de ventos com vistas ao aproveitamento de energia eólica. Além disso, comunidades isoladas foram servidas por sistemas fotovoltaicos.

O Governo do Rio Grande do Sul, não aceitando conviver com os sistemáticos cortes de carga previstos pelos órgãos centrais de planejamento eletroenergético, articulou os setores públicos e privados para assegurar o abastecimento no Estado, apesar dos limites impostos pelo novo modelo do Setor Elétrico. Em 2001, com a crise no abastecimento de energia que assolou o País, a Secretaria coordenou esforços para o Rio Grande do Sul ficar de fora do racionamento. Com a participação dos demais Estados da Região Sul, foi estabelecida uma estratégia de enfrentamento da crise alicerçada em 02 linhas de ação: aumento da oferta de energia, através da antecipação de obras que ampliem as garantias de abastecimento; e racionalização do consumo, de caráter voluntário, e proporcionando redução no consumo sem diminuição na produção econômica e na qualidade de vida das pessoas.

O ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO RS

No início do atual Governo, a capacidade máxima de atendimento ao Estado estava na ordem de 3.400MW. Tal limitação, resultante da ausência de investimentos no Setor (a exemplo do que ocorreu em todo o País), implicou a ocorrência, ainda em janeiro de 1999, de 31 cortes de energia, que alcançaram até o patamar de 650MW, equivalentes ao consumo de Porto Alegre.

A partir de uma ampla mobilização, liderada pelo Governo, e que contou com a participação das empresas estatais CEEE, ELETROSUL e CGTEE e das empresas privadas CIEN, AES-Sul, RGE e AES-Uruguaiana, buscou-se a implementação, em caráter emergencial, de inúmeras obras que resultaram em aumento da capacidade de atendimento para 3.800MW no verão 1999/2000 (mais 12%), para 4.100MW no último verão (2000/2001 – mais 20,5% acumulados). Finalmente, com as obras em andamento, estima-se atingir, ainda no verão 2001/2002, uma capacidade de 4.950MW (mais 46% em relação à existente em janeiro de 1999).

A execução desse conjunto de obras evitou a realização de cortes de energia elétrica por 132 dias, ocasiões em que a demanda máxima verificada excedeu o limite vigente em janeiro de 1999.

O Plano Emergencial para o Abastecimento do RS – Para superar as deficiências e enfrentar os repetidos “apagões”, a estratégia da SEMC e da CEEE foi a execução de um Programa Emergencial que, com a participação e cooperação de empresas públicas, privadas e demais agentes do setor elétrico nacional, permitiu a implementação, em tempo recorde, de um conjunto de obras, que alcançou R\$ 174,2 milhões. Foram acrescentados 400MW ao sistema elétrico do RS. Destacou-se a conclusão do anel elétrico do Estado (230kV) pela CEEE.

Obras Emergenciais I – Período 1999/2000

Descrição da Obra	Responsável
LT 230kV Santa Rosa - Santo Ângelo - São Borja (227km)	CEEE
LT 525kV Itá - Garabi - Santo Ângelo (360km)	CIEN
SE Santo Ângelo 525kV	ELETROSUL
Banco de Capacitores na SE Gravataí 2 (200MVar)	ELETROSUL
SE São Luiz Gonzaga 230/69kV	RGE
UTE Uruguiana (140MW)	AES
Recapacitação da UTE Presidente Médici	CGTEE
Capacitores na Distribuição (140MVar)	AES Sul/CEEE/RGE
Total de Investimentos	R\$ 174 milhões

Fonte: CEEE

O resultado desse esforço foi percebido no verão 1999/2000, quando não houve corte de fornecimento de energia elétrica por deficiência de abastecimento.

Para o verão 2000/2001, outro conjunto de obras emergenciais garantiu o abastecimento do Estado, destacando-se a instalação, pela CEEE, também em prazo recorde, de um banco de capacitores na Subestação Gravataí 2.

Obras Emergenciais para Garantia do Atendimento Verão 2000/2001
Primeira Fase

Obra	Responsável	Custo (R\$ mil)
Banco de Capacitores de 100MVar na SE Gravataí 2	CEEE	1.667
Reator de 150MVar – Transferido da SE Ita para a SE Santo Ângelo	ELETROSUL	800
Capacitores nas redes de distribuição (Total de 58MVar)	AES SUL/CEEE/RGE	45
Total		2.512

Fonte: CEEE

Ao final do segundo verão do novo Governo, o balanço foi a garantia plena do abastecimento de energia elétrica ao Estado, com acréscimo de 20,6% na capacidade de atendimento ao RS (mais 700MW).

Adicionalmente, foi viabilizado um conjunto de obras para eliminar restrições localizadas em diversas regiões do Estado, melhorando as condições de abastecimento e a qualidade da energia entregue à população. O quadro a seguir explicita essas obras.

Obras Emergenciais do Sistema Elétrico do Rio Grande do Sul 2000/2001
Segunda fase

Local	Descrição	Previsão	Custo (R\$ mil)
SE Porto Alegre 13	Instalação do 2º TR 230/69kV 50MVA	Concluída	705
SE Guarita	Instalação do 2º TR 230/69kV 83MVA	Concluída	965
SE Osório 2	Instalação do 3º TR 230/69kV 83MVA	Concluída	1.013
SE Santa Maria 3	Instalação do 2º TR 230/69kV 83MVA	Concluída	1.102
LT Gravataí 2 – Porto Alegre 6	LT 230kV – 29km – Circuito Duplo	Concluída	7.570
SE Santa Rosa	Instalação do 2º TR 83MVA 230/69kV	Concluída	893
SE Santo Ângelo 2	Instalação do 2º TR 83MVA	Concluída	909
SE Uruguaiana 5	Instalação do 2º TR 230/69kV 83MVA	Concluída	971
LT C. IND/Camaquã - P. Alegre 9	LT 230kV – 8,4km – Circuito Simples	nov/01	1.796
SE P. Alegre 9 Módulo LT	1 Entrada de linha 230kV	nov/01	978
SE Pelotas 3	Instalação de 2 TRs 83MVA 230/138kV	dez/01	11.240
SE Porto Alegre 10	Instalação de 2 TRs 230/69kV 83MVA	jan/02	7.774
SE Livramento 2	Adequação – instalação de 2 EL 230kV	fev/02	4.498
SE Campo Bom	Adequação – instalação de 4 EL 230kV	fev/02	8.900
Total			49.314

Fonte: CEEE

Ao mesmo tempo, foram buscadas soluções estruturais para superar a conhecida deficiência eletroenergética do Estado. Nesse sentido, destaca-se o Complexo Itá-Caxias-Litoral, envolvendo a construção de 02 novas subestações e a ampliação de outras 02, a construção de 350km de linhas de transmissão e a entrada em operação da primeira turbina da Termelétrica Canoas, a gás natural, localizada na REFAP.

São investimentos expressivos, da ordem de R\$ 409 milhões, que deverão entrar em operação no verão 2001/2002, ampliando a capacidade de atendimento do Estado para 4.950MW, representando um aumento de 46% em relação à situação no início do Governo. A linha de transmissão Itá-Caxias tem a característica de disponibilizar ao Estado parte da energia gerada na Usina Hidrelétrica Itá que, por falta de sistema de transmissão, envia toda a energia produzida para outras regiões do País. A seguir, a listagem dessas obras.

Projeto Itá-Caxias-Litoral - Circuito de 525 kV

Obras de 525 kV (ELETROSUL)	Custo (R\$ milhões por obra)	Total (R\$ milhões por tipo de kV)
LT 525kV Itá – Caxias (252km)	85,00	
Subestação Caxias (525/230kV – 1.344MVA)	79,00	
Seccionamento da LT 525kV Campos Novos Gravataí e conexão à Subestação Caxias	11,00	
Total 525kV		175,00

Obras de 230kV (CEEE)	Custo (R\$ milhões por obra)	Total (R\$ milhões por tipo de kV)
Subestação Caxias (Parte 230kV)	5,70	
Subestação Taquara (230/138kV – 150MVA)	9,80	
Subestação Caxias 2 (ampliação)	3,60	
Subestação Osório 2 (ampliação)	3,40	
LT Caxias – Caxias 2 (25km)	4,90	
LT Caxias – Taquara (55km)	10,40	
LT Taquara –Osório 2 (54km)	8,00	
Seccionamento das 2 LT Farrroupilha – Campo Bom e conexão à SE Caxias (11km)	5,10	
Sistemas de telecomunicações	8,10	
Total 230kV		59,00
Total Geral Custo kV		234,00

Fonte: CEEE

Esses empreendimentos deflagraram a recuperação do Sistema Elétrico do RS e serão complementados, ano a ano, pela entrada em operação de várias usinas já previstas, como as Termelétricas da REFAP (Canoas - II fase); TERMOGAÚCHA e TERMOSUL, a gás; as Usinas Seival, Candiota III e Jacuí I, a carvão; e as Hidrelétricas Machadinho, Barra Grande, CERAN e Foz do Chapecó que, se realizadas conforme planejado, acrescentarão mais de 5.000MW ao Sistema Elétrico, até 2006.

Os projetos de energias alternativas e renováveis – biomassa, eólica, pequenas centrais hidrelétricas e solar - também têm o objetivo de diversificar a geração de energia e distribuí-la pelo Estado, assegurando melhores condições de abastecimento a todas as regiões.

A CRISE DE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA DO BRASIL E O RACIONAMENTO

O Brasil vem enfrentando, ao longo de 2001, a sua mais grave crise de abastecimento de energia elétrica. Sem capacidade de produção da energia necessária, o País foi levado ao racionamento, com graves conseqüências econômicas e sociais. A crise de energia elétrica, como já se disse, teve origem na redução dos investimentos no setor elétrico, que caíram de uma média anual de US\$ 14 bilhões na década de 80 para em torno de US\$ 4 bilhões anuais na década de 90.

A redução dos investimentos no Setor Elétrico resultou num crescimento menor da capacidade de geração de energia elétrica em comparação com as exigências do consumo, só sendo possível manter o abastecimento de energia elétrica com o uso das águas armazenadas nos reservatórios das usinas hidrelétricas, responsáveis por cerca de 95% da energia que consumimos. Esses reservatórios acumulam água durante a época de chuvas, para a produção de eletricidade nos períodos de escassez de precipitações. Entretanto, com o uso da água armazenada para suprir a falta de investimentos, no primeiro ano de chuvas fracas (2001), houve falta de energia.

A crise energética do País é estrutural e profunda, havendo riscos de durar um longo período e, com isso, estender-se também à Região Sul, o que ampliaria os prejuízos à economia e à sociedade.

Essa perspectiva levou o Rio Grande do Sul a desenvolver e propor, para os Estados do Sul, uma estratégia para a redução de seus riscos, através do aumento da oferta de energia aliada ao estímulo do seu uso eficiente, pela chamada racionalização.

Assim, um programa de antecipações de obras de geração e de importação de energia irá agregar em torno de 3.300MW ao Sul, até 2002, reduzindo os riscos de déficit decorrentes de um racionamento prolongado no Sudeste e no Nordeste. Incluem-se nesse programa a antecipação de importantes obras como: a Usina Hidrelétrica Machadinho, a ampliação da Conversora de Garabi e a primeira fase da Usina Termelétrica de Canoas (REFAP).

Além das ações para aumento da oferta de energia, buscou-se a racionalização do consumo, por meio do uso eficiente da eletricidade e do combate ao desperdício, de forma a aumentar as garantias de abastecimento, sem a necessidade de cortes compulsórios no fornecimento e de medidas unilaterais de racionamento.

Com o aumento da oferta e da racionalização do consumo, manteve-se o socorro às demais Regiões, mesmo durante a esperada redução dos níveis dos reservatórios locais, a partir do final de 2001. Em condições normais de operação do sistema interligado, nesse período haveria um fornecimento de energia do Sudeste para o Sul, aproveitando-se a diferença sazonal entre os regimes de chuvas das 02 regiões. A continuar a crise, não apenas a Região Sul não receberia energia, como ainda deveria manter os níveis de transferência para socorrer a Sudeste, hipótese em que as ações adotadas, pelos 03 Estados sulinos, tornariam possível o abastecimento sem recorrer ao racionamento.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) recomendou uma redução de 7% do consumo na Região Sul. A sociedade deu a resposta, economizando energia mesmo sem a veiculação de grandes campanhas na mídia. No âmbito do Governo Estadual, a resposta foi imediata e bem sucedida, buscando-se e obtendo-se significativas reduções no consumo de energia elétrica.

O Programa Gaúcho de Uso Racional e Eficiente de Energia – Eficiência RS foi criado pelo Decreto n. 40.761, de 15 de maio de 2001. Além de instituir o Programa, o Decreto prevê a redução de 20% do consumo de energia em toda Administração Estadual Direta e Indireta, num prazo de 12 meses.

O Eficiência RS também desenvolveu, ao longo de 2001, as seguintes atividades:

- Criação da página na Internet (www.eficiencia.rs.gov.br).
- Termo de cooperação entre a SEMC e a Prefeitura de Porto Alegre.
- Termo de cooperação entre a SEMC, CEEE e Prefeitura de Pelotas.
- Eficientização do Centro Administrativo Fernando Ferrari, onde reduziu-se em 59% o número de luminárias e, em 73%, o consumo em iluminação.

➤ Capacitação do Setor Público em Eficiência Energética, através do treinamento de 104 pessoas de 42 órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado. Além disso, uma parceria com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) possibilitou o treinamento de mais 23 representantes de 12 municípios do Estado. Nesse processo, foram gerados 20 projetos de efficientização de prédios públicos e de sistemas de bombeamento.

AS USINAS TERMELÉTRICAS A GÁS NATURAL

A AES-Uruguaiana, primeira usina térmica a gás natural no Estado, iniciou seu período de testes na Cidade de Uruguaiana, em 2000, estando, desde janeiro de 2001, em operação comercial com potência nominal de 600MW. Estão em fase efetiva de implantação mais 02 usinas: a UTE-Canoas, de 480MW, localizada em terreno da REFAP, em Canoas; e a TERMOGAÚCHA, de 500MW, localizada em terreno da COPESUL, em Triunfo. A TERMOSUL, Usina de 750MW projetada pelo Grupo AES, recebeu Licença Prévia da FEPAM, em 2000.

UTE Canoas – Atendendo solicitação do Ministério de Minas e Energia, que incluiu a UTE-Canoas entre as 15 prioritárias de seu programa de emergência, e do Governo Estadual, através da SEMC, a PETROBRÁS decidiu implantar em regime de urgência 01 dos 02 turbogeradores a gás com 160MW. Este deveria estar em operação comercial, ligado à subestação Cidade Industrial por uma linha de transmissão de 230kV, no final do mês de dezembro de 2001. Entretanto, problemas na composição societária da sociedade formada para a implantação da Usina causaram atrasos nas obras, de modo que a entrada em operação do primeiro turbogerador deverá ocorrer em 31 de março de 2002.

TERMOGAÚCHA – A CEEE tem participação de 23% no empreendimento da TERMOGAÚCHA. As outras empresas são a PETROBRÁS, a Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga e a YPF-REPSOL.

A TERMOGAÚCHA foi enquadrada no Programa Prioritário de Termeletricidade (PPT), instituído pelo Ministério de Minas e Energia, e terá potência total instalada de 500MW, em ciclo combinado.

AS USINAS TERMELÉTRICAS A CARVÃO MINERAL

O Governo do Estado e a União, após quase 02 décadas, chegaram a um acordo que viabiliza a finalização da Usina Termelétrica Candiota III, que representará um acréscimo de 350MW ao parque gerador de energia elétrica do Rio Grande do Sul, com um consumo de 2.600.000t de carvão, dobrando a produção da CRM.

Pelo acordo negociado, a Usina é repassada para a União, juntamente com a dívida a ela associada. Além do repasse, pela CEEE à União, das obrigações decorrentes da dívida e dos respectivos contratos comerciais, também foram repassados os equipamentos adquiridos para a Usina, como contrapartida. Assim, com a questão de Candiota III resolvida, os recursos caucionados pela CEEE no Banco do Brasil S.A. e na Caixa Econômica Federal foram disponibilizados para a Companhia ainda em 2000. Da mesma forma, foi conseguida isenção das taxas portuárias governamentais do Porto de Rio Grande, onde se achavam armazenados os equipamentos adquiridos e importados da França, e negociado substancial desconto

nas taxas da parte privada do Porto. A estimativa é que a Usina Candiota III, a ser construída pela CGTEE, seja concluída no ano de 2004.

Outro projeto de usina termelétrica a carvão, Jacuí I, de 350MW, encontra-se em fase final de outorga da licença ambiental, tendo cumprido as etapas de audiências públicas ao longo do ano de 2001. A expectativa é de conclusão das obras em 24 meses a partir da emissão da licença de instalação. Essa Termelétrica deverá consumir em torno de 1.500.000t/ano de carvão mineral, de procedência da Região do Baixo Jacuí. Em face desse mercado, a CRM vem ampliando seus esforços para viabilizar, mediante parceria, a conclusão e a operação da Mina de Leão II, cujas reservas são mais que suficientes para garantir o suprimento da Usina durante todo o seu prazo de funcionamento.

Já o complexo formado pela Mina e pela Usina Termelétrica Seival é um empreendimento liderado pela empresa mineradora Copelmi Mineração S.A., também localizado no Município de Candiota. A Usina está projetada para funcionar inicialmente com potência de 250MW, com previsão de início de operação comercial em meados de 2003. Em junho de 2000, foi assinado um protocolo de intenções entre a SEMC, a CEEE e a Copelmi, em que o Estado manifestou seu interesse em cooperar na implantação da Usina Termelétrica do Seival. Pelos termos do Acordo, a CEEE será uma das compradoras de parte da energia gerada pela Usina, que utilizará processos de queima limpa do carvão, com baixos níveis de emissão de poluentes, tendo, ainda, como diferencial a produção secundária de 160.000t/ano de sulfato de amônia, um importante insumo para a agricultura, resultante do processo de limpeza dos resíduos gerados pela queima do carvão nas caldeiras.

AS NOVAS USINAS HIDRELÉTRICAS

Usina Dona Francisca – No que tange à Usina Hidrelétrica de Dona Francisca, a SEMC procedeu à coordenação, em conjunto com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, da conclusão do processo de desapropriações e reassentamentos da população atingida, encargo de responsabilidade da CEEE e do Estado. Tal processo exigiu investimentos com indenizações, por desapropriação de 539 propriedades, o que equacionou a questão social dos habitantes das áreas atingidas. No dia 08 de novembro de 2000, foi dado início ao enchimento do reservatório da Usina, o qual formou um lago, com área aproximada de 2.100ha. A primeira unidade da UHE Dona Francisca entrou em operação em janeiro de 2001 e a geração completa, com a segunda unidade, entrou em operação em abril do mesmo ano, com um total de 125MW.

Usina Barra Grande – Usina com potência de 690 MW e localizada no rio Pelotas, entre os Municípios de Esmeralda (RS) e Anita Garibaldi (SC), tem sua operação prevista para o final de 2006. O investimento estimado é de R\$ 800 milhões. O empreendimento foi licitado em 2000, tendo como vencedor o consórcio GEAB, formado pelas empresas VBC Energia S.A., Alcoa Alumínio S.A., Valesul Alumínio S.A., Camargo Correa Cimentos S.A. e Departamento Municipal de Eletrificação (Poços de Caldas, MG).

Complexo CERAN: O Complexo Energético do Rio das Antas (CERAN), com potência de 360MW, é um conjunto de 03 usinas localizadas no rio das Antas, na

serra gaúcha. A tabela abaixo mostra o Complexo, com suas usinas, potências e previsão de entrada em operação.

Complexo Energético do Rio das Antas – CERAN.

Usina	Potência (MW)	Previsão
MONTE CLARO	130	2004
CASTRO ALVES	130	2005
14 DE JULHO	100	2006

Fonte: CEEE

O empreendimento, no valor estimado de R\$ 440 milhões, foi licitado em 2000, tendo como vencedor consórcio formado pela CEEE (30%) e pelas empresas CPFL-G (63%) e DESENVIX (7%).

Usina Machadinho – No que tange à Usina Hidrelétrica de Machadinho, localizada no rio Pelotas entre os Municípios de Piratuba, em Santa Catarina, e Maximiliano de Almeida, no Rio Grande do Sul, destaca-se pelo tempo recorde de construção: 52 meses, com investimento estimado em R\$ 1,5 bilhão. A CEEE participa com 4,9% do empreendimento, sendo que a primeira máquina entrou em operação em dezembro de 2001 e a última entrará em fevereiro de 2002, totalizando 1140MW (3x380MW).

Usina Foz do Chapecó: Está localizada no rio Uruguai entre os Municípios de Águas do Chapecó, em Santa Catarina, e Alpestre, no Rio Grande do Sul, com investimento estimado em R\$ 950 milhões. Entra em operação com a primeira máquina em julho de 2006 e a última em março de 2007. Acrescenta 840MW (4x210MW) e a CEEE participa com 20%.

Usina Monjolinho: Está localizada no rio Passo Fundo, Municípios de Faxinalzinho e Nonoai no Rio Grande do Sul, com investimento estimado em R\$ 168 milhões, entra em operação com a primeira máquina em dezembro de 2005 e a última em dezembro de 2006, acrescentando 72 MW (2x36 MW).

Usina Pai Querê – Está localizada no rio Pelotas, Municípios de Lages, em Santa Catarina, e Bom Jesus, no Rio Grande do Sul, com investimento estimado em R\$ 582 milhões. Entra em operação com a primeira máquina em dezembro de 2006 e a última em dezembro de 2007, acrescentando 288MW (3x96MW) e a CEEE participa com 20%.

FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA

A Secretaria promoveu a instalação, durante os anos de 2000 e 2001, de sistemas com fontes renováveis de energia. Nesse sentido, foram desenvolvidas ações para o aproveitamento de energia solar, eólica, biomassa e hidráulica, a saber:

Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (PRODEEM) – Esse convênio, firmado com o Ministério de Minas e Energia, objetiva a utilização de fontes renováveis de energia, para atendimento de comunidades isoladas, localizadas na zona rural do Estado. Foram instalados 56 sistemas fotovoltaicos, 01 híbrido solar/eólico, 01 eólico e 03 microcentrais hidrelétricas para o atendimento a pequenas comunidades em 33 municípios do Estado, beneficiando 2.881 pessoas.

Energia Eólica – Atualmente, a eólica é a fonte alternativa de energia em maior desenvolvimento no mundo, encontrando-se em fase de maturidade tecnológica. Os resultados do levantamento estão comprovando o bom potencial eólico do Estado, sendo que, em alguns pontos, foram iniciados os estudos de viabilidade técnica e econômica. O uso dessa fonte, como alternativa e complemento na produção de energia elétrica, diversificará a matriz energética e estimulará a geração distribuída em áreas com dificuldades energéticas e econômicas, tais como a Metade Sul do Estado. Os estudos estão sendo realizados através de 05 Protocolos de Intenções, firmados com a interveniência do Estado, através da SEMC, e um projeto em conjunto com a CEEE, totalizando 42 estações de medição de vento no RS, das quais 20 já se encontram instaladas. Os municípios onde esses estudos estão ou serão realizados são: Arambaré, Arroio do Sal, Canguçu, Cidreira, Faxinalzinho, Jaguarão, Jaquirana, Mostardas, Palmares do Sul, Piratini, Progresso, Rio Grande, Sant’Ana do Livramento, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Santiago, São Francisco de Paula, Tapes e Vacaria, com investimentos estimados em R\$ 150 mil.

Adicionalmente, está sendo elaborado o Atlas Eólico do Rio Grande, a ser divulgado no segundo semestre de 2002, através do qual é possível identificar o potencial eólico em vários locais e na região como um todo. É uma ferramenta importante nos estudos técnicos e econômicos relacionados ao desenvolvimento e uso da energia dos ventos e na elaboração de políticas para a energia eólica.

Geração com Biomassa – Em 1999, foi firmado um Protocolo entre a SEMC, a CEEE, a Companhia Geral de Distribuição Elétrica de Portugal e a empresa Koblitz, de Pernambuco. O acordo prevê a instalação de um conjunto de usinas que deverá alcançar a capacidade total de aproximadamente 110MW, utilizando como combustíveis os resíduos de madeira e casca de arroz. A primeira usina, de 10MW, localizada no Município de Piratini, teve início de operação comercial em dezembro de 2001. As usinas de Capão do Leão e Dom Pedrito, ambas queimando casca de arroz, deverão entrar em operação no final do primeiro semestre de 2002. Encontram-se em estudos, ainda, a implantação de mais 08 usinas, sendo 05 com a utilização de casca de arroz (nos Municípios de Pelotas, Camaquã, Mostardas, São José do Norte e Alegrete) e 03 usinas utilizando resíduos de madeira (nos Municípios de Itaqui, São Borja e Encruzilhada do Sul).

LUZ NO CAMPO

Em junho de 2000, a SEMC, o Ministério de Minas e Energia, a ELETROBRÁS, as concessionárias de distribuição de energia elétrica e a Federação das Cooperativas de Eletrificação (FECOERGS), firmaram um protocolo de intenções do Programa Luz no Campo, prevendo o atendimento, no prazo de 03 anos, de 75.225 propriedades no Estado. Um ano após a assinatura do protocolo, a ELETROBRÁS negou às cooperativas de eletrificação rural o acesso ao financiamento, dificultando o processo, na medida que o financiamento passou a ser tratado diretamente com cada proprietário.

O Programa passa por dificuldades, especialmente nas áreas atendidas pelas concessionárias privadas, em razão de indefinição do quadro regulatório. Na área atendida pela CEEE, que dobrou a sua participação financeira nas ligações, foram ligadas 3.700 propriedades, demonstrando o diferencial de uma empresa pública no trato de questões com o reflexo social da eletrificação rural.

BALANÇO ENERGÉTICO DO ESTADO

O Balanço Energético é um trabalho fundamental para o processo do planejamento estadual, pois atualiza, continuamente, as informações sobre a oferta, o consumo e a transformação das diversas fontes de energia que compõem o cenário energético gaúcho. Em dezembro de 2000, foram publicados os Balanços Energéticos Consolidados do Rio Grande do Sul para os anos de 1997 e 1998. Durante o ano de 2001, foram elaborados os balanços dos anos de 1999 e 2000, prevendo-se sua publicação para breve.

O GÁS NATURAL NO RS

A ação da SEMC, como organismo do Governo do Estado na área energética, tem propiciado à SULGÁS as condições para a sua afirmação como empresa distribuidora de gás natural no Rio Grande do Sul. A Empresa, no final de 2001, fornecia 3.500.000m³/dia de gás natural proveniente da Argentina, vendidos à AES-SUL, como combustível da Usina Termelétrica de Uruguaiana, acrescidos de 700.000m³/dia de gás vindo da Bolívia, distribuído nas Regiões Metropolitana e da Serra, por 270km de redes de distribuição.

Iniciou-se o Programa do Gás Natural Veicular (GNV), com a implantação de postos de abastecimento em Caxias do Sul, Canoas e Porto Alegre.

Além disso, foi dada nova configuração ao gasoduto da Argentina, passando a ser entendido como o gasoduto Uruguaiana-Porto Alegre, procedendo-se as necessárias adequações técnicas e jurídicas.

Foram iniciados estudos para distribuição de gás natural ao setor residencial, devendo, no decorrer do ano de 2002, ser elaborado projeto-piloto para este segmento, inicialmente nos Municípios de Porto Alegre, Caxias do Sul e Uruguaiana.

POLÍTICA MINERAL

Quanto ao setor de recursos minerais, as ações SEMC e de sua vinculada, Companhia Rio-Grandense de Mineração (CRM), concentraram-se na expansão da mineração de carvão, em especial na região de Candiota, bem como no setor de rochas ornamentais. Quanto a esse último setor, destaca-se a sua inclusão como um dos setores beneficiados com o Programa de Incentivo ao Crescimento (PIC).

POLÍTICA DE TELECOMUNICAÇÕES

O Governo do Estado tem acompanhado, ao longo dos últimos 03 anos, a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado, pela Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), concessionária responsável pela prestação dos serviços em regime público, com obrigações de universalização, continuidade e qualidade dos serviços.

Os anos de 1999 e 2000 foram marcados pela drástica redução dos investimentos decorrentes do afastamento da Telefônica de Espanha do controle e gestão da CRT. Como consequência, a Empresa foi entregue a uma administração precária, marcada pela indefinição em sua gestão e pela redução dos investimentos,

resultando em graves prejuízos ao Estado do Rio Grande do Sul e à própria Companhia. Esse período de transição perdurou por 02 anos.

Frente à omissão da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e com a finalidade de preservar o interesse público, o Governo do Estado, em um trabalho conjunto realizado pela SEMC e pela Procuradoria-Geral do Estado, ajuizou ação contra a ANATEL e os grupos controladores da CRT.

Em 2001, a Brasil Telecom, em função de conflito entre seus sócios majoritários, reduziu os investimentos anteriormente acordados com a sociedade gaúcha, de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 774 milhões. A anunciada antecipação, para 2001, das metas de universalização e qualidade, previstas para 2003, foi abandonada. Essa decisão impôs extraordinário prejuízo à sociedade e à economia gaúchas, restando o seu desenvolvimento em relação aos Estados, que não pertencem à área atendida pela Brasil Telecom.

O Governo do Estado manifestou sua inconformidade com essa situação junto à ANATEL e à Brasil Telecom, agravada com as demissões que estão sendo promovidas e que atingirão entre 900 e 1.000 empregados da CRT Brasil Telecom, comprometendo a qualidade dos serviços e contrariando todo o esforço desenvolvido pelo Governo no sentido da preservação e aumento dos postos de trabalho. Cumpre destacar que cabe à Agência reguladora impedir que conflitos privados interfiram na concessão de um serviço público de telefonia, por cuja continuidade, universalização e qualidade lhe compete zelar.

Ao Governo cabe atuar junto ao poder concedente e às empresas para assegurar investimentos que garantam a expansão das redes e serviços de telecomunicações no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, instituiu o Conselho Estadual de Telecomunicações (CETEL), órgão sob a coordenação da SEMC, para promover e implementar a política de telecomunicações.

Através do CETEL, o Governo vem aglutinando e dando organicidade aos projetos e ações em andamento, a fim de que os resultados alcançados sejam efetivos; contribuindo com a expansão de redes de telecomunicações modernas; permitindo a ampliação, competição, democratização e acesso a informações de serviços de alta qualidade; e promovendo o desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

Em consonância com esse propósito, o Governo do Estado, através da CEEE, vem disponibilizando infra-estrutura, com cobertura em todo o Estado para uso em telecomunicações, permitindo a expansão da rede.

3.1.1 - Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE

Os investimentos da CEEE, realizados e previstos, estão explicitados na tabela a seguir, onde estão incluídos os valores das obras integrantes do esforço de ampliação da capacidade de atendimento ao Estado.

Investimentos da CEEE

Em R\$ Milhões.

Área	1999	2000	2001	TOTAL
Geração	12,44	22,64	43,58	78,66
Transmissão	36,33	29,67	32,14	98,14
Distribuição	37,52	33,16	49,77	120,45
Total	86,29	85,47	125,49	297,25

Fonte: CEEE

Nota: Valores realizados em 1999 e 2000; em 2001, valores realizados até outubro e projetados para novembro e dezembro.

Atendimento de Demandas do Orçamento Participativo - A distribuição dos investimentos realizados pela CEEE no atendimento de demandas da população do Estado, feitas através do Orçamento Participativo, foi a seguinte:

Investimentos da CEEE em demandas do OP

Em R\$ Milhões.

Região	2000	2001	2002*
Campanha	0,270	0,435	0,018
Centro Sul	0,912	0,897	0,760
Litoral	3,028	0,005	0,077
Sul	7,392	1,216	8,579
Vale do Rio Pardo	0,007	0,037	-
Metropolitana Delta do Jacuí	0,021	2,234	0,033
Total	11,630	4,824	9,467

* 2002: Previsão.

Os recursos foram aplicados na expansão e na adequação de subestações, alimentadores e redes de distribuição de energia elétrica, que beneficiam milhares de consumidores, conforme mostrado na tabela abaixo.

Número de consumidores beneficiados com investimentos da CEEE em demandas do OP.

Região	2001	2002*
Campanha	802	40
Centro Sul	760	5.002
Litoral	22	107
Sul	9.190	13.973
Vale do Rio Pardo	17	-
Metropolitana Delta do Jacuí	34.979	131
Total	45.770	19.253

* 2002: Previsão.

Fonte: CEEE

Programa Energia para Todos – Nesse Programa, a CEEE investiu mais de R\$ 4 milhões, beneficiando aproximadamente 15.000 famílias de baixa renda que, nas condições normais, não teriam acesso à energia elétrica.

3.1.2 - Companhia Rio-Grandense de Mineração – CRM

A Companhia Rio-Grandense de Mineração (CRM), empresa vinculada à SEMC, concentra sua atuação, primordialmente, na expansão da mineração de carvão, em especial na região de Candiota, onde foram investidos, entre 1999 e 2001, em torno de R\$ 8,1 milhões, com recursos próprios da Empresa. Para o ano de 2002, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 750 mil, para obras de manutenção e ampliação das concessões minerais da Companhia. Além desses investimentos, está prevista a aplicação de recursos significativos na expansão da lavra de carvão, visando ao atendimento da futura Usina Candiota III, que exigirá a duplicação de sua capacidade de produção.

Entre as iniciativas realizadas pela CRM, destaca-se a busca de parcerias para a conclusão e a operação da Mina Leão II, no Município de Minas do Leão, cujas obras encontram-se paralisadas há 15 anos, visando um possível abastecimento da Usina Termelétrica Jacuí I. Para tanto, foi disponibilizado ao público, mediante Edital, um acervo de informações técnicas daquela mina de carvão, possibilitando aos interessados desenvolver estudos de viabilidade para a implantação conjunta da unidade mineira.

Também foi retomado o papel institucional da Empresa na busca de outros recursos minerais no Estado, através de investimentos em pesquisa mineral de ouro no Município de Lavras do Sul; de insumos para a indústria cerâmica em vários pontos do Rio Grande do Sul; e com a caracterização de argila em Candiota, ação essa fundamental para viabilizar a implantação do Pólo Cerâmico na Metade Sul do Estado.

Esses projetos de expansão tornaram-se viáveis graças a 02 ações deste Governo: o Termo de Acordo firmado entre a CRM e o Governo do Estado, em 19/04/2000, por meio do qual foi negociado o parcelamento de 45% da dívida da empresa; e a Lei n. 11.673, de 26/09/2001, que possibilitou o aumento de capital da Companhia em R\$ 65 milhões e encaminhou a solução para o restante de sua dívida. A referida Lei também autorizou a transferência de um terreno da CRM, na forma de dação em pagamento ao Poder Executivo, possibilitando uma importante destinação social ao imóvel. Essas ações foram etapas estratégicas na capacitação da CRM em autofinanciar a ampliação de suas atividades, visando atender o aumento de demanda de geração térmica a carvão no Estado.

3.1.3 Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul – SULGÁS

A SULGÁS, em consonância com as políticas do Governo do Rio Grande do Sul na área energética, vem desenvolvendo seu papel na busca do pleno atendimento das demandas públicas, com o objetivo da eliminação do déficit de oferta de energia em nosso Estado. Hoje, a SULGÁS ostenta a posição de 5ª maior empresa distribuidora de gás natural do Brasil.

No ano de 1999, a SULGÁS vendeu 15.000.000m³, faturando R\$ 3 milhões. No ano 2000, comercializou 145.000.000m³, com um faturamento de R\$ 57 milhões. Em 2001, alcançou a cifra de 710.000.000m³, faturando em torno de R\$ 240 milhões. O investimento total neste Governo deverá perfazer R\$ 104 milhões.

Através de contratos de mútuo firmados com a BR-Distribuidora (PETROBRÁS), a Empresa captou, entre 2000 e 2001, R\$ 62 milhões, o que possibilitou a implantação e operação dos 270km iniciais da rede de distribuição de gás natural na Região Metropolitana, na Região da Serra e no Município de Uruguaiana.

A partir de julho de 2000, a SULGÁS iniciou o fornecimento de gás natural, abastecendo a Usina Termelétrica de Uruguaiana, com um volume contratado de 2.800.000m³/dia de gás argentino.

Na mesma época, foi iniciado o fornecimento de gás natural às indústrias da Região Metropolitana.

Em maio do ano de 2001, em que pese as restrições do BNDES ao financiamento de projetos de empresas públicas, a SULGÁS obteve daquele Banco a concessão de empréstimo de R\$ 43 milhões que, desde meados de 1999, encontrava-se em análise. Esses recursos estão sendo utilizados na ampliação da rede de distribuição de gás natural canalizado no Estado do Rio Grande do Sul, para fornecimento aos mercados industrial, comercial, automotivo e residencial de municípios das regiões Metropolitana de Porto Alegre e Serrana, bem como da futura rede urbana de Uruguaiana.

Em julho de 2001, iniciaram-se as vendas de gás industrial para a Região da Serra, contemplando inicialmente a Cidade de Caxias do Sul, e, também, o gás natural veicular, segmento muito promissor, pela pluralidade da clientela e pelas inegáveis vantagens de economia para os usuários. A previsão é francamente favorável ao crescimento constante do GNV, estimando-se que em 05 anos pelo menos 5% da frota automotiva brasileira esteja consumindo gás natural, com vantagens ambientais para a população dos grandes centros urbanos.

A SULGÁS está fornecendo 700.000m³/dia de gás natural boliviano, que acrescido ao gás argentino, perfaz uma distribuição de 3.500.000m³/dia (outubro/2001). Cabe um registro especial à evolução dos volumes médios diários do fornecimento de gás boliviano, que sofre o impacto direto da expansão da rede de distribuição da Empresa. Durante o ano de 2000, a média foi de 196.000m³/dia, elevada para 282.000m³/dia no primeiro semestre de 2001. No segundo semestre de 2001, considerados os dados até outubro, a média diária é de 610.000m³/dia.

Gasoduto Uruguaiana-Porto Alegre – Até o início da atual gestão, em janeiro de 1999, o objetivo da SULGÁS com referência ao gás argentino restringia-se ao abastecimento da Usina Termelétrica de Uruguaiana, então em construção. Para tanto, estava prevista a instalação de um gasoduto de 18 polegadas de diâmetro, com pressão limitada, porque atravessaria o rio Uruguai pela ponte internacional, e passaria pelo perímetro urbano de Uruguaiana.

Com o objetivo de possibilitar a instalação de usinas termelétricas a gás natural junto ao maior centro de carga do Estado, localizado na Região Metropolitana, a SEMC e a SULGÁS apoiaram alternativa proposta pela Transportadora Sul Brasileira de Gás (TSB), empresa integrada pela PETROBRÁS e por grupos privados. Essa alternativa consistiu no aumento do diâmetro do gasoduto para 24 polegadas, na duplicação de sua pressão e no deslocamento da travessia do rio Uruguai para fora do perímetro urbano de Uruguaiana, feita sob o leito do rio, com custo menor e em

condições técnicas e de segurança superiores às do projeto original. O investimento da SULGÁS, previsto em R\$ 18 milhões no projeto original, foi reduzido para R\$ 5 milhões. Os contratos de fornecimento e venda de gás, com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) foram adequados à nova condição técnica.

Gás Natural Veicular (GNV) – A SULGÁS assinou, em dezembro de 2000, com a BR-Distribuidora, contrato de fornecimento de gás natural para uso em veículos automotivos, substituindo a gasolina, em 15 postos de distribuição, sendo 05 em Porto Alegre; 02 em Canoas; 01 em São Leopoldo; 03 em Caxias; 01 em Bento Gonçalves; 01 em Gravataí; e 02 em Cachoeirinha. No final de 2001, existiam 04 postos em atividade comercial, em Porto Alegre, Canoas, Caxias do Sul e São Leopoldo.

Em outubro de 2001, foi firmado contrato com a Ipiranga Distribuidora para a implantação de gás veicular, inicialmente, em 04 postos, sendo 02 em Porto Alegre, 01 em Cachoeirinha e 01 em Gravataí. Há negociações em curso, com a ESSO, para mais 06 postos.

Gás Natural Residencial (Porto Alegre/Caxias do Sul/Uruguaiana) – Foram iniciados estudos para distribuição de gás natural ao setor residencial, devendo, no decorrer do ano de 2002, ser elaborado projeto-piloto para este segmento, inicialmente nos Municípios de Porto Alegre, Caxias do Sul e Uruguaiana. A Cidade de Porto Alegre já conta com uma rede de gás de 14km de extensão e, no decorrer de 2002, totalizará 38km, com um investimento total de R\$ 13 milhões.

3.2 - SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO – SOPS

A Secretaria das Obras Públicas e Saneamento possui, dentre suas competências, a de fornecer apoio financeiro, técnico e administrativo, no que tange à execução de obras de saneamento e públicas.

Fórum pelo Saneamento Público – Realizado em setembro de 2001, o Fórum reuniu lideranças, dos poderes executivo e legislativo municipais, estaduais e nacionais; lideranças comunitárias; e representantes de organizações engajadas na defesa de questões que envolvem a saúde e o meio ambiente.

Sistema Estadual de Saneamento – Foram realizados estudos para a constituição e à implantação de um Sistema Estadual de Saneamento. Estas análises e proposições norteadoras de ampla complexidade e fundamental importância para o desenvolvimento da qualidade de vida da população gaúcha, que pressupõe a participação efetiva de diversos órgãos estaduais e de representantes da sociedade civil, têm sido trabalhadas pela SOPS, de modo a apresentar ao Governo e à sociedade, instrumentos que auxiliem na implantação de uma política de saneamento condizente com as necessidades do povo gaúcho. Para tanto, diversas experiências foram analisadas, bem como estudos sobre legislação e histórico de implementação de políticas similares serviram de subsídio para as avaliações do Grupo de Trabalho, que deverá apresentar um relatório no início de 2002.

Quanto aos serviços na área de Saneamento Ambiental, a SOPS, em convênio com a CORSAN, realiza a captação e/ou perfuração de poços artesianos, assim como a instalação de redes de distribuição d'água (sistemas simplificados para

pequenas comunidades) viabilizando o acesso às populações que vivem em localidades mais distantes dos centros urbanos. Esses serviços são realizados em parceria com as prefeituras, através de convênios de cooperação.

Outro aspecto que convém destacar, no tocante ao amadurecimento da política de atendimento às demandas da população, é a necessária articulação entre a realização da perfuração de poços e o repasse de recursos para a implantação de redes simplificadas, através da parceria com as prefeituras, de modo a garantir que a água efetivamente chegue aos domicílios, evitando, apenas, a execução de processos de perfuração isolados.

Esse aspecto significou, em alguns locais, o redirecionamento de recursos destinados à perfuração para a implantação de redes de abastecimento de água, fosse em razão da otimização de recursos já existentes (aproveitamento de poços já perfurados), ou pela avaliação da realidade local a partir da compatibilização entre estudos técnicos e discussões com as lideranças das diversas localidades que pautaram a demanda, verificando coletivamente que modo de aplicação dos recursos teria melhor impacto social.

O quadro abaixo demonstra o número de visitas realizadas por técnicos da SOPS, avaliações, análises, convênios e orientações a conselheiros e prefeituras no ano de 2001.

Processos e Avaliações Técnicas realizadas pela SOPS em 2001

Região	Avaliações e/ou Fiscalizações de Obras	Avaliações Técnicas PAP	Reuniões do OP COP Fóruns, Comunidade ASPAC	Orientações a Conselheiros, Comunidade e Prefeituras
Alto Jacuí	280	35	-	27
Campanha	150	32	9	78
Central	380	30	8	49
Centro Sul	280	20	7	35
Fronteira Noroeste	270	22	-	18
Fronteira Oeste	410	28	-	6
Hortênsias	210	27	1	18
Litoral	300	33	8	49
Médio/Alto Uruguai	250	35	-	8
Metropolitano/Delta Jacuí	400	21	28*	33
Missões	130	33	1	12
Nordeste	260	34	-	39
Noroeste Colonial	420	34	-	21
Norte	200	32	-	20
Paranhana/Encosta da Serra	150	33	4	38
Produção	180	35	4	31
Serra	250	34	6	37
Sul	310	21	4	43
Vale do Caí	100	29	7	37
Vale dos Sinos	320	18	9	45
Vale do Rio Pardo	400	27	10	76
Vale do Taquari	240	32	12	36

		645		
Total	5.890	756	90	756

Fonte: SOPS

Cabe ressaltar, ainda, as iniciativas da SOPS no intuito de buscar recursos para ampliar as condições de atendimento das demandas pautadas pela população, em especial situações emergenciais que colocam em risco a utilização de outros investimentos públicos ou a saúde da população, tais como: escolas sem a disponibilidade de água; usinas de reciclagem que dependem de um sistema de abastecimento para funcionar adequadamente; novos assentamentos que ainda não dispõem do recurso; e situações pontuais nas quais a proliferação de doenças por contaminação hídrica é identificada pela área de saúde e que exigem providências urgentes, entre outras de mesma ordem e prioridade. Nesse sentido, a SOPS não economizou esforços para captar novos recursos e ampliar a possibilidade de atendimento na área; exemplo desta iniciativa é o convênio recente com o Ministério da Saúde, através da FUNASA, que aportará ao RS recursos estimados em R\$ 1,2 milhão para atendimento na área de saneamento ambiental de 22 municípios do RS, incidindo tanto no abastecimento de água como na viabilização de módulos sanitários.

Saneamento para Pequenas Comunidades – Através deste Programa a SOPS firmou, no período, 196 convênios com prefeituras, beneficiando 6.000 famílias em 312 localidades.

Programa de Açudes e Poços – O Programa é responsável pela perfuração de 467 poços tubulares profundos, num investimento de R\$ 3,2 milhões em municípios não atendidos pela CORSAN. A Companhia perfurou 103 poços, nos municípios em que responde pelo saneamento, ampliou a rede de água em 295,2km, construiu 12,3km de adutoras de água bruta e 45,3km de rede de esgoto, além de efetuar a substituição de 50,3km de rede de água.

O quadro abaixo demonstra os indicadores de carências regionais e a distribuição do número de poços perfurados pela SOPS e redes simplificadas de abastecimento, por Região, realizadas nos 03 últimos anos, o que beneficiou aproximadamente 72.000 usuários domiciliados em pequenas comunidades e/ou localidades rurais.

Indicadores de Saneamento Ambiental

Região	Total de População no Rural	Domicílios sem Rede de Água no Meio Rural	Atendimentos na Área de Saneamento SOPS 1999-2001	
			POÇOS	REDES
Alto Jacuí	51.434	3.223	68	35
Campanha	46.923	5.239	7	11
Central	151.092	18.403	64	77
Centro Sul	70.795	5.961	20	22
Fronteira Noroeste	88.048	8.024	46	35
Fronteira Oeste	60.311	7.664	9	7
Hortênsias	31.271	2.178	14	5
Litoral	66.734	3.303	37	15

Médio/Alto Uruguai	115.425	14.083	66	40
Metropolitano/Delta Jacuí	105.593	5.048	10	2
Missões	101.419	11.865	80	45
Nordeste	66.686	5.544	95	68
Região	Total de População no Rural	Domicílios sem Rede de Água no Meio Rural	Atendimentos na Área de Saneamento SOPS 1999-2001	
			POÇOS	REDES
Noroeste Colonial	121.854	14.165	93	34
Norte	82.640	5.358	115	65
Paranhana/Encosta da Serra	28.689	1.702	19	11
Produção	118.766	9.292	90	97
Serra	151.674	1.942	84	17
Sul	146.630	19.666	27	22
Vale do Caí	48.607	2.684	27	11
Vale dos Sinos	48.549	2.684	6	3
Vale do Rio Pardo	179.856	19.512	62	27
Vale do Taquari	120.244	9.666	79	28
Recursos investidos em sistemas de abastecimento de água			1.118	677

Fonte: SOPS

Saneamento Básico na Região Metropolitana – Na Região Metropolitana, a SOPS firmou os seguintes convênios com os municípios, para implantação de saneamento básico, beneficiando 31.421 pessoas:

- Esteio – Implantação de rede de esgotamento pluvial na Vila Boqueirão, no valor de R\$ 300 mil, beneficiando aproximadamente 1.500 pessoas.
- Canoas – Ampliação de 3.694m de rede de saneamento, com investimento de R\$ 1,1 milhão, beneficiando 29.300 pessoas.
- Araricá – Implantação de 1.265m de rede de saneamento na Vila Grings, com investimento de R\$ 32,9 mil, beneficiando 621 pessoas.

Tratamento de Resíduos Sólidos – Foram firmados convênios com prefeituras para instalação de unidades de reciclagem e compostagem do lixo para atendimento a 32 municípios. As unidades vêm sendo implantadas em Espumoso, Panambi, Santo Augusto, Bom Progresso, Tenente Portela, Tapejara e Arroio do Tigre. Os 07 convênios envolvem um investimento de R\$ 1,2 milhão, dos quais já foram pagos R\$ 893 mil, beneficiando mais de 170.000 pessoas e gerando mais de 200 empregos.

Além desses convênios, também estão em execução as obras do Aterro Sanitário Metropolitano de Santa Tecla/Gravataí e aquisição de máquinas e equipamentos especiais para sua operação, envolvendo investimentos de R\$ 806 mil, beneficiando 1.126.000 pessoas e gerando 50 empregos.

Cartilha sobre Aglomerações Urbanas – Objetivando disponibilizar informações tais como dados históricos, sócio-econômicos, jurídicos e institucionais sobre as regiões metropolitanas, a SOPS editou 02 cartilhas, de 1999 a 2001, envolvendo os assuntos: as Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana do Nordeste, e está em elaboração a Cartilha sobre Aglomeração Urbana de Pelotas.

Levantamentos Planialtimétricos – Consistem na demarcação e levantamento do relevo topográfico de terras, condição indispensável para a realização de qualquer projeto. No período de 1999 a 2001, foram realizados 84 levantamentos, sendo que, em 1999, foram realizados 20 levantamentos; em 2000, 20; e, em 2001, foram 44, com destaque especial à demarcação das terras indígenas.

FUNDURBANO – Fundo rotativo com objetivo de financiar projetos de infraestrutura urbana para os municípios gaúchos. Este Fundo viabilizou obras na área de saneamento ambiental, reforma e/ou construções de unidades sanitárias, pontes, praças, pavimentações, iluminação pública, centros administrativos, microdrenagens, construção de creches, extensões de redes elétricas, entre outras de âmbito municipal, com investimentos da ordem de R\$ 1,6 milhão.

A partir da publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, em maio de 2000, os municípios ficaram impedidos de obter financiamentos.

O quadro abaixo apresenta de forma sumária os dados quantitativos relativos ao período 1999/2001, no que concerne ao FUNDURBANO.

**FUNDURBANO – Contratos Efetuados e Usuários Beneficiados
Período 1999/2001**

FUNDURBANO	Contratos Novos	Contratos em Andamento	Número Aproximado de Pessoas Beneficiadas
1999	32	95	101.600
2000	0	76	60.800
2001	0	52	41.600
Total	32	223	204.000

Fonte: SOPS

Edificações Públicas – A SOPS responsabilizou-se pela elaboração de 1.000 projetos entre o período de 1999 a 2001, realizou a fiscalização de 1.043 obras, desde recuperação ou construção de escolas até a restauração de prédios históricos, o que totalizou a responsabilidade técnica final por investimentos da ordem de R\$ 88 milhões (recursos dotados nas Secretarias de Segurança Pública, Educação e Cultura). No ano de 1999, foram concluídas 439 obras escolares, das quais 138 constituídas por ampliação ou construção, 256 recuperações e 212 construções de novas salas, num investimento de R\$ 23,3 milhões. Em 2000, foram concluídas 396 obras escolares, sendo que 225 ampliações e/ou construções, 168 recuperações e 307 construções de novas salas, num investimento da ordem de R\$ 23,3 milhões. Em 2001, foram concluídas 700 obras. Estão em andamento 785 obras, das quais 442 em licitação e finalização de 75 de projetos.

Restauração de Prédios Históricos e Culturais – Foram realizados 06 projetos, tendo sido concluídos, os Projetos de Restauração da E.E. Ernesto Dorneles e da Recuperação do Bloco “B” do Hospital Psiquiátrico São Pedro, como também, concluída a obra de Restauração do Arquivo Público do Estado.

Bacia do Rio Santa Maria – A partir da iniciativa da SOPS em captar recursos e buscar parcerias internacionais para ampliar a sua capacidade de investimento, o RS receberá US\$ 350 mil, sob a forma de prestação de serviços de

empresas espanholas, para viabilização de plano de trabalho elaborado pela Secretaria, que contempla estudo do ciclo hidrológico da Bacia do Rio Santa Maria.

Projetos de Barragens para Irrigação na Metade Sul do Estado – No exercício de 2001, foram concluídos os projetos de engenharia e de impacto ambiental para a construção de 07 barramentos na Metade Sul, o que significou um investimento da ordem de R\$ 9 milhões. A SOPS ajustou esses projetos dando-lhes a dimensão de uso múltiplo dos recursos hídricos na Região.

3.2.1 Companhia Rio-Grandense de Saneamento – CORSAN

Com o intuito de viabilizar a oferta essencial dos serviços de água e esgoto, a CORSAN buscou ampliar e melhorar a capacidade de captação, produção e distribuição dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Dessa forma, foi investido, neste Governo, o montante de R\$ 166 milhões.

Foram beneficiados, aproximadamente, 1.200.000 habitantes com a execução das obras, tendo sido proporcionado maior volume de água à disposição, maior pressão nas torneiras e melhor atendimento aos usuários.

Abaixo, seguem os quadros contendo os investimentos realizados pela Companhia nos anos de 1999, 2000 e 2001.

Investimentos Realizados de 1999 a 2001

COREDE	Valor	Em R\$ 1,00
		População Beneficiada
Alto Jacuí	1.516.313	11.965
Campanha	449.249	2.460
Central	8.490.107	65.250
Centro-Sul	2.256.161	17.960
Fronteira Noroeste	1.680.241	14.150
Fronteira Oeste	8.985.044	77.200
Hortênsias	2.253.768	18.700
Litoral	4.973.811	43.450
Médio Alto Uruguai	1.199.503	9.730
Missões	1.748.052	14.360
Nordeste	1.058.412	7.650
Noroeste Colonial	2.779.618	24.450
Norte	6.697.307	54.150
Paranhana-Encosta da Serra	5.162.577	42.400
Produção	12.237.104	98.700
Serra	9.863.479	77.400
Sul	11.928.895	93.700
Vale do Caí	1.321.628	10.590
Vale do Rio dos Sinos	6.108.953	50.900
Vale do Rio Pardo	10.930.963	92.000
Vale do Taquari	4.444.162	36.460
Metropolitano Delta do Jacuí	39.360.362	319.200
Total	145.445.709	1.182.825

Fonte: CORSAN

No ano de 2001, a CORSAN realizou a ampliação de 134.600m de redes de água; 3.273m de adutoras de água bruta e 36.830m de rede de esgoto. A capacidade de captação de água bruta foi ampliada em 180 litros/s; a de produção de água tratada em 210 litros/s, através da construção das ETAs dos Municípios de Parobé, Piratini e Sarandi; e a de reservação em 2.220m³. Além dessas ampliações, foram substituídos 39.420m de rede de água, processadas melhorias em prédios e outros serviços, e a capacidade de tratamento de esgoto foi ampliada em 215 litros/s; através da construção das ETEs dos Municípios de Rio Grande e Tapes.

Nesse mesmo exercício, foram perfurados 48 poços com a finalidade de reforçar o abastecimento de água em sistemas operados nos municípios concedentes, além de 195 poços perfurados para o Serviço de Açudes e Poços da Secretaria das Obras Públicas e Saneamento, totalizando 243 poços.

No período de 1999 a 2001, foram executadas, entre outras, as seguintes obras de ampliação/implantação:

- Rio Grande – Ampliação do sistema de esgoto sanitário para toda a área urbana, com recuperação do sistema antigo, dos coletores, interceptores, elevatória e estação de tratamento, beneficiando 25.000 habitantes.
- Santa Cruz do Sul - Barragem do Lago Dourado – Construção de dique de contenção e adutoras. Espelho de água 120ha, com um volume de armazenagem 3.500.000m³. Em caso de estiagem, a barragem tem capacidade de abastecimento durante 06 meses. Com essa obra foram beneficiados 107.000 habitantes.
- Santa Cruz do Sul – Execução da primeira etapa de implantação do sistema de esgoto sanitário (coletores, elevatórias e estação de tratamento) na Bacia do Arroio Preto, beneficiando 25.000 habitantes.
- Canoas/Esteio/Sapucaia do Sul (sistema integrado) – Ampliação geral do sistema de abastecimento (execução da captação, elevatória, adutora, reservatório e estação de tratamento para 900 litros/s), beneficiando 150.000 habitantes.
- Passo Fundo – Barragem da fazenda da Brigada Militar, no Rio Passo Fundo. Volume útil de acumulação de 3.400.000m³, beneficiando toda a população da cidade.
- Passo Fundo – Estação de tratamento de esgoto (ETE Araucária), junto à BR-285. Atenderá a bacia hidrográfica urbana (116.000 habitantes).
- Parobé – Implantação de um sistema próprio de produção de água tratada (130 litros/s) para o Município, sem depender da produção do Município de Taquara. Essa ação beneficiou 19.000 habitantes.
- Rosário do Sul – Ampliação do sistema de esgoto, com elevatória, linhas de recalque, coletores e estação de tratamento para 100 litros/s, beneficiando 10.000 habitantes.
- Bento Gonçalves – Barragem do Arroio Burati, com volume de acumulação de 7.000.000m³, beneficiando toda população da cidade.
- Torres – Ampliação do sistema de abastecimento, com captação, elevatória e vários reservatórios. O sistema deverá atender plenamente o Município, inclusive a demanda do verão, até o ano de 2020. Essa obra beneficiou 80.000 habitantes.
- Lajeado – Ampliação do sistema de abastecimento com captação, elevatória, ampliação da ETA e vários reservatórios, beneficiando 30.000 habitantes.

A seguir está demonstrada a evolução dos principais resultados alcançados pela Companhia, de 1999 a 2001.

Resultados da CORSAN

Variáveis Físicas e Financeiras	Unidade	1999	2000	2001	Variação %
Volume produzido	1000 m ³	477.158	491.786	498.085	4,38
Receita operacional	R\$ 1.000	441.290	493.831	530.900	20,31
Custo total dos serviços	R\$ 1.000	274.597	291.981	310.750	13,16

Fonte: CORSAN

A Receita Operacional, no período de 1999 a 2001, recebeu um incremento de 20,31% e o custo total com os serviços cresceu na ordem de 13,16%.

Companhia de Indústrias Eletroquímicas (CIEL) – Em relação à CIEL, subsidiária da CORSAN, empresa responsável pela produção de sulfato de alumínio, utilizado no tratamento da água no Estado do RS, foram desenvolvidas as ações a seguir explicitadas.

Produção de Sulfato de Alumínio – A CIEL, no período de 1991 a 2001, vem buscando a atração de nova clientela, participando de licitações promovidas por autarquias municipais de saneamento, tanto no Estado, como em outros estados brasileiros.

Produção de Sulfato de Alumínio

Período	Quantidade (t)	Média t/Ano
1995 – 1999 (4 anos)	67.860	16.965
1999 – 2001 (3 anos)	52.084	17.361

Fonte: CIEL

No exercício de 2000, a Companhia começou a produzir sulfato de alumínio líquido, em substituição ao granulado, que apresenta as seguintes vantagens:

- menos agressivo à saúde ocupacional, em virtude da elevada formação de pó e do elevado nível de ruído (moinho), decorrentes do processo de produção do granulado;
- o granulado possui até 6% de insolúveis, que são inexistentes no sulfato líquido, sem possibilidade viável de separação, sendo agregados ao lodo das estações de tratamento;
- obriga os operadores das estações de tratamento ao manuseio de sacos de 25kg, aumentando, assim, o contato humano com o produto.

Em face dos aspectos evidenciados, foi operacionalizada junto à CORSAN, a substituição do sulfato granulado pelo líquido, em diversas Estações de Tratamento de Água (ETAs). A produção atual está na média de 80t/mês, sendo meta seu zeramento durante o ano de 2002.

Buscando oferecer à sociedade mais um flocculante inorgânico, com possibilidade, inclusive, de alternativa ao sulfato de alumínio onde couber, foram iniciadas pesquisa e estudos para implementação de unidade fabril com vistas à produção desse sal férrico.

Resíduos Sólidos e Recuperação de Área Degradada – A CIEL possuía um passivo ambiental de 3.000t de resíduos sólidos, que encontrava-se acumulado no

pátio da empresa há mais de 02 décadas, trazendo enorme prejuízo ao meio ambiente. Buscando solucionar tal problema, foram realizados estudos e análises, que aprovaram a utilização desses resíduos, para serem incorporados à argila e utilizados na fabricação de tijolos, com o devido acompanhamento da FEPAM.

Modernização do Parque Industrial – Objetivando tornar a CIEL mais competitiva, foram implementadas várias ações no parque industrial, principalmente, no que se refere à aquisição de equipamentos, como a pá-carregadeira, a instalação de filtro prensa para processar o resíduo sólido, proveniente da fabricação do sulfato de alumínio líquido; e o lavador de alta pressão.

3.3- SECRETARIA DOS TRANSPORTES – ST

A Secretaria dos Transportes é responsável pelo desenvolvimento da política de gerenciamento de todas as modalidades de transporte do Rio Grande do Sul. Fomentar a integração de todos os modais de transporte (hidrovias, rodovias, portos, aeroportos e ferrovias) tem sido o grande objetivo desta Pasta.

O Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) é o órgão executivo que coordena a realização e fiscalização das ações planejadas no modal rodoviário, sendo responsável, também, pelos serviços concedidos (transporte coletivo, estações rodoviárias e rodovias pedagiadas).

A Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH) é responsável pelo planejamento, execução e fiscalização dos portos de Porto Alegre, Pelotas e Cachoeira do Sul, incluindo a construção e balizamento dos portos, canais de acesso e das vias fluviais. Ainda na área portuária, a Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG), abrangendo o Super Porto, Porto Novo e o Porto Velho, é responsável pela execução de atividades de importação e exportação, sendo considerado o mais importante centro de intercâmbio de cargas do MERCOSUL.

A Secretaria conta ainda com o Departamento Aeroportuário que, além das atividades de administração, é responsável por melhoramentos dos aeroportos regionais. A Divisão de Serviços Aéreos realiza a manutenção das aeronaves do Estado e dá apoio operacional aos órgãos de segurança pública.

Plano Integrado de Transportes (PIT/RS) - Esta ação, iniciada no segundo semestre de 2000, é estratégica e visa à concretização de uma Política Pública de Transportes no Rio Grande do Sul que defina vias mais econômicas e racionais, com bases na intermodalidade e promova o desenvolvimento econômico e social das regiões.

Para isso, foram levantados dados como o perfil de cada produto, a infraestrutura das empresas, os volumes e tipos de cargas movimentadas, as rotas e vocações regionais. Com a participação dos setores público e privado, as informações coletadas abrangem 90% dos bens movimentados no Estado. A partir desta identificação será traçada a matriz origem/destino de cada produto do Rio Grande do Sul.

Com as informações será possível conhecer as carências e necessidades dos modais hidroviário, ferroviário, rodoviário e aeroviário, bem como apontar soluções das matrizes de transporte mais adequadas para os próximos 05, 10 e 15 anos.

A pretensão do PIT/RS é atender as demandas futuras da economia, através de uma infra-estrutura de transporte, embasada em estudos técnicos que evitem improvisações e promessas descabidas dos gestores públicos. Para tanto, o Governo do Estado irá encaminhar um projeto de lei à Assembléia Legislativa, consolidando, assim, as diretrizes do Plano para o Rio Grande do Sul.

BR/116 – Alternativas para o Esgotamento do Trecho Canoas-Novo Hamburgo – Esta ação, foi iniciada em 09 de novembro último, com criação de um grupo de trabalho, pelo Governador do Estado, a fim de apontar traçado, avaliar impacto ambiental e preservar áreas para futuras obras de alternativa à BR-116, no trecho Canoas – Novo Hamburgo, hoje à beira de um colapso, devido ao grande volume de tráfego.

A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), e mais amplamente o eixo econômico que se desenvolveu ao longo da BR-116 no trecho Porto Alegre – Caxias do Sul, representa o cerne da economia gaúcha e é parcela significativa da economia nacional.

O congestionamento dessa via já é extremamente grave no segmento Porto Alegre – Canoas e, persistindo o ritmo atual de crescimento de tráfego, no horizonte de 05 anos, este se estenderá até Novo Hamburgo.

O tráfego que percorre essa via tem um volume médio diário de 100.000 veículos com a seguinte distribuição:

- 31% é constituído por fluxo interno, isto é, com origem e destino na RMPA;
- 59 % é fluxo misto, que tem apenas a sua origem ou tão somente o seu destino na RMPA;
- 10 % é tráfego de passagem.

Esses dados indicam que a BR-116 é uma via tipicamente urbana.

Por isso, há necessidade de implementar os melhoramentos previstos para a atual BR-116, a fim de dar um pouco mais de fluidez e segurança aos volumes atuais de tráfego, sem cobrança e implantação de pedágio, ou fazer investimentos em vias alternativas.

Aeroporto Salgado Filho – O aeroporto foi ampliado pelos Governos Estadual e Federal, sendo hoje um dos mais modernos do País. O total de investimentos por parte do Governo do Estado, para as obras da construção do complexo viário de acesso, com recursos provenientes do Tesouro do Estado, é de, aproximadamente, R\$ 14 milhões. Em dezembro de 2001, foi liberado o primeiro viaduto do complexo viário, sendo que as demais obras do acesso estão em fase de conclusão.

Ferrovia General Luz/Pelotas – Esta iniciativa, em fase de estudos, visa à integração dos modais de transporte, racionalizando o transporte de cargas, diminuindo o fluxo de caminhões nas rodovias e baixando o custo do frete e das mercadorias.

A proposta é de criação de um grupo de trabalho para determinar traçado, avaliar impacto ambiental e sugerir medidas para preservação de áreas, para futura licitação de obras.

O Rio Grande do Sul possui, uma malha de 850km de ferrovias, utilizada exclusivamente para o transporte de cargas, cujo eixo principal é Porto Alegre – Cacequi e Cacequi – Rio Grande. Há, no entanto, uma lacuna no eixo Porto Alegre – Pelotas, obrigando a utilização do modal rodoviário aos produtos destinados à exportação (Porto de Rio Grande), o que ocasiona um intenso tráfego de cargas na BR-116, aumentando os riscos de acidentes e os custos com conservação e manutenção de rodovias, elevando os preços dos produtos pelo custo de transporte rodoviário, agravado, ainda, pela implantação de pedágios.

A construção da ferrovia General Luz–Pelotas diminuirá sensivelmente o tráfego de veículos pesados pela BR-116 (de 9.000 para 7.000 veículos/dia, a partir de sua implantação), adiando a necessidade de duplicação da rodovia, pela iminência de seu esgotamento, diminuindo o número de acidentes e reduzindo os custos operacionais, e potencializando a competitividade dos produtos gaúchos destinados à exportação.

Pedágios - Repactuação dos Contratos – O Governo anterior assinou contratos com empresas concessionárias de rodovias, pelo prazo de 15 anos, com previsão de reajustes anuais de valores desde 1996. Quando assumiu, a atual gestão, questionou as cláusulas contratuais lesivas ao usuário. Durante 02 anos, não concedeu os reajustes previstos, tendo recorrido ao Judiciário para baixar as tarifas e revogar outras cláusulas que julgava abusivas.

O Poder Judiciário, em todos os processos, considerou que os contratos elaborados pelo Governo anterior deveriam ser cumpridos na integralidade.

O Governo Democrático e Popular discorda do modelo de concessão rodoviária implantado. Entretanto, está impossibilitado de extinguir o sistema, porque poderia significar um processo indenizatório contra o Estado, cujo montante aproximado atingiria R\$ 400 milhões.

O pedágio privado no Rio Grande do Sul foi concebido de forma apressada por um governo em final de mandato. Após 03 anos da assinatura, os contratos de pedágio produziram direitos às concessionárias e tornaram o Estado refém dos erros e custos do Programa.

O Programa de Pedágio foi implantado, muito mais, para resolver os problemas do Governo Federal, uma vez que pelo menos 85% da malha rodoviária pedagiada é constituída de BRs, até então, de responsabilidade federal (Ex.: trechos da BR-386; BR-116; BR-290; BR-153; BR-285; BR-471; BR-392). Através de convênios de Delegação de Rodovias Federais, firmados entre a União e o Estado do Rio Grande do Sul, em 1996, foram delegados 3.494,70km de trechos da malha rodoviária federal

tendo o Estado se comprometido a administrar, conservar e manter os trechos diretamente ou por meio de concessão à iniciativa privada.

Parte desses convênios, correspondendo a uma extensão de 2.800km de rodovias federais eram destinados à implantação do Programa Estadual de Concessão Rodoviária (PECR) do Governo do Estado. Sobraram, portanto, 1.191km de trechos dessas rodovias federais que ficaram excluídas dos contratos de concessão, restando ao Estado, então, fazer ele próprio a conservação desses trechos. A totalidade deste saldo já foi devolvida para a União, incluindo os pólos de pedágio de Pelotas (implantado, posteriormente, como uma concessão do Governo Federal), Santa Maria e o Polão (localizado na região metropolitana).

Durante os 15 anos de vigência dos contratos de concessão, todas as rodovias permanecerão com a sua atual capacidade de tráfego, pois o pedágio, aqui implantado, não é um programa de construção, de ampliação ou duplicação de vias – como deveria ser segundo a concepção de pedágio deste Governo –, mas apenas o de manutenção de rodovias e serviços.

Rodovias com baixo fluxo foram incluídas nos pólos, fazendo com que a tarifa do pedágio passasse a ser o elemento chave do equilíbrio do negócio para o empreendedor. Se houver redução no número de veículos rodando, a solução definida nos contratos é a de aumentar, ano a ano, o valor das tarifas cobradas.

Em abril de 1999, foram reduzidas as tarifas em 20% para automóveis e 28% para caminhões, baseado em auditoria da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE). Acionado, o Poder Judiciário decidiu em favor das concessionárias, impedindo a redução das tarifas de pedágio.

Mesmo assim, o Governo do Estado, com base no interesse público, alterou cláusulas contratuais que considerava abusivas. O Poder Judiciário entendeu ilegal a modificação e, novamente, decidiu pelas concessionárias, assegurando a integralidade dos contratos realizados no governo anterior.

A praça de pedágio localizada no Município de Farroupilha, mesmo não prevista na Lei que criou o Pólo Rodoviário de Caxias do Sul, ainda continua sendo motivo de debates no Supremo Tribunal Federal (STF). Teses jurídicas como a da bitributação e da obrigatoriedade de via alternativa foram todas derrubadas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pelo STF.

Portanto, todas as iniciativas tomadas foram cassadas pelo Judiciário, obrigando o Estado a negociar, com as concessionárias, ajustes nos contratos, na forma de aditivos contratuais.

Por esses motivos, foi enviado à Assembléia Legislativa um projeto de lei contendo um conjunto de medidas que foram, transparentemente, autorizadas até 2004, visando executar os contratos existentes, com os ajustes possíveis.

As concessionárias foram obrigadas a investir R\$ 166 milhões em 30 meses. Com este investimento é possível gerar, aproximadamente, 4.000 empregos. Além disso, estão também obrigadas a conservar os trechos de rodovia dentro do perímetro urbano (em torno de 100km).

Os custos de operação de guincho e ambulância, pagos até o momento pelo Governo do Estado, passaram a ser de responsabilidade das concessionárias, e os usuários intensivos começaram a pagar somente uma vez por sentido, no período das 24h do dia, independentemente do número de vezes em que passam pela praça de pedágio. Esse processo foi iniciado a partir do pólo de Gramado.

Foram zeradas todas as disputas judiciais. As concessionárias processavam o Estado pela tentativa de redução da tarifa no passado, entre outros motivos.

A forma de cobrança nas praças de pedágio passou a ser bidirecional, favorecendo especialmente os caminhoneiros que, dependendo da demanda de frete, nem sempre utilizam uma mesma rodovia na viagem de ida e na de volta.

Os débitos das concessionárias, junto ao BANRISUL, foram regularizados. No Governo anterior, as concessionárias receberam aporte de, pelo menos, R\$ 40 milhões, cujo ressarcimento estava condicionado a outro empréstimo do BNDES, de juros menores, o que não ocorreu. A proposta atual tem a anuência do BNDES, que financiou as empresas concessionárias que, por sua vez, saldaram a dívida para com o BANRISUL.

O Governo passou a fiscalizar e conferir maior transparência ao processo de concessão. As empresas vêm sendo obrigadas a prestar contas das quantidades e dos preços de materiais usados nas obras, que serão regulados pelos mesmos critérios utilizados nas obras do DAER.

Os contratos assinados pelo Governo anterior deram às concessionárias o direito a reajustes anuais das tarifas. O primeiro deles era para acontecer a partir de 01/01/99, que não foi concedido. O segundo, era a partir de 01/01/2000 e que também não foi concedido. Todos estes reajustes deveriam retroagir seus efeitos a fevereiro de 1996, computando-se a inflação e os custos medidos desde então. Por isso, os contratos previam que o primeiro reajuste deveria ser de 46% para automóveis e caminhões. Conta esta que, por 02 anos, 1999 e 2000, não foi repassada para o usuário. Isso significa que as tarifas já deveriam estar em R\$ 4,40 para automóveis e R\$ 7,40 para o caminhão e o ônibus de 02 eixos ou R\$ 22,20 para o de 06 eixos, desde o início do ano 2000.

Entretanto, em dezembro de 2000, o reajuste para automóveis foi 33,4% (referente à inflação verificada de fevereiro de 1996 até dezembro de 1999) e para os caminhões, em janeiro de 2001, foi de 20%.

Para os automóveis, em 01 de julho de 2001, foi aplicada mais uma correção da tarifa de pedágio, de 10%, referente à inflação verificada em 2000, cuja correção foi feita em julho de 2001, ao invés da correção em dezembro de 2000, como o previsto originalmente nos contratos.

Assim, se dependesse da gestão anterior, o Rio Grande do Sul, no final de 2001, além das 28 praças de pedágios, que foram colocadas em funcionamento, contaria com outras 14.

O Governo anterior já havia licitado e contratado o pólo de Pelotas (05 praças, cuja rodovia, BR-116, foi devolvida à União e o pedágio foi implantado pelo

Ministério dos Transportes); o de Santa Maria (04 praças) e já havia concluído a licitação para o pólo do Complexo Metropolitano (Polão). A visão do Governo do Estado, a partir de 1999, é de que existiam pedágios em demasia e com eles diversos problemas. Além disso, a Metade Sul e o caminho dos Portos de Pelotas e Rio Grande não poderiam continuar penalizados com o ônus do pedágio, o que infelizmente, acabou acontecendo por determinação do Governo Federal.

O Governo do Estado, no ajuste contratual, estipulou que as concessionárias deveriam apresentar uma proposta para que os representantes comerciais tivessem uma tarifa de pedágio menor. Juntamente com o Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Rio Grande do Sul (CORE) foi realizado o cadastramento destes profissionais com vistas à concessão do benefício tarifário.

Programa Restauração - Gestão Diferenciada (DAER) - Rodovias Estaduais sem Pedágio – A atual gestão administrativa, através da Secretaria dos Transportes e o DAER, vem demonstrando que é possível ter rodovias em boas condições de pavimento, sinalizadas, com segurança e sem pedágio.

Oficialmente iniciado em maio de 1998, o Programa prevê investimentos de US\$ 150 milhões, sendo financiados pelo BIRD, com contrapartida do Governo do Estado.

O Governo agregou às obras financiadas a obrigatoriedade de conservação e manutenção, pela empresa vencedora da licitação, por um período de 05 anos, o que garante a boa qualidade das rodovias por tempo mais prolongado.

Corredores de Exportação – O Programa tem desenvolvimento estimado de 05 anos para construção e pavimentação de 1.000km, divididos em 02 corredores, com investimento total de US\$ 300 milhões. O primeiro Corredor é composto pela RS-324, RS-153 e RS-471 e tem como objetivo aproximar as regiões Oeste Catarinense, Norte Gaúcho e Produção aos Portos de Pelotas e de Rio Grande. Já o segundo Corredor, que é formado pela RS-377, vai efetivar a rodovia do MERCOSUL, ligando São Paulo a Buenos Aires, pelo interior dos Estados do Sul do Brasil. Os corredores também são alternativas às BRs 386, 285 e 116.

Em 2000, foram lançados os editais de licitação para o grupo IV do Programa, para pavimentação de 183,7km, com investimentos de R\$ 96 milhões. As obras já estão contratadas e tiveram ordem de início em junho de 2001. O grupo V teve a licitação concluída em setembro de 2001, com previsão de início das obras para o 1º trimestre de 2002. O grupo VI, último desta primeira etapa, está com os projetos concluídos, com previsão de lançamento de editais para o início de 2002. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) participa com U\$ 150 milhões, o Governo do Estado com U\$ 75 milhões e o Banco Japonês de Cooperação Internacional (JBIC) com os U\$ 75 milhões restantes. Estes últimos recursos serão pagos com a menor taxa de juros do mercado: 2%, amortizados em 15 anos.

Dívida da União para com o Estado – reconhecimento – Esta ação visa recuperar R\$ 800 milhões devidos pela União ao Estado, em virtude de convênios firmados em 1987, para realização de obras rodoviárias.

A mobilização da Secretaria dos Transportes iniciada no primeiro semestre de 2001, obteve apoio de todos os poderes e entidades representativas da sociedade gaúcha. Há necessidade de reconhecimento desta dívida por parte do Ministério dos Transportes a fim de que possa ser proposto um acerto de contas.

O compromisso do Governo do Estado é de aplicar os valores ressarcidos em obras no setor dos transportes. Em 2002 haverá nova mobilização para que o Governo Federal reconheça o débito.

Rota do Sol – A Rota do Sol é uma das rodovias mais importantes do Estado e sua conclusão é uma das principais metas deste Governo. Desde 1999, foram investidos R\$ 39 milhões em obras, mais do que nos 04 anos da gestão passada.

No dia 31 de maio de 2001, o Governador do Estado, assinou, em Brasília, termo de cooperação técnica com o Ministério do Esporte e Turismo e o Banco do Brasil S.A. para garantir investimentos de US\$ 140 milhões ao turismo gaúcho, através da implementação do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR-Sul). Desse montante, R\$ 32 milhões serão destinados ao trecho da variante ambiental da Rota do Sol, uma vez que a rodovia está incluída no Programa. A expectativa é de que o PRODETUR-Sul esteja operando em 12 meses.

Entre os trechos já construídos pela atual gestão, estão os 15,5km entre Aratinga e Arroio Limoeiro, onde foram construídos 02 túneis de 127m e 193m, respectivamente.

O trecho de 17km entre Sanga da Limeira e Terra de Areia será contratado no 1º trimestre de 2002. Essa parte da rodovia foi incluída no Programa Corredores de Exportação, no lote V, e tem financiamento do Banco Mundial e do JBIC.

Estrada do Inferno – Foi resolvido, em 2001, um dos mais antigos problemas rodoviários do Rio Grande do Sul – a chamada estrada do inferno – com o asfaltamento e sinalização de um trecho de 28km da RST-101 entre Mostardas e Tavares, com investimento de R\$ 6,5 milhões pelo atual Governo, representando 40% do custo total da obra.

Ouvidoria – Programa já implantado, a Ouvidoria da Secretaria dos Transportes, através da discagem gratuita pelo telefone 0800-51-9999, tem por finalidade identificar pontos de falta de segurança nas rodovias do Estado, prevenindo a ocorrência de acidentes.

É função da Ouvidoria atender o cidadão em suas dúvidas, reclamações e sugestões; encaminhar aos setores competentes para as providências cabíveis; acompanhar as soluções adotadas; e manter o cidadão informado.

Desde o início de suas atividades, foram classificados 761 registros de reclamações e sugestões relacionadas às rodovias, transporte intermunicipal de passageiros, pedágios e outros. Desse total, 639 foram encaminhados e respondidos.

A partir de setembro de 2001, a Ouvidoria passou a atender, também, denúncias de descumprimento das normas do Vale-Pedágio, auxiliando na fiscalização deste importante instrumento de apoio ao caminhoneiro gaúcho.

O GEPA e o Movimento Gaúcho por um Trânsito Seguro – A Secretaria dos Transportes, a partir de abril de 1999, instituiu um Grupo Executivo de Prevenção de Acidentes nas Rodovias (GEPA), integrado por aproximadamente 40 membros, representando entidades ou órgãos governamentais e não-governamentais, e pessoas interessadas em ações de apoio à prevenção de acidentes nas rodovias.

Este Grupo, em setembro de 1999, engajou-se no Movimento de Educação para o Trânsito, coordenado pelo DETRAN e desenvolvido, através de seminários, em 13 regiões do Estado com índice mais elevado de acidentalidade.

Desde janeiro de 2001, a Secretaria e o GEPA foram integrados ao Movimento Gaúcho por um Trânsito Seguro, em conjunto com o DETRAN, desenvolvendo o trabalho de prevenção e incentivo à formação de núcleos de voluntários pelo interior do Estado.

Caminhoneiros – Uma nova relação – Embora os contratos dos pedágios assegurassem 46% de reajuste para os caminhões e ônibus, o reajuste de tarifas para caminhões, a partir de janeiro de 2001, foi de 20%.

Tal medida permitiu, contrariando os contratos, uma redução na tarifa dos caminhões e ônibus. O valor do pedágio, por eixo do caminhão, era 66% mais caro do que o eixo do automóvel. A diferença foi reduzida para 50% e, a partir de julho de 2001, para 45%.

Em setembro de 2000, foi implantada a Comissão Permanente para Assuntos dos Caminhoneiros. Essa Comissão é composta por representantes da Secretaria dos Transportes, da Diretoria de Operações e Concessões do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, da Polícia Rodoviária Estadual, FECAM, FECAVERGS, Sindicatos e Associações.

Diferentes ações foram articuladas no sentido de atender as solicitações da categoria. Neste sentido, o Estado já está fiscalizando o cumprimento da Lei do Vale-Pedágio e está em vigor a tabela mínima para o valor dos fretes. Os Projetos Construção da Casa do Caminhoneiro e Criação da Rádio Solidariedade, atendendo reivindicação da categoria, estão sendo encaminhados pelo Governo, após deliberação do grupo.

Fiscalização do Vale-Pedágio – O Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes, propôs e firmou, em setembro de 2001, com o Governo Federal, convênio delegando ao Rio Grande do Sul poderes para fiscalizar a Lei do Vale-Pedágio.

O cumprimento da Lei do Vale-Pedágio, determinando que os valores dos pedágios sejam pagos pelos embarcadores das cargas, foi uma das principais reivindicações dos caminhoneiros, em especial, dos transportadores autônomos.

Para viabilizar a medida em todo o território gaúcho, 24 técnicos da Secretaria, do DAER, da Secretaria da Fazenda e do Batalhão da Polícia Rodoviária Estadual, foram treinados.

Desde sua implantação, foram fiscalizados 710 veículos em *blitz* realizadas nas rodovias e recebidas denúncias pelo telefone da Ouvidoria da Secretaria dos Transportes, gerando a autuação de 123 empresas. Foram impetrados 39 recursos administrativos, dos quais 16 foram procedentes, 10 improcedentes e 09 estão sendo objeto de diligências.

Segurança para Cargas de Lenha e Toras de Madeira – Esta ação, implantada em agosto de 2001, em conjunto com as empresas transportadoras de madeira, com as Polícias Rodoviárias Federal e Estadual, foram definidas alternativas para suprir a falta de regulamentação legal referente ao transporte de cargas de lenha e toras de madeira.

O Grupo composto pela Secretaria dos Transportes, DAER, AGEFLOR, SINDIMADEIRA e Polícias Rodoviárias Federal e Estadual elaborou manual de procedimentos de segurança no transporte de lenha e toras de madeira, distribuído às transportadoras, caminhoneiros e policiais, que servirá de parâmetro para a fiscalização dessa espécie de carga, pelos policiais rodoviários.

Ao mesmo tempo, foi encaminhada, pela Secretaria, sugestão ao Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) para que edite resolução nos termos acordados pelo Grupo.

Tarifas de Ônibus – Novos Parâmetros e Benefícios – Em maio de 2000, iniciaram-se os trabalhos de um grupo formado por técnicos do DAER, AGERGS, Secretaria dos Transportes e METROPLAN, visando revisar os parâmetros utilizados para reajuste tarifário no transporte coletivo intermunicipal de longo curso. Inobstante a complexidade do sistema, algumas mudanças, principalmente em questões relativas ao aproveitamento e à depreciação dos veículos, trouxeram benefícios à clientela do transporte coletivo.

Passe Livre para Deficiente Carente no Transporte Intermunicipal – Esta ação, em fase de implantação, aguarda aprovação do Conselho de Tráfego do DAER.

O passe livre consiste em reconhecer, aos deficientes, o direito ao transporte intermunicipal gratuito, garantido pela Constituição Estadual. São 02 lugares por ônibus. A passagem deverá ser solicitada com 3h de antecedência na estação rodoviária ou na empresa de transporte.

Apoio Técnico aos Municípios – Vias Rurais Não-Pavimentadas – Esta ação, que teve início em 2001, consiste em prestar auxílio técnico aos municípios, no que diz respeito à restauração e manutenção de suas estradas não-pavimentadas, visando diminuir os custos, melhorar a qualidade e durabilidade dos reparos efetuados.

Para atingir os objetivos da qualificação técnica, os cursos ministrados pela Secretaria dos Transportes são regionalizados e têm como tema, dentre outros, os seguintes: operador de máquina rodoviária; manutenção mecânica de máquina; materiais de revestimento primário, meio ambiente e custos.

Os cursos têm duração de 16h/aula (02 dias) e são gratuitos, destinados aos Secretários de Obras ou encarregados de estradas dos municípios, operadores de máquinas e mecânicos.

Aumento do Limite de Velocidade nas Rodovias do Estado – Esta ação, em fase de implantação, consiste na ampliação do limite de 80km/h para 100km/h, para carros de passeio e utilitários em rodovias federais e estaduais do RS, com possibilidade de absorver tal modificação sem alteração das condições de segurança aos motoristas, passageiros e pedestres. Só haverá ampliação após ser implantada a nova sinalização.

Foram concluídos os estudos de avaliação de acostamentos, das condições de pavimentação e sinalização, da interface com o perímetro urbano e de fluidez de tráfego.

As rodovias aptas para o aumento são:

- BR-386 – Tabaí – Sarandi;
- BR-287 – Tabaí – Novo Cabrais;
- BR-285 – Passo Fundo – Santa Bárbara;
- BR-285 – Vacaria-Barretos;
- BR-290 – Entroncamento BR-116 – Cachoeira do Sul;
- BR-116 – Porto Alegre – Camaquã;
- BR-471 – Pantano Grande – Santa Cruz do Sul;
- RS-223 – Tio Hugo – Entroncamento RS-377;
- RS-135 – Passo Fundo – Erechim;
- RS-342 – Ijuí – Cruz Alta;
- RST-101 – Tavares – Mostardas;
- RST-153 – Tio Hugo– Passo Fundo.

Em julho de 2001, foi inaugurada a obra de construção da RST-101, trecho Mostardas – Tavares. Esta é a primeira rodovia gaúcha que o limite de velocidade para carros de passeio é de 100km/h. Enquanto se conclui o projeto de outras rodovias, os resultados serão avaliados.

Infra-Estrutura Aeroportuária – No período de janeiro de 1999 a dezembro de 2001, o Departamento Aeroportuário da Secretaria dos Transportes, retomou suas principais atividades, ampliando, modernizando e recuperando a infra-estrutura aeroportuária do Estado. O setor aeroportuário do Rio Grande do Sul, em 1995, foi fortemente abalado com a extinção do Departamento Aeroviário do Estado, primeira autarquia aeroportuária e aeroviária do País.

A partir de 1999 o setor começou a reverter esse quadro, principalmente retomando sua participação no Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (PROFAA), do Comando da Aeronáutica, praticamente paralisado, face à desestruturação administrativa que se seguiu à extinção do órgão autárquico. No período de 1995 a 1998, oriundos do PROFAA, foram investidos R\$ 562 mil, ampliando-se para R\$ 6,5 milhões no período de 1999 a 2001. Estão sendo repassados, os recursos provenientes do Orçamento Geral da União, empenhados em 2001, no montante de R\$ 1,3 milhão. O total de investimentos no setor aeroportuário, no período de 1999 a 2001, incluindo recursos da União e do Estado, foi de R\$ 16 milhões.

Esses investimentos proporcionaram um incremento de 26,56% no movimento de aeronaves, nos principais aeroportos regionais do Estado – Caxias do Sul, Passo Fundo, Santo Ângelo e Rio Grande – passando de 16.982 pousos/decolagens, em 1998, para 21.493 em 2001.

Quando considerado apenas o Aeroporto Regional de Caxias do Sul, o acréscimo é ainda maior: 96,12% correspondendo a 6.117 operações em 1998, e 11.997, em 2001.

No que diz respeito ao movimento de passageiros, houve, nos aeroportos regionais, 166.782 passageiros embarcados, desembarcados e em trânsito, no ano de 1998; e 308.677, em 2001, significando um acréscimo de 116,08%.

Aeroporto Regional de Caxias do Sul – No Aeroporto, abrangendo as comunidades da Serra, foram executadas as seguintes ações:

- Conclusão da ampliação das salas de embarque e desembarque do Terminal de Passageiros, adaptando-as à demanda proveniente das operações das aeronaves Boeing 737-500 e Fokker 100, cujo movimento já ultrapassou os 500.000 embarques/desembarques/trânsito de 1999 a 2001 – Valor R\$ 48,3 mil.
- Execução do Projeto de Engenharia para o Parque de Estacionamento de Automóveis, das vias de acesso e estudo das potencialidades comerciais do Aeroporto.
- Implantação da esteira transportadora de bagagem no Terminal de Passageiros, bem como a reforma dos banheiros, de implantação de banheiro para deficientes e fraldário para melhor atender o movimento de passageiros – Valor R\$ 136,6 mil.
- Homologação das operações do equipamento de aproximação por instrumentos tipo *vor-doppler*, antiga reivindicação da comunidade, que está proporcionando operações mais seguras, em condições meteorológicas adversas e nas duas cabeceiras. No ano de 2001, houve a operação de mais de 11.000 pousos e decolagens – Valor R\$ 351,6 mil.
- Conclusão das obras para alargamento do pátio de aeronaves, que possibilitará o estacionamento concomitante de 03 Boeings 737-500, com recursos provenientes do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (PROFAA) e contrapartida do Estado – Valor R\$ 613,9 mil.
- Conclusão das obras de iluminação do pátio de aeronaves e de hangares – Valor R\$ 49,9 mil.
- Recebimento de um carro de combate a Incêndio para uso no Aeroporto.
- Conclusão das obras de construção da Seção de Contra-Incêndio (SCI), por intermédio do V COMAR, iniciando-se os serviços de salvamento e contra-incêndio, em conjunto com a Secretaria da Justiça, que deslocou um destacamento de bombeiros, especializados em aeroportos – Valor R\$ 379,3 mil.
- Implantação do Plano de Emergência Aeronáutica em Aeródromo, após aprovado pelo V SERAC (Serviço Regional de Aviação Civil).
- Em execução o Convênio com o 10º Batalhão de Engenharia de Lages para construção de muro de proteção da área aeroportuária – Valor R\$ 528,2 mil.

Aeroporto Regional de Passo Fundo – Abrangendo as comunidades da Produção, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Conclusão das obras de recuperação asfáltica e sinalização diurna da pista de pouso/decolagem, *tax-way* e pátio de manobras de aeronaves; projeto e execução da pavimentação asfáltica e sinalização diurna do taxi de acesso ao pátio de hangares – Valor R\$ 288 mil.
- Projeto básico para iluminação do acesso aos hangares.

- Aprovação do Projeto de Proteção Contra-Incêndio (PPCI) para o Terminal de Passageiros e Casa de Força, com aquisição de equipamentos e execução das adaptações necessárias.
- Implantação do *vor-dme* (Rádio-farol unidirecional em VHF radiotelemétrico), que proporcionou maior segurança às operações por instrumentos, no ano de 2000. De 1999 a 2001, houve mais de 20.000 pousos e decolagens – Valor R\$ 154,1 mil.
- Execução do projeto das adaptações necessárias para uso do Terminal de Passageiros por deficientes físicos.
- Execução de obras de alargamento da pista de pouso/decolagem para operações com as aeronaves ERJ 145 e Boeing 737-500 – Valor R\$ 703,9 mil.
- Execução da Reforma do Terminal de Passageiros e casa para Administração – Valor R\$ 97,7 mil.
- Escolha da localização para implantar a Seção Contra-Incêndio em conjunto com a Diretoria de Engenharia do Comando da Aeronáutica.
- Recebimento de um carro de combate a incêndio para uso no Aeroporto.

Aeroporto Regional de Santo Ângelo – No Aeroporto, abrangendo as comunidades das Missões, foram realizadas:

- Aprovação do Projeto de Proteção Contra-Incêndio (PPCI) para o Terminal de Passageiros e Casa de Força, com aquisição de equipamentos e execução das adaptações necessárias.
- Execução do projeto das adaptações necessárias para uso do Terminal de Passageiros por deficientes físicos.
- Recebimento de um carro de combate a incêndio para uso no Aeroporto.
- Em implantação o farol rotativo de aeródromo e biruta iluminada que possibilitará os vôos visuais noturnos – Valor R\$ 58,9 mil.

Aeroporto Regional de Rio Grande – Para as comunidades do Sul, na área aeroportuária, foram realizadas:

- Aprovação do Projeto de Proteção Contra-Incêndio (PPCI) para o Terminal de Passageiros e Casa de Força, com aquisição de equipamentos e execução das adaptações necessárias.
- Execução das adaptações necessárias para uso do Terminal de Passageiros por deficientes físicos.
- Execução das obras para iluminação do pátio de aeronaves e de implantação de farol rotativo de aeródromo, que possibilitou os vôos visuais noturnos – Valor R\$ 68,9 mil.
- Execução do Plano Básico de Proteção e Ruído do Novo Aeroporto de Rio Grande.

Aeroporto de Erechim – Abrangendo as comunidades do Norte no aeroporto houve a execução das obras de alargamento da pista de pouso/decolagem, balizamento noturno e Casa de Força, com recursos provenientes do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos e contrapartida do Estado; execução de pré-site para implantação de NDB (rádio-farol não direcional), para operações de vôos por instrumentos – Valor R\$ 664,7 mil.

Aeroporto de Santa Rosa – Abrangendo as comunidades da Fronteira Noroeste, foram executadas no aeroporto, o alargamento e a restauração do pavimento da pista de pouso/decolagem –Valor R\$ 496,9 mil; e o pré-site para implantação de NDB, com vistas a operações de vôos por instrumentos.

Aeroporto de Carazinho – Abrangendo as comunidades da Produção, no aeroporto, foram iniciadas as obras de alargamento da pista de pouso e recuperação do pavimento, através do V Comando Aéreo Regional.

Aeroporto Regional de Torres – Foram realizadas as seguintes ações abrangendo as comunidades do Litoral:

- Conclusão das obras de ampliação do pátio de estacionamento de aeronaves e implantação com pavimentação asfáltica do pátio para hangaragem.
- Elaboração de Área de Proteção Ambiental (APA), para obtenção da Licença de Operação do Aeroporto de Torres.
- Conclusão da sinalização noturna e implantação dos equipamentos de proteção ao vôo para operações por instrumentos – Valor R\$ 697,8 mil.
- Estudos para início das operações de vôos *charters* provenientes dos países do MERCOSUL, com a internacionalização do Aeroporto.

Demais Aeroportos do Estado – Nos demais aeroportos foram executados:

- Estudos para implantação de aeroporto em Flores da Cunha, destinado ao transporte de carga aérea.
- Execução do Plano Básico de Proteção e Ruído dos Aeroportos de Ijuí, Vacaria e Caxias do Sul.
- Estudos topográficos para implantação de novo aeroporto de Frederico Westphalen, abrangendo as comunidades do Médio Alto Uruguai.

Gestão Aeroportuária – No âmbito da gestão aeroportuária foram realizadas as seguintes ações:

- Implantação de rede de computadores com impressoras, aquisição de software para projetos de engenharia e informatização da topografia.
- Realização do Estágio de Adaptação de Bombeiros em Aeródromos, primeiro no País realizado para órgãos estaduais, com a participação de 20 Bombeiros de Caxias do Sul, 10 de Passo Fundo e 10 de Santo Ângelo.
- Elaboração de projetos para obtenção de recursos provenientes do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (PROFAA), junto ao Departamento de Aviação Civil (DAC), do Comando da Aeronáutica para os anos de 2000/2001/2002, para melhorias nos Aeroportos de Alegrete, Carazinho, Caxias do Sul, Eldorado do Sul, Erechim, Estrela, Frederico Westphalen, Ijuí, Itaqui, Passo Fundo, Rio Grande, Santa Rosa, Santa Vitória do Palmar, São Borja, Soledade, Torres, Três Passos e Vacaria.
- No âmbito da administração de aeroportos, foram retomadas as relações com o Comando da Aeronáutica, com a assinatura dos Termos Aditivos ao Convênio DAC-007/88, iniciando-se a cobrança da Tarifa de Uso de Auxílios em Área Terminal (TAT) e concessão ao Estado da administração e exploração comercial dos aeroportos de Erechim, Torres e Carazinho.

- Assinatura de Convênio com o DAC e o Instituto de Aviação Civil, para revisão do Plano Aeroviário do Estado, possibilitando o acesso aos recursos do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos, com conclusão em 2002.
- Assinatura dos Acordos de Gestão Aeroportuária com os Municípios de Caxias do Sul, Santo Ângelo, Santa Rosa e Passo Fundo.
- Definição de critérios para fixação de preços específicos públicos comerciais, ampliando a arrecadação decorrente da exploração comercial dos aeroportos.
- Ampliação da exploração comercial dos aeroportos concedidos, através da licitação e contratos de concessão de uso de áreas aeroportuárias externas e nos Terminais de Passageiros.
- Participação na Comissão Paritária Estado/Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária para ampliação do Aeroporto Internacional Salgado Filho, com a coordenação e acompanhamento dos projetos, obras e desapropriações necessárias.

3.3.1 - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – DAER

O DAER é o órgão responsável pela execução da Política de Transportes Rodoviários do Estado, no que concerne à construção, restauração e manutenção da malha rodoviária, bem como a fiscalização de serviços rodoviários concedidos.

No Governo Democrático e Popular foram construídos e restaurados 1.800km de estradas e aplicado o montante de R\$ 691,2 milhões, o maior investimento realizado por um governo na área de transporte rodoviário, no Estado do Rio Grande do Sul.

Obras do Orçamento Participativo, Rodovias Coletoras, Pedagiadas e Programa de Ampliação da Malha Rodoviária Estadual – Foram concluídas as seguintes obras rodoviárias, atendendo demandas priorizadas democraticamente pela população, através do voto, nas Assembleias Temáticas de Desenvolvimento e Assembleias Públicas Municipais do Orçamento Participativo.

Obras Concluídas – Período 1999/2001

Rodovia	Trecho	Extensão Total (km)	Extensão Pavimentada (km)
VRS-829	Ana Rech - Fazenda Souza	7,850	7,850
VRS-805	São Pedro - Pinto Bandeira	15,560	15,560
VRS/809	Cachoeira do Sul - Acesso à Olaria	12,700	12,700
RS-478	Maximiliano de Almeida - Barragem Machadinho	12,800	12,800
RS/420	Erechim – Aratiba	34,270	34,270
RS/EP	São José do Ouro - Barracão - Ponte sobre Rio Pelotas	32,000	32,000
VRS/802	Entroncamento BR-153 – Áurea	32,500	32,500
RS/124	Harmonia - Entroncamento RS-122 (São Sebastião do Cai)	6,740	6,740
RS/474	RS-239 (Rolante) - Santo Antonio da Patrulha	19,700	19,700
RS-242/ 474	Santo Antonio da Patrulha - Taquara, Subtrecho: S.A.P. (KM O+000 - KM 7+191,49)	7,200	7,200
RS/425	Linha Auxiliadora - Nova Bréscia	9,400	9,400
RS/411	Brochier do Maratá – BR-287	22,200	22,200
RST/101	Mostardas – Tavares	28,400	28,400
RS/305	Rio Turvo – Palmitinho	42,400	42,400
RS/317	Coronel Bicaco – Redentora	12,240	12,240

Rodovia	Trecho	Extensão Total (km)	Extensão Pavimentada (km)
RS/158	Palmeira das Missões - Jaboticaba e Acesso	32,268	32,268
RS/158	Palmeira das Missões - Jaboticaba e Acesso	7,860	7,860
RS/132	Entroncamento RS-324 - Nova Alvorada	20,780	20,780
	Colégio Agrícola de Sertão	3,740	3,740
	Acesso Norte à Cidade de Arroio do Tigre pela Avenida Getúlio Vargas	1,240	1,240
RS/347	Sobradinho – Segredo	8,280	8,280
VRS/830	Entroncamento BR-287 - Boca do Monte	7,540	7,540
RS/509	Santa Maria - Camobi e Inters.BR-287	2,800	2,800
293 AM 9140	Hulha Negra - Entroncamento BR-293	2,000	2,000
RS/EP	Maximiliano de Almeida (AC)- Machadinho	17,170	17,170
VRS/814	Mormaço – BR-386	14,300	14,300
RS/509	Trevo Castelinho ao Trevo Amaral, entre Santa Maria e Camobi	4,000	4,000
2AM9100	Sete de Setembro (Final Calçamento da Rua)	2,597	2,597
RS/122	Arroio Cadeia – Arroio Paradiso (Lote 2)	8,750	8,750
RS/135	Passo Fundo - Getúlio Vargas	44,000	44,000
Total		473,285	473,285

Fonte: DAER

Foram restauradas e ou reperfiladas, com recursos próprios da Autarquia, as seguintes rodovias:

Obras Restauradas e ou Reperfiladas – Período 1999/2001

Rodovia	Trecho	Extensão Pavimentada (km)
BR/290	ALEGRETE – URUGUAIANA	90,000
BR/386	SARANDI – IRAI	70,000
	ACESSO A SANTO ANTÔNIO	20,000
VRS/509	SANTA MARIA – CAMOBI	13,000
	TREVO DE ACESSO A SANTA CLARA DO SUL	0,500
VRS/303	ENTR. BR/158 – PALOMAS	5,000
RS/654	ENTR. BR/158 - PASSO DOS GUEDES	16,000
RST/287	TREVO DE CAMOBI – VILA PARADISO	55,000
Total		269,500

Fonte: DAER

Estão em andamento as seguintes obras rodoviárias, atendendo demanda da participação popular.

Obras em Andamento

Rodovia	Trecho	Extensão Total (km)	Extensão Pavimentada (km)
RS/122	ARROIO PARADISO - ARROIO COLUMBIO	9,690	5,017
RS/239	ARROIO FUNIL – TAQUARA	11,200	5,361
RS/486	KM 10,5 - BANANEIRAS - ARATINGA - RS/020	19,000	9,000
RST/481	ARROIO DO TIGRE - SALTO DO JACÚ	36,000	11,830
RS/207	CRISSIUMAL - HUMAITÁ - BR/468	25,580	5,000
RS/118	ITAPUÃ – LAMI	17,800	8,000

Rodovia	Trecho	Extensão Total (km)	Extensão Pavimentada (km)
RS/020	TAINHAS - CAMBARÁ DO SUL E ACESSO AO ITAIMBEZINHO	48,000	8,409
RS/486	ARROIO LIMOIEIRO - KM 10,5 DO SUBTRECHO: BANANEIRAS – ARATINGA	15,500	9,500
RS/540	ALECRIM - SANTO CRISTO	23,100	17,000
RS/168	BOSSOROCA - SAO LUIZ GONZAGA	38,000	3,996
RS/110	ALZIRO RAMOS - VARZEA DO CEDRO	37,000	16,257
RS/431	RST/470 - SANTA BÁRBARA	22,400	13,882
RS/101	CAPIVARI – OSÓRIO	20,000	2,000
BR/116	GRAVATAI-AV.FARRAPOS(COMPL.VIARIO DE AC. AEROPORTO	1,300	0,880
RS/403	CACHOEIRA DO SUL - RIO PARDO (LOTE 1)	37,880	0,800
RS/323	JABOTICABA - PINHAL - RODEIO BONITO	22,500	3,080
RS/122	R.CASCALHO/S.VENDELINO-L.IV-PTE.FORMECO	10,810	0,020
RS/332	ARVOREZINHA – SOLEDADE	33,280	1,268
RS/350	CAMAQUA - DOM FELICIANO (LOTE 1)	25,000	14,454
RS/124	ENTRONCAMENTO RS/240 (MONTENEGRO) - PARECI NOVO	5,850	3,000
RS/EP	IBIRAIARAS - SAO JORGE	20,000	4,000
RS/456	ESMERALDA - BR/285	39,030	4,901
470AM9110	RS/470 - SAO PEDRO DA SERRA (ACESSO)	3,680	2,052
RS/444	MONTE BELO DO SUL (FINAL DO CALÇAMENTO) - ENTRONCAMENTO RS/444 (SUVALAN)	7,750	5,260
	ACESSO A SOBRADINHO PELA RUA EUCLIDES PEREIRA	0,340	0,340
RS/239	RIOZINHO – ROLANTE	12,207	1,953
485AM0010	FINAL CALÇAMENTO - RS/126 (ACESSO CARLOS GOMES)	14,782	2,240
450AM0010	FLORIANO PEIXOTO (FINAL CALÇAMENTO CARAMERI) - ENTRONCAMENTO RS475	13,020	0,200
RS/330	TREV.RST/472-AC.ENTR.3 PASSOS(DERRUBADAS	15,340	9,307
492AM0010	TUPANCI DO SUL (FINAL DO PERIMETRO URBANO)- SÃO JOSE DO OURO	18,320	3,800
RS/348	IVORA - SÃO JOÃO DO POLESINE E ACESSO A FAXINAL DO SOTURNO (LOTE 2)	25,560	0,260
RS/348	VAL DA SERRA - IVORA (LOTE I)	15,000	0,089
RS/422	VENÂNCIO AIRES - BARROS CASSAL (LINHA BRASIL - LOTE 1)	13,600	6,300
RS/561	RS/168 - SAO NICOLAU	27,780	9,575
Total		1.624,945	189,031

Fonte: DAER

Manutenção da Rede Rodoviária – No que concerne à manutenção da rede pavimentada, não pavimentada e sinalização (incluídos os trevos de acesso e interseções), houve, no triênio, a realização física a seguir demonstrada.

Manutenção de Rodovias – Por COREDE – Período 1999/2001

Região	Conservação Realização Física - km			
	Pavimentada	Não Pavimentada	Sinalização	Total Geral
ALTO JACUI	371,880	612,140	590,980	984,020
CAMPANHA	76,530	396,440	349,890	472,970
CENTRAL	579,130	280,280	748,180	859,410
CENTRO SUL	44,680	132,960	142,430	177,640
FRONTEIRA NOROESTE	270,693	97,940	195,133	368,633
FRONTEIRA OESTE	573,020	337,530	843,720	910,550
HORTÊNSIAS	166,080	306,660	472,740	472,740
LITORAL	349,870	162,800	473,280	512,670

Região	Conservação Realização Física - km			
	Pavimentada	Não Pavimentada	Sinalização	Total Geral
MEDIO ALTO URUGUAI	224,060			224,060
MISSÕES	270,693	97,940	195,133	368,633
NORDESTE	200,900	173,300	191,100	374,200
NOROESTE COLONIAL	193,360			193,360
NORTE	682,593	321,240	597,233	1.003,833
PARANHANA	137,457	13,200	111,037	150,657
PRODUÇÃO	556,670	42,430	63,660	599,100
METROPOLITANA	134,740	40,100	134,740	174,840
SERRA	531,530	211,710	607,000	743,240
SUL	268,880	475,140	487,980	744,020
VALE DO CAI	150,490		163,310	150,490
VALE DOS SINOS	66,750		66,750	66,750
VALE DO RIO PARDO	274,940	277,830	387,160	552,770
VALE DO TAQUARI	430,360	172,440	169,250	602,800
Total	6.555,307	4.152,080	6.990,707	10.707,387

Fonte: DAER

Em relação aos recursos financeiros destinados à manutenção da rede pavimentada, não pavimentada e na sinalização de rodovias, foram aplicados R\$ 52,1 milhões mais R\$ 2,2 milhões em custeio, totalizando R\$ 54,3 milhões.

Manutenção de Rodovias – Por COREDE – Período 1999/2001

Em R\$ 1,00

Região	Conservação Realização Financeira			
	Pavimentada	Não Pavimentada	Sinalização	Total
ALTO JACUI	1.034.075	3.206.494	840.374	5.080.945
CAMPANHA	50.746	2.618.988	52.792	2.722.526
CENTRAL	1.052.824	2.848.944	537.159	4.438.928
CENTRO SUL	55.838	1.448.951	56.773	1.561.563
FRONTEIRA NOROESTE	158.477	338.535	51.515	548.528
FRONTEIRA OESTE	144.409	2.912.409	106.413	3.163.231
HORTÊNSIAS	247.908	5.939.857	152.184	6.339.950
LITORAL	1.207.586	1.477.255	526.575	3.211.416
MEDIO ALTO URUGUAI		349.397	10.999	360.396
MISSÕES		338.535	51.515	390.050
NORDESTE	488.996	1.251.696	23.880	1.764.573
NOROESTE COLONIAL		613.844	51.334	665.178
NORTE	488.996	1.665.831	108.554	2.263.382
PARANHANA	1.602.198	115.011	79.946	1.797.156
PRODUÇÃO	842.683	714.940	39.810	1.597.435
METROPOLITANA	1.303.744	349.391	97.012	1.750.148
SERRA	896.298	1.901.730	398.513	3.196.541
SUL	1.034.075	2.621.050	656.472	4.311.598
VALE DO CAI	752.323		104.038	856.361
VALE DOS SINOS	690.445		48.060	738.505
VALE DO RIO PARDO	271.723	1.571.260	668.365	2.511.349
VALE DO TAQUARI	823.569	1.465.703	586.284	2.875.557
Total	13.146.923	33.749.829	5.248.575	52.145.327

Fonte: DAER

Intersecções Rodoviárias - Trevos e Acessos – No que concerne à realização de obras de trevos e acessos, neste Governo, tem-se, no final de 2001, a seguinte situação por região:

Obras de Trevos e Acessos - Período 1999/2001

Região	Descrição	Situação
Alto Jacuí	Entr. BR-285 - RS/506 (Acesso Santa Bárbara do Sul)	Concluído
Central	RS/149: Entr. RS/149 - Entr. Rodovia Municipal	Concluído
	RS/241: Entr. RS/241 - Entr. RS/640	Concluído
	RS/287: Entr. RST/287 - Entr. RS/149	Concluído
	RS/287: Entr. RST/287 - Entr. VRS/304	Concluído
	RS/287: Entr. RST/287 - BR/158	Concluído
Fronteira Noroeste	Entr. RS 344/C/ Acesso a UNIJUÍ – Santa Rosa	Concluído
Fronteira Oeste	Entr. 01/99 - 12/01 Trevo Acesso a RST/377 (p/Quaraí) na BR/290.	Concluído
	Entr. 12/01 - 12/01 Trevo Acesso ao Passo Novo - RST/377 - Estaca 1175	Concluído
	Entr. RS/529 - BR/472	Em Andamento
Litoral	Acesso Posto Polícia Rodoviária Estadual de Torres	
	Acesso a Palmital	Paralisado
	Acesso ao Balneário Presidente	Paralisado
Medio Alto Uruguai	Entr. RS/324 - Três Palmeiras	Concluído
Nordeste	Entr. RS/343 – Acesso a Cacique Doble	Concluído
	RS/343 – Acesso a Machadinho	Concluído
	Entr. RS/343 – Acesso a Av. José Gelain	Concluído
	Entr. RS/343 – Acesso a Barracão	Concluído
Noroeste Colonial	Entr. RST/472 - Acesso a Tenente Portela	Concluído
	Entr. RST/472 - RS/330	Concluído
	Entr. RST/472 - Acesso à Lagoa Bonita	Concluído
	Entr. RST/472 - RST/163	Concluído
Norte	Entr. RS/211 - Acesso a Paulo Bento	Concluído
Paranhana-Encosta da Serra	Entronc. RS/239 - RS/474 - Rolante	Concluído
	Entronc. RS/030 - RS/474 - Sto. Antônio da Patrulha	Concluído
	Cruzam. RS/115 - Av. Tristão Monteiro - Taquara	Concluído
Produção	Entr. RS/324 - RS/135	andamento
	Entr. RS/463 - RS/463- ac. Lângaro	concluído
	Entr. RS/324 - ac. Municipal km 107	andamento
	Entr. RST/153 - ac. Passo Fundo	andamento
	Entr. RS/324 - RS/132	andamento
	Entr. RST/158 - BR/468	Concluído
	Entr. RST/158 - BR/158	Concluído
	Entr. RST/158 - RS/514	Concluído
	RS/569 - Novo Barreiro	Concluído
	Entr. RS/404 – Sarandi	Concluído
	Entr. RS/404 – Rondinha	Concluído
	Entr. RS/404 - Ronda Alta	Concluído
Metropolitana	Entronc. RS/118 - RS/040 - Viamão	Concluído
	Entronc. RS/020 - RS/118 - Gravataí	Concluído

Região	Descrição	Situação
Serra	Reformulação do Acesso ao Campus da Universidade de Caxias do Sul e Hospital Geral	Concluído
	Intersecção da RST/453 - Av. Santa Rita (trecho urbano de Farroupilha)	Concluído
	Acesso Sul a Bento Gonçalves	Em Andamento
	Trevo de Acesso a Nova Bassano	Paralisado
	Intersecção da RST/453 com a Linha Sertorina Alta e Baixa	Paralisado
Sul	Acesso Campus Universidade Federal de Rio Grande - RS/734	Em Andamento
Vale dos Sinos	Entr. RS/118 - Acesso Principal Esteio	Concluído
	Entr. RS/118 - Estrada Santa Tecla	Concluído
Vale do Taquari	RS/130: Entr. RS/130 – RS/413	Concluído

Fonte: DAER

Rota do Sol – RS/486 – Tainhas-Terra de Areia – Em relação a esta rodovia, com impacto regional para a Serra e o Litoral Norte do Estado, o Governo Democrático e Popular aplicou em 36 meses, um montante de R\$ 39 milhões, incluindo R\$ 8,5 milhões correspondentes a dívidas do Governo anterior.

Nesta Administração foi concluída uma extensão de 18,5km, dos 54km que faltavam ser executados. A previsão é de concluir os 50km até o final do ano de 2002, faltando apenas um trecho de 4,7km, com túneis e viadutos projetados, visando reduzir o impacto ao meio ambiente, o qual estará em andamento no final desta gestão.

A extensão total da Rota do Sol, para seu término, está orçada em, aproximadamente, R\$ 100 milhões, sendo que os recursos necessários para a conclusão da obra estão sendo negociados através do Programa de Desenvolvimento de Turismo (PRODETUR-Sul).

Investimentos na Rota do Sol			
1986 a 1990	1991 a 1994	1995 a 1998	1999 a 2001
R\$ 32 milhões	R\$ 13 milhões	R\$ 26 milhões	R\$ 39 milhões

Fonte: DAER

Para a execução das obras, envolvendo a Rota do Sol, entre Tainhas e Terra de Areia, foram atendidas todas as normas ambientais e vêm sendo implantadas inúmeras medidas compensatórias, entre elas:

- Restauração de uma casa, construída em estilo enxaimel, localizada na faixa de domínio da rodovia, considerada como sítio arqueológico.
- Demarcação e cadastramento da área da Estação Ecológica de Aratinga, com 5.882ha, criada como área de proteção ambiental da Rota do Sol. Esses trabalhos vêm sendo executados visando à futura desapropriação.
- Planejamento da arborização, mediante à elaboração de projetos de reposição florestal.
- Programação para realização de cursos a pequenos produtores rurais sobre a produção ecológica de alimentos, tratamento adequado de lixo e outros cursos baseados em temas ecológicos. Estes cursos serão realizados através de convênios com a UNIJUÍ, UNICRUZ e FEPAGRO.

➤ Implantação de programa visando fortalecer institucionalmente os órgãos envolvidos no atendimento aos acidentes com cargas perigosas nas rodovias do Estado, com a participação da FEPAM; e capacitação de 700 bombeiros, policiais rodoviários, defesa civil e patrulha ambiental, além da aquisição de equipamentos básicos para o atendimento.

Programa Corredores de Exportação – BID – O Programa dos Corredores de Exportação ficou garantido em função das negociações do Governo do Estado com o Banco Japonês – Banco de Cooperação Internacional (JBIC), realizadas em outubro de 2000, o qual ficou efetivado o contrato de financiamento de US\$ 75 milhões, com taxas de juros de mercado muito baixas, na ordem de 2% ao ano e com amortização da dívida num período de 15 anos.

O montante financiado visa garantir a contrapartida do Estado no Programa dos Corredores de Exportações. O Tesouro estadual irá participar com 25%, o BID com 50% e os 25% restantes foram garantidos na assinatura do contrato de financiamento com o Banco Japonês.

A seguir estão demonstradas as obras rodoviárias concluídas com financiamento do BID e contrapartida do Tesouro do Estado.

Programa Corredores de Exportação – BID – Obras Concluídas - Período 1999/2001

Rodovia	Trecho	Extensão Total (km)	Executado (km)
RS/377	São Francisco de Assis - km 9,2	9,24	0,32
RS/324	Passo Fundo - Lagoa Bonita	14,60	3,76
RS/377	Sanga da Cruz - Manoel Viana	16,30	6,30
RS/470	São Pedro da Serra - Carlos Barbosa	19,03	13,80
RS/153	Soledade - Barros Cassal (Lote 2)	16,05	13,99
RS/168	BR/392 - São Paulo das Missões	14,12	14,12
RS/522	Jóia - Augusto Pestana	22,60	16,02
RS/324	Natalino - Ronda Alta	18,66	18,66
RS/377	Alegrete - Sanga da Cruz	18,99	18,99
RS/377	Cerro Jarau - Quaraí	19,00	19,00
RS/342	Catuípe - Arroio Vira Carreta	24,80	24,80
RS/377	BR/290 - Cerro Jarau	25,00	25,00
RS/342	Arroio Vira Carreta - Independência	25,20	25,20
RS/481	Cruz Alta - Salto do Jacuí (Lote 1)	30,10	28,07
RS/153	Soledade - Barros Cassal (Lote 1)	28,40	28,40
RS/324	Lagoa Bonita - Natalino	35,10	31,08
RS/471	Rio Camaquã - Entr. BR 392	34,80	34,80
RS/471	Encruzilhada do Sul - Boa Esperança	37,50	34,90
RS/122	Ipê - Samuel	43,40	42,10
Total		452,89	399,31

Fonte: DAER

No que concerne às obras rodoviárias em andamento, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e contrapartida do Tesouro do Estado – Corredores de Exportação, a extensão total abrangida, neste Governo, atinge 520,75km.

Programa Corredores de Exportação – BID –Obras em Andamento - Período 1999/2001

Rodovia	Trecho	Extensão Total (Km)
RS/377	Santa Tecla - Jóia	30,26
RS/377	km 9,2 - Manuel Viana	31,52
RS/377	Contorno de Alegrete	4,47
RS/377	Contorno de Quaraí	7,12
RS/377	Santiago - Acesso a Carovi	25,30
RS/377	Acesso a Carovi - Lajeado Sta. Brígida	29,70
RS/377	Lajeado Santa Brígida - Santa Tecla	30,50
RS/377	Santiago - Fazenda Limoeiro	35,11
RS/377	Fazenda Limoeiro - S. Francisco de Assis	32,46
RS/471	Pantano Grande - Encruzilhada do Sul	48,49
RS/471	Barros Cassal - Herveiras	54,00
RS/471	Herveiras - Vera Cruz	41,00
RS/471	Vera Cruz - Santa Cruz do Sul	20,75
RS/471	Boa Esperança - Rio Camaquã	25,30
RS/471	Ponte sobre o Rio Camaquã	0,36
RS/481	Cruz Alta - Salto do Jacuí (Lote 2)	33,80
RS/481	Pontes s/ Barragem Maia Filho e Arroio Lajeado Grande	0,38
RS/307	Campina das Missões - São Paulo das Missões	10,80
RS/472	Porto Lucena - Porto Xavier	23,64
RS/486	Sanga da Limeira - Terra de Areia	17,05
RS/101	Passinhos - Osório	18,74
Total		520,75

Fonte: DAER

Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias Estaduais – BIRD

– No primeiro ano de governo foram restaurados 396,78km de rodovias estaduais, com financiamento do Banco Internacional de Desenvolvimento (BIRD) e contrapartida do Tesouro do Estado.

Restauração e Manutenção de Rodovias – BIRD – Concluídas – 1999

Rodovia	Trecho	Extensão Pavimentada km
RS/020	VISTA ALEGRE – TAQUARA	48,000
RST/101	BACOPARI – MOSTARDAS	83,870
RS/324	RS/483 (T PALMEIRA) - ENTR. RS/211/404 (RONDA ALTA)	18,150

Rodovia	Trecho	Extensão Pavimentada km
RS/344	ENTR.RS/162 (VILA CRUZEIRO) – GIRUÁ (ACESSO)	20,800
RS/344	GIRUÁ (AC) - ENTR. RS/218 (SANTO ÂNGELO)	31,240
RS/344	ENTR.RS/218 (SANTO ÂNGELO) - ENTR.BR/285 (S.LUIZ GONZAGA)	9,060
RS/342	ENTR.BR/285 RS/522 (IJUÍ) - (CRUZ ALTA)	44,560
RS/404	SARANDI - (ACESSO) - ENTR.RS/143 (RON RS/211/3240)	27,540
RS/324	MARAU - (ACESSO. SUL) - ENTR. RS/129 (CASCA)	30,900
RST/470	ENTR.RS/359 (VERANOPOLIS) - ENTR.RS/431(S.VLT.)	31,240
RS/446	ENTR.RS/122 (P/ SÃO VEDELINO) - (CARLOS BARBOSA)	17,060
RS/452	ENTR.RS/122 (P/BOM PRINCÍPIO) - (N.PALMIRA)	27,460
RS/129	ENTR.RS/129 (BOM RETIRO DO SUL) - BR/386	6,900
Total		396,78

Fonte: DAER

Para o segundo ano, a Secretaria de Transportes e o DAER propuseram ao Banco Mundial uma mudança profunda nas metas físicas do Programa e na forma de contratação das obras. A alteração proposta consistia em ampliar a duração dos contratos para 05 anos, contemplando as atividades de conservação e restauração em um único contrato. O Banco Mundial concordou com a modificação das metas do acordo de empréstimo e solicitou ao DAER que detalhasse e justificasse a viabilidade técnica e financeira das alterações propostas.

A aprovação final das alterações promovidas ocorreu em abril de 2000 e, a partir desta data, o DAER elaborou projetos referenciais em consonância com a nova fase; desenvolveu diretrizes de acordo com a nova forma de contratação; definiu indicadores de desempenho a serem atingidos pelas empresas contratadas; deu novo direcionamento a sua fiscalização, adequando-a aos novos padrões; e proporcionou treinamento aos técnicos dos órgãos voltados ao sistema de gerenciamento da malha rodoviária.

O Programa Restauração prevê a recuperação e manutenção de 5.350km de rodovias, representando 100% da malha rodoviária estadual pavimentada, divididos em 15 lotes de estradas e em 02 fases.

A primeira fase do Programa irá restaurar e conservar 2.486,02km, divididos em 07 lotes, com início das obras em janeiro de 2002, e a segunda irá contemplar 2.860,52km divididos em 08 lotes, com previsão para início no 2º semestre de 2002.

Obras de Arte Especiais e Construção de Viadutos – Foram executadas as seguintes obras no período 1999/2001.

Obras de Arte Especiais e Construção de Viadutos - Concluídas – Período 1999/2001

Rodovia	Trecho	Descrição das Obras de Arte Especiais
RS/130	Taquari – Mariante	Montagem da ponte metálica sobre o Arroio Capivara
RS/130	Taquari – Mariante	Montagem da ponte metálica sobre o Arroio Potreiro
VRS/809	Aeroporto de Cachoeira do Sul	Alargamento de ponte de concreto armado

Rodovia	Trecho	Descrição das Obras de Arte Especiais
RS/149	Passo das Tunas	Recuperação de ponte metálica sobre o Rio Vacacaí
RS/541	Nhu-Porã - Candelária	Recuperação de ponte metálica sobre o Rio Piauí
RS/122	Rincão do Cascalho - São Vendelino	Ponte sobre o Rio Caí
RS/486	RS/020 – Terra de Areia	Viaduto sobre o Arroio Humaitá I
RS/486	Tainhas – Terra de Areia	Ponte sobre o Arroio Bernades
-	Anel viário de Bagé	Recuperação da ponte sobre o Arroio Sem Nome
-	Anel viário de Bagé	Recuperação da ponte sobre o Arroio Perez
RS/122	Rincão do Cascalho - São Vendelino	Ponte sobre o Arroio Colúmbio
RS/246	Venâncio Aires - Linha Brasil	Ponte sobre Rio Taquari Mirim III
	Joaneta – Picada Café	Ponte sobre o Arroio Terra
RST/101	Mostardas – Tavares	Ponte sobre o Arroio Jacaré
RS/326	Presidente Lucena - Picada Café	Construção de defesa em concreto armado
RS/350	Dom Feliciano - Encruzilhada do Sul	Reforma da ponte sobre o Arroio Forqueta
RS/350	Dom Feliciano - Camaquã	Reforma da ponte metálica sobre o Arroio Sutil
ERM	Santo Antônio da Patrulha - Caraá	Reforma da ponte sobre o Arroio Carvalho
ERM	Estrela – Colinas	Montagem de ponte metálica sobre o Arroio Pagé
RS/470	Tupinanambá - BR/285	Recuperação de ponte metálica sobre o Arroio Turvo
RS/630	São Gabriel - Dom Pedrito	Recuperação de 02 pontes de madeira sobre o Rio Vacacaí
RS/706	BR/116 – Pedro Osório - BR/293	Ponte sobre o Rio Piratini
RS/486	Aratinga – Terra de Areia	Ponte sobre o Arroio Carvalho
RS/211	Carlos Gomes - São João da Urtiga	Ponte sobre o Rio Ligeiro (meso e infraestrutura)
	Cidade de Estrela	Ponte sobre o Arroio Estrela
RS/244	Presidente Lucena - Picada Café	Ponte sobre o Arroio Veado
RS/244	Venâncio Aires - Linha Brasil	Ponte sobre o Rio Taquari Mirim I
RS/245	Venâncio Aires - Linha Brasil	Ponte sobre o Rio Taquari Mirim II
RS/809	Cachoeira do Sul - Olaria	Ponte sobre o Arroio Ferreira
RS/118	Itapuã – Lami	Alargamento da ponte sobre o Rio Itapuã
RS/122	Rincão do Cascalho - São Vendelino	Ponte sobre o Arroio Mauá
RS/326	Ivoti - Picada Café	Ponte sobre o Arroio Feitoria
RS/122	São José do Hortêncio - São Sebastião do Caí	Passagem inferior sobre a RS/122
RS/471	Rio Camaquã - Entroncamento com a BR/392	Ponte sobre o arroio Santo Antônio
RST/377	Cerro do Jarau - Quaraí	Ponte sobre Rio Quaraí Mirim
RS 470	André da Rocha - Lagoa Vermelha	Recuperação da ponte metálica do Arroio Pratinha
RS 307	Vila Maria – Montauri	Ponte Arroio Sangão
RS 332	Arvorezinha - Soledade	Ponte Arroio Taipa

Rodovia	Trecho	Descrição das Obras de Arte Especiais
RS 702	Piratini – Pelotas	Recuperação da ponte metálica Rio Piratini (Passo do Costa)
RS/630	São Gabriel - Dom Pedrito	Ponte metálica provisória Rio Vacacai II
RS 494	Três Cachoeira - Mampituba	Ponte metálica Rio Negro
VRS 823	RS 149 – Vale Veneto	Pontilhão provisório sobre o Arroio das Pedras
RS/431	RST/470 – Santa Bárbara	Ponte sobre o Arroio Pedrinho
RS/122	Rincão do Cascalho - São Vendelino	Viaduto de acesso secundário a São Sebastião do Caí
RS/239	Sapiranga – Taquara	Ponte sobre o Rio Paranhana
RS/239	Sapiranga – Taquara	Viaduto sobre a Várzea do Rio Paranhana
RS/239	Sapiranga – Taquara	Viaduto de acesso secundário a Parobé
RS/494	Três Cachoeiras - Mampituba	Ponte metálica sobre o Rio Mengue

Fonte: DAER

Obras de Arte Especiais e Construção de Viadutos – em Andamento – Período 1999/2001

Rodovia	Trecho	Descrição das Obras de Arte Especiais
RS/239	Sapiranga – Taquara	Viaduto de acesso secundário a Parobé
RS/486	Tainhas Terra de Areia	Ponte sobre o Arroio Contendas
RS/239	Sapiranga – Taquara	Viaduto de acesso aecundário a Parobé
RS/239	Sapiranga – Taquara	Viaduto de acesso principal a Parobé
BR/116	Gravataí – Av Farrapos, BR/116 (Av dos Estados)	Viaduto de acesso ao novo Aeroporto Salgado Filho
RS/122	Rincão do Cascalho - São Vendelino	Viaduto de interseção RS/122 e RS/446
RS/307	Campina das Missões - São Paulo das Missões	Ponte sobre o Rio Comandá
RS/307	Campina das Missões - São Paulo das Missões	Ponte sobre o Arroio Butiá
RS/307	Campina das Missões - São Paulo das Missões	Ponte sobre o Arroio Luiza
RS/471	Boa Esperança - Rio Camaquã	Viaduto V1
RS/471	Boa Esperança - Rio Camaquã	Viaduto V2
RS/471	Boa Esperança - Rio Camaquã	Ponte sobre o Arroio Miséria
RS/471	Boa Esperança - Rio Camaquã	Ponte sobre o Arroio Abranjo
RS/471	Encruzilhada do Sul - Entr. BR/392 (Canguçu)	Ponte sobre o Rio Camaquã
RS/377	Santiago - Acesso a Carovi	Ponte sobre Lajeado Madrid
RS/377	Santiago - Acesso a Carovi	Ponte sobre o Arroio Forqueta
RS/377	Acesso a Carovi - Lajeado Santa Brigida	Ponte sobre o Rio Inhacapetum
RS/377	Santiago - Santa Tecla - Jóia	Ponte sobre o Arroio Guaçu
RS/377	Santiago - Santa Tecla - Jóia	Ponte sobre Lajeado Bonito
RS/377	São Francisco de Assis - Manoel Viana	Ponte sobre o Arroio Araçá
RS/377	São Francisco de Assis - Manoel Viana	Restauração da ponte sobre o Rio Ibicuí
RS/377	Porto Alegre - Cachoeirinha	Ponte sobre o Rio Gravataí
RS/132	RS/132 - Nova Alvorada	Ponte sobre Rio Guaporé (ordem de paralisação)
ERM	Marquês de Souza - Travesseiro	Ponte sobre o Arroio Forqueta
RS/239	Sapiranga - Taquara	Viaduto interseção RS/115 c/ RS/239 (ordem de paralisação)

Fonte: DAER

Sistema de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal – No Governo Democrático e Popular foram efetuadas alterações operacionais nas linhas, buscando melhor atender as necessidades dos usuários, através de inclusão de localidades (seccionamentos), reforço de horários em trechos de maior demanda (secção), prolongamentos e outros tipos de adequações. Com isso, cerca de 180 comunidades, entre municípios, distritos e pequenos povoados, foram atendidos com melhorias na acessibilidade ao transporte público. Estima-se que 500.000 usuários, moradores destas localidades e adjacências, tenham sido beneficiados com novas ligações ou com uma maior oferta de serviços em linhas já existentes.

Encontra-se, também, em andamento, o trabalho de atualização cadastral das linhas de todo o Sistema de Transporte Coletivo, através de aferições de extensão, tempo de percurso e verificação dos dados relativos ao tipo de pavimento. No decorrer da presente Administração já foram conferidas extensões de mais de 60 linhas.

➤ Terminais Rodoviários - No período, foram incorporadas ao sistema gerido pelo DAER, no interior do Estado mais 04 novas estações rodoviárias; efetuadas reformas e ampliações em 18 prédios de estações rodoviárias já existentes.

➤ Frota - No triênio, foram incorporados à frota gerida pelo DAER, 722 ônibus novos e dado baixa em 730 velhos, fazendo com que a idade média da frota baixasse de 11,3 anos em fins do Governo anterior, para 9,9 anos no final de 2001, bem como foram realizadas 6.300 vistorias mecânicas em ônibus que operam em linhas regulares e 28.000 em veículos que prestam serviços de fretamento e turismo.

Também, foram habilitadas 166 oficinas mecânicas, registradas no CREA, para a realização de vistorias mecânicas nos veículos da frota gerida pelo DAER.

➤ Fiscalização - Com um efetivo de 130 funcionários, sendo 58 na sede e 72 no interior, foram realizadas 1.813 operações de fiscalização em linhas regulares, envolvendo 89.000 ônibus e 1.503 operações de fiscalização em estações rodoviárias. Para eliminar o transporte clandestino, foram realizadas 468 *blitz*, sendo vistoriados 23.000 veículos de fretamento e turismo.

➤ Estação Rodoviária de Porto Alegre - Na estação rodoviária da capital, cujo prédio pertence ao DAER, foram realizadas diversas melhorias no período, tais como a criação de sala de espera com poltronas, sanitários, ventiladores e televisão para os viajantes; implantação de dispositivos visando facilitar o deslocamento de deficientes físicos no interior do terminal, incluindo rampas especiais e um veículo elétrico para transportá-los até os ônibus; nova sinalização interna para facilitar a orientação dos usuários; instalação de terminais de caixas eletrônicos (banco 24h); reforma e ampliação das instalações da Fiscalização de Tráfego do DAER, Polícia Civil e da Brigada Militar.

3.3.2- Superintendência de Portos e Hidrovias – SPH

A Superintendência de Portos e Hidrovias foi criada pela Lei n.11.089, com atribuições de manutenção dos portos interiores, dos canais de acesso e das vias fluviais e lacustres, assim como a exploração comercial dos portos. Neste Governo, foram investidos na área-fim (portos e hidrovias) os seguintes valores: exercício 1999 - R\$ 2,9 milhões; exercício 2000 - R\$ 6,6 milhões; e no exercício de 2001 - R\$ 12,4 milhões, totalizando R\$ 21,9 milhões.

ÁREA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

Objetivando dar dinamismo à Autarquia, foram desenvolvidas ações de modernização tecnológica e de regularização financeira. Nessas ações, abaixo descritas, foram aplicados no exercício de 1999, R\$ 524,4 mil; no exercício de 2000, R\$ 802,5 mil; e, em 2001, R\$ 3,9 milhões, totalizando R\$ 5,2 milhões.

Modernização Tecnológica – Nesta área foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Informatização da Autarquia, propiciando significativos progressos nos instrumentos de controle, agilizando o fluxo de informações e dinamizando o ritmo dos trabalhos.
- Aquisição de equipamento de *datashow*, incrementando palestras, audiências, seminários e reuniões.
- Instalação de central telefônica, ampliando o número de ramais internos, disponibilizando maior quantidade de linhas externas, substituindo um sistema de comunicações deficiente e ultrapassado.
- Implantação de relógio-ponto eletrônico, equacionando o controle da efetividade dos servidores, propiciando a identificação concreta dos funcionários assíduos e pontuais, distinguindo-os dos relapsos e desinteressados para com o interesse público.
- Locação de fotocopiadoras simples e de última geração, executoras de trabalhos de impressão e digitalização de documentos, acelerando e qualificando o cumprimento dos serviços rotineiros.
- Criação de *home page*, estabelecendo um novo mecanismo de divulgação e de atração de clientes, abrindo uma porta para o amplo mercado mundial que acessa a rede internacional de computadores.
- Institucionalização de logomarca, atualizando e simbolizando a nova imagem da SPH.

Regularização Econômico-Financeira – Para promover tal regularidade, houve a execução das seguintes ações:

- Encontro de contas com a SUPRG referente a débitos e créditos durante a transição, decorrente da edição da Lei n. 11.101/96, que criou aquela Autarquia, cujo montante, até o ano de 1998, era da ordem de R\$ 3,3 milhões. Também foi acordado um repasse, para o ano de 1999, no valor de R\$ 1,2 milhão, referente à lei supracitada.
- Redução da dívida do FGTS, no valor de R\$ 1 milhão, através da apresentação de documentos comprobatórios junto ao DRT e à Caixa Econômica Federal.
- Pagamento do FGTS, no valor de R\$ 1,8 milhão, como resultado do encontro de contas do Estado/CEF.
- Revisão de todos os contratos de prestação de serviços e terceirização de mão-de-obra.
- Criação de mecanismos de controle no consumo de energia elétrica, água, telefone e cópias reprográficas.
- Levantamento dos créditos, atualizados monetariamente, bem como as notificações e a inscrição em dívida ativa dos usuários inadimplentes, ajustando os valores registrados no Setor de Receita com o Setor de Contabilidade.
- Redução da cobrança de água referente ao exercício 1998 (redução de R\$ 150 mil).
- Quitação da dívida com a CEEE, através de encontro de contas, juntamente com a

Secretaria da Fazenda.

- Levantamento e atualização de créditos junto ao Governo Federal referente ao Contrato de Concessão, cujo valor foi de R\$ 230 milhões.
- Levantamento e providências referentes a registros da SPH junto à SERASA, por protesto de títulos, desde 1994.
- Aumento de 204,40% nos investimentos e redução de 30% no custeio, no ano de 1999 em relação a 1998.
- Ajuizamento de 51 empresas, referente à cobrança de dívida ativa.
- Emitidas 129 notificações de cobrança.
- Assinados convênios com o BANRISUL, para cobrança mais ágil e eficiente dos clientes da SPH, e fornecimento de financiamento aos servidores, com juros abaixo do mercado, mediante desconto das parcelas em folha de pagamento.
- Implantação, através de lei, aos servidores de ensino fundamental, índice (adicional de tempo de serviço) com os mesmos critérios utilizados aos servidores de nível superior.

ÁREA DE PORTOS

Implantação do Novo Plano de Zoneamento e Recuperação do Porto de Porto Alegre – O atual Governo tem procurado desenvolver ações para a revitalização do Porto de Porto Alegre. Neste período, foram investidos em 1999 R\$ 698 mil; em 2000, R\$ 1,2 milhão; e, em 2001, R\$ 1,5 milhão.

- Recuperação de armazéns e instalações - ainda em desenvolvimento.
- Recuperação dos guindastes 12, 13 e 18. Esse último guindaste necessita de nova reforma, já licitada e prestes a iniciar.
- Recuperação de máquinas e equipamentos - em desenvolvimento.
- Recuperação da frota de veículos - em desenvolvimento.
- Contratação de serviços de vigilância terceirizados para os Portos de Porto Alegre, Pelotas e Cachoeira do Sul.
- Organização do estacionamento para autoridades, funcionários, usuários e visitantes na área portuária.
- Instalação do Terminal de Contêineres - A empresa vencedora da licitação já iniciou as operações.
- Convênio com o Governo do Estado, Ministério dos Transportes, CODESP e o Porto de Santos, para o recebimento de guindaste com capacidade de 32 a 40t, de valor estimado em R\$ 5 milhões, como doação do porto paulista. Encontra-se em desenvolvimento, com operações de desmontagem, transporte e montagem do guindaste.
- Atração de grandes empresas, em trabalho desenvolvido pelo escritório comercial, no qual foram apresentadas as vantagens logísticas que o uso do porto da capital trará para as empresas contatadas - Gerdau, Marcopolo, Doux-Frangosul, Avipal e Perdigão.
- Instalação dos Terminais de Sal, Grãos e Fertilizantes - audiências públicas foram realizadas, cujos processos licitatórios estão em andamento.
- Licitação de área descoberta para instalação de um estacionamento público entre os armazéns A-7 e A-4 - audiência pública realizada, cujo processo licitatório está em

andamento.

- Retomada do processo de alfandegamento - já implementado.

Comparativo da Movimentação de Mercadorias no Cais do Porto de Porto Alegre

Ano	Quantidade/t
1995	1.621.976
1996	1.029.503
1997	800.930
1998	732.463
1999	926.947
2000	1.067.858
2001	864.338

Fonte: SPH

No final do ano que passou, com a gradual implementação do Plano de Zoneamento, o Porto de Porto Alegre encontrava-se da seguinte forma:

Situação do Porto de Porto Alegre

Área	Destinação	Estágio Atual
Cais Mauá		
A-7 ao A-4	Atividades Não Portuárias.	Em Atividade.
A-3, A-2 e A-1	Graneis Sólidos.	Em Operação.
A, B e Pórtico Central	Atividades Não Portuárias.	Em Atividade.
B-1 e B-2	Carga Geral Não Containerizada.	Em Operação.
B-3	Terminal de Passageiros.	Ocupado pelo OGMO.
Doca 1	Terminal de Passageiros e Abrigo de Embarcações do Corpo de Bombeiros e da Delegacia da Capitania dos Portos.	Em Atividade.
Docas 2 a 4	Abrigo de Embarcações de Carga Geral.	Em Operação.
C-1	Corpo de Bombeiros.	Em Atividade.
C-2, C-4 e C-6	Área de Carga Geral.	Em Operação.
C-3	Oficina de Veículos – SPH.	Em Atividade.
Antigo Frigorífico	Em Discussão.	Em Discussão.
Cais Navegantes		
Doca 5	Abrigo de Embarcações de Carga Geral.	Em Operação.
TECON	Terminal de Contêineres.	Em Atividade.
CESA	Área de Grãos de Origem Vegetal.	Em Operação.
D, D-1 e D-2	Terminal Salineiro e de Fertilizantes.	Aguardando Processo de Licitação.
E-1, E-2 e E-4	Depósitos de Graneis e Carga Geral.	Em Atividade.
D-3 e D-4	Área de Carga Geral e Contêineres.	Em Operação.
SANRIG/SANTISTA	Área de Grãos e Óleos de Origem Vegetal.	Aguardando Processo de Licitação.
CIAGRAN – Arm. 1 e 2	Área de Grãos de Origem Vegetal.	Aguardando Processo de Licitação.
Trecho desde a Divisa com CIAGRAN até Ponte Getúlio Vargas	Área de Expansão Portuária.	Ocupado por Areeiros.

Área	Destinação	Estágio Atual
Cais Marcílio Dias		
Trecho desde a Ponte Getúlio Vargas até Divisa com Doca Turística	Área de Expansão para Turismo e Lazer.	Está sendo Implantado.
Trecho desde Divisa com Doca Turística até o Clube de Regatas Vasco da Gama.	Área de Turismo, Lazer e Esporte.	Em Atividade.
Trecho desde Divisa com o Clube de Regatas Vasco da Gama até o Fim da Cobertina.	Área de Materiais para Construção Civil.	Em Atividade.
Vila DEPRC		
Lotes de n. 1 a 34 e de 1 ^a a 28 ^a	Área de Materiais para Construção Civil.	Em Atividade.
Desde Divisa Norte com Áreas do Grupo Humaitá até Divisa com Áreas da Unifertil.	Área de Expansão Portuária.	Em Desenvolvimento.

Fonte: SPH

Revitalização do Porto de Pelotas – Com o objetivo de promover a reativação das atividades operacionais em larga escala e adequar suas estruturas aos novos sistemas de modais de transportes, preservando as características peculiares deste porto meridional, o Governo investiu na recuperação física, principalmente, em equipamentos operacionais como guindastes, pá-carregadeiras e empilhadeiras e na estrutura dos armazéns. O antigo calado de 10 pés do canal de São Gonçalo, foi aumentado para 14 pés, e ainda no ano de 2002, deverá alcançar 19 pés.

O Porto de Pelotas, no final de 2001, apresentava uma movimentação razoável, com uma perspectiva de melhorar significativamente sua capacidade de produção. Recentemente, o Ministério da Fazenda autorizou o realfandegamento no porto, possibilitando o direcionamento de grandes cargas que, no momento, se destinam ao Porto de Rio Grande e chegam à cidade, pela BR-392.

ÁREA DE HIDROVIAS

Na área de hidrovias foram desenvolvidas ações na recuperação do parque de dragagem, dragados 2.085.101m³ e realizadas ações de sinalização náutica, possibilitando a navegação noturna. Neste Governo, foram investidos os seguintes valores em hidrovias: exercício de 1999, R\$ 1,7 milhão; exercício de 2000, R\$ 4,6 milhões; e, no exercício de 2001, R\$ 5 milhões.

Recuperação do Parque de Dragagem – Para tanto, foram recuperadas as dragas Médici, Triches, Eng. Serrano e Santo Amaro, bem como das lanchas DG-1, Azagaia e Albatroz, e dos rebocadores Andréia e Itu. Além disso, houve a aquisição de canaria (tipo PAD – Polietileno de Alta Densidade).

Dragagens de Emergência – Foram desenvolvidas ações emergenciais de dragagem e recuperação de canais, devido ao acentuado assoreamento, totalizando um volume de 1.406.632m³ dragados, conforme o quadro abaixo:

Dragagem de Hidrovias – Período 1999/2001

Área de Atuação	Local	Volume (m³)
Guaíba	Leitão	589.742
Guaíba	Pedras Brancas	236.450
Pelotas (sul)	Canal São Gonçalo	250.000
Lagoa dos Patos (sul)	Nascimento	125.440
Lagoa dos Patos (sul)	Coroa do Meio	205.000

Fonte: SPH

Programa de Pequenas Dragagens – Foi dragado um volume de 678.469m³, conforme ações abaixo descritas:

- São Jerônimo - volume dragado 5.610m³ e Triunfo, volume dragado 2.250m³; incremento da atividade turística, com a restauração da praia.
- Gravataí - volume dragado 50.000m³; permitiu maior competitividade, com a redução de custos de transportes, beneficiando os terminais industriais privados.
- Itapuã - volume dragado 24.085m³ e Arroio Xambá (Itapuã) 4.274m³; incremento da atividade turística e da pesca, com a correspondente geração de empregos e aumento de renda.
- São Lourenço - volume dragado 190.250m³; incremento da atividade turística, da pesca, e reativação de pequenos estaleiros, com a correspondente geração de empregos e aumento de renda. Redução drástica de enchentes na cidade.
- São José do Norte – Canal Miguel da Cunha (Canal da Travessia São José do Norte – Rio Grande) - volume dragado 160.000m³; redução do tempo da travessia, maior segurança, incremento do turismo em São José do Norte, além de economia no transporte de cargas.
- São José do Norte – Canal dos Pescadores - volume dragado 236.000m³; incremento da atividade da pesca.
- Rio Grande – Hortifrutigranjeiro - volume dragado 6.000m³; incremento da atividade da pesca, e mais segurança do transporte de produtos agrícolas.
- Convênio SPH – IPH - tem por objeto realizar estudos hidrológicos assim como análise da infra-estrutura para monitoramento hidrológico e apoio a futuras batimetrias, determinação das altitudes dos linígrafos e outras estações linimétricas a serem implantadas e caracterização do sedimento de fundo.

Recuperação da Sinalização Náutica – Viagens das embarcações mais seguras entre Porto Alegre e Rio Grande, diminuindo o risco de acidentes.

Incremento da Sinalização Náutica Possibilitando a Navegação Noturna – Construção e instalação de novos sinais luminosos (34 faroletes), resultando em significativa redução de custos para operadores portuários, importadores e exportadores, possibilitando um aumento no volume e fluxo de cargas.

3.3.3- Superintendência do Porto de Rio Grande – SUPRG

A inserção social da Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG), órgão administrador do Porto de Rio Grande, fica restrita à ampliação do engajamento dos trabalhadores portuários avulsos na faina portuária e de ações pontuais, numa relação exterior ao âmbito operacional portuário, permitindo demonstrar à comunidade que o Governo Democrático e Popular também está presente na gestão do Porto.

No que se refere às ações externas da gestão portuária, salientam-se os trabalhos de dragagem do canaleta da Central de Hortifrutigranjeiros, do Município de Rio Grande, realizada no ano de 1999; a dragagem da Ponta dos Pescadores; e do Canal Miguel da Cunha, todas, antigas reivindicações das comunidades rio-grandina e nortense.

A primeira era reivindicação dos produtores de hortifrutigranjeiros das ilhas de Rio Grande (Torotama, Leonídio e dos Marinheiros). O acesso à Central de Hortigranjeiros dá-se de 02 modos: fluvial ou rodoviário. Os ilhéus, por economia de tempo e dinheiro, utilizam-se do transporte fluvial. Assim, a dragagem permite que aqueles pequenos agricultores possam levar seus produtos, com mais segurança e tranqüilidade, para a venda na cidade. Esta ação foi realizada em parceria com o Governo do Município de Rio Grande, que disponibilizou equipamento e material para construção das bacias de decantação.

A dragagem da Ponta dos Pescadores, localizada no Município de São José do Norte, permite que os pescadores de alto-mar mantenham suas embarcações abrigadas e próximas de suas casas, sem o risco de acidentes, pois o calado anterior estava prejudicando a entrada dos barcos na vila, forçando, alguns, ao pagamento pela estadia da embarcação em trapiches com calado maior, inferindo gastos desnecessários. A Ponta já possuía um trapiche de bom tamanho, bastava uma dragagem no local.

O Canal Miguel da Cunha, que permite a travessia entre Rio Grande e São José do Norte, estava bastante assoreado o que, sobremodo, colocava em risco as embarcações que realizam a travessia, refletindo na economia das 02 cidades. Os serviços foram iniciados no início do 2º semestre de 2001 e devem estar concluídos em 2002.

Os serviços de dragagem fora do âmbito operacional do Porto de Rio Grande, somente foram possíveis em virtude de as áreas abrangidas fazerem parte do chamado Porto Organizado de Rio Grande, que está sob a gerência da SUPRG. A Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH), cedeu as Dragas Trajano Ribeiro e Governador Triches, bem como alguns funcionários, enquanto que a SUPRG pagou o combustível e cedeu funcionários da área de dragagem.

No que se concerne aos resultados econômicos, a atuação da atual gestão do órgão portuário permitiu alavancar a estrutura portuária como um todo, para alcançar uma posição de destaque na situação mercadológica nacional e internacional.

O implemento das ações que buscaram resgatar uma melhor atuação dos Operadores Portuários resultaram em maior movimentação de cargas no Porto Novo de Rio Grande, fazendo com que o Terminal Público apresente-se como alternativa na disputa com os terminais privados ou privatizados.

O Porto Novo de Rio Grande, estagnado nos anos de 1994 e 1995, em 1996 começou a ser considerado como terminal substituto para movimentação de contêineres e insumos para adubo, cargas operadas pelo CONTECON (à época um consórcio privado que explorava o Terminal de Contêineres, o atual TECON Rio Grande S.A.) e pela indústria e terminal privado Adubos Trevo S.A. O resultado disso foi falsamente analisado pelos funcionários como um crescimento do porto público,

mormente no comparativo da movimentação de contêineres entre o Porto Novo e o TECON. A realidade mostrou-se logo adiante. Já em 1998, muito embora tenha sofrido alguns percalços, o TECON iniciava sua trajetória para alcançar, nos dias de hoje, o posto de Terminal de Contêineres de maior movimentação do Brasil.

Concomitante a esse quadro, apresentava-se no Porto Novo, a título de retomada do crescimento, a movimentação de automóveis, como panacéia para a estagnação que já se fazia sentir na movimentação de contêineres (menina dos olhos dos portos modernos), em vista do brutal decréscimo entre 1997 e 1998. No ano de 1998, o Porto Novo movimentou menos de 30% do total movimentado em 1997.

Formatada, pela administração da época, para atuar como um terminal automotivo, a estrutura portuária do Porto Novo transfigurou-se de tal modo que a completa confusão de cargas instalou-se no local. Não raras foram as vezes em que os funcionários dos Setores de Importação e de Exportação foram obrigados a remanejar as áreas de armazenagem de contêineres para o estacionamento de automóveis das montadoras Citroën e Jaguar. Estas, diga-se, pagavam valores de armazenagem igual ao das mercadorias de importação comum, ou seja, 0,04% sobre o valor C.I.F. (valor agregado do bem, seja, custo+impostos+frete). Esses valores superaram, proporcionalmente, a arrecadação resultante da armazenagem dos veículos da Ford. Já as montadoras Ford e GM pagavam valores convencionais e que, no geral, ficavam aquém do total arrecadado por conta da empresa francesa. Outro fator de análise é que a Citroën e a Jaguar utilizavam instalações de armazenagem impróprias para automóveis, enquanto as outras duas beneficiavam-se de pátios especiais, pavimentados com asfalto e estruturados especialmente para estacionamento de veículos. Essa forma de tratamento díspar para mercadorias da mesma espécie, além das dificuldades de armazenamento aliadas ao alto custo, foi preponderante para a desistência do importador da Citroën e Jaguar em utilizar o Porto de Rio Grande para suas movimentações.

A eleição do Projeto Democrático e Popular veio resgatar o crescimento do Porto Novo de Rio Grande, não mais com amadorismo ou empirismo, mas sim com planejamento e estruturação específicas para o atendimento de demandas reais ou negociadas. Assim, em 1999, 04 meses após assumir a gestão portuária, através de mecanismos comerciais próprios, a Administração Portuária absorveu a movimentação de insumos para fertilizante e, já no primeiro ano, dava sinais de que o caminho para sair da estagnação era o envolvimento cada vez maior dos operadores portuários excluídos dos terminais privados. Por enquanto, a importação de insumos para fertilizante apresenta como pico, o ano de 2000: foram 640.000t movimentadas, e no ano de 2001, a movimentação total ficou em torno de 760.000t.

É importante ressaltar que as ações da gestão portuária fizeram retornar, para o Porto Novo de Rio Grande, cargas que estavam sendo movimentadas pelos portos de outros estados, embora produzidas aqui no Rio Grande do Sul. Um exemplo disso são as cargas frias, as colheitadeiras e as carrocerias de ônibus. A atração de novas cargas também é ação desta gestão. As toras de eucalipto, cujo início de embarque ocorreu em 2000, consolidaram-se como nova mercadoria do Porto Novo de Rio Grande.

Cabe destacar que o Porto Novo não é um terminal especializado e, por essa vocação natural, a administração portuária busca qualificar o terminal através de

seus berços de atracação para contemplar os trabalhadores avulsos, motoristas de caminhão, funcionários da Autarquia, operadores portuários e toda uma gama de pessoas que giram em torno da atividade portuária. Saliente-se o fato de algumas dessas categorias de trabalhadores não terem qualquer chance de engajamento no trabalho nos terminais privados.

Empregos Portuários

Governo	Quantidade	Beneficiados diretamente (famílias)
Anterior	260	1.040
Atual	1.120	4.480
Acréscimo	860	3.440

Fonte: SUPRG

A SUPRG, na atual gestão administrativa, aplicou R\$ 20 milhões na qualificação das questões portuárias envolvendo o Porto de Rio Grande.

No ano de 1999, foram aplicados R\$ 6 milhões no desenvolvimento das seguintes ações:

- Monitoramento Ambiental - Projetos para diminuir ou zerar o impacto ambiental causado pelas operações portuárias, em especial na descarga de fertilizantes – R\$ 140 mil.
- Estudo Batimétrico - Verificação de profundidade do calado na área do Porto Novo – R\$ 10 mil.
- Sinalização e Balizamento Náutico - Manutenção das bóias de sinalização acesas e em condições de fluabilidade, além de propiciar a modernização do sistema – R\$ 1,7 milhão.
- Recuperação Naval do Batelão Campista - Embarcação que auxilia os serviços de dragagem. A recuperação impede a contratação desta embarcação para pequenas correções no calado do Porto – R\$ 300 mil.
- Recuperação de Guindastes - Recuperados 02 guindastes de pórtico para 12t, que são utilizados na movimentação de fertilizantes e carga geral – R\$ 800 mil.
- Recuperação de Subestações Elétricas – A recuperação propiciou economia de energia elétrica e segurança aos serviços de manutenção das linhas de alta tensão – R\$ 65 mil.
- Recuperação dos Armazéns - Preservação das áreas de carga cobertas, oferecendo aos usuários do Porto Novo as melhores opções de armazenamento – R\$ 100 mil.
- Implantação do Pátio de Contêineres – R\$ 1,4 milhão - Obra iniciada com a intenção de ampliar o espaço de armazenagem de contêineres. A empresa construtora faliu e foi realizado o distrato. A obra ainda não está concluída – R\$ 100 mil.
- Revitalização do Porto Velho - O Projeto prevê a integração do Porto Velho à comunidade, afastando seu atual papel de porto pesqueiro – R\$ 70 mil.
- Sistema de Informática - Implantação de um sistema integrado de gerenciamento portuário para atender como um porto público – R\$ 1,1 milhão.
- Reestruturação Organizacional e Funcional - Estudo para adoção de um quadro funcional e de carreira, pois a Autarquia não possui quadro próprio, funcionando com um quadro em extinção lotado na Secretaria dos Transportes e cedido para a SUPRG – R\$ 225 mil.

No ano de 2000, foram aplicados R\$ 7 milhões nas seguintes ações:

- Monitoramento Ambiental - Aquisição de materiais e ferramentas importantes para a continuidade do trabalho de recuperação do meio ambiente impactado pelas operações portuárias, bem como a busca de um projeto para aplicação nas áreas sob cuidado da administração portuária, por exemplo, os Molhes da Barra, promovendo o turismo ecologicamente sustentável – R\$ 58 mil.
- Estudo Batimétrico – Verificação de profundidade do calado na área do Porto Organizado – R\$ 370 mil.
- Dragagem Canais de Acesso e Bacia de Evolução - Manutenção do calado nas áreas do Porto Organizado, garantindo a entrada e saída de embarcações de grande porte com segurança e tranquilidade. No Porto Novo foi proporcionado o aumento de calado em dois berços (450 metros), de 29 pés para 31 pés, proporcionando mais segurança aos armadores de navios de maior capacidade de carga, tanto na importação quanto na exportação – R\$ 4,6 milhão.
- Recuperação de Embarcações e Equipamentos Náuticos – Houve a necessidade de manutenção do calado nas áreas do Porto Organizado, garantindo a entrada e saída de embarcações de grande porte com segurança e tranquilidade. No Porto Novo foi proporcionado o aumento de calado em 02 berços (450m), de 29 pés para 31 pés, proporcionando mais segurança aos armadores de navios de maior capacidade de carga, tanto na importação quanto na exportação – R\$ 1,2 milhão.
- Dotação de infra-estrutura para o atendimento dos serviços de manutenção de dragagem, sinalização náutica e atendimento de usuários. Aumento na segurança individual e coletiva dos funcionários do Setor de Embarcações - Continuidade nos serviços de recuperação, visando ao aumento de segurança e economia de energia elétrica, através da construção de um anel elétrico – R\$ 300 mil.
- Recuperação do Calçamento do Cais do Porto Novo - Serviço contínuo devido à idade do cais. Existe muita fuga de aterro, o que proporciona o afundamento de pequenas partes do calçamento. Esse problema será solucionado com a recuperação geral do cais do Porto – R\$ 21 mil.
- Manutenção dos armazéns e prédios operacionais - Continuidade das obras nos armazéns e melhoramento das condições de atendimento aos usuários e funcionários da autarquia – R\$ 30 mil.
- Implantação do Terminal Automotivo - Adequação do Terminal Automotivo para receber veículos montados destinados à exportação ou provenientes do exterior – R\$ 635 mil.
- Recuperação do Cais do Porto Velho (emergencial) - Devido à idade e a alguns fatores externos, o cais do Porto Velho separou-se da amarração em uma extensão de 150m. A recuperação foi urgente e emergencial, tendo sido dispendido R\$ 260 mil.
- Sistema e Equipamento de Informática - Substituição gradual dos equipamentos e máquinas utilizados para os serviços funcionais, bem como aquisição de licenças de software, legalizando situações – R\$ 110 mil.
- Reestruturação Organizacional e Funcional - Promoção de cursos e palestras para os funcionários, qualificando sua atuação nos setores de serviços ao público e usuários do Porto Novo – R\$ 110 mil.

Dando continuidade à recuperação do Porto de Rio Grande, no ano de 2001 foram aprovados R\$ 7 milhões nas seguintes ações:

- Monitoramento Ambiental - Foi dado prosseguimento à política de proteção ambiental no âmbito portuário e conclusão do projeto de turismo ecologicamente sustentável para os Molhes da Barra – R\$ 50 mil.
- Finalização da Dragagem dos Canais de Acesso e Bacia de Evolução - Manutenção do calado nas áreas do Porto Organizado, garantindo a entrada e saída de embarcações de grande porte com segurança e tranquilidade. No Porto Novo foi proporcionado o aumento de calado em 02 berços (450m), de 29 pés para 31 pés, proporcionando mais segurança aos armadores de navios de maior capacidade de carga, tanto na importação quanto na exportação – R\$ 2,7 milhões.
- Sistema e Equipamento de Informática - Continuidade da política de substituição de equipamentos e licenciamento de softwares, bem como a utilização de software livre em substituição aos pagos – R\$ 110 mil.
- Recuperação de Guindastes, Equipamentos e Veículos - Manutenção da frota de veículos da Autarquia e disponibilização de equipamentos portuários para serem alugados pelos usuários do Porto Novo; manutenção dos guindastes recuperados – R\$ 100 mil.
- Recuperação da Draga Governador Dornelles - Visa economizar na contratação de serviços de dragagem corretiva e preventiva, de pequena monta, necessários à manutenção do calado atual no Porto Novo e entorno – R\$ 750 mil.
- Recuperação de Prédios do Setor Operacional - Fiscalização Portuária e Setor de Exportação – Continuidade das obras nos armazéns e melhoramento das condições de atendimento aos usuários e funcionários da Autarquia – R\$ 120 mil.
- Terminal Automotivo – Contratação de pavimentação, iluminação e sistema de drenagem – Pavimentação do Terminal Automotivo para receber veículos montados destinados à exportação ou provenientes do exterior – R\$ 3,2 milhões.

4. ÁREA SOCIAL

4.1 SECRETARIA DA CULTURA – SEDAC

A SEDAC possui em sua estrutura organizacional 39 instituições, entre bibliotecas, museus, salas de espetáculos, institutos, as quais constituíam-se, até 1998, centros de poder autônomos, sem uma política que unificasse as suas ações. Nesse particular algum avanço foi alcançado, mas não o desejável para um Governo Democrático e Popular.

Outra área deficiente concentra-se na falta de articulação com outras secretarias do Estado para a implementação de políticas de conjunção, notadamente, com a Secretaria da Educação. Em 2001, esta situação melhorou. Com a Secretaria da Educação foi articulada a aquisição de livros para as bibliotecas escolares. Com a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social houve integração para a implementação das primeiras ações do Projeto Qualificar para a área da cultura. Também, com a SEDAI, BANRISUL e BRDE, avançou-se nas negociações para implementação de políticas e financiamentos ao segmento livreiro, culminando com a formação de uma “Rede de Cooperação” para livrarias.

Iniciativas de Democratização – Em 1999, ocorreu a criação de Conselhos Consultivos de apoio a todas as instituições da SEDAC, bem como a renovação e revitalização dos Conselhos Deliberativos das Fundações vinculadas. Além disso, houve a dinamização das "Associações de Amigos" destas mesmas instituições. Tornar acessível à população em geral a freqüência às iniciativas culturais da Secretaria, objetivando estender à cultura o conceito de gestão participativa e solidária e ampliar o acesso da população aos bens culturais, na medida do possível com gratuidade ou com preço meramente simbólico, consiste em uma das iniciativas da SEDAC. Exemplifica-se essa ação através da freqüência aos concertos oficiais da OSPA, sem pagamento de ingresso de idosos e estudantes universitários e de funcionários públicos com meia entrada. Estes últimos também pagam meia entrada nas salas de cinema da Casa de Cultura Mário Quintana.

Em 2000, um importante passo no sentido da democratização das ações e da definição das políticas culturais do Estado foi a criação dos Núcleos Regionais de Cultura, inicialmente, em número de 09 e que deveriam desdobrar-se em 22, correspondendo à abrangência territorial das regiões do OP-COREDEs. Os Núcleos Regionais de Cultura têm por objetivo possibilitar a construção de políticas públicas culturais que, efetivamente, nasçam do esforço conjugado entre os responsáveis constitucionais pela administração da SEDAC e a comunidade cultural sul-rio-grandense.

Em 2001, alguns Núcleos se consolidaram, outros se extinguiram e novos foram formados, chegando-se ao final do ano com um total de 06. Algumas dificuldades em seu funcionamento apontam para a necessidade de um maior debate sobre o perfil dos Núcleos Regionais de Cultura.

Iniciativas de Descentralização – As iniciativas de descentralização visam direcionar a intervenção da Secretaria no sentido de fazer circular a produção cultural do Estado por todas as regiões. Exemplos: "MARGS Itinerante"; "Circuito Estadual de

Música"; "RODACINE"; "O MARSUL Vai à Escola"; "Pequeno Circuito de Verão" (teatro); "O Autor Presente" (literatura); concertos da OSPA; apresentações da ópera "Carmela"; tombamentos de prédios históricos em Pelotas e Piratini, oficinas de teatro, cinema, música, literatura, etc. O objetivo da SEDAC tem sido promover a integração cultural, sensibilizando a população no reconhecimento e valorização de sua própria diversidade e disponibilizando o acesso aos bens culturais a amplas camadas sociais. Neste sentido, a Secretaria desenvolveu, no ano de 1999, 228 projetos culturais ou eventos em 101 municípios, fora de Porto Alegre.

No estímulo ao surgimento de novos agentes de cultura, a Secretaria pode destacar, em 1999, a edição do CD "Canções que Abraçam Sonhos" com as músicas classificadas no I Festival Nacional da Reforma Agrária, realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Palmeira das Missões, bem como a promoção de seu show de lançamento que lotou o Theatro São Pedro.

Em 2000, a realização, em parceria com a CUT, do 1º Festival da Canção do Trabalhador, que teve suas apresentações finais no Theatro São Pedro, em 28 e 29 de março, com um público de aproximadamente 1.000 pessoas e a gravação de um CD com as músicas finalistas. Além da apresentação, também no Theatro São Pedro, da ópera "O Guarani", de Carlos Gomes, numa montagem da Fundação Cultural de Carazinho.

O Projeto OUVIRAVIDA, que ensina música popular e erudita a crianças e adolescentes carentes, em realização na Vila Pinto, em Porto Alegre, é mais um exemplo de democratização da cultura, da capacitação de novos sujeitos culturais e de inclusão social.

Revitalização de Instituições Culturais – A atual Administração encontrou algumas instituições, notadamente museus, com instalações físicas, espaciais e de equipamentos bastante inapropriados para as atividades museológicas; reserva técnica sem condições necessárias para conservação, manutenção, restauro e segurança; obras danificadas, extraviadas, sem documentação museográfica e tombamento. Espaços institucionais sem programação agendada, sem visibilidade e condições de comunicação visual e espacial com o público. Enquadravam-se em alguma destas situações, para exemplificar: o Museu de Artes, os Museus Antropológico e Arqueológico, o Museu de Arte Contemporânea, o Museu do Carvão, as galerias da Casa de Cultura Mário Quintana, a OSPA, entre outros. A intervenção da SEDAC tem sido no sentido de revitalizar, dinamizar e tornar visíveis as atividades culturais destas e das demais instituições da Secretaria, bem como a abertura de novos espaços culturais.

Patrimônio Histórico – Algumas iniciativas tomadas em 1999:

- Tombamento da "Casa da Banha" em Pelotas - trata-se de prédio de grande valor histórico que serviu de quartel das forças legalistas na Guerra dos Farrapos, além de sede do Jornal Diário de Pelotas e, também, de prisão para chefes federalistas na Revolução de 1893, entre outras funções.
- Tombamento da "Granja de Pedras Altas" em Pinheiro Machado - imóvel histórico, antiga residência do chefe político maragato Joaquim Francisco de Assis Brasil e que inclui o Castelo de Pedras Altas, seu mobiliário, biblioteca, documentos, acervo fotográfico e terras que constituem a granja.

➤ O Inventário dos Bens Imóveis do Estado - elaboração do projeto que tem por objetivo a identificação dos bens de interesse cultural, sistematização das informações, salvar de risco de desaparecimento monumentos de inestimável valor histórico e arquitetônico, criar instrumentos de proteção imediata para salvaguarda do patrimônio, instrumentalizar as prefeituras, possibilitando a criação de legislação de preservação de centros históricos nos Planos Diretores, apropriação dos bens culturais pela comunidade local, como garantia do processo de preservação. Exemplos: restauração do "Sobrado dos Azulejos" em Rio Grande, do "Forte Apache" de Porto Alegre, da Casa de José Gomes de Vasconcelos Jardim em Guaíba, do "Palácio Farroupilha" em Piratini, da Antiga Escola Militar de Rio Pardo, de prédios de São José do Norte; tombamento de várias estações férreas em Rio Grande e Caxias do Sul.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Estado (IPHAE), mantém permanente vigilância sobre o patrimônio tombado no Estado, bem como assessora as prefeituras municipais quanto à preservação e tombamento do patrimônio existente nas comunidades.

Viabilização do Pólo Cinematográfico Gaúcho – Foram tomadas iniciativas no sentido de viabilizar o Pólo Cinematográfico Gaúcho, tais como: instituição do Comitê Executivo de Políticas Públicas do Audiovisual; "Cais de Cinema": laboratório, estúdio permanente, centro técnico audiovisual, cinemateca, no cais do Porto de Porto Alegre; apoio e participação da FUNDACINE ao projeto RODACINE, que vai projetar filmes em cidades sem salas de cinema. A realização do I Fórum Gaúcho de Cinema, que mobilizou 1.500 artistas e técnicos da área, em 09 de junho, com vistas à preparação do III Congresso Nacional de Cinema, realizado em Porto Alegre, de 30 de junho a 02 de julho de 2000, com a participação de 350 cineastas brasileiros.

Em 30 de novembro de 2000, foi divulgado o resultado do concurso 8º Prêmio IECINE de Incentivo à Produção de Curtas Metragens, o qual concedeu o montante de R\$ 200 mil, premiando cinco projetos de filmes de curta metragem.

Outras iniciativas na área do cinema foram: apoio e financiamento ao Festival de Cinema de Gramado; Programa de Expansão de Salas de Cinema; restauração de cine-teatros históricos (PRODETUR-Sul: Projeto Palcos do Rio Grande); apoio técnico à produção de filmes (empréstimo de equipamentos); cursos de formação técnica e requalificação de mão-de-obra; publicação de Catálogo Histórico; Guia de Locações Cinematográficas; mostra de filmes nos cinemas da Casa de Cultura Mário Quintana – Cinemateca Paulo Amorin, com ênfase ao cinema brasileiro e gaúcho, entre outras iniciativas. Ainda, foi prestado apoio às estruturas de produção cinematográfica existentes e oportunização do surgimento de novos valores, possibilitando a criação de postos de trabalho permanentes.

As Mostras de Cinema têm o objetivo de divulgar a produção cinematográfica, notadamente filmes de expressão cultural e artística que não encontram acolhida no circuito de exibição comercial, com ênfase ao cinema brasileiro e gaúcho. Destacamos: "Semana do Novo Cinema Italiano"; "Ciclo Rossellini Essencial"; mostra do cinema japonês; mostra Alain Delon; "Dia Internacional da Mulher"; "Projeto Curtas na Praia" e outras, que se desenvolveram nas três salas da Casa de Cultura Mário Quintana - 304 filmes, em 3.698 sessões, assistidas por 52.810 espectadores, em 1999; em 2000, 395 filmes que totalizaram 3.950 sessões, assistidos

por 89.723 espectadores. Em 2001, na Cinemateca Paulo Amorin foram exibidos 4.086 filmes, em 4.086 sessões, com um público de 94.920 pessoas.

No ano de 2001, no interior do Estado, em cidades onde não existem salas de cinema, foram exibidos filmes brasileiros de curta (23) e longa-metragem (15), através do Projeto RODACINE, num total de 128 sessões, em 66 cidades de todas as regiões do OP-COREDEs, para um público de 56.800 espectadores.

Em 10 de maio, foi aberta a licitação para o 2º Prêmio RGE-Governo do RS de Cinema, sendo premiados 03 projetos de filmes de longa-metragem com R\$ 1,3 milhão cada, para apoio à produção.

Em outubro, foi concluído o projeto arquitetônico e aberta a licitação para a construção do Complexo Cinematográfico do RS (ex-Cais de Cinema), centro de excelência para a produção audiovisual gaúcha, a ser construído na área do Vida Centro Humanístico, na zona norte da Capital.

Artes Plásticas – Em 1999, na área das artes plásticas, foram desenvolvidas diversas atividades. No Museu de Artes do RS Ado Malagoli - MARGS: exposição retrospectiva da obra do escultor Vasco Prado, como homenagem ao artista falecido em 1998, com mostra de várias de suas esculturas. Na ocasião foi feita doação da escultura "Modelo em Repouso", de Vasco Prado, para o acervo artístico do Estado; "Oitenta Anos de Francisco Stockinger" - mostra retrospectiva da obra do escultor gaúcho que completou 80 anos de idade. Na inauguração foram doadas ao acervo artístico do Estado 08 esculturas em bronze, da série "Gabirus", do artista; MARGS Itinerante - circuito estadual de exposição de obras do acervo artístico do Estado com mostras em cidades-pólo do Estado. Foi selecionado um conjunto de obras do acervo do MARGS de alta qualidade, tanto por seu valor artístico intrínseco, quanto pela relevância dos seus respectivos autores dentro da pintura brasileira ou, mais especificamente, gaúcha. Com o intuito de difundir a cultura mediante a descentralização e do acesso a bens culturais antes restritos a espaços exclusivos do MARGS, as obras foram expostas nos Municípios de Caxias do Sul, Pelotas, Santa Maria e Passo Fundo, com aproximadamente 13.500 visitantes.

Em 2000, uma definição, das mais importantes na área, foi destinar espaço no Cais da Cultura, de um dos armazéns do Porto de Porto Alegre para sede do Museu de Arte Contemporânea - MAC. O MARGS realizou exposições com grande afluência de público: Acervo do MARGS - 46.440 visitantes; "Florença Tesouros do Renascimento" - público de 22.310 visitantes; "As Missões" - 21.045 pessoas. O total de visitas ao MARGS atingiu, 137.140 pessoas. O Instituto Estadual de Artes Visuais - IEAVI, por sua vez, realizou 13 exposições de artes plásticas contemporâneas, para um público freqüentador de 4.860 pessoas.

Em 2001, o IEAVI organizou 30 exposições, que se realizaram na Casa de Cultura Mário Quintana.

Música – Na área da Música houve a promoção do Circuito Estadual de Música, constituído de mostras permanentes de música de todos os gêneros e estilos, nos municípios gaúchos, dentro da política de descentralização de atividades culturais, democratização do acesso público às atividades musicais e formação de público, buscando criar espaços e constituir campo de trabalho para os principais e mais

importantes músicos gaúchos, além de formar uma rede estadual de eventos, em conjunto com as prefeituras, entidades e associações culturais da comunidade. Em 1999, foram realizadas 26 mostras em 26 cidades diferentes.

Ainda em 1999, houve a apresentação da Ópera "Carmela", criação do compositor porto-alegrense José Araújo Vianna (1871-1916) e cuja estréia foi em 17 de outubro de 1902, em Porto Alegre, no Teatro São Pedro. Parceria com a OSPA, baseou-se na única partitura disponível: uma peça para piano e vozes localizada na Biblioteca Pública do Estado, trazendo ao conhecimento do público gaúcho, mais especificamente nos Municípios de Porto Alegre, Caxias do Sul e Pelotas, a obra deste importante compositor, cuja recuperação faz parte do Projeto Memória da SEDAC.

Em 2000, o Circuito alcançou 80 municípios para um público estimado em 20.000 assistentes. Neste mesmo ano houve concertos da OSPA em 17 cidades do interior, com entrada franca. Já, em 2001, o Circuito Estadual de Música adotou nova denominação: Roda Som. Com este novo formato realizou 34 apresentações musicais, em 34 cidades diferentes, de 16 regiões do OP-COREDEs, com um público estimado de 62.100 espectadores.

Artes Cênicas – Destacam-se, nesta área, em 1999: o apoio à realização do X Festival Gaúcho de Teatro Amador, promovido pela Federação Estadual de Teatro Amador, como incentivo à realização teatral por grupos amadores. Através deste Festival foram realizadas diversas apresentações teatrais, desenvolvidas em 09 municípios (sedes regionais): "Dançando às Pampas" - espetáculo com apresentação de 05 companhias gaúchas de dança contemporânea, em comemoração ao Dia do Funcionário Público, incentivando os grupos gaúchos de dança, oportunizando aos funcionários contato com essa modalidade de arte e estimulando o surgimento de novo público; Oficina de Teatro e Teatro de Bonecos para Assentamentos (Rondinha e Piratini); Oficina de Elementos Básicos do Espetáculo em 10 cidades do interior.

Em 2000, o Projeto Verão com Vida, realizado nos meses de janeiro a março, ofereceu 62 espetáculos teatrais para um público de 13.000 pessoas. Os projetos Circulação de Espetáculos e Lâmpada Mágica levaram espetáculos a 86 diferentes localidades, com 12.800 espectadores. Por sua vez, as Oficinas Itinerantes de Teatro, em número de 37, treinaram 1.290 pessoas.

O Prêmio Anual de Incentivo à Produção de Artes Cênicas - concurso anual de projetos de realização de espetáculos teatrais e de dança, com prêmio de R\$ 125 mil, cuja finalidade é estimular a produção de espetáculos a grupos do Estado. Realizada, em 2001, mais uma distribuição do Prêmio Anual de Incentivo à Produção de Artes Cênicas.

As apresentações de teatro, dança e poesia alcançaram, no ano que passou, 154 espetáculos, em 65 diferentes cidades, assistidos por um público de 45.490 pessoas. Além disso, foram ministradas 26 oficinas de artes cênicas, em 18 diferentes cidades, com a participação de 2.130 treinandos.

Museus – Na área dos museus, diversas exposições foram realizadas, destacando-se: No Museu Júlio de Castilhos - em 1999 – "A Revolução Farroupilha", exposição itinerante com fotos, painéis e documentos sobre a Revolução, do acervo do Museu Júlio de Castilhos, dentro da política de descentralizar o acesso a bens culturais

do acervo do Estado, propiciando o conhecimento e o debate da história pretérita e contemporânea. Outras exposições: “Sociedades Indígenas”, “Formação do RS”, “A República” e “Mulheres de Março”. Em 2000, as exposições temporárias, com ênfase na história do Rio Grande, totalizaram 31.430 visitantes.

No Museu Arqueológico do RS - MARSUL (Taquara) em 1999 - no Projeto A Escola Vai ao MARSUL, foram realizadas visitas guiadas para alunos do ensino fundamental e universitário. Através de palestras, projeções, visitas guiadas ao acervo arqueológico do MARSUL e coletas superficiais em campo para conhecer a pré-história, as origens e o passado remoto no Estado, 87 escolas de 15 municípios participaram, com 15.148 alunos visitantes. Em 2000 este projeto levou ao Museu 5.580 estudantes.

Por sua vez, o Projeto O MARSUL Vai à Escola, exposição itinerante cujo tema é "Povos Pré-Históricos do Rio Grande do Sul", leva a mostra a escolas, casas de cultura, museus, para difundir conhecimentos sobre a Pré-história no Estado. Em 1999, foram 25.387 participantes em 22 municípios visitados. Em 2000, O MARSUL Vai à Escola levou exposições e palestras sobre a Pré-história do RS a 23.250 alunos.

No Museu Histórico Farroupilha (Piratini), em 1999, foram realizadas visitas guiadas a exposições como “O Fazer Feminino” (artesanato), Olhares sobre Piratini (fotografia), tendo atendido um público de 2.119 pessoas. Em 2000, no Projeto A Escola Vai ao Museu, foram realizadas visitas guiadas para, mediante conhecimento do acervo e orientação de seus técnicos, estimular o interesse dos alunos para o estudo da História do Brasil e do Estado, com atendimento de 1.654 estudantes.

No Museu Estadual do Carvão (Arroio dos Ratos), em 1999: exposições fotográficas – “Mineiros, uma História de Luta”, “Expressões da Mulher”, “Se Essa Terra Fosse Minha” e outras. Em 2000, a exposição “Aqui Tem Carnaval” e os projetos Pré-Carnaval e Muamba Municipal, atingindo um público de 11.500 pessoas.

No Museu Antropológico, em 1999, o Projeto A Antropologia de Lévi-Strauss, série de atividades comemorativas a propósito do aniversário de 90 anos do antropólogo francês Claude Lévi-Strauss: seminário, com a presença de antropólogos e intelectuais do Estado e de outros estados debatendo a obra deste autor; exposição de fotografias; leituras dramáticas e curso "Dos Estruturalismos". Introduzindo, também, as diferentes vertentes teóricas que o pensamento de tradição francesa produziu nos diversos campos de conhecimento (antropologia, lingüística, psicanálise, ciências cognitivas, filosofia) sob o prisma do paradigma estruturalista. Participaram do evento: professores, estudantes e público interessado, num total de 155 pessoas.

O Memorial do RS, inaugurado em junho de 2000, vem desenvolvendo: exposições com ênfase sobre a História do Estado; pesquisas, oficinas e consultoria de história oral; vídeo-debates; visitas guiadas, atendendo uma média de 850 pessoas/dia (sendo 300 estudantes por dia); oficinas com professores, nas quais são trabalhados conceitos de cultura, patrimônio, educação, memória e direitos humanos.

Em 2001, O Sistema de Museus elaborou e assinou com a FAPERGS e a Secretaria de Ciência e Tecnologia, o Programa de Apoio à Qualificação dos Museus do RS (PROMUSEU), no valor de R\$ 1 milhão.

O Museu Antropológico do RS (MARS) realizou, em 2001, o seminário “As Múltiplas Vozes de Walter Benjamin” e o MARSUL recebeu 7.860 visitantes, fundamentalmente estudantes, através do Projeto A Escola Vai ao Museu. Outro Projeto do mesmo Museu, “O Museu Vai à Escola”, foi ao encontro de 14.810 alunos em 18 escolas. Ainda, em 2001, o Museu Júlio de Castilhos contabilizou visitas de 23.040 pessoas às suas exposições, e, o MARGS recebeu 197.100 pessoas nas mostras do acervo permanente do Museu, exposição de gravuras de Carlos Scliar, obras de José Lutzenberger e III Bienal do Mercosul.

Livro e Literatura – Algumas edições, em 1999, do Instituto Estadual do Livro - IEL: Alcides Maya, um Sátiro da Terra do Curupira, de Lea Massina; Teceres, de Cassia Pinto; Restos do Dia, de Maria Moura; Fascículo Autores Gaúchos - Donald Schuller. No Programa Autor Presente (encontro de escritores gaúchos com estudantes: 04 encontros em Porto Alegre e 20 em outros municípios). Em 2000, editou: Humores Nunca Dantes Navegados; O Descobrimento Segundo os Cartunistas do Sul do Brasil; A Solidão Conforme Deve Ser, de Franklin Anagnostopoulos; Fascículo Autores Gaúchos - Barbosa Lessa; Poesias, de Delfina Benigna da Cunha; Breviário Profano, de Pedro Stiehl; Nesta Data Querida, de Vera Karam; e Mães e Sogra, de Leandro Sarmatz.

No ano de 2000, a Biblioteca Pública do Estado teve 11.970 obras de seu acervo consultadas ou emprestadas, para um público usuário de 65.290 pessoas. Já, no ano que passou, o acervo das bibliotecas públicas do Estado teve 257.209 consultas e 118.785 empréstimos, atendendo um público de 230.630 pessoas. Além disso, foram doados 5.623 livros às bibliotecas municipais.

Em 2001, o Projeto Autor Presente, do IEL, realizou 60 debates, em 55 cidades, de 17 regiões, beneficiando 24.200 alunos. O IEL lançou ou editou, nesse ano, 25 obras de autores gaúchos.

Casa de Cultura Mário Quintana – A CCMQ desenvolveu, durante o ano de 1999, atividades de espetáculos, exposições, mostras, oficinas e palestras, centrados em uma temática que varia mensalmente, tais como: “A Questão Indígena: Aqui São Outros Quinhentos”; “Sexualidades”; “Foto Agosto”; “O Labirinto dos Pampas”; “Casa das Utopias”; “Terra Brasilis – Zumbi”; e outras. Em 2000, ano em que comemorou seu décimo aniversário, prosseguiram as atividades temáticas: carnaval, teatro, índio, trabalhadores da cultura, rádio, poesia, utopias da arte e juventude. A frequência de público a esses eventos foi de cerca de 10.600 pessoas.

Em 2001, a CCMQ prosseguiu com sua programação de oficinas, palestras, seminários, espetáculos de arte cênica e música, e exposições. As 06 exposições fotográficas atingiram um público de 5.155 visitantes e a I Mostra de Cartuns contra o Neoliberalismo também alcançou sucesso de público, com mais de 1.000 visitantes.

A reforma e restauração do prédio da CCMQ, cuja última obra data de 10 anos atrás, iniciou em novembro desse ano.

Projetos Especiais – Merecem destaque 04 ações de grande importância para a visibilidade cultural do Estado em 2000 e que tiveram participação decisiva da SEDAC. A primeira delas foi o comparecimento, em junho, a convite da WUK (Casa de Cultura e Oficinas de Viena), de uma delegação de músicos gaúchos coordenados pela

Direção da Casa de Cultura Mário Quintana - CCMQ, representando o Brasil em mostra que marcou "os 500 anos do descobrimento". Resultou daí o convite para a CCMQ integrar a Trans Europe Halles (rede de casas de cultura européias), o que significa intercâmbio artístico e técnico entre elas. Outro destaque foi a participação do RS na EXPO 2000, em Hannover, Alemanha, no mês de agosto, para a qual a SEDAC produziu um vídeo sobre "As Costureiras do Morro da Cruz" e um espetáculo com a participação de músicos e bailarinos gaúchos. Outro destaque foi o Projeto FESTILENDA - Festival da Lenda, História e Folclore, realizado em Bagé, no mês de agosto daquele ano, com vários concursos: de artes plásticas, de literatura, narração de lendas e causos, e espetáculos temáticos, bem como um seminário no qual discutiu-se a importância das lendas na cultura do Estado. De grande importância foi a exposição fotográfica de Sebastião Salgado na Usina do Gasômetro, em parceria com a Prefeitura de Porto Alegre e com itinerância por todos os municípios do Estado.

Não menos importante foi o lançamento, em outubro de 2000, da VOX, revista mensal editada pela SEDAC em parceria com a CORAG, voltada à crítica da cultura, às manifestações artísticas e ao debate de idéias. Os periódicos diários no RS têm dado cada vez menos espaço aos assuntos culturais e a VOX vem com a intenção de ocupar parte desse espaço.

Em 16 de agosto de 2001, ocorreu a assinatura de convênio com a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Estado e a Universidade de Passo Fundo, visando à implantação do Programa Qualificar na SEDAC, com recursos do FAT, para o desenvolvimento de cursos e oficinas de qualificação de artistas e técnicos, nas áreas de artes cênicas, audiovisuais e bibliotecas.

Em 21 de novembro passado, iniciou-se o Projeto Confesso que Vivi, que reuniu, no auditório da Secretaria, intelectuais e artistas com importante trajetória nos diversos segmentos culturais, os quais contam sua vida e discutem sua obra com o público presente.

Bibliotecas Públicas – No ano de 2001, o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, com recursos da Fundação Biblioteca Nacional, doou 5.157 livros para as Bibliotecas Públicas Municipais e Bibliotecas Públicas Estaduais do RS.

O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do RS, dentro do Programa de Cooperação Técnica para Qualificação das Bibliotecas Públicas, está oferecendo gratuitamente para todos os municípios que têm biblioteca pública a Base de Dados denominada: Integrar Bibliotecas RS (INBIB RS), construída dentro do Padrão CDS/ISIS. Esse padrão é desenvolvido pela UNESCO e reconhecido internacionalmente por sua eficácia no tratamento de acervos bibliográficos sendo muito utilizado em diversas esferas da administração pública, gerando bases de dados de excelente qualidade. Através dele serão constituídas as Bases de Dados Bibliográficos dos acervos das bibliotecas municipais visando à padronização do tratamento da informação e preparando a criação de uma Rede Informatizada das Bibliotecas Públicas do RS.

Em novembro último, o Sistema promoveu a realização do Ciclo Internacional de Palestras: Brasil – Espanha "As Bibliotecas Públicas como espaço de inclusão social", atingindo um público de mais de 200 pessoas. Participaram desse evento as seguintes instituições: ACM, AABB, APOA, WA.Corbi - D.F, Biblioteca da

Secretaria da Fazenda, Biblioteca Leverdógil de Freitas, CEEE, Centro Cultural de Caçapava do Sul, Colégio Godoi, Colégio Kennedy, Colégio Maria Imaculada, Control, Coordenação de Cultura e Turismo de Arroio dos Ratos, CRB-10, DMAE, DPNH, Esc. Fund. Hélio Fraga - Nova Sta. Rita, Escola Espírito Santo, Escola Presidente Roosevelt, FABICO, FDRH, FEPPS, FURG, IPERGS, IPUC, Marinha do Brasil – RJ, Ministério Público Federal, Secretaria da Administração e Recursos Humanos, Secretaria da Ciência e Tecnologia, SESC, SESI, Secretaria da Justiça e da Segurança, ACADEPOL, SMAM – POA, SMC – Esteio, UFRGS, UnB-DF, Biblioteca Digital, Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, além de Secretários de Educação e Cultura de 26 municípios e responsáveis por bibliotecas públicas de 75 municípios.

As ações realizadas pelo Sistema objetivam qualificar o atendimento prestado nas bibliotecas públicas municipais e, conseqüentemente, preservar a memória local, as fontes históricas e ao mesmo tempo, incentivar a leitura tornando a biblioteca pública um espaço de inclusão social onde a comunidade possa exercer sua cidadania.

Lei de Incentivo à Cultura – LIC – A LIC aprovou, em 2001, 391 projetos culturais que desenvolver-se-ão em quase todas as regiões do OP-COREDEs, com os seguintes valores: Alto Jacuí - R\$ 104,4 mil; Campanha- R\$ 408,5 mil; Central - R\$ 598,5 mil; Centro Sul - R\$ 181,9 mil; Fronteira Noroeste - R\$ 16,9 mil; Fronteira Oeste - R\$ 1,3 milhão; Hortênsias - R\$ 1,7 milhão; Litoral - R\$ 1 milhão; Missões R\$ 462,8 mil; Nordeste - R\$ 706,8 mil; Noroeste Colonial R\$ 292,9 mil; Norte – R\$ 1,8 milhão; Paranhana–Encosta da Serra -R\$ 22,4 mil; Produção - R\$ 1,5 milhão; Serra - R\$ 3,3 milhões; Sul - R\$ 5,9 milhões; Vale do Caí - R\$ 285,8 mil; Vale do Rio dos Sinos - R\$ 2,2 milhões; Vale do Rio Pardo - R\$ 3,3 milhões; Vale do Taquari - R\$ 427,4 mil; Metropolitano Delta do Jacuí - R\$ 36,5 milhões; para várias cidades do RS - R\$ 15,5 milhões; e para outros Estados - R\$ 286,5 mil.

4.1.1 Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore – FIGTF

A Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, tendo em vista o desenvolvimento das manifestações folclóricas e tradicionalistas do Rio Grande do Sul realizou, na atual Administração, as atividades abaixo explicitadas.

Festa Campeira – A Festa envolve a realização de um evento voltado especificamente à cultura dos homens do campo, no Parque da Harmonia, fazendo uma prévia da Semana Farroupilha e apresentando suas manifestações culturais através de provas campeiras, música, dança e gastronomia.

A Festa faz parte do calendário de eventos do Parque da Harmonia, teve sua primeira edição, timidamente, em 1998, e em 1999 já com o apoio do Estado, reuniu 10.000 pessoas em 02 dias, levando ao Parque a autêntica cultura gaúcha; em 2000 a Festa atingiu um público de cerca de 50.000 pessoas. O evento se consolidou entre o segmento e, em 2001 executou sua 4ª edição, proporcionando lazer e cultura para quem mora em Porto Alegre e arredores. Comida campeira, artesanato, chimarrão e churrasco fizeram parte dos costumes dos mais de 80.000 visitantes da Estância da Harmonia durante a Festa. A programação cultural foi enriquecida com oficinas, cursos e apresentações artísticas de alta qualidade, tornando-se uma novidade na edição

desse ano. Além dos shows, o público vivenciou mais de perto as raízes da cultura gaúcha.

A Festa foi realizada na Região Metropolitana Delta do Jacuí, atingindo, de 1999 a 2001, um público de aproximadamente 140.000 pessoas. Recursos despendidos R\$ 10 mil.

Semana do Folclore – A Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, como órgão oficial do Estado, e no cumprimento de suas finalidades ligadas à valorização e divulgação do folclore gaúcho vem realizando, anualmente, a Semana do Folclore, utilizando temáticas específicas que fazem parte de uma proposta de democratização e descentralização da cultura, dentre elas: cultura do Negro (Usina do Gasômetro), do Índio Guarani (CCMQ), temas da Semana do Folclore dos anos de 1999 e 2000, respectivamente. Além das apresentações artísticas, foram realizadas oficinas, exposições, debates e seminários, durante 04 dias, culminando no dia 20 de agosto, Dia Internacional do Folclore.

A Semana do Folclore, realizada na Região Metropolitana Delta do Jacuí, no período de 1999 a 2001, atingiu a um público de 10.500 pessoas.

1º Disco na Praça – A 1ª Feira do Disco na Praça aconteceu de 25 de setembro a 03 de outubro de 1999, organizada pela Prefeitura de Porto Alegre e Clube do Disco, teve a participação da FIGTF na organização dos shows musicais. Nesse período, houve o lançamento do Projeto “Memória da Discografia Regionalista”, em execução na Fundação. Público atingido 30.000 pessoas.

Criançando – Atividade realizada no Parque Marinha do Brasil, no dia 12 de outubro de 1999, composta de uma festa para as crianças com brincadeiras, jogos e miniofinas. O objetivo foi o de mostrar para as crianças de hoje como e com o que as crianças brincavam no passado, tudo baseado em pesquisas da Fundação e de outros pesquisadores. Público estimado em 10.000 pessoas durante todo o dia.

Seminário “Ah, Eu Sou Gaúcho” – Realizado pelo Instituto Estadual do Livro, Museu Antropológico do RS e FIGTF, este seminário teve por objetivo discutir sobre a identidade cultural do Rio Grande do Sul, abrangendo diversas áreas da cultura: história, política, música, cinema, artes plásticas, antropologia e tradicionalismo. O evento aconteceu na Casa de Cultura Mario Quintana, todas as quartas-feiras, entre 01 de setembro e 27 de outubro de 1999. Freqüência de 100 pessoas por edição, na maioria, universitários, professores e agentes da cultura.

Semana do Trovador – O evento consiste em uma semana com shows, concurso de trova e festa popular alusiva aos trovadores. A trova é uma das mais autênticas manifestações da cultura popular do Rio Grande do Sul. Além disso, foram feitas homenagens aos grandes trovadores como Gildo de Freitas, Formiguinha, entre outros. Durante o ano de 1999 e 2000, a Fundação teve participação institucional em vários eventos, no período de 03 a 05 de dezembro, alusivos a Semana do Trovador. A Semana, realizada na Região Metropolitana Delta do Jacuí, contou com um público de 4.500 pessoas.

Projeto Verão com Vida – O Governo do Estado organiza uma série de atividades durante o período de veraneio para atender demandas de moradores e

turistas presentes em solo gaúcho. A Fundação, dentro da política de descentralização e democratização da cultura, elaborou, em 2000 e 2001, um calendário cultural visando atingir cidades interioranas onde a população não se desloca para o Litoral Norte, permanecendo em seus balneários de água doce. Esta iniciativa proporciona um aumento do desenvolvimento do comércio e produção locais, além de potencializar o turismo no Estado, bem como ampliar o mercado de trabalho dos músicos gaúchos que, normalmente, estão fora da rota comercial de gravadoras e veículos de comunicação de massa.

O Projeto, realizado nas Regiões Central, Centro-Sul, Sul, Fronteira-Oeste e Metropolitana Delta do Jacuí, no total das edições, atingiu um público aproximado de 86.500 pessoas, e ofereceu o mercado para mais 100 pessoas entre artistas e fornecedores, levando o melhor da música gaúcha ao povo interiorano.

1º Festival de Pandorga – Este Festival visa fomentar hábitos e brincadeiras saudáveis tanto para crianças como para adultos, mediante momentos de lazer, oficinas e premiação para a pandorga mais original, ao mesmo tempo que resgata uma antiga tradição saudável. Em sua execução, em 2000, foram reunidas mais de 1.000 pessoas no Parque da Harmonia, em Porto Alegre, num trabalho conjunto entre a FIGTF e a Primeira Região Tradicionalista do Estado. Público atingido 5.000 pessoas.

Festa Junina – A expectativa de retomar esta Festa, que faz parte do folclore gaúcho, trazendo para escolas e o público em geral as tradicionais brincadeiras e festejos, fez com que a FIGTF a projetasse. Porém, em sua primeira edição, em 2000, a mesma obteve um significado maior do que somente o resgate histórico, eis que foi realizada, em parceria com o Gabinete da Primeira Dama, em prol da Campanha do Agasalho. De forma descentralizada, organizada no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, em uma só tarde reuniram-se 12.000 pessoas e a arrecadação foi a maior dos eventos da Campanha em 2000. Em 2001, o evento foi ampliado para 02 dias, aumentando o público envolvido e a arrecadação. Em razão disso, a Festa transformou-se em um marco na agenda de inverno do Parque Assis Brasil e da FIGTF, reunindo poder público e sociedade numa causa justa e de alto poder de repercussão. Realizada nas Regiões Vale do Rio dos Sinos e Metropolitana Delta do Jacuí, obteve um público aproximado de 22.000 pessoas.

Jornada de Estudos Históricos – A I Jornada de Estudos Históricos aconteceu, em junho de 2000, no momento em que as elites e a grande mídia comemoravam os 500 anos de descobrimento do Brasil, mais uma vez ofuscando e mistificando a real nação que se formou a partir das lutas, do febril trabalho e acúmulo de riquezas que jamais desfrutou. Urge, de nossa parte, olhar a história com a totalidade dos sentidos para resgatar o debate sério e inserí-lo nos “Outros 500”, verdadeiro, reflexivo e transformador. A edição de Rio Pardo analisou, principalmente, o impacto entre a Cultura Guaranítica e a Luso-Brasileira. Não só a luz do contexto histórico social, mas, também, do que isso refletiu nas distintas culturas e a contribuição para o nosso cotidiano.

A Jornada de Estudos Históricos atingiu, nos anos de 2000 e 2001, um público de 2.220 pessoas, abrangendo 09 municípios da Região. A Jornada foi realizada em parceria com a 6º Coordenadoria de Educação, de Santa Cruz do Sul e teve apoio da UNISC.

Semana Farroupilha – A realização descentralizada da Semana Farroupilha é um projeto do Governo do Estado. As atividades iniciaram passando pelas capitais farroupilhas - Piratini, Caçapava do Sul e Alegrete, em 1999, e algumas inserções em cidades como Cruz Alta, Santa Cruz do Sul e Caxias do Sul, culminando com o desfile em Porto Alegre. Em 2000, foi promovida a Semana Farroupilha, através de uma programação diversificada de atividades que desenvolveram a reflexão, o senso crítico e mobilizaram, de modo democrático e popular, os diversos segmentos da sociedade gaúcha, principalmente, com a ação do Galpão da Fundação no acampamento da Estância da Harmonia em Porto Alegre e das visitas nas capitais Farroupilhas, com apresentações artísticas. Em Piratini, foi realizado o Seminário Regional “A República Rio-Grandense”, reunindo os mais conceituados intelectuais da temática, fomentando a discussão sobre a Revolução Farroupilha e suas posturas.

No ano de 2001, a Semana Farroupilha obteve novos rumos, concretizando a qualificação dos eventos e o real envolvimento da FIGTF, como interlocutora e propulsora das demandas que uma política descentralizada e democrática exigem.

As “Caravanas da República” iniciaram o mês Farroupilha com a movimentação das capitais farroupilhas, levando shows de música e dança e, acima de tudo, muita reflexão através das palestras oferecidas. Foram visitadas as Cidades de Piratini, Caçapava do Sul, Alegrete, Lagoa Vermelha, Vacaria e Dom Pedrito. Além disso, houve o incremento de diversas comemorações que acontecem no interior, através de shows e palestras oferecidos pela FIGTF: Marau, Alegria, São Luiz Gonzaga, Guaíba, Alvorada, Caxias do Sul, Viamão e Porto Alegre. A Semana atingiu um público de cerca de 350.000 pessoas.

Feira do Livro de Porto Alegre – A Feira é uma ocasião ímpar de mostra da literatura gaúcha, a partir de títulos escolhidos nas editoras e nas próprias edições da FIGTF. Na 44ª Feira do Livro, em 1998, dos 10 títulos mais vendidos, 08 eram gaúchos.

A Fundação participa, desde 1999, através da parceria com editoras e, a partir de 2000, com a iniciativa privada e a Câmara do Livro, da montagem de um galpão para recepção de visitas, mostras de artigos típicos gaúchos, esquetes culturais/artísticos, mateada, além da divulgação de livros sobre a cultura e a História do Rio Grande do Sul. Público atingido 90.000 pessoas.

Raízes de Rio Pardo – Encontro realizado, em dezembro de 2000, que propõe o estudo do desmembramento histórico, político, administrativo e cultural de 317 municípios a partir da célula Rio Pardo Primitivo. Durante 02 dias foram executadas 03 palestras e discussões sobre a temática, prevendo já a segunda edição. Em maio de 2001, através de uma melhor articulação com a Prefeitura Municipal, o “Raízes de Rio Pardo” obteve ampla mobilização regional e bom espaço de mídia. Reunidos diversos municípios “filhos” de Rio Pardo, com ricos depoimentos destes participantes, além do envolvimento efetivo da comunidade local, manteve-se a sede do encontro lotado (em média 200 pessoas por dia) durante os 03 dias de execução. Junto com a FIGTF, estiveram na parceria, o Instituto Pró-Memória de Rio Pardo e a 6ª Coordenadoria Regional de Educação.

Quarteada Missioneira – A Fundação resgatou, neste projeto, as almas poéticas e musicais dos missioneiros, atribuindo aos seus representantes a

responsabilidade de cantarem em seu chão sagrado, a rubra terra missioneira. No mesmo espaço físico onde há mais de 300 anos se ouviam coros e sinfonias guaranis, se ouviu, no dia 23 de dezembro, a obra daqueles que, sem dúvida, fizeram de sua vida e sua arte um instrumento da resistência de seu povo excluído e rechaçado pelo sistema dominante, que legou aos índios e mestiços o descaso, a expropriação e o abandono. A FIGTF vem com isso reavivar a música missioneira, através de alguns de seus representantes e um concerto da OSPA, com repertório especial para o evento, atingindo, aproximadamente, 1.500 pessoas de toda a Região das Missões em 2000.

Penha Cultural do CONESUL – Encontro mensal de artistas identificados com a linha crioula (canções, *pajadas* e poesias) que se manifestam nos países do Prata, reproduzindo o ambiente da *peña* platina, onde conviveriam o nativismo uruguaio, argentino, e o rio-grandense. A Penha Cultural do CONESUL envolveu apresentações acústicas no Galpão Jayme Caetano Braun, inclusive com participação de músicos estrangeiros. O lançamento, em novembro de 2001, foi um sucesso, com a reunião de mais de 100 pessoas, formadores de opinião, imprensa, artistas e celebridades do Governo.

Indumentárias do Ciclo Farroupilha – Promovida reforma de material didático utilizado para ilustrarem a pesquisa feita por esta Fundação sobre os trajes da época da Revolução Farroupilha. Esta exposição é a possibilidade de descentralização da pesquisa e do conhecimento, atingindo um grande público, principalmente, alunos e professores. A exposição já acontece, sendo altamente requisitada a FIGTF, já que o custo para a sua realização é muito baixo. Foram visitadas diversas cidades: Uruguaiana, Rosário do Sul, Bom Jesus, Dom Pedrito, Sobradinho, Santo Ângelo, Arroio dos Ratos, Gravataí, Canoas, Esteio, Porto Alegre (durante o Fórum Social Mundial), muitas vezes acompanhadas de palestras sobre temáticas gaúchas. Público atingido 10.000 pessoas.

4.1.2 Fundação Cultural Piratini – Rádio e Televisão – FCP-RTV

No atual Governo, a Fundação Cultural Piratini vem desenvolvendo ações no sentido de qualificar a radiodifusão educativa no Estado do Rio Grande do Sul.

Qualificação e Expansão da TVE – A rede de retransmissoras da TVE no interior do Estado foi qualificada e expandida, com a recuperação de 10 praças, implantação de 06 retransmissoras e substituição de equipamentos em 13 municípios. Assim, até o momento, o sinal da TVE/RS vem sendo transmitido com qualidade a uma população de 7.000.000 de gaúchos.

Para tanto, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Recuperação de retransmissoras sucateadas em 08 localidades, envolvendo reforma total, troca de antenas transmissoras e implantação de sistema de recepção via satélite. As localidades beneficiadas foram: Bento Gonçalves; Cachoeira do Sul; Osório/Tramandaí; Passo Fundo; Santa Cruz do Sul; Santa Maria; São Luiz Gonzaga; e Sapiranga.
- Implantação de retransmissoras nas localidades de Santiago; São Borja; Santa Bárbara do Sul; Garibaldi; Carazinho; e Cruz Alta. A implantação deu-se em virtude da inexistência de retransmissora operando ou em desativação nos últimos 05 anos, pelo sucateamento dos equipamentos.

- Substituição de equipamentos defasados tecnologicamente nas localidades de Caxias do Sul; Erechim; Frederico Westphalen; Gramado; Ijuí; Lajeado/Estrela; Palmeira das Missões; Rio Grande; Santo Ângelo; Torres; e Uruguaiana.
- Substituição de equipamentos, novos ou reformados, em andamento nas localidades de Bagé; Giruá; Passo Fundo; Porto Lucena; Rolante; Santana do Livramento; Santa Rosa; e Três Coroas.

A TVE/RS e a Rádio FM Cultura (107.7) receberam modernos equipamentos digitais, num investimento de R\$ 4,4 milhões. Além disso, foram abertos processos licitatórios para a troca do transmissor da TV, o que irá aumentar a potência da emissora de 10kW para 20kW, e para a compra do novo sistema irradiante da TV (antena).

Área de Recursos Humanos – Nesta área destaca-se a realização de concurso público, com 95 vagas distribuídas em 50 cargos, que servirá para repor o pessoal afastado, principalmente, em razão do Plano de Demissões Voluntária (PDV), da Administração anterior. O ingresso de servidores possibilitará a capacitação da TVE; o aumento de sua capacidade de produção, para até 50% do total da grade (programação local); e a ampliação da programação jornalística da FM Cultura.

4.1.3 - Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre – FOSPA

A Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre é composta pela Orquestra Sinfônica, Orquestra de Câmara, Coro Sinfônico, Escola de Música, Orquestra Jovem da Escola de Música, Coro Infantil e Projeto OUVIRAVIDA.

A Orquestra Sinfônica de Porto Alegre é a segunda mais antiga do País em atividades ininterruptas. Formada por mais de 90 músicos profissionais, realiza cerca de 60 concertos por ano, atendendo aos mais diversos públicos.

Na atual Administração, a meta básica da FOSPA consiste em democratizar o acesso à música erudita. Para tanto, diversas medidas foram adotadas, tais como: redução do preço do ingresso de R\$ 20 para R\$ 10; isenção do pagamento de ingresso para pessoas com mais de 60 anos e estudantes universitários; e incremento do plano de sócios-assinantes, oferecendo novas vantagens a estes importantes colaboradores.

A democratização passa, também, pela escolha do repertório, que privilegia compositores locais e nacionais sendo, porém, a qualidade o fator determinante nesta escolha.

A Orquestra realiza apresentações em praças públicas, igrejas e museus de Porto Alegre e faz concertos no interior do Estado, levando a música para localidades distantes da capital.

A seguir as principais realizações da FOSPA, no triênio 1999/2001:

ORQUESTRA SINFÔNICA

Concertos Oficiais – Os concertos da Série Oficial, realizados quinzenalmente, às terças-feiras, às 20h30min, no Teatro da OSPA, consistem nos itens principais da programação artística da Orquestra. Caracterizam-se por apresentar

solistas e regentes de renome e obras importantes do repertório erudito clássico e popular.

Pessoas com mais de 60 anos e universitários, não pagam ingressos nos Concertos Oficiais. Funcionários públicos e os associados à Federação de Coros do Rio Grande do Sul (FECORS) têm desconto de 50% e, ainda, o Clube do Assinante ZH, tem desconto de 30%.

Concertos OSPA/UFRGS - Desde o seu primeiro concerto, em abril de 1995, a Série OSPA/UFRGS vem sendo um sucesso de público, no qual misturam-se crianças, jovens e adultos de todas as idades. O repertório é precedido por comentários sobre cada obra a ser executada. A presença de solistas jovens e um clima de descontração completam o perfil desta série.

Esses concertos são realizados aos domingos pela manhã, com entrada franca, no Salão de Atos da UFRGS ou, eventualmente, no Teatro da OSPA, numa promoção conjunta com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Concertos Populares - No ano de 2000, a OSPA iniciou uma série de concertos, em parceria com a Companhia Estadual de Energia Elétrica, são os “Concertos Populares CEEE”, realizados em cidades do interior do Estado.

O repertório selecionado para esses concertos apresenta uma síntese das obras dos grandes compositores universais, de vários períodos da História da Música. Esses concertos, de modo geral, são realizados ao ar livre visando atingir um público maior.

Concertos Especiais - São concertos em que a OSPA apresenta-se, como convidada, em abertura de eventos, seminários e outras atividades. Essas apresentações acontecem na Capital, em locais como o Auditório da Assembléia Legislativa, Teatro do Sesi, Anfiteatro Pôr-do-Sol e Gigantinho.

Concertos no Interior do Estado - São apresentações da OSPA, no interior do Estado, com características semelhantes às dos Concertos Especiais. De modo geral, a programação se intensifica nos últimos meses do ano, quando são realizados concertos natalinos em diversas cidades do interior.

Concertos OSPA nas Igrejas/Templos - Inicialmente, essa série de concertos era denominada “OSPA nas Igrejas”. Porém, a partir de julho de 2001, quando a Orquestra Sinfônica apresentou-se pela primeira vez em uma Sinagoga, a série passou a ter um caráter mais amplo, denominando-se, a partir daí “OSPA nos Templos”.

Óperas - Dentro do Projeto Recuperação da Memória Musical do Rio Grande do Sul, lançado em 1999 e que visa à recuperação de obras de compositores gaúchos desconhecidas do grande público, já foram resgatadas duas óperas. Após um período de pesquisa, foi realizada a restauração de partitura e manuscritos originais para uma posterior montagem da obra. Foi assim com a ópera “Carmela”, do compositor porto-alegrense José de Araújo Vianna (1871-1916), apresentada ao público gaúcho em outubro de 1999, e, em 2001, a OSPA recuperou outra ópera

desconhecida do grande público, “Boiúna – A Lenda da Noite”, obra de outro compositor gaúcho, Walter Schultz (1907-1957).

**Orquestra Sinfônica
Concertos Realizados**

Concertos	1999	Público	2000	Público	2001	Público
Concertos Oficiais	16	12.751	17	14.597	14	10.920
Concertos OSPA/UFRGS *	8	4.638	8	3.691	6	2.233
Concertos Populares	-	-	-	-	7	6.012
Concertos Especiais	12	15.283	7	12.674	7	19.400
Concertos no Interior do Estado *	8	98.292	19	56.540	21	71.161
Concertos OSPA nas Igrejas/Templos *	-	-	5	3.244	5	3.800
Ópera “Carmela”	5	3.918	-	-	-	-
Ópera “Boiúna – A Lenda da Noite”	-	-	-	-	12	4.358
Total	49	123.382	56	90.802	72	117.884

Fonte: FOSPA

*Nota: concertos com entrada franca.

Além disso, foram realizadas apresentações do Coro Infantil, formado em 1999, para atuar junto à Orquestra Sinfônica. Em 1999 foram 03 apresentações; em 2000, 10 e em 2001, 03.

ORQUESTRA DE CÂMARA

A Orquestra de Câmara, teve seu desenvolvimento, no ano de 2000, com a apresentação da Ópera “O Pequeno Limpador de Chaminés”, atingindo um público de 5.079 pessoas.

CORO SINFÔNICO

O Coro Sinfônico conta, atualmente, com cerca de 80 cantores, os quais participam de todas as montagens da temporada que exigem canto coral, mantendo uma média de 10 concertos anuais e 04 ensaios semanais. Em 1999 ocorreram 12 apresentações do Coro Sinfônico, em 2000 foram 07 e, em 2001, 13.

ESCOLA DE MÚSICA DA OSPA

A Escola de Música da Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre foi criada em 03 de março de 1972. Em seus quase 30 anos de existência, a Escola vem contribuindo para a formação de jovens instrumentistas de orquestra (a partir de 12 anos), com fim profissionalizante.

A Escola tem recebido atenção especial do atual Governo, entre as prioridades estão o aumento do número de vagas e a ampliação de sua atuação, através do Projeto OUVIRAVIDA em regiões periféricas de Porto Alegre e em outros municípios do Estado.

a) Atividades da Escola de Música

ANO	Nº de alunos	Audições Internas	Audições Externas
1999	102	06	04
2000	165	03	12
2001	200	07	07

b) Outras atividades realizadas pela Escola de Música: no ano de 2000, a Escola ampliou suas ações, formando vários grupos musicais: Grupo Canto Coral (42 integrantes); Grupo de Metais; Grupo de Violoncelos e Grupo de Percussão.

Orquestra Jovem da Escola de Música - A Orquestra Jovem da Escola de Música da FOSPA foi criada em 1982. Até 1987, ano em que foi desativada, realizava ensaios, porém, não realizou nenhuma apresentação pública.

Em junho de 2000, a Orquestra Jovem foi reativada, com o objetivo de propiciar aos jovens estudantes de música da Escola uma formação na prática de orquestra. Naquele ano foram realizadas 04 apresentações, com um público de 1.000 pessoas, e em 2001, foram 10 apresentações atingindo 5.000 pessoas.

PROJETO OUVIRAVIDA

Democratizar e, principalmente, voltar a atrair público na platéia têm sido os objetivos da maioria das orquestras brasileiras. Com a OSPA não é diferente. Várias ações e projetos vêm sendo pensados e implementados para que a música sinfônica, de concerto, seja levada ao maior número de pessoas possível. Em razão disso, objetivando mudar a elitização que permeia o setor foram adotadas diversas medidas a seguir explicitadas.

O projeto-piloto foi iniciado em 04 de outubro de 1999, na comunidade popular da Vila Pinto, localizada no Bairro Bom Jesus em Porto Alegre, em parceria com o Centro de Educação Ambiental. Conta, também, com o apoio de outras entidades localizadas no Bairro, bem como da iniciativa privada.

Até 1998, a Escola de Música da OSPA oferecia aulas de instrumentos musicais que compõem uma sinfônica (violoncelo, trompa, etc) e de teoria musical, para jovens a partir de 12 anos e adultos, delimitando seus cursos ao cenário da Escola, situada em um prédio pequeno no centro da Cidade de Porto Alegre. Através do Projeto, a FOSPA expande seu campo de atuação pedagógico-musical, atendendo, na comunidade da Vila Pinto, aproximadamente, 300 crianças a partir de 07 anos e jovens de até 18 anos, em atividades de canto coral (turmas com até 50 participantes) e aulas de flauta doce ou percussão (grupos com no máximo 15 alunos).

O Projeto propõe atividades culturais que incluem, além do trabalho musical em sala de aula, passeios, oficinas, palestras, concertos didáticos, reuniões com pais, professores e apoiadores, e formação de grupos musicais. O objetivo dessas atividades é promover a democratização dos saberes musicais de diversos tempos e lugares do mundo, o exercício da ação coletiva articuladora das diferenças individuais e a reflexão e consciência social em direção à autonomia. O ponto de partida do trabalho pedagógico-musical do OUVIRAVIDA localiza-se na valorização dos fazeres musicais

cotidianos das crianças em sua comunidade, bem como nos seus interesses e necessidades, visando o pleno exercício de sua cidadania.

Desde seu início, em 1999, durante os anos de 2000 e 2001, foram promovidos intercâmbios entre alunos de música da Vila Pinto e membros da OSPA, tanto através da sua participação como ouvintes em concertos didáticos do Projeto OSPAUFRGS (audições preparadas com atividades em sala de aula), como através da participação de músicos da Orquestra em eventos na Vila Pinto, mediante oficinas, pequenos recitais didáticos ou apresentações de alunos.

Os alunos do Projeto têm realizado apresentações musicais em variados locais, dentro e fora da comunidade da Vila Pinto. A primeira audição pública do grupo de alunos foi realizada dia 23 de dezembro de 1999, em uma festa de Natal promovida pela Escola Municipal de 1º Grau José Mariano Beck, uma das entidades apoiadoras do Projeto nessa comunidade.

De dezembro de 1999 a dezembro de 2000, foram realizadas mais de 30 apresentações musicais, seja com um grupo específico (de canto coral, flauta doce ou percussão), seja com a integração das 03 áreas, conforme a ocasião, para um público total estimado em 15.200 pessoas.

No ano de 2001, também houve um número intenso de apresentações musicais públicas, em torno de 45, atingindo um público estimado em 17.000 pessoas.

Os integrantes do Projeto OUVIRAVIDA participaram de intercâmbios com outros grupos corais, cursos de férias de música, seminários sobre meio ambiente e oficinas de artes plásticas, explorando materiais recicláveis.

Além dos reflexos positivos entre os participantes do Projeto, este vem obtendo reconhecimento público, através do Prêmio Líderes e Vencedores, na categoria Expressão Cultural, promovido pela Assembléia Legislativa do Estado e pela FEDERASUL.

4.1.4 Fundação Theatro São Pedro – FTSP

A Fundação Theatro São Pedro pautou suas ações em duas grandes linhas. A primeira voltada ao desenvolvimento de projetos culturais e a segunda, à solução de sérios problemas de ordem administrativa.

As questões de caráter cultural, no triênio 1999-2001, envolveram:

Aniversário do Theatro São Pedro – As atividades desenvolvidas em razão do aniversário do Theatro consistiram em apresentações na temporada especial comemorativa, nos dias 27, 28, 29 e 30 de junho, culminando com o espetáculo “Bibi Vive Amália”.

Música ao Meio-Dia - Apresentações de música erudita e popular, abertas ao público, às quartas-feiras, às 12h30min no Foyer Nobre do Theatro São Pedro. Participam, deste evento, a FTSP, Associação Amigos TSP e iniciativa privada.

OCTSP – A Orquestra de Câmara do Theatro São Pedro realiza, anualmente, 02 concertos mensais no período de março a dezembro, sendo 01 deles aberto ao público (último domingo de cada mês). Participam dos concertos a FTSP, a Associação Pró-Música e a iniciativa privada.

Concertos para a Juventude – BANRISUL - Apresentação de concertos de música erudita, tendo como público-alvo estudantes de escolas públicas e particulares, em audições e especialmente agendadas (em média 02 ao mês), no período de abril a novembro. Realização: FTSP, Associação Pró-Música, SEDAC e BANRISUL.

Retomando a Palavra - Apresentação quinzenal de roteiros poético-literários encenados no *Foyer Nobre* do Theatro São Pedro, abertos ao público, no período de abril a dezembro. Realização: FTSP, IEACEN e SEDAC.

Blue Jazz - Apresentação semanal de grupos de *Jazz* e MPB, aberta ao público, no *Foyer Nobre* do Theatro São Pedro, no período de janeiro a dezembro (exceto no mês de fevereiro).

Complexo Cultural Theatro São Pedro - A atuação, no que concerne ao Complexo, envolve a intensificação dos contatos com autoridades políticas em âmbito estadual e federal na busca de recursos financeiros; intensificação dos contatos com a iniciativa privada, visando parcerias de patrocínio; e a exposição e divulgação do Projeto entre o público em geral.

Projetos Culturais Realizados em Parceria com a Programação Artística da Fundação Theatro São Pedro – Eventos, com entrada franca, promovidos ou apoiados por órgãos vinculados ao Governo do Estado:

- Lançamento e encerramento do Projeto “Porto Verão Alegre” (Palco e *Foyer*) – IEACEN/SEDAC – janeiro.
- Abertura do CONDANÇA (Palco) – IEACEN/SEDAC – junho.
- Campanha do Agasalho (Palco e *Foyer*) - Gabinete da Primeira Dama – julho.
- Campanha Doação de Órgãos (Palco) – SEDAC – julho.
- Apresentação do espetáculo “Rádio Esmeralda” (Palco) – agosto.
- Projeto “Nenhum a menos na Escola” (Palco) – SEDAC/SEC/SMED – agosto.
- Homenagem aos 50 anos de teatro do ator Luiz Carlos Magalhães (*Foyer*) – SEDAC – setembro.
- Comemoração ao Dia da Criança e do Professor (Palco) – SEDAC/SEC/SMED – outubro.
- Show Tributo a Nelson Coelho de Castro e Neri Caveira (Palco) – SEDAC/SMC – outubro.
- Circuito Cultural Banco do Brasil (Palco) – Gabinete do Governador - novembro.

As questões de caráter administrativo, no triênio 1999-2001, envolveram:

Área Administrativa/Patrimonial – No tocante à área, foram adotadas as seguintes medidas: segregação das funções de Gerente de Tesouraria (Financeira) e Gerência do Teatro; segregação das funções de compras (Gerente Técnico) e contas a pagar (Gerente Administrativo); reorganização administrativa com readequação das áreas por afinidades de tarefas; reavaliação econômica do prédio e anexos da Fundação Theatro São Pedro, bem como sua modernização e informatização.

Área Financeira – Por sua vez, na área financeira, foi promovida a readequação de gastos com manutenção, a inclusão da Associação de Amigos no rateio mensal de despesas, assim como a redefinição de fontes de recursos com estabelecimento de 100% das receitas através da locação de espaços do Theatro e outros patrocínios.

4.2 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – SE

A Política Educacional do Governo da Participação Popular do Rio Grande do Sul é o desdobramento, na Rede Pública Estadual, do projeto de radicalização da democracia, através da participação da comunidade escolar na formulação, gestão e fiscalização das políticas públicas para o setor.

A partir desses pressupostos está se construindo de forma participativa e dialógica um projeto de educação de Qualidade Social, transformador e libertador, no qual a escola seja um espaço de aprendizagem para todos, um espaço de prática, de exercício e de conquista de direitos, de formação de sujeitos históricos, autônomos, críticos e criativos, cidadãos plenos, identificados com os valores éticos, voltados à construção de um projeto social solidário. Nessa visão, reafirma-se o compromisso com o aprofundamento do caráter humanista da escola pública, calcado nos eixos: Democratização do Acesso, permanência com aprendizagem e qualidade social; Democratização da Gestão, através da construção/qualificação coletiva dos mecanismos da participação; Democratização do Conhecimento, possibilitando aprendizagem para todos; Financiamento, assegurando o compromisso na viabilização de recursos necessários a uma Educação de Qualidade Social em todos os níveis e modalidades de Ensino, como dever do Estado; Valorização dos Trabalhadores em Educação, resgatando conquistas históricas dos trabalhadores em educação; Regime de Colaboração, através do estabelecimento de critérios e compromissos efetivos de colaboração entre as esferas públicas Estadual e Municipal.

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO

A democratização do acesso expressa-se na viabilização de ações de inclusão social e emancipação dos excluídos da escola, independentemente da faixa etária, cor, gênero e opção sexual. Destaca-se, neste eixo, o trabalho para a universalização da Educação em todos os níveis e modalidades de ensino.

MOVA/RS - Para diminuir o analfabetismo e promover a inclusão social das pessoas, o Governo do Estado criou, em maio de 1999, o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos – MOVA/RS, como uma política pública de educação. Diferencia-se das tradicionais campanhas de alfabetização, que ainda tratam o analfabetismo como um problema a ser erradicado em prazos preestabelecidos. No MOVA/RS, o analfabetismo é mais uma expressão do processo de exclusão das classes populares, logo, uma dívida social que deve ser atendida pelo Estado. O MOVA/RS já atendeu cerca de 140.000 pessoas acima de 15 anos, que buscam, como cidadãos, um dos direitos sociais mais importantes do ser humano: o direito à Educação.

O MOVA-RS fundamenta-se na construção da leitura e da escrita a partir da realidade dos educandos. Os integrantes do Movimento têm garantido, pelo Estado, um processo continuado de formação pedagógica, através de cursos, reuniões e encontros

semanais e mensais nas 29 Coordenadorias Regionais de Educação, além de seminários estaduais em Porto Alegre.

Para desenvolver suas ações, o MOVA/RS convenia com entidades civis organizadas, sem fins lucrativos. Cresce e torna-se conhecido graças aos animadores populares, que o divulgam e articulam nas Regiões. Os educadores incentivam e promovem a participação dos alfabetizandos/alfabetizados nos espaços sociais, buscando sua formação completa como sujeitos históricos, transformadores da realidade. A formação pedagógica permanente, que assegura a qualidade social do MOVA/RS, é executada pelos Apoiadores Pedagógicos.

Para a execução do MOVA, foram investidos R\$ 2,5 milhões em 1999, R\$ 7,6 milhões em 2000 e R\$ 10,8 milhões em 2001.

MOVA

Participantes	1999 a 2001
Entidades Conveniadas	341
Animadores Populares	561
Educadores	5.950
Apoiadores Pedagógicos	980
Alfabetizandos/Alfabetizados	138.420

Fonte: Secretaria da Educação

Educação de Jovens e Adultos - A Educação de Jovens e Adultos (EJA), ao longo da história da Educação, caracterizou-se por um modelo de suplência e de alfabetização com caráter eminentemente compensatório, na maioria das vezes, com o único objetivo de preparar mão-de-obra para o mercado de trabalho. Constituiu-se em uma educação fragmentada e conteudista, contribuindo para a manutenção da subescolarização.

A EJA, mais que ir além da Educação Formal, deve incorporar as práticas e os saberes construídos no cotidiano, assumindo a educação não-formal, quase sempre desenvolvida nos movimentos populares e organizações sociais. Para isso, estão sendo desencadeadas ações que revertam a exclusão nessa modalidade de ensino, desenvolvendo uma prática de Educação voltada para a vida, em que o educando aprende a apreender criticamente a sua realidade, vivenciando sua cidadania plenamente.

Os Exames Supletivos de Educação Básica são uma das ações da EJA no Estado que, desde 1999, vêm sendo qualificados para garantir a inclusão daqueles que não tiveram a oportunidade de freqüentar a escola ou que não puderam concluir sua escolarização. Em 2000, os exames foram totalmente reformulados, com a introdução de uma concepção epistemológica para cada uma das disciplinas do Ensino Fundamental e Médio.

O número de inscrições no Estado, para o ano de 1999, foi de 100.598; no ano de 2000, 167.977; e, em 2001, foram inscritos 200.679 candidatos. Os recursos aplicados nos respectivos anos foram: R\$ 709, 4 mil; R\$ 1 milhão e R\$ 1,1 milhão.

Compra de Vagas/Bolsas de Estudo - O Governo do Estado decidiu, em 1999, manter o sistema de “Compra de Vagas” e de “Cedência de Professores em

Contrapartida de Vagas” na mesma forma e proporções de 1998, comprando 6.565 vagas no Ensino Médio, com custo médio/aluno em torno de R\$ 1.501,00. Na Educação Especial foram compradas 1.215 vagas, ao custo médio/aluno em torno de R\$ 1.580,00.

Para o ano 2000 e seguintes, a “Compra de Vagas” vem sendo transformada gradativamente em um sistema de convênios, para os quais foram estabelecidos como critérios, a falta de vagas no Ensino Médio ou o não oferecimento do Curso de Magistério nas escolas da Rede Pública Estadual, beneficiando somente os alunos que preenchem critérios de carência econômica. Na nova modalidade - convênios, foi possível reduzir os gastos com o Ensino Médio, passando o custo médio/aluno para R\$ 688,00 bem como priorizar o atendimento das regiões mais carentes do Estado. No ano de 2000, foram beneficiados 5.730 alunos, e em 2001, 3.913 educandos, redução que reflete a expansão do atendimento na Rede Estadual.

Visando ao compromisso da inclusão social, instituiu-se, em 2001, o Convênio Programa Bolsa de Estudos para Educação Especial. Este convênio permitiu reparar o descaso histórico com a área da Educação Especial e ampliar o atendimento, em vários municípios, de crianças e jovens com necessidades educativas especiais. No ano 2000, foram beneficiados 1.060 alunos e em 2001, 1.225. O Convênio de Cedência de Professores para as instituições particulares, em troca de vagas, está sendo reestudado para também oportunizar o atendimento de alunos comprovadamente carentes e com necessidades especiais.

Compra de Vagas/Bolsas de Estudo – Ensino Médio

Em R\$ 1,00

Regiões	1999		2000		2001	
	Nº Escola	Valor	Nº Escola	Valor	Nº Escola	Valor
Metropolitana – Delta do Jacuí	8	1.405.890	8	874.571	7	427.052
Vale do Caí	1	64.425	1	61.075	1	81.000
Paranhana – Encosta da Serra	0	0	0	0	2	164.700
Hortênsias	0	0	0	0	1	33.300
Vale Rio dos Sinos	5	349.212	5	302.669	5	185.937
Vale do Taquari	5	229.100	5	145.106	3	104.841
Sul	1	139.031	1	58.266	1	123.526
Vale do Rio Pardo	7	1.065.251	7	628.727	5	402.703
Fronteira Oeste	5	621.838	5	445.588	5	223.257
Nordeste	2	143.146	2	67.812	2	36.762
Produção	6	769.485	6	418.446	5	263.870
Central	3	189.948	3	70.624	1	11.643
Litoral	5	280.554	5	192.398	5	146.033
Centro-Sul	2	568.787	2	330.965	2	156.250
Campanha	3	43.942	3	40.589	1	10.216
Missões	9	908.380	8	475.950	7	329.313
Norte	1	69.470	1	47.200	1	40.212
Serra	3	192.689	4	190.194	4	210.402
Fronteira Noroeste	8	817.501	7	531.974	6	322.767
Médio Alto Uruguai	1	89.022	1	66.094	1	24.440
Alto Jacuí	1	31.540	1	22.895	1	9.941
Noroeste Colonial	12	1.875.511	11	1.205.643	11	786.885
Total	88	9.854.722	86	6.176.786	77	4.095.050

Fonte: Secretaria da Educação

Compra de Vagas/Bolsas de Estudo – Educação Especial

Em R\$ 1,00

Regiões	1999		2000		2001	
	Nº Escola	Valor	Nº Escola	Valor	Nº Escola	Valor
Metropolitana – Delta do Jacuí	7	796.851	7	693.339	8	685.391
Vale Rio dos Sinos	6	322.209	6	310.870	7	366.360
Paranhana-Encosta da Serra	1	20.160	1	20.160	1	23.040
Vale do Taquari	2	37.526	2	36.204	4	49.018
Serra	3	74.813	3	72.753	3	88.896
Hortênsias	1	12.000	1	12.000	1	9.600
Vale do Rio Pardo	3	63.892	3	63.892	3	87.562
Produção	3	71.376	3	71.376	4	96.480
Litoral	4	57.600	4	57.600	5	93.840
Missões	3	51.195	3	51.195	3	111.240
Fronteira Noroeste	5	130.411	5	130.411	7	246.720
Sul	0	0	-	0	1	14.400
Médio Alto Uruguai	2	38.400	2	38.400	4	52.800
Noroeste Colonial	9	188.309	9	188.309	9	376.591
Nordeste	0	0	-	0	1	21.600
Alto Jacuí	2	28.944	2	28.944	4	44.640
Fronteira Oeste	1	14.700	1	17.640	1	10.584
Central	1	11.760	1	14.112	1	11.760
Total	53	1.920.146	53	1.807.205	67	2.390.522

Fonte: Secretaria da Educação

Centrais de Vagas - Numa ação conjunta entre prefeituras e Governo do Estado foram implantadas, no ano de 1999, Centrais de Vagas nos municípios de Gravataí, Viamão e Caxias do Sul e implementada a de Porto Alegre, visando distribuir as vagas existentes nas redes estadual e municipal, com base em critérios predefinidos, agilizando e qualificando o processo de matrículas/2000, democratizando o acesso, com o término das filas de matrículas. Aplicados R\$ 53 mil para beneficiar, de forma direta, mais de 150.000 alunos matriculados na Rede Pública dos referidos municípios.

Na continuidade à qualificação do sistema de matrículas para os anos de 2001 e 2002, foram renovados convênios com as Prefeituras de Porto Alegre, Gravataí, Viamão e Caxias do Sul e novas parcerias foram firmadas com Pelotas, em 2000 e Nova Alvorada, no ano de 2001. Existem, ainda, duas Centrais de Vagas nos Municípios de Canoas e Cachoeira do Sul, que atendem apenas a Rede Estadual. Os custos para o ano de 2000, foram de R\$ 365 mil e em 2001, R\$ 332,5 mil.

Comunidades Isoladas - Buscando radicalizar o princípio da democratização do acesso foi construído, em conjunto com a comunidade escolar, o Projeto Alternativo de Oferta de Ensino Médio, visando suprir as necessidades educacionais em localidades de pequena demanda e/ou distâncias significativas de escolas ou em municípios sem oferta deste nível de ensino.

Aprovado pelo Conselho Estadual de Educação (CEED), em 2001, o Projeto atende, em sua primeira fase, 38 comunidades e está organizado em Escola-Base e Escolas Inseridas. As escolas-base, uma por CRE, são responsáveis pela documentação legal, coordenação dos recursos humanos e aspectos pedagógicos e nas escolas inseridas, ligadas à base, nas quais ocorrem as atividades pedagógicas.

O projeto pedagógico é inovador, com a organização curricular estabelecendo duração mínima de 2400h, em sete etapas interrelacionadas, que permite uma maleabilidade do calendário escolar para adaptar-se às demandas sociais, econômicas e geográficas das comunidades. Abrange 16 CREs e, em muitas escolas, estão sendo realizadas parcerias com outros órgãos da Administração Estadual (EMATER, Coordenação Regional das Secretarias do Trabalho, Cidadania e Assistência Social e da Agricultura), Prefeituras Municipais, Cooperativas, Sindicatos e Movimentos Sociais.

Nesta primeira fase do Projeto estão envolvidos diretamente em torno de 1.000 educandos, com possibilidade de expansão a partir da oferta da modalidade de Jovens e Adultos em algumas dessas escolas, procurando atingir os sujeitos historicamente excluídos da escola.

PROCRED - O Programa Estadual de Crédito Educativo tem como finalidade a concessão de bolsa rotativa de estudo, visando ao custeio de matrículas e mensalidades escolares em instituições de ensino superior, em que o beneficiário estiver inscrito, conforme Lei Complementar n. 10.713, de 16/01/96. A movimentação dos recursos do Programa, inclusive os provenientes do reembolso dos valores concedidos, compete ao Fundo Rotativo de Crédito Educativo (FUNPROCRED), instituído através da Lei n. 10.859, de 08/11/96.

Nos anos de 1999 e 2000, foram mantidos os contratos dos alunos já beneficiados e, em 2001, além de garantir a continuidade aos bolsistas habilitados, foi autorizada a abertura de novas vagas, proporcionando a inclusão de mais 1.000 alunos ao Programa.

DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Definidos os Princípios e Diretrizes da Escola Democrática e Popular, as escolas da Rede Pública Estadual, de todos os níveis e modalidades de ensino, estão buscando constituir relações mais democráticas e participativas com a comunidade escolar; reorganizar seus tempos e espaços; estabelecer um amplo processo de participação com objetivo de reconstruir os currículos; superar a fragmentação do conhecimento; criar espaços para o planejamento e à ação coletiva do trabalho docente; estabelecer uma avaliação participativa, diagnóstica, investigativa e emancipatória e considerar os ritmos e tempos do educando.

Constituinte Escolar - A Constituinte Escolar, lançada em abril de 1999, caracteriza-se como um amplo movimento de participação popular na definição das políticas públicas de Educação. Envolveu a inclusão de pais, alunos, professores, funcionários de escola e movimentos sociais na discussão da educação pública. Através de reuniões, plenárias, seminários, pré-conferências microrregionais e regionais, foi construída a Conferência Estadual da Educação, realizada em agosto de 2000.

A conferência reuniu 3.500 delegados, representando todos os segmentos da escola, movimentos populares, universidades e poder público. Nesse espaço foi discutido, votado e aprovado o documento Princípios e Diretrizes para a Educação Pública Estadual. A partir dessa referência, construída em quase 18 meses de debates,

cada escola está reconstruindo seu projeto político-pedagógico, regimentos escolares, planos de estudo e de cursos.

Esta ação é acompanhada pelas 30 Coordenadorias Regionais de Educação, que prestam assessoria às escolas. De forma inédita, o Governo do Estado muda a política educacional, superando a velha fórmula, da imposição de "pacotes pedagógicos". Com a participação democrática, foi constituída a base para todas as ações e projetos da Secretaria da Educação e os resultados do esforço coletivo já podem ser conferidos.

A Constituinte Escolar está dividida em cinco momentos:

1º Momento - Lançamento estadual da proposta em 22 de abril de 1999, com a participação do economista e professor Cesar Benjamin, que fez um resgate dos 500 anos de colonização do Brasil. Com o objetivo de sensibilizar a sociedade para a proposta da Constituinte Escolar, foram realizados lançamentos regionais. Momento de discutir como o trabalho seria desenvolvido e escolher as coordenações em cada escola participante e Coordenadoria Regional de Educação.

2º Momento - Etapa de estudo sobre a realidade local e regional, além do resgate de práticas pedagógicas de escolas e organizações populares. Também foi resgatada a história da escola na comunidade, seu papel e sua relação com o desenvolvimento da comunidade e da região. Foi definido um conjunto de 25 temas, que serviram de referência para o debate, como a evasão e repetência, gestão democrática, trabalho infantil e adolescente, violência, educação do meio rural, projeto de desenvolvimento e educação, formação dos trabalhadores em educação e conhecimento científico e saber popular.

3º Momento - Aprofundamento dos temas e temáticas, período de estudo e leitura de referenciais teóricos importantes. Para auxiliar no debate da comunidade escolar, foram elaborados 25 subsídios teóricos, correspondentes aos 25 Temas definidos.

4º Momento - Os Princípios e Diretrizes da proposta educacional foram elaborados e sistematizados nas 191 pré-conferências municipais ou microrregionais, realizadas de 10 a 26 de julho de 2000, onde quase 60.000 pessoas aprofundaram o documento e apontaram Diretrizes, dando origem ao texto-base, debatido e reelaborado, com o envolvimento, aproximadamente, de 9.000 Delegados Regionais, que participaram das 31 Conferências Regionais, realizadas em agosto de 2000. Na Conferência Estadual, o texto-base foi finalizado pelos 3.500 delegados, representando a comunidade escolar.

5º Momento - É a fase atual da Constituinte, com a implantação das decisões tomadas pela comunidade na reconstrução dos projetos político-pedagógicos das escolas, Coordenadorias Regionais de Educação e Secretaria. Este trabalho envolve debates e formulações sobre os planos de estudo ou de cursos, regimentos escolares, reorganização dos espaços e tempos da escola, formação de professores e reelaboração da Lei do Sistema Estadual de Ensino.

Para o desenvolvimento de todo o processo da Constituinte Escolar foram investidos R\$ 1 milhão em 1999 e R\$ 2,7 milhões em 2000.

Formação Continuada - Buscando concretizar os Princípios e Diretrizes na construção da Escola Democrática e Popular, no desenvolvimento do 5º momento da Constituinte Escolar, vem sendo executada uma Política de Formação Continuada, com o objetivo de envolver, sistemática e permanentemente, todos os sujeitos da Rede Pública Estadual e comunidade educativa, em movimentos diversos. Essa formação parte da reflexão sobre a prática, teoriza e constrói, na ação concreta, a escola na perspectiva da educação popular.

Com a destinação de R\$ 2,7 milhões em 2001, R\$ 504 mil no ano 2000 e R\$ 184,4 mil em 1999, foram realizadas diversas atividades de formação, entre as quais destacam-se:

No ano de 1999, foi realizado o Encontro Nacional com os educadores das Escolas de Assentamentos; 02 Seminários Estaduais sobre Cultura Negra e com as escolas agrícolas e o Encontro Estadual com 450 professores da Educação Profissional.

Para concretização e qualificação do Projeto da Escola Democrática e Popular, nos anos de 1999 a 2001, anualmente, foram oportunizados espaços de formação continuada, através de Seminários/Encontros Estaduais e Regionais com a participação ativa dos trabalhadores em educação e segmentos da comunidade escolar, visando à construção e a implantação de políticas para a Educação Especial, Escolas da FEBEM, Escolas do Campo, Escolas dos Assentamentos/Itinerantes, Presídios e Escolas Abertas e, no MOVA/RS, envolvendo, também, a sociedade civil organizada, tanto para a formação dos agentes quanto para a avaliação do Movimento.

No ano de 2000, foram realizados: Conferência Estadual de Educação, realizada em agosto de 2000, no qual os 3.500 delegados, representando a comunidade escolar, finalizaram o texto base definindo os Princípios e Diretrizes da Escola Democrática e Popular;- Seminário Estadual, envolvendo os trabalhadores das 30 Coordenadorias Regionais de Educação para tratar da Educação Ambiental; 03 encontros estaduais sobre os temas Agropecuária Ecológica, Educação Ambiental e para a formação de jovens assentados e 02 encontros regionais com os trabalhadores dos Centros Rurais de Ensino Supletivo e com os Diretores das escolas técnicas de Porto Alegre; encontros regionais/microrregionais/municipais com a comunidade escolar, para discussão sobre a escola que temos e que queremos; 30 seminários regionais com as novas equipes diretivas; Seminário Estadual da Educação Básica do Campo; 30 encontros de formação continuada sobre as Políticas Públicas na área da Educação, para os 8.000 professores nomeados; 30 seminários regionais com os funcionários de escola sobre Plano de Carreira e Políticas de Recursos Humanos.

No ano de 2001, foram realizados:

- Seminário Nacional Aprendendo/Ensinando Paulo Freire, realizado em maio de 2001, no qual 3.500 participantes - alunos, pais, professores, funcionários de escolas, universitários, integrantes de movimentos sociais, associações e secretarias municipais de educação tiveram intenso envolvimento e aprendizado.
- Semana Paulo Freire, realizada no mês de setembro, em continuidade aos debates iniciados no Seminário Nacional e, em preparação ao Fórum Mundial da Educação, com momentos de formação para as 3.031 escolas estaduais, 30 Coordenadorias Regionais e Secretaria da Educação.

- Fórum Mundial de Educação - maior evento já organizado com a participação do Estado para tratar das temáticas da Educação em desenvolvimento no mundo. No total 15.000 pessoas de todas as culturas socializaram, de 24 a 27 de outubro, em Porto Alegre, suas experiências e utopias, realizando o exercício pleno do diálogo no convívio com diferentes concepções. A Educação no Mundo Globalizado foi o tema central.
- I Encontro Nacional de MOVAs, realizado em Porto Alegre, de 26 a 28 de outubro, como uma atividade simultânea do Fórum Mundial de Educação, no qual 246 representantes das diversas Unidades da Federação retomaram os compromissos internacionais e nacionais com a Educação/Alfabetização de Jovens e Adultos.
- Encontro Nacional dos Educadores de Jovens e Adultos do Campo – Região Sul – ENEJA/SUL, sediado em Porto Alegre, de 05 a 09 de novembro, envolvendo 210 representantes dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
- 04 Seminários Estaduais, abordando a Educação Ambiental e a Educação Infantil.
- 2º Encontro Estadual das Escolas Técnicas, envolvendo 800 participantes na discussão do tema Educação, Trabalho e Cidadania.
- 09 Encontros Estaduais, envolvendo escolas, professores e alunos para aprofundar questões sobre a Educação Profissional, Escolas Técnicas, Habilitação Magistério, Educação Ambiental, Escolas Abertas, Regimentos e Projetos Político-Pedagógicos das Escolas de Assentamentos e envolvendo, também, a sociedade civil organizada que atua no MOVA/RS.
- 11 Encontros/Cursos Regionais sobre Educação Indígena (etnias Kaingang e Guarani), Servidores de Escolas, Agroindústria Familiar, Informática Educativa e Área de Gestão.
- Seminários para implantação/implementação da Proposta Pedagógica Alternativa do Ensino Médio nas Comunidades Isoladas.
- 30 Seminários sobre avaliação/prestação de contas das Políticas Públicas com a comunidade escolar.

Formação com Habilitação - Objetivando suprir as necessidades da Rede Estadual de Educação e a formação de educadores que, além de dominar os conhecimentos específicos de sua área, seja capaz de dinamizar processos na construção da escola que queremos, foram investidos R\$ 170 mil, no decorrer do período de 1999 a 2001, na habilitação de professores para atuarem na modalidade de Educação Especial através da realização de 6 Cursos, com duração mínima de 400 horas cada, sendo habilitados 85 profissionais na área de Surdez, 60 para Altas Habilidades, 50 em Autismo, 35 na Deficiência Mental e 30 em Deficiência Visual.

Para a implementação do Projeto de Informática Educativa no Estado, foram realizados, em 1999, com duração de 440 horas, o segundo Curso de Pós Graduação – Especialização em Informática Educativa, envolvendo 29 professores multiplicadores e o Curso de Formação Avançada para 14 técnicos, visando dar suporte aos Núcleos de Tecnologias Educacionais (NTEs) e às escolas a eles vinculados. Em 2001, 15 professores participaram do Curso Novas Tecnologias da Comunicação e Informação, com duração de 276 horas. Para estas habilitações foram investidos R\$ 151,6 mil.

Produção de Materiais - A atual Administração tem por princípio produzir materiais pedagógicos a partir da leitura da realidade das escolas, utilizando a sistematização do processo vivenciado pelas mesmas, enquanto que na Gestão

anterior o material distribuído era produzido por assessores e consultores contratados, tendo por base os parâmetros curriculares.

Diversos materiais foram editados com a aplicação de, aproximadamente, R\$ 1 milhão, no período de 1999 a 2001, destacando-se: livros sobre Educação Básica do Campo, cadernos, revistas e textos referentes à Educação Ambiental, Educação Indígena, Cultura Negra, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos, com o lançamento do livro “De Angicos a Ausentes: 40 anos de Educação Popular”. Foram também elaborados, publicados e distribuídos 875.000 cadernos pedagógicos relativos aos 25 temas que foram trabalhados durante o processo da Constituinte Escolar- CE, e socializado a todos os envolvidos, o caderno Princípios e Diretrizes para a Educação Pública Estadual – Construção da Escola Democrática e Popular, através da edição e impressão de 40.000 exemplares.

Outra forma de incentivo à produção textual é o Programa Crianças do Rio Grande Escrevendo Histórias, criado no ano de 1992, que prevê a publicação anual de trabalhos elaborados por alunos do Ensino Fundamental da Rede Estadual de Ensino e que visa estimular a auto-expressão do aluno, valorizando sua produção textual, formada através da leitura de mundo e consolidada pelo hábito de leitura desenvolvido na escola e do senso artístico, desdobrado através de produções gráficas. No ano de 2000, o Programa foi ampliado para todo o Ensino Fundamental e a partir de 2001, as escolas que atendem alunos portadores de necessidades especiais também tiveram oportunidade de produzir e publicar seus gêneros literários. Foram impressos, nos anos de 1999 a 2001, o total de 26.000 livros, com a aplicação de R\$ 45 mil.

Escolas Abertas - Existem 09 Escolas Estaduais Abertas em funcionamento: Porto Alegre (02 escolas), Viamão, Taquari, Soledade, Carazinho, Cruz Alta, Passo Fundo e Santa Maria. Essas escolas atendem alunos que estão em situação de risco social, foram concebidas para trabalhar com um grupo específico de crianças e adolescentes que se encontram fora da escola. Possuem como objetivo principal construir um processo de retorno desses alunos em situação de risco social à escola de sua comunidade.

Encontra-se, em andamento, o processo de discussão com a comunidade escolar, no sentido de repensar estas escolas, na perspectiva de um atendimento qualificado para as crianças e adolescentes em situação de risco.

Escolas junto à FEBEM - Há sete escolas estaduais instaladas em unidades ou centros de juventude da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM): Em Porto Alegre (02), Santa Maria, Caxias do Sul, Pelotas, Uruguaiana e Santo Ângelo. Essas escolas possuem proposta pedagógica diferenciada para atuar junto à FEBEM e atendem cerca de 700 alunos, que estão cumprindo medida sócio-educativa.

Está em construção, nas escolas da FEBEM, uma metodologia e ação qualificada, que busca, a partir da pesquisa da realidade, construir um currículo interdisciplinar.

Escola Itinerante - A Escola Itinerante é uma experiência pedagógica aprovada pelo Conselho Estadual de Educação (CEED), em 19 de novembro de 1996. No início desta Gestão existiam 06 Escolas itinerantes. Atualmente, existem 16 Escolas

Itinerantes em funcionamento, que estão instaladas em acampamentos de Reforma Agrária e ligadas a uma escola estadual de assentamento, denominada Escola-Base. É itinerante, porque acompanha o acampamento, nas ocupações e marchas, e nelas o aprendizado é organizado em etapas, que correspondem ao ensino de 1ª a 5ª Série. O aluno pode ingressar na escola a qualquer época do ano, tendo sua documentação atualizada na Escola-Base, sem prejuízo para o aprendizado. O currículo e os conteúdos são organizados a partir da realidade e dos interesses dos estudantes.

Educação Indígena - A Educação Indígena tem como princípio o respeito aos povos indígenas e o atendimento às suas reivindicações na área da educação. A Rede Estadual de Ensino possui 48 escolas indígenas, 08 delas atendem 180 alunos da etnia Guarani e as demais, 3.700 de etnia Kaingang. Essas escolas estão localizadas nas Regiões: Alto Jacuí, Médio Alto Uruguai, Missões, Nordeste, Noroeste Colonial, Norte, Produção, Vale do Taquari e Metropolitana Delta do Jacuí.

O processo de reconhecimento formal dos espaços educativos das comunidades indígenas é recente, embora essa seja uma demanda histórica, desde os anos 80. A partir de 1999, com a publicação da Resolução n. 03 do CNE, abre-se o diálogo com os Conselhos Nacional e Estadual de Educação, visando ao reconhecimento da Educação Indígena, com a criação de categoria própria de escolas.

Em 2001, a Secretaria da Educação instituiu, com as comunidades escolares indígenas, os processos de criação das escolas. Deu-se, ainda, seguimento ao processo de reconstrução curricular (iniciado em 2000, com a construção coletiva da Proposta Político-Pedagógica Kaingang), construindo o Regimento do Ensino Fundamental com esse povo. Destaca-se a criação da primeira escola de Ensino Médio para formação de professores indígenas Kaingang bilíngües, na localidade de Terra Indígena de Coroados, Município de São Valério do Sul.

Educação Especial - A Política Pública Educacional para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais tem como princípio o respeito às diferenças humanas, à diversidade sócio-cultural, às múltiplas formas de existência e à heterogeneidade. Esta proposta foi construída a partir dos Princípios e Diretrizes da Escola Pública Estadual para atender às áreas da deficiência mental, síndrome de autismo, surdez, deficiência visual, deficiência múltipla e altas habilidades.

A Rede Estadual tem 07 escolas especiais para portadores de deficiência mental, com 270 classes especiais e 132 salas de recursos, sendo que 76 salas foram implantadas nesta Administração, totalizando o atendimento de 5.000 alunos. A Secretaria da Educação também atende 30 alunos com síndrome de autismo, e na área de deficiência múltipla, conta com 02 classes, para atender 11 alunos, cuja proposta pedagógica diferenciada respeita as especificidades e ritmos de cada educando.

O atendimento de portadores de deficiência auditiva é efetuado através de 50 classes de surdos, 20 salas de recursos e em 03 escolas de surdos, com 750 alunos. Nesta Gestão, foi criada uma escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental, em Santa Maria, e o Curso do Ensino Médio, em Caxias do Sul.

Também são atendidos, aproximadamente, 600 alunos cegos na Rede Pública que dispõem de recursos didático-pedagógicos, nas 40 salas de recursos do Estado.

O Centro de Apoio Pedagógico para Pessoas com Deficiência Visual - CAP surgiu de uma parceria com a Associação Brasileira de Educadores Deficiência Visual - ABEDEV/MEC/SE. O projeto já existia no Governo anterior, porém não havia sido implantado. No ano de 1999, passa a atender todo o Estado do RS e não apenas Porto Alegre, como inicialmente previsto. Em 1999, o prédio anexo à Escola Estadual Cândido Portinari, em Porto Alegre, foi reformado e em 2000 inaugurado o CAP/RS, o qual produz todo o material em Braille e em tipos ampliados para os alunos cegos e de baixa visão no Estado, garantindo o acesso e condições de aprendizagem para os mesmos. O CAP/RS produz, também, fitas cassetes, mapas e gráficos para os alunos portadores de deficiência visual e transcreve as provas dos Exames Supletivos em Braille. Nas ações desenvolvidas pelo CAP foram aplicados, em 1999 – R\$ 42,9 mil; em 2000 – R\$ 30 mil e em 2001 – R\$ 20 mil.

Educação Infantil - No Rio Grande do Sul, a política educacional para a Educação Infantil a prevê como etapa sistemática do processo de desenvolvimento da criança, propiciando a ampliação do seu universo cultural, o conhecimento e compreensão da realidade, o desenvolvimento da linguagem com a ampliação do vocabulário, a elaboração de conceitos, fortalecendo sua independência e autonomia.

No que diz respeito à Rede Estadual, a Secretaria da Educação assumiu o compromisso de autorizar todas as classes pré-escolares em funcionamento, mesmo que o atendimento às crianças de 0 a 06 anos de idade seja de competência dos municípios. Até o momento já estão regularizadas 139 classes pré-escolares em funcionamento nas escolas estaduais. Quanto à rede particular e municipal, a Secretaria intensificou o trabalho de assessoria, através das suas 30 Coordenadorias Regionais de Educação, orientando as escolas/mantenedoras quanto aos procedimentos e prazos para a devida regularização.

Ensino Médio - No período de 1998 a 2001 (dados preliminares - Censo Escolar INEP/MEC), o Ensino Médio, em todas as suas modalidades de ensino, teve no Estado um crescimento de 26%. Tendo em vista este índice e buscando garantir a democratização do acesso a uma educação de qualidade social, foi desenvolvido o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio, com a proposta de, além de garantir o acesso, atingir todas as escolas estaduais que oferecem o Ensino Médio, através de ações de ampliação e qualificação da Rede, formação dos trabalhadores, reconstrução dos projetos político-pedagógicos e formação dos gestores, tais como equipes diretivas, conselhos escolares e grêmios estudantis.

Enquanto na Gestão anterior (1995 a 1998), foram autorizadas a funcionar somente 80 escolas, nos 03 primeiros anos do Governo da Participação Popular foram 135 escolas a oferecer o Ensino Médio. Soma-se a estas, 35 escolas transformadas pelo CEED no segundo semestre de 2001, visando à oferta deste nível de ensino na modalidade de Jovens e Adultos a partir de 2002.

O Plano de Expansão aprovado pelo CEED em 2001, para funcionamento em 2002, está constituído de 80 propostas, sendo 44 para oferta de Ensino Médio

regular, 35 para oferta na modalidade Educação de Jovens e Adultos e 01 para oferta na modalidade Educação Indígena, na região de Erechim (esta última, em análise).

Todas as regiões do Estado estão sendo contempladas com o processo de expansão do Ensino Médio que é construído em conjunto com a comunidade escolar, CREs e Secretaria de Educação, a partir de critérios definidos coletivamente. Este processo de expansão permitiu, de 1998 a 2001, o aumento de 92.565 matrículas no Ensino Médio da Rede Estadual, em todas as suas modalidades de Ensino, e prepara a garantia de acesso para as 26.565 novas matrículas projetadas para o ano de 2002.

Com a assinatura do termo de adesão ao Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio – PROMED/MEC/BID, em dezembro de 2000, num valor total de R\$ 56,6 milhões, estão sendo viabilizadas as diversas ações para qualificar o atendimento da clientela deste nível de ensino. O primeiro Convênio, assinado também em dezembro de 2000, prevê investimentos de R\$ 11,6 milhões dos quais 60% constitui contrapartida estadual e 40% de recursos do MEC/BID.

Estão em fase de licitação equipamentos de informática para as equipes das CREs e SE num total de R\$ 126 mil, *kit* de livros teóricos para os educadores e educadoras das escolas de Ensino Médio num total de R\$ 98 mil e serviço de impressão para material pedagógico e de divulgação, num total de R\$ 148,8 mil. Em fase adiantada, encontra-se um estudo para viabilizar a contratação de Instituições de Ensino Superior para oferecer Cursos de Formação Inicial – Licenciatura Plena – para educadores que atuam no Ensino Médio com Licenciatura Curta ou Superior sem Licenciatura. A qualificação das equipes das CREs e SE, responsáveis pela condução do processo também se constitui em objetivo importante.

Educação Profissional - A Superintendência de Educação Profissional do Estado do RS - SUEPRO busca construir e coordenar uma política pública para as instituições que ofertam esta modalidade de ensino no Estado. Cerca de 700 cursos técnicos são ofertados em aproximadamente 400 escolas, sendo que 148 escolas são da Rede Estadual.

Entende-se que uma política pública é necessária e estratégica para garantir condições de educação e profissionalização a todo cidadão e trabalhador, na perspectiva de uma cidadania ativa e articulada ao desenvolvimento sustentável de geração de renda, trabalho e tecnologias, em todas as comunidades.

Com essa concepção, o Plano Estadual de Educação Profissional (PEP/RS) prioriza, desde 1999, a manutenção e a qualificação da rede de escolas técnicas públicas. Esse Plano está sendo financiado por recursos do Tesouro do Estado e do Programa Nacional de Expansão da Educação Profissional (PROEP/MEC).

Recursos para Educação Profissional

Em R\$ 1,00				
Região	Escolas	1999	2000	2001
Metropolitana – Delta do Jacuí	2		643.784	203.595
Paranhana – Encosta da Serra	1	54.326	1.300.000	1.150.000
Total	3	54.326	1.943.784	1.353.595

Fonte: Secretaria da Educação

Nota: dezembro/2001 – valores projetados.

DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO

Para viabilizar a democratização da educação não basta democratizar a escola, é necessário compatibilizar o aparelho administrativo com as exigências da democracia. Neste contexto, a Secretaria da Educação discute o mérito da eleição de diretores, a qualificação dos conselhos escolares e a participação nas instâncias do Orçamento Participativo.

Eleição de Diretores - No cumprimento da Lei n. 10.576/95 foram realizados em 1999 e 2001 os processos eleitorais das equipes diretivas das escolas públicas estaduais, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar.

Autonomia Financeira - A Autonomia Financeira é o repasse de recursos financeiros diretamente às escolas da Rede Pública Estadual, para que possam fazer frente às despesas do cotidiano escolar na construção da Escola Democrática e Popular. Estas despesas compreendem as necessárias à manutenção, à aquisição de mobiliários e equipamentos, bem como para a realização de obras de pequeno porte.

Cumprindo o que determina a legislação, a Secretaria da Educação está mantendo em dia os repasses nos seus meses de competência, possibilitando, dessa forma, o planejamento financeiro trimestral das escolas. Na Gestão anterior, havia atrasos nos pagamentos da Autonomia Financeira, causando transtornos aos diretores de escolas, resultando no não cumprimento do planejamento, ficando inclusive, os pagamentos do quarto trimestre do ano de 1998 em atraso, que foram regularizados assim que esta gestão assumiu, ou seja, em 1999.

Atualmente, a Secretaria da Educação está propondo a alteração do Decreto Estadual n. 37.104, de 19/12/96, que regulamenta a Autonomia Financeira, através de reuniões microrregionais promovidas pelas 30 Coordenadorias Regionais de Educação, oportunizando ampla discussão com a comunidade escolar, objetivando garantir recursos suficientes para a manutenção das escolas, transparência na sua aplicação e uma distribuição mais justa entre as escolas.

A partir de agosto de 2001, com a atualização da matrícula real, a observância dos índices que estabelece o Decreto e, a realocação de 40% do valor orçado em investimento para as despesas de manutenção, houve uma melhor distribuição de recursos, propiciando, a um significativo número de escolas, aumento no repasse financeiro para garantir o seu funcionamento, atendendo assim, uma antiga reivindicação das comunidades escolares.

Autonomia Financeira – Abrangência 1999/2001

Em R\$ 1,00

Ano	Nº Escolas	Alunos	Valor
1999	3.015	1.423.707	50.650.689
2000	3.034	1.431.250	51.012.782
2001	3.031	1.430.378	53.981.334

Fonte: Secretaria da Educação

Orçamento Participativo - Desde 1999, a nova sistemática de orçamento - Orçamento Participativo (OP) - vem transformando a relação entre o Governo e a

comunidade do Rio Grande do Sul, com a participação popular na gestão pública. Pela participação direta, voluntária e universal da população nas assembleias do OP/RS todos os cidadãos interessados propõem, debatem e decidem as políticas públicas e o orçamento estadual.

Na Rede Pública Estadual, a qualificação dos espaços pedagógicos é definida pela comunidade no OP. Desde a implantação do Orçamento Participativo a Educação é uma das prioridades dos gaúchos. Em 1999, foi escolhida como segunda prioridade geral no Estado e, em 2000 e 2001, ficou em 1º lugar. A população do Rio Grande do Sul elegeu como necessidades prioritárias: ampliação/reforma de escolas, construção de novas escolas e de quadras poliesportivas e aquisição de equipamentos/materiais, refletindo o desejo de garantir a democratização do acesso e a qualificação da escola pública de qualidade social em todos os níveis e modalidades de ensino.

Em 1999, o Governo da Participação Popular assegurou a execução das demandas apontadas pelos COREDEs no ano de 1998, atendendo as necessidades de obras e equipamentos escolares, bem como a aquisição de veículos para o transporte escolar.

**Recursos Investidos por Região - Obras/1999
Consulta Popular/1998**

Em R\$ 1,00

Regiões	Ampliação		Quadras/Ginásios		Total Investido na Região
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	
Campanha	1	50.049			50.049
Central	13	1.072.849	19	1.267.318	2.340.167
Centro-Sul			1	248.997	248.997
Fronteira Noroeste	5	164.712			164.712
Fronteira Oeste			6	231.347	231.347
Litoral	3	355.903			355.903
Metropolitana - Delta do Jacuí	1	1.000.858			1.000.858
Missões	2	336.105			336.105
Nordeste	15	211.964	3	50.071	262.035
Nordeste Colonial	2	165.002			165.002
Norte			1	36.000	36.000
Paranhana - Encosta da Serra	1	469.366			469.366
Produção	1	465.639			465.639
Serra	13	1.148.167	14	563.365	1.711.532
Sul	23	1.384.602	24	745.808	2.130.410
Vale do Caí	10	241.732			241.732
Vale do Rio dos Sinos	7	3.198.369	13	1.477.371	4.675.739
Vale do Rio Pardo	1	33.656	2	80.000	113.656
Total	98	10.298.971	83	4.700.276	14.999.247

Fonte: Secretaria da Educação

Recursos Empenhados em 1999 – 2000, referentes à Consulta Popular/98

Em R\$ 1,00

Total Geral	Equip. e Mat. Permanentes		Veículos p/Transporte Escolar			Total Geral
	Nº Escolas	Valor	Nº Municípios	Nº Veículos	Valor	
	716	10.116.260	75	113	2.644.500	12.760.760

Fonte: Secretaria da Educação

Nota: os recursos abrangem escolas técnicas e regulares.

Orçamento Participativo 1999 - Plano de Investimento 2000
Obras Escolares

Em R\$ 1,00

Regiões	Construção		Ampliação		Reforma		Quadras		Total Investido na Região
	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	
Alto Jacuí	1	44.676	14	719.623			4	258.490	1.022.789
Campanha	2	322.236	5	960.944	1	40.000	1	85.000	1.408.180
Central	2	92.365	19	1.661.756	3	119.278			1.873.400
Centro-Sul			12	1.212.814			1	190.000	1.402.814
Fronteira Noroeste	2	71.865	9	871.001	1	129.750	1	79.946	1.152.562
Fronteira Oeste	2	659.403	21	1.890.302	2	101.820	1	83.934	2.735.459
Hortênsias	2	226.474	9	922.885	1	140.000	1	217.000	1.506.359
Litoral			10	1.044.803	3	207.910	1	85.000	1.337.713
Médio Alto Uruguai	2	88.734	21	955.021	1	9.997			1.053.752
Metropolitana - Delta do Jacuí	4	3.275.858	12	1.856.582	1	856.651			5.989.091
Missões	1	2.385	20	1.107.482	4	81.963	6	236.447	1.428.278
Nordeste Colonial			10	829.426			5	763.999	1.593.425
Norte	2	74.909	9	858.440			1	48.487	981.836
Paranhana - Encosta da Serra	1	24.288	11	1.195.731			1	67.234	1.287.253
Produção			20	1.865.563	1	37.500			1.903.063
Serra	5	361.748	18	1.819.822	1	44.177	3	150.000	2.375.748
Sul	2	111.848	24	1.881.700	1	36.730			2.030.278
Vale do Caí	1	387.380	3	986.663					1.374.043
Vale do Rio dos Sinos	1	85.000	16	1.793.981	5	360.947	3	959.257	3.199.185
Vale do Rio Pardo	3	133.155	18	1.265.846	4	208.380	3	98.208	1.705.588
Vale do Taquari	3	629.060	5	741.057					1.370.116
Total	36	6.591.384	286	26.441.442	29	2.375.103	32	3.323.002	38.730.932

Fonte: Secretaria da Educação

Orçamento Participativo 2000 - Plano de Investimento 2001
Obras Escolares

Em R\$ 1,00

Regiões	Nº Escolas	Total
Alto do Jacuí	15	666.606
Campanha	3	323.993
Central	30	2.230.949
Centro Sul	12	671.611
Fronteira Noroeste	21	1.114.185
Fronteira Oeste	40	1.988.776
Hortênsias	19	1.162.463
Litoral	12	788.563
Médio Alto Uruguai	20	1.113.124
Metropolitana – Delta do Jacuí	14	1.802.161
Missões	22	1.507.401
Nordeste	8	667.639
Noroeste Colonial	27	1.646.286
Norte	10	1.159.665
Paranhana – Encosta da Serra	10	702.110
Produção	29	2.102.869
Serra	14	992.683

Regiões	Nº Escolas	Total
Sul	17	1.219.221
Vale do Caí	3	504.017
Vale Rio dos Sinos	2	188.954
Vale Rio Pardo	20	1.174.831
Vale do Taquari	4	3.777.304
Total	352	27.505.411

Fonte: Secretaria da Educação

Por sua vez, no tocante a equipamentos e materiais permanentes, no Orçamento Participativo 1999/Plano de Investimento 2000, 401 escolas, de todas as Regiões do Estado, foram beneficiadas. Valor aplicado R\$ 10 milhões.

No Orçamento Participativo 2000 - Plano de Investimento 2001, a questão envolvendo equipamentos e materiais permanentes, obteve os seguintes resultados: 404 escolas beneficiadas, valor aplicado R\$ 10,5 milhões.

Demandas Emergenciais/Institucionais - Devido ao crescimento pontual da demanda escolar em alguns municípios, a pouca representatividade de comunidades indígenas, assentamentos e de pequenas comunidades, junto ao processo do Orçamento Participativo, bem como a situação de algumas escolas que, pelo estado de precariedade apresentam risco à integridade física da comunidade escolar, a Secretaria da Educação tem a responsabilidade de realizar, como demandas emergenciais/institucionais, obras e serviços de conservação dos prédios, além de garantir o provimento de mobiliários e equipamentos básicos das escolas, dando condições favoráveis ao funcionamento e à apropriação do conhecimento pelo aluno.

Face às necessidades pontuais de reaparelhar e qualificar os espaços escolares, de equipar as escolas ampliadas e de prover estoque mínimo, que garantam a continuidade do processo educacional, foram adquiridos bebedouros, mesas de trabalho, estantes, prateleiras, armários, balcões para cozinhas e outros equipamentos, entre os quais destacam-se: 20.300 conjuntos de mesas e cadeiras para aluno, no ano de 2000, e 16.500 em 2001. Deve-se registrar, ainda, a aquisição de 71 máquinas Braille e *kits* de material pedagógico para classes e escolas especiais, beneficiando 8.600 alunos.

No período 1999 a 2000, foram aplicados, nessas demandas, em torno de R\$ 1,7 milhão e no ano 2001 R\$ 2,5 milhões.

No decorrer de 1999, foram construídas 38 escolas, ampliadas 179, 234 sofreram reforma e 48 quadras foram beneficiadas. Em 2000, 17 escolas foram construídas, 76 ampliadas e 283 reformadas. Já, em 2001, foram 24 construções, 26 ampliações e 230 reformas. O montante aplicado nos atendimentos emergenciais/institucionais na rede física foram os seguintes:

Recursos Investidos em Obras Emergenciais/Institucionais

Em R\$ 1,00

Regiões	1999	2000	2001
Alto Jacuí	1.317.471	62.083	64.435
Campanha	503.797	173.257	136.443

Regiões	1999	2000	2001
Central	1.839.812	247.595	606.337
Centro-Sul	958.231	15.836	86.589
Fronteira Noroeste	220.523	89.331	15.756
Fronteira Oeste	1.205.001	252.344	563.696
Hortênsias	763.057	111.699	30.251
Litoral	902.500	335.775	236.159
Médio Alto Uruguai	554.028	109.461	132.004
Metropolitana – Delta do Jacuí	7.323.430	3.683.763	702.284
Missões	1.098.664	226.377	207.737
Nordeste	469.004	332.974	116.339
Noroeste Colonial	925.430	274.743	90.350
Norte	1.359.409	109.498	115.837
Paranhana – Encosta da Serra	159.995	129.750	17.870
Produção	2.314.652	178.846	144.934
Serra	1.993.125	872.163	103.533
Sul	993.578	293.123	249.073
Vale do Caí	203.259	1.037.483	
Vale Rio dos Sinos	2.908.502	1.022.055	863.962
Vale do Rio Pardo	773.974	54.239	139.930
Vale do Taquari	1.717.908	167.841	161.868
Total	30.505.350	9.780.236	4.785.387

Fonte: Secretaria da Educação

Qualificação SE/CREs - Cumprindo as diretrizes da Conferência Estadual da Educação a SE, transformou as Delegacias de Educação em Coordenadorias Regionais de Educação, através do Decreto n. 40.360/00, de 17/10/2000, reorientando seus papéis enquanto instâncias de acompanhamento e assessoria político-pedagógica e administrativa das Escolas da Rede Pública Estadual e de articulação com o conjunto da sociedade.

A Secretaria da Educação, Órgão Central e Regionais, encontra-se em processo de reestruturação, através da implantação de núcleos em seus Departamentos, passando a atuar com uma organização interdisciplinar a partir de coletivos pedagógicos e administrativos, numa relação de saberes, fluxos e procedimentos, que supera a fragmentação estrutural da SE, fortalecendo as CREs, com formação e assessoria para construção de uma educação pública de qualidade social.

As 30 Coordenadorias Regionais de Educação se agrupam em 05 regiões, considerando proximidade geográfica e viária. Cada núcleo de Coordenadorias, composto por 06 CREs, se reúne mensalmente com os Núcleos da SE.

Tendo-se presente que a proposta educacional é viabilizada através do processo de construção coletiva e de regionalização das ações, exigindo deslocamentos sistemáticos dos trabalhadores e mecanismos eficazes na socialização das informações, bem como o elevado estado de depreciação dos veículos, em 2001, foi priorizada a aquisição de 43 veículos distribuídos às 30 Coordenadorias – CREs e SE, para o que foram investidos R\$ 995 mil. Encontra-se em processo de aquisição:

centrais telefônicas, aparelhos de fax, telefones celulares, mobiliários e outros equipamentos a um custo de R\$ 307 mil.

VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

As ações do Governo do Estado estão recuperando a dignidade dos trabalhadores em educação, investindo em formação, atendendo reivindicações históricas e mantendo o diálogo permanente com professores e funcionários de escola. Hoje, os trabalhadores em educação têm ampla participação na definição político-pedagógica da escola, está acontecendo o fim da sobreposição dos níveis, o pagamento das promoções atrasadas, a recuperação das perdas salariais, o resgate da carreira do magistério, a criação da carreira dos funcionários de escolas e a realização de concursos públicos.

Concurso Público - O concurso público é o caminho mais democrático para o ingresso no serviço público, constituindo-se na melhor forma para qualificação e para valorização do servidor. Em 2001, com a realização de novo concurso, foram abertas mais 7.000 vagas. O concurso para ingresso no magistério estadual, realizado em 1999, possibilitou a nomeação, até a presente data, de 11.495 novos professores. Em 2001, com a realização de novo concurso, foram abertas mais 7.000 vagas.

Plano de Carreira do Magistério - O Governo do Estado revogou a Lei n.11.125/98 e, com a promulgação da Lei n.11.390, de 25/11/99, ficou restabelecido o antigo Plano de Carreira com base na Lei n. 6.672/74. Com o objetivo de resgatar reivindicação histórica do Magistério Público Estadual, através da Lei n. 11.662, de 09 de agosto de 2001, regulariza a carreira do magistério, acabando com a sobreposição dos níveis, cujo pagamento está sendo implementado, gradativamente.

Funcionários de Escola – Em 2000, foi criado o Quadro de Servidores de Escola, através da Lei n.11.407/2000, composto pelas categorias: Secretário de Escola, Auxiliar Administrativo de Escola, Auxiliar de Serviços Escolares e Monitor de Escola. Em setembro de 2001, a Lei n.11.672 reorganizou o Quadro, beneficiando cerca de 13.000 servidores. Também, em 2001, foram publicadas as promoções correspondentes ao período de 1989 a 1997, de 19.920 servidores de escolas.

Contratos Emergenciais e Temporários – De acordo com a construção da política de recursos humanos, para garantir o início do ano letivo de 2001, foi providenciada a prorrogação dos Contratos Emergenciais e Temporários de, aproximadamente, 11.000 professores, através das Leis n.11.568 e n.11.434, de janeiro de 2001, dos quais, 8.265 cargos de contratos temporários foram criados nesta Administração, para substituição, gradativa, dos contratos emergenciais. Para o ano letivo de 2000, a Lei n.11.478/2000 autorizou a contratação de 4.500 funcionários – Auxiliar de Serviços Escolares e Secretário de Escola. A prorrogação dos contratos dos servidores para o ano de 2001 foi assegurada pela Lei n.11.558/2000.

Contratos Emergenciais e Temporários

	Servidores		Professores		
	2000	2001	1999	2000	2001
Total	3.377	892	2.131	3.660	2.474
Total Geral	4.269		8.265		

Fonte: Secretaria da Educação

Recuperação Salarial - O Governo concedeu 14,9% de reajuste salarial em 2000, além do pagamento das promoções de 1993, 1994 e 1995 e de 20% de aumento no vale-refeição. Em 2001, o Governo comprometeu-se com 25% de reajuste salarial, parcelado em quatro vezes, o início do pagamento das promoções de 1996 e do retroativo de 1994, o fim da sobreposição dos níveis e da incorporação de 20% do abono. Cerca de 57.000 professores, de todas as Regiões do Estado, estarão sendo beneficiados com o pagamento das promoções de 1993 a 1997 e mais de 75% dos integrantes do magistério terão evolução no seu salário em 15% com o fim da sobreposição dos níveis.

Repercussão Financeira das Promoções do Quadro do Magistério

Em R\$ 1,00

Ano Referência	Data Publicação	Nº de Promovidos	Repercussão Financeira
1993	24/11/1998	12.264	37.980.921
1994	29/12/2000	8.830	38.053.626
1995	19/03/2001	12.546	38.000.000
1996	07/11/2001	8.726	35.333.410
1997		14.501	49.145.882

Fonte: Secretaria da Educação

FINANCIAMENTO E REGIME DE COLABORAÇÃO

O Governo do Estado está desenvolvendo uma política responsável e transparente com os municípios gaúchos. Nessa nova relação, o Grupo de Assessoramento, composto por representantes do Governo, da Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul e Associação Gaúcha Municipalista, define os critérios de uma política para a escola pública com qualidade social. O repasse inovador de recursos para o transporte escolar, o repasse em dia do Salário-Educação/Quota Município, o fim da municipalização, e a contrapartida do Estado para a qualificação da merenda escolar são avanços significativos na relação do Estado com os municípios, inserida na política de desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

Transporte Escolar - O Governo do Estado do Rio Grande do Sul criou, no ano de 1999, o Programa de Transporte Escolar. Ressalta-se que este é um Programa inédito, não existindo na maioria dos outros Estados da Federação. Até esta data, não havia nenhum tipo de auxílio às prefeituras que realizavam o transporte dos alunos da Rede Pública Estadual. O Estado criou tal Programa, embora passando por dificuldades orçamentárias e não havendo uma Política Nacional para o Transporte Escolar. Nestes 03 anos de Governo foram destinados R\$ 21 milhões aos municípios que realizam tal Programa, não recebendo apenas aqueles municípios que não cumpriram o Artigo 212 da Constituição Federal.

Com o Programa Transporte Escolar foram beneficiados 113.000 alunos de 427 municípios no ano 1999, 108.000 alunos de 443 municípios em 2000 e 85.800 alunos de 409 municípios em 2001.

**Recursos Transferidos às Prefeituras Municipais para
Auxílio ao Transporte Escolar**

Em R\$ 1,00

Regiões	Recursos Empenhados		
	1999	2000	2001
Alto Jacuí	159.627	179.139	176.032
Campanha	71.172	96.103	139.949
Central	530.264	602.647	682.819
Centro Sul	135.038	144.454	145.746
Fronteira Noroeste	463.962	456.119	581.599
Fronteira Oeste	146.336	361.027	248.276
Hortênsias	88.561	134.192	174.284
Litoral	258.091	132.020	304.129
Médio Alto Uruguai	489.258	383.228	377.644
Metropolitano - Delta do Jacuí	8.927	34.064	66.072
Missões	295.220	315.219	273.276
Nordeste	327.443	278.348	310.243
Noroeste Colonial	484.162	521.261	407.746
Norte	578.057	481.923	556.208
Paranhana - Encosta da Serra	85.026	85.680	128.856
Produção	523.626	549.297	529.966
Serra	592.962	523.390	537.282
Sul	162.167	275.705	255.054
Vale do Caí	260.364	224.570	244.523
Vale do Rio dos Sinos	105.374	248.659	144.537
Vale do Rio Pardo	442.674	446.762	314.848
Vale do Taquarí	437.347	457.527	400.910
Total	6.645.658	6.931.334	6.999.999

Fonte: Secretaria da Educação

PRADEM – O Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Municipal, surgido em 1988 a partir de alterações no Programa POEM, busca a expansão e melhoria da qualidade do Ensino Fundamental, garantindo o suprimento de servidores em escolas estaduais, em regiões onde não existam servidores disponíveis do Estado. O município faz a cedência de servidores para essas escolas e o Estado ressarcе o município, de acordo com a política salarial municipal. No Governo anterior a cedência dos servidores municipais apresentava um crescimento anual, culminando com 10.785 cedidos no ano de 1998. A partir de 1999, houve significativa redução de servidores contratados, através do Convênio PRADEM, devido à realização de concurso público para o provimento de cargos de professor e à contratação emergencial de 4.500 servidores de escola. Em 1999, reduziu-se para um total de 5.547 servidores vinculados ao PRADEM; em 2000 o número de servidores passou para 4.462 e em 2001 para 2.607. No ano de 1999, foram empregados R\$ 22,6 milhões; em 2000 R\$ 18,4 milhões; e, em 2001, em torno de R\$ 11,2 milhões.

No que concerne ao Salário-Educação, apesar do que determina o art.2º da Lei Federal n. 9.766/1998, de que uma parcela correspondente a, pelo menos, 50% do total dos recursos da Quota Estadual do Salário-Educação deva ser distribuída entre Estado e municípios, com base no número de alunos do Ensino Fundamental das respectivas redes, este Governo está dividindo os recursos na sua integralidade

(100%). Cabe ressaltar que, desde o início desta Gestão, a transferência mensal da parcela correspondente aos municípios está sendo rigorosamente observada.

O Salário-Educação/Quota Município, repassado no ano de 1999, totalizou R\$ 38,2 milhões; em 2000, R\$ 45 milhões; e, em 2001, R\$ 58,3 milhões.

Para atender a Lei n. 9.424/1996 que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), a Secretaria da Educação, repassou aos municípios, em 1999 R\$ 75,2 milhões, no ano de 2000 o valor de R\$ 110 milhões e, em 2001, R\$ 144,8 milhões.

Merenda Escolar - No fornecimento da merenda escolar, a Secretaria da Educação trabalha na qualificação dos produtos alimentícios, considerando maior valor nutricional, menor incidência de conservantes, isenção de corantes e facilidade no preparo. Um dos avanços obtidos nos últimos 02 anos foi o aumento na diversidade da merenda, ampliada para mais de 40 itens, oportunizando às escolas um cardápio mais variado, bem como o respeito às diferenças culturais da merenda nas escolas itinerantes e indígenas, que atendem em torno de 4.000 alunos.

Também são adquiridos alimentos orgânicos, que não contêm agrotóxicos, corantes e conservantes, através da Merenda Agroecológica. Além da qualidade destes alimentos, a compra está beneficiando 137 famílias de pequenos produtores, proprietários de agroindústria familiar e de assentamentos de Reforma Agrária, totalizando 337.000 quilos de alimentos adquiridos.

Dos recursos que ingressam na Secretaria da Educação, provenientes do Programa Nacional de Alimentação Escolar, foram repassados às escolas no ano de 2000, 38% e, em 2001, mais 50%. O repasse através da Autonomia Financeira oportunizou a aquisição direta de gêneros alimentícios, bem como a aquisição de produtos *in natura* para a Merenda Escolar, respeitando assim, os hábitos alimentares, a vocação agrícola de cada localidade e o fomento à produção regional.

Os municípios que se responsabilizam pela compra e distribuição da merenda escolar das escolas estaduais, com os recursos oriundos do FNDE/MEC, são auxiliados financeiramente pelo Estado, que colabora assim, com a qualificação da merenda escolar desse alunado, embora sem a exigência legal. A partir de 1999, os critérios de repasse dos recursos passaram a ser discutidos no Grupo de Assessoramento, com a reativação desse Programa, pois em 1998 não houve repasse dos recursos aos municípios para tal finalidade. Foram repassados, ainda, via Autonomia Financeira, recursos para aquisição de equipamentos para refeitórios e cozinhas no ano de 2000 e, no exercício que passou, foram repassados recursos para a aquisição de gêneros alimentícios.

Merenda Escolar Centralizada

Em R\$ 1,00

Ano	Nº de Alunos	Nº de Escolas	Nº de Municípios	Recurso do FNDE	Recurso do Estado (Transporte e Armazenagem)
1999	327.000	664	43	8.255.248	225.895
2000	359.958	718	56	7.133.487	363.112
2001	430.042	1.042	100	13.913.648	244.652

Fonte: Secretaria da Educação

Merenda Escolar Municipalizada

Ano	Nº de Alunos	Nº de Municípios
1999	662.419	420
2000	611.837	450
2001	527.878	370

Fonte: Secretaria da Educação

Contribuição do Estado para Qualificação da Merenda Escolar das Escolas Estaduais, com Atendimento Municipalizado

Em R\$ 1,00

Regiões	Recursos Empenhados			
	1999	2000	2000 Equipamentos Escolas Estaduais	2001 Repasse aos Municípios
Alto Jacuí	168.844	73.499	68.660	56.458
Campanha	85.318	41.707	45.630	52.494
Central	336.095	159.966	167.270	160.633
Centro Sul	95.375	95.375	45.840	50.299
Fronteira Noroeste	205.384	98.597	121.260	125.449
Fronteira Oeste	333.498	190.194	155.100	243.162
Hortênsias	84.079	42.463	46.490	34.126
Litoral	168.028	65.508	83.790	90.958
Médio Alto Uruguai	198.670	95.388	101.400	93.486
Metropolitano - Delta do Jacuí	501.794	283.801	210.800	380.645
Missões	211.171	102.586	113.250	124.277
Nordeste	159.415	83.403	84.410	69.650
Noroeste Colonial	267.982	128.373	150.130	165.870
Norte	212.933	105.247	112.980	136.376
Paranhana - Encosta da Serra	102.793	33.242	40.900	63.249
Produção	389.416	184.132	174.710	113.474
Serra	225.191	110.062	128.130	132.632
Sul	117.751	52.897	80.100	85.521
Vale do Caí	92.968	49.174	50.440	77.687
Vale do Rio dos Sinos	128.053	46.538	38.800	95.697
Vale do Rio Pardo	264.044	128.050	132.320	145.918
Vale do Taquari	225.719	110.614	127.070	144.988
Total	4.574.521	2.280.816	2.279.480	2.643.049

Fonte: Secretaria de Educação.

Obs: Recursos diretos às escolas estaduais – R\$ 1.321.524.

Esporte e Lazer - Até novembro de 2001, a Secretaria da Educação era o órgão responsável pela operacionalização da Política Pública de Esporte e Lazer do Governo. Através do Departamento de Esporte - DESP, a Secretaria desencadeou uma série de ações, visando promover uma mudança na concepção de esporte ligado ao mercado e à competição.

Dos eventos esportivos desenvolvidos com a comunidade gaúcha, destacam-se:

- Jogos Escolares do Rio Grande do Sul - JERGS – realização envolvendo todas as escolas da Rede Estadual de Ensino.
- Jogos Abertos do Rio Grande do Sul - JARGS - criados em 1999, constituem-se na maior manifestação do esporte de rendimento no Estado, nos quais os municípios campeões representam o Estado nos Jogos Abertos Brasileiros.
- Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul - JIRGS – evento esportivo tradicional do Estado, reestruturado a partir de 1999 com a inclusão de pessoas portadoras de deficiências.
- Olimpíadas Participativas – criadas no ano de 2000, a partir de seminário com movimentos sociais organizados e entidades representativas, buscam a inclusão de grupos historicamente excluídos (remanescentes de quilombos, FEBEM, tribos indígenas e casas de detenção).
- Eventos de Desporto e Lazer Comunitários – Jogos da Integração dos Idosos, Jogos dos Idosos da Região Sul e Jogos Rurais.
- Conferências Regionais de Esporte e Lazer – realizadas com o propósito de diagnosticar os interesses e necessidades dos gaúchos na área de esporte e lazer.

Eventos Esportivos desenvolvidos no RS

	R\$ 1,00		
Eventos	1999	2000	2001
JERGS Valor Beneficiados	R\$ 636.228 75.490 alunos	R\$ 910.930 159.328 alunos	R\$ 1.098.000 160.000 alunos
JARGS/JABS Valor Beneficiados		R\$102.163 2.000 atletas de 80 municípios	R\$ 7.500 2.000 atletas de 80 municípios
JIRGS Valor Beneficiados	R\$ 193.787 20.000 pessoas de 300 municípios	312.488 20.000 pessoas de 300 municípios	R\$ 214.220 20.000 pessoas de 300 municípios
Olimpíadas Valor Beneficiados		R\$ 20.000 2.000 pessoas de 30 municípios	R\$ 3.000 2.000 pessoas de 30 municípios
Eventos Comunitários Valor Beneficiados	R\$ 44.000 100.000 pessoas em 200 municípios	R\$ 12.900 100.000 pessoas em 200 municípios	R\$ 15.000 100.000 pessoas em 200 municípios
Conferências Valor Beneficiados			R\$ 48.104 6.000 pessoas de 122 municípios

Fonte: Secretaria da Educação

A Secretaria da Educação também se preocupou, no período de 1999 a 2001, com a revitalização e qualificação dos espaços físicos destinados à Área do Desporto, investindo R\$ 472,9 mil na recuperação dos ginásios de ginástica e judô, R\$ 27 mil na pista de atletismo, R\$ 53 mil na reforma do ginásio poliesportivo e R\$ 150,3 mil na recuperação do parque náutico. A partir de 21 de novembro de 2001 foi instituída a Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (FUNDERGS),

através da Lei n.11.691/01, destinada a planejar, coordenar e executar a Política de Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul, vinculada à Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer.

Universidade Estadual - UERGS - Criada pela Lei n. 11.646, de 28 de junho de 2001, a UERGS é uma universidade voltada para o desenvolvimento do Estado, buscando a melhoria da qualidade de vida da população e a superação dos obstáculos que restringem a construção da existência plena da cidadania.

A Universidade tem como tarefa produzir conhecimento, organizando a pesquisa, o ensino e a formação permanentes a partir de problemas concretos pertinentes à vida e à cultura do nosso povo.

A UERGS desenvolve cursos nas áreas de Educação, Gestão Pública, Saúde Pública, Gestão Ambiental, Desenvolvimento de Sistemas Agrícolas e Agroindustriais e Desenvolvimento de Sistemas de Produção Industrial.

A estrutura será multicampi e descentralizada, com a implantação gradativa de unidades de ensino que chegarão a todas as regiões do Estado. Além das unidades próprias, a UERGS utilizará outros espaços, através de convênios com universidades comunitárias, prefeituras e estruturas públicas já existentes. A reitoria terá sede própria, em Porto Alegre.

O primeiro vestibular acontecerá em março de 2002 e no mês de abril iniciam as aulas em 18 municípios; em agosto, iniciam cursos em mais 03 municípios e, em março de 2003, terão início cursos em mais 08 municípios. Ao todo, serão 10 cursos, sendo 09 de graduação e 01 de especialização, em 06 áreas, em 29 municípios, nas 22 regiões do Estado.

Além das aulas presenciais, a UERGS trabalhará com aprendizagem em rede, dispondo de interatividade a partir do uso da tecnologia como instrumento de potencialização das relações interpessoais na construção do conhecimento.

Para implantação da UERGS, foram destinados, em 2001, recursos da ordem de R\$ 16 milhões.

4.2.1 Fundação de Articulação e de Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiências e de Altas Habilidades no Rio Grande do Sul – FADERS

A Política Pública Estadual para Pessoas Portadoras de Deficiência (PPD) e Pessoas Portadoras de Altas Habilidades (PPAH), constitui-se em uma política articulada e articuladora de direitos sociais, sendo transversal às demais políticas sociais e de direitos e se concretiza, portanto, nas diversas áreas de atuação do Estado, através de Programas, Ações e Serviços de vários órgãos da Administração Estadual Direta e Indireta.

Nessa perspectiva, a FADERS, apresenta os programas, serviços e ações realizados e/ou em desenvolvimento nas áreas da Saúde, Integração à Produção e ao Consumo, Educação, e Integração Social e Comunitária.

Área da Saúde - Para a Área da Saúde foram definidas as seguintes diretrizes: Redução do Índice de Deficiência; Inclusão da PPD e da PPAH nas Ações Básicas de Saúde; e Suprir as Necessidades de Atendimento Especializado, que se desenvolveram através dos Programas de Prevenção e de Reabilitação.

O Programa de Prevenção objetiva informar e sensibilizar a população quanto às causas dos diversos tipos de deficiência e as formas de combatê-la. Segundo a Organização Mundial de Saúde 70% das causas de deficiências seriam evitadas através de ações preventivas.

Programa de Prevenção para PPD e PPAH

Serviço	Ações Realizadas	Órgão Executor	Público-Alvo
1. Vacinação.	<ul style="list-style-type: none"> • Campanhas de Vacinação. • Atividades Sistemáticas de Vacinação nas Unidades Ambulatoriais do SUS, em todos os municípios do Estado. 	SES	População em geral.
2. Triagem Neonatal (Teste do Pezinho).	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta de material na rede ambulatorial e/ou hospitalar do SUS nos municípios de origem da clientela e análise e resultados dos exames realizados pela Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. • Realização de 79.300 testes. 	SES	Crianças até o 10º dia de nascimento.
3. Campanha permanente de prevenção às deficiências.	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação e distribuição de 30.000 Cartilhas. • Realização de 06 Seminários de Sensibilização, sendo 04 na Cidade de Porto Alegre, 01 em Caxias do Sul e 01 em Cruz Alta. 	FADERS	População em geral.

Fonte: FADERS

Por sua vez, o Programa de Reabilitação objetiva promover serviços e ações que atendam crianças, adolescentes, adultos e idosos portadores de deficiência, oportunizando o tratamento, à redução de incapacidades e ao desenvolvimento das potencialidades e à integração social.

Programa de reabilitação para PPD e PPAH

Serviço	Ações Realizadas	Órgão Executor	Público-Alvo
1. Capacitação de trabalhadores em Saúde para o atendimento à PPD e PPAH, fornecendo subsídios teórico-práticos.	<ul style="list-style-type: none"> • Organização da Rede Estadual de Atendimento Odontológico em conjunto com a Coordenação de Saúde Bucal e a Escola de Saúde Pública da Secretaria de Saúde. • Curso de capacitação de profissionais (dentistas e auxiliares) a partir de 2000. As duas primeiras edições do curso, em 2000, resultaram na capacitação de 30 cirurgiões-dentistas e 15 auxiliares. Em 2001, está sendo realizada a terceira edição, capacitando 16 dentistas e 06 auxiliares. • Capacitação continuada dos trabalhadores do Hospital São Pedro e Instituto Dom Bosco, em conjunto com a Secretaria de Saúde/Coordenação de Saúde Mental, Divisão do Hospital Psiquiátrico São Pedro e Escola de Saúde Pública. Esta ação capacitou 113 trabalhadores. 	FADERS e SES	Trabalhadores em saúde de instituições públicas e privadas.

Serviço	Ações Realizadas	Órgão Executor	Público-Alvo
2. Concessão de órteses e próteses.	<ul style="list-style-type: none"> A partir de 1999, foi proposta e iniciada a descentralização do serviço de concessão de órteses e próteses em 07 macrorregiões das Unidades Ambulatoriais. Atendimento a 412 pessoas portadoras de deficiência. 	SES	Pessoas portadoras de deficiência física, auditiva e visual.
3. Distribuição de medicamentos especiais.	<ul style="list-style-type: none"> Descentralização da distribuição de medicamentos especiais. 	SES	PPD
4. Tratamento fora do domicílio.	<ul style="list-style-type: none"> Pagamento de transporte para 1.929 PPD e acompanhantes que necessitaram de atendimento fora do Estado. 	SES	PPD usuárias do SUS que necessitem de atendimento de saúde fora do Estado.
5. Avaliação e tratamento de crianças, adolescentes, adultos e idosos portadores de deficiência e de altas habilidades.	<ul style="list-style-type: none"> Atendimento sistemático biopsicossocial e pedagógico para pessoas portadoras de deficiência mental, auditiva/surda, visual, autismo, transtornos de desenvolvimento e para pessoas portadoras de altas habilidades. Em 2001 foram atendidas cerca de 800 PPD. 	FADERS	PPD e PPAH.

Fonte: FADERS

Área de Integração à Produção e ao Consumo – Foram definidas, para esta Área, as seguintes diretrizes: Oportunidades Iguais e Direitos Reconhecidos; Qualificação Profissional; Alternativas de Geração Trabalho e Renda; e Inserção no Mercado de Trabalho, que nortearam o desenvolvimento dos Programas Acesso ao Emprego e Geração de Trabalho e Renda.

O Programa Acesso ao Emprego visa apoiar o acesso da PPD e PPAH em concursos públicos ou ao trabalho na iniciativa privada, através de ações conjuntas do Estado e das entidades representativas.

Programa Acesso ao Emprego para PPD e PPAH

Serviço	Ações Realizadas	Órgão Executor	Público-Alvo
1. Intermediação de emprego.	<ul style="list-style-type: none"> Busca de vagas e encaminhamentos da PPD ao mercado formal de emprego. Realização de 05 Seminários “O Trabalho e a PPD”, parceria STCAS/FGTAS/FADERS, nos municípios de Porto Alegre, Ijuí, Santa Maria e Bento Gonçalves, com a participação de 940 pessoas. 	STCAS/FGTAS e FADERS	PPD.
2. Intermediação de estágio.	<ul style="list-style-type: none"> Levantamento das vagas e encaminhamento da PPD para estágios nos órgãos públicos do Estado. 	FADERS	PPD cursando 2º e 3º graus.
3. Qualificar RS.	<ul style="list-style-type: none"> Assinatura de 171 convênios para cursos de formação e capacitação profissional com entidades de PPD de 71 municípios. 	STCAS/FGTAS	Trabalhadores PPD desempregados ou em risco de desocupação, com maior vulnerabilidade social e econômica.

Serviço	Ações Realizadas	Órgão Executor	Público-Alvo
4. Primeiro Emprego.	<ul style="list-style-type: none"> • Contratação pelas empresas, de qualquer porte, de jovens PPD e PPAH, pelo período de 12 meses, com recursos do Estado para custear as contratações durante 06 meses. • Ingresso de 220 PPD. 	STCAS	PPD e PPAH, egressos da FEBEM e Sistema Penal, jovens em situação de risco social e jovens entre 16 e 24 anos, não sendo exigidos critérios de idade, escolaridade e experiência profissional para PPD.

Fonte: FADERS

O Programa Geração de Trabalho e Renda objetiva a constituição de políticas públicas de apoio à iniciativa de produção e/ou criação/manutenção de serviços autogestionários.

Programa Geração de Trabalho e Renda para PPD e PPAH

Serviço	Ações Realizadas	Órgão Executor	Público-Alvo
1. Cooperativa Social de Produção e Trabalho das PPD Ltda. – Coopervisão.	<ul style="list-style-type: none"> • Inserção sócio-econômica de 95 associados portadores de deficiência, sendo que 75 destes associados, na área de prestação de serviços. As ações são desenvolvidas numa parceria entre a Coopervisão, ACERGS, SEDAI e FADERS. 	FADERS e SEDAI	Pessoas portadoras de deficiência visual/cegas.
2. Cooperativa Ocupacional de Porto Alegre – COOPA.	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de 13.970 fraldas geriátricas e 3.000 infantis, tendo assessoria da SEDAI. • Prestação de serviço de produção para empresas pela COOPA. • 130 pessoas portadoras de deficiência cooperativadas. 	FADERS	Pessoas portadoras de deficiências mental e auditiva, com idades entre 18 e 40 anos.
Serviço	Ações Realizadas	Órgão Executor	Público-Alvo
3. Oficina protegida de produção – Centro Abrigado Zona Norte – CAZON.	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação de pessoas portadoras de deficiência mental para o ingresso no mercado de trabalho, ou para trabalhos autogestionários. • Realização de serviços e geração de renda (mão-de-obra terceirizada e geração de renda). 	FADERS	Pessoa portadora de deficiência mental, acima de 18 anos.

Fonte: FADERS

Área de Educação – Na Área de Educação foram definidas as seguintes diretrizes: Democratização da Gestão do Acesso à Escola e ao Conhecimento e Inclusão das Pessoas Portadoras de Deficiência no Sistema Regular de Ensino, destacando o atendimento a suas necessidades educativas especiais, sendo aplicadas nos Programas Escolarização e Garantia do Acesso e Permanência na Escola.

O Programa Escolarização objetiva promover a construção e a produção de conhecimento desse segmento da população, nas modalidades de ensino que atendam da melhor forma suas necessidades específicas. Assim sendo, o Programa foi desenvolvido nas seguintes escolas: Escola de Ensino Fundamental para Surdos Lilia Mazon, que atende crianças e adolescentes portadores de deficiência auditiva e

Serviço	Ações Realizadas	Órgão Executor	Público-Alvo
Educação Especial	<ul style="list-style-type: none"> × Seminários estaduais e regionais de formação de professores na modalidade de Educação Especial. × Curso de capacitação na área da surdez em âmbito estadual. × Curso de capacitação na área das altas habilidades em âmbito estadual. × Cursos de qualificação de professores do ensino regular, com ênfase na área da deficiência mental, nas regiões central e norte do Estado. • Ampliação do atendimento: <ul style="list-style-type: none"> × Ampliação das Salas de Recursos nas áreas de deficiência mental e visual em âmbito estadual. × Criação de uma escola de surdos, de Educação Infantil e Ensino Fundamental, em Santa Maria e criação de Ensino Médio, em escola de surdos, em Caxias do Sul. × Ampliação das classes para alunos com Síndrome de Autismo em Porto Alegre, Gravataí e Canoas. • Implantação e implementação do Centro de Apoio Pedagógico (CAP) em Porto Alegre, atendendo 600 alunos portadores de deficiência visual. • Aquisição de material didático-pedagógico e equipamentos para escolas especiais, classes especiais e salas de recursos. • Efetivação do convênio de compra de vagas na modalidade Educação Especial com escolas particulares. • Intercâmbio e cooperação técnica na área da Educação Especial, entre a Secretaria de Educação e a Universidade de Versailles–França. • Criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), com 10 % das vagas reservadas para PPD. 	SE	Estudantes portadores de deficiência.

Fonte: FADERS

Área de Integração Social e Comunitária – As ações desenvolvidas nesta Área envolvem Integração, Acessibilidade e Assistência Social, com as seguintes diretrizes: Integração Social; Resgate da Identidade; Mudança da Representação Social; Equiparação de Oportunidades; e Igualdade de Direitos na Participação da Vida de suas Respectivas Comunidades.

O Programa Conscientização das Comunidades quanto às Questões da Pessoa Portadora de Deficiência e da Pessoa Portadora de Altas Habilidades objetiva veicular informações e implementar ações de sensibilização, na perspectiva de mudança de atitude e comportamento a cerca da representação social desse segmento populacional.

Programa Conscientização das Comunidades

Serviço	Ações Realizadas	Órgão Executor	Público-Alvo
<p>1. Capacitação de órgãos públicos e privados nas questões específicas da PPD e PPAH.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Rede Brasil Sul de Comunicação/RBS - sensibilização e capacitação dos trabalhadores, objetivando a inclusão da PPD na Instituição. • Projeto "Movimento e Educação para o Trânsito" - sensibilização e assessoramento técnico junto ao Grupo Executivo do Movimento, para atender questões específicas da PPD. • Convênio FADERS e Fundação Zoobotânica - capacitação dos servidores da Fundação Zoobotânica/SEMA - para acolhimento/recepção, atendimento e acompanhamento do público portador de deficiência, bem como assessoria para adequação dos espaços físicos, qualificação das ações de educação ambiental e produção de material institucional acessível a essa população. • Capacitação dos profissionais de Educação Física e áreas afins, bem como adequação de programas e atividades para inclusão da PPD em parceria com o Departamento de Desporto/SE. • Capacitação dos funcionários da INFRAERO para recepção, atendimento e acompanhamento do público portador de deficiência que utiliza meio de transporte (aéreo). • Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Cultura visando à inclusão da PPD nas atividades desenvolvidas nessa área. 	<p>FADERS</p>	<p>Profissionais que atuam junto à PPD.</p>
<p>2. Incluir eventos de Arte, Cultura, Lazer e Desporto para PPD/PPAH</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão das PPD nos eventos esportivos existentes (JIRGS, JARGS, JERGS, outros). • Inclusão das PPD nas Olimpíadas Participativas. • Participação das PPD na construção de novos projetos. • Oferta de espaços e equipamentos para prática esportiva. • Cursos de capacitação de profissionais de educação física, para trabalho com PPD, em quatro regiões, nos municípios de Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre e Santa Maria, com a participação de 640 profissionais. • Processo de implantação de Núcleos de Esporte e Lazer para PPD em cinco regiões do RS. • Apoio a eventos esportivos específicos. • Participação do DESP nos fóruns de discussão. 	<p>DESP/FADERS</p>	<p>PPDs e PPHs.</p>
<p>3. Oficina Protegida Terapêutica - Centro Abrigado Zona Norte.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento da potencialidade das pessoas portadoras de deficiência mental com pouca independência. 	<p>FADERS</p>	<p>Pessoa Portadora de Deficiência Mental.</p>

Fonte: FADERS

O Programa Acessibilidade para Todos tem como diretriz a definição de espaço físico acessível para todos, através do desenho universal, a acessibilidade arquitetônica, urbanística, de transporte e de comunicação.

Programa Acessibilidade para Todos

Serviço	Ações Realizadas	Órgão Executor	Público-Alvo
1. Acessibilidade Arquitetônica.	Com o objetivo de tornar acessíveis os espaços construídos (prédios/construções arquitetônicas e espaços públicos e privados), foram realizadas as seguintes ações: <ul style="list-style-type: none"> • Realização do curso "Município e Acessibilidade" - Atualização do Código de Obras", em parceria com a Coordenadoria Nacional da Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE/MJ). • Assinatura de Termo de Cooperação Técnica FADERS/TUDO FÁCIL, objetivando o acesso aos serviços prestados por esses órgãos a todos os cidadãos. • Assinatura de Termo de Cooperação Técnica entre a FADERS e a Fundação Bienal do MERCOSUL, visando à inclusão da PPD nas atividades da 3ª Bienal do MERCOSUL. 	SOPS	Pessoas portadoras de deficiência física, visual/cego, auditiva/surdo.
2. Acessibilidade urbanística.	Objetivando adequar os espaços, mobiliários e equipamentos urbanos às PPDs foi realizada a seguinte ação: <ul style="list-style-type: none"> • Projeto "Movimento de Educação para o Trânsito" - Sensibilização e assessoramento técnico junto ao Grupo Executivo do Movimento referente às questões da PPD. 	FADERS	Pessoas portadoras de deficiência física, visual/cego, auditiva/surdo.
3. Acessibilidade à informação/comunicação.	Objetivando promover a compreensão e a captação de mensagens verbais e não verbais nas comunicações interpessoais, bem como nas telecomunicações, foram realizadas as seguintes ações: <ul style="list-style-type: none"> • Produção e distribuição de material em Braille, em Ampliado ou Meio Magnético, dos materiais institucionais dos órgãos do Governo. • Realização do curso "Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS)" para trabalhadores de órgãos estaduais e comunidade em geral. • Realização de Oficinas de Informática com o uso do Sistema Operacional DOS-VOX, para agentes multiplicadores de entidades representativas de Portadores de Deficiência Visual/Cegos. 	FADERS	Pessoa portadora de deficiência visual (cego) e auditiva (surdo).

Fonte: FADERS

As diretrizes que envolvem a Assistência Social são voltadas para o Redimensionamento, Qualificação e Descentralização dos Serviços de Atendimento; e a Implantação de Novos Processos e Serviços, na perspectiva de uma mudança conceitual e cultural, tendo como princípio a convivência com a PPD e PPAH, bem como sua inserção e integração na comunidade e seu pleno exercício da cidadania.

O Programa Garantia dos Direitos Sociais da PPD e PPAH em Situação de Vulnerabilidade objetiva a oferta de múltiplas atividades, envolvendo diversas políticas, tais como: Assistência Social, Educação, Saúde, Cultura, Esporte, entre outras, visando à garantia da inclusão desse segmento na vida social e comunitária.

Programa Garantia dos Direitos Sociais da PPD e PPAH

Serviço	Ações Realizadas	Órgão Executor	Público-Alvo
1. Programa Família Cidadã.	Visando garantir o desenvolvimento da cidadania e a inclusão social da família em situação de vulnerabilidade social, através de benefício monetário para complementação mensal de rendimentos e do acesso a programas e serviços das demais políticas públicas sociais, foram realizadas as seguintes ações: <ul style="list-style-type: none"> • 4.935 famílias atendidas; • 966 PPDs beneficiadas. 	STCAS	Famílias em situação de vulnerabilidade social com crianças, adolescentes ou idosos que, entre outras situações de vulnerabilidade, sejam PPD.
2. Grupos de Convivência.	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de Grupos de Convivência em 257 municípios do Estado, beneficiando 5.167 PPD. 	STCAS	PPD.
3. Mapeamento da Rede de Serviços às PPD e PPAH no Rio Grande do Sul	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação e distribuição de 2.000 Catálogos de Recursos - Instituições de Atendimento, Entidades Representativas e Organizações da Defesa de Direitos na área da PPD e PPAH. 	FADERS	Organizações governamentais e não governamentais de atendimento e representação de PPD e PPAH no Rio Grande do Sul.
4. Abrigagem para pessoa portadora de deficiência.	<ul style="list-style-type: none"> • Objetivando garantir a proteção em serviço de abrigagem para pessoas portadoras de deficiência em situação de abandono e risco social e que necessitem tratamento altamente especializado, foram realizadas as seguintes ações: • Manutenção de abrigos em 05 municípios, beneficiando 164 PPD. • Reordenamento do Abrigo Dom Bosco - assessoria técnica junto à Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, Secretaria da Saúde/Coordenação de Saúde Mental e Escola Pública de Saúde. 	STCAS	PPD em situação de vulnerabilidade e risco social.

Fonte: FADERS

Semana Estadual da Pessoa Portadora de Deficiência – Realização das V, VI e VII Semanas Estaduais da PPD, em cumprimento à Lei Estadual n. 10.414 de 26/06/1995. A realização da Semana Estadual da PPD articula a proposta da FADERS, de descontinuação das formas tradicionais com que o Estado, em todos os seus níveis, entende e trata as questões relativas às pessoas portadoras de deficiência e pessoas portadoras de altas habilidades, através de um processo que faça a ruptura de visões centradas nos conceitos de “atendimento/assistência” e, em seu lugar, instaure um novo paradigma, norteado pelos conceitos de cidadania e de direitos humanos.

Em todas as programações ocorreram atividades artísticas, musicais, culturais e desportivas, além de seminários, debates e painéis de informação e conscientização:

- 1999 V Semana Estadual da PPD – “Atuando para Transformar”;
- 2000 VI Semana Estadual da PPD – “Acessibilidade para Todos”;
- 2001 VII Semana Estadual da PPD – “PPD – A Pessoa Primeiro”.

Ações de Qualificação Profissional dos Trabalhadores da FADERS –

No âmbito dos trabalhadores que atuam na FADERS também foram garantidas importantes conquistas, sendo a mais significativa a equiparação salarial com a FEBEM, corrigindo, assim, uma distorção salarial histórica e atendendo a mais antiga reivindicação dos trabalhadores, sendo que a média de aumento somente na isonomia foi de 53,15%.

Foram, proporcionados, ainda, aos trabalhadores da FADERS, no período entre 1999 até 31/10/2001, 88 cursos de formação ou capacitação, beneficiando 376 trabalhadores e perfazendo 2.779h de capacitação.

Ações de Acessibilidade à Comunicação – Promovida a implantação da Telefonia para Surdos (TDD) através de articulação com a CRT.

Área Recursos Orçamentários da FADERS – No que diz respeito aos recursos financeiros próprios da FADERS também houve uma sensível melhora. Embora ainda insuficientes para fazer frente a uma demanda social, historicamente reprimida e não atendida, o aumento no orçamento da FADERS em um contexto de readequação das finanças públicas estaduais e de um grande esforço de governo para superar a herança recebida das Administrações anteriores, sinaliza igualmente um reconhecimento, por parte do Governo do Estado, da relevância social desta política pública.

4.2.2 Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha – FETLSVC

A Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, vinculada à Secretaria da Educação, desenvolveu, no triênio, inúmeras atividades voltadas ao ensino técnico, à formação profissional e ao atendimento de alunos de baixa renda.

Formação Profissional – A formação profissional de nível técnico é a finalidade da Fundação, criada e instituída em 1967.

No triênio 1999 a 2001, a Fundação manteve em regular funcionamento 05 cursos profissionais de nível técnico, nos 03 turnos, com os seguintes resultados:

Resultados da Formação Profissional 1999/2001

Cursos Técnicos	Matrículas			Formandos 1999/2001			TOTAL
	1999	2000	2001	1999	2000	2001	
Química	598	705	769	131	90	100	321
Mecânica	518	624	675	106	84	84	274
Eletrotécnica	465	583	647	74	65	54	193
Eletrônica	532	612	632	75	73	50	198
Segurança do Trabalho	137	196	204	66	24	45	135
Total		2.927		452	336	333	1.121

Fonte: FETLSVC

Encontra-se em funcionamento também o Curso de Extensão em Mecânica Automotiva, cerca de 90 técnicos concluíram o curso, em 2001. Foram aplicados, no triênio, na formação profissional, em torno de R\$ 32 milhões.

Houve, nesta Gestão Administrativa, no tocante à formação profissional, um aumento de 500 matrículas, no comparativo do período de 1995 a 1998.

Atendimento a Alunos de Baixa Renda – A escola beneficiou os alunos de baixa renda com vale-transporte, vale-refeição, material escolar e isenção das mensalidades. Desse modo, 33% dos alunos foram isentos da contribuição da mensalidade; 60% dos alunos tiveram redução de até 50% do valor e apenas 7% são pagantes do valor integral. Esta ação está a cada ano beneficiando um maior número de alunos.

No ano de 1999, o número de alunos isentos correspondeu a 30%; alunos com redução da mensalidade a 63%; e alunos pagantes do valor integral a 7%. Por sua vez, no ano de 2000, 31% dos alunos foram isentos da mensalidade, 62% tiveram redução e 7% pagaram o valor integral.

Os recursos dispendidos no triênio, pela Fundação, com o atendimento a alunos de baixa renda, atingem em torno de R\$ 45 mil.

Atualização e Capacitação dos Servidores – Constitui-se em meta primordial da Fundação oportunizar a atualização do seu corpo docente, técnico e administrativo. Anualmente, são oferecidos seminários de atualização pedagógica, que ocorrem no início dos semestres letivos, bem como convidados profissionais de destaque para palestras e cursos. Os servidores que realizam cursos de graduação, especialização, pós-graduação, mestrado e doutorado, nas suas áreas de atuação, são beneficiados com a redução de sua jornada de trabalho para poder se dedicar ao curso. Assim, no período de 1999 a 2001, foram 128 servidores com dispensa relativa do ponto.

Construção do Módulo II – A Construção do Módulo II, envolve a ampliação da capacidade operacional com vistas à qualificação do Ensino Médio. As obras da construção do Módulo II ainda não foram iniciadas, estando em fase de licitação.

Reaparelhamento dos Cursos Mantidos pela Fundação Liberato – A FETLSVC, no ano de 2000, deu início ao reaparelhamento operacional dos cursos mantidos, bem como adquiriu livros e material didático objetivando qualificá-los. Foram aplicados, no triênio, em torno de R\$ 170 mil nessas ações.

Integração da Fundação Liberato no Projeto da Universidade Estadual – UERGS – A partir do ano de 2000, foram realizados vários fóruns, debates, reuniões, audiências e mobilizações da comunidade escolar e da região em prol da criação da Universidade Estadual, bem como para sediar, na Fundação Liberato, um núcleo da mesma. A escola é a sede do núcleo tecnológico da UERGS em Novo Hamburgo.

Atendimento às Empresas – A Fundação, no intuito de prestar apoio tecnológico para o desenvolvimento, prestou diversos serviços às empresas do parque industrial da Região.

No ano de 1999, os serviços prestados pela FETLSVC incluíram testes de laboratório, usinagem de peças em geral, análises e ensaios. No ano de 2000, foram mantidos os serviços de usinagem de peças, testes, análises e ensaios para o mesmo universo de empresas. Por sua vez, no ano de 2001, a prestação de serviços a empresas da Região incluiu usinagem de peças, furação, mandrilagem, afiação, análises, ensaios, cursos de CIPA e cursos para a qualificação de órgãos diversos, em parceria com a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações.

Parque de Inovação Tecnológica – Nos anos de 1999 e 2000, foram iniciados os contatos com empresas, visando à parceria neste projeto, tendo sido definidos como parceiros o SEBRAE, a FEEVALE, a Prefeitura de Novo Hamburgo e o Grupo Editorial Sinos.

No ano que passou, houve a conclusão do projeto e está em análise a viabilidade de implantação junto aos parceiros.

Realização da MOSTRATEC e do SIET – A Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia - MOSTRATEC - é realizada anualmente, estando, no ano de 2001, na 16ª edição. Realiza-se também, no mesmo período, o Seminário Internacional de Educação Tecnológica - SIET, nesse ano, na 8ª edição. Esses 02 eventos vem crescendo ano a ano, com a participação de um número cada vez maior de escolas, tanto do Brasil, quanto do exterior. Os países participantes foram: Brasil, com representação dos Estados do Ceará, Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Argentina; Paraguai; Uruguai; Chile; Peru; Equador; Venezuela; Colômbia; México; Estados Unidos; França; Turquia e Moldávia.

Visitam a Feira, anualmente, aproximadamente, 9.000 pessoas e participam do SIET em torno de 100 pessoas.

No ano de 1999, foi realizada a 14ª MOSTRATEC com 116 projetos, e o 6º SIET com 85 participantes; em 2000, a 15ª MOSTRATEC - 115 projetos e o 7º SIET com 87 participantes; e, no de 2001, a 16ª MOSTRATEC - 117 projetos e o 8º SIET - 107 participantes.

Realização e Promoção de Cursos de Curta Duração e Extensão – Foram realizados, nesta Gestão administrativa, 80 cursos de curta duração, envolvendo as Áreas de Química, Eletrônica, Mecânica, Eletrotécnica, Segurança do Trabalho e Serviços, para atualizar, qualificar e requalificar trabalhadores empregados e desempregados.

Gestão Participativa – No ano de 1999, foram iniciados os estudos da legislação educacional federal e da estadual, que se estenderam durante o ano de 2000, bem como reuniões de planejamento, objetivando a reestruturação dos cursos técnicos da Instituição.

No ano de 2001, realizaram-se vários encontros, seminários, assembleias, reuniões, com os professores, pais, funcionários e alunos para garantir o comprometimento de todos esses segmentos nas decisões da FETLSVC, elaborando o Projeto Político-Pedagógico da Instituição, os Planos de Curso e o Regimento Escolar.

Primeiro Emprego – A partir de junho de 2001, a Fundação, através de um convênio com a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, ministrou cursos de preparação para o Programa Primeiro Emprego nas Cidades de Novo Hamburgo e Parobé. Foram atendidos, nesse ano, 662 jovens.

4.3 SECRETARIA ESPECIAL DA HABITAÇÃO – SEHAB

Em maio de 1999, a proposta do Governo Democrático e Popular, de criação da Secretaria Especial da Habitação, foi aprovada por unanimidade na Assembléia Legislativa. Com a SEHAB, vieram a 1ª Conferência de Habitação, que reuniu mais de 6.000 pessoas; a reativação do Conselho Estadual de Habitação; a criação dos Programas Moradia Popular, Regularização Fundiária e Cooperativismo Habitacional. A SEHAB também desenvolve projetos e programas em parceria com outros órgãos do Governo Estadual e Caixa Econômica Federal (CEF), sendo eles, o Projeto Santa Marta, Projeto Morada São Pedro, Programa de Habitação para os Povos Indígenas, o PIMES Habitacional – Programa Integrado de Melhoria Social e, mais recentemente, o Programa Habitação Rural, esse distinguido com Selo Mérito 2000, da Associação Brasileira de COHABs. Além disso, o Governo do Estado celebrou, com a Caixa Econômica Federal, o convênio Desconto em Folha para Aquisição da Moradia, para os funcionários públicos estaduais.

A atual Administração tem a determinação de enfrentar o enorme déficit habitacional gaúcho, acumulado ao longo de décadas e estimado em 450.000 habitações. Atender tal demanda não é tarefa para 04 anos. Mas é imperativo planejar e criar instrumentos para enfrentá-la.

A SEHAB assumiu a gestão da política habitacional, na qual a habitação é definida como direito universal do cidadão. Uma política que propicie e garanta a democratização das decisões, o aporte técnico e econômico aos municípios e demais promotores.

A política habitacional que o Governo do Estado vem implementando, de acordo com as diretrizes da Conferência Estadual, tem o caráter descentralizador, com responsabilidade econômica. O Estado repassa, a fundo perdido, até 50% dos recursos destinados a investimentos em habitação e os municípios e outros agentes promotores, tais como cooperativas habitacionais, participam com os outros 50%. Assim, evidencia-se o incentivo à forma de aplicação direta dos recursos, o fomento ao desenvolvimento da economia local, e a geração de trabalho e renda.

Através dos Conselhos e Fundos Municipais da Habitação, instituídos com a participação popular, a sociedade organizada exerce o controle social, delibera as ações, define os critérios para a escolha dos beneficiários e o valor das prestações, bem como fiscaliza a aplicação dos recursos públicos.

Após 03 anos desses Programas Estaduais, nos quais os recursos e os municípios vêm sendo definidos pela participação popular no OP, foram beneficiadas 43.000 famílias, com um investimento de mais de R\$ 55 milhões, somente do Tesouro Estadual, sem contar a contrapartida dos municípios. Ainda não é o suficiente, mas representa 11 vezes mais que o investido nos 04 anos do Governo anterior.

Programa Moradia Popular - Este Programa, criado em 1999, garante o acesso à moradia das populações urbanas e rurais, de acordo com a capacidade de endividamento dos beneficiários, através de uma política que estimule a capacidade de gestão das administrações municipais. O Moradia Popular atende a população com renda familiar de até 05 salários mínimos, e tendo seus recursos definidos no processo do Orçamento Participativo Estadual e aplicados de acordo com a Lei n. 10.529/95, do Sistema Estadual de Habitação.

O limite estabelecido na aplicação dos recursos é de R\$ 5 mil por unidade habitacional; R\$ 1,5 mil por melhorias; e R\$ 1,5 mil por lote urbanizado. O Município participa dispondo da terra, da obra de infra-estrutura, da mão-de-obra e dos projetos técnicos, conforme o caso. Os valores são depositados no Fundo Municipal de Habitação, criando, assim, um instrumento para o desenvolvimento de um sistema local de habitação. O beneficiário paga prestações de até 20% da sua capacidade de renda.

Os municípios participantes do Programa deverão, obrigatoriamente, constituir Conselho e Fundo Municipal de Habitação, conforme critérios definidos na 1ª Conferência Estadual da Habitação.

Até novembro de 2001, foram firmados 267 convênios com 202 municípios, beneficiando 13.505 famílias. Foram 3.026 casas, 8.941 lotes urbanizados, 1.136 ampliações e 419 módulos sanitários. Foram investidos, através dos recursos do Tesouro Estadual, R\$ 27,9 milhões. O total dos investimentos no setor de produção de moradias, proporcionado pela política habitacional desenvolvida pelo atual Governo, incluída a contrapartida dos municípios, atingiu, no final do exercício que passou, o montante de R\$ 53,5 milhões.

Convênios do Programa Moradia Popular - Período 1999/2001 - Por COREDES

Região	Municípios	Recursos (R\$ 1,00)	Famílias
Alto do Jacuí	18	1.060.210	920
Campanha	3	747.529	425
Central	4	113.881	32
Centro-Sul	5	392.064	337
Fronteira Noroeste	21	543.877	294
Fronteira Oeste	12	2.017.819	1.892
Hortênsias	2	72.954	60
Litoral	4	174.800	79
Médio Alto Uruguai	16	499.554	165
Metropolitana -Delta Jacuí	7	7.692.835	3.629
Missões	23	799.478	407
Nordeste	22	548.400	170
Noroeste Colonial	10	337.653	133
Norte	1	22.000	Tranf.p/2002
Paranhana	2	36.000	22
Produção	5	239.000	96
Serra	2	314.422	117
Sul	22	2.438.458	779
Vale do Caí	3	127.000	141
Vale do Rio dos Sinos	13	9.420.178	3.648
Vale Taquari	7	356.241	130
Total	202	27.954.359	13.505

Fonte: SEHAB

Na etapa 1999, 29 empreendimentos foram concluídos; 86 estão em execução; 10 em fase de licitação ou aprovados, e autorizados para início das obras; 02 em análise ou programados e 24 transferidos, totalizando 151.

Na etapa 2000, 04 empreendimentos foram concluídos; 14 estão em execução; e 18 em fase de licitação ou aprovados e autorizados para início das obras; 05 em análise ou programados e 03 transferidos para outros programas ou modalidades, totalizando 44.

Na etapa 2001, dos 66 municípios previstos, 57 já estão com os Planos de Trabalho aprovados e em fase de assinatura dos convênios (48 já assinados e destes, 43 também sumulados) e 08 serão executados diretamente por falta de interesse das Prefeituras; os demais encontram-se em processo de habilitação.

Os processos licitatórios para execução direta de 13 obras, nas quais não houve convênio com as prefeituras estão na CELIC, em processo final.

Programa de Regularização Fundiária - A regularização fundiária de áreas ocupadas irregularmente e consolidadas é uma das principais diretrizes da política habitacional da SEHAB. O Programa objetiva a inclusão social e urbana dos setores (populações) que não têm acesso à moradia, pelas políticas tradicionais de produção da habitação.

A regularização fundiária promove a melhoria das condições de habitabilidade e a legalização da posse das famílias moradoras em áreas estaduais, através da execução de obras de urbanização e da comercialização de lotes.

O Programa também prevê repasses de recursos para a urbanização e regularização de ocupações em áreas municipais ou privadas, através de convênios assinados com as prefeituras.

A SEHAB vem atuando na regularização de 40 áreas estaduais, localizadas em 15 municípios, beneficiando 20.265 famílias, com um investimento de R\$ 4,4 milhões.

Programa de Regularização Fundiária - Período 1999/2001 - Por COREDE

Em R\$ 1,00

Região	Município	Área	Famílias beneficiadas	Investimento
Vale do Caí	Estância Velha	Rincão dos Ilhéus	56	59.000
	Capela de Santana	Capela de Santana	384	64.850
Total	02	02	440	123.850
Serra	Caxias do Sul	Vitória	374	49.817
		COOESP	600	82.110
		Conquista	275	27.025
		Marumbi	36	25.000
Total	01	04	1.285	183.953
Norte	Erechim	Chácara 167	43	-
Total	01	01	43	
Fronteira Oeste	Itaqui	Vila Bonsucesso	120	37.000
Total	01	01	120	37.000

Região	Município	Área	Famílias beneficiadas	Investimento
Médio Alto Uruguai	Lageado do Bugre	Perímetro Urbano	125	18.000
	Trindade do Sul	Quadra	09	-
Total	02	02	134	18.000
Noroeste Colonial	Panambi	Lot. Klaesner	50	58.000
Total	01	01	50	58.000
Metropolitana – Delta do Jacuí	Gravataí	Nova Esperança	700	338.457
		Xará	550	1.004.159
	Porto Alegre	Vila Claréu	103	96.048
		Vila Bororó	113	38.212
		Vila Salvador França	202	164.886
		Vila São Pedro	303	464.705
		Vila João Pessoa	372	24.081
		Vila FEE/Pantanal	202	7.577
		Vila Nova Esperança	200	7.502
		Vila Santa Clara	300	11.253
		Vila Linha de Tiro/Morada do Sol	60	2.250
		Vila São Miguel	3.000	486.121
		Vila IPE/São Borja	881	51.568
		Vila São Judas Tadeu	490	13.965
		Vila Ecológica	300	-
		Vila Gaúcha	154	-
		Vila Juliano Moreira	133	-
		Vila Soldado João	107	-
		Vila Baronesa Gravataí		
Vila Aparício Borges		-		
Total	02	19	8.110	2.710.788
Central	Santa Maria	km ²	264	94.200
		Santa Marta	4.000	401.156
Total	01	02	4.264	495.356
Vale do Rio dos Sinos	Araricá	Morada Nobre	155	159.213
		União Operária	1060	184.632
	Canoas	João de Barro	1075	55.806
		7 de Outubro	1000	170.675
	Sapucaia do Sul	Floresta	1200	34.200
		Pedro Simon	450	170.676
	São Leopoldo	Bairro Vicentina	132	14.500
		Parque Mauá	747	39.104
Total	04	08	5.819	828.808
Total Geral	15	40	20.265	4.455.757

Fonte: SEHAB

O Programa de Regularização Fundiária vem sendo implementado, observando as metas estabelecidas. As dificuldades, enfrentadas, na grande maioria, decorrem do próprio processo de regularização realizado de forma lenta e gradativa (por etapas).

Programa de Incentivo às Cooperativas Habitacionais Autogestionárias - PROCOOP - Este Programa foi criado em 2000, começando a operar em dezembro. Apóia o desenvolvimento dos projetos executados pelas cooperativas habitacionais autogestionárias, reconhecendo-as como agentes promotores de habitação de interesse social, tanto no meio urbano quanto no rural. Através deste, a SEHAB vem

fornecendo suporte técnico e educacional aos grupos associativos que queiram organizar-se em cooperativas, e às prefeituras que desejarem desenvolver programas específicos de formação de cooperativas habitacionais.

Entre os pré-requisitos necessários ao enquadramento no Programa, são necessárias a participação no Orçamento Participativo Estadual, demandando a temática Fomento ao Cooperativismo Habitacional; e a priorização na seleção final das demandas, assim como a associação dos beneficiários, que tenham renda familiar mensal de até 05 salários mínimos, às cooperativas.

Até 2001, foram investidos, através dos recursos do Tesouro Estadual, R\$ 2,9 milhões, beneficiando mais de 5.000 famílias.

Programa de Incentivo às Cooperativas Autogestionárias - Período 1999/2001

Em R\$ 1,00

Região	Municípios	Cooperativas	Investimentos	Famílias
Campanha	Bagé	COOHAMI	108.000	100
	Candiota	COOTRACAN	25.000	80
Total	02	02	133.000	180
Central	Júlio de Castilhos	COOHAJUC	38.000	20
Total	01	01	38.000	20
Fronteira Oeste	Alegrete	COOPHTEA	12.000	20
Total	01	01	12.000	20
Médio Alto Uruguai	Trindade do Sul	COOHATRIN	32.000	20
Total	01	01	32.000	20
Metropolitana – Delta do Jacuí	Alvorada	COOPUMBU	104.000	150
	Cachoeirinha	Coop.Trab.Edu. de Cachoeirinha	89.000	21
	Porto Alegre	COOHALPI	41.250	250
		COOHATEPA	82.500	24
		COOHARE	41.250	95
Coop. Parque dos Maias	175.183	698		
Total	03	06	533.183	1.238
Missões	Santo Ângelo	COOHATRAL	65.037	25
		COOHASA	76.000	150
		COOHAMIS		
Total	01	03	141.037	175
Nordeste	Vacaria	COOPHIA	52.000	25
Total	01	01	52.000	25
Noroeste Colonial	Condor	COOHASS	32.000	20
Total	01	01	32.000	20
Norte	Erechim	COOPERABIC	54.618	35
Total	01	01	54.618	35
Paranhana	Parobé	Coop. Hab. Parobé	30.000	35
	Rolante	Pôr do Sol	17.500	20
	Taquara	COHATTAL	40.000	20
Total	03	03	87.500	75
Produção	Carazinho	COOHATEC	49.976	20
Total	01	01	49.976	20

Região	Municípios	Cooperativas	Investimentos	Famílias
Serra	Bento Gonçalves	Novo Horizonte	13.957	21
		Serrana	28.333	35
		Novo Tempo	14.973	18
		Sonho Meu	13.846	45
		Encanto Serra	13.098	35
	União da Serra	17.977	22	
	Farroupilha	Grupo BM	11.800	25
	Garibaldi	COOHAC	36.000	24
Total	03	08	149.986	225
Sul	Pelotas	COOHABSUL	18.000	234
		COOHATEPEL	17.000	20
	Rio Grande	CMCC	45.970	20
Total	02	03	80.970	274
Vale do Caí	São José do Hortêncio	COOPSÃO	21.000	25
Total	01	01	21.000	25
Vale dos Sinos	Campo bom	COHABEVI	244.492	314
	Dois Irmãos	COHANOLA	70.000	78
	Esteio	Mãos Amigas	20.000	20
	Nova Hartz	COOPHEVA	76.000	50
	Novo Hamburgo	Serv. Publ. Mun. Paraíso	46.000	155
			226.544	168
	São Leopoldo	Cooperprogresso	61.790	375
		Cooperduque	120.000	180
		Coopervale	55.500	260
Cooperaugusto		35.500	77	
Cooperunião		35.500	103	
Sapiranga	Coop. Inquilinos I	125.958	181	
	Coop. Inquilinos II	87.163	423	
	Coop. 12 de Fevereiro	41.200	79	
Sapucaia do Sul	COOPERAMOBEM	161.000	527	
Total	08	14	1.406.649	2990
Vale Rio Pardo	Encruzilhada do Sul	COOHABESUL	15.000	15
Total	01	01	15.000	15
Vale do Taquari	Lajeado	Nossa Casa	71.000	40
Total	01	01	71.000	40
Total Geral	31	49	2.909.920	5.397

Fonte: SEHAB

O Convênio com a Federación Uruguaya de Cooperativas de Viviendas por Ayuda Mutua (FUCVAM) é um projeto-piloto que vem sendo desenvolvido no Estado em conjunto com a SEHAB, através do Departamento de Fomento ao Cooperativismo

Habitacional Autogestionário (DECOOP), beneficiando as cooperativas do Município de Nova Hartz, Cooperativa Nascente do Vale; e Esteio, Cooperativa Mãos Amigas, para produção de moradias por ajuda mútua. Tanto os técnicos da SEHAB, quanto os das cooperativas realizaram um intercâmbio com a FUCVAM, objetivando capacitarem-se ao acompanhamento do Convênio.

Os investimentos são de R\$ 160 mil para a Cooperativa Mãos Amigas, em Esteio e de R\$ 284 mil para a Cooperativa Nascente do Vale, em Nova Hartz.

Programa Habitação Rural - O Programa, criado em 1999 e operando desde 2000, através da Secretaria Especial da Habitação e do Gabinete da Reforma Agrária, vem sendo desenvolvido com o objetivo de fornecer casas de qualidade, a baixo custo, às famílias de trabalhadores rurais, nos assentamentos do Rio Grande do Sul. A construção do projeto contou com o apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Nesse Programa são oferecidos 03 modelos de casas para escolha dos assentados: de 02 e 03 dormitórios e por tipo de material para a construção – madeira, alvenaria ou mista (madeira com argamassa).

O Programa Habitação Rural, envolve o repasse dos recursos da Reforma Agrária – R\$ 5 mil a cada família que tiver o projeto de moradia aprovado. A liberação do crédito é feita mediante à aprovação do projeto individualizado de moradia, com orçamento completo dos materiais, melhor custo e qualidade, cotados em pelo menos 03 empresas fornecedoras.

O financiamento será pago em 16 anos, com 04 anos de carência, prestações sem juros e valor baseado no preço do milho.

A Secretaria Especial da Habitação fornece o suporte técnico, como plantas, projetos e assistência na construção. Os agricultores beneficiados escolhem o projeto e o tipo de material mais adequado. O Governo do Estado, por meio deste Programa, quer melhorar a qualidade de vida do trabalhador rural assentado, garantindo condições dignas de moradia.

O Programa Habitação Rural vem sendo desenvolvido em 25 municípios, localizados em 12 regiões, beneficiando 2.643 famílias, com um investimento de R\$ 13,3 milhões. Os recursos são oriundos do Programa da Reforma Agrária, sendo R\$ 311 mil, da Secretaria Especial da Habitação.

Projeto Santa Marta - Coordenado pela Secretaria Especial da Habitação, o projeto de reorganização espacial, qualificação urbana e regularização fundiária da Fazenda Santa Marta, iniciou em 1999 e propõe uma política de inclusão social para as 4.000 famílias que moram no local. A área, de 1.126ha, localizada em Santa Maria, não estava cumprindo sua função social e as políticas públicas previstas estavam estagnadas. A partir de então, o Governo do Estado começou a construir um projeto de desenvolvimento sustentado, no qual essas políticas fossem integradas e alicerçadas na participação popular. A comunidade passou a deliberar e fiscalizar a execução das ações e programas.

A Fazenda Santa Marta está se transformando em bairro, a ocupação urbana está sendo regularizada e o acesso às políticas que garantem educação, cultura, lazer, saúde, transporte e trabalho vai assegurar a qualidade de vida e o resgate da cidadania. A área está gerando trabalho e renda, através da revitalização do distrito industrial e de políticas integradas, bem como manterá as características rurais, por meio da implantação do projeto de desenvolvimento agrário e de preservação e recuperação ambiental.

As ações desenvolvidas no Projeto foram:

- Radicalização da Democracia - Constituição de conselho popular com representantes eleitos por quadra, com caráter deliberativo, nos quais os poderes públicos estadual e municipal detêm 20% dos delegados, sendo os outros 80% eleitos pela própria comunidade.
- Habitação – Promovida a suspensão da taxa de ocupação e o retorno dos recursos em obras, sendo que os valores recolhidos serão descontados do valor final dos lotes. Houve, ainda, a recuperação emergencial de 18km de vias internas, de um total de 28km existentes; a implantação de 320 novos pontos de iluminação pública; o cadastramento sócio-econômico de, aproximadamente, 4.000 famílias existentes; o levantamento cadastral físico (topografia e planialtimetria) do total dos 1.160ha; e a elaboração de projeto de reassentamento em fase de demarcação dos lotes, para remoção das casas e abertura de novas ruas.
- Reforma Agrária – Nesta área houve a implantação de assentamento com 25 famílias; a construção de 17 casas de alvenaria e, em fase de construção, mais 04 em solocimento. Esses assentados já estão comercializando seus produtos a preços populares, de porta em porta, para a população moradora da parte urbana do projeto.
- Educação – Para a educação, houve a construção e a ampliação de escola estadual, criando 600 novas vagas; a implantação de 07 turmas do MOVA, alfabetizando cerca de 120 pessoas; e a implantação de 03 turmas do EJA, beneficiando, aproximadamente, 90 jovens e adultos.
- Assistência Social – Nesta área a preocupação envolve a questão “trabalho”, com a realização de 13 cursos de qualificação profissional, beneficiando mais de 400 pessoas; 04 coletivos de trabalho, com um total de 120 vagas; 40 famílias beneficiadas pelo Programa Família Cidadã; e a implantação do núcleo de produção artesanal com 25 famílias.
- Saneamento – Realizada a regularização das ligações de água e das contas com parcelamento das dívidas.

Programa de Habitação para os Povos Indígenas - Este Programa foi lançado em agosto de 2001 e vem sendo desenvolvido em 05 municípios, beneficiando 289 famílias, com um investimento de R\$ 288,2 mil.

O Programa de Habitação para os Povos Indígenas é resultado do esforço do Governo do Estado, através de várias secretarias, dentro de uma filosofia de desenvolvimento sustentável, a fim de atender o pleito das Comunidades Indígenas do Rio Grande do Sul.

O Programa, coordenado pela SEHAB, vem sendo discutido com as comunidades beneficiadas, respeitando as suas culturas e incentivando o uso de tecnologias alternativas, através de um grupo de trabalho, com a participação da

Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA), da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (STCAS) e do Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI).

Cabe à SEHAB a elaboração dos projetos das moradias, acompanhamento e supervisão da execução das obras; ao CEPI a deliberação e a fiscalização das ações do Programa; à SEMA disponibilização das cargas de madeira apreendidas para a construção das casas; à SAA participação com os recursos financeiros do RS Rural, para a aquisição de bens, serviços e equipamentos, bem como para a capacitação técnica dos membros da comunidade, beneficiamento e transporte da madeira; e à STCAS, a criação de oportunidades de trabalho e renda para a comunidade indígena, através do Programa Coletivos de Trabalho.

Projeto Morada São Pedro - O Morada São Pedro, projeto integrado do Governo do Estado, que reúne programas das Secretarias da Habitação (SEHAB); da Saúde (SES); e do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (STCAS), está preparando a regularização fundiária das Vilas São Pedro e Salvador França, em Porto Alegre, com o objetivo de minimizar duas formas de exclusão social: a que obriga milhões de pessoas a morarem nas cidades sem acesso à terra legal, serviços, infra-estrutura e trabalho e renda, e outra que confina os portadores de sofrimento psíquico a viverem anos em hospitais.

Com um investimento de R\$ 3,8 milhões do Tesouro do Estado, o Morada São Pedro vai garantir a moradia, para aproximadamente, 1.800 pessoas, entre usuários do Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP) e moradores das 02 vilas. Das 91 novas casas, 55 serão para moradores da Vila São Pedro e 36 para moradores do Hospital. As casas para os inscritos no Programa de Regularização Fundiária terão 33,97m² cada, podendo ser ampliada pelo morador, com um segundo pavimento, para 67,94m². As casas destinadas aos usuários do HPSP terão 48,30m², com capacidade para 04 pessoas. Áreas de lazer e de geração de renda serão implantadas no entorno.

PIMES Habitacional - O Programa PIMES Habitacional, atualmente suspenso devido à Lei de Responsabilidade Fiscal, objetiva fortalecer a capacidade de investimento do Poder Público Municipal, através de ações integradas que resultem em melhoria da qualidade de vida das populações urbanas, possibilitando o acesso à moradia, mediante o desenvolvimento de projetos destinados à reurbanização e à regularização de áreas degradadas, reassentamento de populações localizadas em áreas de risco e/ou insalubres e utilização de vazios urbanos dotados de infra-estrutura básica.

Este Programa do Governo do Estado compreende a atuação das Secretarias da Habitação e da Coordenação e Planejamento, tendo como gestor técnico o BANRISUL e agentes executores, as prefeituras municipais. Porto Alegre é o único município que está executando obras com os recursos do PIMES Habitacional, pois a contratação do financiamento ocorreu antes da promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse Projeto foram investidos R\$ 6,5 milhões, beneficiando 528 famílias.

Desconto em Folha para a Aquisição da Moradia - Desde outubro de 1999, vigora o Convênio firmado entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Caixa Econômica Federal (CEF), proporcionando ao servidor público estadual, acesso a

linhas de crédito para a aquisição da casa própria, com o desconto das prestações em folha de pagamento. O Convênio já beneficiou 1.133 funcionários estaduais, especialmente, os trabalhadores das áreas da Educação e da Segurança. O Desconto em Folha propicia linhas de crédito para moradia com taxas diferenciadas, de acordo com a renda dos servidores.

Programa Habitar Brasil – Este Programa prevê o repasse de recursos do Orçamento Geral da União (OGU) ao Governo do Estado que convenia com os municípios, objetivando a produção de empreendimentos habitacionais. Nos 03 anos do Governo Democrático e Popular, foram desenvolvidas as etapas de 1997, 1998, 1999 e 2000. Desde 1999 foram repassados R\$ 9 milhões aos municípios conveniados, que já construíram 1.883 unidades habitacionais, com 74 obras concluídas. Existem ainda 41 empreendimentos em andamento que receberão mais R\$ 2,8 milhões até a sua conclusão.

Além da conclusão das obras das etapas de 1997 e 1998, constata-se a diminuição dos recursos federais destinados ao Governo Estadual a saber:

➤ Habitar Brasil – Etapa 1997	R\$ 8.085.360,00
➤ Habitar Brasil – Etapa 1998	R\$ 6.072.360,00
➤ Habitar Brasil – Etapa 1999	R\$ 200.000,00
➤ Habitar Brasil – Etapa 2000	R\$ 50.000,00
➤ Habitar Brasil – Etapa 2001.....	R\$ 0,00

4.3.1 Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul – COHAB/RS– em liquidação

Os conjuntos habitacionais da COHAB/RS – em liquidação – estão localizados em 113 municípios, totalizando 91.263 unidades habitacionais. Até o final de 2001, a Secretaria Especial da Habitação, através da Companhia, deixou aptos a receberem suas escrituras mais de 74.000 mutuários.

Apesar de ser um órgão em liquidação, a COHAB possui a responsabilidade de solucionar problemas históricos, enfrentados pelos mutuários, como de irregularidades na posse das áreas ou apartamentos e dificuldades no acesso às escrituras dos imóveis já quitados.

Em 1999, a COHAB realizou, junto com a Caixa Econômica Federal, a Campanha de Quitação Antecipada, que beneficiou mais de 40.000 mutuários. Também está sendo feita a Campanha de Escrituras dos Imóveis que, através de um convênio, inédito no Brasil, com os tabelionatos e cartórios de registros, reduziu os custos para os mutuários na obtenção das escrituras, proporcionando ainda mais agilidade no processo de entrega.

Comparativo de Imóveis da COHAB Quitados, Regularizados e Escriturados

Ação	Período 1995/1998	Período 1999/2001
Imóveis Regularizados	38.937	37.313
Imóveis Quitados	20.470	55.078
	Desde o início da COHAB	
Escrituras	488 Entregues	Entregues: 9.305
	Desde o início da COHAB	Aptos a receber: mais de 74.000 mutuários

Fonte: COHAB

Recuperação do Conjunto Habitacional Ney Azambuja - Bagé - Este Conjunto Habitacional, comercializado há mais de 18 anos, no decorrer de sua existência, apresentou problemas estruturais, motivando ação judicial da Associação dos Moradores contra a COHAB, que ajuizou contra a construtora responsável pela obra. Com sentença favorável à Companhia, foi firmado um Termo de Acordo, entre as partes envolvidas, na qual a construtora se comprometeu a recuperar todo o conjunto habitacional, sob a fiscalização da COHAB e da Associação dos Moradores. A recuperação é de 576 apartamentos, beneficiando, aproximadamente, 2.200 pessoas.

Recuperação Física do Conjunto Habitacional Fernando Osório - Pelotas - Firmado Contrato de Cooperação Técnica entre a COHAB/RS - "em liquidação" e a Universidade Católica de Pelotas, visando à recuperação física do Conjunto Habitacional, através da organização dos próprios moradores, desenvolvendo conceito de cidadania, democratização das relações e a construção de espaços comuns para lazer. A Companhia disponibilizará a quantia de R\$ 36,9 mil. Esse Conjunto possui 1.504 apartamentos e essa ação visa beneficiar 6.000 moradores.

Recuperação Física do Conjunto Habitacional Santa Bárbara - Cruz Alta - Foi firmado Convênio de Cooperação Técnica para Recuperação do Conjunto Habitacional Santa Bárbara - Cruz Alta, entre a COHAB/RS - "em liquidação", a CORSAN, Secretaria de Habitação, Assistência e Bem-Estar de Cruz Alta e a Universidade de Cruz Alta. O Convênio visa à recuperação física do Conjunto Habitacional, através da organização dos próprios moradores; do desenvolvimento do conceito de cidadania; da democratização das relações; e da modificação do comportamento dos moradores, através da promoção de eventos educativos, despertando o sentimento de respeito, responsabilidade e valorização do ambiente urbano de moradia e melhoria das condições de saneamento e urbanização do núcleo. Esse Conjunto possui 624 apartamentos e a ação destina-se a beneficiar 3.300 moradores.

Recuperação Física de Problemas Construtivos e por Falta de Manutenção - São Vitor - Caxias do Sul - Em fase de negociação com a Construtora Ábaco que, em parceria com a COHAB, propõem-se a corrigir os problemas construtivos e, em negociação com os moradores, através da organização dos próprios, buscando desenvolver o conceito de cidadania, enfrentando os problemas por falta de manutenção. Esse Conjunto possui 208 apartamentos e a ação objetiva beneficiar em torno de 1.000 moradores.

Projeto Fazenda Santa Marta - Santa Maria - A Fazenda Santa Marta compreende uma área de 1.200ha, desapropriado pelo Estado, sendo que 343ha foram destinados à COHAB, para construção de habitações de interesse social. Nesta área existem, aproximadamente, 4.000 famílias.

Em março de 1999, foi lançado pelo Governo do Estado, através da COHAB, o Projeto Fazenda Santa Marta, que consiste na reorganização espacial, qualificação urbana e regularização fundiária. Assinado Convênio com a Prefeitura e a Universidade de Santa Maria para elaboração dos projetos urbanísticos da Fazenda, envolvendo a recuperação de ruas, construção da escola estadual, iluminação pública, geração de trabalho e renda e recuperação do pontilhão. Foram previstos R\$ 429,3 mil, dos quais foram aplicados R\$ 238,9 mil.

Regularização do Conjunto Habitacional Guajuviras - Canoas - Foi assinado com a CORSAN, convênio para a recuperação do esgoto. O Projeto de regularização imobiliária encontra-se no cartório para fins de averbação, dependendo da Certidão de Existência, a ser fornecida pela Prefeitura de Canoas. Este conjunto possui 5.293 apartamentos e essas ações objetivam beneficiar 20.800 moradores.

4.4 SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA – SJS

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria da Justiça e da Segurança, levou a efeito e tem planejado diversas iniciativas de integração das polícias, visando redimensionar as atividades para a prestação de serviços e melhoria do acesso dos cidadãos aos serviços de segurança, padronizando os procedimentos e valorizando o servidor público, através da qualificação profissional.

Nesse sentido, foram desenvolvidas diversas ações, ao longo dos 03 primeiros anos da atual Administração, que a seguir serão elencadas.

Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP) – Implantado no ano 2000, o CIOSP opera na Capital, dando suporte ao atendimento emergencial de ocorrências policiais, de bombeiros e de perícias. As atividades do Centro, se resumem no atendimento aos chamados da comunidade, no despacho de patrulhas, no controle de viaturas pelo Sistema de Posicionamento Globalizado (GPS), no repasse estatísticos dos dados, bem como na centralização de ações policiais.

Integração das Estruturas Físicas – A integração dos serviços da Brigada Militar e da Polícia Civil, em um mesmo espaço físico, visa à otimização dos recursos humanos e financeiros, qualificando a prestação dos serviços. Dentre as medidas está a implantação de um sistema de formação integrada, no qual participaram 1.600 servidores. A implementação dessa política objetivou atender os municípios de menor população, pois, apesar das dimensões reduzidas de quadro de pessoal, a integração potencializa o trabalho. Os Municípios que já se integraram são: Arroio dos Ratos, Glorinha, Pirapó, Nova Araçá e Triunfo.

Divisão de Estatística, Análise e Estudos Criminológicos – Com a criação da Divisão de Estatística, Análise de Dados e Estudos Criminológicos, o Governo do Estado buscou integrar as bases de dados, gerenciadas pela Polícia Civil, Brigada Militar, Superintendência dos Serviços Penitenciários e Instituto-Geral de Perícias, através de um sistema de informações sobre a violência e a criminalidade, onde, tanto a própria SJS como outros órgãos da administração pública e sociedade em geral dispõem dessas informações.

Programa-Piloto para a Polícia – No ano de 2001, esse Programa foi desenvolvido, experimentalmente, no Município de Caxias do Sul, tendo por objetivo a unicidade do atendimento ao cidadão a partir da mudança de metodologia nas práticas operacionais e administrativas dos órgãos de segurança pública, através de ações sistêmicas e complementares; da intensificação dos projetos de qualificação dos prestadores de serviços; e, do envolvimento dos segmentos sociais nas discussões do fenômeno da criminalidade. A cidade de Caxias do Sul foi escolhida, entre outras razões, porque constituiu-se num centro regional importante do Estado e, por ser a segunda cidade em população, reproduz a diversidade e a complexidade das

características social, econômica e policial da Capital, além de possuir um movimento comunitário ativo, organizado e atuante.

Internet – A utilização desse instrumental de informática, em 2001, permitiu a disponibilidade de informações referentes às ocorrências da área da segurança pública, uma vez que contém os números referentes aos anos de 1999, 2000 e ao primeiro semestre de 2001, distribuídos por municípios, delito e região.

Audiências Públicas – Inicialmente, no ano de 1999, com o intuito de colher informações da sociedade para verificar quais as suas dúvidas, anseios e vontades quanto ao emprego das estruturas de segurança do Estado, em especial a Polícia Civil e a Brigada Militar, bem como dar conhecimento à sociedade do projeto de segurança pública, foram realizadas diversas audiências públicas. Após 02 anos de realizações e implementações das ações propostas pelo Estado, em parceria com a sociedade gaúcha, uma nova rodada de audiências em todas as regiões do Estado foi realizada para prestação de contas.

Em relação ao ano de 2001, foram realizadas 45 audiências públicas, reunindo mais de 6.000 pessoas em todo o Estado.

Centro de Referência ao Atendimento da Criança e do Adolescente (CRAI) – O CRAI, como centro de referência, propiciou uma melhoria no atendimento da criança e do adolescente vítima de violência no lar e ou maus tratos. O Centro contará com uma equipe interdisciplinar de profissionais, atendendo de pronto os casos encaminhados, tratando-os com uma visão mais da saúde do que do ponto de vista policial, propriamente dito.

Com suas atividades, iniciadas em 2001, irá atender, primeiramente, a Região Metropolitana do Estado. A SJS é co-partícipe junto com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado, Ministério Público, Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, Secretaria Estadual da Saúde, ONGs, Fundações dentre outros, de maneira a proporcionar um atendimento melhor e mais qualificado à criança. Os profissionais da Polícia Civil e do Departamento Médico Legal, através da qualificação e capacitação, darão atendimento sistêmico adequado a casos dessa natureza com a colocação de um posto policial no local de atendimento, administrado pela Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente (DECA).

Mediação nas Ações dos Movimentos Sociais – A SJS, desde 1999, vem promovendo a mediação nas ações dos diferentes movimentos sociais, como: Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra, Índios, Sem Teto, Movimento Pequenos Agricultores, Movimento Atingidos por barragens, Greve dos Caminhoneiros, Greve Geral, e outros, abrangendo toda a população do Estado.

Controle Social dos Serviços de Segurança Pública – Considerando as diretrizes e propostas aprovadas na 1ª Conferência Estadual de Justiça e Segurança, foi implementado o Conselho Estadual de Justiça e da Segurança. Esse Conselho tem um caráter democrático na formulação, avaliação e fiscalização das políticas de segurança e, ainda, contribuir no estabelecimento dos Conselhos Municipais. Estes, por sua vez, com papel fiscalizado e com caráter propositivo e avaliador das políticas na área da segurança pública, constituir-se-ão em aprimoradores dos canais de participação popular, proporcionando dessa forma, um pleno controle social e uma melhor relação

entre a sociedade e Estado.

Política Estadual de Combate à Violência dos Direitos da Mulher – O Governo do Estado do Rio Grande do Sul promoveu uma série de políticas específicas de combate à violência e de garantia dos direitos da mulher.

Em 1999, foram instaladas delegacias de atendimento à mulher em Pelotas e um posto especializado para o atendimento de mulheres vítimas em Viamão. No ano de 2000, foram criados os postos de Guaíba, Santa Maria e Santa Rosa e, em 2001, os de Sapucaia do Sul, Novo Hamburgo, Rio Grande, São Luiz Gonzaga, Carazinho, Palmeira das Missões e Passo Fundo.

Os servidores da segurança também receberam formação e qualificação relacionadas à questão de gênero. No curso de formação de inspetores e escrivães da Polícia Civil participaram 115 escrivães, além de 150 delegados, 252 soldados da BM e 247 agentes penitenciários.

Foram realizadas, também, 03 edições do Seminário das Servidoras da Justiça e da Segurança, a fim de sensibilizar as agentes na política de combate à violência e garantia dos direitos da mulher. O evento contou com a participação de cerca de 500 servidoras.

Outra medida importante, foi o fim da revista íntima em todos os presídios gaúchos, em novembro de 2001. Com isso, o Governo encerrou uma prática histórica e vexatória, de desrespeito e constrangimento a que eram submetidos os familiares dos apenados.

Segurança Pública e o CODESUL – A partir do ano de 1999, o Governo do Estado, através da SJS tem participado do Colegiado de Segurança Pública dos Estados do Sul do País, promovendo reuniões com os Secretários de Segurança e Grupos Técnicos Operacionais, visando à atuação integrada das polícias desses estados.

Fórum de Ensino – Esse Fórum reuniu, em 1999 e 2000, 60 servidores representantes das áreas de formação e ensino dos Órgãos Operacionais, participando conjuntamente a partir da troca de experiências e avaliação crítica e participativa da construção da nova política pedagógica da SJS. Os beneficiários foram os servidores dos 04 Órgãos Operacionais da Secretaria da Justiça e da Segurança, na região do Delta do Jacuí.

Capacitação de Servidores – Na área de formação e qualificação foram realizados diversos cursos, objetivando melhorias na prestação de serviços e o atendimento à população, conforme quadro abaixo:

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

1999		
CURSOS	Nº SERVIDORES CAPACITADOS	ÓRGÃO
Informática	3.120	BM, IGP, PC e SUSEPE
Programa de Atualização e Formação de Servidores (Uso da Força e da Arma de Fogo)	180	BM, IGP, PC e SUSEPE
Oficinas de Metodologia e Planejamento Comunicativo no Serviço de Segurança Pública	330	BM, IGP, PC e SUSEPE
Planejamento Comunicativo	50	IGP
Oficinas Temáticas	14	Ouvidoria de Justiça e Segurança
Formação de Delegados	150	PC
TOTAL	3.844	
2000		
Atualização sobre Ações Básicas de Segurança Pública: Uso da Força e da Arma de Fogo	1.373	BM, IGP, PC e SUSEPE
Gerenciamento e Resolução de Conflitos e Situações de Crise	63	BM, PC e SUSEPE
Prevenção e Investigação sobre Novas Modalidades de Crimes	40	BM e PC
Técnicas de Apuração de Crimes Violentos	30	BM e PC
Formação Integrada - 1ª Edição	836	BM, PC e SUSEPE
Formação de Multiplicadores em Prevenção e Aconselhamento em DST/AIDS	222	BM, PC e SUSEPE
Capacitação em DST/AIDS	227	BM e PC
TOTAL	2.791	
2001		
Mediação e Negociação Institucional	80	BM, PC e SUSEPE
Prevenção e Repressão a Novas Modalidades de Crimes	120	BM, IGP, PC e SUSEPE
Gestão e Atualização Policial	612	BM, PC e SUSEPE
Geoprocessamento Aplicado à Segurança Pública	70	BM, PC e CIOSP
Capacitação e Sensibilização em Saúde Ocupacional	30	BM, IGP, PC e SUSEPE
CIOSP - Levantamento Institucional	75	BM e PC
Ações Básicas de Segurança Pública (Uso da Força e da Arma de Fogo)	2.080	BM, PC e SUSEPE
Curso Avançado do Uso da Força e da Arma de Fogo	160	BM, PC e SUSEPE
Inspeção Veicular e Prevenção do furto e Roubo de Veículos	80	BM, PC e SUSEPE
Gestão em Justiça e Segurança Pública	120	BM, PC e SUSEPE
Controle e Resolução de Conflitos e Situações de Crise	40	BM, PC e SUSEPE
Polícia Comunitária	120	BM, PC e SUSEPE
Formação Integrada - 2ª Edição	755	BM, PC e SUSEPE
Atividade de Inteligência, Controle e Resolução de Conflitos e Crises, Local de Crime, Gestão e Gerenciamento de Segurança Pública, Estatística e Análise Criminal, INFOSEG e Informática (¹)	36	BM e PC
Formação Pessoal e Profissional do Agente de Segurança Pública (²)	120	BM, IGP, PC e SUSEPE
TOTAL	4.498	

Fonte: Secretaria da Justiça e Segurança

Nota: (¹) Em parceria com o Ministério da Justiça. (²) Em parceria com a Universidade Federal de Pelotas.

Em 2001, foi realizado o Seminário “O Papel das Universidades na Construção de Novos Modelos de Polícia”, no qual foram discutidos novos modelos de polícia a partir de estudos realizados em universidades. Participaram, aproximadamente, um total de 600 servidores da Brigada Militar, Polícia Civil, SUSEPE e IGP de todas as regiões do Estado.

Termo Circunstanciado – Em 2000, face à edição da Portaria n. 172/2000 e da Instrução Normativa Conjunta da SJS n. 01/2000, a Brigada Militar passou a confeccionar os Termos Circunstanciados (TC), dinamizando o encaminhamento das infrações penais de menor potencial ofensivo, cumprindo a Lei n. 9.999/94. Para isso, foi adotado uma série de procedimentos que vão desde as necessárias normatizações internas específicas e do constante e aprofundado treinamento ao efetivo envolvido, até a instalação de programas para a otimização do gerenciamento e processamento dos TC confeccionados e o seu controle estatístico. Sua execução foi implementada nos Municípios de Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Farroupilha, Lagoa Vermelha, Nova Prata, Rio Grande, Sananduva, Santa Maria, Uruguaiana e Vacaria.

Ouvidoria – A Ouvidoria da Justiça e da Segurança, instituída em 17 de agosto de 1999, pelo Decreto n. 39.668 recebeu, até o final de 2001, 1.464 denúncias. Dessas, 1.147 são procedimentos em andamento e 317 foram arquivadas.

A Ouvidoria, com a atribuição de encaminhar a denúncia aos órgãos correicionais para que sejam tomadas providências, realizou 2.426 encaminhamentos. Entretanto, retornaram nos primeiros 26 meses 1.691 respostas, referindo-se a justificativas de servidores denunciados ou de seus superiores, envio de documentos, informes sobre procedimentos adotados e suas conclusões, entre outros. Além disso, foi comunicado a abertura de 278 sindicâncias, instaurados 125 inquéritos policiais militares (IPMs), 103 inquéritos policiais civis, 53 processos administrativos dentre outros procedimentos.

Foram, denunciados, em juízo, 52 servidores das policias civil e militar, além da exclusão de 02 policiais militares, bem como afastados 43 servidores.

Nas 1.464 denúncias, foram acusados pelo menos 2.158 servidores dos órgãos de segurança pública. Desses, 1.213 são da Brigada Militar, 825 da Polícia Civil, 32 do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), 53 da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), 27 do Instituto-Geral de Perícias (IGP) e 08 da Secretaria de Justiça e da Segurança.

PROTEGE – Em 2000, foi criado o Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Testemunhas Ameaçadas (PROTEGE), através do Decreto n. 40.027. Esse Programa tem por objetivo amparar as vítimas de coação, oferecendo ajuda financeira e segurança particular. Somente nos primeiros meses de funcionamento, a SJS, através do PROTEGE, realizou a proteção de várias pessoas na própria residência das testemunhas, em quartéis ou delegacias.

No ano de 2001, foram atendidas, pelo Programa, desde a sua criação, 51 testemunhas; beneficiadas, 36 e acusadas 38 pessoas envolvidas em crimes de narcotráfico, latrocínio, prostituição infantil, corrupção policial e abigeato.

Segurança Pública – No período de 1999 a 2001, o Governo do Estado vem buscando dinamizar as ações na área de segurança pública, dando suporte ao desenvolvimento das atividades prestadas pelos órgãos operacionais que são: Polícia Civil, Brigada Militar, Superintendência dos Serviços Penitenciários e Instituto-Geral de Perícias. Cabe destacar que, em relação aos investimentos, foram aplicados recursos em obras físicas e no reaparelhamento operacional, sendo que, a partir do ano de 2000, o direcionamento destes foi através do Orçamento Participativo.

POLÍCIA CIVIL

Efetivos Ativos da Polícia Civil – Ao longo dos anos, a Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul tem enfrentado problemas de defasagem no seu quadro de pessoal. Em 1995 e, em 1998, o efetivo legal previsto era de 10.791 cargos, entretanto a Polícia Civil apresentava, em 1998, um efetivo ativo de apenas 5.732, deixando vagos 5.059 cargos. Em 1999, para o mesmo efetivo legal, existiam 5.616 cargos providos para 5.175 cargos vagos. Em 2001, para o mesmo efetivo legal previsto, 5.413 cargos estavam providos e 5.378 cargos encontravam-se vagos. Cabe considerar que, além da quantidade de policiais, a modernização dos meios operacionais e recursos disponíveis, bem como as estratégias empregadas agilizam e potencializam, de forma multiplicadora, as atuações de polícia judiciária. Em números gerais, a Polícia Civil contou, em 1995, com 5.984 servidores policiais; em 1999 passou a ter 5.616; e, no ano de 2001, registrou 5.643.

A variação de efetivos policiais demonstra uma oscilação regular, na maioria das vezes compensando aposentadorias, desligamentos e óbitos, com o ingresso de novos concursados mas, nunca alcançando uma aproximação mais significativa com o efetivo legal previsto.

Particularmente, no ano de 1996, foi assinalada a saída de 66 policiais civis pelo Plano de Demissões Voluntárias (PDV), apontando um efetivo restante de 6.257 policiais.

A tabela abaixo retrata a evolução dos efetivos da Polícia Civil nos últimos anos:

Efetivos da Polícia Civil

1995	1996 PDV	1997	1998	1999	2000	2001
5.984	6.257	5.973	5.732	5.616	5.449	5.643

Fonte: Polícia Civil

A política de pessoal da Polícia Civil, além do esforço permanente de recomposição dos seus quadros, centra-se na qualificação crescente dos efetivos para que, com eficiência e eficácia, possam desempenhar suas funções.

Ressalta-se que, dos 3.037 alunos que freqüentaram os 110 cursos realizados, em 1999, 2.855 eram policiais civis e 182 servidores não-policiais. Da mesma forma, em 2000, dos 2.945 alunos dos 34 cursos realizados; 1.887 eram policiais civis; 976 policiais militares e 82 da SUSEPE. Em 2001, do total de 2.889 alunos dos 83 cursos; 2.315 eram policiais civis; 360 policiais militares; 132 agentes do IGP; 39 da SUSEPE e 43 não-policiais.

Isso posto, é possível verificar, na tabela abaixo, o aumento no volume de realização de cursos, da ampliação das horas/aulas e dos beneficiários (agentes alcançados), bem como à sua constante interiorização.

Cursos e Treinamentos - Academia da Polícia Civil - ACADEPOL/RS

Itens	1999	2000	2001
Cursos	110	34	83
Beneficiários	3.037	2.945	2.889
Carga Horária/h	2.151	3.380	4.491
Cursos de formação	149	0	453
Cursos de Aperfeiçoamento	3.184	1.163	1.704
Cursos Extraordinários	45	1.782	632
Total de horas aula	8.764	6.760	6.720
Cidades contempladas(*)	33	17	15

Fonte: Polícia Civil - ACADEPOL

Nota: (*) **1999** - Montenegro, Camaquã, São Jerônimo, Santana do Livramento, Ijuí, Cruz Alta, Passo Fundo, São Luiz Gonzaga, Bagé, Santa Maria, Caxias do Sul, Santo Ângelo, Lagoa Vermelha, Rio Grande, Porto Alegre; **2000** - Montenegro, Camaquã, São Jerônimo, Santana do Livramento, Ijuí, Cruz Alta, Passo Fundo, São Luiz Gonzaga, Bagé, Santa Maria, Caxias do Sul, Santo Ângelo, Lagoa Vermelha, Rio Grande, Porto Alegre, Pelotas e Osório; **2001** - Montenegro, Camaquã, São Jerônimo, Santana do Livramento, Ijuí, Cruz Alta, Passo Fundo, São Luiz Gonzaga, Bagé, Santa Maria, Caxias do Sul, Santo Ângelo, Lagoa Vermelha, Rio Grande, Porto Alegre, Pelotas, Osório, Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Bento Gonçalves, Gravataí, Cachoeira do Sul, Taquara, Guaíba, Gramado, São Francisco de Paula, Vacaria, São Gabriel, São Borja, Alvorada.

Comparando os dados do período de 1995 a 1998, conforme tabela abaixo, com o período de 1999 a 2001, percebe-se o aumento no número de cursos realizados, no número de alunos beneficiados, na carga horária dos cursos e nos aperfeiçoamentos ministrados.

Cursos e Treinamentos - Academia de Polícia Civil - ACADEPOL/RS

Itens	1995	1996	1997	1998
Cursos	01	29	28	67
Beneficiários	1.397	1.242	1.522	2.900
Carga Horária/h	1.200	1.391	1.172	1.432
Cursos de formação	1.397	0	0	20
Cursos de Aperfeiçoamento	0	667	47	1.681
Cursos Extraordinários	0	575	1.125	1.199
Total de horas aula	1.800	2.036	1.707	2.148
Cidades contempladas (*)	0	6	7	18

Fonte: Polícia Civil - ACADEPOL

Nota: (*) **1995** - não há dados referentes a instrução fora da capital de Porto Alegre; **1996** - Bagé, Santa Maria, Cachoeira do Sul, Imbé, Santiago e Porto Alegre; **1997** - Santa Maria, Porto Alegre, Santiago, Lajeado, São Luiz Gonzaga, Bagé e São Gabriel e **1998** - Santa Maria, Porto Alegre, Santiago, Lajeado, São Luiz Gonzaga, Bagé, São Gabriel, Pelotas, Santana do Livramento, Caxias do Sul, Passo Fundo, Ijuí, Cachoeira do Sul, Santa Cruz do Sul, Candelária, Três Passos, Santa Rosa e Santo Ângelo.

Com relação aos investimentos realizados, na Polícia Civil, estes compreendem melhoria na infra-estrutura física e no reaparelhamento operacional, conforme tabelas a seguir:

Reforma e Ampliação de Prédios – 1999

Em R\$ 1,00

Localidade	Valor
16ª DP - Porto Alegre	10.575
DP - Guarani das Missões	8.459
1ª DP - Porto Alegre	9.115
DP - Candelária	11.505
Div. de Transporte e Manutenção/DAP	7.820
Corregedoria Polficia Civil	12.403

Reforma e Ampliação de Prédios – 1999

DP de Cidreira	14.900
DP de Santa Rosa	11.642
DP de Crissiumal	14.857
DP de Cruz Alta	2.422
3ª DP - Porto Alegre	1.390
TOTAL	105.087

Fonte: SJS

Construção de Prédios – 2000

Em R\$ 1,00

Localidade	Valor
DP de Cacequi	64.647
DP de Jaguari	63.900
TOTAL	128.547

Fonte: SJS

Reforma e Ampliação de Prédios – 2000

Em R\$ 1,00

Localidade	Valor
DPTRAN	23.543
DP - São Luiz Gonzaga	4.128
3ª DP - Viamão	2.911
DP - Guarani das Missões	12.950
DP - Lagoa Vermelha	6.754
11ª DP Porto Alegre	10.910
DP de Registros Policiais (DERPOL)	14.465
DP de Coronel Bicaco	11.897
DP de Lajeado - Plantão	4.706
DP de Rio Grande	12.638
DP de Feliz	6.158
DMP/DAP	3.324
DP de Giruá	5.437
DINP	12.731
DPD/DPM (9ªRP)	7.553
DP de Barão do Cotegipe	9.858
DP de Sananduva	3.670
SEMAT/DMP	5.260
DTM/DAP	4.152
DP de Boa Vista do Buricá	7.817
DP de Santo Augusto	12.649
DP de Crissiumal	7.462
DP da Mulher - Canoas	2.272
Total	193.244

Fonte: SJS

Construção de Prédios – 2001

Em R\$ 1,00

Localidade	Valor
DP de São Pedro do Sul	42.688
Total	42.688

Fonte: SJS

Reformas e Ampliação de Prédios – 2001

Em R\$ 1,00

Localidade	Valor
CO de São Leopoldo	8.837
DP da Mulher São Leopoldo	6.682
DP Lajeado	5.203
1ºDP de Canoas	5.600
21ºDP de Porto Alegre	7.617
DP de São Leopoldo	14.685
DP de Dois Irmãos	12.025
DP de Santiago	10.221
DEFREC - Santa Maria	14.015
DP de Marau	3.237
DP de São Luiz Gonzaga	7.481
DSG/DAP	14.622
DP de Capão da Canoa	14.300
DP de Santo Ângelo	14.586
DP de Torres	14.289
DP de Bom Jesus	14.409
Total	167.809

Fonte: SJS

Reaparelhamento Operacional

Em R\$ 1,00

Itens	1999	2000	2001
Veículos	24	80	13
Protetores	0	1.511	0
Armamentos	0	188	0
Equipamentos de Comunicação e Informática	0	788	60

Fonte: SJS

Informatização da Polícia Civil Sistema OCR - Esse projeto tem por objetivo dotar todo o organismo policial de uma ferramenta de informática adequada para que o cidadão tenha um serviço de qualidade, prestado pela Polícia Civil, na área da segurança pública, além de beneficiar os funcionários diretamente lotados nos plantões e cartórios, melhorando suas condições de trabalho e, proporcionando aos cidadãos maior rapidez, eficácia e qualidade, de forma a disponibilizar, de imediato, no banco de dados do Estado, a notícia crime registrada.

Na primeira etapa do projeto, desenvolvida durante o ano de 2001, foram empregados, aproximadamente R\$ 4,5 milhões do Plano Nacional de Segurança Pública e do Tesouro do Estado. A segunda fase prevê o investimento de R\$ 2,9 milhões já recebidos, do Plano Nacional de Segurança Pública, cujo processo licitatório já foi iniciado. O valor total do projeto é de R\$ 12,5 milhões.

Procedimentos Policiais - As operações desenvolvidas pela equipe de investigações, criada pela Chefia de Polícia para averiguação de crimes praticados por Agentes da Segurança Pública, em conjunto com o Ministério Público - Promotoria Especializada Criminal, resultou no indiciamento de 48 policiais e abertura de 59 inquéritos policiais.

BRIGADA MILITAR

Reestruturação Administrativa - Foram realizadas diversas ações, tendo por finalidade dar uma nova formatação à Corporação no desenvolvimento de suas atribuições. Nesse sentido, destacam-se a reestruturação do Estado Maior da Brigada Militar, no qual foram remanejados 11 Oficiais Militares para os Comandos do Policiamento da Capital e Metropolitano; implantação da gestão administrativa e integrada na Brigada Militar, de maneira a ampliar os canais de comunicação e participação na Instituição; instalação do Comando-Geral junto aos Comandos Regionais, busando com isso obter um conhecimento mais detalhado de cada região em nível operacional e administrativo; instituição do novo Regulamento Disciplinar dos Servidores Militares do Estado (Decreto n. 41.067).

Promoção de Cabos e Soldados a Sargento - Foram promovidos, em 2001, 980 Cabos à graduação de 3º Sargento e 53 Soldados à graduação de 3º Sargento, todos com mais de 20 anos de serviço, resgatando o direito desses servidores e restabelecendo o cumprimento da lei de promoções e da extinção de postos e graduações na Corporação.

Operação Reconquista - Essa atividade executada, mensalmente, trata do emprego quinzenal de todos os meios humanos e materiais da Corporação num esforço principal e organizado junto aos locais considerados de risco, dentro da especialidade de cada Órgão Policial Militar, sendo toda a atenção voltada à atividade de prestação de serviços à comunidade.

Ações Frente ao Plano Nacional de Segurança Pública - A BM tem participado, de forma ativa, junto às operações desencadeadas frente ao Plano Nacional de Segurança Pública, organizadas pela Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado, integrando-se a ações conjuntas junto aos órgãos afins do sistema de segurança pública existentes no Estado.

Aquisições de Viaturas, Armamentos e Protetores - Durante o ano de 2001, foram adquiridos para a Corporação: 384 viaturas, 114 escopetas calibre 12 e 4.054 coletes balísticos, proporcionando, que quase a totalidade diária do efetivo empregado diuturnamente, pela BM, tenham esse importante equipamento de proteção individual. A seguir serão apresentados os quadros com os investimentos, por municípios, para a BM e também em conjunto com a PC através do O.P. e os realizados com recursos oriundos do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) e do Fundo Estadual de Segurança Pública (FESP).

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA A BRIGADA MILITAR - OP		
MUNICIPIOS	EQUIPAMENTOS	VALOR (R\$)
Cachoeirinha	01 Vtr Pick Up, 20 Rádios HT, Coletes reflexivos, Cavaletes, Sinalizadores e Lanternas	55.000,00
Alvorada	02 Vtr Pick Up, 05 Rádios HT, Coletes reflexivos, Cavaletes, Sinalizadores e Lanternas	55.000,00
Viamão	Prédio para o posto da BM	55.000,00
Porto Alegre	Botas, Capacetes, Luvas, aparelho de respiração - equipamento para os Bombeiros.	29.500,00
	10 Rádios HT Jardim Bento Gonçalves	9.500,00
	Prédio para a BM	220.000,00
Guáíba	Prédio para a BM	55.000,00
Guáíba	05 Vtr Leve, 10 Rádios HT	134.500,00
Gravataí	09 Vtrs Leves, 18 Rádios HT, Coletes Reflexivos, Cavaletes de Sinalização, Lanternas, Botas, Capacetes, Luvas, aparelho de respiração - equipamento para os Bombeiros.	298.500,00
Ibirapuitã	01 Vtr Pick Up	35.000,00
Dona Francisca	03 Coletes a prova de bala	1.920,00
Cerro Branco	01 Vtr Leve	20.000,00
Carazinho	Prédio para o Corpo de Bombeiros	115.000,00
Quaraí	Prédio para a BM	56.240,00
Vila Nova do Sul	01 Vtr Leve, 05 Coletes à prova de balas, 05 Rádios HT	25.100,00
Unistalda	01 Vtr Leve	20.000,00
Tupanciretã	01 Vtr Leve, 01 Vtr Pick-Up	48.000,00
Silveira Martins	2 Vtr Leve, 01 Vtr Pick-Up	48.000,00
São Vicente Sul	01 Vtr Leve, 10 Coletes à prova de balas, 10 Rádios HT	35.900,00
São Pedro do Sul	01 Vts Pick UP	28.000,00
S. J. Polesine	01 Vtr Leve, 04 Coletes à prova de balas, 02 Rádios HT	24.460,00
São Francisco de Assis	01 Vtr Leve	20.000,00
Santiago	02 Vtrs Leves	40.000,00
Santa Maria	06 Vtr Leve, 52 Coletes à prova de balas, 56 Rádios HT e 04 Motocicletas	255.547,00
Restinga Seca	01 Vtr Leve e 08 Coletes à prova de balas	25.120,00
Jari	01 Vtr Leve e 04 Coletes à prova de balas	22.560,00
Jaguari	01 Vtr Leve	20.000,00
Itaára	01 Vtr Leve e 04 Coletes à prova de balas	22.560,00
Formigueiro	01 Vtr Leve	20.000,00
Dona Francisca	Prédio do BM	45.000,00
Dilermando Aguiar	01 Vtr Leve	20.000,00
Cerro Branco	Prédio da BM	45.000,00
Cachoeira do Sul	01 Caminhão ABT, 01 Motocicleta, 02 Vtr Leve, 01 Vtr Pick-Up, 01 Moto-Bomba, Capas, Roupas de mergulho, Mangueiras - equips. para Bombeiros e 14 Rádios HT.	362.240,00
Cachoeira do Sul	Prédio da BM	20.000,00
Cacequi	01 Vtr Leve, 18 Coletes à prova de bala, 10 Rádios HT	41.020,00
Agudo	01 Vtr Leve	20.000,00
Total		2.348.667,00

Fonte: Secretaria da Justiça e da Segurança

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA A BRIGADA MILITAR E POLÍCIA CIVIL - OP (DEMANDAS EM CONJUNTO)

MUNICÍPIO	EQUIPAMENTOS	VALOR (R\$)
Formigueiro	Prédio do Centro Integrado de Segurança Pública para a BM e PC.	45.000,00
Porto Alegre	02 Vtr Leves para a Polícia Civil e 02 Vtr Leves para a Brigada Militar.	100.000,00
Porto Alegre	Prédio do Posto Integrado da Região NORDESTE para a Polícia Civil e Brigada Militar.	110.000,00
Viamão	05 Vtrs Leves, Coletes Refletivos, Cavaletes, Lanternas e 17 Rádios Ht; para a BM. 06 Rádios HT, 01 Rádio Fixo, 01 Fax Símile e 02 Vtrs Leves; para a PC.	204.500,00
Alvorada	03 Fax Símile/PC, 22 Rádios HT, 01 Rádio Fixo, 01 Microcomputador e 01 Estabilizador, 02 Vtrs Leves; para a PC. Botas, Capacetes e Luvas para os Bombeiros. 02 Vtrs Leves, 05 Rádios HT, Coletes Refletivos, Cavaletes e Lanternas para a BM.	172.700,00
Cachoerinha	02 Vtrs Leves, 10 Rádios HT, 01 Rádio Móvel e 01 Fax Símile; para a PC. 06 Vtrs Leves, Coletes Refletivos, Cavaletes e Lanternas para a BM.	241.900,00
Total		729.100,00

Fonte: Secretaria da Justiça e da Segurança

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA A BRIGADA MILITAR (PNSP – FESP)

MUNICÍPIOS/UNIDADES	EQUIPAMENTOS	VALORES (R\$)	ORIGEM
1º BPM	Vtrs Leves	384.218,00	PNSP
9º BPM	Vtrs Leves	384.218,00	PNSP
11º BPM	Vtrs Leves	363.996,00	PNSP
4º RPMon	Vtrs Leves	101.110,00	PNSP
15º BPM	Vtrs Leves	303.330,00	PNSP
Glorinha	Vtr Leve	20.222,00	PNSP
Nova Santa Rita	Vtrs Leves	40.444,00	PNSP
Eldorado do Sul	Vtr Leve	20.222,00	PNSP
Triunfo	Vtrs Leves	40.444,00	PNSP
12º BPM	Vtrs Leves	141.554,00	PNSP
Bento Gonçalves	Vtrs Leves	40.444,00	PNSP
Farroupilha	Vtrs Leves	40.444,00	PNSP
Paráí	Vtr leve	20.222,00	PNSP
Paim Filho	Vtr Leve	20.222,00	PNSP
Nova Prata	Vtr Leve	20.222,00	PNSP
Serafina Correa	Vtr Leve	20.222,00	PNSP
Nova Bassano	Vtr Leve	20.222,00	PNSP
Veranópolis	Vtr Leve	20.222,00	PNSP
3º BPM	Vtrs Leves	181.998,00	PNSP
Esteio	Vtr Leve	20.222,00	PNSP
São Leopoldo	Vtrs Leves	141.554,00	PNSP
Araricá	Vtr Leve	20.222,00	PNSP
Dois Irmãos	Vtr Leve	20.222,00	PNSP
Estância Velha	Vtr Leve	20.222,00	PNSP
Portão	Vtr Leve	20.222,00	PNSP
Sapiranga	Vtr Leve	20.222,00	PNSP
Campo Bom	Vtr Leve	20.222,00	PNSP
BOE-GATE	Van Antibomba	67.767,00	PNSP
BOE	Van Posto Cmdo	71.000,00	PNSP
BOE-GATE	Van Esp Transp. Tropa	74.066,00	PNSP
DLP	Tne Furgão	270.397,00	PNSP
BPA	Te Lanchas	99.597,00	PNSP
DLP	Coletes à prova de balas	229.655,00	PNSP
Gravataí	Computadores Pentium	44.631,00	PNSP
Guaíba	Impressoras Jato de tinta	2.260,00	PNSP
Santa Maria	Vtrs Pick Up	137.985,00	PNSP/FESP
Itaqui	Vtr Pick Up	45.995,00	PNSP/FESP
Caxias do Sul	Vtr Pick Up	45.995,00	PNSP/FESP
Carazinho	Vtr Pick Up	45.995,00	PNSP/FESP
Passo fundo	Vtrs Pick Up	91.990,00	PNSP/FESP
Santa Rosa	Vtr Pick Up	45.995,00	PNSP/FESP
Lajeado	Vtr Pick Up	45.995,00	PNSP/FESP
Gramado	Vtr Pick Up	45.995,00	PNSP/FESP
Porto Alegre	Vtrs Pick Up	367.960,00	PNSP/FESP
Canoas	Vtrs Pick Up	229.975,00	PNSP/FESP
Novo Hamburgo	Vtr Pick Up	45.995,00	PNSP/FESP
São leopoldo	Vtr Pick Up	45.995,00	PNSP/FESP
Capão da Canoa	Vtr Pick Up	45.995,00	PNSP/FESP
Santa Cruz	Vtr Pick Up	45.995,00	PNSP/FESP
Rio Grande	Vtr Pick Up	45.995,00	PNSP/FESP
Total		4.660.312,00	

Fonte: Secretaria da Justiça e da Segurança

SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS

Inviolabilidade da Correspondência dos Apenados - No Estado do Rio Grande do Sul, anteriormente, a correspondência emitida e recebida, passava por uma devassa. Havia violação do conteúdo, inclusive de missivas particulares, sem qualquer indício de suspeita. Essa prática, ainda é aplicada em todos os demais estados brasileiros.

No ano de 1999, foi publicada a Portaria n. 003, vedando tal prática e, no caso de suspeita, providencia-se a abertura e inspeção do conteúdo na presença do preso. Tal medida, pioneira no Brasil, encontra aporte no ordenamento jurídico e vem ao encontro dos princípios e valores fundamentais da pessoa humana.

Extinção da Revista Íntima - As revistas íntimas, praticadas anteriormente, levava tanto os familiares quanto os amigos dos apenados ao constrangimento, uma vez que eram obrigados a expor sua partes íntimas. Através de medidas mais humanizadoras o Governo do Estado implementou nova sistemática, a partir do ano de 2000, quando foi editada a Portaria n.005. Essa Portaria modificou a forma de ingresso de pessoas nos estabelecimentos penais do Estado, ou seja, substituiu a revista íntima pela utilização de equipamentos detectores de metais na maioria dos estabelecimentos penais do interior, exceto nos presídios com maior população carcerária e fluxo de visitas como a Penitenciária Estadual do Jacuí, a Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas, a Penitenciária Estadual de Charqueadas e o Presídio Central de Porto Alegre.

Livre Acesso a Órgãos de Direitos Humanos Junto aos Estabelecimentos Penais - Nos Governos anteriores a política prisional dificultava o acesso nos estabelecimentos de órgãos e entidades de direitos humanos. A política adotada pelo atual Governo permitiu a entidades e ativistas de direitos humanos o livre acesso aos estabelecimentos prisionais, incentivando o necessário relacionamento com a comunidade e o controle social do sistema.

Política de Recursos Humanos - A política de formação e aperfeiçoamento profissional, nos Governos anteriores, restringia-se a normas e procedimentos técnicos como cursos de uso de armas, contenção de presos e uso de algemas. Nesse sentido, de 1995 a 1998, 1.627 servidores participaram de cursos, seminários e palestras.

A partir da política de integração dos órgãos da Secretaria da Justiça e da Segurança, o processo de qualificação e formação dos servidores passou a contemplar um planejamento global de ensino, atendendo às demandas sócio-individuais e técnico-operacionais, tendo como marco referencial o resgate e a promoção da dignidade humana e do exercício da cidadania.

De 1999 a novembro de 2001, entre cursos, oficinas, seminários e encontros, foram realizados 20 eventos com a participação de 1.562 servidores.

Entretanto, no período de 1995 a 1998, 126 servidores foram afastados através do Programa de Demissão Voluntária (PDV). Em virtude da defasagem no número de servidores para a área penitenciária, o Governo do Estado nomeou 438

agentes penitenciários, 59 auxiliares de serviços penitenciários, 42 monitores penitenciários e 39 auxiliares de enfermagem.

Corregedoria-Geral - A Corregedoria-Geral do Sistema Penitenciário apresentava, anteriormente, um caráter policialesco e repressivo, restringindo suas inspeções a questões de segurança. Através dessa constatação novas medidas foram adotadas, buscando humanizar o tratamento penal, quais sejam: as inspeções nos estabelecimentos penais são efetivadas, priorizando a orientação aos servidores na prestação eficiente dos serviços, bem como fiscalização na aplicação dos recursos públicos. De um total de 676 sindicâncias, foram instaurados 24 Processos Administrativos Disciplinares (PADS) para apurar responsabilidades funcionais de agressão e maus-tratos em apenados, num total de 107 sindicados. Além desses, outras sindicâncias deram origem a 74 PADS, referentes a infrações de trânsito, facilitação de fugas, desvio de recursos públicos, pagamento indevido de diárias e atendimento médico inadequado.

Ressocialização e Humanização dos Internos do Sistema Penal – Com relação a ressocialização e humanização dos internos do sistema penal do Estado, foram realizadas diversas ações voltadas ao trabalho, educação, cultura e esporte, quais sejam:

a) *Trabalho* - Através do trabalho prisional que, segundo o art. 29 da Lei de Execuções Penais, prevê a remuneração mínima de 75% do salário mínimo a ser paga para cada apenado, houve a participação nas atividades laborais internas, em 1999, de 4.655 apenados, em 2000, 5.239 e, em 2001 6.316. No ano de 2000, foi lançado o Programa “Vale a Pena”, cujo objetivo é de estimular a iniciativa privada e órgãos públicos a contratarem mão-de-obra prisional. Outra atividade que foi desenvolvida diz respeito à produção de pães nos estabelecimentos penais, de forma a reduzir custos e promover a qualificação profissional, utilizando a mão-de-obra prisional. Também foi proporcionado a qualificação de 370 apenados com a obtenção da carteira de artesão pela participação no Programa do Artesanato.

b) *Educação* - Em relação à educação prisional, participaram dessa atividade 1.900 apenados, em 58 estabelecimentos penais do Estado em parceria com a Secretaria de Educação. No Complexo Penitenciário de Charqueadas, através do Projeto de Educação Profissional, foram qualificados 100 detentos nos cursos de marcenaria, mecânica de automóveis, serralheria e técnicas agrícolas. Também foram realizados cursos de maquiagem e estética facial, manicure, pedicure e cabeleireiro no Albergue Feminino que, em 2001, formou a primeira turma de 15 profissionais. No Presídio Regional de Santa Cruz do Sul, 15 apenados formaram-se no curso de eletricitista por intermédio da parceria com o SENAI do município. O Qualificar RS, beneficiou, em 2000, cerca de 480 apenados em 26 presídios no Estado. Em 2001, o número de beneficiários aumentou para 786. Foi desenvolvido também o Projeto Nenhum Presídio Sem Biblioteca, iniciado em 1999 e, no ano de 2000, arrecadou cerca de 25.000 livros distribuídos para a maioria dos estabelecimentos do Estado, cujo objetivo é de melhorar o acervo desses locais. Durante o ano de 2001, foi lançado o Concurso Literário “O Pensamento é Livre”, direcionado a toda população carcerária do Estado do Rio Grande do Sul, nas categorias prosa, poesia e desenho, levando à sociedade um pouco mais de conhecimento a respeito da realidade daqueles que encontram-se privados de liberdade.

c) *Esportes* - Iniciada em 2000, a “I Olimpíada Participativa Outros 500” reuniu apenados do Instituto Penal de Mariante, Colônia Penal Agrícola, Instituto Penal e

Escola Profissionalizante e Instituto Psiquiátrico Forense, na grande área verde do Instituto Irmão Miguel Dário. Já na segunda edição, realizada em 2001, em todo o Estado, envolveu cerca de 8.600 detentos em 59 presídios. Essa iniciativa visa, além de integrar as populações historicamente excluídas, proporcionar a confraternização, o resgate da cidadania, da auto-estima e a troca de experiências.

Programa Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável –

O Programa tem como objetivo melhorar a qualidade da alimentação; simplificar o sistema de compras, permitindo o controle da comunidade e fomentar a economia da região. Anteriormente, a compra de alimentos para os estabelecimentos prisionais era efetivada de forma centralizada, gerando alto custo e falta de qualidade. Em 1999, a SUSEPE iniciou a implantação de um novo sistema para aquisição direta de gêneros alimentícios, no qual as compras eram feitas através de adiantamento, concedido ao administrador do estabelecimento e, a seleção dos fornecedores – produtores e empresas da região – por uma comissão de segurança alimentar, constituída por órgãos públicos, pastoral carcerária, conselhos comunitários e sindicatos definidos em reunião com representantes da SUSEPE e da comunidade. O Programa atendeu 53 dos 101 estabelecimentos prisionais, embora sejam os menores presídios do Estado que possuem um consumo mensal de gêneros alimentícios até o limite de R\$ 8 mil. Houve, também, uma redução substancial dos custos, conforme demonstrativo abaixo.

Gasto com Alimentação no Sistema Prisional – RS

Em R\$ 1,00

Ano	Nº Apenados	Valor
1998	12.865	7.834.232
1999	13.633	6.412.783
2000	13.472	7.236.065
2001	14.830	9.900.805

Fonte: SUSEPE

Instalação de Padarias – Após experiência positiva, desenvolvida na Penitenciária Feminina Madre Pelletier e nas Moduladas de Ijuí e Uruguaiana, o Governo do Estado decidiu implantar padarias nos presídios gaúchos. Nesses estabelecimentos, o custo da produção de pães ficaria em torno de 75% menor, com mais qualidade utilizando e formando mão-de-obra prisional, uma vez que o gasto mensal com essa aquisição, para o atendimento da população carcerária, é de R\$ 150 mil, ou seja, 24% do valor total dispendido com gêneros alimentícios.

Saúde Prisional – Foi implementado modelo assistencial de atenção básica à saúde, priorizando programas preventivos de AIDS, tuberculose, hipertensão e diabetes, buscando, assim, a otimização no atendimento e racionalização de assistência farmacêutica. Como consequência, houve significativa redução nos gastos, como se depreende no quadro abaixo:

Gastos com Medicamentos

Em R\$ 1,00

Ano	Nº de Apenados	Valor
1998	12.865	522.056
1999	13.633	247.724
2000	13.472	530.303
2001	14.830	441.431

Fonte: SUSEPE

Para a disponibilização de leitos, pelo Sistema Único de Saúde, aos apenados que necessitam de atendimento médico de maior complexidade foi definida a necessidade de convênio junto à Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre. Outra medida adotada, diz respeito à implementação de um centro ambulatorial no Presídio Central de Porto Alegre, tendo por objetivo proporcionar atendimento básico de saúde com melhor qualidade. Com essas medidas, o Hospital Penitenciário será desativado e, com a atual reforma, transformado em galeria, visando eliminar o déficit de vagas.

O Instituto Psiquiátrico Forense, que acolhe pessoas acometidas de transtorno mental em conflito com a lei, passou por várias transformações, principalmente no sentido de sua humanização. Foi liberado o valor de R\$ 500 mil para compra de material permanente e realização de obras para a adequação das enfermarias, criando um ambiente hospitalar. Instalado, no IPF, um centro clínico, base do sistema e emanador de políticas de saúde para as pessoas privadas de liberdade, bem como contratados 10 médicos clínicos para a implantação de plantão clínico.

Tratamento Penal – O Centro de Observação Criminológica e Referência do Acompanhamento Técnico atende, prioritariamente a demanda do Poder Judiciário, através do trabalho técnico voltado aos pareceres e laudos para progressão de regime e livramento condicional, relegando a um segundo plano o tratamento penal.

Nesse sentido, novos procedimentos foram adotados, buscando construir um novo paradigma de avaliação, baseado “no olhar” da criminologia crítica e redefinir a função simbólica do laudo, passando a ser um instrumento que legitime a humanização da pena, ou seja, que subsidie o acompanhamento psicossocial das equipes dos técnicos no que tange à redução de danos da violência institucional e da investigação da vulnerabilidade penal.

Estabelecimentos Prisionais - A Penitenciária Estadual de Charqueadas (PEC), a Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (PASC), a Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ) e o Presídio Central de Porto Alegre, eram, anteriormente, administrados pela Brigada Militar. O Governo atual, a partir de 1999, implementou ações, permitindo que os servidores da SUSEPE reassumissem suas funções legais. Em novembro daquele ano, a PEC retornou à administração desta Superintendência, após passar por obras e reforma, permitindo, com isso, que 59 policiais militares voltassem as suas atribuições de origem.

Em 2001, foi a PASC, com um efetivo de 113 policiais militares. A retomada do Presídio Central (208 policiais militares), do Hospital Penitenciário (55 policiais militares) e da PEJ (196 policiais militares), totalizando um efetivo de 459 policiais militares deverá ocorrer a partir de fevereiro de 2002.

Manutenção e Compra de Viaturas - O gasto com a manutenção de viaturas, apresentou uma redução considerável, em face ao despendido pelo Governo anterior, levando-se, em conta, também, o envelhecimento da frota e a inflação existente no período.

Gastos com Veículos

Em R\$ 1,00

Ano	Nº de Veículos	Valor
1998	205	1.120.037
1999	192	479.508
2000	206	736.740
2001	199	1.188.384

Fonte: SUSEPE

Em 1995, não houve compra de veículos; em 1996, foram investidos, através de verba orçamentária e Fundo Penitenciário, R\$ 51,3 mil e R\$ 1,6 milhão, respectivamente. No ano de 1997, R\$ 58,3 mil e, em 1998, não houve investimentos. No ano de 2000, foram investidos R\$ 320,3 mil e, em 2001, R\$ 666,9 mil.

Obras Prisionais – O Presídio Central de Porto Alegre, por mais de 03 décadas, carregou a imagem da pior casa de detenção do Rio Grande do Sul. Com algumas interdições, rebeliões, fugas e estrutura física comprometida, abrigava mais que o dobro de detentos que sua capacidade permite. O atual Governo enfrentou esse problema e buscou solucioná-lo. Foram investidos, em obras de reforma e ampliação recursos da ordem de R\$ 4,3 milhões – do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e contrapartida do Estado, gerando 778 novas vagas e, recuperando outras 1.000,abrigando somente presos provisórios. Iniciada, em março de 2001, a reforma será concluída em junho de 2002.

INVESTIMENTOS EM OBRAS PRISIONAIS

OBRAS CONCLUÍDAS - 1999			
PRESÍDIO	VAGAS RECUPERADAS	VAGAS GERADAS	VALOR (R\$)
Santa Maria	60	0	7.250,00
Albergue Santiago	0	48	120.129,49
Modulada Uruguaiana (conclusão)	0	116	641.053,29
Dom Pedrito	0	167	1.281.607,84
Modulada de Ijuí (conclusão)	0	128	1.283.096,11
Lajeado	0	24	102.347,35
Penitenciária Estadual de Charqueadas	224	90	1.466.161,13
Modulada Charqueadas (conclusão)	0	244	714.184,85
CPA	136	158	1.032.363,21
Total	420	975	6.648.193,27
OBRAS CONCLUÍDAS - 2000			
PRESÍDIO	VAGAS RECUPERADAS	VAGAS GERADAS	VALOR (R\$)
Camaquã	0	43	55.000,00
Miguel Dario - parte ocupada/POA	0	70	32.000,00
PEJ - Galeria A - parte ocupada/POA	0	50	40.000,00
Albergue Feminino - Adaptação/POA	0	70	15.900,00
Pio Buck - Anexo - Adaptação/POA	0	20	8.500,00
Total	0	253	151.400,00
OBRAS CONCLUÍDAS - 2001			
PRESÍDIO	VAGAS RECUPERADAS	VAGAS GERADAS	VALOR (R\$)
Santa Maria	0	84	203.932,09
Itaqui	8	0	14.989,72
Alegrete	81	0	234.198,93
Albergue Camaquã	0	60	154.578,86
Modulada de Montenegro (concluída)	0	476	4.034.442,00
Montenegro	56	0	85.404,50
Santa Cruz do Sul - Albergue	0	90	221.000,00
Osório	80	0	98.944,17
Miguel Dario - Albergue	0	100	24.000,00
PEJ - Galeria C	40	35	144.426,86
Taquara - Albergue	0	60	184.280,00
São Leopoldo	80	40	52.000,00
Pio Buck - Albergue	0	90	277.495,36
Presídio Central	100	0	45.000,00
Total	445	1.035	5.774.692,49

Fonte: Superintendência dos Serviços Penitenciários - SUSEPE

Nota: Não estão incluídas as obras que não geram vagas.

QUADRO RESUMO

GOVERNOS	N. DE OBRAS	DESCRIÇÃO DAS OBRAS	VAGAS	
			RECUPERADAS	GERADAS
Simon/Guazelli - 1987/1991	68	Concluídas	1330	424
Alceu Collares - 1991/1994	30	Concluídas	344	570
Antônio Britto - 1995/1998	39	Concluídas	792	2634
Olívio Dutra - 1999/DEZ-01	55	Concluídas	865	2501

Fonte: Superintendência dos Serviços Penitenciários - SUSEPE

Informática - Foi implantada uma rede local na Administração Central, inicialmente com 20 estações, passando para 75 e todas com acesso à PROCERGS e internet. Outra importante realização diz respeito à instalação do INFOPEN para consulta sobre a vida carcerária dos apenados, possibilitando o espelho com fotos e digitais. Em relação aos estabelecimentos penais, foi firmado convênio com a PROCERGS e adquiridos 30 linhas *renpac*, o que possibilitou a interligação do Sistema CIA nas casas prisionais com até 100 apenados e nas Delegacias Regionais.

Instituto-Geral de Perícias - IGP

Investimentos (2000 e 2001) - O IGP, órgão anteriormente ligado à Polícia Civil, e atualmente ligado à SJS, apresentava, desde a falta de recursos humanos até de aparelhamento técnico. Esses fatores contribuíram para o atraso na realização de perícias e expedição de laudos periciais, acabando por dificultar o trabalho judicial. Nesse sentido, preocupado com a falta de qualidade na prestação dos serviços realizados pelo IGP, a atual Administração implementou medidas necessárias à melhoria do atendimento. Para tanto, foram realizados, no período de 2000 a 2001, investimentos da ordem de R\$ 3,5 milhões, oriundos do Plano Nacional de Segurança Pública para a aquisição de diversos equipamentos para o laboratório, de forma a modernizar o Instituto, visando um melhor atendimento à população.

Contrato Emergencial de Servidores - Uma das prioridades desta gestão é ampliar o número de servidores na área de perícias, uma vez que o número de servidores ligados a esta área é insuficiente para atender as demandas da capital e do interior do Estado. Nesse sentido, em 2001, foi realizada a contratação emergencial de 190 servidores para atuar na área pericial.

Audiências, Fóruns e Seminários - Em 2000 e 2001, foram realizados o I e II Encontro Estadual de Atualização dos Servidores do Departamento de Identificação/IGP, visando uma melhor integração e atualização dos servidores.

Convênios - O Instituto realizou diversas parcerias com prefeituras e também com universidades com o propósito de ampliar e qualificar o atendimento dos Postos de Identificação e Postos Médico Legal no interior do Estado do Rio Grande do Sul. Em 1999, foram realizados 07 convênios e, em 2000 e 2001, 12 e 39 convênios, respectivamente. Além disso, o Instituto estabeleceu parcerias com a PUC e a FGTAS no sentido de adquirir condições para o desenvolvimento de suas atividades periciais, tanto na área da medicina legal como da identificação civil e/ou criminal. Foi firmado, também, termo de cooperação com a Polícia Civil, permitindo ao Departamento de Identificação um melhor gerenciamento dos servidores policiais que estão a serviço do IGP.

4.4.1 Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN

Educação para o Trânsito - Em 1999, o DETRAN-RS articulou diferentes Secretarias e Departamentos do Governo Estadual, tendo em vista a elaboração conjunta de um referencial teórico que unificasse a visão do Governo e orientasse a construção de projetos na área da educação para o trânsito. Esse referencial visou incidir na valorização da vida, na democratização do espaço público, na participação cidadã em busca de soluções para os problemas de acidentalidade no nosso Estado, buscando atingir a meta “morte zero no nosso trânsito”. O Movimento de Educação para o Trânsito no RS, que tinha como foco a segurança do pedestre, foi lançado no final de 1999 e, desde então, passou a congrega a participação de diversas comunidades do RS, envolvendo usuários das vias urbanas e rurais. O Movimento estimulou a organização das comunidades através de comissões, com seminários, eventos promocionais, mobilizações, material educativo, dentre outros.

Em 2001, o DETRAN-RS foi um dos articuladores do Movimento Gaúcho pelo Trânsito Seguro, tendo como objetivo envolver a comunidade como um todo em debate permanente com a participação dos setores organizados da sociedade e demais instituições públicas e privadas, constituindo núcleos regionais para buscar ações na redução ou eliminação dos acidentes de trânsito de forma integrada. Esse Movimento inovou no sentido de envolver órgãos federais, como Polícia Rodoviária Federal e Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

De 1999 a 2001, formaram-se 08 Comitês de Educação para o Trânsito em todo o Estado, coordenados pela sociedade civil. Realizadas por 11 Centros de Formação de Condutores (CFCs), junto à comunidade atividades de educação para o trânsito com a adesão de 24 prefeituras a essa temática em suas atividades.

Programa de Fortalecimento da Municipalização da Gestão do Trânsito - O DETRAN-RS, juntamente com a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS) e a Comissão de Assuntos Municipais da Assembléia Legislativa do Estado, promoveu diversos Seminários de Interiorização da Municipalização. Esse evento contou com a participação de 24 associações de municípios, agrupadas em 06 macrorregiões: Bento Gonçalves, Erechim, Panambi, Pelotas, Santa Rosa e Sobradinho, além de 02 seminários realizados em Porto Alegre, compreendendo a região metropolitana.

O público-alvo dos encontros constituiu-se de prefeitos, vice-prefeitos, secretários e técnicos municipais, membros de JARIs, CFCs e CRVAs. Participaram cerca de 1.200 pessoas nos Seminários, possibilitando a discussão de temas como: educação para o trânsito; engenharia de tráfego; constituição e funcionamento da JARI; sistema integrado de informações/estatísticas de trânsito; fiscalização de trânsito; processo administrativo; e legislação de trânsito. Ao final foi produzido o Manual da Municipalização e distribuído aos municípios. O DETRAN-RS promoveu também o treinamento para agentes de fiscalização dos municípios

O DETRAN desenvolveu outras ações, visando à melhoria dos serviços prestados junto à sociedade gaúcha. Dentre essas ações destacam-se: o Programa de Qualificação de Atendimento ao Público, o Programa de Controle da Qualidade e Segurança no Trânsito, Reestruturação dos Processos de Produção, Arquivamento e Controle de Documentos de Habilitação e Registro de Veículos, além do desenvolvimento de instrumental estatístico.

4.5 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SEMA

A Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) foi criada no dia 29/07/99, iniciando-se então o processo de sua implementação. Diversas ações de caráter institucional foram adotadas, tais como a definição de organograma e de um novo Regimento Interno, de modo a dinamizar, racionalizar e otimizar os recursos existentes, bem como melhorar o atendimento aos usuários da Secretaria. Além disso, foi buscado o aparelhamento técnico da Secretaria, pela agregação de recursos de informática, veículos e equipamentos diversos, que permitiram a qualificação dos serviços prestados.

No ano 2001, foram recebidos 47 novos servidores no quadro da Secretaria. Em parceria com a PROCERGS, foi criada a página da SEMA na Internet (www.sema.rs.gov.br).

Nos anos 2000 e 2001 desenvolveram-se, no âmbito dos órgãos que compõem a SEMA, as seguintes ações mais relevantes:

Comissão de Municipalização - Criada pela resolução 04/2000 do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) e composta por órgãos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a Comissão de Municipalização tem por objetivo avaliar, com base na documentação apresentada, as condições dos municípios para assumirem as atividades de licenciamento ambiental de atividades de impacto local.

Código Estadual do Meio Ambiente - A Lei n.11.520, de 03/08/2000, instituiu o Código Estadual do Meio Ambiente, que se caracteriza como instrumento normatizador das relações Estado x Sociedade na área ambiental, representando importante marco na consolidação de políticas ambientais no Rio Grande do Sul.

Semana Estadual do Meio Ambiente - Realizada de forma descentralizada nas cidades de Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas, Santa Cruz do Sul e Três de Maio. Esses eventos foram realizados em pontos equidistantes com o objetivo de propiciar a maior participação dos cidadãos nas discussões sobre assuntos de interesse Estadual, como Religião e Natureza, O Índio e o Meio Ambiente, Lixo e Cidadania e Proteção da Biodiversidade. Essas atividades contribuíram para formação e aumento da consciência do povo gaúcho sobre a necessidade da incorporação das questões ambientais na formulação de políticas de desenvolvimento para o RS.

Fórum Estadual do Lixo e Cidadania - Foi realizado nas cidades de Porto Alegre, Caxias do Sul, Três de Maio e Pelotas, objetivando além da Educação Ambiental, sedimentar propostas consistentes na área para implementação de uma política capaz de atender as necessidades da sociedade gaúcha.

Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA) – No ano 2000, foi definida a organização do FEMA, sendo criadas a Junta de Administração e a Unidade Orçamentária, assim como outras providências e definições necessárias ao funcionamento do Fundo, como financiador de políticas de desenvolvimento ambiental.

Resíduos Sólidos – Foi criada comissão com a participação de instituições governamentais e da sociedade civil, visando formular propostas na área de resíduos sólidos, objetivando, principalmente, estabelecer programas de capacitação gerencial; criar linhas de crédito para auxiliar os municípios na implantação de sistemas de tratamento de resíduos sólidos; criar incentivos à implantação de indústrias recicladoras de resíduos sólidos, incluindo as associações e/ou cooperativas de catadores e classificadores; assim como implantar consórcios de municípios para viabilização de ações conjuntas.

Operação Verão com Vida 2000 – A SEMA integrou o conjunto de órgãos da Administração Estadual que desenvolveram a Operação Verão com Vida 2000, tendo contribuído com as seguintes ações:

- Realização da Agenda 21 Mirim que contou com a participação de cerca de 20.000 veranistas nas suas 06 edições em diferentes balneários.
- Realização de 80 Oficinas de Educação Ambiental, com a participação de aproximadamente 12.000 pessoas.
- Distribuição de 50.000 Cartilhas de Educação Ambiental e 200.000 “sacolinhas”, para acondicionamento de lixo durante o veraneio.

Comissão Bipartite Estado/Município - Criada por portaria da SEMA (n. 01/2000), a Comissão é integrada por representantes da Secretaria, da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul, Associação Gaúcha Municipalista, objetiva discutir procedimentos, programas e políticas que integrem o Estado e municípios na busca da melhoria da gestão ambiental no Rio Grande do Sul.

Gestão Compartilhada Estado/Município - Compreende a viabilização de iniciativas, que visam garantir ações conjuntas e complementares entre o Estado e Municípios na construção de políticas de meio ambiente para licenciamento, fiscalização e controle das atividades de impacto local, bem como a construção de políticas que possibilitem a incorporação da variável ambiental nas atividades de desenvolvimento local e estadual.

Conferência Estadual do Meio Ambiente (CONFEMA) - Realizaram-se 11 pré-conferências regionais (abrangendo as 22 regiões do Orçamento Participativo), nas quais foram retirados 273 delegados, que se somaram aos 111 delegados natos representantes de vários setores da sociedade e do Governo, para participar da plenária estadual que se realizou nos dias 02 e 03 de dezembro de 2000, em Porto Alegre, que, contou com a participação de 500 conferencistas entre delegados, convidados e observadores.

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul - Criada através do Decreto n. 40187/00, com a finalidade de promover a discussão, formulação e implementação da Política de Educação Ambiental no Estado do Rio Grande do Sul.

Na área de Florestas e Áreas Protegidas, destacam-se as seguintes ações mais relevantes:

Unidades de Conservação - A SEMA administra 11 áreas de conservação, incluindo 05 parques estaduais, 02 reservas biológicas, 01 estação ecológica e 03 áreas de manejo sustentável, abrangendo vários ecossistemas do Estado. Merecem destaque especial as seguintes ações desenvolvidas:

- Foi iniciada a reavaliação das condições sócio-econômicas na área do Parque Estadual do Delta do Jacuí, bem como um processo de revitalização do parque, com destaque para os prédios da Ilha da Pólvora.
- No Parque Estadual de Itapuã, destacam-se a regularização fundiária, com o pagamento de nove ex-proprietários, o início das atividades de visitação orientada e a realização de oficinas de educação ambiental.
- Registre-se, ainda, o desenvolvimento de ações como medida compensatória de impacto ambiental de diversos empreendimentos, como a regularização fundiária do Parque do Espigão Alto, com recursos da Hidrelétrica de Machadinho, a elaboração de

proposta de ampliação da Reserva Ecológica de Ibirapuitã, com recursos da Rodovia Alegrete - Manoel Viana, e a assinatura de Termo de Compromisso com a AES-Sul, que deverá investir R\$ 2,5 milhões na implantação do Parque Estadual do Espinilho, como medida compensatória pela construção da Usina Termelétrica de Uruguiana. A Reserva Biológica Mata Paludosa, terá a sua implantação viabilizada com recursos decorrentes de medida compensatória pela instalação do Gasoduto Brasil-Bolívia.

Fundo de Desenvolvimento Florestal (FUNDEFLO) - O Fundo de Desenvolvimento Florestal tem por finalidade financiar os projetos e as atividades pertinentes a Política Florestal Estadual, mediante dotação proveniente de convênios, contratos, taxas, multas, ingressos, doações e operações de crédito. Os principais projetos financiados com recursos do FUNDEFLO foram:

- Inventário Florestal Contínuo do Rio Grande do Sul, em execução pela Universidade Federal de Santa Maria;
- Projeto Samambaia Preta;
- Delimitação da Reserva Biológica da Serra Geral;
- Mudanças Florestais para Assentamentos Rurais;
- Recuperação das Margens do Rio Uruguai;
- Recuperação de Áreas Degradadas em Terras Indígenas.

No tocante aos recursos hídricos, merecem especial destaque as seguintes ações desenvolvidas:

- Elaboração do Termo de Referência para os Planos Diretores de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Rio Ibicuí e do Sistema Turvo - Santa Rosa - Santo Cristo.
- Coordenação da Unidade Estadual de Acompanhamento do Projeto de Proteção do Aquífero Guarani.
- Elaboração de Projeto de Implantação da Outorga na Bacia do Rio Santa Maria.
- Elaboração de Projetos sobre as Prioridades Ambientais Estaduais - PNMA II - Gestão Integrada de Ativos Ambientais, visando disciplinar a exploração marginal de pedras preciosas na Bacia do Passo Fundo – Várzea, e recuperar a disponibilidade quantitativa da água nas bacias do rio Ibicuí e Santa Maria.
- Instalação dos comitês do Baixo Jacuí e do rio Ibicuí.
- Acompanhamento das comissões provisórias para implantação dos comitês - rio Alto Jacuí, - Sistema Apuaê Inhandava, - Sistema Passo Fundo Várzea, - Sistema Turvo - Santa Rosa - Santo Cristo, - rio Butuí, - Sistema Piratinim - Icamaquã - rio Ijuí.
- Criação de Grupo de Trabalho para elaboração de normas e regulamentações para outorga de uso da água, em consonância com a Lei n. 10.350/94 e o Decreto n. 37.033/96.
- Elaboração de propostas de demandas ao Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da região Hidrográfica do Guaíba.
- Enviados para licitação em novembro de 2001 os Planos de Bacia dos rios Tramandaí, Ibicuí e Lago Guaíba, totalizando R\$ 1,2 milhão com recursos do Fundo de Recursos Hídricos.
- Firmado, em dezembro de 2001, convênio com a Universidade de Santa Maria para definição da metodologia para implantação da outorga do uso da água na Bacia do rio Santa Maria totalizando R\$ 340 mil com recursos orçamentários.
- Em implantação rede de monitoramento quantitativo da água na região hidrográfica do Guaíba, totalizando R\$ 1 milhão com recursos do Pró-Guaíba.

- Implantação de Comitês de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica - criação do comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Ijuí.
- Definição de critérios para outorga de águas subterrâneas - Convênio com CPRM para mapeamento hidrogeológico do RS.
- Estabelecimento de rede mínima de monitoramento quali-quantitativo da água, em conjunto com FEPAM e a Agência Nacional de Águas (ANA).
- Reestruturação do Conselho de Recursos Hídricos com alteração da composição, estabelecimento de regimento interno e formação de câmara de assessoramento técnico.

4.5.1 Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Höessler – FEPAM

No âmbito da FEPAM, foram desenvolvidas as seguintes ações principais:

Desenvolvimento e Capacitação Institucional – Nesta área foram alcançados os seguintes resultados:

- Treinamento e formação de pessoal para área aplicada de planejamento e gestão ambiental.
- Estruturação da fiscalização ambiental, capacitação, aquisição de equipamentos e renovação da frota mediante a aquisição de 11 veículos.
- Reforço e capacitação das regionais. Aprovação do projeto-piloto de licenciamento ambiental PNMAII – Programa Nacional do Meio Ambiente.
- Implantação do Sistema de Informação Processo de Licenciamento (SINPLI), Sistema de informação que integra banco de dados, documentos digitalizados, programas e aplicativos de controle de fluxos de tarefas de licenciamento de fontes poluidoras.
- Obtida autorização para a destinação de um terreno com 2042,75m² de área, pertencente à Secretaria da Justiça e da Segurança, para a construção do Laboratório da FEPAM.
- Concurso Público: 113 vagas, sendo 98 Técnicos de Nível Superior, 08 Assistentes Administrativos, 06 Motoristas; 04 Assistentes Técnicos.
- Foi iniciado o processo de Planejamento Estratégico da FEPAM, o qual está sendo realizado com o assessoramento da empresa de consultoria IDORT.

Estruturação do Sistema de Planejamento e Monitoramento da Qualidade Ambiental - Com destaque para as seguintes ações principais:

- Realização do Seminário “O Impacto Ambiental de Combustíveis Automotivos na Qualidade do Ar da Região Metropolitana de Porto Alegre”.
- Publicação das Diretrizes Ambientais para o Desenvolvimento dos Municípios do Litoral Norte.
- Lançamento do CD room com os trabalhos: Diretrizes Ambientais para o Desenvolvimento dos Municípios do Litoral Norte, Código Estadual do Meio Ambiente e Diretrizes para o Licenciamento Ambiental de Hidrelétricas na Bacia do Rio Taquari-Antas.
- Implantação da Rede de Monitoramento Automático, Remoto e Contínuo da Qualidade do Ar, tendo sido instaladas todas as 07 estações fixas, sendo 03 em Porto

Alegre, 01 em Canoas, 01 em Sapucaia do Sul, 01 em Triunfo (Pólo Petroquímico) e 01 em Caxias do Sul. A rede está em fase de Pré-operação.

- Estratégias Ecotoxicológicas de Avaliação de Risco (ECORISCO) - criação, através de convênio com a UFRGS, de modelo de avaliação de risco ambiental em bacias hidrográficas sujeitas a diferentes tipos de contaminação antrópica na área de influência do Complexo Petroquímico do Sul.
- Instalação do sistema de monitoramento da atividade de extração de areia no leito do Rio dos Sinos (monitoramento de qualidade de água físico-químico, monitoramento de fauna aquática e monitoramento batimétrico).
- Implantação do Licenciamento único na atividade de extração de Basalto na região de Nova Prata, fazendo uso desta forma, das diretrizes do Código Estadual de Meio Ambiente e minimizando assim os custos aos mineradores, bem como o trâmite burocrático.
- Implantação do Cronograma de realocação das frentes de lavra e recuperação/revitalização da mata ciliar das áreas de várzea do Rio Cai e Taquari relacionadas com a atividade de mineração.
- Regularização total das frentes de lavra de Arenito no Vale dos Sinos, através de ações de fiscalização/autuação e, de ações conjugadas com a Associação de Extratores de Pedra Grês de Taquara.

Disponibilização Pública de Dados Ambientais – Através da criação do *site* da FEPAM, indicando dados de balneabilidade, bem como da disponibilização de dados de Licenciamento Ambiental para prefeituras, promotorias públicas e comitês de bacias.

Melhoria nos Procedimentos de Licenciamento Ambiental – Mediante à redefinição da estrutura, procedimentos, competências e fluxos nos processos de licenciamento ambiental.

Elaboração dos Planos Diretores de Recursos Hídricos – Elaborados os Planos Diretores de Recursos Hídricos dos Rios Ibicuí e do Sistema Turvo - Santa Rosa – Santo Cristo.

Programa Nacional Meio Ambiente (PNMA II) - O Programa apresenta as componentes Desenvolvimento Institucional e Ativos Ambientais. Dentro da componente Desenvolvimento Institucional, foram desenvolvidas ações relativas a liberação ambiental em 14 municípios do extremo sul do Estado, bem como referentes ao gerenciamento costeiro, abrangendo 19 municípios no litoral norte. No que diz respeito à componente Ativos Ambientais, foi dada atenção ao controle da contaminação ambiental decorrente da suinocultura, em especial nas bacias dos rios Turvo, Santa Rosa e Santo Cristo.

4.5.2 Fundação Zoobotânica do Estado do Rio Grande do Sul – FZB

Na área do Museu de Ciências Naturais (MCN), merecem destaque as seguintes ações desenvolvidas no triênio 1999/2001, dentro dos Programas de Pesquisa e Conservação e de Difusão Científica e Educação Ambiental:

- Pesquisa em Biodiversidade - Execução de 75 projetos de pesquisa envolvendo a biodiversidade do Rio Grande do Sul. Os resultados das pesquisas são apresentados

em congressos científicos (em média 40/ano) e publicados em periódicos nacionais e estrangeiros, livros e anais de congressos (mais de 20/ano).

➤ Coleções Científicas - Manutenção e ampliação de coleções científicas de exemplares da flora, da fauna e de fósseis, especialmente do Rio Grande do Sul. O acervo atual conta com mais de 325.000 lotes, tendo um valor estimado de US\$ 9,5 milhões. As coleções vêm apresentando, desde 1999, um incremento de aproximadamente 10.000 lotes/ano.

➤ Unidades de Conservação - Realização de mapeamento de ecossistemas, inventários de fauna e flora, proposição de zoneamentos e planos de manejo para unidades de conservação. No período 1999/2001, o MCN atuou junto ao Parque Estadual Delta do Jacuí (através do Programa Pró-Guaíba) e no Parque Histórico Bento Gonçalves, situado no município de Cristal.

➤ Assentamentos Rurais – A partir do ano 2000, o MCN vem desenvolvendo em parceria com o Centro de Ecologia da UFRGS e o INCRA, o Projeto Inventário e Monitoramento de Ecossistemas como Instrumento de Conservação da Biodiversidade em Áreas de Assentamentos Rurais da Metade Sul do Rio Grande do Sul. O Projeto desenvolvido em assentamentos de Hulha Negra e Canguçu busca, a partir do conhecimento da biodiversidade local, desenvolver mecanismos para integrar a preocupação com a conservação da biodiversidade nos assentamentos rurais.

➤ Exposição Permanente do MCN - Sala de Exposição permanente do MCN, permite que o público tenha acesso a dioramas, vitrines e expositores com temática relacionada à biodiversidade. Anualmente são atendidos mais de 15.000 visitantes, incluindo escolares e o público em geral. No ano de 2001, o MCN iniciou a elaboração do Projeto Básico de Revitalização e Ampliação da Sala de Exposição do Museu de Ciências Naturais/FZB a fim de captar recursos e implantar um espaço mais amplo e com atualização e diversificação temática, para qualificar o atendimento ao público.

➤ Exposições Temporárias e Itinerantes - A fim de garantir a difusão das pesquisas e atividades realizadas no MCN, bem como de temas ambientais da atualidade como processo de educação científica e ambiental, o Museu vem realizando semestralmente exposições temporárias, que se tornam itinerantes. Entre 1999 e 2001, foram elaboradas 05 exposições que são disponibilizadas gratuitamente para diversas instituições do interior do RS, levando temas como: "Nos Bastidores da Ciência: como os pesquisadores estudam a natureza"; "Coleções Científicas: testemunhos da biodiversidade"; "Ilustrações científicas: no limite entre a Ciência e a Arte"; "Sobreviventes do Pampa: espécies ameaçadas do Rio Grande do Sul" e "Vida Silvestre nas Ilhas: plantas e animais do Delta do Jacuí". Em novembro de 2001, foi inaugurada a Exposição temporária "A Ciência dos Viajantes: ciência, saúde e populações em 500 anos de descobrimento do Brasil", elaborada pela Fundação Oswaldo Cruz, do Rio de Janeiro.

➤ Oficinas de Fauna e Flora do Litoral - Realizadas no litoral, dentro da programação do Verão com Vida, foram desenvolvidas, nos anos de 2000 e 2001, com a presença em mais de 08 praias. Montadas em tendas na beira do mar, pesquisadores e monitores atendem o público com seus equipamentos de trabalho, levando informações e desenvolvendo atividades científicas com a fauna e flora que o veranista mantém contato, buscando sensibilizar e educar para conservação da natureza.

➤ Ciência na Praça - Atividade de difusão científica com a presença de pesquisadores, monitores, instrumentos de pesquisa e acervo do MCN, no qual são apresentados, para o público, resultados de pesquisas e aspectos importantes sobre a fauna e flora do Rio Grande do Sul. A atividade é realizada em praças públicas, tendo seis edições

entre 1999 e 2001.

➤ Publicações de Difusão Científica - O MCN, em parceria com o Núcleo de Comunicação Social da FZB, vem desenvolvendo e publicando livros, folhetos e vídeos sobre a biodiversidade do Rio Grande do Sul. De 1999 a 2001, foram publicados os livros Peixes do Delta do Jacuí e Lista de Referência das Aves do Rio Grande do Sul; o cartazete Biodiversidade no Litoral e 02 vídeos sobre o Parque Estadual do Delta do Jacuí.

4.6 SECRETARIA DA SAÚDE - SES

O Governo do Estado vem, desde janeiro de 1999, cumprindo o seu papel constitucional de investir pelo menos 10% da Receita Tributária Líquida em Saúde, sendo 10,04% em 1999, 10,07% em 2000 e 10,07%, em 2001. Em 1995, esse percentual foi de 4,86%, caindo para 4,52% em 1996, passando para 7,13% em 1997 e para 7,56% em 1998, numa média não superior a 6%.

Financiamento do SUS – Ao mesmo tempo em que se observa o crescente comprometimento do Governo do Estado com o financiamento do SUS, não se pode dizer o mesmo em relação à União, embora essa seja uma responsabilidade compartilhada dos três entes federados: Governo Federal, Estado e Municípios, cabe ao Ministério da Saúde (MS) definir, para cada Unidade da Federação, o valor do Teto Financeiro da Assistência, o qual deveria ser suficiente para custear todos os serviços executados e necessários à saúde da população de cada Estado. Também são destinados pelo MS recursos específicos para custeio de alguns serviços considerados estratégicos, como medicamentos excepcionais, transplantes e mutirões de cirurgias. Esses valores não estão incluídos no Teto Financeiro da Assistência.

No ano de 2000, o total desse Teto para o Rio Grande do Sul foi de R\$ 680,4 milhões, valor completamente insuficiente ao custeio operacional do SUS no Estado, levando-se em conta a capacidade instalada de serviços, bem como a necessidade assistencial dos usuários. Deve-se observar que, de 1995 a 2000, enquanto o RS teve o seu Teto reajustado em 83%, outros estados tiveram reajustes bem maiores, por exemplo, a Bahia teve 127% de aumento, Alagoas 123% e Pernambuco 100%. O panorama se repete em 2001, quando o MS determinou para o Estado um Teto total nos primeiros 06 meses de R\$ 352,3 milhões, tendo sido o valor insuficiente para custeio dos serviços prestados à população gaúcha.

Em 1999, o Estado gastou R\$ 11 milhões além do Teto estabelecido pelo MS, se forem considerados apenas os recursos sob gestão estadual. Em 2000, foram R\$ 31 milhões a mais, e no primeiro semestre de 2001 esse déficit foi de R\$ 13,7 milhões. O aumento no valor gasto com internações no RS, além de considerar o reajuste da tabela do SUS determinado pelo MS no final de 1999, o qual não foi integralmente repassado ao Teto estadual, deve-se à ampliação da complexidade dos serviços, com maior número de leitos, por exemplo, de UTI e Neurocirurgia cadastrados.

Em 1999, os recursos que ultrapassaram o Teto Financeiro da Assistência foram cobertos pelo MS. Já em 2000, apesar de parte do déficit ter sido paga pelo Ministério aos prestadores de serviços do SUS, toda a extrapolação de Teto foi custeada, direta ou indiretamente, por recursos do Estado. Em relação ao atendimento

ambulatorial, o valor pago pelo Governo Estadual foi de R\$ 5,5 milhões, correspondente aos meses de julho e agosto. Nos demais meses, o MS pagou aos prestadores, contudo descontou do valor do recurso que deveria ser repassado ao RS para compra de medicamentos excepcionais, totalizando R\$ 25,5 milhões. No ano de 2001, o déficit do Teto foi coberto com recursos do Tesouro do Estado através do custeio direto de medicamentos excepcionais, no valor de R\$ 13,7 milhões, embora essa responsabilidade seja do Governo Federal. No total, o Estado pagou R\$ 44,7 milhões de 1999 a 2001 com recursos próprios. Ainda devem ser destacados vários outros serviços, como Órteses e Próteses, Teste do Pezinho, Tratamento Fora de Domicílio e Ressonância Magnética, hoje pagos com recursos estaduais devido à insuficiência dos repasses por parte do Governo Federal. Ao todo, de 1999 a novembro de 2001, o Estado já aplicou mais de R\$ 1 bilhão em saúde.

Regionalização da Atenção à Saúde - A política que historicamente dominou o setor público de saúde, defendendo o interesse de pequenos grupos em detrimento das necessidades reais, construiu um sistema perverso, com distorções importantes e sem condições de atender às demandas da população. Um exemplo disso é o grande número de hospitais existentes no Estado, com baixas taxas de ocupação e, contraditoriamente, a conhecida dificuldade de acesso à internação, como conseqüência da desorganização e do desfinanciamento. Com o objetivo de mudar essa realidade, o projeto Regionalização da Atenção à Saúde prevê a estruturação de uma rede de ações e serviços no Estado que assegure a todos os cidadãos o acesso à atenção integral à saúde.

A divisão do Estado em 07 macrorregiões de saúde busca justamente pactuar com os secretários municipais e os conselheiros de saúde, além dos delegados do Orçamento Participativo, a garantia do acesso da população a ações e serviços de saúde o mais perto possível da sua moradia. As iniciativas de regionalização projetadas, implantadas e implementadas pelo Estado incluem financiamento do SUS (Municipalização Solidária da Saúde), reorganização da assistência hospitalar (Saúde Solidária), descentralização da concessão de órteses e próteses, fortalecimento das 19 Coordenadorias Regionais de Saúde, fortalecimento do controle social, implantação da Hemorrede Pública e da Rede Pública de Medicamentos, implantação de 07 Centrais de Regulação e de 11 Centros de Referência em Saúde do Trabalhador.

Municipalização Solidária da Saúde - Criada em 1999 por meio do Decreto Estadual n. 39.582/99, a Municipalização Solidária da Saúde consiste na cooperação técnica e no repasse de recursos do Tesouro do Estado, com base em critérios técnicos aprovados pelo Conselho Estadual de Saúde para todos os municípios gaúchos. As condições para transferência dos recursos são: habilitação do município a uma das formas de gestão do SUS; atualização do Sistema de Informação de Orçamentos Públicos de Saúde (SIOPS, conforme Resolução n. 80/99, da Comissão Intergestores Bipartite); e a apresentação de Planos de Aplicação e de Relatórios de Gestão aprovados em reuniões do respectivo Conselho Municipal de Saúde, com a presença de delegados do Orçamento Participativo.

A Municipalização Solidária da Saúde foi considerada a melhor experiência nacional de gestão do SUS, em concurso promovido pelo Ministério da Saúde, obtendo 97,5 pontos. Com esse Projeto, inédito no País, o Governo do Estado assume o seu papel de cooperar técnica e financeiramente com todos os municípios gaúchos,

reafirmando os eixos da descentralização da gestão e da regionalização da atenção à saúde.

O período de vigência da Municipalização Solidária da Saúde é de junho a julho. Em 1999, o valor da fração principal foi de R\$ 31 milhões, e a distribuição dos recursos ocorreu com base no critério *per capita*. Em 2000, foram R\$ 65 milhões, tendo o valor a ser repassado a cada município obedecido aos critérios de população total, população menor de 14 anos e maior de 60, inverso da capacidade instalada, mortalidade infantil e prioridade no Orçamento Participativo. Com essa política, receberam proporcionalmente mais recursos os menores municípios do Estado. Em 2001, são mais R\$ 65 milhões, distribuídos com base nos critérios de população total, população menor de 14 anos e maior de 60, inverso da capacidade instalada, mortalidade infantil, prioridade no Orçamento Participativo, receita própria investida em saúde e inverso da arrecadação municipal. No total, somente da fração principal, de 1999 até novembro de 2001, foram empenhados R\$ 161 milhões.

Essa ação garantiu a efetiva descentralização dos recursos oriundos do Tesouro do Estado. Em 1998, por exemplo, 139 municípios (30% do total) nada receberam do Governo do Estado. Situação completamente diversa da registrada de 1999 até o final de 2001, uma vez que nesse período nenhum município ficou sem receber recursos.

Entre as ações realizadas com os recursos da Municipalização Solidária da Saúde estão: reforma da Unidade de Saúde de Capão da Porteira (Viamão), construção de um Centro de Educação em Saúde (Alvorada), compra de equipamentos para o centro de oftalmologia (Canoas), compra de material odontológico e Raio X (Gravataí), repasse ao Hospital Municipal Getúlio Vargas (Sapucaia do Sul), repasse ao Hospital São Camilo (Esteio), repasse ao Hospital Geral (Novo Hamburgo), construção de Unidade de Saúde (em Estância Velha), contratação de profissionais de Saúde (Porto Alegre), manutenção do pronto-atendimento 24 horas (Nova Santa Rita), equipamentos para o ambulatório (Morro Reuter), ampliação da Unidade de Saúde da Sede (Amaral Ferrador), aparelhamento da Unidade de Saúde (Camaquã), compra de equipamentos de fisioterapia (Sentinela do Sul), ampliação da Unidade de Saúde (São Jerônimo), compra de equipamentos para o Posto de Saúde (Barão), aquisição de Unidade Móvel e ampliação da Unidade de Saúde (Pareci Novo), compra de um trailer odontológico (Igrejinha), aquisição de medicamentos (Rolante), construção de Posto de Saúde (São Sebastião do Caí), reforma da sala para atendimento odontológico (Alto Feliz), na construção de posto de saúde (Antônio Prado), equipamentos de cirurgia (Bento Gonçalves), reforma do Posto de Saúde (Boa Vista do Sul), compra de equipamentos para o Hospital Municipal (Bom Princípio), construção de Unidade de Saúde de São Bernardo (Campestre da Serra), exames e consultas especializadas (São Marcos), ampliação do Hospital Municipal (Canela), ampliação do posto de saúde do centro e reforma de dois andares do hospital (Gramado), repasse para o Hospital Pompéia (Caxias do Sul), compra de Gabinete Odontológico (Guabiju), construção de posto de saúde (Monte Alegre dos Campos), aquisição de terreno para construção de Unidade de Saúde (Picada Café), compra de equipamentos para posto de saúde e reforma do hospital (Nova Petrópolis), reforma do posto de saúde do bairro Vencato (Jaguarão), construção de posto de saúde em Agropil (Piratini), ampliação dos posto de saúde central (Capão do Leão), reforma do centro de saúde municipal (Chuí), exames, consultas e medicamentos (Pedro Osório), ampliação e reforma de postos de saúde (Pelotas), ampliação do Hospital Municipal (Pinheiro Machado), manutenção dos

hospitais-dia da Santa Casa e do Hospital Universitário (Rio Grande), construção de posto de saúde (Turuçu), implementação do pronto-atendimento noturno e nos finais de semana (Cacequi), manutenção dos plantões médicos (Formigueiro), manutenção do pronto-atendimento de traumatologia no Hospital de Santiago (Unistalda), compra de equipamentos para hospital e unidade de saúde (São Pedro do Sul), reforma de unidades de saúde e medicamentos (Santa Maria), ampliação do posto de saúde (Toropi), implantação dos plantões 24 horas (Pinhal Grande), reforma de unidade de saúde (Júlio de Castilhos), compra de equipamentos para a maternidade (São Vicente do Sul), aquisição de uma unidade móvel (Vila Lângaro), ampliação da unidade de saúde (André da Rocha), construção de um ambulatório (Tupanci do Sul), implantação do serviço de fisioterapia (Camargo), reforma da unidade de saúde (Muliterno), contratação dos profissionais do plantão de urgência e emergência (Espumoso), construção da Unidade de saúde do Centro (Mormaço), compra de equipamentos e materiais para o posto de saúde (Gentil), serviços de urgência e emergência (Tapejara), ampliação da unidade de saúde da sede (Lagoa dos Três Cantos), compra de aparelho de Raio X (Victor Graeff), reforma e ampliação da unidade de saúde (Maximiliano de Almeida), manutenção da UTI Neonatal e Pediátrica do Hospital de Caridade (Cachoeira do Sul), compra de equipamento para o pronto-atendimento ao parto (Encruzilhada do Sul), construção de unidade de saúde (Agudo), reforma de três unidades de saúde (Caçapava do Sul), equipamentos para CTIs infantil e adulto do pronto-socorro da Santa Casa (Bagé), aquisição de UTI móvel (Dom Pedrito), ampliação do atendimento ambulatorial (Paim Filho), contratação de psicólogos, enfermeiros e pediatras (São João da Urtiga), pagamento de médicos (Nicolau Vergueiro), reforma da unidade de saúde (Saldanha Marinho), cirurgias de urgência e emergência (Cruz Alta), aquisição de medicamentos (Salto do Jacuí), manutenção do Centro de Atendimento ao Dependente Químico, (Alegrete), ampliação da unidade de saúde (Barra do Quaraí), convênio com a Santa Casa de Caridade (Uruguaiana), consultas especializadas e exames de HIV (Itaqui), medicamentos e materiais para os postos de saúde (Santana do Livramento), exames, medicamentos e consultas, (Erechim), contratação de profissionais de saúde (Aratiba), serviços de anestesia e internação hospitalar (Barão do Cotegipe), reforma e manutenção da unidade de saúde (Ponte Preta), instalação do pronto-atendimento (Santo Ângelo), cirurgias de catarata (São Miguel das Missões), manutenção do plantão de urgência e emergência 24 horas (Roque Gonzales), pagamento de cirurgias, exames e consultas especializadas (São Pedro do Butiá), equipamentos para unidades de saúde (Salvador das Missões), construção de unidade de saúde (Sete de Setembro), atendimento de fisioterapia (São Nicolau), compra de equipamentos para unidade de saúde (Bossoroca), compra de equipamentos odontológicos (Marcelino Ramos), ampliação da unidade de Saúde (Campinas do Sul), contratação de médicos, dentistas e enfermeira (Faxinalzinho), compra de serviços de diagnóstico e terapia (Santa Cruz do Sul), aquisição de equipamentos para unidades de saúde (Herveiras), construção de posto de saúde (Sinimbu), aquisição de equipamentos odontológicos (Venâncio Aires), implantação do plantão para atendimento noturno, nos finais de semana e feriados (Pantano Grande), contratação de profissionais de Saúde (Porto Lucena), mais consultas e exames especializados (Santo Cristo), construção do posto de saúde de Cinquentenário (Tuparendi), medicamentos e consultas especializadas (Palmeira das Missões), construção da unidade de saúde central (Sagrada Família), ampliação da unidade de saúde (Lajeado do Bugre), reforma do ambulatório e construção do posto da Vila Progresso (Três Palmeiras), compra de equipamentos para a unidade de saúde (Dois Irmãos das Missões), construção de novos postos de saúde (Santa Rosa), ampliação da unidade de saúde central (Tabaí), cirurgias e procedimentos de urgência

(Encantado), ambulância equipada (São José do Herval), implantação do pronto-atendimento (Teutônia), compra de gabinete odontológico (Travesseiro), construção, ampliação e reforma de unidades de saúde (Imigrante), aquisição de ultrassom (Fontoura Xavier), atendimento ambulatorial de urgência e emergência (Progresso), serviço de odontologia (Doutor Ricardo), construção do Centro de Saúde Municipal (Vespasiano Corrêa), ambulatório de saúde mental (Lajeado), reforma de uma ala do Hospital Sant'Anna (Bom Retiro do Sul), aquisição do prédio do Hospital Comunitário Filantrópico (Boqueirão do Leão), compra de unidade móvel (Arroio do Meio), ampliação do atendimento pediátrico e odontológico (Anta Gorda), compra de medicamentos (Ijuí), reforma do hospital para instalação de unidade mista de saúde (Coronel Barros), ampliação do posto de saúde (Panambi), construção do prédio da Secretaria Municipal de Saúde (São Valério do Sul), reforma do bloco cirúrgico do hospital municipal (Pejuçara), compra de equipamentos hospitalares (Alpestre), manutenção do plantão médico (Ametista do Sul), construção de unidade de saúde (Vicente Dutra), medicamentos e exames especializados (Ervál Seco), construção de unidade de saúde (Rio dos Índios), medicamentos e manutenção do plantão médico (Frederico Westphalen), compra de medicamentos (Terra de Areia), repasse ao Hospital São Luiz (mostardas), compra de equipamentos odontológicos e ambulatoriais (Imbé), compra de equipamentos para laboratório (Tramandaí), pagamento de plantões médicos (Balneário Pinhal) e reforma da Unidade de Saúde (Capão da Canoa).

Além da fração principal, de 1999 a 2001, foram repassados recursos complementares aos municípios nas seguintes áreas:

- Hospitais Públicos Municipais – fração criada para auxiliar no custeio dessas instituições. Em 2000, foram repassados R\$ 5 milhões, que beneficiaram 33 hospitais.
- Saúde Bucal – repasse de R\$ 7,7 milhões do Orçamento de 2000.
- Saúde Mental – repasse de R\$ 1 milhão para implementação de serviços especializados em saúde mental em 49 municípios gaúchos.
- Prevenção do Câncer de Mama – repasse de R\$ 2,1 milhões referentes ao Orçamento de 2000.
- Populações Itinerantes – repasses para a atenção à saúde de populações itinerantes, atingidas por barragens, assentadas, indígenas e acampadas sem terra, não incluídas na população oficial publicada pelo IBGE e, portanto, não consideradas nos cálculos para transferências de repasses de recursos. O valor correspondente é calculado a partir de R\$ 2,21 *per capita*. Em 1999, foram repassados aos municípios que acolhem populações itinerantes o montante de R\$ 400 mil; em 2000, foram mais R\$ 400 mil; e, em 2001, o valor foi de R\$ 800 mil. No total, desta fração foram transferidos aos municípios R\$ 1,6 milhão.
- Verão com Vida – As ações da Secretaria da Saúde no Verão com Vida têm o objetivo de ampliar, qualificar e facilitar o acesso da população, que se desloca para as praias ou locais com balneários, aos serviços de saúde durante os meses de veraneio. Entre as iniciativas destacam-se: central de informações e denúncias, apoio financeiro, apoio técnico e acompanhamento das ações municipais, implantação da Central de Leitos no Litoral Norte, ações de vigilância em saúde e campanhas educativas de promoção à saúde (dengue, cartão solar, prevenção da Aids, Verão Bom Prá Cachorro e Projeto Girassol). Em 1999, os municípios que têm aumento sazonal de população nos meses de verão receberam R\$ 1,9 milhão; em 2000 foram mais R\$ 1,9 milhão; e, em 2001, mais R\$ 2 milhões, totalizando R\$ 5,8 milhões.

- Municípios novos – Em 2001, os 30 novos municípios do Estado receberam R\$ 450 mil.

**Municipalização Solidária
Recursos Transferidos aos Municípios pelo Estado**

Em R\$ 1,00

Itens	1999	2000	2001	Acumulado
Fração principal	31.000.000	65.000.000	65.000.000	161.000.000
Verão com Vida	1.900.000	1.900.000	2.000.000	5.800.000
Populações itinerantes	400.000	400.000	800.000	1.600.000
Saúde Bucal		7.700.000		7.700.000
Saúde Mental		1.000.000		1.000.000
Prevenção Câncer de Mama		2.100.000		2.100.000
Municípios novos			450.000	450.000
Hospitais municipais		5.000.000		5.000.000
Total	33.300.000	83.300.000	68.200.000	184.800.000

Fonte:SES

Hospitais Municipais Beneficiados

Em R\$ 1,00

Município	Hospital	Valor
Alegria	Hospital M. São Sebastião da Alegria	48.000
Áurea	Hospital Municipal João Paulo II	48.000
Butiá	Hospital de Butiá	65.387
Cambará do Sul	Fundação de Saúde São José	26.945
Campinas do Sul	Prefeitura Municipal	28.975
Dr Maurício Cardoso	Hospital Dr. Maurício Cardoso	48.000
Erechim	Hospital Santa Terezinha	834.593
Estância Velha	Hospital Getúlio Vargas	112.994
Esteio	Hospital São Camilo	364.295
Farroupilha	Hospital Beneficente São Carlos	156.783
Formigueiro	Hospital Municipal Formigueira	48.000
Fortaleza dos Valos	Hospital Municipal Bom Pastor	48.000
Ibiraiaras	Hospital Municipal São José	48.000
Independência	Fundação Hospitalar Cristo Rei	48.000
Itatiba do Sul	Hospital Municipal São Roque	48.000
Jaquirana	Hospital Mun. Pe. Carlos Aumondi	48.000
Lagoão	Hospital Municipal São João Batista	48.000
Lavras do Sul	F.M. Hosp. Hon. Teixeira da Costa	48.000
Passo Fundo	Hospital Beneficente Cesar Santos	189.197
Porto Alegre	Hospital de Pronto Socorro	1.047.854
Saldanha Marinho	Fundação Benef. Saldanha Marinho	48.000
Salto do Jacuí	Hospital Nova Jacuí	48.000
Santa Maria do Herval	Hospital Municipal XII de Maio	48.000
São Leopoldo	Hospital Centenário	931.014
São Pedro do Sul	Hospital Municipal de São Pedro	100.984
São Vicente do Sul	Hospital São Vicente Ferrer	40.969
Silveira Martins	Hospital Municipal Madre Imilda	48.000
Santo Antônio da Patrulha	Hosp. Mun. Sto. Antônio da Patrulha	188.010

Município	Hospital	Valor
Tapes	Fund.Assist. Nossa Senhora do Carmo	48.000
Vicente Dutra	Casa de Saúde Águas do Prado	48.000
Vila Maria	Hospital Municipal Carlos Cerato	48.000
Vista Gaúcha	Soc. Hosp. Benef. de Vista Gaúcha	48.000
Vitor Graeff	Hosp. de Caridade Benef. Vitor Graeff	48.000
Total	33	5.048.000

Fonte:SES

Nota.: Foram classificadas 33 instituições, mas o Hospital de Pronto-Socorro (HPS) de Porto Alegre não habilitou-se para receber os recursos.

Saúde Solidária – Criada em agosto de 1999, a Política de Qualificação da Assistência Hospitalar aos Usuários do SUS – Saúde Solidária, tem o objetivo de fortalecer, qualificar e integrar a rede hospitalar ao Sistema Público de Saúde, a partir da regionalização da atenção, subordinando-a ao controle social e aos demais princípios e diretrizes legais. No primeiro ano de vigência, foram aprovados repasses de recursos para os hospitais que realizavam procedimentos de urgência e emergência, contemplando 86 instituições com um total de R\$ 3,3 milhões. Em 2000, os hospitais foram enquadrados nas seguintes categorias: unidades locais, microrregionais, regionais, macrorregionais e especializados. Na primeira etapa, foram R\$ 12 milhões para 262 hospitais e, na segunda, mais R\$ 10 milhões, divididos entre 248 instituições. Em 2001, foram R\$ 18 milhões para 242 instituições. No total, de 1999 a 2001, foram R\$ 43,3 milhões.

O Programa Saúde Solidária obteve o 5º lugar em concurso nacional de experiências inovadoras na gestão do SUS, com 85 pontos. Essa política começa a apresentar resultados. O RS foi o Estado que obteve melhor colocação no País em pesquisa do Ministério da Saúde, em 2000, junto aos usuários do SUS, para avaliar o grau de satisfação em relação ao atendimento hospitalar. O Estado obteve nota 8,3, a partir da avaliação dos quesitos: qualidade das instalações físicas do hospital; qualidade do atendimento; e equipe médica e de enfermagem. O Hospital de Clínicas ficou com o 3º lugar no País do Prêmio Qualidade Hospitalar. No âmbito regional, foram agraciados os Hospitais Colônia Nova de Aceguá, e o Instituto de Cardiologia, da Capital.

Fundo de Apoio e Recuperação dos Hospitais Privados Sem Fins Lucrativos e Filantrópicos (FUNAFIR) – O Fundo foi instituído em 1999, numa ação conjunta da Secretaria da Saúde e do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Por meio deste Fundo, foi constituída uma linha de crédito junto ao BANRISUL, com juros subsidiados pelo Governo do Estado. Na primeira operação, referente ao período de 1999-2000, encerrada em outubro de 2001, foi concedido um crédito de R\$ 29,5 milhões para 86 hospitais, com carência de 06 meses, prazo de amortização de 18 meses e taxa de juros de 1% mais TR.

Em dezembro de 2001, o BANRISUL disponibilizou mais R\$ 17 milhões para atender 64 hospitais gaúchos, no custeio do pagamento de salários e fornecedores, além da quitação de dívidas bancárias. As condições desse empréstimo consistem em 06 meses de carência, taxa de 1,3% acrescido de TR e um prazo maior de amortização, 24 meses. Além disso, foram contratadas mais 18 operações no volume de recursos de R\$ 7,7 milhões.

O FUNAFIR foi implementado a partir de uma ampla negociação entre a Federação dos Hospitais, Sindicato dos Hospitais, Trabalhadores da Saúde, Conselho Estadual de Saúde, Secretarias de Estado e BANRISUL. A criação do FUNAFIR também assinala, pioneiramente, o caráter de agente financiador de políticas públicas do BANRISUL.

Hospitais Beneficiados na Primeira Operação de Crédito

Instituição	Município
Hospital São Luiz Gonzaga	São Luiz Gonzaga
Hospital São Vicente de Paula	Cruz Alta
Hospital Santo Antônio das Missões	Santo Antônio das Missões
Associação Franc. Assistência à Saúde	Estrela
Hospital São José	Sertão
Sociedade Beneficente Caridade de Lajeado	Lajeado
Hospital de Caridade de Santiago	Santiago
Associação Santa Casa de Rio Grande	Rio Grande
Fundação Assistencial Beneficente Camaquã	Camaquã
Sociedade Hosp. Com. Beneficente Nonoai	Nonoai
Fundação Ivan Goulart	São Borja
Hospital de Beneficência São Francisco de Borja	São Borja
Sociedade Hospitalar Santa Tereza	Guarani das Missões
Santa Casa de Misericórdia	São Lourenço do Sul
Hospital Comunitário	Sarandi
Santa Casa	Dom Pedrito
Hospital Santo Antônio	São Francisco de Assis
Comunidade Colônia Nova	Bagé
Sociedade Hospitalar São José	Porto Lucena
Associação Prot. Hosp. Santa Líbera	Jóia
Sociedade Beneficente Hospital de Candelária	Candelária
Hospital São Sebastião Mártir	Venâncio Aires
Sociedade Beneficente Sapiranguense	Sapiranga
Sociedade Hospitalar Santo Afonso	Cândido Godói
Fundação Assist. Beneficente de Guaíba	Guaíba
Sociedade Hospitalar Beneficente de Condor	Condor
Sociedade Hospitalar Santo Antônio	Braga
Hospital Nossa Senhora dos Navegantes	Torres
Hospital Beneficente	Sinimbu
Sociedade Hospitalar Beneficente	Marau
Sociedade Literatura Beneficente	Giruá
Sociedade Beneficente Igrejinha	Igrejinha
União Brasileira de Educação e Assistência	Porto Alegre
Santa Casa de Misericórdia	Santana do Livramento
Sociedade Hospitalar Panambi	Panambi
Hospital de Caridade	Canela
Sociedade Hospitalar Beneficente	Ajuricaba
Hospital Beneficente Alto Jacuí	Não-Me-Toque
Hospital São João Batista	Nova Prata

Instituição	Município
Sociedade Beneficente São Judas Tadeu	Jacutinga
Santa Casa de Misericórdia	Porto Alegre
Sociedade Portuguesa Beneficência	Pelotas
Soc. Carid. Lit. São Francisco de Assis	Santa Cruz do Sul
Sociedade Portuguesa Beneficência	Porto Alegre
Fundação de Apoio Universitário	Pelotas
Hospital Comunitário ADESCO	Humaitá
Hospital de Caridade	Santo Cristo
Associação Hospitalar Agudo	Agudo
Fundação Universitária de Cardiologia	Porto Alegre
Hospital Parque Belém	Porto Alegre
Hospital de Caridade Dr. Victor Lang	Caçapava do Sul
Hospital de Caridade Brasilina Terra	Tupanciretã
Irmandade Carid. Senhor Bom Jesus dos Passos	Rio Pardo
Hospital Universitário São Francisco de Paula	Pelotas
Santa Casa de Caridade	Bagé
Sociedade Beneficente São João da Reserva	São Lourenço do Sul
Sociedade Beneficente São Vicente de Paulo	Osório
Sociedade Hospitalar Beneficente São José	Amaral Ferrador
Soc. Lit. Beneficente Santo Antônio	Tenente Portela
Sociedade Hospitalar de Caridade	Santa Rosa
Sociedade Hospitalar de Caridade Palmeira	Palmeira das Missões
Sociedade Beneficente Silvio Scopel	Cerro Branco
Hospital Espírita	Porto Alegre
Hospital Nossa Senhora da Glória	Herval
Santa Casa de Caridade	Uruguaiana
Benef. Camiliana do Sul	Encantado
Hospital Cidade	Passo Fundo
Santa Casa de Caridade	Jaguarão
Irmandade Santa Casa de Caridade	Alegrete
Hospital Nossa Senhora Auxiliadora	Rosário do Sul
Sociedade Educacional Beneficente do Sul	Capão da Canoa
Ordem Aux. das Senhoras Evangélicas	Montenegro
Hospital Beneficente de Ijuí	Ijuí
Hospital de Caridade Beneficente Cachoeira do Sul	Cachoeira do Sul
Sociedade Hospitalar Caridade	Campo Novo
Irmandade Santa Casa de Caridade	São Gabriel
Hospital de São Nicolau	São Nicolau
Associação Hospitalar Caridade Três Passos	Três Passos
Hospital de Caridade Nossa Senhora das Graças	Bossoroca
Hospital de Caridade Nossa Senhora da Conceição	Piratini
Associação Hospitalar de Caridade	Santo Ângelo

Fonte: SES

Nota.: os nomes das instituições beneficiadas na segunda operação de crédito estão em fase de definição.

Controle, Avaliação e Auditoria – A SES elegeu, em 2000, 05 critérios de bloqueio de Autorizações de Internação Hospitalar (AIH) – cuidados prolongados, cirurgias múltiplas, politraumatizados, Acidente Vascular Cerebral Agudo e Septicemia – que se agregam ao critério de internações de homônimos, implantado desde

novembro de 1999. No primeiro semestre de 2001, manteve-se a estratégia de auditorias prévias de AIHs, iniciada em 2000, ampliando-se os critérios de bloqueio de 06 para 08.

Distribuição das Auditorias Médicas Realizadas

Tipo de auditoria	1º semestre de 2000	1º semestre 2001
Bloqueios técnicos	658	1.378
Laudos excedentes	13	12
Especial	09	19
Denúncias	05	11
Auditorias analíticas	-	02
Total	685	1.422

Fonte: SES

Todas as contas bloqueadas por critérios técnicos foram analisadas caso a caso, sendo impugnadas aquelas cuja cobrança foi considerada irregular. As denúncias foram recebidas de diversos órgãos: Ministério da Saúde, Ministério Público, Conselho Estadual de Saúde, e também feitas diretamente à Secretaria pelos usuários do SUS.

Além das auditorias, realizadas como rotina, a Auditoria Médica incrementou em 2000 o trabalho de verificação das denúncias encaminhadas pelo sistema Carta ao Usuário do SUS. A maioria das denúncias versa sobre cobranças. No primeiro semestre de 2001, foram analisadas 69 denúncias, envolvendo 41 hospitais.

Adequação das Chamadas Farmácias Municipais de Manipulação – Em 1999, a Vigilância Sanitária Estadual em parceria com a Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS), começou um processo de vistoria nas Farmácias Municipais de Manipulação existentes no Estado. A partir desse trabalho, foi constatado que esses estabelecimentos não manipulavam medicamentos sob prescrição médica, o que compete à farmácia, mas os produziam em escala industrial, sem atender às exigências técnicas previstas em lei. Em resumo, produziam medicamentos a baixo custo, mas sem a qualidade necessária. Nesse mesmo ano foi realizado o 1º Seminário Técnico, no qual foi apresentado o diagnóstico da Vigilância Sanitária aos secretários municipais de saúde e aos farmacêuticos responsáveis. Todos foram devidamente orientados e capacitados para fazer as adequações necessárias à qualificação do processo de produção e, também, receberam a informação de que em 2000 os estabelecimentos seriam novamente vistoriados. Na ocasião, foi criada uma Comissão Interinstitucional para acompanhar o processo de adequação das farmácias.

Em 2000, em parceria com técnicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e do Conselho Regional de Farmácia do RS, a SES realizou nova inspeção nos estabelecimentos, tendo sido verificado que as condições de funcionamento continuavam inadequadas. Os responsáveis pelas farmácias receberam cópias dos relatórios de inspeção e, em setembro, foi realizado outro seminário técnico para orientar, capacitar e conscientizar as administrações municipais. A análise dos medicamentos recolhidos pela Vigilância Sanitária em alguns desses estabelecimentos comprovou que a maioria deles era imprópria para consumo.

Em 2001, a SES iniciou a interdição das farmácias municipais de manipulação, que continuavam produzindo em escala industrial, sem atender as

exigências sanitárias previstas em lei. Até o final de 2001, 39 foram fechadas; 02 continuaram a funcionar normalmente; 01 foi readequada e reaberta; e 01 funcionava com liminar.

Política de Assistência Farmacêutica – A Política Estadual de Assistência Farmacêutica prevê uma série de estratégias para garantir o fornecimento de medicamentos básicos, especiais e excepcionais aos usuários do SUS.

Em relação aos medicamentos básicos, o objetivo é garantir a disponibilização permanente de um elenco padronizado nas quantidades necessárias ao atendimento total da demanda. A proposta é de constituir um sistema de suprimento de medicamentos básicos, sob coordenação da SES, em conjunto com os municípios, por meio de Conselho Paritário Intergestores, cabendo à Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS) as funções executivas. Serão produzidos/adquiridos inicialmente 46 itens, que correspondem a cerca de 86% dos gastos municipais com medicamentos. O suprimento será garantido com a ampliação da produção do LAFERGS, instalação de fábricas em Pelotas, Santa Maria e Panambi e compra centralizada junto aos demais laboratórios oficiais ou no mercado privado. O Sistema será mantido com recursos oriundos do Ministério da Saúde, relativos à Assistência Farmacêutica Básica, acrescidos das contrapartidas estadual e municipais.

De 1999 a 2000, o Governo do Estado investiu R\$ 12,5 milhões na Política de Assistência Farmacêutica Básica. Esse montante foi repassado aos municípios em dinheiro ou em medicamentos adquiridos pelo Estado.

O Rio Grande do Sul é o Estado que fornece o maior número de itens de medicamentos de alto custo no País (especiais e excepcionais), isso sem considerar o elenco de medicamentos excepcionais do Ministério da Saúde, que é comum a todas as regiões brasileiras. Enquanto outros estados se limitam a fornecer 50 itens de medicamentos excepcionais, o RS fornece aproximadamente 500 itens, entre excepcionais, especiais e administrativos. A Farmácia de Medicamentos do Estado atende atualmente 22.000 usuários cadastrados. No período de 1999 a 2001, o Governo do Estado gastou R\$ 143,2 milhões com a aquisição de medicamentos. Esse valor corresponde a praticamente o dobro do aplicado de 1995 a 1998, que foi R\$ 72,3 milhões.

Histórico das Despesas com Medicamentos no Estado

Em R\$ 1,00

Anos	Valores
1995	13.928.848
1996	16.920.553
1997	19.558.306
1998	22.823.983
1999	67.809.677
2000	46.588.637
2001	65.632.222

Fonte: SES

Política Intersectorial de Plantas Medicinais – Lançada em 2001, esta política envolve as Secretarias da Saúde; da Agricultura e Abastecimento; do Meio Ambiente; da Educação; do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais; da Ciência e Tecnologia; do Trabalho, Cidadania e Assistência Social; EMATER; FEPPS; Fundação

Zoobotânica; FEPAGRO; e FEPAM. O objetivo principal é a produção de medicamentos fitoterápicos a partir da Rede Pública e sob coordenação do Laboratório Farmacêutico do Estado (LAFERGS). O projeto de instalação da unidade produtora já foi elaborado.

Cidadania Alimentar – Política desenvolvida a partir de critérios científicos para melhorar as condições de saúde de populações em situação de vulnerabilidade social, mediante o fornecimento de alimentos capazes de qualificar a ingestão diária de nutrientes. Entre os objetivos específicos estão: a diminuição do coeficiente de mortalidade infantil; a redução do índice de baixo peso ao nascer; a diminuição do coeficiente de internação por desnutrição; a prevenção das carências nutricionais e da transmissão do vírus HIV da mãe ao recém-nascido; o tratamento do déficit nutricional de gestantes e nutrízes; a redução do impacto do déficit nutricional na saúde dos idosos; o incentivo ao acesso e/ou vínculo aos serviços de saúde, educação, agricultura, trabalho e assistência social; o incentivo ao aleitamento materno nos primeiros 06 meses de vida; e o estímulo à produção local de alimentos.

Implantado em 2001, o Cidadania Alimentar objetiva beneficiar uma população de 99.293 pessoas, sendo 47.277 crianças, 6.613 gestantes, 44.635 idosos, e 768 crianças e mães HIV positivas. O valor dispendido neste Projeto foi de R\$ 17 milhões, para 164 municípios do Estado.

Entre 1997 e 1998, o Governo do Estado implantou 02 programas de suplementação alimentar, o Piá 2000, que beneficiava, inicialmente, com leite, 44.156 crianças sob risco nutricional em 45 municípios e o Cesta Básica da Terceira Idade, que fornecia alimentos a 11.230 idosos, em 49 municípios.

A operacionalização do Cidadania Alimentar, além do repasse de recursos, prevê a capacitação de 38 técnicos pela Secretaria da Saúde, para auxiliar os municípios na sua implementação.

O Cidadania Alimentar está sendo implantado nos seguintes municípios: Alegrete, Alpestre, Alvorada, Amaral Ferrador, Ametista do Sul, Arroio do Sal, Arroio do Tigre, Arroio Grande, Bagé, Barão do Triunfo, Barra do Guarita, Barracão, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Butiá, Cacequi, Cachoeira do Sul, Cachoeirinha, Cacique Doble, Caiçara, Camaquã, Campo Bom, Candelária, Canguçu, Canoas, Capão do Leão, Carlos Gomes, Caseiros, Catuípe, Caxias do Sul, Centenário, Cerro Branco, Cerro Grande do Sul, Charqueadas, Chiapeta, Coronel Bicaco, Coxilha, Cruz Alta, Dezesseis de Novembro, Dois Irmãos, Dois Irmãos das Missões, Dom Feliciano, Dom Pedrito, Eldorado do Sul, Encruzilhada do Sul, Erechim, Erval Grande, Erval Seco, Estância Velha, Esteio, Fontoura Xavier, Frederico Westphalen, General Câmara, Glorinha, Gramado dos Loureiros, Gramado Xavier, Gravataí, Guabijú, Guaíba, Guarani das Missões, Herval, Hulha Negra, Ibarama, Ibirapuitã, Ijuí, Imigrante, Ipê, Iraí, Itaqui, Itatiba do Sul, Jaboticaba, Jaguarão, Jaquirana, Lagoa Vermelha, Lagoão, Lajeado, Lavras do Sul, Liberato Salzano, Machadinho, Maquiné, Maratá, Mata, Mato Castelhano, Maximiliano de Almeida, Monte Belo do Sul, Mormaço, Morro Redondo, Mostardas, Nonoi, Nova Esperança do Sul, Nova Hartz, Nova Roma do Sul, Nova Santa Rita, Novo Barreiro, Novo Hamburgo, Novo Tiradentes, Osório, Palmeira das Missões, Palmitinho, Pantano Grande, Parobé, Passo Fundo, Paverama, Pedro Osório, Pelotas, Pinheirinho do Vale, Pinheiro Machado, Piratini, Planalto, Poço das Antas, Portão, Porto Alegre, Porto Lucena, Porto Xavier, Progresso, Putinga, Quaraí,

Redentora, Rio dos Índios, Rio Grande, Rio Pardo, Ronda Alta, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santa Tereza, Santana da Boa Vista, Santana do Livramento, Santo Ângelo, São Francisco de Assis, São Gabriel, São Jerônimo, São João do Polesine, São José do Herval, São José do Norte, São Leopoldo, São Lourenço do Sul, São Martinho da Serra, São Valério do Sul, São Vicente do Sul, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Seberi, Sertão, Severiano de Almeida, Sinimbu, Tenente Portela, Terra de Areia, Três Coroas, Três Forquilhas, Trindade do Sul, Triunfo, Tucunduva, Tunas, Tupanci do Sul, Tupanciretã, Tuparendi, Uruguaiana, Viadutos, Viamão, Vicente Dutra, Vila Nova do Sul, Vista Alegre.

São Pedro Cidadão – Projeto de inclusão social dos portadores de sofrimento psíquico, instituído tendo em vista o cumprimento da Lei de Reforma Psiquiátrica, prevê a extinção dos manicômios, com a gradativa substituição dos leitos psiquiátricos por leitos em hospitais gerais, mediante a constituição de uma Rede de Atenção Integral à Saúde Mental. Em recente concurso nacional promovido pelo Ministério da Saúde, o São Pedro Cidadão foi premiado em 02 categorias no eixo da atenção à saúde: Implantação da Reforma Psiquiátrica, 3º lugar, e Implantação dos Serviços Residenciais Terapêuticos, 15º lugar.

Entre os objetivos está a integração dos 663 usuários-moradores do Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP) à vida das cidades, o fortalecimento da Rede Estadual de Atenção Integral à Saúde Mental, a consolidação do SUS e a transformação do maior manicômio do Estado em espaço cultural para a região. A realização de performances da 3ª Bienal do MERCOSUL no prédio histórico do HPSP, com um público de mais de 10.000 pessoas em uma semana, além de dar visibilidade ao Projeto, contribuiu para acabar com o estigma e o preconceito em relação aquele espaço.

Foram realizadas as seguintes ações:

- Implantação do Conselho Gestor – Implantado em julho de 1999, constituído por órgãos governamentais, trabalhadores, representantes da sociedade civil e usuários-moradores.
- Implantação da Casa de Passagem no HPSP – Inaugurada em outubro de 1999, visa recuperar a identidade e a cidadania dos usuários-moradores do Hospital, representando, como o próprio nome indica, uma etapa de transição entre a vida no manicômio e a reinserção social. A primeira moradora a retornar ao convívio social recebeu a chave da sua nova moradia do Departamento de Habitação da Prefeitura de Porto Alegre em 29 de junho de 2000. Em abril de 2001, mais 02 moradoras deixaram o Hospital. As moradias também foram cedidas pelo DEMHAB.
- Implantação do Centro de Atendimento Psicossocial à Criança e ao Adolescente – Implantado o Centro mediante reforma da área física e reaparelhamento operacional, além da contratação de pessoal (17 auxiliares de enfermagem). A reforma da área física foi concretizada a partir de um investimento de R\$ 154,7 mil, oriundos do Tesouro do Estado, e o reaparelhamento operacional exigiu mais R\$ 104 mil, sendo R\$ 49 mil de convênios e R\$ 55 mil do Tesouro do Estado. No ano de 1999, foram prestados 420 atendimentos ambulatoriais/mês a usuários desta faixa etária no HPSP, em 2000 foram 630 e, em 2001, 700, totalizando até novembro de 2001, mais de 20.000 atendimentos.

➤ Projeto Morada São Pedro - Iniciativa que envolve as Secretarias da Saúde, da Habitação e do Trabalho, Cidadania e Assistência Social e objetiva a regularização fundiária das vilas São Pedro e Salvador França, em Porto Alegre, minimizando 02 formas de exclusão social: a que obriga milhões de pessoas a morarem nas cidades sem acesso à terra legal, serviços, infra-estrutura, trabalho e renda e a que confina os portadores de sofrimento psíquico em manicômios. Com um investimento de R\$ 3,8 milhões, o Morada São Pedro visa garantir moradia para, aproximadamente, 1.800 pessoas, entre usuários do Hospital Psiquiátrico São Pedro e moradores das 02 vilas.

A primeira etapa do Projeto consiste: na construção de 91 casas de 01 e 02 dormitórios na Vila São Pedro; abertura de ruas asfaltadas que integrarão a Vila ao Bairro Partenon, e implementação de toda a infra-estrutura de água, luz, esgoto cloacal e pluvial. Estarão garantidos também os espaços para creche, unidade de saúde e sede da Associação de Moradores. Áreas de lazer e geração de renda serão implantadas no entorno. O Projeto beneficiará 144 usuários moradores do São Pedro, com a destinação de 36 moradias de 48,30m², já em construção, com 02 dormitórios, sala, cozinha e banheiro e capacidade para 04 pessoas. O prazo de conclusão é junho de 2002. As outras 55 moradias beneficiarão os moradores da Vila.

➤ Reciclagem do Uso do Complexo Histórico do HPSP - Parte do Projeto São Pedro Cidadão busca a recuperação do prédio histórico do HPSP, tombado pelo patrimônio estadual e municipal. A idéia é integrar a área à cidade, acabando com o estigma de segregação e preconceito, mediante à recuperação do prédio e à implementação de espaços de cultura, lazer, educação e geração de trabalho e renda. Foram vencidas as etapas de constituição de equipe de trabalho interinstitucional, responsável pela elaboração da proposta de uso do prédio histórico, e de instituição de equipe técnica para elaboração do projeto arquitetônico de reciclagem do complexo. O Projeto está orçado em R\$ 25 milhões.

➤ Qualificação dos trabalhadores de saúde mental do HPSP - Em 1999, foram 180 pessoas; em 2000 mais 150; e, em 2001, 250, totalizando 580 trabalhadores do Hospital, num investimento de R\$ 33,3 mil.

➤ Outras obras no HPSP - Entre 2000 e 2001, o Governo do Estado investiu cerca de R\$ 5,2 milhões no Hospital São Pedro. Entre as obras, destacaram-se: construção de apartamentos na Unidade Moisés Roitman para melhorar a qualidade de vida dos moradores/usuários (R\$ 122,4 mil); construção de rampas de acesso nas unidades Morel e Celestino Prunes para facilitar o deslocamento de 100 pessoas com mais de 60 anos (R\$ 40 mil); reformas nas Unidades Missões e Ana Neri (R\$ 123,6 mil); recuperação do telhado da lavanderia (R\$ 70 mil); recuperação do Ginásio de Atividades Múltiplas – Gigantinho (R\$ 208 mil); obras estruturais no ambulatório especializado (R\$ 64 mil); e construção de módulos residenciais terapêuticos no Instituto Dom Bosco (R\$ 900 mil).

➤ Fortalecimento da Rede de Atenção Integral em Saúde Mental – Fortalecida a Rede mediante cooperação técnica e financeira do Estado, abrangendo 320 municípios gaúchos. Entre as ações está o apoio financeiro à compra de medicamentos para

saúde mental, num investimento de R\$ 1,7 milhão, sendo R\$ 1,3 milhão oriundos de convênios e R\$ 338 mil de contrapartida do Tesouro do Estado. Além disso, houve o empenho, em 2001, de R\$ 1 milhão, fração da Municipalização Solidária da Saúde, para implementação de serviços especializados de saúde mental em 49 municípios.

Santa Clara de Itapuã – O Hospital Colônia Itapuã localiza-se no 2º Distrito de Viamão. Construído na década de 40, com a lógica de microcidade e organização própria, para abrigar originalmente pessoas atingidas pela Hanseníase, tendo, até o final de 2001, 182 usuários/moradores, 107 portadores de sofrimento psíquico e 75 atingidos pela enfermidade. Encravado numa área de 1.300ha, com 23.430m² de edificações (176 prédios), adota como linha terapêutica básica à laborterapia. Dispõe de ambulatório 24 horas, dirigido a moradores e à população da região (5.253 habitantes). Como espaço rural, desenvolve atividades agrosilvopastoris, com mata nativa e de eucaliptos, criação bovina de leite e de corte (400 cabeças), o que lhe confere auto-suficiência em carne e leite.

O Projeto Santa Clara de Itapuã é concebido como fator de transformação de uma estrutura, que tinha como política o isolamento, em um espaço capaz de articular várias políticas públicas e produzir ações integradas para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural da região, elevando a qualidade de vida dos usuários/moradores. Como eixos norteadores do Projeto estão: atenção integral à saúde, educação (voltada para o cooperativismo, associativismo, meio ambiente e agropecuária) e reintegração social. Como a proposta envolve várias secretarias, foi montado grupo de trabalho intersetorial (Saúde; Agricultura e Abastecimento; Cultura; Educação; Trabalho, Cidadania e Assistência Social; Desenvolvimento e Assuntos Internacionais; Turismo; Meio Ambiente; Coordenação e Planejamento) e comissão executiva, constituída pela SES e pela SAA.

Outra ação importante realizada pelo Governo do Estado é a retirada do lixo tóxico acondicionado na área do Hospital, de forma totalmente inadequada, há mais de 20 anos no local, sem que nada tivesse sido feito.

Saúde do Trabalhador – Na Área de Saúde do Trabalhador foram realizadas as seguintes ações:

➤ Sistema de Notificação de Acidentes e Violências - A rede informatizada de Observatórios de Acidentes e Violência, desenvolvida em parceria com a PROCERGS e lançada em julho de 2001, está sendo implantada em 28 hospitais do Rio Grande do Sul, com serviços de urgência e emergência. Esse sistema, inédito no País, tem o objetivo de identificar e monitorar violências contra idosos, mulheres e crianças, incluindo os acidentes de trabalho, de trânsito e de trajeto para o trabalho. Essas formas de violência, denominadas de causas externas, apesar de apresentarem alto índice de sub-notificação, em 2000 foram a quarta maior causa de mortalidade no Estado. O investimento do Governo do Estado é de R\$ 436,8 mil. Até novembro de 2001, 06 hospitais passaram a alimentar o sistema: Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Hospital Bruno Born, de Lajeado, Hospital São Vicente de Paula, de Passo Fundo, Hospital de Caridade de Ijuí, Hospital Pompéia de Caxias do Sul, e Santa Casa

de Rio Grande. Nos demais, o sistema está em fase de implantação. Até o fim de 2001, já foram realizadas mais de 500 notificações no Estado.

➤ Sistema de Informações em Saúde do Trabalhador - O investimento do Governo do Estado para estruturação desse sistema é de R\$ 280 mil. Até novembro de 2001, 295 municípios iniciaram a notificação de agravos e acidentes relacionados ao trabalho e 94% do total de municípios do Estado assumiram o compromisso de implantar o SIST/RS em, no mínimo, 50% das unidades de atenção básica em saúde até o primeiro semestre de 2002.

➤ Cursos de Capacitação em Saúde do Trabalhador - Desde 1999, 2.177 trabalhadores da Rede Pública de Saúde foram capacitados em cursos sobre LER/DORT, Mapa de Risco, Ergonomia, Direito Sanitário, operacionalização do SIST/RS e dos Observatórios de Acidentes e Violências. Somente o Curso de Aperfeiçoamento em Saúde do Trabalhador, com carga horária de 280h, formou 152 profissionais.

Vigilância Epidemiológica – O Rio Grande do Sul é o Estado do País com o melhor sistema de vigilância epidemiológica, conforme levantamento realizado pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). No trabalho, foi avaliada a capacidade dos estados brasileiros de prevenir, detectar e controlar rapidamente possíveis focos de doenças endêmicas, como dengue, malária e meningite. Dos 13 itens analisados, o RS obteve resultados positivos em praticamente todos. O Estado obteve 71,76 pontos, de um total possível de 100, seguido por Santa Catarina e Espírito Santo.

Mortalidade Infantil – O Estado do Rio Grande do Sul conquistou uma importante redução no coeficiente de mortalidade infantil em menores de 01 ano, passando de 17,23 em 1998, para 14,99 em 1999, para cada 1.000 nascidos vivos. Esse índice é o menor do País e em 2000 se manteve em 15,01. O resultado é fruto de um conjunto de ações, entre elas a ampliação dos índices de cobertura vacinal e o trabalho dos agentes comunitários de saúde e das equipes de saúde da família. Outro fator determinante para a redução do coeficiente de mortalidade infantil é a implementação da Operação Inverno, destinada a reduzir a incidência das Infecções Respiratórias Agudas (IRAs), mediante suplementação de medicamentos, capacitação de profissionais da Rede Básica de Saúde e estímulo ao atendimento no terceiro turno nas unidades. Se compararmos os dados de janeiro a junho de 1999 e 2000, houve uma redução de 45% no número de óbitos de menores de 01 ano por IRA, além de uma diminuição de 35% no número de mortes de crianças de 01 a 05 anos. O número de internações no mesmo período em função dessa doença em menores de 01 ano teve um decréscimo de 18%. Essa redução também é fruto do aumento dos investimentos em saúde por parte do Governo do Estado, no mínimo 10% da Receita Tributária Líquida de 1999 a 2001, e da descentralização desses recursos, abrangendo todos os municípios gaúchos.

Descentralização da Concessão de Órteses e Próteses – Em janeiro de 1999, havia uma lista de espera em relação à concessão de órteses e próteses com usuários cadastrados em 1996. Até o final do exercício que passou, a SES atendeu a demanda cadastrada em 2000: órteses e próteses físicas e a demanda de 1998 no que se refere a próteses auditivas. Em 2000, foram beneficiadas 412 pessoas com

órgãos e próteses físicas e auditivas, a partir de convênio com o Grupo Hospitalar Conceição, com um investimento de R\$ 610,5 mil.

Com o objetivo de implantar a Política Estadual de Concessão de Órgãos e Próteses e descentralizar esse atendimento, em 2001, a SES estabeleceu convênios e contratos com outras instituições, a saber: Hospital de Clínicas de Porto Alegre: 40 próteses auditivas; Consórcio Intermunicipal de Saúde do Noroeste do Estado: 20 próteses auditivas; Universidade Federal de Santa Maria: 30 próteses auditivas e 30 físicas; Universidade de Cruz Alta: 40 próteses físicas; Universidade de Santa Cruz: 20 próteses físicas; Associação de Assistência à Criança Deficiente: 50 próteses físicas; Hospital Banco de Olhos Lions de Passo Fundo: 250 próteses visuais, totalizando mais 140 próteses físicas, 90 auditivas e 250 próteses visuais.

A concessão de aparelhos auditivos, bem como de próteses, próteses e materiais auxiliares por parte da SES foi iniciada, em 1994, e as aquisições eram feitas somente pelo critério de menor preço, sem respeitar o parecer técnico. Dessa forma, os usuários recebiam aparelhos auditivos incompatíveis com a indicação. Em 1998, a SES assinou convênio com o Grupo Hospitalar Conceição visando à concessão desses serviços com profissional especializado. Em 1999, começou a concessão de próteses físicas e, em 2000, de aparelhos auditivos.

Fortalecimento do Controle Social – Para o Governo do Estado, a ampla e democrática participação dos cidadãos na gestão, mais do que o cumprimento da lei, significa criar condições para a inversão de prioridades, o aumento da eficácia das políticas públicas e a transparência no funcionamento do poder público. Neste contexto, o fortalecimento e o respeito ao poder deliberativo dos Conselhos de Saúde têm sido a prática da SES, desde janeiro de 1999. Ao estabelecer os mecanismos para a efetivação desse poder em relação à aplicação dos recursos da Municipalização Solidária da Saúde, apresentação de relatórios de gestão e planos de aplicação aprovados pelos respectivos Conselhos Municipais de Saúde, a Secretaria reafirmou o seu compromisso com essa política e contribuiu para a consolidação dessas instâncias de controle social. O fortalecimento do controle social por parte da SES passa também pela criação de conselhos gestores, com a participação de usuários do SUS, em unidades e serviços próprios e em outras instituições que recebem aporte de recursos do Tesouro do Estado.

Nessa Área foram realizadas as seguintes ações:

- Em 2000, no processo de preparação da 3ª Conferência Estadual de Saúde, foram realizadas 16 Conferências Regionais e 304 Municipais, envolvendo mais de 30.000 participantes. A delegação gaúcha, cuja viagem a Brasília foi custeada com recursos do Estado, a partir de deliberação do Conselho Estadual de Saúde, foi destaque na 11ª Conferência Nacional de Saúde, e o slogan SUS É LEGAL, desenvolvido pelo Governo do Estado, foi aclamado como marca nacional de defesa do SUS.
- No final de 2001, praticamente todos os municípios gaúchos possuíam Conselhos de Saúde e já existiam 08 Conselhos Regionais consolidados e 02 em fase de implantação.

Capacitação e Formação em Saúde – A formação em saúde pública para o SUS é um dos eixos prioritários da SES, com o objetivo de criar uma cultura de educação continuada, orientada pelas realidades municipais, locais, regionais e estadual. Neste contexto, a Escola de Saúde Pública, desde o início de 1999, apesar do estado de sucateamento em que se encontrava, passou a assumir um papel fundamental.

A Escola de Saúde Pública (ESP/RS) desenvolveu as seguintes atividades:

➤ Núcleos Regionais de Educação em Saúde Coletiva - Como parte da estratégia de atuação da ESP/RS, constituída pelos princípios de descentralização, articulação regional, educação profissional, ensino de pós-graduação e educação continuada, foram implantados, a partir de 29/03/1999, nas 19 Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS), os Núcleos Regionais de Educação em Saúde Coletiva (NURESC). Os NURESC vêm determinando a presença da ESP/RS nas 19 CRS, aproximando as ações de Educação em Saúde Coletiva dos municípios.

➤ Pólo de Educação em Saúde Coletiva - A Escola de Saúde Pública, visando à articulação entre as instituições formadoras na área da saúde no Rio Grande do Sul e a política de educação para o SUS, constituiu uma comissão permanente de educação para o SUS, o Pólo de Educação em Saúde Coletiva. Essa iniciativa concretiza uma parceria entre instituições de ensino e a Secretaria da Saúde, integrada ainda pela Associação dos Secretários e Dirigentes Municipais de Saúde do RS (ASSEDISA). Coordenado pela ESP/RS, que é o órgão de ensino vinculado ao gestor estadual, o Pólo constituiu um novo e importante patamar da educação em saúde coletiva para o SUS e vem contando com o acolhimento do conjunto das Instituições de Ensino Superior do Rio Grande do Sul. A magnitude da proposta determinou a criação de comitês temáticos. Até o final de 2001, esses comitês são em número de 03: Comitê da Atenção Básica/Saúde da Família, voltado ao pessoal da assistência nas redes municipais; Comitê para o Apoio à Rede Assistencial do SUS, voltado ao pessoal de atenção em situações de urgência e emergência e de atenção à gestação de risco; e, Comitê de Planejamento e Gestão Descentralizados em Saúde, voltado ao pessoal de gestão municipal e regional no SUS. Cada Comitê Temático, também coordenado pela ESP/RS, é constituído por representantes das Universidades do Pólo, da ASSEDISA, da SES e dos NURESC.

Educação Profissional (Ensino Técnico) – Em 1998 houve apenas 01 turma do Curso de Auxiliar de Enfermagem, com 30 alunos. A partir de 1999, houve a reorganização da Área de Educação Profissional e o Planejamento do Curso Técnico de Enfermagem objetivando ficar em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Profissional, que prevê o Ensino Técnico com itinerário de formação até o Ensino Especializado. Também, nesse ano, iniciou-se a articulação junto à Secretaria de Educação com vistas à constituição de um espaço público de formação para o SUS, na área da saúde de Ensino Técnico - Escola de Educação Profissional em Saúde. Ainda em 1999, foi estabelecido parceria com o Projeto Evolução do Sindicato dos Enfermeiros para a formação de 120 trabalhadores em Técnicos de Enfermagem, desde o Ensino Fundamental até a formação técnica, sendo que a etapa de formação do Ensino Fundamental aconteceu na ESP/RS. Outras ações da Escola foram o chamamento das 66 escolas técnicas em saúde visando à formação do Sistema de

Rede, com o fim de discutir as diretrizes da educação profissional, a articulação com o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área da Enfermagem (PROFAE), e o planejamento do curso de Acompanhamento Terapêutico.

Em 2000, houve a abertura de processo na Secretaria da Educação solicitando ato autorizativo para funcionamento do Curso Técnico de Enfermagem e aprovação do Plano de Curso. Além disso, foi realizado o Curso de Atualização para Auxiliares de Enfermagem, abrangendo 60 trabalhadores, com recursos do Tesouro do Estado. Outra ação importante foi a elaboração de um dossiê apontando as necessidades para a constituição da Escola Técnica do SUS.

Em 2001, a ESP/RS obteve autorização para iniciar o curso Técnico de Enfermagem e optou por curso de complementação (a complementação destina-se aos trabalhadores que já possuem a qualificação profissional Auxiliar de Enfermagem e Ensino Médio concluído), garantindo maior número de trabalhadores do SUS em sala de aula. São 60 trabalhadores em curso (recurso do Tesouro do Estado de R\$ 55,3 mil). Também, foi realizado o Curso de Atualização para Trabalhadores em Saúde, com 40 vagas, e as capacitações em Saúde Bucal (45 Cirurgiões-Dentistas das Coordenadorias Regionais de Saúde, coordenadores dos projetos de formação em Auxiliar de Consultório Dentário, e 40 Cirurgiões-Dentistas da Rede Básica de Saúde).

Centro de Informação e Documentação em Saúde (CEIDS) – O Centro tem como público-alvo os servidores da SES, o corpo discente e docente, Centro de Saúde Escola Murialdo, pesquisadores, gestores municipais, conselheiros de saúde, profissionais de saúde, demandas de outras unidades de informação (bibliotecas das áreas das ciências da saúde), alunos dos Ensinos Médio e Superior de instituições acadêmicas, população em geral interessada em informações, divulgação e educação em saúde, com ênfase em saúde pública e saúde coletiva. Oferece os seguintes serviços: acesso à base de dados, especializada em Saúde Pública com documentos indexados desde 1980, e as bases de dados do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME); disponibilização da produção dos trabalhos técnico-científicos gerados pelos alunos dos diversos cursos de pós-graduação, já desenvolvidos na ESP/RS; e orientações metodológicas. Além disso, produz o Boletim Alerta.

Residências – A partir do planejamento da ESP/RS, para o ano de 2000, a formação em serviço (Residências) oferecida pela SES, deixou de abranger apenas a área médica, ampliando, assim, a oferta de vagas para outros profissionais que compõem as equipes de saúde. Através da Portaria SES/RS n. 16, de 01 de outubro de 1999, foi criado o Programa de Aperfeiçoamento Especializado, integrado aos Programas de Residência Médica já desenvolvidos, instituindo-se o Programa de Residência Integrada em Saúde. Desde então, a SES, através da ESP/RS, coordena 03 Programas de Residência Integrada em Saúde, que são desenvolvidos nos seguintes serviços:

- Atenção Básica em Saúde Coletiva (Saúde Comunitária) - no Centro de Saúde - Escola Murialdo.
- Projetos Assistenciais em Dermatologia Sanitária - no Ambulatório de Dermatologia Sanitária.

➤ Saúde Mental Coletiva - no Hospital Psiquiátrico São Pedro/Projeto São Pedro Cidadão.

No total, de 1999 a 2001, foram oferecidas 163 vagas e existem mais 71 para 2002.

Curso de Aperfeiçoamento Profissional em Saúde Mental Coletiva – O Curso teve sua primeira edição em 2001 e visa capacitar e qualificar profissionais de saúde responsáveis pelo desenvolvimento de ações de saúde mental na Rede SUS do RS, contando com 45 participantes e abrangendo as 19 CRS.

Centro de Referência em Redução de Danos – O projeto original, que acontecia na Cruz Vermelha, foi assumido pela Escola de Saúde Pública em 1999. Em 2000, tendo iniciado suas atividades como Centro de Treinamento para a Redução de Danos à Saúde em Usuários de Drogas Injetáveis e Portadores do HIV, passou a ser Centro de Referência para a Formação de Multiplicadores na área de Redução de Danos na Assistência às pessoas em situação de dependência química ou vivendo com HIV/AIDS. O projeto de trabalho redimensionado abrange os 03 estados da Região Sul do Brasil e se estende aos Países do CONESUL, voltado à qualificação de profissionais, docentes e pesquisadores das áreas de justiça, segurança, educação e assistência social, para além da área da saúde. Em 2001, no planejamento das capacitações participaram, além da equipe da ESP/RS, as Coordenações Estaduais de Saúde Mental, DST/AIDS e PACS/PSF do Rio Grande do Sul e como público-alvo foram escolhidos, prioritariamente, os técnicos das 19 Coordenadorias Regionais de Saúde, e envolvidos profissionais ligados aos serviços municipais de 46 cidades. Além disso, a Redução de Danos foi tema de encontros preparatórios para a Conferência Estadual de Saúde Mental em diversos municípios e técnicos de 15 cidades, que participaram das capacitações, enviaram Projetos de Redução de Danos para a Coordenação Estadual de DST/AIDS, bem como profissionais de 20 municípios enviaram projetos de criação de Centros de Atenção Psicossocial para atendimento de usuários de drogas à Coordenação Estadual de Saúde Mental.

4.6.1 Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde – FEPPS

A FEPPS, desde sua criação, passou a conviver com o desafio de institucionalizar-se como Fundação Pública Estadual, órgão da Administração Indireta do Estado vinculado à Secretaria da Saúde, tendo que articular áreas muito distintas de trabalho no campo da saúde, com culturas organizacionais próprias, instalações separadas geograficamente, quadros de servidores com diferentes necessidades e tendo, ao mesmo tempo, que buscar uma identidade e legitimidade institucional.

Essas questões, consideradas no conjunto de transformações ocorridas nesse período, tanto no âmbito do SUS, quanto do Governo do Estado, motivaram uma revisão de sua estrutura e, principalmente, um repensar de suas estratégias de atuação internas e externas. Essa reavaliação resultou em um grande crescimento para a Instituição e para o grupo de trabalhadores, esclarecendo seu papel de suporte para efetivação das Políticas de Saúde do Estado. Nesse contexto, todas as áreas que compõem a FEPPS obtiveram avanços reais de 1999 a 2001.

O LAFERGS deixou de ser uma simples fábrica de medicamentos, passando a discutir questões como qualificação tecnológica do elenco de produtos e análise do impacto social desses produtos; uso racional de medicamentos; inclusão da fitoterapia

na Assistência Farmacêutica do Estado; capacitação das Coordenadorias Regionais e gestores municipais quanto à assistência farmacêutica, consolidando, assim, seu papel estratégico como Laboratório Público de Produção de Medicamentos.

O HEMORGS, coordenador da Hemorrede Pública Estadual, vem consolidando a participação do setor público nas questões referentes a sangue e hemoderivados. Por sua vez, o LACEN avançou significativamente na parceria com a Secretaria da Saúde no estabelecimento de uma gestão horizontalizada, permeando todos os eixos priorizados pelo Governo do Estado.

Em relação ao Centro de Informações Toxicológicas (CIT), os resultados apresentados pela cobertura da toxicovigilância no Estado apontam crescimento quanto às questões de atendimento aos eixos centrais da SES. Uma pesquisa interna, referente ao grau de satisfação dos usuários do CIT, realizada ao longo do primeiro semestre de 2001, recolheu conceitos ótimo e bom, acima de 90%.

Os resultados positivos alcançados pela FEPPS também podem ser traduzidos quando da análise das questões financeiro-administrativas, execução orçamentária e investimentos, em comparação com períodos de outras gestões:

Resultados Financeiros da FEPPS

Em R\$ 1,00

Valores	Período	
	1995/1998	1999/2001
Empenhados	12.600.000	26.500.000
Percentual do Orçamento Empenhado	19,6	48,1
Investimentos	893.010	10.903.965

Fonte: DF/FEPPS

Nota: o percentual médio de crescimento dos investimentos, no tocante a obras e equipamentos, foi de 830,5%.

Laboratório Farmacêutico do Estado do RS (LAFERGS) – Em 2000, o LAFERGS colheu os frutos da priorização estabelecida no ano anterior quanto aos aspectos de adequação à legislação sanitária vigente. Após 25 anos de criação, o Laboratório Farmacêutico do Estado, possui todos os seus produtos registrados no Ministério da Saúde, conforme determina a lei.

Para adequar os processos de produção do LAFERGS às exigências sanitárias, foi elaborado o Manual de Boas Práticas de Fabricação e Controle de Qualidade (BPF&CQ), bem como foram realizadas adequações técnicas para padronização de procedimentos e aferição de instrumentos, reformados equipamentos de produção, concluída a nova estação de tratamento de água para a produção farmacêutica, e realizados investimentos no aperfeiçoamento profissional de todos os servidores, através de eventos internos e capacitação local, promovidos pelos próprios farmacêuticos.

Após inspeção realizada pela equipe formada por técnicos da Vigilância Sanitária do Estado e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), o LAFERGS recebeu autorização para pleitear e registrar seus produtos. Atualmente, o Laboratório possui o registro de 30 medicamentos.

Dentro das ações de qualificação do LAFERGS destaca-se, ainda, a construção e inauguração, em janeiro de 2001, do novo almoxarifado de matérias-primas e produtos acabados, junto ao prédio da fábrica. O almoxarifado inaugurado possui 1.400 m², tem capacidade de estocagem de 1.800t e teve um custo de R\$ 814 mil.

Foram realizadas, também, ações de implementação dos quantitativos de produção e modernização tecnológica, com a aquisição de equipamentos de produção e controle de qualidade. Do mesmo modo, houve a elaboração (em fase de licitação) do projeto para reforma e ampliação das instalações e fluxos de produção, assim como para reforma do sistema de tratamento de ar.

No final de agosto de 2000, através de Decreto Governamental, foi disponibilizado à FEPPS recurso orçamentário de R\$ 4,9 milhões, referente ao valor de contrapartida estadual ao Incentivo da Assistência Farmacêutica Básica, garantindo, assim, a execução de todas as requisições de matérias-primas e equipamentos necessários à produção planejada para 2001.

A produção do LAFERGS está em crescimento, tendo ultrapassado, no final de 2001, 105.000.000 de unidades de medicamentos nos 03 primeiros trimestres, 25% superior à atingida em todo o exercício de 2000.

Para a qualificação das ações da assistência farmacêutica, a FEPPS participa do planejamento da reestruturação da Coordenação da Política de Assistência Farmacêutica (CPAF), que prevê descentralização total e melhoria dos fluxos para atendimento do SUS do Estado.

Em substituição ao cenário encontrado no Estado em 1998, no qual a fabricação inadequada de produtos, nas chamadas “Farmácias Municipais de Manipulação” não garantia a segurança, a qualidade e eficácia dos insumos disponibilizados à população, foi elaborado um projeto que estabelecesse ações que garantiriam o suprimento de um elenco de produtos da assistência farmacêutica básica. Este projeto prevê a instalação de uma rede pública e descentralizada de produção no Estado e a aquisição conjunta de itens de medicamentos no mercado farmacêutico, público e privado, para municípios que aderirem à proposta.

Para a implantação do projeto foram mantidas conversações com representantes da SES, FAMURS, ASSEDISA e AGM no sentido de viabilizar a criação e implementação do Sistema de Suprimento de Medicamentos Básicos no SUS/RS, um dos projetos prioritários do Governo. A instalação das novas unidades de produção no interior do Estado será viabilizada através de recurso do Orçamento Geral da União com contrapartida do Tesouro do Estado.

Como primeira atividade da Comissão Provisória Bipartite, instituída formalmente para efetivação e co-gestão do Sistema, foram elaborados critérios para escolha dos municípios que serão sede das novas fábricas de medicamentos, resultando na indicação de Pelotas, Santa Maria e Panambi para receber, respectivamente, as fábricas de comprimidos de uso contínuo, antibióticos e fitoterápicos.

A Rede de Produção Pública de Medicamentos tem como parceiras as universidades das regiões, que receberão as unidades, oferecendo suporte técnico e científico para efetivação do projeto; em contrapartida, promovendo locais de capacitação e desenvolvimento de profissionais desta área de conhecimento. A Rede será coordenada pela FEPPS, através do LAFERGS, e será acompanhada por um Conselho Intergestores Bipartite.

A FEPPS, através do LAFERGS, também participa da Comissão Intersecretarial da Política de Plantas Medicinais do Estado, que tem como um dos objetivos a implantação de fitoterápicos no SUS/RS.

Hemocentro do Estado do Rio Grande do Sul (HEMORGS) – As ações desenvolvidas, até novembro de 2001, permitiram um avanço no papel do HEMORGS, como Coordenador da Hemorrede Pública Estadual, assegurando a qualificação dos serviços prestados aos usuários e conveniados do SUS. A realização de diagnóstico da Hemorrede possibilitou priorizar as ações de implantação, tendo sido evidenciada a necessidade de estabelecer normas e critérios para efetivar convênios com agências transfusionais, padronizando os procedimentos hemoterápicos, com o objetivo de fortalecer e gerar credibilidade à Hemorrede Pública.

A implementação da Hemorrede Pública deverá inverter a situação existente, na qual mais de 50% da estrutura responsável pelo setor de sangue e hemoterapia é privada, consolidando, assim, a responsabilidade pública sobre o setor com foco na garantia da qualidade e na segurança dos produtos e procedimentos.

Para a implementação da Hemorrede, foram disponibilizados recursos para construir e implantar 03 Hemonúcleos (Palmeira das Missões, Cruz Alta e Alegrete), aquisição de equipamentos e modernização dos Hemocentros Regionais. Já está em operação e construção o Hemocentro Regional de Santa Maria.

Destaca-se, como um grande avanço para o HEMORGS, em 2001, a implantação do HEMOVIDA (sistema informatizado em rede) que, monitorando e padronizando as atividades de todo o processo de sangue, permite assegurar a qualidade dos serviços prestados.

Outro aspecto não menos importante foi o início da obra da Clínica Hematológica junto ao HEMORGS, com inauguração prevista para o início de 2002. A Clínica servirá de referência para o SUS no atendimento aos portadores de Hemofilia do Estado, em todas as suas demandas.

O resgate das campanhas de captação externa de doadores de sangue, como a Semana do Doador, que aconteceu em novembro de 2001, vem produzindo um aumento gradativo da doação. Foi adquirida e já está em operação uma unidade móvel de coleta, equipada com acessórios e instrumentos de última geração. Essa unidade ampliará a capacidade de coleta do HEMORGS, facilitando ao doador esta ação solidária e fundamental à vida.

Do mesmo modo, houve a criação do Comitê Técnico da Política Estadual de Sangue e Hemoderivados, coordenado pela Diretoria Técnica da FEPPS, composto por representantes do HEMORGS/FEPPS, hemocentros regionais, Divisão de Vigilância Sanitária (DVS/SES), CRASS/SES, CDASS/SES, com a finalidade de propor diretrizes

estaduais para a área e fortalecer a Hemorrede Pública, no sentido de proporcionar cobertura a 100% dos leitos do SUS, com garantia de qualidade.

Dentro da implantação do Programa de Qualidade do Sangue, diversas ações foram desenvolvidas: capacitação de colaboradores em Planejamento Estratégico no HEMORGS, e nos 03 hemocentros regionais; formação de Auditores para Sistemas de Qualidade; realização de auto-inspeção no HEMORGS e Hemocentros Regionais de Passo Fundo, Santa Rosa e Caxias do Sul; descentralização da distribuição de fatores de coagulação aos hemocentros regionais; e estabelecimento de cronograma de encontros periódicos de integração do HEMORGS e Diretores dos Hemocentros Regionais, visando à padronização e normatização dos procedimentos realizados junto aos hemocentros.

Conforme a Portaria Ministerial GM/MS n. 1.315 de 30/11/2000, que institui a ampliação do Registro Brasileiro de Doadores de Medula Óssea – (REDOME), o HEMORGS, em curto espaço de tempo, elaborou a rotina para a coleta de amostras de doadores e articulou com os hemocentros regionais o início das coletas. O Hemocentro de Pelotas, inaugurado no mês de julho de 2001, desenvolveu a sua primeira etapa de atividades implantando rotinas de coletas de amostras de doadores de medula óssea. O pleno funcionamento deste Hemocentro está previsto o começo de 2002.

Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN) – O LACEN vem dando suporte laboratorial às ações de vigilâncias epidemiológica e sanitária, através da reorganização da Rede de Laboratórios Regionais de Saúde Pública com a descentralização de metodologias de diagnóstico, como os HIV para gestantes, isolamento de vírus respiratórios, análise da qualidade da água, além do diagnóstico de leptospirose, toxoplasmose e outros agravos, além da implementação de Laboratórios Macrorregionais de Referência.

Os resultados obtidos com o Programa de Monitoramento de Hortigranjeiros do Estado do Rio Grande do Sul, realizado pelo LACEN em Porto Alegre, levaram a Secretaria Executiva do Pró-Guaíba disponibilizar recursos, na ordem de US\$ 220 mil, para a compra de equipamentos e implementação do Programa. Em articulação com a Coordenação de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde (SMS/POA), a CEASA/RS, a EMATER e a DVS/SES, ficou estabelecido que o incremento do Pró-Guaíba seria destinado para o Laboratório Regional de Caxias do Sul. A parceria do laboratório será ampliada juntamente com a Universidade de Caxias do Sul.

Construído, em 2001, a partir de recursos provenientes de convênio com o REFORSUS e com contrapartida do Tesouro do Estado, o novo prédio do LACEN. Para fins de acompanhamento e agilização no processo da mudança, foi criada a Comissão Interna de Funcionários, que estabeleceu um cronograma de ações, evitando a descontinuidade no atendimento às políticas de saúde da SES.

Outro tema importante consiste na efetivação do Pró-LACEN. O Projeto tem como finalidade certificar e habilitar o Laboratório Central de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul, como Coordenador Estadual da Rede, dando suporte laboratorial às ações da Vigilância Sanitária Estadual e prestando serviços que exijam elevada confiabilidade nos resultados analíticos. Para a efetivação desse Projeto foi firmado um convênio com a ANVISA, que possibilitou o repasse de R\$ 980 mil para

cumprimento do Plano de Trabalho, visando à certificação ISO junto ao INMETRO e inclusão do LACEN/FEPPS na Rede Brasileira de Laboratórios de Saúde (REBLAS).

Centro de Informações Toxicológicas (CIT) – Visando à consolidação do seu papel de fornecer a informação para auxiliar os profissionais de saúde e a população em geral no manejo do acidente tóxico, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Instalação do serviço 0800 (discagem direta gratuita), que veio agilizar o acesso dos profissionais de saúde, bem como da população em geral, com maior resolutividade.
- Inserção do atendimento do Laboratório de Emergência Toxicológica junto às Políticas de Saúde da Criança e da Saúde Mental/SES.
- Implementação de metodologia de análises de emergência, visando apoiar ações e políticas de controle, avaliação e monitoramento ocupacional, monitoramento de usuários de drogas de abuso, monitoramento terapêutico nos hospitais da rede e monitoramento ambiental.

Quanto à prevenção e educação em acidentes tóxicos as seguintes ações foram realizadas:

- Parceria com a Prefeitura de Porto Alegre na Política de Atenção Integral à Saúde da Criança e do Adolescente/SES, e na Campanha de Prevenção de Acidentes Tóxicos. Em 2000, as crianças, na faixa etária de 0 a 05 anos, foram o foco do atendimento; e, em 2001, foram os acidentes provocados pelo uso indevido de medicamentos nos grupos de risco: crianças e idosos.
- Produção do Manual de Diagnóstico e Tratamento dos Envenenamentos por Agrotóxicos e Manual de Diagnóstico e Tratamento dos Acidentes por Animais Peçonhentos, a ser disponibilizado à classe médica; e produção da Cartilha de Prevenção de Intoxicação por Pesticidas Agrícolas e Animais Peçonhentos, a ser distribuído a agricultores, em andamento.
- Produção de monografias técnicas em toxicologia de urgência, com a finalização do projeto desenvolvido junto à Fundação Oswaldo Cruz, e para o uso da Rede de Centros de Informação, Controle e Atendimento Toxicológico do País, sendo esta base de dados, única em língua portuguesa, a responsável pelo atendimento de mais de 70% de todos os casos de intoxicação atendidos pelos 32 centros do País.

No mês de maio de 2001, foi realizado o Congresso Pan-americano dos Centros de Informação Toxicológica, em Porto Alegre, com a presença de 14 países representados pelos seus Centros.

Centro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CDCT) – O CDCT é o mais novo departamento da FEPPS. A pesquisa vinha sendo desenvolvida na Fundação, estando consolidada em algumas áreas específicas das atividades da Instituição. Entretanto, diante da necessidade de implementá-la em todas as áreas, foi discutida e elaborada a proposta de criação de um setor específico.

Dados financeiros demonstram que as atividades de pesquisa, nesses 02 últimos anos, permitiram o ingresso de cerca de R\$ 750 mil na Fundação. Com o crescimento dessa área, faz-se necessária a criação de uma estrutura para dar conta das demandas e estimular a atividade, que tanto soma para as demais instituições quanto para a própria Fundação.

No ano de 2000, foi lançado o 1º Edital Interno de Pesquisa da FEPPS, resultando na disponibilização de recursos financeiros da FEPPS para desenvolvimento de 11 projetos. Esses foram selecionados, após prévia avaliação, e estão todos em andamento.

Em 2001, foi dada continuidade ao processo de desenvolvimento à pesquisa iniciado em 2000, que efetivou o lançamento do 2º Edital Interno de Pesquisa da FEPPS.

4.7 SECRETARIA DO TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – STCAS

A Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (STCAS), desenvolveu diversas políticas públicas no campo da geração de trabalho e renda, assistência social e cidadania. Na área de geração de trabalho e renda destaque para os Programas Primeiro Emprego, Qualificar RS, bem como parceria com a SEDAI na implementação do Programa de Crédito Assistido. Na área de assistência social são os seguintes Programas Estaduais: Rede de Cidadania, Rede Estadual de Abrigagem e de Centros Sociais, Família Cidadã, de Capacitação, de Assessoria, de Monitoramento e Avaliação, além de convênios com os seguintes Programas Federais: Serviços de Ação Continuada (SAC), Agente Jovem do Desenvolvimento Social e Humano, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Núcleo de Apoio à Família (NAF) e Sentinela. Em relação à parte da cidadania, destacam-se as políticas voltadas à criança e adolescentes, povos indígenas, idosos, mulheres, comunidade negra e consumidores.

TRABALHO

Programa Primeiro Emprego – Lançado em outubro de 1999, o Programa Primeiro Emprego (PPE) consolidou-se como uma política pública eficaz de combate ao desemprego na juventude, segmento social que mais sofre com o desemprego. Além disso, fortalece as empresas que, durante 06 meses, recebem incentivo financeiro do Estado no valor do piso da categoria até o limite de R\$ 360,00. Os empresários também podem contribuir socialmente, contratando jovens ou adultos portadores de deficiência, egressos do sistema penal da FEBEM e jovens em situação de risco social. Para esses contratantes, o Estado repassa o benefício durante um ano e não há limite de contratações. Outro fato importante diz respeito às ampliações realizadas no Programa aprovadas, em julho de 2001, pela Assembléia Legislativa, possibilitando a participação de empresas de qualquer porte, profissionais liberais, autônomos, entidades sem fins lucrativos e proprietários rurais.

O Programa já inseriu, em pouco mais de 02 anos, no mercado formal de trabalho 15.149 jovens, dos quais 600 correspondem aos casos especiais, em 7.757 empresas, de 373 municípios gaúchos, sendo investidos recursos da ordem de R\$ 21,5 milhões.

No ano de 2001, a meta prevista de 10.042 jovens foi superada, ou seja, foram contratados 10.891 jovens, num total de 4.535 empresas. Além disso, foram contratados 446 jovens de casos especiais, demonstrando uma tendência de aumento desse tipo de contratação, uma vez que existem, dentro do Programa, ações voltadas para esse público, de forma integrada com a FEBEM, SUSEPE, Programa Talento

Jovem e o Programa Integrado de Profissionalização Gráfica e Marcenaria da CORAG.

Com relação aos setores econômicos houve uma maior diversificação, pois não há mais uma hegemonia do setor comércio que representou, no início do Programa, mais de 70% das contratações. Entretanto, a distribuição aponta para uma tendência de equilíbrio entre os setores, ou seja, 16,51% na indústria, 23,51% nos serviços, 57,18 no comércio e 2,28% no rural.

Programa Estadual de Qualificação Profissional/QUALIFICAR RS – O Programa Estadual de Qualificação Profissional busca qualificar e requalificar trabalhadores no contexto de reestruturação e reconversão produtiva. Esse Programa, viabilizado através de um convênio entre o Governo do RS e o Ministério do Trabalho e Emprego foi, a partir de 1999, reorientado quanto às estratégias de gestão, planejamento e execução, buscando maior transparência e controle na gestão.

O Programa foi democratizado através da garantia e incentivo à participação das Comissões Municipais de Emprego (CME) no planejamento, potencializando o protagonismo desse ator social na definição sobre os recursos destinados ao Estado. Em 1998, participaram 230 CMEs; em 1999, 207; em 2000, 348 e; em 2001, 403.

Quanto à qualificação profissional, os resultados foram bastante significativos, principalmente no ano de 2001, considerando os últimos 05 anos. Nesse sentido, cabe destacar que, do total de 843.521 pessoas treinadas no período considerado, em 2001, o número de treinandos foi de 222.126 e aplicados recursos da ordem de R\$ 22, milhões oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A seguir os quadros demonstrativos dos resultados da qualificação profissional, dos resultados por região e por setor econômico do ano de 2001.

Plano Estadual de Qualificação Profissional – 1996/2001

Em R\$ 1,00

Ano	Recurso	Treinando	Município	Executora
1996	11.164.518	65.503	226	05
1997	19.059.334	120.685	382	24
1998	19.778.098	104.807	281	31
1999	13.432.247	155.400	285	45
2000	16.948.789	175.000	389	56
2001	22.202.338	222.126	461	53

Fonte: Assessoria DETRAB/STCAS

Valor dos Recursos por Região – 2001

Em R\$ 1,00

Região	Valor	Vagas	Curso
01ª Regional - Alto Jacuí	413.178	4.777	154
02ª Regional – Campanha	392.950	3.833	122
03ª Regional – Central	1.167.243	13.249	411
04ª Regional Centro – Sul	788.340	10.266	294
05ª Regional – Fronteira Noroeste	379.136	4.271	180
06ª Regional – Fronteira Oeste	995.793	12.622	339
08ª Regional – Litoral	523.611	4.488	193
09ª Regional – Médio Alto Uruguai	441.190	6.469	292

Região	Valor	Vagas	Curso
10ª Regional – Missões	508.824	6.140	238
11ª Regional – Nordeste	402.929	5.755	198
12ª Regional – Noroeste Colonial	667.223	8.095	289
13ª Regional – Norte	700.208	12.378	357
14ª Regional – Paranhana/Encosta da Serra	449.305	3.546	138
15ª Regional – Produção	1.133.768	14.961	445
16ª Regional – Serra	1.405.427	16.869	467
17ª Regional – Sul	1.314.564	12.140	392
18ª Regional - Vale do Caí	319.757	3.457	136
19ª Regional - Vale do Rio dos Sinos	2.896.394	23.660	472
20ª Regional - Vale do Rio Pardo	864.328	9.402	333
21ª Regional - Vale do Taquari	659.055	9.405	347
22ª Regional – Região Metropolitana	5.779.117	36.343	682
Total	22.202.339	222.126	6.479

Fonte: Divisão de Qualificação Profissional/DETRAB/STCAS

Trabalhadores por Setor Econômico – 2001

CNAE	Vagas	%
Administração pública	90	0,041
Agropecuária, silvicultura, exploração florestal	26.613	11,977
Alojamento e alimentação	3.954	1,780
Artesanato	6.633	2,985
Atividades financeiras	10	0,005
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados à empresa	21.271	9,573
Comércio, reparo de veículos, objetos pessoais e domésticos	7.144	3,215
Construção	6.236	2,807
Cultura	90	0,041
Educação	57.035	25,669
Indústria de transformação	55.115	24,836
Indústria extrativista	335	0,151
Organismos internacionais	20	0,009
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	12.807	5,764
Pesca	1.071	0,482
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	48	0,022
Saúde e serviços sociais	17.661	7,948
Serviços domésticos	1.444	0,650
Transporte, armazenamento e comunicações	1.737	0,782
Turismo (abrangendo toda a cadeia)	2.812	1,266
Total	222.126	100

Fonte: Divisão de Qualificação Profissional/DETRAB/STCAS

Programa Crédito Assistido – O Programa Crédito Assistido, lançado em setembro de 2000, associa atividades de apoio consultivo na área de projetos, planejamento, qualificação empresarial e qualificação dos processos de trabalho a instrumentos creditícios de longo prazo, com vistas à sustentabilidade dos empreendimentos. Reúne um conjunto de linhas de crédito voltadas ao atendimento das necessidades de investimentos e de intensificação do nível de atividade das micro e pequenas empresas, cooperativas, iniciativas econômicas informais, profissionais autônomos, artesãos e recém-formados. O BANRISUL é a instituição financeira operadora do crédito e a prestação dos serviços de assistência é efetuada por

entidades técnicas conveniadas com a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social e a Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais.

Da sua implantação, até o final de 2001, foram realizadas 40 ações, visando à qualificação do desempenho do Programa, das quais participaram consultores das entidades técnicas, superintendentes e gerentes do banco, agentes do Governo e outros atores envolvidos na sua operacionalização. Destaca-se a importância da atuação dos Coordenadores Regionais da STCAS, das Casas do Trabalhador e dos Postos do SINE no desenvolvimento das articulações e na concretização de iniciativas para o aprimoramento da dinâmica no âmbito local/regional.

Em 2001, foram efetuadas 2.082 operações de crédito, em 260 municípios, envolvendo um volume de recursos no montante de R\$ 22,5 milhões, sendo que a grande incidência de financiamentos é de até R\$ 10 mil, significando em torno de 80 % do total de liberações, dá indicativos de que o Programa vem atendendo às necessidades de investimentos e prestando apoio técnico basicamente a microempreendimentos.

Abaixo, segue o desempenho do Programa por regiões dos COREDES:

Programa Crédito Assistido por Região

			Em R\$ 1,00
Região	Municípios	Liberações	Recursos
Alto Jacuí	15	74	710.147
Campanha	5	59	548.016
Central	28	550	4.750.574
Centro-Sul	6	65	824.047
Delta do Jacuí	7	80	917.472
Fronteira Noroeste	11	85	881.330
Fronteira Oeste	9	107	961.816
Hortênsias	2	11	168.703
Litoral	7	28	274.820
Médio Alto Uruguai	17	68	692.972
Missões	15	106	1.160.186
Nordeste	14	55	711.784
Noroeste Colonial	16	77	1.076.039
Norte	11	49	712.494
Paranhana	6	27	343.306
Produção	16	176	1.707.875
Serra	19	94	1.896.394
Sul	13	131	1.398.117
Vale do Caí	5	22	298.736
Vale do Rio dos Sinos	10	124	927.215
Vale do Rio Pardo	12	51	858.125
Vale do Taquari	16	43	668.420
Total	260	2.082	22.488.588

Fonte: STCAS/DIGER

Programa Coletivos de Trabalho – O Programa Coletivos de Trabalho, regulamentado pelo Decreto n. 40.869, de 04 de junho de 2001, denominado oficialmente Frentes Emergenciais de Trabalho, propicia mecanismos de inclusão, capazes de dialogar de forma efetiva com as características de grupos sociais em situação de exclusão do mercado de trabalho, localizados em bolsões de extrema pobreza, tendo por compromisso romper com as políticas tradicionalmente

desenvolvidas, de caráter meramente emergencial e de pouca ou nenhuma efetividade social e econômica.

A ação-piloto do Programa foi iniciada, em janeiro de 2001, na Ilha Grande dos Marinheiros, a partir da necessidade de implementar mudanças qualitativas nas principais estratégias de sobrevivência adotadas (criação de porcos com lixo e coleta e separação de lixo), dada as condições precárias em que o trabalho era realizado, com impacto negativo no meio ambiente e nas condições gerais de vida dos trabalhadores.

Ao longo de 2001, foram contempladas 37 comunidades, alcançando 2.490 trabalhadores, além de constituída a Cooperativa do Arquipélago (COOPAL) – limpeza e construção civil –, resultado das ações do Programa, bem como em processo de formação outro empreendimento associativo envolvendo a produção de mudas nativas e ornamentais, cultivo e uso de plantas medicinais, jardinagem e paisagismo. Essa última ação envolve a recuperação da paisagem original da Ilha Grande, além de permitir a prestação de serviços no mercado. No Projeto São Pedro Cidadão, foram absorvidos 25 trabalhadores na atividade de triagem de resíduos sólidos, totalizando em torno de 45 trabalhadores, gerando renda efetiva.

A seguir quadro, apresentando as regiões e municípios contemplados pelo Programa, com investimentos para a qualificação e geração emergencial de renda, oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Tesouro do Estado, respectivamente:

Programa Coletivos de Trabalho – 2001

Em R\$ 1,00

Região	Município	Trabalhadores	Valor Qualificação	Valor 1GER
Vale Rio Pardo	Encruzilhada do Sul	50	15.744	112.632
Vale dos Sinos	São Leopoldo	100	28.304	140.790
	Novo Hamburgo	100	29.235	140.790
	²Nova Hartz	50	0	70.395
Vale do Taquari	Lajeado	80	23.078	112.632
Delta do Jacuí	Cruz Alta	80	21.519	112.632
Produção	Palmeira das Missões	108	21.397	152.053
	Passo Fundo	30	9.783	42.237
	Constantina	30	9.783	42.237
	Rondinha	30	9.783	42.237
	Santo Antônio das Missões	08	3.998	11.263
Metropolitana	Viamão	150	87.756	211.185
	Canoas	50	14.587	70.395
	Alvorada	75	25.452	105.593
	Porto Alegre(Campo da Tuca)	43	13.000	60.540
	Porto Alegre (Joana D'Arc)	50	15.239	70.395
	Porto Alegre (Lomba)	40	12.864	56.316
	Porto Alegre (Ilha)	400	164.100	323.880
	Porto Alegre (São Pedro)	112	63.275	157.685
	Gravataí	50	21.519	70.395
Eldorado do Sul	95	24.716	133.751	

Região	Município	Trabalhadores	Valor Qualificação	Valor ¹ GER
Serra	Bom Jesus	50	15.123	70.395
	Caxias do Sul	135	37.760	190.067
Norte	Erechim	50	14.800	70.395
Central	Santa Maria	120	33.840	168.948
Sul	Pelotas	250	15.242	351.975
Fronteira Noroeste	Giruí	24	5.975	33.790
Campanha	Bagé	100	28.174	140.790
Missões	Porto Xavier	30		42.237
Total		2.490	766.042	3.308.628

Fonte: STCAS/DIGER

Nota: ¹Geração Emergencial de Renda. ²O Município de Nova Hartz está em fase de contratação dos valores relacionados ao FAT.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Programa Rede de Cidadania - Criado em 1999, é constituído de um conjunto de serviços, programas e projetos, voltados à criança e ao adolescente, ao idoso, à pessoa portadora de deficiência e à população adulta, co-financiados pelo Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e executados pelos municípios através da Rede Municipal de Atendimento, integrada por organizações governamentais e/ou não-governamentais. Os Programas que compõem o Rede de Cidadania são:

- ◆ Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente: Apoio Sócio-Educativo em Meio Aberto (ASEMA), Abrigos e Orientação e Apoio Sócio-Familiar (OASF).
- ◆ Rede de Proteção ao Idoso: Grupos e Centros de Convivência; Asilo/Casa Lar.
- ◆ Rede de Proteção a Pessoa Portadora de Deficiência: Grupos de Convivência, Abrigos/Casa-Lar.
- ◆ Rede de Proteção à População Adulta: Benefícios Eventuais, Atendimento Social de Rua e Abrigo/Albergue.

O Estado do Rio Grande do Sul, a partir de 1999, iniciou o repasse de recursos do Tesouro do Estado, do Fundo Estadual de Assistência Social- FEAS aos municípios em consonância com as diretrizes da LOAS – Lei n. 8.742/93 e do ECA - Lei n. 8.069/90, com critérios de partilha transparentes e equânimes, pactuados na Comissão Intergestora Bipartite (CIB) e aprovados pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/RS).

O Governo do Estado, através desse Programa, materializa a ruptura na forma como a política de assistência social, tradicionalmente, foi operacionalizada no RS, ou seja: extinguindo pleitos, validando Planos Municipais, divulgando critérios de partilha, o montante de recursos por município e região, prestando apoio técnico (assessoria e capacitação) aos municípios, assegurando, assim, à Política de Assistência Social o *status* de política pública.

Em 1999, foram conveniados recursos da ordem R\$ 6,5 milhões para 249 municípios, ou seja, o dobro de 1998. Com relação aos anos de 2000 e 2001, os convênios firmados envolveram 342 e 251 municípios, com recursos da ordem de R\$ 11,5 milhões e R\$ 7,1 milhões

Rede Estadual de Abrigagem e de Centros Sociais - A Rede Estadual de Abrigos foi reordenada em termos de concepção e base física de modo a se adequar

ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); rompendo critérios de ingresso e transferências, baseados em tipologias (e discriminações) como sexo, idade, patologias, HIV, garantindo, desde julho de 2000, o não-desmembramento de grupos de irmãos, bem como operando um processo de reunião dos anteriormente separados quando do ingresso.

Em 2001, a Rede Estadual de Abrigos estava composta por 06 abrigos institucionais e 31 abrigos residenciais em Porto Alegre/Viamão, mais 04 abrigos no interior do Rio Grande do Sul, respondendo pelo atendimento de 814 pessoas, sendo 753 em Porto Alegre/Viamão e 61 no interior. Das 753 pessoas que vivem nos abrigos de Porto Alegre/Viamão, em torno de 140 são adultos e 674 crianças e adolescentes, das quais 334 em abrigos institucionais e 419 em abrigos residenciais e de médio porte.

Os Centros Sociais são equipamentos onde são desenvolvidos ou executados serviços, programas e projetos na área de assistência social, com interface com outras políticas sociais que visam à garantia de direitos, promoção, proteção, desenvolvimento e socialização da população em situação de vulnerabilidade social. O Estado do Rio Grande do Sul gerencia 04 Centros Sociais, sendo 01 no interior e 03 em Porto Alegre, atendendo respectivamente:

- ◆ Centro Infante Juvenil Zona Sul - Constitui-se tradicionalmente numa referência de atendimento à aproximadamente 580 crianças e adolescentes da região da Cruzeiro do Sul através de ações de apoio sócio-educativo em seus 05 núcleos descentralizados, além da sede central onde preponderam ações no trabalho sócio-educativo.
- ◆ Instituto Agrícola Presidente Dutra - Oferece atendimento a 300 crianças e adolescentes em ações socio-educativa e de trabalho educativo.
- ◆ VIDA – Centro Humanístico/FGTAS - Desenvolveu ações em conjunto com várias Secretarias de Estado, compreendendo o atendimento a, aproximadamente, 4.000 pessoas diariamente, especificamente na área da assistência social, nos serviços de apoio sócio educativo, atendendo 900 crianças e adolescentes.
- ◆ Espaço Social Comunitário – ESC/FGTAS - Atendeu 70 crianças e adolescentes em serviço de apoio socio-educativo em meio aberto.

No ano de 1999, em parceria com a Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas/CORAG, foi realizada a formação de adolescentes abrigados, visando ao mercado de trabalho, sendo que dos 53 encaminhados 38 concluíram os cursos de capacitação. Também foi estabelecida parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, visando ao atendimento das crianças atendidas no Centro Infante-Juvenil Zona Sul. Foram atendidas nos abrigos um total de 884 crianças e adolescentes.

Em 2000, dando continuidade à parceria junto à CORAG, foram capacitados nos cursos oferecidos 48 adolescentes. Outra parceria estabelecida foi com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através da Fundação de Assistência Social e Cidadania/FASC, visando ao desabrigamento qualificado via inserção das famílias no Programa Núcleos de Apoio Sócio-Familiar (NASFs), com aporte de recursos financeiros, na Microrregião 05 (Glória/Cruzeiro). Além disso, foi implantada a Central de Ingressos, subsidiando a discussão dos casos de crianças e adolescentes no ingresso nos abrigos, assim como, discutida a agilização dos desabrigamentos e prestada assessoria sistemática aos abrigos e Instituto Agrícola, localizados nos

Municípios de Soledade, Uruguaiana, Lajeado, Dom Pedrito e Taquari, visando à qualificação do atendimento às crianças e adolescentes. Realizado o Censo da População dos Abrigos, o qual estimou o tempo de permanência e características da população abrigada, com vistas a subsidiar o atendimento planejado e qualificada a essa população. Nesse ano foram atendidas cerca de 898 crianças e adolescentes e investidos cerca de R\$ 3,1 milhões.

Foi dada continuidade, em 2001, à parceria com a CORAG, visando à capacitação de 69 adolescentes. Também foram desenvolvidas ações, buscando a recuperação da infra-estrutura dos Abrigos Nehyta Martins Ramos, Cônego Paulo de Nadal e José Leandro de Souza Leite. Realizados 02 Seminários Estaduais de Abrigagem, abrangendo instituições municipais, estaduais e filantrópicas com a participação de 80 programas de atendimento de diversos municípios do Estado, objetivando a troca de experiências entre elas e a qualificação dos atendimentos. Lançado o Projeto de Reordenamento Institucional dos Abrigos da STCAS de Porto Alegre e Viamão, contando com a participação de mais de 100 servidores e representantes do Judiciário, Ministério Público e Conselhos Tutelares. Outras ações, de ordem mais técnico-administrativa, também foram realizadas, permitindo o atendimento de cerca de 814 crianças e adolescentes e investidos recursos, na ordem de R\$ 3,3 milhões.

Programa Família Cidadã - O Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar – Família Cidadã foi instituído ,através da Lei n. 11.620, de 14 maio de 2001, tendo como objetivo garantir o desenvolvimento da cidadania e a inclusão social da família em situação de vulnerabilidade social e que possuam, sob sua responsabilidade crianças, adolescentes até 16 anos e/ou idosos, por meio da transferência de benefício monetário para a complementação mensal dos seus rendimentos e do acesso a programas e a serviços de assistência social, educação, saúde, formação profissional e geração de trabalho e renda. Implementado, em junho de 2001, contou com a adesão de 136 municípios em todo o Estado.

Por meio desse Programa, o Governo do Estado garantiu, em 2001, a inclusão social de cerca de 10.000 famílias indigentes (famílias cuja renda total limita-se a dois salários mínimos ou que apresentem *renda per capita* de seus integrantes de até ½ salário mínimo), repassando um benefício monetário às mesmas, através de conta aberta no BANRISUL, variando entre o mínimo de R\$ 90,00 e o máximo de R\$ 225,00. O investimento orçado, no ano de 2001, foi de R\$ 12,8 milhões.

Nesse sentido, o Programa beneficiou 9.576 famílias com 54.924 integrantes, dos quais 26.664 (48,54%) são crianças, 8.960 (16,31%) adolescentes, 18.344 (33,39%) adultos e 956 (1,74%) idosos, abrangendo 136 municípios do Estado, tendo repassado a essas famílias benefícios médios de R\$ 221,00, totalizando R\$ 7 milhões. A maioria dos requerentes são mulheres, 8.833 (92,24%) e quanto às famílias, 9.106 (95,09%) residem na zona urbana e 473 (4,93%) na zona rural.

A distribuição de famílias beneficiadas, por região, foi a seguinte:

Famílias Beneficiadas por Região

Em R\$ 1,00

Região	Municípios	Famílias Beneficiadas	Valor do Benefício
Alto Jacuí	04	137	109.240
Campanha	03	222	172.603
Central	11	551	403.806
Centro-Sul	06	187	180.164
Fronteira Noroeste	06	180	161.731
Fronteira Oeste	08	635	488.020
Litoral	05	196	168.574
Médio Alto Uruguai	03	62	56.660
Missões	04	162	158.208
Nordeste	04	119	93.962
Nordeste Colonial	07	218	209.665
Norte	02	124	112.468
Paranhana/Encosta da Serra	07	228	183.231
Produção	07	437	385.395
Serra	12	833	625.642
Sul	13	940	720.703
Vale do Caí	02	89	58.599
Vale do Rio Sinos	13	1.295	1.057.016
Vale do Rio Pardo	07	345	309.866
Vale do Taquari	06	201	162.324
Metropolitana/Delta Jacuí	06	2.415	1.184.078
Total	136	9.576	7.001.952

Fonte: STCAS/DAS

Programa Estadual de Capacitação - O Programa Estadual de Capacitação constitui-se num processo gradual de desenvolvimento de potencialidades na instrumentalização dos agentes sociais nas áreas política, pedagógica e gerencial, visando ao aperfeiçoamento da prestação de serviço à população usuária. A capacitação enquanto processo iniciou em 1996, tendo se constituído na forma de Programa a partir de 1999. Naquele ano, foram realizados diversos encontros voltados à capacitação de gestores municipais para a elaboração dos Planos Municipais de Assistência Social, conforme quadro abaixo:

Capacitação de Gestores Municipais de Assistência Social - 1999

Municípios	Pessoas Capacitadas
85	131
92	127
110	141

Fonte: STCAS/DAS

Com relação às capacitações aos municípios habilitados à gestão municipal, foram abordados, em 02 encontros, aspectos práticos inerentes ao processo de descentralização da gestão como trâmites administrativos e financeiros necessários para sua efetivação em 94 municípios.

Em 2000, foram realizados 03 encontros em gestão municipal, sendo que no primeiro houve 16 presenças, em 16 municípios, no segundo 37, em 16 municípios e, no último, 46, em 22 municípios. Nesse mesmo ano, outras atividades de capacitação foram desenvolvidas, destacando-se as seguintes:

Agente Jovem - Foram realizados três encontros para os municípios que aderiram ao Programa AGENTE JOVEM de Desenvolvimento Social e Humano – Plano Nacional de Segurança Pública, cujo objetivo é trabalhar questões pertinentes às temáticas da família, violência, doutrina da proteção integral e educação. Em Porto Alegre, foram realizados dois encontros, um deles atingiu seis municípios da região metropolitana e o outro realizou-se no Vida Centro Humanístico/Porto Alegre para os profissionais que executam o Programa. O terceiro, ocorreu em Viamão com a participação de 15 profissionais que desenvolveram o Programa.

Encontro Regional de Capacitação em Assistência Social – Realizado de forma regionalizada, porém não nas 22 regiões oficiais do Estado (COREDES), mas através de 10 encontros, agrupando-se os 497 municípios em torno de cidades pólos, foram abordados os seguintes temas: Rede de Atendimento, Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, Planejamento e relatos de experiências locais.

Capacitação em Assistência Social – 2000

Em R\$ 1,00

Municípios	Municípios Convidados	Municípios Presentes	Valor Dispendido
Passo Fundo	52	23	637
Caxias do Sul	44	27	588
Santa Rosa	58	31	723
Santa Cruz do Sul	30	13	784
Cruz Alta	49	25	895
Pelotas	37	29	723
Lajeado	36	19	571
Tramandaí	22	10	764
Erechim	46	20	774
Porto Alegre	97	51	
Total	471	248	7.605

Fonte: DAS/STCAS

No ano de 2001, também foram realizadas diversas ações, visando à capacitação dos agentes que operam as políticas de assistência social, dentre as quais destacamos:

Capacitação Sobre Revisão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) - Foi realizada a 2ª etapa do processo de Revisão do Benefício de Prestação Continuada- BPC, de acordo com o previsto no artigo 20 e 21 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Seminário de Abrigagem - O conteúdo trabalhado procurou aprofundar a doutrina de proteção integral, a responsabilidade pública e os relatos de experiências. Participaram do Seminário 130 pessoas, dentre as quais técnicos da STCAS, Conselheiros Tutelares e de Direitos e secretários municipais, bem como representantes de 59 abrigos dos quais: 28 pertencentes a prefeituras, 22 filantrópicos e 09 estaduais (STCAS).

Capacitação dos Servidores da FADERS – Esse evento buscou, através de uma jornada de qualificação integrada, discutir o reordenamento da FADERS, perante às políticas públicas, bem como capacitar os servidores das áreas técnicas de educação, saúde, assistência social e preparação para o trabalho. O evento contou com a participação de 80 servidores estaduais.

Conferências Municipais de Assistência Social – Foram realizadas Conferências Municipais de Assistência Social que abordaram temas referentes à Gestão, Controle Social e Financiamento de Política de Assistência Social.

Capacitação para Qualificação de Conselheiros - Essa ação, desenvolvida através de 19 encontros regionais, objetiva qualificar os Conselheiros Municipais da Assistência Social, dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes e das Comissões de Emprego, além de promover a articulação dos diferentes conselhos municipais com vista à potencialização das políticas públicas.

Capacitação de Conselheiros Municipais

Regional/Sede	Municípios	Participantes
8ª Litoral/Osório	22	268
10ª Missões/Cerro Largo	25	267
3ª Central/Santa Maria	35	378
12ª Noroeste Colonial/Ijuí	32	381
5ª Fronteiro Noroeste/Santa Rosa	21	275
21ª Vale do Taquari/Lajeado	40	382
13ª Norte/Erechim	31	336
1ª Alto Jacuí/Cruz Alta	21	227
20ª Vale do Rio Pardo/Stª Cruz Sul	25	293
16ª Serra/Caxias Sul (7ª reg. Hortências)	38	349
9ª Médio Alto Uruguai/Fred. Westphalen	30	304
18ª Vale do Cai/Montenegro	20	147
15ª Produção/Passo Fundo	39	400
19ª Vale Rio dos Sinos/N. Hamburgo	29	368
14ª Paranhana – Encosta Serra/Taquara	17	184
4ª Centro Sul/Guaíba	26	348
22ª Metropolitana/Porto Alegre (7 munic) 2ª Campanha /Bagé (7 munic) 6ª Fronteira Oeste/Alegrete (12 munic)	23	207
11ª Nordeste/Lagoa Vermelha	23	207
Seminário Conselheiros Estaduais/POA		175
17ª Sul/Pelotas	23	299
Total	497	5.992

Fonte: DAS/STCAS

Programa Estadual de Assessoria – O Programa Estadual de Assessoria abrange atividades junto a gestores e conselhos municipais de assistência social e aos trabalhadores da rede de atendimento, prestando-lhes orientações técnicas apropriadas ao desenvolvimento de suas funções. Em 1999, foi realizada assessoria técnica em 202 municípios na questão de gestão estadual. Em 2000, foram realizadas assessorias a 279 municípios em gestão municipal, 68 municípios em gestão municipal com ressalva e, em 69 municípios em gestão estadual com população acima de 50.000 habitantes. Já em 2001, foram realizadas 671 assessorias “*in loco*” a municípios em gestão municipal e, na sede das regionais e capital, 4.334 assessorias a municípios em gestão municipal e estadual.

Programa Estadual de Monitoramento e Avaliação - O monitoramento e a avaliação caracterizam-se por ser um instrumento de gestão das políticas públicas, a fim de medir o grau de alcance dos resultados dos projetos sociais implantados e implementados, bem como apontar as correções necessárias ao desenvolvimento dos

mesmos. Em 1999, foi dado início ao desenvolvimento do Sistema de Monitoramento e Avaliação Estadual, conforme orientação da Secretaria Estadual de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social. Nos municípios em Gestão Municipal a execução do trabalho ocorreu através dos gestores municipais e nos municípios em Gestão Estadual, através dos Assessores Regionais do Departamento de Assistência Social.

No ano de 2000, foram desenvolvidas atividades, visando à elaboração dos instrumentos de coleta de dados do monitoramento e avaliação, a testagem dos mesmos, coleta e consolidação dos dados e remessa dos instrumentos do monitoramento e avaliação aos municípios, bem como a construção do banco de dados do monitoramento e avaliação, sendo nessa fase capacitados interlocutores municipais de 279 municípios.

Em 2001, foram realizadas as seguintes atividades: término da inclusão dos dados, recadastramento dos interlocutores municipais, análise dos dados, construção de novos instrumentos de coleta de dados e capacitação dos interlocutores municipais de 191 municípios.

Programas Nacionais – Dentre os Programas Nacionais desenvolvidos no Rio Grande do Sul, sob a coordenação da STCAS, destacam-se os seguintes: Serviço de Ação Continuada (SAC) que abrange o Programa de Atenção à Criança (PAC), Apoio à Pessoa Idosa (API), Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência (PPD), Abrigo; Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano; Núcleo de Apoio Familiar; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Processo de Revisão - BPC; Agenda Social e o Programa Sentinela. Com relação aos municípios em gestão municipal esses receberam diretamente os recursos financeiros para sua operacionalização, enquanto que os de gestão estadual, via Fundo Estadual da Assistência Social.

Em 1999, para a execução dos Programas de Atenção à Criança – que visa garantir o desenvolvimento biológico, psicológico e social das crianças, diminuir os índices de mortalidade infantil, de subnutrição e de violência doméstica, além de liberar os pais para o trabalho; Apoio à Pessoa Idosa – atendimento às pessoas idosas em situação de abandono, sem família ou impossibilitadas de conviver com as mesmas, em instituições conhecidas como abrigo, asilo, lar ou casa de repouso; e Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência, que visa à melhoria da qualidade de vida dessas pessoas, mediante ações de habilitação e reabilitação, foram conveniados recursos da ordem de R\$ 24,1 milhões.

No ano de 2000, para a execução desses Programas, entretanto, foram conveniados recursos da ordem de R\$ 13,3 milhões para o atendimento de 239 municípios (Atenção à Criança); R\$ 2,2 milhões para atendimento de 190 municípios (Grupo de Convivência) e R\$ 8,5 milhões para atendimento de 161 municípios (Pessoas Portadoras de Deficiência).

Já em 2001, para a execução dos mesmos, foram conveniados recursos da ordem de R\$ 25,7 milhões, atendendo 352 municípios do Estado.

O Programa Núcleo de Apoio Familiar, iniciado em 2000 e sua execução em 2001, caracteriza-se por espaços na comunidade onde são identificados e articulados

os serviços, projetos e ações que ofereçam atendimento a múltiplas necessidades das famílias com vistas a fortalecer suas condições para que possam assumir/reassumir seu papel de manter educar, proteger e construir identidades. No Estado do RS o NAF está diretamente relacionado com as famílias dos adolescentes do Programa Agente Jovem, atendendo os seguintes Municípios : Canoas, Gravataí, Porto Alegre e Viamão.

O Programa Agente Jovem visa atender adolescentes na faixa etária dos 15 aos 17 anos que estejam em situação de risco (adolescentes de rua), e/ ou cumprindo medida sócio-educativa em meio aberto em programas que os estimulem a desempenhar seu papel de protagonistas na sociedade, bem como resgatar os vínculos familiares, comunitários e sociais. Executado em 2001 o Programa apresentou os seguintes resultados:

Cenário: Plano Nacional de Segurança Pública

Em R\$ 1,00

Município	COREDE	Meta	Entidade	Valor
Viamão	22 ^a	75	Prefeitura Municipal	75.000
Canoas	19 ^a	25	Sociedade Assistencial de Reabilitação Reviver (CAPS)	25.000
		25	Fundação Espírita Beneficente Luzia (FUNDEBEL)	25.000
Gravataí	22 ^a	25	Associação do Bem-Estar do Menor de Gravataí (ABEMGRA)	25.000
Novo Hamburgo	19 ^a	25	Associação do Bem-Estar da Criança e do Adolescente (ASBEM)	25.000
		25	Centro Espírita "A Caminho da Luz"	25.000
Porto Alegre/ Estado	22 ^a	100	Vida Centro Humanístico/STCAS	100.000
Total				300.000

Fonte: DAS/STCAS

Cenário: Agenda Social

Em R\$ 1,00

Município	COREDE	Metas	Entidade	Valor
Passo Fundo	15 ^a	25	Prefeitura Municipal	25.000
Rio Grande	17 ^a	25	Prefeitura Municipal	25.000
Santa Rosa	5 ^a	50	Prefeitura Municipal	50.000
Erechim	13 ^a	25	Prefeitura Municipal	25.000
Total				125.000

Fonte: DAS/STCAS

Nota: Municípios do PNSP conveniaram em 2000 e executaram em 2001

Implantado no Estado, no primeiro semestre de 2000, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), co-financiado com recursos do FNAS e do FEAS/RS visa à implementação, execução de projetos e a efetivação do controle social para que se eliminem as piores formas de trabalho infantil. Sua implantação nos municípios baseou-se em estudos e estatísticas do grau de vulnerabilidade das crianças em situação de trabalho, destacando-se na zona rural a atividade fumageira e na zona urbana, o setor coureiro/calçadista, serviços e lixões.

Demanda Atendida PETI - 2000/2001

Em R\$ 1,00

COREDE	Município	Situação Detectada (Início)	Metas	Valores/Mês
22 ^a	Porto Alegre	Junho/2000	1.100	55.000
17 ^a	Pelotas	Junho/2000	334	16.700
4 ^a	Camaquã	Junho/2000	60	2.700
20 ^a	Venâncio Aires	Junho/2000	50	2.250
13 ^a	Erechim	Junho/2000	50	2.250
19 ^a	Novo Hamburgo	Junho/2000	70	3.500
22 ^a	Viamão	Junho/2000	70	3.500
16 ^a	Caxias do Sul	Junho/2000	50	2.500
6 ^a	Uruguaiana	Agosto/2001	50	2.250
3 ^a	Santa Maria	Agosto/2001	50	2.250
20 ^a	Sobradinho	Agosto/2001	25	1.125
10 ^a	Porto Xavier	Agosto/2001	25	1.125
20 ^a	Passo do Sobrado	Agosto/2001	100	4.500
5 ^a	Porto Lucena	Dezembro/2001	15	675
10 ^a	Guarani das Missões	Dezembro/2001	20	1.000
13 ^a	Gaurama	Dezembro/2001	46	2.700
20 ^a	Vera Cruz	Dezembro/2001	30	1.350
6 ^a	São Borja	Dezembro/2001	40	1.800
20 ^a	Vale do Sol	Dezembro/2001	20	1.125
Total				108.300

Fonte: DAS/STCAS

O Processo de Revisão do BPC foi executado tanto por municípios quanto por associações de municípios, vinculadas à FAMURS, nos anos de 2000 e 2001, através de municípios e da Cooperativa dos Assistentes Sociais. Simultâneo ao processo, foi feita a divulgação do benefício, visando ampliar o acesso do idoso e da pessoa portadora de deficiência ao Programa. Esse Programa atingiu a todos os Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

Benefício de Prestação Continuada – BPC

Em R\$1,00

Ano	Benefícios	*Valor Repassado
2000	14.619	146.190
2001	14.311	286.820
Total	28.930	433.010

Fonte: DAS/STCAS

Nota: * Os valores referem-se aos repasses tanto para o RS como para os municípios conveniados.

O Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual - Programa Sentinela, tem como objetivo investir recursos em projetos de organizações governamentais ou não que privilegiem, entre outros aspectos, o apoio psicossocial à crianças e adolescentes que sofrem algum tipo de violência sexual. Em 2001, foram contemplados os Municípios de Pelotas e Rio Grande.

CIDADANIA

Infância e Adolescência - Para o desenvolvimento das ações voltadas à infância e adolescência, foram realizados, durante os anos de 1999 a 2001, convênios entre o Governo do Estado e o Ministério da Justiça, no valor total de R\$ 694,4 mil, para a aquisição de equipamentos e capacitação dos agentes dos Conselhos

Tutelares. Também foram realizadas diversas atividades, envolvendo temas relacionados a crianças e adolescentes.

Seminários Regionais dos Direitos da Criança e do Adolescente - Realizados, em 1999, nos Municípios de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria e Santo Ângelo esses Seminários tinham por finalidade sensibilizar e mobilizar a sociedade para a proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente e contou com a presença de 2.410 agentes de direitos da infância e adolescência.

II Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - Realizada, em 1999, teve por objetivo geral promover ampla mobilização social nas esferas municipais e estadual para avaliar a implantação e implementação das políticas relacionadas às crianças e adolescentes, abordando os seguintes focos temáticos: Políticas Sociais Básicas e Políticas de Reinserção Social. Essa II Conferência foi precedida por 159 Conferências Municipais e/ou Regionais que elegeram para a Conferência Estadual 1.002 participantes, entre delegados e observadores.

Seminários de Qualificação para Conselheiros Tutelares - Em 2000, foram realizados 08 Seminários, obedecendo a seguinte organização regional: Regional 1 – Porto Alegre; Regional 2 – Novo Hamburgo; Regional 3 – Pelotas; Regional 4 – Osório; Regional 5 – Ijuí; Regional 6 – Passo Fundo; Regional 7 – Santo Ângelo; Regional 8 – Santa Maria, cujos objetivos foram o de contribuir para o processo de formação dos Conselhos Tutelares a partir do ECA e legislações afins e definir propostas de articulação regional e estadual dos conselheiros tutelares.

I Conferência de Crianças e Adolescentes do RS - Em 2001, foi realizada a I Conferência de Crianças e Adolescentes do RS onde os participantes principais foram as próprias crianças e adolescentes e significou a compreensão de envolvê-los na reflexão sobre a situação da infância e adolescência, identificando os fatores que impliquem em sua inclusão. O evento contou com a participação de 220 delegados eleitos nas 19 conferências municipais/regionais das quais participaram cerca de 4.000 crianças e adolescentes de todo o Estado.

III Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - Realizada, em 2001, essa Conferência teve como tema a “Exclusão Social – As Marcas estão na Sociedade”. O objetivo geral foi o de promover a reflexão sobre a situação da infância e da adolescência e as formas de violência sofridas no cotidiano, deliberando ações que revertam essa realidade e contribuam com a melhoria de sua qualidade de vida. Nesse sentido, foram realizadas 216 conferências municipais/regionais preparatórias onde foram eleitos 836 delegados/as para a III Conferência Estadual.

Prêmio Direitos da Criança e do Adolescente - Foram realizadas 02 edições do “Prêmio Direitos da Criança e do Adolescente”, uma no ano de 2000 e outra em 2001. Essa premiação objetivou a divulgação e a promoção de iniciativas bem sucedidas na proteção, garantia e defesa dos direitos da criança e do adolescente no Rio Grande do Sul, sendo dividido em 05 categorias: a) pessoa física ou jurídica com destaque na promoção dos direitos da criança e do adolescente; b) defesa dos direitos da criança e do adolescente; c) divulgação dos direitos da criança e do adolescente; d) *in memoriam*; e) menções honrosas.

Comitê Gaúcho contra a Redução da Idade Penal - Lançado em 2001, o Comitê Gaúcho contra a Redução da Idade Penal, constituído por entidades governamentais e não-governamentais, buscou mobilizar a cidadania gaúcha para a defesa dos direitos da criança e do adolescente, garantidos na Constituição Federal e no ECA. Essa mobilização alcançou o interior do Estado com a instalação de 08 Comitês Regionais.

Divisão da Criança e do Adolescente – DCA - Implantada em 2000, e descentralizada em 10 regionais, consolidando o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA no RS, a DCA desenvolveu ações, visando à implantação e implementação do Sistema de Garantia de Direitos, estabelecido no ECA, contando com 353 Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, 307 Conselhos Tutelares e 211 Fundos Municipais. Tais ações buscam mobilizar organismos governamentais e não-governamentais, de forma a constituir e fortalecer a Rede de Defesa, Proteção e Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, articulando novos programas e potencializando os já existentes.

Ações Desenvolvidas

Ações	Quantidade
Capacitações Regionais para Conselhos Tutelares	23 cursos
Capacitações Regionais para Conselhos de Direitos	20 cursos
Apoio e participação nas qualificações regionais de Conselhos de Políticas e Direitos Sociais	19 seminários
Assessorias para municípios	423 reuniões
Apoio na realização de Conferências Municipais e/ou Regionais de Crianças e Adolescentes	19 Conferências
Apoio na realização de Conferências Municipais e/ou Regionais dos Direitos das Crianças e de Adolescentes	208 Municípios
Apoio na constituição dos Comitês Regionais contra a Redução da Idade Penal	08 Comitês
Apoio e assessoria nas indicações das regiões para a 2ª edição do Prêmio Direitos da Criança e do Adolescente	22 Regiões
Realização do I Fórum Estadual – Rua: Opção ou Exclusão	01 Fórum

Fonte: DECID/STCAS

Povos Indígenas – Para esta área foram desenvolvidas:

Garantia das terras indígenas - O Poder Executivo Estadual, buscando a garantia das terras indígenas, intermediou conflitos graves e liberou recursos da ordem de R\$ 5 milhões para aquisição de terras e promoção de reassentamento de famílias de agricultores que ocupam as áreas indígenas de Nonoai, Monte Caseiros, Ventarra, Borboleta, Serrinha, Inhacorá e Cacique Doble. Nesse sentido, desde 1999, foram retiradas das terras indígenas e reassentadas cerca de 500 famílias de colonos com a devolução das terras de Ventarra, Monte Caseiros, Nonoai e Serrinha.

Para atender as famílias indígenas em programas de auto-sustentação, o Governo Estadual liberou recursos, a fundo perdido, para programas de geração de renda do RS Rural, Projetos Indígenas Emergenciais, no montante de R\$ 2,1 milhões. Foram atendidas 2.200 famílias e 11.000 beneficiários localizados em praticamente todas as áreas indígenas do Estado, através da aquisição de animais, ferramentas, sementes, e cursos de formação/sensibilização dos técnicos do Estado e população indígena.

Para a Comunidade Guarani o problema de terra também é peculiar, uma vez que requer um meio ambiente preservado que contemple uma determinada diversidade biológica, abrangendo basicamente os ecossistemas da Mata Atlântica. Nesse sentido, foi assinado Protocolo de Intenções entre o Governo do Estado e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), onde estão previstas 16 áreas para essa etnia. O Governo do Estado adquiriu 03 dessas áreas; 01 em São Miguel das Missões, de 236ha, na localidade de Inhacapetum, onde 02 comunidades acampadas já estão instaladas e outra de 165ha, no Município de Camaquã, na localidade de Água Grande. Além disso, em processo de desapropriação, ficou uma área de 202ha em Barra do Ribeiro, na localidade de Coxilha da Cruz. Essas ações, objetivam assentar cerca de 50 famílias acampadas há décadas em beiras de rodovias, principalmente na BR-116 e BR-101.

Etno-Sustentabilidade - O Governo do Estado vem promovendo o desenvolvimento de projetos que contemplem as peculiaridades de cada cultura indígena. Para tanto, ao longo de 02 anos, o Governo tem buscado incluir esses povos nos seus diferentes programas, estendidos apenas a pequenos agricultores, com critérios diferenciados.

Em 1999, foi realizado um levantamento da situação agrícola e de sobrevivência das comunidades indígenas nas 36 áreas e acampamentos. De maio de 1999 a março de 2000, foram realizados seminários com Kaingang e Guaranis, nos quais foram apontadas as prioridades das comunidades e elaborados projetos para reestruturação sócio-econômica, com perspectiva de etno-sustentabilidade. A partir disso, essas comunidades passaram a ter acesso, de forma diferenciada, aos seguintes Programas: Programa Troca-Troca de Sementes de Milho e Feijão; RS Rural, além do fornecimento de ramas de mandioca.

Em 1999, foram repassados 4.379 sacos de 20kg de semente de milho e 580 sacos de 50kg de semente de feijão, além da distribuição de 08 caminhões de mandioca para todas as áreas e acampamentos indígenas. O Programa Emergencial do RS Rural possibilitou o alívio à pobreza, através do fornecimento de animais, ferramentas e equipamentos agrícolas, no valor aproximado de R\$ 530 mil.

Já em 2000, foram repassados 2.935 sacos de 20kg de semente de milho e 2.400 sacos de 10kg de semente de feijão. Em convênio para aquisição de sementes de forrageira, foram adquiridas 55.000kg de semente para cultivar 535ha.

No RS Rural, em 2001, foi dado andamento a novos projetos de manejo ambiental, infra-estrutura social básica e geração de renda, no valor de R\$ 1,3 milhão, em torno de R\$ 500,00 por família, de um total de 2.502 famílias de índios no Rio Grande do Sul. Para a formação agrícola, foi orçado recursos de R\$ 200 mil para cursos, oficinas, viagens técnicas e encontros para os índios e técnicos da Emater.

Assistência Sócia - Através de financiamento, via Fundo Estadual da Assistência Social, o Governo do Estado iniciou um programa permanente para ações emergenciais que atendam às necessidades das famílias indígenas em situação de maior vulnerabilidade, assim como a capacitação dos gestores e os conselhos municipais da política de assistência social que atendam populações indígenas. Em 2000, através do Programa Cidadania Alerta, foram distribuídas 204 cestas básicas para acampamentos indígenas durante 06 meses.

Cultura - Como forma de valorização da cultura indígena, foi realizado o evento “Sou Guarani, Filho Daqui” e apresentada, pela Casa de Cultura Mário Quintana, a cultura Guarani, através de palestras de suas lideranças; a música; a dança; o artesanato e a culinária. Também foi desenvolvido, pela Secretaria Estadual de Cultura, projetos de pesquisa com as Comunidades Kaingang e Guarani.

Educação - Foram realizados 05 encontros do Núcleo de Educação Indígena (NEI), com a participação dos professores índios, ONGs e Procuradoria-Geral da República, envolvendo 09 Delegacias de Educação, com aproximadamente, 52 participantes, além de produzido um vídeo mostrando a cultura da Comunidade Kaingang. Além disso, foi licitada a construção da primeira escola de magistério indígena na Terra Indígena de Inhacorá, no Município de São Valério, além da construção de mais 12 salas de aula em algumas da 50 escolas indígenas que existem no Estado.

Saúde - Na área da saúde, através do Programa de Municipalização Solidária da Saúde, foram desenvolvidas ações como a vacinação contra a gripe a toda população indígena, maior de 06 meses, bem como a distribuição de 80.700 unidades de medicamentos para todas as comunidades indígenas. Foi desenvolvido, também, o Projeto de Educação Alimentar voltado às crianças em situação de risco, nutrízes, gestantes, idosas e grupos de mulheres, procurando incentivar a cultura indígena através da recuperação de hábitos alimentares.

Programa Casa do Índio - Lançado em 2001, na EXPOINTER, o Programa tem por objetivo diminuir o déficit habitacional indígena de 1.300 unidades para os próximos anos, tendo o apoio de outras secretarias de estado, ou seja, SEMA, SAA e STCAS, além de prefeituras e organizações não-governamentais.

Mulheres Indígenas - No mês de janeiro de 2001, durante o Fórum Social Mundial, foi realizado o primeiro encontro de mulheres, evento específico dentro do tema Futuro e a Sobrevivência dos Povos Indígenas. Nesse mesmo ano, o Conselho Estadual dos Povos Indígenas, juntamente com a Coordenadoria Estadual da Mulher, realizou o I Encontro Estadual de Mulheres Indígenas, bem como realizado um encontro de mulheres nas terras indígenas, no Município de Ronda Alta, pela Coordenadoria.

Fóruns da Cidadania dos Povos Indígenas - Em maio de 1999, em Passo Fundo, foi realizado o II Fórum da Cidadania dos Povos Indígenas, no qual foram debatidas e deliberadas todas as ações demandadas pela comunidade indígenas para os Governos Federal e Estadual e outros poderes, além da reestruturação do Conselho, que passou a ser composto por 10 representantes Guaranis, 10 Kaingangs e 10 representantes do Governo. Estiveram presentes 110 representantes indígenas. Em 2001, foi realizado, em Porto Alegre, o III Fórum da Cidadania dos Povos Indígenas: Autodeterminação dos Povos Indígenas, no qual as comunidades indígenas do RS, os Poderes Públicos Estadual e Federal e as Entidades Não-Governamentais definiram estratégias e ações articuladas para a implementação de uma política voltada aos povos indígenas. Participaram do evento 115 indígenas de 22 áreas do Estado.

Idosos – Para esta área foram desenvolvidas:

Jogos da Integração do Idoso - Foram realizados nos anos de 1999, 2000 e 2001 os II, III e IV Jogos de Integração do Idoso, respectivamente. Sempre na cidade

de Tramandaí essas atividades tiveram como objetivo central a integração de grupos de idosos dos mais diferentes regiões do Estado, através da prática de esporte adaptado ao idoso e oficinas de cidadania, arte e cultura. Esses eventos contaram com a participação aproximada de 4.500 idosos e 500 profissionais.

Seminário de Capacitação dos Conselhos Municipais dos Idosos - Esse Seminário, realizado em novembro de 2000, reuniu 22 conselhos municipais dos idosos com representações governamentais e não-governamentais, objetivando a capacitação dos conselheiros, bem como a qualificação da atuação do próprio Conselho.

Programa Disque Idoso - Através de convênio realizado entre o Governo do Estado e o Ministério da Justiça, foi implantado o Programa Disque Idoso, cujo objetivo é colocar à disposição das famílias e dos próprios idosos um número telefônico que receba denúncias de abusos e maus-tratos, bem como pedido de informações sobre grupos de convivência, atividades e serviços públicos governamentais e não-governamentais destinados a idosos.

Conta Melhor Idade - O Conselho Estadual do Idoso, em conjunto com o Banrisul, lançou a Conta Melhor Idade que visa assegurar atendimento prioritário ao aposentado, pensionista, e à pessoa acima de 50 anos de idade. Assim, buscou-se atrelar à Conta Melhor Idade, além de custos e taxas reduzidos, outros benefícios como descontos em farmácias, lojas, agências de turismo e cinemas. Em 2001, o BANRISUL abriu 221.203 contas melhor idade.

I Conferência Estadual do Idoso - Realizada em 2001, essa Conferência teve como tema “Construindo a Participação e o Controle Social das Políticas Públicas para o Idoso”, tendo por objetivos: a) propiciar a reflexão e discussão acerca da implantação e implementação das políticas nacional e estadual do idoso; b) avaliar as políticas públicas de âmbito nacional e estadual para o idoso; c) apontar indicativos de ação para a execução da Política Estadual do Idoso; d) definir o processo de construção de interface entre as políticas setoriais, no que diz respeito à execução de ações voltadas para o idoso; e) apontar formas de construção de mecanismos de controle social. No processo preparatório foram realizadas 37 Conferências Municipais/Regionais, que elegeram 350 delegados à I Conferência Estadual.

Consumidores – Realizada, em 2001, na Faculdade de Direito da UFRGS, a I Conferência Estadual dos Direitos do Consumidor, abrangendo como tema central os “Direitos do Consumidor: consciência e cidadania”, na qual participaram 230 pessoas nas condições de delegados e participantes eleitos ou indicados pelas 07 conferências regionais preparatórias.

Comunidade Negra – Para esta área foram desenvolvidas:

Capacitação para Formadores Políticos para uma Atuação junto às Comunidades Remanescentes de Quilombos - Realizado em 02 etapas no ano de 2000, o curso de capacitação teve por objetivo preparar agentes voluntários para atuarem nas comunidades de remanescentes do Estado. Foram abordados os seguintes temas: a) História do Negro do RS; b) Movimento Negro e a Questão das Comunidades Remanescentes de Quilombos; c) Desenvolvimento e Sociedade; d) Agricultura Familiar; e) Dinâmica recente da agricultura gaúcha: uma análise regional; f) Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural; g) A política de reconhecimento das

comunidades remanescentes de quilombos; h) Planejamento Social. Participaram 70 pessoas oriundas de movimentos sociais, comunitários e universidades.

I Conferência Estadual da Comunidade Negra - Tendo como tema central “Propondo Políticas Públicas no Combate à Discriminação Racial” foi realizada em Caxias do Sul no mês de novembro de 2001. Em seu processo preparatório foram realizadas 10 pré-conferências regionais nas seguintes cidades-sedes: Passo Fundo (408 participantes), Cruz Alta (125 participantes), Santa Maria (222 participantes), Santa Cruz do Sul (192 participantes), Porto Alegre (128 participantes), Osório (74 participantes), Santana do Livramento (84 participantes), Pelotas (317 participantes), São Leopoldo (68 participantes), Caxias do Sul (114 participantes), envolvendo um total de 1.732 pessoas que elegeram 224 delegados e 167 observadores para a I Conferência Estadual da Comunidade Negra.

Convênio Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares - Foi firmado, no dia 13 de julho de 2001, o convênio entre o Ministério da Cultura, através da Fundação Cultural Palmares; Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social e parceria do Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (CODENE). O referido Convênio versa sobre a execução do projeto para identificação, reconhecimento, delimitação territorial, levantamento cartorial e demarcação de 06 comunidades remanescentes de quilombos no Estado do Rio Grande do Sul.

Mulheres – Para esta área foram desenvolvidas:

Casa de Acolhida para Mulheres e Crianças Vítimas de Violência - Em outubro de 1999, foi firmado convênio entre Governo Federal/Ministério da Justiça e Governo do Estado do Rio Grande do Sul/ Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social tendo como objetivo equipar a Casa de Acolhida para Mulheres e Crianças Vítimas de Violência Doméstica. No ano de 2000, foi iniciado projeto que contou com a parceria da Coordenadoria Estadual da Mulher, da STCAS e da Secretaria Estadual de Obras para a reforma de um equipamento no Município de Pelotas para a finalidade de abrigar a Casa de Acolhida para Crianças e Mulheres Vítimas de Violência.

Seminário A Mulher no Mundo Público e Privado - Em conjunto com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e outros parceiros foi realizado, em 2001, na Assembléia Legislativa, o Seminário A Mulher no Mundo Público e Privado, tendo como público-alvo as mulheres militantes do movimento de mulheres, movimentos sociais, detentoras de mandatos eletivos e dirigentes políticas. O objetivo do Seminário foi o de contribuir para a participação da mulher nas questões de cidadania, avaliar as políticas públicas de saúde e previdência social, aferir a qualidade da inserção da mulher no mercado de trabalho, propor políticas, com ótica de gênero, aos mandatos eletivos obtidos por mulheres no RS. Participaram do evento cerca de 673 pessoas.

Voluntariado – No ano de 2000, foi realizado o II Encontro Anual de Voluntários, em comemoração ao Dia Internacional do Voluntário. Nesse encontro foram encaminhadas propostas de atividades para 2001, bem como a realização de capacitações dos voluntários e a necessidade de dar maior visibilidade ao Programa.

Já em 2001, foi promovido o Seminário sobre Voluntariado, que buscou

propiciar um momento de debate qualitativo sobre o tema, oportunizando a reflexão sobre a atividade voluntária no Ano Internacional do Voluntário, além de capacitar os voluntários que atuam nos abrigos da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social.

4.7.1 Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – FEBEM

Nesses 03 anos de gestão foram realizadas diversas ações, pela FEBEM, tendo em vista a especialização do atendimento a adolescentes privados de liberdade.

Atendimento à Criança e ao Adolescente - No ano de 1999, foram realizadas reformas em unidades de abrigo de internação, visando humanizar o atendimento e qualificar as condições de trabalho e convívio, bem como atender 896 crianças, 680 adolescentes e 2.200 servidores nas seguintes unidades de internação: Instituto Pe. Cacique (IPC), Instituto Carlos Santos (ICS), Instituto Educacional Feminino (IEF), Centro Sócio-Educativo de Semiliberdade, Centro do Jovem Adulto, Centro de Juventude (CJ) Porto Alegre, CJ Caxias, CJ Santa Maria, CJ Pelotas, CJ Uruguaiana, Centro Renascer (Caxias do Sul), Instituto Iracema do Canto (Santa Maria), bem como obras no Instituto Carlos Santos e Instituto Educacional Feminino, adequando-se aos dispositivos do ECA. Além disso, foi realizada a separação administrativa entre os serviços de proteção especial (abrigos) e a execução das medidas socio-educativas (ato infracional) nos Municípios de Porto Alegre, Uruguaiana, Pelotas, Santa Maria, Santo Ângelo, Caxias do Sul. Foram investidos recursos da ordem de R\$ 1,6 milhão.

Em 2000, foram realizadas obras e serviços no Instituto Padre Cacique e adequações físicas nas seguintes unidades: IPC, ICS, IEF, sede administrativa, CJA, semiliberdade (POA), CJ POA, CJ Caxias do Sul, CJ Pelotas, CJ Uruguaiana, CJ Santo Ângelo, CJ Santa Maria, atendendo em média 700 adolescentes, familiares e funcionários, tendo sido investidos recursos da ordem de R\$ 765,3 mil. Foi implementado o Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativas de Internação e Semiliberdade, tendo como beneficiados os órgãos, serviços e programas do sistema de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei no Rio Grande do Sul, bem como o Projeto Advogando o ECA que tem por objetivo a garantia de direitos dos adolescentes atendidos na Fundação.

Já no ano de 2001, dando continuidade às ações do novo modelo de gestão implementado na Fundação, foram realizadas adequações físicas nas unidades: ICS, CJ Santa Maria, CJ Caxias do Sul, IPC, CJ Santo Ângelo, IRICC, CJ Uruguaiana, reforma no Centro Juvenil de Caxias do Sul para atendimento, em média, de 40 adolescentes e no Abrigo Juvenil Feminino, atendendo, em média, 130 adolescentes, com recursos da ordem de R\$ 1,4 milhão e construído o Centro de Atendimento Sócio-educativo de Passo Fundo, no qual foram investidos recursos da ordem de R\$ 1,8 milhão. Cabe ressaltar, também, o Centro de Atendimento, destinado ao Bairro Belém Novo com recursos da ordem de R\$ 3 milhões para o atendimento de crianças e adolescentes.

Capacitação de Redes Sociais e Servidores - Foram realizadas, em 1999, 08 capacitações, atingindo 236 servidores, além do Programa de Capacitação às Redes Sociais de Atendimento, em Porto Alegre, através de convênio junto ao Ministério da Justiça. No ano de 2000, foram capacitados e treinados cerca de 1.421

servidores em treinamentos para áreas específicas e atendimento ao adolescente usuários de substâncias psicoativas. Em 2001, foram capacitados em torno de 597 servidores, além disso outros 277 novos funcionários foram chamados e capacitados no mês de dezembro. Por fim, foram investidos na especialização do atendimento aos adolescentes e no novo modelo de gestão, no triênio, o total de R\$ 9,9 milhões.

4.7.2 Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social – FGTAS

A Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social, desempenhou de forma premente o seu papel de executora de políticas públicas voltadas à geração de emprego e renda, durante os anos de 1999 a 2001, através de ações de capacitação, formação e desenvolvimento de mão-de-obra.

Intermediação de Emprego - Nesses 03 anos, o Governo do Estado experimentou uma melhora significativa nos indicadores da intermediação. Como resultado foi atingido, em 2001, o melhor desempenho da história do SINE com 71.899 trabalhadores colocados no mercado de trabalho, o que significa um incremento de 33% em relação a 2000, totalizando 170.068 trabalhadores colocados. Do total do número de vagas, 292.874, durante o ano de 2001, foram oportunizadas 113.147 vagas, ou seja, 58,07%.

Quanto aos grupos com necessidades especiais - Pessoas Portadoras de Deficiências -, as políticas compensatórias, adotadas para o fim do atendimento discriminatório, o acesso universal aos serviços e a capacitação dos servidores públicos para o respeito às diferenças resultaram num aumento da captação de vagas/colocação desse grupo no mercado de trabalho.

Em 2001, o número de vagas foi de 5.353, representando 71,6% do total do período, 7.480. Foram colocados no mercado de trabalho, no mesmo período, em torno de 1.184 PPDs, sendo que, em 2001, o número foi de 633, representando 53,5%.

Centro do Trabalhador Autônomo (CTA) - O CTA tem por objetivo intermediar os serviços de trabalhadores autônomos com a comunidade, oferecendo profissionais qualificados para curto período de tempo, ampliando as alternativas de trabalho e renda dessa parcela da população. O profissional recebe, também, cursos de qualificação e requalificação profissional através do PLANFOR/Qualificar-RS, além de realizados convênios com entidades privadas.

Nesse sentido, foram cadastrados, nos de 1999, 2000 e 2001, respectivamente, 367; 570; e 1.281 profissionais e prestados, no mesmo período, 3.920; 3.897; e 3.907 serviços.

Pescador Artesanal - Um grupo social que mereceu tratamento especial foi o pescador artesanal. Foram realizados 03 seminários regionais (Porto Alegre, Rio Grande e São Borja) e um Encontro Estadual do Setor Pesqueiro, envolvendo outras secretarias de Estado, no qual foi discutido com os trabalhadores do setor a sua qualificação, organização, quadro econômico e acesso ao benefício do seguro-desemprego.

Seguro-Desemprego - Com relação ao benefício do Seguro-Desemprego, os resultados foram os seguintes, considerando o período de 1999 a 2001. Em 1999, foram atendidos 487.700 e requeridos 229.676, ao passo que, nos anos de 2000 e

2001, foram 447.526 e 206.407; 432.590 e 216.515, respectivamente. Também, em 2001, de um total de 82 agências, foram informatizados mais 35 agências.

Carteira de Trabalho - Em relação a esse benefício, foram emitidas, no período de 1999 a 2001, um total de 295.763 carteiras de trabalho, em várias cidades do Estado nas 61 agências, das quais 43 estão informatizadas.

Programa Gaúcho do Artesanato - Responsável pelo cadastramento e reconhecimento da capacidade de criação artesanal do trabalhador com o uso de uma verificação prática, o Programa visa também a qualificação dos artesãos, através do Qualificar/RS, bem como a criação de alternativas de comercialização com a realização de feiras e eventos no Estado. Existem no Estado 37.867 artesãos cadastrados, sendo fornecidas mais 3.844 carteiras de artesão que permite a emissão de notas fiscais, favorecendo, assim, a comercialização do produtos artesanais.

Em 2001, foi lançado o Programa do Fortalecimento do Setor Artesanal com a implantação dos Núcleos de Produção. Foram implementados 20 núcleos em diversas regiões do Estado, onde 500 artesãos são qualificados e orientados em técnicas de comercialização e gestão.

Centros Regionais de Desenvolvimento, Trabalho e Renda - Os Centros Regionais de Desenvolvimento, Trabalho e Renda, implantados através de parceria entre a STCAS, FGTAS e SEDAI, são agências públicas de grande porte, nos quais diversos serviços públicos voltados para a geração de emprego e renda e para o desenvolvimento econômico são apresentados à comunidade e aos diversos interlocutores sociais. Localizados em cidades agregadoras das regiões do Estado, reforçam as identidades e potencialidades locais, tendo o papel de descentralizar as ações do Governo.

De 2000 a 2001, foram implementados 18 Centro Regionais localizados nos Municípios de Lajeado, Caxias, Novo Hamburgo, Ijuí, Pelotas, Santa Maria, Santa Rosa, Cruz Alta, Frederico Westphalen, Bagé e Alegrete, Osório, Montenegro, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Porto Alegre, Camaquã e Bento Gonçalves.

Casas do Trabalhador - Com uma nova estruturação concebida aos antigos postos do SINE, através de melhoria física e funcional, apresenta uma oferta maior e integrada de Programas do Governo. Diferem dos Centros Regionais, justamente por sua característica de atuação municipal.

Em 2000, foram implantadas 07 Casas do Trabalhador e, em 2001, mais 29 Casas.

Informatização - De 1999 a 2001, foram realizados investimentos em informatização (795 equipamentos adquiridos) nas Casas do Trabalhador e nos Centros Regionais de Trabalho e Renda, alterando uma situação na qual quase todo o serviço prestado era executado de forma manual.

IV – OS PLANOS PARA 2002

1. ÁREA ADMINISTRATIVA

1.1 GABINETE DO GOVERNADOR

Diretrizes:

- Viabilizar o desempenho das atividades da Governadoria.
- Operacionalizar a representação militar do Governo do Estado.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Coordenação e supervisão das ações do Governo.	➤ Coordenar e supervisionar as ações da administração; acompanhar projetos e programas do Governo e viabilizar as atividades da Governadoria.
➤ Promoção e garantia dos direitos da mulher.	➤ Dar continuidade à Política de Combate à Violência e Garantia dos Direitos da Mulher através da divulgação da Lei que pune o Assédio Sexual na Administração Pública Estadual; da capacitação de servidores das delegacias e postos de atendimento para as mulheres, tanto na saúde como na segurança; da implantação de Casas de Abrigo e Acolhida para mulheres e crianças vítimas de violência; da implementação de Centros de referência para as mulheres; da ampliação dos postos de atendimento para as mulheres vítimas de violência; da Campanha Estadual de Combate à Violência contra a Mulher e da campanha contra a morbi-natalidade materno-infantil.
➤ Programa Cidadania Alerta – Gabinete da Primeira Dama.	➤ Dar seguimento ao Programa Cidadania Alerta, atendendo demandas emergenciais; continuar os processos de construção e apoio dos conselhos municipais, em colaboração com as primeiras damas municipais. ➤ Colaborar e assessorar as ações do CEDICA, do Conselho dos Povos Indígenas, da Secretaria da Agricultura e Gabinete da Reforma Agrária. ➤ Manter e melhorar o atendimento de situações de emergência em colaboração com a Defesa Civil. ➤ Gerenciar a Campanha do Agasalho 2002.

1.1.1 GABINETE DO VICE-GOVERNADOR E SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO – SGG

AÇÕES	RESULTADO ESPERADO
➤ Coordenação, assessoramento, supervisão e acompanhamento da execução do Programa de Governo.	➤ Executar o monitoramento dos projetos estratégicos, dando continuidade ao Programa de Governo; imprimir ritmo e contribuir para o aprofundamento de mecanismos que permitam a participação, transparência e avaliação das atividades do Setor Público.

1.1.2 CASA CIVIL

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Assessoramento e colaboração em sua área de competência com os órgãos do Estado, sejam do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário.	➤ Dar andamento ao Programa de Governo, viabilizando o atendimento da população por serviços públicos eficientes e zelando pelo bom uso da máquina pública.

1.1.3 CASA MILITAR

AÇÕES	RESULTADO ESPERADO
➤ Elaboração do Mapa de Ameaças Múltiplas (MAM), identificando e localizando a incidência de desastres mais incidentes no RS nos últimos 05 anos.	➤ Minimizar e mitigar o impacto dos desastres no RS, através da identificação das regiões mais afetadas, priorizando medidas preventivas nos municípios potencialmente vulneráveis aos desastres naturais, humanos ou mistos.
➤ Elaboração do Plano Diretor de Defesa Civil do Estado do RS de modo a padronizar e sistematizar as ações da Coordenadoria no Estado.	
➤ Realização do Seminário Estadual de Defesa Civil com ênfase em desastres tecnológicos com produtos perigosos.	➤ Promover um debate sobre o transporte, manuseio e armazenagem de produtos perigosos, de modo a intensificar os cuidados na comunidade sul-rio-grandense, especialmente, os municípios potencialmente vulneráveis.
➤ Implementação e readequação de Comissões ou Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDEC).	➤ Dotar todo os municípios do RS com Comissões ou Coordenadorias Municipais de Defesa Civil, de modo a agilizar as ações voltadas para a defesa civil e apoio à população carente.
➤ Implementação da Pesquisa do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, integrado com as diretrizes do Conselho de Desenvolvimento e Integração do Sul (CODESUL), no Estado, nos eixos rodoviários do RS suscetíveis de acidentes.	➤ Diminuir o número de acidentes com produtos perigosos e monitorar o fluxo rodoviário desses produtos nas principais rodovias estaduais e federais do RS, de modo a proteger os usuários das rodovias estaduais e federais.
➤ Aquisição de veículos para a CEDEC.	➤ Atender em menor tempo as ocorrências de desastres no Estado, na fase de socorro e assistência, implementando a realização de vistorias para levantamento de danos nos municípios afetados.
➤ Implementação cursos e treinamentos para os RH da CEDEC.	➤ Aumentar a eficiência e a eficácia dos serviços prestados pela equipe da CEDEC, tanto na prevenção como atendimento de situações emergenciais.
➤ Edição do Manual de Defesa Civil, com ênfase em produtos perigosos.	➤ Padronizar o atendimento emergencial dos órgãos fiscalizadores: Brigada Militar, Polícia Rodoviária Federal, FEPAM/SEMA, Polícia Rodoviária Estadual.

AÇÕES	RESULTADO ESPERADO
➤ - Divulgação, através da Internet, das ações desenvolvidas pela CEDEC no RS, nas fases de normalidade e de anormalidade.	➤ Informar a comunidade em geral sobre os serviços oferecidos pela CEDEC em caso de desastres no RS.
➤ Implementação de um Centro de Operações de Defesa Civil (CODEC) com atuação nas 24h do dia, sediado em Porto Alegre.	➤ Monitorar diuturnamente as situações de anormalidade, bem como centralizar a coordenação e gerenciamento destes eventos em situações de grande porte.
➤ Criação de Lei e Decreto Estadual sobre o Sistema Estadual de Defesa Civil, de forma a adequar o atual Sistema Estadual de Defesa Civil a legislação federal e estadual vigentes.	➤ Padronizar a terminologia de acordo com a Resolução n. 03/99 do Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC).
➤ Implementação de Convênio de Cooperação Técnica com Universidades para um Centro de Referência do Sensoriamento Remoto das Condições Meteorológicas no RS, com ênfase nos índices pluviométricos e fluviométricos, mapeamento de áreas de risco e controle das principais bacias hidrográficas que possuem risco potencial de inundações.	➤ Prevenir as ocorrências de desastres naturais, humanos ou mistos através do monitoramento constante, com emissão de alertas meteorológicos na fase de normalidade e, na iminência do desastre, emitir alarme para os possíveis municípios afetados, em ação conjunta com o CODEC.
<p>➤ Convênio com DNER/BID para a duplicação da BR-101, no trecho de 100km entre os municípios de Osório e Passo de Torres, na divisa com o Estado de Santa Catarina.</p> <p>➤ Através do convênio, aquisição de recursos materiais (viaturas e equipamentos de proteção individual e coletiva) para enfrentamento de desastres com produtos perigosos no trecho, treinamento dos recursos humanos que atuarão nas emergências, e, a recuperação física de quartéis do Corpo de Bombeiros da Brigada Militar nos municípios de Osório, Capão da Canoa e Torres para receberem as viaturas de atendimento.</p>	➤ Melhorar as condições de atendimento emergencial da CEDEC, Brigada Militar e Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), no trecho de Osório a Passo de Torres, com a aquisição de recursos materiais e investimentos em treinamento das equipes interventoras.

1.1.4 GABINETE DA REFORMA AGRÁRIA

Diretrizes:

- Reforma Agrária.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Programa Estadual de Reforma Agrária.	<p>➤ Assentar, reassentar, indenizar e titular 2.000 famílias, de agricultores sem-terra, agricultores residentes em áreas indígenas, agricultores posseiros e agricultores arrendatários de arroz, este através do Programa "Terra e Arroz".</p> <p>➤ Implantar e consolidar assentamentos novos e antigos, através de investimentos em crédito e obras públicas.</p>

1.1.5 DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - DEFPUB

Diretrizes:

- Otimizar o atendimento às comunidades carentes.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Atendimento jurídico e judicial às pessoas necessitadas.	➤ Dar atendimento jurídico e judicial às pessoas necessitadas.
➤ Conclusão do provimento das vagas de Defensor Público.	➤ Aumentar o atendimento jurídico e judicial as pessoas necessitadas.

1.1.6 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO – PGE

Diretriz:

- Representação e defesa do Estado em juízo, representação de seus interesses perante os Tribunais de Contas, prestação de consultoria jurídica aos entes da Administração Pública Estadual e aos Municípios e exercício permanente de auditoria legal.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Representação judicial e extrajudicial do Estado, Autarquias e Fundações, bem como a prestação e consultoria à Administração Direta e Indireta, além de pronunciar-se quanto à legalidade dos atos da Administração.	➤ Aprimorar a defesa do interesse público e ampliar o ingresso de receitas para o erário, bem como, através da advocacia preventiva, evitar a proliferação de demandas.

1.1.7 SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO – SCP

Diretrizes:

- Implantar instrumentos de acompanhamento, de avaliação de desempenho e de qualificação da gestão estatal, maximizando a qualidade dos serviços públicos e adequando-os às demandas populares.
- Qualificar o Transporte Coletivo da Região Metropolitana.
- Coordenar, acompanhar e avaliar as políticas de desenvolvimento regional e do Estado, contribuindo para a redução das desigualdades regionais.
- Desenvolver estudos sobre a realidade sócio-econômica gaúcha, operar o sistema de contas regionais, realizar o acompanhamento da conjuntura estadual e nacional, bem como coletar, processar, classificar e divulgar dados estatísticos (FEE).
- Promover o desenvolvimento econômico-social e organização territorial da região metropolitana, das microrregiões e das aglomerações e núcleos urbanos, bem como a integração urbano regional (METROPLAN).

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Plano Plurianual – PPA/RS 2004/2007.	➤ Elaborar metodologia para o PPA, tornando-o um verdadeiro instrumento de planejamento público, através da integração das políticas, dos programas e das ações do Governo do Estado com o objetivo de buscar uma maior eficiência, eficácia e efetividade da ação pública.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<p>➤ Central de Atendimento ao Cidadão-TudoFácil.</p>	<p>➤ Descentralizar os serviços prestados na Central, através da instalação de uma unidade no Centro Vida, localizado na zona norte de Porto Alegre e outra em Pelotas.</p> <p>➤ Implantar Protocolo de Intenções entre a SCP e FADERS, para atendimento às Pessoas Portadoras de Deficiência (PPDs).</p>
<p>➤ Programa de Regionalização Administrativa do Estado (PRAE).</p>	<p>➤ Concluir as metas do Plano de Ação.</p>
<p>➤ Orçamento Geral da União (OGU).</p>	<p>➤ Consolidar uma nova sistemática de trabalho, abrangendo todas as fases do processo orçamentário da União.</p> <p>➤ Acompanhar a elaboração e apresentação dos planos de trabalho e seu andamento junto aos Ministérios.</p> <p>➤ Desenvolver ações de apoio junto aos municípios, na busca dos recursos federais.</p> <p>➤ Acompanhar a execução do OGU 2002 através da emissão de relatórios mensais, permitindo o conhecimento da evolução da execução orçamentária, de forma a orientar as ações para maximizar a liberação de recursos federais.</p> <p>➤ Coordenar o processo de elaboração dos pleitos do Estado ao OGU - 2003, encaminhando-os aos Ministérios. Identificadas as sugestões de emendas, de modo integrado com as demais secretarias, Coordenação de Governo e a Bancada Gaúcha no Congresso Nacional.</p>
<p>➤ Desenvolvimento de Instrumentos e Metodologias de Gestão.</p>	<p>➤ Formular metodologias para elaboração de planos (PPA, Planos Regionais de Desenvolvimento, entre outros), bem como instrumentos de qualificação da gestão pública do Rio Grande do Sul.</p>
<p>➤ Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil (PRODETUR Sul/RS).</p>	<p>➤ Implantar os projetos da área da Serra e os Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável das áreas das Missões e Litoral/Lagoas, de forma que sejam iniciados e concluídos.</p>
<p>➤ Captação de Recursos.</p>	<p>➤ Assinar contrato do Pró-Guaíba – Módulo II e iniciar a sua implantação.</p> <p>➤ Iniciar a preparação do Programa Inclusão Social, visando à contratação de recursos externos.</p>

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<p>➤ Acompanhamento da Administração Indireta (AGE).</p>	<p>➤ Fornecer informações estratégicas aos diversos níveis gerenciais do Governo, através da implantação do Acompanhamento e Avaliação da Gestão (AGE), realizando a negociação e assinatura dos Termos de Acompanhamento da Gestão (TAGs) com 40 entidades da Administração Indireta (fundações, autarquias e empresas). Dar início ao acompanhamento do desempenho das 42 entidades da administração indireta através do sistema informatizado.</p>
<p>➤ Monitoramento das Ações do Governo (MAG).</p>	<p>➤ Desenvolver uma cultura de monitoramento e avaliação das ações governamentais através do suporte à SGG e demais secretarias no processo de consolidação do MAG.</p>
<p>➤ Pesquisa de opinião sobre os serviços públicos.</p>	<p>➤ Disponibilizar uma nova sistemática de avaliação da prestação dos serviços públicos, utilizando-se de pesquisas de opinião e oferecer aos órgãos prestadores de serviços estaduais dados relativos às demandas populares. Efetuar pesquisa de opinião quantitativa, com base nas Ciências Sociais e rigor científico.</p>
<p>➤ Projeto de Renovação do Transporte Coletivo por Ônibus nos Corredores Norte e Nordeste da Região Metropolitana de Porto Alegre - Linha Rápida.</p>	<p>➤ Concluir o projeto operacional de transportes e os projetos finais de engenharia da complementação do corredor de ônibus.</p> <p>➤ Elaborar os projetos finais de engenharia dos terminais de ônibus, bem como o Relatório de Impacto Ambiental para Alvorada, Cachoeirinha e Gravataí.</p> <p>➤ Desapropriar os imóveis para execução das obras em Porto Alegre (acessos à ponte sobre o Rio Gravataí) e Alvorada (corredor e malha viária de apoio).</p> <p>➤ Concluir a obra da ponte sobre o Rio Gravataí, divisa entre Porto Alegre e Cachoeirinha.</p> <p>➤ Executar as seguintes obras: acessos à ponte sobre o Rio Gravataí; ponte sobre o Arroio Feijó na divisa entre Porto Alegre e Alvorada; malha viária de apoio em Alvorada – lotes 1 (3,1km) e 2 (4,4km); construção da 1ª parte do corredor de ônibus na Av. Baltazar de Oliveira Garcia, em Porto Alegre (2,7km); Terminal Triângulo, em Porto Alegre; malha viária de apoio da Av. Baltazar de O. Garcia, em Porto Alegre (3,7km); construção da 1ª parte do corredor de ônibus na Av. Pres. Getúlio Vargas , em Alvorada (1,5km); e viaduto no cruzamento das avenidas Av. Baltazar de O. Garcia e Manuel Elias, em Porto Alegre.</p>

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Código Estadual da Qualidade dos Serviços Públicos. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Avançar no processo de revisão da Lei n. 11.075/98 estabelecendo novo rol de indicadores para avaliação da qualidade, com a participação da sociedade.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Acompanhamento financeiro das estatais. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fornecer informações do desempenho financeiro das empresas estatais.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Política de Desenvolvimento Regional. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Elaborar os Planos de Ação para as regiões Missões, Central e Centro Sul e monitorar a sua implementação nas regiões Nordeste, Médio Alto Uruguai, Campanha e Fronteira Oeste, pelo GT de Descentralização do Desenvolvimento. ➤ Lançar nova edição do Atlas Sócio-Econômico do Rio Grande do Sul. ➤ Elaborar nova versão dos Perfis Sócio-Econômicos das 22 regiões do Estado.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Política de Desenvolvimento Urbano. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Implantar o Projeto “Rede de Cidades para o Desenvolvimento e Inclusão Social” na região das Missões, em conjunto com o PGU-Habitat da ONU, com financiamento obtido junto ao consórcio <i>Cities Alliance</i>. ➤ Capacitar gestores urbanos nas regiões da descentralização e demais regiões demandantes. ➤ Implementar curso de capacitação, em parceria com o Centro de Estudos do Desenvolvimento Urbano da Universidade de Harvard.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Metade Sul 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dar continuidade, de forma interdisciplinar, na mobilização, articulação e divulgação da participação popular, enquanto espaço político primordial na discussão dos recursos e na elaboração de políticas por parte do executivo estadual para as regiões da Metade Sul. ➤ Dar continuidade ao processo de implementação do Programa de Rochas Ornamentais da Metade Sul do Estado do RS, como uma das políticas do Governo do Estado para o setor, objetivando atrair empreendedores. ➤ Dar continuidade à implantação e implementação do Pólo de Desenvolvimento do Setor Cerâmico. ➤ Acompanhar e monitorar os resultados das aplicações dos financiamentos do Reconvertul- II Etapa, promovendo os ajustes necessários. ➤ Atualizar, periódica e sistematicamente o banco de dados dos 103 municípios integrantes da Metade Sul. ➤ Dar apoio à recuperação do patrimônio histórico da Metade Sul, em consonância com o previsto no projeto PRODETUR.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<p>➤ Metade Sul</p>	<p>➤ Dar apoio à consolidação do Fundo de Desenvolvimento Regional e à constituição de Programas de Desenvolvimento Regional.</p> <p>➤ Dar apoio à implantação de Instituições Comunitárias de Microcrédito.</p> <p>➤ Apoiar as ações de combate à desertificação das áreas da Fronteira-Oeste.</p> <p>➤ Prestar cooperação no sentido de viabilizar o assentamento de famílias sem terra na região, bem como elaborar estratégias para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>➤ Apoiar ações de incentivo à agroindústria e conservas, reflorestamento, fruticultura, frigoríficos, bacias leiteiras, irrigação e infraestrutura estratégica.</p>
<p>➤ Elaboração de estudos, pesquisa e divulgação.</p>	<p>➤ Dar continuidade à produção de informações, visando apoiar o poder público estadual, bem como disponibilizar conhecimentos a respeito da realidade sócio-econômica à sociedade em geral.</p>
<p>➤ Implantação do Sistema de Transporte Metropolitano.</p>	<p>➤ Concluir, em parceria com a Prefeitura de Porto Alegre, o Terminal Triângulo (Projeto Linha Rápida).</p> <p>➤ Implantar 30 terminais de bairro na Região Metropolitana de Porto Alegre e nas Aglomerações Urbanas do Nordeste e Pelotas/Capão do Leão e 100 módulos de abrigos padronizados na Região Metropolitana de Porto Alegre.</p> <p>➤ Ampliar a ponte sobre o Arroio Feijó, na divisa dos municípios de Porto Alegre e Alvorada (Projeto Linha Rápida).</p> <p>➤ Dar Início às obras do corredor exclusivo para ônibus, na Avenida Baltazar de Oliveira Garcia, em Porto Alegre (Projeto Linha Rápida).</p> <p>➤ Realizar obras de alargamento, pavimentação e abertura de vias na malha viária de apoio de Alvorada – Lote 2 (Projeto Linha Rápida).</p> <p>➤ Dar continuidade ao processo de renovação da frota metropolitana.</p> <p>➤ Implantar novo modelo tarifário.</p> <p>➤ Implantar a Linha Transversal Metropolitana VI.</p> <p>➤ Implantar transporte hidroviário entre Guaíba e Porto Alegre.</p>

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<p>➤ Programa Integrado de Recuperação de Áreas Degradadas.</p>	<p>➤ Dar continuidade do trabalho junto aos s Fóruns regionais e os Núcleos Comunitários de Desenvolvimento das 03 Sub-Bacias dos Arroios Sapucaia, Feijó e Pampa.</p> <p>➤ Elaborar o Plano de Desenvolvimento das Sub-Bacias dos Arroios Sapucaia, Feijó e Pampa, com a participação das prefeituras municipais e comunidade.</p> <p>➤ Implantar os Subprogramas: Urbanização e Habitação, Drenagem, Educação Ambiental, Resíduos Sólidos, Transporte e Sistema Viário, Geração de Trabalho e Renda, nas Sub-bacias dos Arroios Sapucaia, Feijó e Pampa.</p> <p>➤ Realizar cursos de capacitação nas sub-bacias.</p>
<p>➤ PRORENDA Urbano.</p>	<p>➤ Concluir as obras nos Municípios de Pelotas e Viamão.</p>
<p>➤ Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Porto Alegre.</p>	<p>➤ Elaborar documentos técnicos de planejamento dos sistemas municipais de limpeza urbana, bem como implementar pequenas obras para melhoria dos sistemas de coleta, em especial nas áreas integrantes do Programa Integrado de Recuperação de Áreas Degradadas.</p> <p>➤ Concluir a construção dos galpões de reciclagem de Novo Hamburgo e Canoas e implantar os galpões de reciclagem em Bagé.</p> <p>➤ Implantar o Sistema Metropolitano de Disposição Final, através da conclusão de dois EIA/RIMA, obtenção das Licenças Prévias, estruturação do sistema de gerenciamento dos aterros e desapropriação das áreas e elaboração dos projetos.</p> <p>➤ Concluir pesquisas e discutir alternativas de solução à problemática dos catadores de resíduos e criadores de suínos.</p>
<p>➤ Implantação de Sistema Metropolitano e Regional de Drenagem.</p>	<p>➤ Elaborar estudos e captar recursos para a complementação do Sistema de Proteção Contra as Cheias da RMPA.</p> <p>➤ Articular instrumentos de Gestão Territorial para o Gerenciamento da Drenagem na RMPA.</p>
<p>➤ Sustentação de Diretrizes de Qualificação para o Uso e Ocupação do Solo.</p>	<p>➤ Agilizar a análise dos processos de parcelamento do solo, através de convênio estabelecido junto aos municípios da RMPA.</p> <p>➤ Implantar Programa de Capacitação dos Poderes Executivos e Legislativos Municipais e da comunidade em assuntos relacionados ao uso e ocupação do solo urbano.</p>

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Sustentação de Diretrizes de Qualificação para o Uso e Ocupação do Solo. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Estabelecer convênio com o PRÓ-GUAÍBA para implantação do Módulo II do Plano Diretor de Controle e Administração Ambiental da Região Hidrográfica do Guaíba. ➤ Elaborar carta de uso recomendado do solo, identificando as áreas críticas e os condicionantes à ocupação urbana na AUNE. ➤ Elaborar estudo, considerando as tendências significativas de expansão nas áreas urbanas e sua relação com a criticidade do meio físico, identificando áreas frágeis que requerem medidas de controle no uso e ocupação do solo.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Programa de Complementação da Malha Rodoviária Metropolitana. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Articular politicamente a sociedade e financeiramente prefeituras, entidades públicas e privadas para a implantação das propostas e estudos para a viabilidade financeira, além de parcerias para viabilizar recursos financeiros.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Convênio METROPLAN/DAER. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Continuar e concluir a implantação das atividades previstas no convênio estabelecido para cada uma das 13 cidades, de diretrizes de uso e ocupação do solo nas áreas contíguas aos contornos viários implantados. ➤ Elaborar propostas para a inclusão das diretrizes nos planos diretores municipais, além de projeto de lei estadual para disciplinar o uso ao longo de rodovias estaduais.

1.2 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS – SARH

Diretrizes:

- Qualificação e adequação dos serviços prestados pela SARH.
- Resgatar a qualidade e eficiência dos serviços de assistência médica dos servidores públicos e demais segurados, pelo IPERGS.
- Manter e expandir os planos de benefícios do IPERGS.
- Proporcionar a recuperação de receitas investidas nos conjuntos habitacionais, pelo IPERGS.
- Desenvolvimento, treinamento e gerenciamento de recursos humanos no Setor Público, pela FDRH.
- Reestruturação organizacional e operacional do processo produtivo da CORAG.
- Modernização da Administração Pública através da tecnologia da informação – PROCERGS.
- Provisão de serviços centrados no cidadão – PROCERGS.
- Integração do Governo e comunidade – PROCERGS.
- Qualidade na gestão – PROCERGS.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Elaboração de proposta para reestruturação do Estado (Poder Executivo Estadual).	➤ Construir proposta de Estado e gestão pública (conceitual e estrutural) para ser adotada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
➤ Desenvolvimento de novo Sistema de Controle e Gerenciamento Patrimonial de Bens Imóveis do Estado - Programa de Modernização Fazendária (PROMOFAZ).	➤ Elaborar inventário. ➤ Reavaliar os imóveis. ➤ Reaproveitar os imóveis/espacos. ➤ Regularizar imóveis.
➤ Desenvolvimento do Sistema de Controle e Gerenciamento Patrimonial de Bens Móveis (PROMOFAZ).	➤ Inventariar os bens móveis do Estado.
➤ Estudo de Viabilidade de Ampliação da Central de Veículos.	➤ Racionalizar roteiros. ➤ Reduzir custos. ➤ Racionalizar recursos humanos.
➤ Programa de Planejamento Organizacional - Módulo Redesenho de Processos (PPO).	➤ Aperfeiçoar processos. ➤ Implantar estratégias para a identificação de questões críticas. ➤ Reduzir prazos no desenvolvimento das atividades. ➤ Implantar controles, através de indicadores de desempenho. ➤ Automatizar e sistematizar processos.
➤ Ampliação do Projeto de Reaproveitamento de Papéis (PROAP).	➤ Promover a mudança da cultura em relação à preservação do meio ambiente e à redução de custos com materiais impressos.
➤ Construção de parâmetros de qualidade, produtividade e controle.	➤ Representar, quantitativa ou qualitativamente, os resultados que expressam a eficácia e a efetividade das ações desenvolvidas no serviço público. ➤ Elevar o padrão de qualidade dos serviços públicos.
➤ Normatização e gerenciamento do processo de ingresso do servidor público.	➤ Agilizar e qualificar o processo de ingresso de servidores públicos na Administração Direta e Indireta Estadual. ➤ Instituir um banco de dados para o dimensionamento dos cargos e empregos do Poder Executivo.
➤ Construção de diretrizes para elaboração e revisão dos quadros de carreira do Estado.	➤ Instituir instrumento padrão para solicitação de alterações nos quadros de carreira. ➤ Agilizar o processo de análise dos quadros de carreira. ➤ Reduzir as disfunções e diferenças existentes nos diversos quadros de carreira.
➤ Terceirização dos Serviços Públicos.	➤ Definir as atividades/ocupações em que o Estado pode contratar serviços terceirizados, para elaboração de documento, visando orientar os gestores públicos.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Recadastramento dos servidores ativos, inativos, pensionistas e dependentes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para adequação ao Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Estaduais de Previdência (PARSEP). 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Gerenciar as questões previdenciárias, mediante a utilização de dados concretos.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Programa de Atenção à Saúde do Trabalhador no Serviço Público. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Constituir comissões de saúde, trabalho e meio ambiente. ➤ Implementar os projetos de suporte: Gestão do Trabalho; Sistematização dos Registros do Departamento de Perícia Médica e Saúde do Trabalhador; e Campanhas de Prevenção da Saúde. ➤ Acompanhar, sistematicamente, o servidor readaptado e seu local de trabalho. ➤ Implementar rede pericial regionalizada. ➤ Instituir novas perspectivas para os diagnósticos de insalubridade por agentes químicos, sob o ponto de vista quantitativo.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Estruturar uma política de relações do Governo do Estado com os servidores públicos. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Elevar a qualidade da relação do Governo com os servidores públicos.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Central de Atendimento 24h do IPERGS. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Implantar, definitivamente, a Central de Atendimento 24h para os beneficiários e credenciados.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ HOME CARE. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Desenvolver meios formais e assistenciais que permitam a ampliação da assistência domiciliar aos pacientes com enfermidades de evolução sub aguda ou crônica, que têm possibilidade de tratamento no seu domicílio, de forma segura e eficaz, a partir de uma alta hospitalar antecipada.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Reestruturação do Regime Próprio de Previdência. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Promover a reestruturação do Regime Próprio de Previdência do Estado, de modo a solver a problemática do Sistema de Previdência.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fórum de Desenvolvimento do Serviço Público. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Constituir um espaço/instância de discussão técnico-política que agregue parcela do segmento estratégico da Administração Estadual.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Programa Escola de Governo. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Promover a formação de servidores públicos estaduais e municipais em Gestão Pública, baseada nos princípios de aperfeiçoamento da prestação de serviço público à sociedade, do compromisso com a ética e a cidadania, e o incentivo à participação popular. ➤ Desenvolver competências básicas para o serviço público. ➤ Elevar o nível de conhecimento dos servidores.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Programa de Estágios da Administração Pública.	➤ Ampliar o processo de interiorização e buscar uma maior qualificação no atendimento dos conveniados.
➤ Rede RS.	➤ Interligar 40.000 computadores do Serviço Público Estadual à Rede RS, proporcionando o uso de novas tecnologias.
➤ Rede Escolar Livre RS.	➤ Ampliar a rede, de modo a impulsionar o seu uso em 2002.
➤ Projeto de Compras Eletrônicas do Governo.	➤ Reduzir custos com compras. ➤ Dar maior transparência ao processo de compras do Governo.
➤ Implantação de <i>Call Center</i> do Governo.	➤ Fornecer, aos cidadãos, informações e orientações sobre serviços de utilidade pública, através de um telefone 0800.
➤ Qualificação dos processos produtivos e tecnológicos de divulgação oficial.	➤ Disponibilizar o Diário Oficial na Internet. ➤ Reparar a área de divulgação oficial do Estado. ➤ Implantar e implementar programa de assistência técnica em produção mais limpa na indústria gráfica da CORAG.
➤ Programa Integrado de Profissionalização Gráfica e Marcenaria.	➤ Criar, juntamente com a SEDAI e STCAS, incubadora tecnológica para os formandos dos cursos do Programa Integrado de Profissionalização Gráfica e Marcenaria, com financiamento a fundo perdido por entidades e organismos internacionais. ➤ Difundir o Programa, objetivando sua instituição em outras empresas e órgãos do Estado do Rio Grande do Sul.

1.3 SECRETARIA DA FAZENDA – SEFA

Diretrizes:

- Qualificar o atendimento aos cidadãos pela SEFA.
- Equilibrar as finanças do Estado, com a geração de superávits correntes, que possibilitem a obtenção da sustentabilidade econômico-financeira e a recomposição da sua capacidade de investimentos.
- Prestar serviços financeiros e promover o desenvolvimento econômico e social, através do BANRISUL. Promover a modernização administrativa e operacional do BANRISUL e suas subsidiárias. Desenvolver soluções integradas de informação e serviços junto ao BANRISUL.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Modernização da gestão da SEFA.	➤ Agilizar e qualificar o atendimento aos cidadãos. ➤ Melhorar o relacionamento e elevar a satisfação dos contribuintes, fornecedores e órgãos públicos que interagem com a Secretaria da Fazenda.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<p>➤ Modernização da gestão da SEFA.</p>	<p>➤ Consolidar um modelo de educação continuada acessível a todos os servidores, através do mapeamento das competências necessárias nos diversos segmentos de atuação.</p> <p>➤ Completar a instalação da rede de informática da SEFA no Estado, propiciando acesso à Internet, Intranet e Correio Eletrônico a todos os servidores.</p>
<p>➤ Aumento da Receita via esforço de fiscalização, incremento de ações de cobrança, revisão de benefícios, promoção de educação tributária.</p>	<p>➤ Recuperar e ampliar a participação do Estado no ICMS nacional e aumentar as demais receitas.</p>
<p>➤ Racionalização das despesas correntes.</p>	<p>➤ Reduzir a despesa corrente.</p>
<p>➤ Estabelecimento de parâmetros realistas para o dispêndio com a Dívida Pública.</p>	<p>➤ Adequar os dispêndios com pagamento da dívida à real capacidade do Tesouro.</p>
<p>➤ Expansão e racionalização da rede de agências do BANRISUL.</p>	<p>➤ Oferecer serviços bancários a municípios desassistidos de agências do BANRISUL ou de outros bancos.</p>
<p>➤ Continuidade do processo de modernização da matriz tecnológica do BANRISUL.</p>	<p>➤ Ampliar a utilização dos sistemas de auto-atendimento, tanto remoto (via telefone ou Internet) como nas agências.</p> <p>➤ Reorientar pessoal e instalações liberadas para novos negócios.</p>
<p>➤ Fomento ao desenvolvimento sócio-econômico do Estado.</p>	<p>➤ Gerir os financiamentos ao setor produtivo gaúcho, priorizando os projetos voltados para o crescimento de micro, pequenas e médias empresas, apoio à agricultura e à pecuária, e o Programa de Crédito Assistido aos Sistemas Locais de Produção.</p>

2. ÁREA ECONÔMICA

2.1 SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – SAA

Diretrizes:

- Reforma agrária.
- Fortalecimento da pesca e da agricultura familiar.
- Desenvolvimento rural sustentável no RS.
- Qualificar a lavoura arroseira no RS – IRGA.
- Organizar os equipamento de pesquisa no IRGA.
- Apoiar o pequeno produtor de arroz – IRGA.
- Conservação da biodiversidade pela FZB.
- Manter coleções científicas de plantas vivas pela FZB.
- Manter e administrar áreas e estabelecimentos destinados à proteção e preservação da flora, da fauna e de outros recursos naturais pela FZB.
- Aperfeiçoar a armazenagem e cilagem de produtos agrícolas, fortalecendo a agricultura familiar – CESA.
- Ampliar e qualificar o atendimento ao público pela CEASA.
- Apoio institucional em políticas de abastecimento, pela CEASA.

AÇÕES	RESULTADO ESPERADO
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Programa Agroindústria Familiar. ➤ Financiamento de equipamentos e infraestrutura. ➤ Organização de grupos. ➤ Assessoria à formação, gerenciamento, processamento e comercialização. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Agregar valor aos produtos dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e pescadores artesanais, melhorando a renda e gerando novos postos de trabalho.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Programa de Fortalecimento das Cooperativas e Associações da Agricultura Familiar e Assentamentos (COOPERAR-RS): <ul style="list-style-type: none"> ➤ Trabalhar a questão de formação de rede solidária. ➤ Capacitação e formação para associados, dirigentes, técnicos e multiplicadores. ➤ Priorizar as demandas com linhas de liberação para financiamento e funcionamento inicial de cooperativas de créditos. ➤ Constituir e aproximar o Núcleo técnico das cooperativas. ➤ Possibilitar parcerias com outras entidades, como DENACOOOP, FAPERGS, UFRGS proporcionando uma qualificação nas ações do COOPERAR/RS. ➤ Buscar outras fontes de fomento financeiro, BRDE, DENACOOOP e BNDES. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Organizar as Cooperativas e associações sob a forma de rede solidária. ➤ Assessorar o financiamento e funcionamento de cooperativas de crédito de forma integrada. ➤ Estabelecer parcerias com outras entidades, buscando fortalecer as cooperativas e associações.

AÇÕES	RESULTADO ESPERADO
➤ Programa RS RURAL.	➤ Disponibilizar recursos para projetos de geração de renda, manejo dos recursos naturais e infra-estrutura familiar e comunitária, possibilitando a realização de ações integradas para o desenvolvimento social e ambiental de agricultores familiares, agricultores assentados, pescadores artesanais e indígenas e remanescentes dos quilombos.
➤ Programa Estadual de Seguro Agrícola.	➤ Viabilizar o Seguro integrado ao Programa Troca-Troca de Sementes de milho. ➤ Ampliar o Seguro Agrícola para a Uva para todo o Estado. ➤ Implementar o Seguro Agrícola para as culturas do milho e do trigo.
➤ Programa de Crédito Rural.	➤ Qualificar e aumentar a produção estadual de alimentos e matérias-primas. ➤ Possibilitar ao pequeno agricultor a aquisição de insumos adequadas ao seu sistema de produção. ➤ Financiar, de forma subsidiada, os investimentos produtivos. ➤ Viabilizar o custeio, comercialização e investimento das cadeias produtivas.
➤ Programa Troca-Troca de Sementes.	➤ Possibilitar o acesso de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos indígenas à aquisição de sementes fiscalizadas e repassar recursos para custeio de outras culturas (como arroz de sequeiro, cebola e forrageiras).
➤ Programa Estadual do Leite.	➤ Fortalecer a produção leiteira com prioridade para pequenos produtores, através do apoio a produção e incentivo às iniciativas associativas de produção e comercialização, garantindo um processo não excludente de melhoria da atividade, gerando emprego e renda no campo.
➤ Infra-estrutura Social no Campo	➤ Realizar para agricultores familiares e agricultores assentados, obras de infra-estrutura básica, tais como construção de açudes e canais de drenagem, construção e melhoramento de vias de acesso rural, construção de poços tubulares profundos e geração de subsídios para o plantio das culturas de cada região. ➤ Distribuir equipamentos adquiridos pela Consulta Popular e o Programa Infra-Estrutura Social no Campo.

AÇÕES	RESULTADO ESPERADO
<p>➤ Assistência Técnica e Extensão Rural.</p>	<p>➤ Prestar assistência técnica a agricultores e assentados.</p> <p>➤ Elaborar projetos para os programas PRONAF, RS Rural, Pró-Guaíba, Agroindústria Familiar e Milho e Sorgo na Várzea.</p> <p>➤ Realizar eventos para formação de agricultores.</p>
<p>➤ Rio Grande Ecológico.</p>	<p>➤ Incorporar aos sistemas produtivos padrões tecnológicos sustentáveis, de base ecológica, apoiando iniciativas já existentes no âmbito da agricultura familiar e qualificando o sistema de abastecimento.</p>
<p>➤ Soberania e Segurança Alimentar.</p>	<p>➤ Implantar e qualificar equipamentos de abastecimento popular, maior controle sanitário, qualidade nutricional e biológica dos alimentos, favorecendo a redução dos níveis de intermediação especulativa no comércio de alimentos e maior geração de renda aos agricultores.</p> <p>➤ Integrar ações de Segurança Alimentar a fim de viabilizar o fornecimento de hortigranjeiros para alimentação escolar, nas Escolas Estaduais de Porto Alegre.</p> <p>➤ Atender às Coordenadorias de Educação da Região Metropolitana.</p> <p>➤ Doar alimentos não comercializados pelos produtores e atacadistas do complexo CEASA/RS para entidades que realizam trabalhos sociais como sopões, distribuição direta para famílias das associações e atendimento a creches.</p> <p>➤ Realizar análises microbiológicas, parasitológicas e de resíduo agrotóxico em amostras dos produtos que circulam no Estado e comercializados na CEASA.</p> <p>➤ Levar à população conhecimentos e informações sobre Alimentação e Saúde, buscando aumentar o consumo de produtos hortigranjeiros pela população.</p> <p>➤ Financiar equipamentos locais de abastecimento; aquisição de equipamentos para comercialização de pescado no complexo CEASA/RS; financiar pesquisas de análise e planejamento de mercado para agricultores familiares; promoção comercial dos produtos da agricultura familiar; financiar infra-estrutura para comercialização de cebola e financiar de embalagens para folhosas.</p>

AÇÕES	RESULTADO ESPERADO
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Desenvolvimento dos Sistemas Agroindustriais. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Coordenar as cadeias produtivas, envolvendo todas ações e programas da SAA direcionados às necessidades e potencialidades dos sistemas agroindustriais gaúchos. ➤ Ampliar o projeto de certificação e rastreabilidade. ➤ Constituir os conselhos setoriais; ➤ Ampliar o projeto de agrobolsa para o trigo, cebola e feijão.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Sanidade Animal e Combate à Febre Aftosa. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Manter a vacinação contra a febre aftosa, assim como, as barreiras sanitárias. ➤ Manter o Estado como zona livre da aftosa. ➤ Controlar e erradicar doenças animais.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Inspeção Sanitária de Produtos de Origem Animal. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Aumentar o controle de qualidade dos produtos de origem animal.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Inseminação Artificial. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Produzir sêmen bovino com objetivo de melhorar geneticamente o rebanho gaúcho. ➤ Realizar cursos de inseminação artificial.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fortalecimento da Vitivinicultura, através: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Intensificação da fiscalização e do controle, sobretudo a partir da inauguração do laboratório. ➤ Fomento e assessoria para a expansão da atividade na Metade Sul. ➤ Financiamento de cantinas rurais para modernização, ampliação e embalagens através do FUNDOVITIS, no âmbito do Programa de Agroindústria Familiar. ➤ Financiamento de iniciativas em agroecologia através do FUNDOVITIS, no âmbito do Programa Rio Grande Ecológico. ➤ Ampliação da abrangência do Seguro Agrícola da Uva. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Promover o vinho gaúcho, com controle de qualidade. ➤ Expandir a atividade no Estado. ➤ Modernizar e ampliar a produção de vinho. ➤ Assegurar o investimento do produtor no setor através do Seguro Agrícola.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Implantação do Cadastro Técnico Rural. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Implantar banco de dados completo e georreferenciado das propriedades rurais do Estado e suas características ambientais, econômicas e sociais.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Plano Cartográfico do Rio Grande do Sul. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Elaborar e consolidar o Plano Cartográfico do RS com participação das instituições SEMA, SCP, DAER, FEPAM, METROPLAN e CORSAN.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Recuperação e Preservação da Cobertura Vegetal do Estado. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fomentar a produção florestal com objetivo de Resgatar a auto-suficiência do pequeno produtor de madeira, para consumo próprio e geração de excedentes para a comercialização, dentro de uma visão sustentável.

AÇÕES	RESULTADO ESPERADO
➤ Programa RS Rural Sanidade Vegetal.	➤ Reduzir os prejuízos econômicos e sociais decorrentes de problemas de qualidade e sanidade vegetal, em especial as pragas quarentenárias A2.
➤ Programa de Apoio e Sustentabilidade da Lavoura Arrozeira e Programa Milho na Várzea.	➤ Desenvolver e fomentar os sistemas agroindustriais na cadeia produtiva do arroz e da cadeia produtiva milho, aves e suínos no caso do Programa Milho na Várzea.

2.2 SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SCT

Diretrizes:

- Qualificação dos serviços públicos do Estado.
- Apoio à modernização tecnológica, através da gestão democrática e participativa, visando ao desenvolvimento econômico, social e cultural, priorizando os pequenos e médios empreendimentos.
- Apoio tecnológico ao desenvolvimento industrial no RS, pela CIENTEC.
- Apoio ao desenvolvimento de tecnologias através do parque tecnológico da RMPA, pela CIENTEC.
- Prestar serviços tecnológicos ao setor produtivo, pela CIENTEC.
- Garantir o nível de excelência nas áreas de energia, meio ambiente, alimentos, recursos minerais e química fina, pela CIENTEC.
- Modernização tecnológica, pela CIENTEC e FEPAGRO.
- Difusão de informações científicas e tecnológicas, pela CIENTEC.
- Modernizar a infra-estrutura em C&T, agindo como facilitador na transferência de resultados obtidos para os vários setores da sociedade, mormente para aqueles sensíveis e necessitados para o seu desenvolvimento e sobrevivência, pela FAPERGS.
- Desenvolvimento científico e tecnológico da agropecuária, pela FEPAGRO.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC).	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Elaborar projeto arquitetônico e de engenharia: concluir o projeto conceitual e iniciar e concluir o projeto básico e executivo. ➤ Licitar a obra de construção do Centro. ➤ Iniciar as obras de terraplanagem. ➤ Definir a listagem completa de equipamentos a serem doados pela Motorola; ➤ Receber os equipamentos em Porto Alegre. ➤ Concluir o projeto institucional: definição da figura jurídica e constituição jurídica do CEITEC.
➤ Programa de Apoio aos Pólos de Inovação Tecnológica.	➤ Apoiar 30 projetos de pesquisa e inovação tecnológica nos Pólos de Inovação Tecnológica, agregando valor à produção local, aumentando sua competitividade, via inovação de produtos e processos.

AÇÕES	RESULTADO ESPERADO
<p>➤ Rede Gaúcha de Fornecedores de Base Tecnológica para o Setor de Petróleo e Gás Natural (Rede PETRO-RS).</p>	<p>➤ Realizar 02 seminários técnicos, objetivando trazer informações sobre os desafios tecnológicos no setor e qualificando 300 empresários, pesquisadores e membros do Governo.</p> <p>➤ Desenvolver um programa de pós-graduação, capacitando 30 executivos para atuar como fornecedores do setor de petróleo e gás natural.</p> <p>➤ Viabilizar a participação de 12 empresas gaúchas no Congresso Mundial de Petróleo, que será realizado no Rio de Janeiro.</p> <p>➤ Promover parceria entre empresas e centros de pesquisas gaúchos e venezuelanos, para o desenvolvimento de novas tecnologias para o setor.</p>
<p>➤ Rede Gaúcha de Inovação Tecnológica para a Produção de Fitoterápicos (Rede FITO/RS).</p>	<p>➤ Apoiar a elaboração de 10 projetos de inovação tecnológica nas indústrias farmacêuticas em conjunto com os centros de pesquisa da Rede.</p>
<p>➤ Rede Sul de Análise de Genomas e Biologia Estrutural.</p>	<p>➤ Lançar Edital, pela FAPERGS, para a seleção dos laboratórios, objetivando iniciar a seleção das primeiras proteínas a serem expressas com vistas à sua utilização para o desenvolvimento de testes de diagnósticos e para a proposição de vacinas.</p>
<p>➤ Centro de Terapia Gênica.</p>	<p>➤ Adaptar a área cedida pelo HCPA para a instalação do Centro e aquisição dos primeiros equipamentos.</p> <p>➤ Apresentar projeto a fontes nacionais e internacionais de fomento para a captação de recursos.</p>
<p>➤ Rede Estadual de Informação em C&T.</p>	<p>➤ Implantar o Projeto Colaboratorium:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Criar 15 salas de videoconferência nas instituições de Ensino Superior que compõem a Rede Tchê. ➤ Produzir 15 vídeos regionais para a Rede; ➤ Realizar seminários regionais sobre educação à distância. ➤ Promover videoconferências entre as instituições de Ensino Superior, atingindo um público de 3.000 pessoas, simultaneamente. <p>➤ Projeto Espelhamento de Informações da WWW, Atualização do Servidor da Rede Tchê e Melhoria do Acesso da Rede Tchê à RNP:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Investir na qualificação da infra-estrutura da rede acadêmica do Estado, beneficiando alunos e professores das instituições de Ensino Superior ligadas à Rede Tchê.

AÇÕES	RESULTADO ESPERADO
<p>➤ TELECENTROS.</p>	<p>➤ Criar 03 TELECENTROS de Negócios com a assinatura de convênio entre SEBRAE/RS e SEBRAE Nacional, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Governo do Estado.</p> <p>➤ Realizar o I Curso de Qualificação de Multiplicadores para TELECENTROS – formação em <i>Staroffice</i> I e <i>Staroffice</i> II.</p> <p>➤ Realizar o I <i>Workshop</i> de Inclusão Digital e Poder Local, no Fórum Social Mundial.</p> <p>➤ Criar 02 TELECENTROS junto aos Centros de Formação de Agricultores em 2002, consolidando a parceria com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento.</p>
<p>➤ Programa de Informação e Comunicação para a Pesquisa (PROSSIGA).</p>	<p>➤ Coletar e registrar ofertas de emprego de cunho científico e tecnológico.</p> <p>➤ Divulgar o Programa junto às instituições de C&T de todo o Estado.</p>
<p>➤ Pesquisa Agropecuária.</p>	<p>➤ Financiar estudos especiais com o objetivo de conhecer a realidade dos agricultores familiares, agricultores assentados, indígenas, pescadores e remanescentes dos quilombos.</p> <p>➤ Financiar pesquisas com o objetivo de gerar, validar e transferir tecnologias com vistas a sustentabilidade.</p> <p>➤ Financiar pesquisas demandadas por agricultores familiares, agricultores assentados, indígenas, pescadores e remanescentes dos quilombos e suas entidades.</p> <p>➤ Atender demandas de pesquisas da lavoura orizícola.</p> <p>➤ Realizar projetos de pesquisa e monitoramento de microbacias.</p>
<p>➤ Serviços de Tecnologia Industrial Básica.</p>	<p>➤ Desenvolver ações de pesquisa e identificar oportunidades de inovação e capacitação tecnológica, com aporte de recursos de órgãos de fomento e pesquisa, estabelecendo parcerias com empresas para propiciar condições para o aumento da produtividade e competitividade do parque industrial gaúcho.</p>
<p>➤ Pesquisa e Desenvolvimento.</p>	<p>➤ Concluir os projetos de pesquisa em andamento e estimular o desenvolvimento de pesquisa tecnológica nas áreas prioritárias de atuação, tais como química fina e meio ambiente, energia e habitação.</p> <p>➤ Participar nos projetos estratégicos - CETA e CEITEC - dando suporte laboratorial e de recursos humanos.</p>

AÇÕES	RESULTADO ESPERADO
<p>➤ Parque Tecnológico da Região Metropolitana de Porto Alegre.</p>	<p>➤ Iniciar a operação da Incubadora Tecnológica CIENTEC de Design, no Campus, com a seleção e instalação de 17 empresas incubadas.</p> <p>➤ Participar na implementação da Rede de Incubadoras do Estado.</p> <p>➤ Ampliar o convênio de cooperação entre as incubadoras da CIENTEC e as incubadoras da Prefeitura de Porto Alegre (IETEC e IETINGA).</p>
<p>➤ Qualidade em Serviços Tecnológicos.</p>	<p>➤ Implementar o sistema de qualidade CIENTEC, com o credenciamento de seus laboratórios ao INMETRO, e filiação à Rede Metrológica RS.</p> <p>➤ Credenciar os laboratórios de calibração elétrica, materiais de construção civil e ampliar os ensaios credenciados do Laboratório de Interferência Eletromagnética ao INMETRO.</p> <p>➤ Filiar a Rede Metrológica laboratórios na área de Química, Metal-Mecânica e Materiais de Construção num total de 06 laboratórios.</p> <p>➤ Implementar uma Pesquisa de Satisfação de Clientes.</p> <p>➤ Credenciar os laboratórios da área de Alimentos junto à REBLAS (Rede Brasileira de Laboratórios da Vigilância Sanitária).</p>
<p>➤ Programa Básico de Amparo à Pesquisa.</p>	<p>➤ Apoiar projetos de novos pesquisadores (200 recém-doutores) no Estado.</p> <p>➤ Apoiar a realização e a atração para o Estado, de eventos de cunho científico-tecnológico, de repercussão nacional e internacional.</p> <p>➤ Apoiar a divulgação (600 eventos) no Brasil e exterior dos resultados das pesquisas realizadas neste Estado.</p> <p>➤ Apoiar a atração, para instituições gaúchas, de 70 pesquisadores-visitantes de alto nível, para integrar-se ao trabalho de pesquisadores locais.</p>
<p>➤ Programa de Bolsas de Formação e Pesquisa.</p>	<p>➤ Apoiar 1.400 bolsas de iniciação científica.</p> <p>➤ Apoiar à fixação de recém-doutores e de pesquisadores-visitantes de fora do Estado.</p> <p>➤ Apoiar pós-graduandos na forma de bolsas emergenciais para novos cursos de mestrado e doutorado e de apoio à expansão da pós-graduação.</p>
<p>➤ Programa de Apoio à Pesquisa – Convênios CNPq.</p>	<p>➤ Apoiar a realização de 83 projetos de pesquisa – Plano Sul de Pesquisa e Pós-Graduação.</p> <p>➤ Apoiar o Programa do PADCT – projetos de pesquisa nas áreas de materiais, saúde, engenharia e tecnologia biológica.</p>

AÇÕES	RESULTADO ESPERADO
<p>➤ Programa de Apoio à Pesquisa – Convênios do Estado e da FAPERGS em ações estratégicas.</p>	<p>➤ Continuar a apoiar os seguintes projetos em áreas estratégicas:</p> <p>a) qualificação dos recursos humanos do convênio internacional do Rio Grande do Sul com a multinacional Motorola e com o Ministério de Ciência Tecnologia e suas agências, para a implantação do CEITEC – Centro de Tecnologia Eletrônica Avançada;</p> <p>b) intercâmbio internacional com os Institutos Fraunhofer da Alemanha, para as ações do projeto CETA-RS Centro Tecnológico Avançado do Rio Grande do Sul;</p> <p>c) os intercâmbios internacionais previstos no acordo de cooperação do Estado do Rio Grande do Sul com o Estado de Baden-Wuttenberg, os intercâmbios com agências internacionais tais como o DAAD (Alemanha), DLR do ministério alemão de C&T, Senacyt (Equador), Conacyts (Uruguai e Argentina), e o Conselho Britânico (BC, do Reino Unido).</p>
<p>➤ Programa de Apoio à Pesquisa em Áreas Estratégicas.</p>	<p>➤ Apoiar a pesquisa em áreas estratégicas como química, tecnologia de materiais, biotecnologia e recursos genéticos, tecnologia de informação, agropecuária e meio ambiente.</p>
<p>➤ Programa de Apoio a Pesquisas Temáticas e Setoriais.</p>	<p>➤ Apoio à pesquisa em áreas e temas que viabilizam ações de interesse público e estratégico, voltados para cadeias produtivas importantes à sociedade gaúcha, gestão pública, para a qualificação de museus, recursos hídricos e minerais do Estado, e para a formatação de redes de pesquisa em problemas específicos.</p>

2.3 SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS – SEDA

Diretrizes:

- Reforço da capacidade produtiva dos segmentos industriais existentes e articulação dos agentes econômicos.
- Fomentar setores estratégicos e articulação dos agentes produtivos.
- Concessão de financiamento para geração de emprego e renda, especialmente em micro, pequenas e médias empresas.
- Apoiar e incentivar a implantação e a expansão de empreendimentos industriais.
- Ampliação dos negócios internacionais e captação de recursos financeiros às micro, pequenas e médias empresas.
- Ampliação das relações diplomáticas e de cooperação internacional do Estado.
- Extensão empresarial e articulação de serviços técnicos disponíveis.
- Criação e consolidação de empresas.
- Fomento de formas associativas de produção.
- Reforço da capacidade produtiva de pequenos empreendimentos através do fomento e divulgação de oportunidades.
- Fomento à atividade industrial exportadora pela ZOPERG.

AÇÕES	RESULTADO ESPERADO
<p>➤ Programa Crédito Assistido</p>	<p>➤ Atender a 163 municípios, através da concessão de 3.346 financiamentos, beneficiando micro e pequenas empresas, cooperativas de trabalhadores, iniciativas econômicas informais, profissionais autônomos e artesãos.</p> <p>➤ Dar continuidade à capacitação das entidades técnicas conveniadas, cuja previsão para 2002 é de realizar 10 eventos.</p>
<p>➤ Programa Microcrédito</p>	<p>➤ Atender empreendedores de baixa renda dos setores formal e informal, excluídos do sistema tradicional de crédito;</p> <p>➤ Dar continuidade aos seminários de sensibilização e divulgação do Programa;</p> <p>➤ Apoiar à constituição de 14 Instituições Comunitárias de Crédito - ICCs</p> <p>➤ Realizar cursos de gerentes e agentes de crédito para atuarem nas ICCs, multiplicadores que atuarão nos municípios.</p>
<p>➤ Capacitação Empresarial.</p>	<p>➤ Realizar 10.563 horas de cursos de gestão para capacitação de micro e pequenos empresários, em cumprimento à meta de 13.160 horas previstas (convênios firmados no 2º semestre/2001).</p> <p>➤ Realizar 12.000 horas de cursos de gestão para capacitação de micro e pequenos empresários, através da renovação dos convênios existentes utilizando os recursos orçamentários previstos para 2002. Realizar um curso de formação de facilitadores na metodologia CEFE (repasse da metodologia a entidades conveniadas com a SEDAI), para execução de atividades de capacitação de empresários.</p> <p>➤ Realizar 80 reuniões de sensibilização nos municípios, com a participação de lideranças locais e empresários, com vistas à ocupação de incubadoras empresariais, apresentação do Projeto Capacitação Empresarial e demais ações da SEDAI.</p> <p>➤ Dar continuidade ao trabalho de acompanhamento e orientação às equipes responsáveis pela execução dos cursos (atividade em desenvolvimento através do convênio com o CEAPE/RS Ana Terra, firmado em agosto/2001).</p> <p>➤ Concluir a pesquisa de avaliação dos resultados da capacitação sobre a atuação dos empresários, que está sendo executada (1/3 já concluída) através do convênio firmado em 2001 com o CEAPE/RS Ana Terra.</p>

AÇÕES	RESULTADO ESPERADO
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Capacitação Empresarial. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Realizar 02 seminários de avaliação com os facilitadores sobre a aplicação da metodologia, bem como seminários de avaliação e adequação da metodologia CEFE para o desenvolvimento de projetos na área de formação de educadores.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Promoção Comercial. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Inaugurar Escritório Regional <i>Trade Point</i> em Santa Maria, Erechim, Santa Rosa, Santa Cruz do Sul e Canela. ➤ Lançar a nova Bolsa de Negócios, nas versões português, inglês e espanhol. ➤ Lançar o CD Card, com informações sobre o RS e link automático para a Bolsa de Negócios; ➤ Publicar o Manual “Como Exportar”, voltado ao pequeno empresário. ➤ Apoiar e organizar missões técnicas e governamentais no exterior e no Estado que venham a serem definidas pelo Governo. ➤ Gerenciar os Convênios de Fraternidade entre o Estado e a Província de Shiga, no Japão; Região do Vêneto, na Itália e a Província de Hubei, na China. ➤ Acompanhar a execução de cursos de Capacitação em Comércio Exterior e implementar 10 novos convênios com universidades para cursos em outras 12 regiões do Estado atendendo aproximadamente 1.500 empresas. ➤ Acompanhar missões empresariais. ➤ Realizar o 4º Encontro de Embaixadores. ➤ Assessorar o Projeto CD-Card. ➤ Prestar informações sobre exportações e importações aos diversos segmentos empresariais. ➤ Participar das feiras: COUROMODA (SP); Feira Internacional de Mecânica (SP); Brazil Gem Show (MG), <i>Asia Pacific Leather Fair</i> (China) e Feira Industrial de Hannover (Alemanha); Salão Internacional do Móvel de Milão (Itália); Agrishow (SP) e 18ºFispal (SP); FENIT (SP).
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Programa de Extensão Empresarial. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Atender 8.000 empresas dos diversos segmentos produtivos, nas 22 regiões do Estado; ➤ Manter os 25 Núcleos de Extensão Empresarial já implantados: Alto Jacuí, Campanha, Central, Centro Sul, Fronteira Noroeste, Fronteira Oeste, Hortências, Litoral, Médio Uruguai, Metropolitano-Delta do Jacuí, Missões, Noroeste Colonial, Nordeste, Norte, Paranhana-Encosta da Serra, Produção, Serra, Sul, Vale do Caí, Vale dos Sinos, Vale do Rio

AÇÕES	RESULTADO ESPERADO
<p>➤ Programa de Extensão Empresarial.</p>	<p>Pardo, Vale do Taquari, e Núcleos Setoriais Coureiro-Calçadista (Novo Hamburgo), Moveleiro (Bento Gonçalves), Portuário-Pesqueiro (Rio Grande).</p> <p>➤ Implantar um Núcleo de Extensão Empresarial para o Setor Vitivinícola (Serra), totalizando, assim, 26 Núcleos de Extensão Empresarial.</p> <p>➤ Realizar o 2º e 3º Seminário Estadual de Extensão Empresarial.</p> <p>➤ Realizar Seminários de Capacitação de Extensionistas Empresariais.</p>
<p>➤ Programa Incubadoras Empresariais</p>	<p>➤ Operacionalizar o Programa Incubadoras Empresariais junto aos 109 municípios com Termos de Cooperação firmados (1999, 2000 e 2001) e aos demais municípios que aderiram à reconversão de Condomínios Industriais/Berçários ao Programa Incubadoras Empresariais.</p> <p>➤ Firmar convênios com cinco municípios, definidos a partir de demandas do Orçamento Participativo, visando a implantação de Incubadoras Empresariais.</p> <p>➤ Realizar palestras de motivação/sensibilização ao empreendedorismo.</p> <p>➤ Atender demandas das Prefeituras Municipais e incubadoras Empresariais (Gerentes e Conselhos de Administração).</p> <p>➤ Acompanhar e realizar vistorias técnicas nas obras das Incubadoras Empresariais (Termos firmados em 2000, 2001 e 2002).</p> <p>➤ Realizar duas Jornadas para capacitação de Gerentes de Incubadoras.</p> <p>➤ Firmar convênio com entidades para o desenvolvimento de ações de fomento às Incubadoras Empresariais e Tecnológicas existentes no RS.</p>
<p>➤ Programa de Apoio aos Sistemas Locais de Produção – SLPs.</p>	<p>➤ Implementar plano de ações para os SLP's Conserveiro (Região Sul), Moveleiro (Região Serra, abrange também, alguns municípios das regiões Nordeste e Hortênsias), Máquinas e Implementos Agrícolas (Regiões: Noroeste Colonial, Fronteira Noroeste, Alto Jacuí, Produção e Missões), Autopeças (Serra), Coureiro-Calçadista (Vale dos Sinos, abrangendo alguns municípios das regiões Vale do Taquari, Vale do Caí e Vale do Paranhana), apoiados pelo desenvolvimento de linhas de crédito específicas e programa de logística.</p>

AÇÕES	RESULTADO ESPERADO
<p>➤ Programa de Apoio aos Sistemas Locais de Produção – SLPs.</p>	<p>➤ Intensificar a consolidação dos SLP's através dos Centros Gestores de Inovação, a criação de um fundo público e linhas de crédito específicas, em articulação com a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social para qualificação do trabalhador (Qualificar RS), com a SE/SUEPRO para encaminhamento de projetos com vistas à melhoria de escolas técnicas e FINEP para priorizar os projetos dos SLPs.</p> <p>➤ Negociar novas linhas de crédito para a safra 2002-2003 (SLP Conservas).</p> <p>➤ Implementar Curso de Metalurgia na Escola Técnica de Caxias do Sul (primeiro semestre 2002), resultado da articulação entre a Secretaria de Educação/SUEPRO, Escola Técnica de Caxias do Sul e SLP Autopeças.</p> <p>➤ No SLP Coureiro-calçadista, elaboração de novos convênios, complementares, para as atividades do Centro Integrado de Inovação e Design (pesquisa de novos materiais, testes e ensaios laboratoriais e capacitação técnica).</p> <p>➤ Apoiar à implantação de uma fábrica de MDF no Estado, atendendo demanda do SLP Moveleiro.</p>
<p>➤ Programas Setoriais.</p>	<p>➤ Realizar estudo do arranjo produtivo de Pedras Preciosas.</p> <p>➤ Promover o desenvolvimento dos segmentos Rochas Ornamentais (Metade Sul), Pólo Cerâmico e Reflorestamento, em apoio às ações priorizadas pelo SLP Moveleiro.</p> <p>➤ Sistematizar informações com vistas à elaboração de um programa setorial para a cadeia produtiva Têxtil/Confecções e Laticínios.</p> <p>➤ Dar continuidade ao apoio do setor Químico-Plástico e ao Programa Gaúcho de Informática. Para este último, está prevista a participação no convênio para elaboração da pesquisa de Tecnologia da Informação-Perfil TI RS, o apoio à implantação da Fábrica Gaúcha de Software e ao CEITEC.</p>
<p>➤ Programa de Concessão de Incentivos Materiais (PROEDI).</p>	<p>➤ Pirelli Pneus S/A: previsto executar a obra de acesso à Pirelli na RS 30 (contrato através do DAER) e da Estação de Bombeamento e Emissário Final (contrato CORSAN).</p> <p>➤ Dell Computadores do Brasil: executar as obras de recuperação e duplicação parcial da rodovia RS-118 (trecho BR 290/Dell) em parceria com o DAER; concluir a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), em parceria com a CORSAN e executar a Casa de Bombas, em parceria com a CORSAN, bem como fazer a</p>

AÇÕES	RESULTADO ESPERADO
<p>➤ Programa de Concessão de Incentivos Materiais (PROEDI).</p>	<p>manutenção do gerenciamento e acompanhar todas as ações relativas aos acordos firmados entre a DELL e o Governo do Estado, inclusive incentivo material, diferimento do ICMS, financiamento e subsídios financeiros, licenciamento na FEPAM.</p>
<p>➤ Implantação de Complexos Industriais Automotivos.</p>	<p>➤ Cercar as áreas de preservação permanente para o licenciamento ambiental e aquisição de materiais necessários à execução do alargamento da Via 1 do Distrito Industrial de Rio Grande.</p> <p>➤ Contratar o projeto relativo ao Plano Diretor, loteamento e sistema viário dos Distritos Industriais de Alvorada e Viamão, lado de Viamão, 2ª etapa, bem como executar as obras de pavimentação de parte do sistema viário.</p> <p>➤ Recuperar a pavimentação de parte do sistema viário no Distrito Industrial de Santa Maria.</p> <p>➤ Executar as obras de pavimentação para implantação de parte do sistema viário no Distrito Industrial de Bagé.</p> <p>➤ Contratar projeto relativo ao Plano Diretor do Distrito Industrial de Montenegro-Triunfo.</p> <p>➤ Contratar projeto do EIA-RIMA e Plano de Ocupação para a área de Guaíba - área aproximada de 900ha.</p>
<p>➤ Implantação de Complexos Industriais Automotivos</p>	<p>➤ General Motors (GM): concluir a interseção da BR-290 com a Av. GM (pendente da imissão de posse), viabilizando assim o acesso à GM, a ser gerenciado pelo DAER, bem como a concluir a pavimentação do pátio de estacionamento no porto de Rio Grande, a ser executado pela SUPRG e gerenciado pela SEDAI.</p>
<p>➤ Apoiar Iniciativas Municipais.</p>	<p>➤ Estimular a criação de novas empresas e prestar apoio técnico e financeiro para a implantação de áreas industriais municipais de acordo com as prioridades estabelecidas no Orçamento Participativo.</p>
<p>➤ Economia Popular Solidária.</p>	<p>➤ Manter o acompanhamento dos empreendimentos tendo como meta chegar a 260 empreendimentos em atividades, contemplando 12.000 trabalhadores.</p> <p>➤ Elaborar 170 projetos de viabilidade econômica e 250 projetos de financiamento, através dos convênios mantidos com universidades para capacitação do processo técnico-produtivo das empresas.</p>

AÇÕES	RESULTADO ESPERADO
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Economia Popular Solidária. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fomentar a implementação de 05 entrepostos de comercialização, em parceria com as prefeituras e outras entidades da sociedade civil, em cidades pólo do Estado. ➤ Realizar da 4ª Feira Estadual de Economia Popular Solidária, bem como manter o apoio a feiras regionais. ➤ Inaugurar e consolidar as atividades da incubadora tecnológica do setor coureiro-calçadista.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Caixa Estadual S/A – Agência de Fomento. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Realizar o credenciamento, junto a instituições de fomento nacionais e internacionais, para captação de recursos. ➤ Participar do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal – RS Municípios. ➤ Operar o Programa de Microcrédito Popular.

2.4 SECRETARIA DO TURISMO, ESPORTE E LAZER – SETUR

Diretrizes:

- Desenvolver econômica e socialmente o setor turístico no Estado.
- Incrementar a renda dos trabalhadores através do setor turístico, de forma equitativa.
- Divulgar e difundir no Brasil e exterior a imagem turística do RS.
- Estimular multiplicadores/formadores de opinião do potencial turístico do RS.
- Preservação do patrimônio turístico para as próximas gerações.
- Melhoria das condições dos produtos e serviços turísticos oferecidos.
- Criar um sistema de informações sobre o turismo.

AÇÕES	RESULTADO ESPERADO
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Plano Viajando pelo Rio Grande do Sul, destacando-se: <ul style="list-style-type: none"> ➤ II Salão Gaúcho do Turismo; ➤ Salões Regionais do Produto Turístico Gaúcho. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Aumentar a venda do produto turístico gaúcho, promovendo o turismo interno, o emprego e a renda.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Promoção e Comercialização. ➤ Publicidade e Divulgação com Inserções em revistas e jornais de grande abrangência no setor turístico. ➤ Bolsa de Negócio: Projetos em análise para financiamento, através do Programa de Apoio e Financiamento a Atividades Turísticas. ➤ PRODETUR-Sul. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Desenvolver o turismo gaúcho, com geração de emprego e renda.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Conta Satélite do Turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Desenvolver metodologia para contabilização do turismo gaúcho como atividade econômica.

3. ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA

3.1 SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES – SEMC

Diretrizes:

- Promover o planejamento estratégico do setor de infra-estrutura nas áreas de energia elétrica, mineração, gás natural e telecomunicações.
- Melhorar e expansão do abastecimento de energia elétrica ao RS – CEEE.
- Consolidar e ampliar a participação do carvão mineral na matriz energética do RS – CRM.
- Fomentar as ações de pesquisa e aproveitamento dos recursos minerais do Estado – CRM.
- Resgatar o passivo ambiental da CRM.
- Introduzir o gás natural na matriz energética do Estado – SULGÁS.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Investimentos em linhas de transmissão e distribuição, serviços auxiliares e serviços de medição de consumo de energia.	➤ Melhorar a qualidade e confiabilidade do fornecimento de energia elétrica.
➤ Investimentos em conservação de energia.	➤ Racionalizar o uso de energia e, em consequência, do uso dos recursos naturais.
➤ Investimentos em distribuição de energia elétrica: redes subterrâneas, redes aéreas, subestações de baixa tensão e alimentadores.	➤ Melhorar a qualidade e confiabilidade do fornecimento de energia elétrica.
➤ Investimentos em eletrificação rural - Programa Luz no Campo.	➤ Fornecer energia elétrica a propriedades rurais na área de concessão da CEEE.
➤ Investimentos em geração de energia elétrica.	➤ Aumentar a capacidade de geração da CEEE.
➤ Investimentos na manutenção e automação das usinas dos Sistemas Jacuí e Salto.	➤ Melhorar a confiabilidade e ampliar a disponibilidade de geração de energia elétrica no RS.
➤ Investimentos na implantação dos programas sócio-ambientais da UHE Dona Francisca.	➤ Atender à legislação ambiental e garantir a efetiva preservação do meio ambiente.
➤ Investimentos no projeto de medição dos ventos para implantação de usinas de geração eólica de energia elétrica, em parceria com a iniciativa privada.	➤ Aumento da capacidade instalada da CEEE.
➤ Investimentos na área de transmissão de energia elétrica: telecomunicação, teleprocessamento e telecontrole do sistema de transmissão da CEEE; implantação de subestações e linhas de transmissão na rede básica da CEEE.	➤ Melhorar a confiabilidade do sistema de transmissão da CEEE.
➤ Investimentos na manutenção de subestações e linhas de transmissão.	➤ Aumentar a capacidade e confiabilidade do sistema de transmissão da CEEE.
➤ Fomentar ações de pesquisa e aproveitamento dos recursos minerais do Estado.	➤ Manutenção das atividades de pesquisa mineral no RS. ➤ Desenvolvimento de novas áreas de mineração e alavancagem do aproveitamento de novas jazidas.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Fomentar ações de pesquisa e aproveitamento dos recursos minerais do Estado.	➤ Desenvolvimento do Pólo Cerâmico de Candiota, com o aproveitamento das argilas presentes na jazida e disponibilizadas pela mineração.
➤ Manutenção da capacidade operacional da Mina de Candiota.	➤ Manter o abastecimento dos clientes da Mina em nível adequado e dentro dos melhores padrões de qualidade.
➤ Manutenção da capacidade operacional da Mina do Leão I.	➤ Manter a Mina de subsolo operacional e abrir área de mineração a céu aberto.
➤ Desenvolver o projeto de ampliação da Mina de Candiota.	➤ Dotar a Mina de Candiota de projeto específico, visando a sua ampliação para atendimento de novos mercados, especificamente a Usina de Candiota III.
➤ Manutenção da Mina do Leão II.	➤ Manter a estrutura e as obras já realizadas naquela Mina.
➤ Modernização administrativa da CRM.	➤ Dotar a CRM de uma estrutura moderna e ágil, preparando-a para os novos patamares de produção previstos.
➤ Recuperação do passivo ambiental.	➤ Regenerar as áreas atingidas pela mineração do carvão, notadamente na região de Candiota.
➤ Elaboração de EIAs/RIMAs de áreas de mineração e renovação de licenças ambientais.	➤ Inclusão de novas áreas nos estudos de impacto ambiental, visando à obtenção de licenciamento para futuras minerações e renovação de licenças ambientais existentes.
➤ Consolidação do gás natural na matriz energética do Estado, distribuindo através da SULGÁS o gás boliviano e o argentino.	<p>➤ Ampliar a oferta aos consumidores industriais, comerciais e residenciais, mediante a conclusão das redes de distribuição nas regiões Metropolitana de Porto Alegre e Serrana.</p> <p>➤ Iniciar a utilização do Gás Natural Veicular no Estado, disponibilizando-o nos postos da BR, ESSO e Ipiranga no eixo Porto Alegre-Serra.</p> <p>➤ Iniciar o fornecimento à Usina Termelétrica a ser instalada junto à Refinaria da PETROBRAS em Canoas, disponibilizando, inicialmente, 160MW de energia elétrica ao sistema.</p> <p>➤ Contratar estudo de impacto ambiental e de viabilidade técnico-econômico e projeto básico da rede de distribuição na região urbana de Porto Alegre que disponibilizará gás natural aos consumidores residenciais e comerciais.</p>
➤ Modernização administrativa da SULGÁS.	<p>➤ Aprovar Plano de Cargos e Salários.</p> <p>➤ Realizar concurso público.</p> <p>➤ Informatizar a Empresa.</p>

3.2 SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO – SOPS

Diretrizes:

- Promoção da melhoria da qualidade de vida da população de comunidades rurais e núcleos suburbanos, através da implementação de infra-estrutura básica, programas habitacionais e do desenvolvimento local.
- Implantação e melhorias nos Sistemas de Abastecimento de Água, pela CORSAN.
- Implantação e melhorias nos Sistemas de Tratamento de Esgotos, pela CORSAN.
- Melhorias operacionais nos Sistemas de Abastecimento de Água, pela CORSAN.
- Contribuir para a produção de água potável de boa qualidade, pela CIEL.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Saneamento.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Perfurar 56 poços, implantar 67 redes de água, em 56 municípios, beneficiando 1.896 famílias, demandas no OP. ➤ Executar obras de saneamento (abastecimento e módulos sanitários) em 22 municípios, com recursos obtidos em convênio com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA).
➤ Saneamento Básico na Região Metropolitana.	➤ Concluir as obras de saneamento básico nos municípios de Esteio (Vila Boqueirão), Canoas e Araricá (Vila Grings), que beneficiarão 31.421 pessoas.
➤ Tratamento de Resíduos Sólidos.	➤ Concluir as unidades regionais de tratamento de resíduos sólidos, conveniados com os Municípios de Panambi, Bom Progresso, Espumoso, Santo Augusto, Tenente Portela, Arroio do Tigre e Tapejara, que beneficiarão mais de 170.000 pessoas.
➤ Aterro Santa Tecla - Gravataí.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Executar as obras do aterro e adquirir equipamentos especiais para a sua operação. ➤ Construir uma ponte no aterro. ➤ Desapropriar área destinada ao aterro.
➤ Edificações Públicas.	➤ Elaborar projetos e fiscalizar as obras públicas demandadas no OP, principalmente, nas áreas de educação, cultura e segurança pública.
➤ Projetos de Barragens na Metade Sul do Estado.	➤ Captar recursos junto ao Governo Federal, para dar início às obras de barragem, e para uso múltiplo dos recursos hídricos, na Metade Sul do Estado.
➤ Expansão do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário pela CORSAN.	➤ Ampliar e melhorar a capacidade de captação, produção e distribuição dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com investimento de R\$ 131 milhões, beneficiando 800.000 pessoas.
➤ Produção de Sulfato de Alumínio.	➤ Atrair novos clientes, aumentando a produção de sulfato de alumínio e, como consequência, a rentabilidade da empresa.

3.3 SECRETARIA DOS TRANSPORTES – ST

Diretrizes:

- Fiscalizar e monitorar técnica e administrativamente os setores ferroviário e metroviário no Estado.
- Formular e coordenar a política de transporte rodoviário do Estado do RS.
- Fiscalização, controle, monitoramento e gestão dos serviços de transportes concedidos.
- Coordenação e planejamento das políticas de trânsito no Estado.
- Coordenar programas de corredores de exportação e abastecimento no Estado.
- Incrementação do transporte hidroviário de passageiros.
- Coordenação e planejamento dos modais coletivos de transporte de passageiros no Estado.
- Planejamento, coordenação e integração dos vários modais de transporte no Estado.
- Planejar, coordenar, melhorar e ampliar a capacidade de transporte de carga e passageiros da rede aeroportuária.
- Promover os serviços aéreos do Estado, visando à utilidade pública.
- Coordenação geral e integração dos serviços aeroviários do Estado.
- Desenvolvimento, manutenção e adequação ao meio ambiente da infra-estrutura de transporte rodoviário – DAER.
- Desenvolvimento do transporte coletivo intermunicipal – DAER.
- Fortalecimento da gerência do Estado sobre as concessões rodoviárias – DAER.
- Melhoramento das condições de operação das rodovias do SRE (Sistema Rodoviário Estadual) – DAER .
- Manter e ampliar as condições de segurança à navegação, através da dragagem e do balizamento das vias fluviais e lacustres – SPH.
- Adotar e implementar medidas objetivando a modernização da infra-estrutura operacional portuária – SPH.
- Modernização da estrutura administrativa da SPH, prestando um melhor serviço.
- Administrar e explorar o Porto do Rio Grande na qualidade de executor da delegação da União ao Estado – SUPRG.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Conclusão do PIT/RS.	➤ Concluir o Plano Integrado de Transportes (PIT/RS) e encaminhar à Assembléia Legislativa para consolidar as diretrizes do mesmo.
➤ BR-116.	➤ Concluir os trabalhos e apresentar o resultado do estudo: as alternativas ao esgotamento da BR-116, no trecho Canoas - Novo Hamburgo.
➤ Ferrovia General Luz - Pelotas.	➤ Determinar traçado, avaliar impacto ambiental e adotar medidas para preservação da área com vistas à futura licitação das obras.
➤ Dívida da União para com o Estado.	➤ Mobilizar todas as forças da sociedade gaúcha com vistas ao reconhecimento, por parte da União, da dívida que tem com o Estado, em mais de R\$ 800 milhões, referente às obras rodoviárias federais, executadas pelo Governo do Estado.
➤ Pedágios.	➤ Fiscalizar as concessionárias, em decorrência da revisão e modificação efetuada nos contratos de concessão rodoviária.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Ouvidoria e Movimento Gaúcho por um Trânsito Seguro.	➤ Diminuir acidentes de trânsito.
➤ Fiscalização do Vale-Pedágio.	➤ Intensificar a fiscalização, com blitz e fiscalização de ofício, a fim de exigir o cumprimento da legislação.
➤ Apoio Técnico aos Municípios - Vias Rurais Não-Pavimentadas.	➤ Continuar o programa com realização de cursos regionais de aperfeiçoamento aos servidores municipais.
➤ Aeroporto Regional de Caxias do Sul.	➤ Iniciar os estudos visando à internacionalização do Aeroporto, em conjunto com o Departamento de Aviação Civil (DAC) e empresas aéreas. ➤ Realizar estudos através de sensoriamento remoto para escolha de novo sítio para o novo aeroporto da região. ➤ Implantar pórticos detectores de metal e Raio X. ➤ Trocar farol rotativo e implantar biruta iluminada, que proporcionará melhorias visuais nos vôos noturnos.
➤ Aeroporto Regional de Passo Fundo.	➤ Realizar as obras de reforço do pavimento da pista de pouso/decolagem para operações com as aeronaves ERJ 145 e Boeing 737-500.
➤ Aeroporto de Santo Ângelo.	➤ Implantar a Seção Contra-Incêndio. ➤ Realizar projeto para ampliação da pista de pouso/decolagem, remodelação da infraestrutura, novo Terminal de Passageiros e reforço do pavimento para operações da aeronave Boeing 737-500 e de vôos internacionais, com recursos provenientes do PRODETUR. ➤ Implantar pórtico detector de metais.
➤ Aeroporto de Rio Grande.	➤ Executar projetos e licitar a ampliação da pista de pouso/decolagem em 610m, com reforço do pavimento, possibilitando operações com a aeronave ERJ 145. ➤ Realizar projeto e licitar a implantação de equipamento de proteção ao vôo tipo PAPI (Indicador de trajetória de aproximação de precisão). ➤ Implantar pórtico detector de metais e biruta iluminada.
➤ Aeroporto Regional de Vacaria.	➤ Realizar projeto de implantação do Aeroporto de Vacaria em novo sítio, destinado ao transporte de carga aérea.
➤ Aeroporto Regional das Hortênsias.	➤ Complementar os estudos nas localidades de Canela e São Francisco de Paula, visando o licenciamento ambiental pela FEPAM para implantação do Aeroporto, destinado a atender a grande demanda existente do turismo.
➤ Aeroporto de Santa Rosa.	➤ Licitar e iniciar a sinalização luminosa para vôos noturnos, com implantação de Sala AIS (sala com serviços de informação aeronáutica).

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Aeroporto de Palmeira das Missões.	➤ Elaborar projeto de ampliação da pista de pouso/decolagem e restauração do pavimento.
➤ Aeroporto de São Borja.	➤ Elaborar projeto de restauração do pavimento.
➤ Obras demandadas pelo Orçamento Participativo.	➤ Executar 193,18km de rodovias, diminuindo os custos de transportes, em virtude da melhoria das condições de circulação.
➤ Manutenção da Malha Rodoviária.	➤ Conservar 7.409,11km da rede pavimentada, não-pavimentada, incluindo a sinalização, os trevos de acesso e interseções, diminuindo os custos de transportes, em virtude da melhoria das condições de circulação.
➤ Programa de Corredores de Exportação – BID.	➤ Construir 239,13km de rodovias, diminuindo os custos de transportes, em virtude da melhoria das condições de circulação.
➤ Rota do Sol.	➤ Concluir a Rota do Sol.
➤ Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias Estaduais – BIRD.	➤ Restaurar e conservar 2.486,02km, divididos em 07 lotes, com início das obras em janeiro, e iniciar no 2º semestre a segunda etapa, com 2.860,52km, divididos em 08 lotes, diminuindo os custos de transportes, em virtude da melhoria das condições de circulação.
➤ Obras de Arte Especiais e Construção de Viadutos.	➤ Construir 47 Obras de Arte Especiais e Viadutos, diminuindo os custos de transportes, em virtude da melhoria das condições de circulação.
➤ Sistema de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal.	➤ Melhorar as condições das estações rodoviárias. ➤ Avançar o processo de informatização, em particular dos registros de dados, incluindo o banco de dados de empresas e linhas, ainda parcialmente em arquivo físico. ➤ Complementar o processo de qualificação dos fiscais de tráfego, propiciando novos cursos de treinamento, e a renovação de parte do quadro. ➤ Efetuar a medição dos trechos das principais linhas de longo curso, para verificar se estão corretos os valores considerados no cálculo da tarifa. ➤ Realizar novas melhorias na Estação Rodoviária de Porto Alegre. ➤ Dar prosseguimento ao aperfeiçoamento do cálculo tarifário. ➤ Intensificar as ações de combate ao transporte clandestino.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dragagem e Sinalização de Hidrovias. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Recuperar a sinalização náutica possibilitando a navegação noturna. ➤ Promover o aumento para 19 pés no acesso ao Porto de Pelotas. ➤ Instalar estaleiro naval em Triunfo. ➤ Instalar linígrafos para propiciar navegação por satélite. ➤ Manter o Programa de Pequenas Dragagens e Dragagens Emergenciais. ➤ Dar continuidade à recuperação do parque de dragagem.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Reaparelhamento Operacional da SPH. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Reformar o guindaste n. 18. ➤ Instalar nos Portos de Porto Alegre e Pelotas, os guindastes cedidos pelo Porto de Santos.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Recuperação das Estruturas Portuárias. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Reformar e pintar os armazéns do Porto de Porto Alegre. ➤ Calçar a via de acesso ao Porto de Porto Alegre. ➤ Instalar terminais de sal, grãos e fertilizantes nas áreas pré-determinadas pelo Plano de Zoneamento Portuário. ➤ Informatizar a SPH. ➤ Recuperar o pórtico central e armazéns A e B.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Aprofundamento do calado de 17 para 19 pés do acesso ao porto de Porto Alegre, Canoas e Pólo Petroquímico (Triunfo). 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Tornar o Porto de Porto Alegre mais competitivo, trazendo grande redução do custo de logística para as empresas da grande Porto Alegre e municípios da serra gaúcha.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Recuperação do Cais. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Repavimentar parte do pátio de carga, linha de cais e áreas de manobra de trânsito, preparando a seção para a obra de construção do cais novo.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Recuperação e Readaptação do Frigorífico João Mascaranhas. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Preparar as instalações frigoríficas do Porto Novo, atualmente desativadas, para atender a demanda da carga frigorificada, oferecendo aos usuários do Porto Novo condições de exportação de mercadorias frigorificadas.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Recuperação e Manutenção de Guindastes. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Manter e melhorar as condições de carregamento e descarga das mercadorias no Porto Novo de Rio Grande, incluindo fertilizantes, celulose, toras de madeira e carga fria, propiciando aumento de usuários, utilização de trabalho avulso e aumento na receita da Autarquia.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Recuperação de 04 Armazéns de 1.^a linha (linha A) e 06 Armazéns de 2.^a linha (linha B). 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Manter a estrutura de armazenagem coberta em condições de atender as demandas oriundas do aumento de movimentação no Porto Novo. ➤ Estancar o sucateamento do patrimônio público, oferecendo melhores condições de armazenagem aos usuários e futuros clientes, com conseqüente aumento de receita para a Autarquia.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<p>➤ Recuperação e Readequação do Prédio da Administração.</p>	<p>➤ Criar condições de modernização das repartições que operam no Edifício-Sede da SUPRG. ➤ Manter o patrimônio público, estancando o sucateamento.</p>
<p>➤ Pavimentação das Vias Internas do Porto Novo.</p>	<p>➤ Readequar a pavimentação das áreas de circulação e pátio de estocagem do Porto Novo, para receberem as novas cargas que ingressam no terminal público, evitando riscos à segurança, tanto das pessoas, quanto das mercadorias e oferecendo aos usuários e futuros clientes do porto público melhores condições de operação, estocagem e trânsito interno.</p>
<p>➤ Construção do Pórtico de Entrada do Portão n. 2.</p>	<p>➤ Dar condições aos usuários do Porto, à Receita Federal, aos Operadores Portuários e aos funcionários da Autarquia, de recebimento e expedição de mercadorias com segurança e adequação às facilidades ofertadas pelos terminais privados.</p>
<p>➤ Plano de Informatização da SUPRG.</p>	<p>➤ Renovar e atualizar os equipamentos de informática existentes, mantendo o nível de desenvolvimento dos trabalhos da Autarquia, evitando a estagnação e o sucateamento dos serviços.</p>
<p>➤ Armazém Inflável.</p>	<p>➤ Adquirir um armazém inflável, do tipo Pistelli, para atender as demandas emergenciais de armazenagem coberta.</p>
<p>➤ Equipamento de Vigilância por Circuito Interno de TV.</p>	<p>➤ Qualificar a segurança patrimonial e da carga entregue sob depósito ao Porto Novo de Rio Grande, capacitando e adicionando facilidades no tratamento das mercadorias destinadas à exportação ou provenientes do exterior, melhorando também a competitividade com os demais portos e oferecer aos usuários e futuros clientes do Porto Novo maior segurança patrimonial no depósito de suas mercadorias.</p>
<p>➤ Reforma do Berço de 450m de Cais – Cabeços 0 a 15.</p>	<p>➤ O Cais do Porto Novo data de 1915 e foi construído por gravidade (pedra sobre pedra). Este modelo impede que se aumente a profundidade do calado de navegação e acostagem, pois compromete o talude. A reforma vai dotar esta seção do cais de condições para que se aprofunde o calado do Porto Novo, no Berço de Fertilizantes e Contêineres, para 40 pés, em contraponto aos 31 pés atuais. Essa ação irá qualificar, definitivamente, o Porto Novo como real alternativa na competição de cargas.</p>

4. ÁREA SOCIAL

4.1 SECRETARIA DA CULTURA – SEDAC

Diretrizes:

- Descentralização e democratização do acesso aos bens, espaços, atividades e serviços culturais – SEDAC, FOSPA, FTSP.
- Desenvolvimento e incentivo à produção e difusão da cultura – SEDAC.
- Organização e planejamento do desenvolvimento cultural – SEDAC, FOSPA.
- Valorização da pluralidade e diversidade na criação artístico-cultural – SEDAC, FIGTF.
- Ampliação e recuperação do patrimônio cultural.
- Promoção da pesquisa e divulgação do conhecimento.
- Descentralização e democratização do acesso aos bens, espaços, atividades e serviços culturais, pela FOSPA e FTSP.
- Organização e planejamento do desenvolvimento cultural, pela FOSPA.
- Disponibilizar maior acesso à cultura, pela FCP-RTV.
- Valorização da pluralidade e diversidade na criação artístico-cultural.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Núcleos Regionais de Cultura.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Criar novos Núcleos Regionais de Cultura. ➤ Promover o desenvolvimento de atividades de formação e qualificação de artistas e técnicos. ➤ Consolidar os núcleos existentes.
➤ Democratização da Cultura.	➤ Rediscutir as políticas públicas de democratização da cultura e sua interface com o Orçamento Participativo.
➤ Descentralização da Cultura.	➤ Aprofundar a descentralização das ações culturais através de ações de iniciativa da SEDAC, em cooperação com os Municípios, os Núcleos Regionais de Cultura e os novos sujeitos culturais.
➤ Complexo Cinematográfico do RS.	➤ Construir e implementar o Complexo Cinematográfico do RS, unidade industrial da área do audiovisual, com estúdios, laboratórios de som e imagem, além de cinemateca e salas para cursos e oficinas.
➤ Desenvolvimento da área de Museus.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ocupar parte da área do Porto de Porto Alegre, dos Armazéns A4 ao A7, em parceria com a Superintendência de Portos e Hidrovias e a Prefeitura da Capital, para efetivação da nova sede do Museu de Arte Contemporânea - MAC; construir um espaço multiuso, para as artes cênicas música e outros segmentos; instalar um Museu Náutico e restaurar o Pórtico frente à Avenida Sepúlveda, para integrá-los ao corredor cultural da cidade. ➤ Concluir o projeto e implementar a nova sede do Museu Antropológico (MARS).

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Fundo de Apoio à Cultura do Estado do RS (FAC/RS).	➤ Regulamentar e implementar o Fundo de Apoio à Cultura do Estado do RS.
➤ Casa de Cultura Mário Quintana.	➤ Concluir a reforma e a restauração da Casa de Cultura Mário Quintana.
➤ Manifestações tradicionalistas.	➤ Valorizar e divulgar as diversas manifestações folclóricas do Rio Grande do Sul, mediante a apresentação de trabalhos na área de artesanato, música, indumentária, culinária, dança, arte cênica e religião.
➤ Orquestra Sinfônica.	➤ Realizar o maior número de concertos, com vistas a aumentar o público atingido, com a mesma carga horária e crescimento do nível artístico. ➤ Formar um público ouvinte desde a infância. ➤ Resgatar a cultura musical gaúcha e brasileira.
➤ Coro Sinfônico.	➤ Promover espetáculos de alto nível artístico, com vistas a atingir um grande público.
➤ Escola de Música/Orquestra Jovem.	➤ Oportunizar o aprendizado da música erudita para crianças e jovens.
➤ Projeto OUVIRAVIDA.	➤ Melhorar a qualidade de vida de crianças e jovens que vivem em situação de carência econômica e de exclusão social.
➤ Theatro São Pedro.	➤ Incentivar o desenvolvimento cultural do Estado.

4.2 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Diretrizes:

- Exercício pleno da democracia em todas as instâncias do sistema estadual de ensino.
- Potencialização das condições de acesso ao ensino superior.
- Potencialização da interação com Organizações/Instituições Nacionais e Internacionais para troca de experiências e circulação de idéias.
- Redimensionamento do Sistema Estadual de Ensino.
- Estabelecimento de uma efetiva parceria com os Municípios, buscando superar os problemas na área da Educação Básica.
- Apoio ao Educando.
- Resgate da dignidade profissional dos trabalhadores em educação, através de uma política de formação permanente e de valorização profissional.
- Construção coletiva da escola democrático-popular em todos os níveis e modalidades de ensino.
- Formação de nível médio e técnico nas áreas de química, mecânica, eletrônica, eletrotécnica e segurança do trabalho – FETLSVC.
- Implantar e implementar cursos de nível superior na área tecnológica – FETLSVC.
- Desenvolver e fomentar a pesquisa aplicada, ampliar a prestação de serviço à comunidade nas áreas do conhecimento institucional e afins – FETLSVC.
- Incentivar o exercício da cidadania, fomentando a compreensão dos direitos, deveres e a participação comunitária na gestão institucional – FETLSVC.

➤ Articulação e instituição de políticas públicas para as Pessoas Portadoras de Deficiências e Pessoas Portadoras de Altas Habilidades, construindo um paradigma voltado à cidadania – FADERS.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Reconstrução da proposta política-pedagógica das Escolas da Rede Estadual de Ensino.	➤ Implantar e implementar os projetos político-pedagógicos e dos regimentos escolares, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar.
➤ Formação das equipes diretivas.	➤ Promover a formação das equipes diretivas das escolas. ➤ Dar posse aos novos diretores das 3.031 escolas estaduais, eleitos pela comunidade escolar no processo eleitoral de 2001. ➤ Promover a formação continuada para as equipes diretivas, conselhos escolares e grêmios estudantis, com frequência quadrimestral, sobre a Construção Social do Conhecimento, Gestão e demais eixos temáticos a partir do planejamento estratégico participativo das escolas.
➤ Projeto Rede Escolar Livre.	➤ Implementar o Projeto Rede Escolar Livre, em parceria com a PROCERGS, em 550 escolas, com mais de 100 alunos, que já possuem laboratório de informática.
➤ Expansão e Qualificação do MOVA/RS.	➤ Ampliar e qualificar o MOVA/RS, com a implantação e a implementação de turmas, formação de Educadores, Apoiadores, Animadores, Entidades Conveniadas e fornecimento de material pedagógico para o processo de alfabetização. ➤ Ampliar a discussão quanto à diminuição do analfabetismo no Estado, através da realização do 1º Congresso do MOVA/RS, a ser realizado em Porto Alegre, reunindo educandos, educadores, coordenadores regionais e coordenadores estaduais do Movimento.
➤ Expansão do Ensino Médio.	➤ Garantir o acesso para 26.565 novas matrículas.
➤ Qualificação dos espaços pedagógicos.	➤ Qualificar os espaços pedagógicos com a realização de obras, reformas e serviços na rede física das escolas e adquirir equipamentos e materiais pedagógicos, através da execução das demandas do Orçamento Participativo 2001 – PI 2002 e do atendimento das necessidades institucionais/emergenciais.
➤ Implementação da Política de Recursos Humanos para a Área da Educação.	➤ Dar continuidade ao processo de formação continuada para os trabalhadores em educação, abordando, de forma interativa, todas as políticas educacionais: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial, Escolas do Campo,

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<p>➤ Implementação da Política de Recursos Humanos para a Área da Educação.</p>	<p>Educação Indígena, Educação de Jovens e Adultos/MOVA, Educação Ambiental, Educação Profissional, Ensino Médio/Comunidades Isoladas.</p> <p>➤ Oportunizar a formação inicial para os professores da Rede Pública Estadual do Ensino Médio, Educação Profissional e Educação Especial, mediante a realização de Cursos de Licenciatura Plena: Cursos de Graduação (Técnicas de Agropecuária, Administração Rural e de Formação Pedagógica) para a Educação Profissional e Cursos de Especialização (Surdez, Altas Habilidades e Deficiência Visual) para a qualificação do atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais.</p> <p>➤ Implementar encontros pedagógicos visando à formação continuada para os servidores das CREs e SE.</p> <p>➤ Substituir, gradativamente, os contratos emergenciais e temporários e expandir o Ensino Médio mediante a continuidade das nomeações dos Professores aprovados em concurso público.</p> <p>➤ Dar continuidade à recuperação salarial do Magistério.</p> <p>➤ Dar continuidade à efetivação das promoções do Magistério.</p> <p>➤ Concluir as promoções dos funcionários de escola e o enquadramento no novo Plano de Carreira, reorganizado através da Lei n.11.672/01.</p> <p>➤ Diminuir a carência de servidores de escola mediante a realização de concurso público.</p>
<p>➤ Potencialização das condições de acesso ao Ensino Superior.</p>	<p>➤ Implementar programas, projetos, e cursos da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).</p>
<p>➤ Autonomia Financeira dos estabelecimentos de ensino da Rede Pública Estadual.</p>	<p>➤ Redefinir os critérios para distribuição dos recursos aos estabelecimentos de ensino da Rede Pública Estadual, de modo a estabelecer maior igualdade.</p>
<p>➤ Atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco.</p>	<p>➤ Qualificar o atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco mediante a criação 02 escolas junto à FEBEM, uma em Passo Fundo e outra em Porto Alegre.</p>
<p>➤ Feira Estadual de Ciência, Tecnologia e Pesquisa na Educação.</p>	<p>➤ Incentivar os alunos dos cursos técnicos a desenvolver projetos científicos, despertando o interesse pela investigação científica e a descoberta de novas tecnologias.</p>

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<p>➤ Implantação de Núcleos de Tecnologia Educacional – NTEs.</p>	<p>➤ Implantar Núcleos de Tecnologia Educacional – NTEs, em cada uma das 20 Coordenadorias Regionais que ainda não os possuem.</p> <p>➤ Socializar, para a comunidade, os trabalhos desenvolvidos pelos NTEs junto às escolas, no uso das novas tecnologias de informação e comunicação através da realização de <i>workshop</i>, em nível regional e estadual.</p>
<p>➤ Qualificação e aprofundamento da gestão democrática em todas as instâncias da Rede Estadual de Educação.</p>	<p>➤ Realizar seminários e encontros regionais/municipais preparatórios com a comunidade escolar, para a Conferência Estadual da Educação Básica do Campo.</p> <p>➤ Aprofundar a discussão das políticas e práticas pedagógicas para as escolas do campo, socializando e sistematizando as propostas apontadas nos diversos encontros regionais preparatórios à Conferência.</p> <p>➤ Avaliar e qualificar o processo de implantação e implementação das políticas para as escolas do campo.</p> <p>➤ Realizar Encontro Internacional/Estadual de Educação: interação entre todas as políticas educacionais da Educação Básica, tendo em vista o aprofundamento teórico, circulação de idéias, troca de experiências e socialização de práticas.</p> <p>➤ Realizar a Semana Paulo Freire, ocasião em que as escolas estaduais, as Coordenadorias Regionais e a Secretaria da Educação promovem encontros e reuniões locais, municipais e regionais para oportunizar momentos de formação continuada, através da socialização de experiências, palestras e debates sobre a educação popular.</p> <p>➤ Definir estratégias para a operacionalização das políticas educacionais através da realização de encontros de Coordenadores Regionais da Educação, Coordenadores de Departamentos e dos Núcleos da Secretaria da Educação.</p> <p>➤ Acompanhar a operacionalização e o aprofundamento teórico e metodológico sobre os eixos das políticas de formação através da realização de encontros regionais de Núcleos, nos quais trabalhadores das CREs e SE reúnem-se.</p>

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<p>➤ Qualificação do Ensino Fundamental municipal.</p>	<p>➤ Fortalecer o Regime de Colaboração, buscando superar os problemas na Educação Básica, através da participação financeira do Estado na qualificação do Ensino Fundamental municipal, redistribuindo os recursos do FUNDEF e transferindo os do Salário-Educação/Quota Município, bem como repassando recursos para o transporte escolar, qualificação da merenda e acordo PRADEM.</p>
<p>➤ Qualificação das relações institucionais da Secretaria da Educação.</p>	<p>➤ Qualificar as relações institucionais da Secretaria da Educação, intensificando-se o intercâmbio técnico-científico e cultural, especialmente, com França e Itália, objetivando a formação de professores da Educação Especial, da Educação Profissional e a troca de tecnologias nas áreas de Biotecnologia, Redes de Comunicação e Hotelaria.</p> <p>➤ Qualificar as relações institucionais da Secretaria da Educação com os países do MERCOSUL, objetivando o intercâmbio de docentes e discentes entre as escolas da Rede Pública.</p>
<p>➤ Formação Profissional.</p>	<p>➤ Manter os cursos técnicos de nível médio, nas áreas de Química, Eletrotécnica, Mecânica, Eletrônica e Segurança do Trabalho, articulados ao curso de Ensino Médio, mantendo matriculados a média de 3.000 alunos, nos 03 turnos.</p> <p>➤ Formar 400 técnicos/ano.</p> <p>➤ Capacitar e atualizar os servidores da Área com maior ênfase aos docentes.</p> <p>➤ Ampliar o atendimento a alunos de baixa renda.</p> <p>➤ Manter o índice de isenção e redução do valor das mensalidades para os alunos de baixa renda e beneficiá-los com o Serviço de Desenvolvimento Comunitário – SEDEC.</p>
<p>➤ Prestação de serviços a empresas da Região do Vale do Rio dos Sinos.</p>	<p>➤ Atender a 300 empresas, prestando serviços de consultoria, assessoria, usinagem de peças, ensaios, testes de laboratório e rede metrológica.</p> <p>➤ Ampliar a prestação de serviços à comunidade, mantendo crescente integração com as empresas.</p>
<p>➤ Realização de atividades para o desenvolvimento científico e tecnológico.</p>	<p>➤ Realizar a 17ª Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia e o 9º Seminário Internacional de Educação Tecnológica.</p> <p>➤ Organizar cursos de extensão e curta duração.</p>

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Realização de atividades para o desenvolvimento científico e tecnológico. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Desenvolver um programa de incentivo à pesquisa.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Coletivos de Trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Atender trabalhadores desempregados ou inseridos de forma precária no mercado de trabalho, mediante a realização de cursos e/ou atividades educacionais, permitindo sua inserção, de forma mais qualificada e duradoura, através do aprimoramento de suas condições pessoais e sociais.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Manutenção e desenvolvimento da Educação Especial no Rio Grande do Sul. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Manter a política de regionalização do Fórum Permanente. ➤ Dar continuidade às proposições e articulações das ações do Estado, em conjunto com a sociedade civil organizada, através do Fórum Permanente, visando atender a Política Pública para as PPDs e PPAHs. ➤ Manter a política de capacitação de recursos humanos dos órgãos estaduais para atendimento direto às PPDs e PPAHs. ➤ Qualificar as bases físicas e proporcionar aperfeiçoamento dos recursos humanos com vistas a tornar-se "Unidade de Referência" para o atendimento da Política Pública Estadual para PPDs e PPAHs. ➤ Suprir carência de recursos humanos na Área da Educação Especial. ➤ Implementar a nova reestruturação da FADERS, mediante a readequação das atividades, do quadro funcional, do Estatuto, do Regimento Interno e do Plano de Cargos e Salários.

4.3 SECRETARIA ESPECIAL DE HABITAÇÃO – SEHAB

Diretriz:

- Fornecer apoio às ações governamentais na área da habitação.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Construção de Habitações. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Atender demandas de moradias, escolhidas pelo OP.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Agente Financeiro Estadual para Habitação. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Aprovar o projeto que cria o Agente Financeiro Estadual, viabilizando oportunidades, através de linhas de crédito para moradia popular.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Agência de Crédito. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Aprovar o projeto de criação de Agência de Crédito, com a finalidade de administrar os créditos imobiliários, oriundos das ações desenvolvidas pelo Governo do Estado, uma vez que a COHAB encontra-se em liquidação.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Conselhos e Fundos Municipais de Habitação.	➤ Apoiar a agenda de mobilização junto ao Congresso Nacional para a constituição do Fundo Nacional de Moradia Popular e do Conselho Nacional de Habitação. ➤ Dar continuidade às oficinas de capacitação dos Conselheiros Municipais de Habitação e de constituição dos Conselhos e Fundos Municipais de Habitação nos municípios onde não existem, consolidando o Sistema Estadual/Nacional de Habitação.
➤ Encontro Estadual dos Delegados da 1ª Conferência Estadual de Habitação.	➤ Realizar Encontro Estadual dos delegados da 1ª Conferência Estadual para um balanço das ações do Governo junto à política habitacional e da organização da 2ª Conferência a ser realizada em 2003.
➤ Pesquisa “Impacto da Aplicação de Novos Instrumentos Urbanísticos em Municípios do RS”.	➤ Realizar pesquisa “Impacto da Aplicação de Novos Instrumentos Urbanísticos em Municípios do RS”, em parceria com a SCP e a FEE, identificando o déficit habitacional e capacitação dos agentes locais para a implementação dos novos instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade.
➤ II Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico.	➤ Participar como co-promotor do II Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico.
➤ COHAB/RS.	➤ Restaurar os Conjuntos Habitacionais Fernando Osório, em Pelotas e Santa Bárbara em Cruz Alta. ➤ Entregar as escrituras para o maior número de mutuários.

4.4 SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA – SJS

Diretriz:

- Prestar a comunidade rio-grandense um atendimento de Segurança Pública que tenha por base a busca da Justiça, na qual as forças policiais e penitenciárias sejam garantidoras dos direitos humanos e da cidadania.
- Descentralizar o atendimento do DETRAN para o interior do Estado.
- Reduzir a acidentalidade de trânsito no Estado.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Capacitação de servidores da segurança pública	➤ Qualificar os servidores da área da segurança pública quanto à polícia ostensiva e investigação criminal, através dos cursos: Analista Criminal, Especialista em Ensino Policial, Mediação Policial, Capacitação de Multiplicadores em Saúde Ocupacional, Ações de Segurança Pública: o Uso da Força e da Arma de Fogo (atualização, básico e avançado), Controle e Resolução de Conflitos e Situações de Crise, Defesa Pessoal, Polícia Comunitária, Formação Integrada, Novas

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<p>➤ Capacitação de servidores da segurança pública.</p>	<p>Modalidades de Crimes Identificação Documental e Veicular, Educação Física e Defesa Pessoal para Instrutores, Capacitação de Agentes de Prevenção e Identificação de Violência na Área da Infância e Juventude.</p> <p>➤ Promover 03 Seminários de atualização: DST/AIDS, Saúde Ocupacional e Interdisciplinaridade e Transversalidade: Conceitos e Aplicabilidade no Projeto Pedagógico de Formação dos Servidores da Segurança Pública do RS.</p> <p>➤ Realizar encontros regionais com os servidores dos postos do Departamento de Identificação com a participação de servidores da polícia, prefeituras, SINE, visando à integração, treinamento e capacitação.</p> <p>➤ Promover Programa de cursos e seminários para qualificar e capacitar os servidores em todos os níveis da ação penitenciária.</p>
<p>➤ Centro Avançado de Treinamento.</p>	<p>➤ Desenvolver ações de formação, qualificação e capacitação dos profissionais da SJS, através da implantação de 04 linhas de tiro cobertas: 01 em Santa Maria; 01 em Montenegro e 02 em Porto Alegre.</p>
<p>➤ Centros Integrados de Operações de Segurança Pública – CIOSP.</p>	<p>➤ Realizar a integração operacional entre os órgãos de segurança pública, situados nos limites fronteiriços do Estado, nas esferas Federais e Estaduais com incrementação de tecnologias de informação e telecomunicação, através da implantação de 02 CIOSPs: um no Município de Santana do Livramento e outro no Município de Uruguaiana.</p> <p>➤ Implantar o CIOSP, em fase final, no Município de Caxias do Sul, visando promover a integração operacional entre os órgãos de segurança pública e melhorar a qualidade de serviços prestados à comunidade.</p>
<p>➤ Centros Regionais de Referências em Saúde Mental.</p>	<p>➤ Promover a saúde mental dos trabalhadores da ativa, através da criação de Centros Regionais de Referências em Saúde Mental nos Municípios de Porto Alegre, Santa Maria, Passo Fundo, Pelotas e Caxias do Sul, bem como nas Regiões das Missões e Fronteira.</p>
<p>➤ Criação do Comando do Corpo de Bombeiros.</p>	<p>➤ Instituir, através de projeto de lei, o Comando do Corpo de Bombeiros, tendo por objetivo propiciar uma melhor prestação de serviço à comunidade gaúcha.</p>
<p>➤ Operação Verão com Vida 2001/2002.</p>	<p>➤ Incrementar o atendimento na área de segurança pública aos turistas do litoral norte e sul do Estado.</p>

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<p>➤ Reaparelhamento operacional dos órgãos de justiça e segurança pública.</p>	<p>➤ Melhorar as condições de trabalho e qualificar os serviços prestados à população gaúcha, mediante reforma e ampliação das Delegacias de Polícia, dos estabelecimentos penais (Presídio Central) e da ACADEPOL.</p> <p>➤ Modernizar os Postos do DML com o incremento de novas tecnologias, possibilitando o aprimoramento da polícia técnico-científico, bem como melhorar os serviços prestados à população.</p> <p>➤ Modernizar o laboratório do IGP, visando qualificar o atendimento e avançar em técnicas usadas para testes de DNA.</p> <p>➤ Possibilitar o aprimoramento das atividades policiais através do incremento de novas tecnologias com recursos do Plano Nacional de Segurança Pública - PNSP.</p>
<p>➤ Projeto de levantamento da problemática do policial civil.</p>	<p>➤ Buscar compreender a problemática do policial civil, utilizando pesquisas relacionadas às condições humanas (saúde) e de trabalho.</p>
<p>➤ Implantação do Serviço Social na Delegacia para a Mulher.</p>	<p>➤ Humanizar o atendimento à mulher, bem como orientar os profissionais quanto aos problemas enfrentados.</p>
<p>➤ Implantação do Sistema OCR – 2ª fase.</p>	<p>➤ Automatizar os registros de ocorrências policiais, desburocratizar e padronizar os procedimentos com origem única das informações, rapidez na emissão dos documentos, permitindo condições de maior produtividade da atividade de Polícia Judiciária.</p>
<p>➤ Implementação do Sistema de Informatização dos Postos de Identificação.</p>	<p>➤ Agilizar os serviços e melhorar a qualidade do atendimento, bem como garantir a segurança do manuseio dos espelhos.</p>
<p>➤ Implantação da Rede Informatizada do Departamento de Criminalística/IGP.</p>	<p>➤ Possibilitar o controle das perícias encaminhadas ao DC/IGP, desde a requisição até a entrega do laudo, possibilitar maior rapidez no atendimento das solicitações das perícias e evitar o atraso e acúmulo de laudos periciais.</p>
<p>➤ Ampliar o número de convênios com as prefeituras, universidades e SINE.</p>	<p>➤ Melhorar o atendimento dos Postos de Identificação e Postos Médicos Legais na capital e interior do Estado.</p>
<p>➤ Implantação de Unidade Móvel DI/IGP.</p>	<p>➤ Atender, de forma qualificada os eventos relacionados à confecção de carteiras de identidade no interior do Estado.</p>
<p>➤ Realização do Concurso Público para o Instituto-Geral de Perícias.</p>	<p>➤ Ampliar o quadro funcional do IGP/SJS para melhorar o atendimento à população gaúcha.</p>

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Administração do Sistema Prisional. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Proporcionar melhores condições de trabalho, melhorar o atendimento à pessoa privada de liberdade e agilizar os laudos para progressão de regime e demais benefícios, mediante nomeação de agentes penitenciários, auxiliares de serviços e monitores. ➤ Retornar a Administração do Presídio Central, do Hospital Penitenciário e da Penitenciária Estadual de Jacuí à SUSEPE, através da reintegração dos policiais militares às suas atribuições de origem.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Implantação do Sistema INFOPEN. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Integrar todo o complexo de Charqueadas, bem como o Presídio de Santa Maria e a Penitenciária Estadual de Jacuí.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Criação da INTRANET. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Racionalizar, economizar, padronizar e agilizar o desenvolvimento dos serviços prestados pela SUSEPE.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Saúde Prisional. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disponibilizar leitos aos apenados que necessitem de atendimento de maior complexidade, através de convênio entre a SUSEPE e a Secretaria Municipal de Saúde. ➤ Implementar Centro Ambulatorial, no Presídio Central, buscando prestar atendimento básico de saúde com melhor qualidade.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Trabalho Prisional. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Utilizar mão-de-obra prisional na produção de produtos locais, beneficiando a formação profissional e redimindo a pena do preso trabalhador.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Desenvolver um Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos, Materiais e Policial na Brigada Militar. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Possibilitar o aprimoramento, a agilidade e o controle administrativo e operacional necessário para melhor organização e gerenciamento da Corporação nessas áreas.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Formação de novos efetivos na Brigada Militar. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Formar novos policiais militares, mediante concurso público nos cargos de Oficiais de Polícia Militar, no 1º Curso Superior de Polícia Militar e em Cursos Básicos de Formação Policial Militar, visando à renovação do efetivo.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Curso de carreira 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Possibilitar a ascensão funcional ao público interno da Corporação, cumprindo assim o Plano de Carreira, incentivando os militares especiais a buscarem progresso funcional.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Policiamento ostensivo.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Modernizar os meios de ação através de equipamentos e veículos, para aprimoramentos dos serviços policiais. ➤ Diminuir os índices de violência e aumentar a segurança nos locais críticos. ➤ Proporcionar maior agilidade no deslocamento do policiamento ostensivo. ➤ Diminuir os índices de violência e aumentar a segurança nos locais críticos.
➤ Leilão de veículos.	➤ Racionalizar os espaços nos depósitos de veículos.
➤ Movimento Gaúcho pelo Trânsito Seguro.	➤ Ampliar, fomentar e instrumentalizar as ações voltadas à conscientização da população.
➤ Ampliação do número de CFCs e CRVAs.	➤ Dotar os pequenos municípios dos serviços prestados pelos CFCs e CRVAs.
➤ Atendimento ao cidadão.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Instalar terminais de auto-atendimento nos principais pólos automobilísticos, buscando qualificar o atendimento ao cidadão. ➤ Educar o público infantil para o trânsito através da criação de <i>site</i>.

4.5 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – SEMA

Diretrizes:

- Desenvolver programas e projetos para o planejamento, preservação, recuperação, monitoramento e controle da qualidade ambiental contribuindo para o desenvolvimento autosustentado – FEPAM.
- Descentralização da gestão ambiental – FEPAM.
- Conservação da Biodiversidade – FZB.
- Manter coleções científicas de plantas vivas – FZB.
- Manter e administrar áreas e estabelecimentos destinados à proteção e preservação da flora, da fauna e de outros recursos naturais – FZB.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Organização da Secretaria.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Implantar novo organograma com novas unidades administrativas, para atender ao aumento das demandas, motivadas pela expansão das atividades; ➤ Instalar programa financeiro em rede, para atender e controlar os novos Fundos agregados à Secretaria; ➤ Ampliar a rede de informática para atender ao aumento das demandas; ➤ Realizar concurso público para suprimento de cargos para a Administração Direta DEFAP e DRH.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Educação Ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ministrar Curso de Educação Ambiental para os municípios, em parceria com a comissão ambiental da FAMURS. ➤ Operação Verão com vida 2002: distribuir materiais diversos com vistas à formação da consciência dos indivíduos para a preservação da natureza. ➤ Elaborar e publicar os cadernos de educação ambiental da FEPAM. ➤ Publicar e disponibilizar ao público dos estudos técnicos desenvolvidos pela instituição.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Gestão Compartilhada. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Capacitar, aproximadamente, 300 municípios. ➤ Apoiar os municípios na elaboração dos planos de resíduos sólidos e dos planos ambientais. ➤ Capacitar Conselheiros Municipais de Meio Ambiente. ➤ Apoiar a organização de Conferências Municipais de Meio Ambiente. ➤ Treinar pessoal e realizar encontros técnicos e seminários regionais. ➤ Elaborar manuais técnicos e material informativo. ➤ Apoiar a implementação de sistemas municipais de gerenciamento de resíduos sólidos. ➤ Apoiar a elaboração e implementação do arranjo institucional para a gestão ambiental municipal.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Gestão de Resíduos Sólidos. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Capacitar os municípios para elaboração dos Planos Municipais de Resíduos Sólidos; ➤ Apresentar as propostas elaboradas pela Comissão Estadual de Resíduos Sólidos.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Recursos Florestais. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Concluir a informatização e montagem de Sistema de Informação. ➤ Disponibilizar o Inventário Florestal Contínuo do RS à sociedade. ➤ Diagnóstico do Cadastro Florestal Estadual, visando a melhorias efetivas quanto à obtenção de matéria-prima florestal, produção, aspectos econômicos, caracterização de produtos, comércio e outros. ➤ Melhoria da consulta ao sistema de controle florestal, permitindo o acesso aos dados pelo setor de base florestal. ➤ Estabelecer programa de capacitação e atualização técnico-administrativa permanente; ➤ Elaborar manuais operativos de licenciamento, fiscalização, cadastro e de gestão de unidades de conservação. ➤ Reduzir a inadimplência das empresas registradas no Cadastro Florestal Estadual.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Recursos Florestais. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Aumentar o universo de empresas florestais registradas no Cadastro Florestal (5.000 novos cadastros). ➤ Formular o Plano do Sistema Estadual de Unidades de Conservação e Consolidação do ICMS Ecológico. ➤ Padronizar procedimentos e formulários. ➤ Promover o reaparelhamento operacional da sede e das unidades descentralizadas. ➤ Divulgar a legislação ambiental, voltada, especialmente, a produtores rurais. ➤ Abertura de novas agências florestais para melhor espacialização das atividades e do atendimento aos usuários. ➤ Monitorar a execução da reposição florestal obrigatória. ➤ Fomentar a recuperação de áreas degradadas em terras indígenas e matas ciliares. ➤ Concluir os levantamentos e elaborar os Planos de Manejo de cinco unidades de conservação. ➤ Abrir para visita pública o Parque Estadual de Itapuã.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Recursos Hídricos. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Elaborar o Plano Estadual de Recursos Hídricos. ➤ Implantar Sistema de Gerenciamento de Outorga de Uso da Água, através de um sistema de informações georreferenciado e criação de um cadastro atualizado dos usuários da água no Estado do Rio Grande do Sul. ➤ Regulamentar a legislação referente à Outorga de Uso da Água. ➤ Implantar a Outorga na Bacia do rio Santa Maria. ➤ Viabilizar a criação de um banco de dados hidrometeorológico para o Estado. ➤ Proposta de uma rede de monitoramento quali-quantitativo integrado para o Estado do Rio Grande Sul. ➤ Implementar os projetos sobre as Prioridades Ambientais Estaduais - PNMA II. ➤ Acompanhar os trabalhos e serviços relativos ao mapeamento hidrogeológico para o Estado do Rio Grande do Sul, operação e manutenção da rede complementar de monitoramento quantitativo da região hidrográfica do Guaíba e regularização das vazões do rio Gravataí. ➤ Acompanhar e contratar os estudos para o desenvolvimento dos Planos Diretores de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos rios Turvo/Sta. Rosa/Santo Cristo e Ibicuí.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Recursos Hídricos. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Instalar os Comitês: rio Alto - Jacuí, Sistema Apuaê Inhandava, Sistema Passo Fundo Várzea, Sistema Turvo - Santa Rosa – Santo Cristo, rio Butuí, Sistema Piratini – Camaquã e rio Ijuí. ➤ Instalar as comissões de bacia para implantação dos comitês do rio Quaraí, rio Mampituba, rio Negro, do Sistema Litoral Médio e do Sistema Mirim São Gonçalo. ➤ Acompanhar os Comitês de Bacia já instalados. ➤ Atualizar os cadastros dos usuários da água existentes nos estudos de avaliação quali-quantitativa das disponibilidades e demandas da água. ➤ Elaborar projetos demandados ao Pró-Guaíba. ➤ Coordenar a Semana Interamericana da Água. ➤ Prestar assessoramento técnico ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, conforme prevê a Lei n.10.350 /94.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Apoio aos pequenos e médios produtores na indústria e agricultura. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Reestruturar os procedimentos de licenciamento para os pequenos e médios empreendimentos. ➤ Suporte ao desenvolvimento, promoção e disseminação de tecnologias limpas. ➤ Regularizar os pequenos produtores na Suinocultura. ➤ Regularizar os pequenos produtores na Avicultura. ➤ Suporte ao desenvolvimento, promoção e disseminação de práticas agrícolas para a redução e eliminação do uso de agrotóxico.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Desenvolvimento e capacitação institucional. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Construir instalações adequadas para os laboratórios. ➤ Capacitar os técnicos da FEPAM com ênfase nos procedimentos informatizados de Licenciamento Ambiental.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Verão com Vida 2002. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Controlar a qualidade do ambiente e informar a população quanto às condições de saneamento e qualidade da água para fins de balneabilidade.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Estruturação do Sistema de Planejamento e Monitoramento da Qualidade Ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Realizar o Projeto de Monitoramento da Qualidade da Água/PNMAII. ➤ Projeto Ecorisco – Criar modelo de avaliação de risco ambiental em bacias hidrográficas sujeitas a diferentes tipos de contaminação antrópica, investigando as conseqüências da contaminação ecotoxicológica na área de influência do Complexo Petroquímico do Sul.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Estruturação do Sistema de Planejamento e Monitoramento da Qualidade Ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Avaliar e controlar os impactos ambientais decorrentes da urbanização – caracterização ecotoxicológica das amostras de água e sedimentos de fundo de microbacias sujeitas a diferentes ações antrópicas, diagnosticar o nível de toxidez aguda, crônica e genotóxica. ➤ Avaliar à atividade genotóxica e modular o efeito mutagênico de misturas complexas de substâncias – Avaliar os efeitos ocasionados pelas interações de misturas complexas de diferentes origens com o material genético. ➤ Estudar a sensibilidade de metodologias de diagnóstico e o risco de exposição de organismo a agentes ambientais de origem natural ou provindos da contaminação do meio ambiente. ➤ Realizar Caracterização Química de Partículas Totais e Inalantes em ambiente urbano, determinando a composição química em áreas que sofrem influência das atividades da siderurgia: Sapucaia do Sul e Charqueadas. ➤ Efetuar Estudo de Contaminação Atmosférica e Aquática em Regiões Influenciadas por Atividades do Processamento de Carvão do RS – Candiota e Baixo Jacuí.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Gerenciamento costeiro no Litoral Norte. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Realizar um conjunto de ações integradas na região do Litoral Norte do Estado que incluam a consolidação de alguns instrumentos de gestão, o detalhamento de outras e a elaboração de planos de gestão setoriais para atividades em conflito com as diretrizes do zoneamento Ecológico – Econômico.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Projeto Integrado de Aprimoramento no Licenciamento e do Sistema de Informações Ambientais do RS. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ampliar sistema de informação ambientais; ➤ Desconcentração institucional e municipalização. ➤ Implantação na área piloto – parte da Bacia Mirim São Gonçalo na Região Sul. ➤ Revisar prazos de licenças e valores das taxas de licenciamento. ➤ Sistematizar os procedimentos de Licenciamento Ambiental. ➤ Melhorar os fluxos informatizados.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Preservação da Biodiversidade. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Implantar Centro de Informação e monitoramento da Biodiversidade(CIMBIO), bem como museu volante para popularização do conhecimento sobre a biodiversidade, em especial no interior do Estado; ➤ Projetos de conservação de espécies ameaçadas; ➤ Publicação de livros sobre biodiversidade estadual.

4.6 SECRETARIA DA SAÚDE – SES

Diretrizes:

- Consolidar a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) através da gestão plena do sistema estadual de saúde propiciando atenção integral à saúde da população.
- Desenvolvimento de política de gestão, qualificação e valorização dos recursos humanos do SUS e adequação das condições de trabalho da Secretaria Estadual de Saúde.
- Ampliação e aperfeiçoamento do Sistema de Informação em Saúde visando à qualificação do processo decisório e da participação social.
- Implementar e interiorizar a HEMOREDE – FEPPS.
- Contribuir para o atendimento da demanda de medicamentos essenciais da população do Estado do Rio Grande do Sul – FEPPS.
- Implementação e ampliação da Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde – FEPPS.
- Apoio laboratorial às ações de saúde – FEPPS.
- Implementação do sistema estadual de toxicovigilância – FEPPS.
- Implementar a pesquisa científica em saúde pública – FEPPS.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Regionalização da Saúde.	➤ Assegurar a todos os cidadãos o acesso à atenção integral à saúde, através da alocação de recursos para a Regionalização da Saúde no RS, considerando a população de cada região e as prioridades estabelecidas nas assembleias regionais.
➤ Municipalização Solidária.	➤ Potencializar o atendimento dos usuários do SUS, através da transferência aos 497 municípios do Estado da fração principal de R\$ 75 milhões.
➤ Saúde Solidária.	➤ Fortalecer, qualificar e integrar a rede hospitalar ao Sistema Público de Saúde, a partir da regionalização da atenção.
➤ Centrais de Regulação.	➤ Agilizar e facilitar o acesso da população às ações e aos serviços de saúde, através da implementação de 07 centrais de regulação de consultas, exames, internações e procedimentos especializados.
➤ Política de Assistência Farmacêutica.	➤ Disponibilizar, permanentemente, à população, o suprimento de medicamentos básicos.
➤ Política Intersetorial de Plantas Medicinais.	➤ Instalar uma unidade produtora de medicamentos fitoterápicos em Panambi, sob coordenação técnica do LAFERGS, com o objetivo de produzir 100.000 unidades. ➤ Capacitar prescritores pela Escola de Saúde Pública.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Cidadania Alimentar. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Melhorar as condições de saúde de populações em situação de vulnerabilidade social, mediante o fornecimento de alimentos capazes de qualificar a ingestão diária de nutrientes.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ São Pedro Cidadão. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Implantar Rede de Atenção Integral em Saúde Mental em mais 177 municípios. ➤ Qualificar 300 trabalhadores do HPSP. ➤ Transferir 130 leitos psiquiátricos para leitos em hospitais gerais, capacitando 50 profissionais para esse atendimento. ➤ Inaugurar módulos residenciais terapêuticos do Instituto Dom Bosco. ➤ Entregar 36 casas da Vila São Pedro, beneficiando 144 moradores do HPSP.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Santa Clara de Itapuã. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Reformar e equipar o atual ambulatório 24h, transformando-o em pronto-atendimento através de convênio entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Viamão. ➤ Formar cooperativa social. ➤ Construir abatedouro e laticínio para qualificar a produção. ➤ Melhorar as condições de vida dos usuários/moradores, mediante a recuperação dos prédios. ➤ Desenvolver ações de manejo ambiental.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Saúde do Trabalhador. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Implantar 11 Centros de Referência em Saúde do Trabalhador nas Cidades de Palmeira das Missões, Porto Alegre (ampliação e regionalização), Ijuí, Santa Cruz do Sul, Erechim e Santa Maria.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Vigilância Epidemiológica. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Intensificar as ações de prevenção da dengue, da febre amarela e da leptospirose, além de manter todos os mecanismos de controle de doenças já implementados. ➤ Fortalecer ações de combate à mortalidade infantil, como o aumento da cobertura vacinal. ➤ Fortalecer ações de promoção à saúde, como campanhas educativas.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Mortalidade Infantil. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ampliar os índices de cobertura vacinal. ➤ Intensificar a Operação Inverno e o fornecimento de medicamentos. ➤ Reduzir os coeficientes de mortalidade infantil.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Descentralização da Concessão de Órteses e Próteses. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Consolidar a descentralização da distribuição, a partir de convênios com outras instituições, e ampliar a concessão de órteses e próteses.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Escola de Saúde Pública. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Promover a capacitação de pessoal da área da saúde com vistas à qualificação do atendimento à população do Rio Grande do Sul.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Laboratório Farmacêutico do Estado do RS (LAFERGS) 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ampliar a oferta de medicamentos em variedade e quantidade, e obter a autorização para pleno funcionamento junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária. ➤ Construir fábrica de medicamentos em Pelotas, com uma meta de produzir 100.000.000 de comprimidos, capaz de suprir a demanda dos municípios. ➤ Construir uma Unidade de Produção de Antibióticos Orais em Santa Maria, com a meta de produzir 9.000.000 de unidades, capaz de suprir a demanda dos municípios. ➤ Construir Unidade de Produção de Fitoterápicos em Panambi, com a meta de produzir 200.000 unidades, capaz de atender às demandas municipais. ➤ Produzir 250.000.000 de unidades de medicamentos básicos para o SUS/RS, de forma a reduzir os gastos e atender às demandas municipais. ➤ Implantar Sistema de Gestão de Medicamentos Básicos, em conjunto com os municípios, mediante à criação do Conselho Gestor Paritário e à implantação de comissão de licitações na FEPPS.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Hemocentro (HEMORGS). 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Incrementar a cobertura de sangue, por meio da Hemorrede Pública. ➤ Elevar para 70% a cobertura de sangue aos leitos do SUS por meio da Hemorrede Pública. ➤ Criar Centro de Referência na área de atendimento ambulatorial para portadores de coagulopatias, mediante à operacionalização de Clínica Hematológica junto ao HEMORGS, com o objetivo de atender a 100% da demanda.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<p>➤ Hemocentro (HEMORGS).</p>	<p>➤ Qualificar ações na área de sangue, hemocomponentes e hemoderivados, mediante capacitação e qualificação do corpo funcional do HEMORGS, a fim de oferecer suporte técnico à Hemorrede Pública, com vistas a capacitar 80% das Unidades Hemoterápicas vinculadas ao SUS/RS.</p> <p>➤ Desenvolver ações de divulgação para ampliar de 12% para 40% a captação de doadores voluntários.</p> <p>➤ Promover a atualização tecnológica para garantir a qualificação técnica da produção interna de hemocomponentes.</p> <p>➤ Implantar sistema de compra centralizada de insumos para a Hemorrede Pública visando assegurar a melhoria da qualidade e a redução de custos, a partir da padronização de insumos, aparelhos, processos e técnicas.</p> <p>➤ Qualificar e validar o transporte de hemocomponentes, investindo em carros especiais e incentivando as coletas externas.</p> <p>➤ Qualificar os serviços prestados pela Hemorrede Pública, mediante à promoção de cursos de capacitação e atualização e à realização do Seminário Estadual de Sangue.</p> <p>➤ Garantir a manutenção da qualidade de plasma coletado pela Hemorrede, com redução dos custos de estocagem.</p>
<p>➤ Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN)</p>	<p>➤ Coordenar a rede de laboratórios para diagnóstico de CD4 e CD8 e carga viral, de forma a disponibilizar 100% de cobertura na Rede Pública.</p> <p>➤ Melhorar a qualidade das condições de trabalho e dos serviços prestados.</p> <p>➤ Implementar a seção de entomologia; realizar análise de produtos de interesse de saúde coletiva, como suporte para Vigilância Sanitária; qualificar recursos humanos e serviços para ampliar o atendimento das demandas relativas a zoonoses e vetores e a oferta de análises laboratoriais; otimizar a aplicação dos recursos financeiros; aumentar a resolutividade; descentralizar e regionalizar as atividades.</p> <p>➤ Otimizar as condições operacionais da Rede Estadual de Laboratórios de Saúde Pública.</p>

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<p>➤ Centro de Informações Toxicológicas (CIT).</p>	<p>➤ Otimizar a estrutura de coleta, análise e disseminação de informação toxicológica; e otimizar a capacitação técnica.</p> <p>➤ Otimizar a oferta de diagnósticos laboratoriais de amostras biológicas.</p> <p>➤ Garantir uma abordagem mais qualificada na área de prevenção de acidentes toxicológicos, através da implantação de Núcleo de Toxicologia em Pelotas, visando descentralizar as atividades do CIT.</p> <p>➤ Otimizar o Sistema de Toxicovigilância do Estado, mediante a capacitação do corpo técnico, possibilitando ampliação e a qualificação nos serviços prestados pelo CIT.</p> <p>➤ Treinar multiplicadores e desenvolver campanhas na área de prevenção de acidentes tóxicos.</p> <p>➤ Qualificar ações na área de toxinas naturais.</p>
<p>➤ Centro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CDCT).</p>	<p>➤ Implementar, desenvolver e qualificar a pesquisa tecnológica em saúde pública no âmbito da FEPPS, garantindo a criação e a manutenção de grupos de pesquisa qualificados, voltados para o desenvolvimento tecnológico, gerando redução da dependência científico-tecnológica em relação aos centros tradicionais, com diminuição de custos e ampliação da oferta de produtos e serviços na área da saúde.</p> <p>➤ Criar Centro de Referência de Animais de Laboratório para o RS, com a construção e o aparelhamento de área física de 1.300m², para dar suporte à pesquisa e aos testes-diagnósticos e servir como pólo de capacitação de recursos humanos especializados na criação e manejo desses animais.</p> <p>➤ Coordenar as ações e atividades voltadas à disseminação de informações científicas e tecnológicas no âmbito da FEPPS.</p>

4.7 SECRETARIA DO TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – STCAS

Diretrizes:

- Promoção de Educação para o Trabalho.
- Consolidar a Política Estadual de Assistência Social.
- Combate a todas às formas de discriminação no trabalho.

- Democratização das relações de trabalho.
- Combate ao desemprego.
- Promoção da economia popular, solidária e autogestionária.
- Constituição do sistema democrático de relações de trabalho.
- Ampliar o processo de democratização e participação popular na Política de Assistência Social.
- Estimular a construção de um sistema permanente de documentação e informação sobre o trabalho.
- Promoção de educação e qualificação para o trabalho.
- Fortalecer a relação entre o Estado e a sociedade civil através do apoio às organizações não governamentais, movimentos sociais organizados.
- Incremento da política de proteção integral a crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul.
- Mobilização da opinião pública, através de campanhas sobre a necessidade de destinação de recursos, visando à proteção integral à criança e ao adolescente.
- Promover políticas públicas visando ao pleno exercício da cidadania.
- Promoção da defesa e proteção dos direitos do consumidor.
- Qualificação e adequação dos serviços prestados pela STCAS
- Atenção a crianças e adolescentes abrigados, pela FEBEM.
- Atenção a crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais abrigados, pela FEBEM.
- Atenção a adolescentes autores de ato infracional, pela FEBEM.
- Qualificação Profissional, pela FEBEM.
- Fortalecimento e qualificação dos serviços prestados pela FEBEM.
- Planejamento, execução e divulgação das ações referentes à criança e ao adolescente, pela FEBEM.
- Geração de emprego e renda, bem como melhoria nas relações de trabalho, pela FGTAS.
- Modernização administrativa, pela FGTAS.
- Reestruturação e qualificação do Sistema Público de Emprego - SPE, pela FGTAS.
- Municipalização dos Centros Sociais Urbanos e Centro Humanístico Vida, pela FGTAS.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Programas Estaduais de Assistência Social.	➤ Dar continuidade aos Programas: Rede de Cidadania, Família Cidadã, Rede Estadual de Abrigagem e de Centros Sociais, Capacitação, Assessoria aos municípios e de Monitoramento e Avaliação.
➤ Programas Federais de Assistência Social.	➤ Coordenar os Programas: Serviços de Ação Continuada, Agente Jovem, Erradicação do Trabalho Infantil, Núcleo de Apoio à Família, Sentinela e Revisão do Benefício de Prestação Continuada.
➤ Seminários de Capacitação de Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos e Políticas Sociais.	➤ Ampliar o Programa de Qualificação de Conselheiros Municipais e Estaduais, envolvendo os seguintes Conselhos: dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Assistência Social, do Idoso, da Comunidade Negra, dos Povos Indígenas, de Defesa do Consumidor e dos Direitos da Mulher, além das Comissões Estadual Tripartite Paritária de Emprego e Municipais de Emprego.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Publicações.	➤ Editar 07 cadernos com a temática da garantia de direitos de diversos segmentos específicos – Mulheres, Idosos, Crianças e Adolescentes, Consumidores, Negros, Povos Indígenas e dos Direitos Humanos.
➤ Remanescentes de Quilombos.	➤ Concluir o Projeto para identificação, reconhecimento, delimitação territorial, levantamento cartorial e demarcação de seis comunidades remanescentes de quilombos no Estado do Rio Grande do Sul e, iniciar o mesmo em mais 05 áreas.
➤ Programa Primeiro Emprego.	➤ Dar continuidade à inserção de jovens em 16 e 24 anos no mercado formal de trabalho.
➤ Qualificação Profissional.	➤ Qualificar o trabalhador, promovendo sua inserção social através do fortalecimento de iniciativas geradoras de trabalho e renda.
➤ Programa Crédito Assistido.	➤ Dar continuidade ao programa de qualificação de entidades técnicas conveniadas e das Comissões Municipais de Emprego, em conjunto com a SEDAI e BANRISUL.
➤ Programa Coletivos de Trabalho.	➤ Propiciar a geração de renda às comunidades em situação de vulnerabilidade social e econômica através de sua qualificação para o trabalho e o desenvolvimento de atividades laborais.
➤ Gestão Institucional.	➤ Dar continuidade ao trabalho de comunicação interna. ➤ Dar continuidade às ações de comunicação externa - campanha de mudança institucional. ➤ Implantar ponto eletrônico nas unidades do Complexo Pe. Cacique.
➤ Novas unidades sociais.	➤ Construir e equipar novas unidades em Novo Hamburgo, Santa Cruz do Sul e Osório nas regiões atendidas pelos Juizados Regionais da Infância e Juventude.
➤ Capacitação de servidores.	➤ Capacitar novos servidores nas regiões que possuem unidades da FEBEM. ➤ Treinar e aperfeiçoar agentes institucionais das Unidades de Porto Alegre, Caxias do Sul, Uruguaiana, Pelotas, Santa Maria, Santo Ângelo.
➤ Sistema de Informatização de Dados de Atendimento.	➤ Proporcionar o gerenciamento interno e dos órgãos do sistema de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei.
➤ Intermediação de Emprego.	➤ Alavancar a captação de vagas para 124.000 oportunidades de trabalho e garantir a colocação de 80.000 trabalhadores. ➤ Dobrar a colocação de Pessoas Portadoras de Deficiência no mercado de trabalho, beneficiando cerca de 1.200 pessoas.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Relações de Trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Garantir o acesso do benefício do Seguro-Desemprego em todas as 126 agências do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, com a informatização e treinamento de servidores; ➤ Garantir o acesso do documento Carteira Profissional em todas as agências, totalizando a implantação em 65 unidades que não prestam esse serviço.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Centros Regionais. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dar continuidade à implantação dos Centros Regionais nas 08 cidades-pólo: Guaíba, São Leopoldo, Taquara, Erechim, Canela, Rio Grande, Santa Cruz e Santo Ângelo.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Casas do Trabalhador. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Concluir a implantação de mais 14 unidades no Estado, além de nove Postos Avançados.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Informatização das Casas do Trabalhador e dos Centros Regionais de Trabalho e Renda. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Interligar as ações através da informatização de toda a rede de agências.